Gabriela Campelo Aragão Bitencourt

Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha.

Belo Horizonte

2020

Gabriela Campelo Aragão Bitencourt

Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof.ª. Dr.ª Natacha Silva Araújo Rena

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

B624c

Bitencourt, Gabriela Campelo Aragão.
Cartografia das controvérsias na região da Lagoinha [manuscrito] / Gabriela Campelo Aragão Bitencourt . - 2020.
330f. : il.

Orientador: Natacha Silva Araújo Rena.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

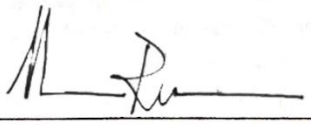
1. Renovação urbana - Teses. 2. Sociologia urbana - Teses. 3. Neoliberalismo - Teses. 4. Espaço urbano - Teses. 5. Política urbana - Teses. 6. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4

Ficha catalográfica: Elaborada por Marco Antônio Lorena Queiroz – CRB 6/2155

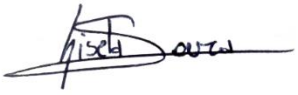
Folha de aprovação

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, em 18 de dezembro de 2020, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Professora Doutora Natacha Silva Araújo Rena – EA UFMG (orientadora)

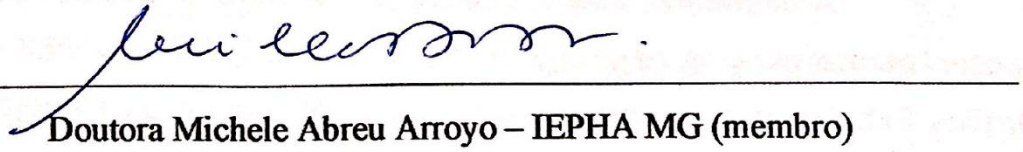
Professora Doutora Marcela Silviano Brandão - EA UFMG (membro)



Professora Doutora Gisela Barcellos de Souza – EA UFMG (membro)

Fábio Tozi

Professor Doutor Fábio Tozi – IGC UFMG (membro)



Doutora Michele Abreu Arroyo – IEPHA MG (membro)

Dedicatória

A todos meus mestres que tanto me ensinaram e ainda ensinam.

E aos meus pais, que foram os primeiros...

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, Flávia Bitencourt e Rubens Bitencourt que são meu acalanto e mesmo à distância, se fazem presentes e me agraciam com todo amor, cuidado, compreensão e carinho que uma filha poderia querer. Eles nunca mediram esforços para me proporcionar a melhor formação pessoal e intelectual, e por isso, sou muitíssimo grata. Também é essencial reconhecer todo o apoio que recebo deles em minhas decisões, especialmente, quando elas envolvem incertezas, aventuras e novos desafios. Eles sempre estão lá para me apoiar incondicionalmente nos meus desejos múltiplos e variantes, além de confiarem e acreditarem sempre nas minhas escolhas e potenciais.

Também agradeço à minha irmã Juliana pela companhia sempre solícita, mesmo nos momentos mais difíceis. Me inspiro no seu exemplo de caráter, força e determinação para alcançar minhas conquistas.

Em segundo lugar, agradeço a brilhante orientadora que tive ao meu lado, a Profª Drª Natacha Rena, que desde o primeiro instante me impressionou e me cativou a partir de seus conhecimentos e sua visão de mundo. Assim, expresso meu orgulho em fazer parte do Grupo de Pesquisa Indisciplinar e da possibilidade de encontro com tantos outros pesquisadores, professores e alunos admiráveis. Dentre eles, devo citar, especialmente, as pesquisadoras e parceiras de trabalho Susan Oliveira e Carolina Nasser, com as quais, tive a oportunidade de intimamente discutir, compartilhar e aprender.

Não poderia deixar de citar também todos as pessoas queridas que conheci e me proporcionaram momentos especiais ao longo dessa caminhada em Belo Horizonte, mas especialmente, devo agradecer ao meu amigo João Luiz van Ham que considero um irmão que a vida me presenteou. Ademais, sou grata pelo período que compartilhei ao lado do Thiago Pimentel, pelas nossas trocas, pelas suas revisões atentas aos meus textos e pelo acolhimento que recebi com ele e sua família.

Por fim, agradeço aos militantes, parceiros e aliados que vivem e atuam no território investigado. Agradeço também aos financiadores diretos e indiretos desta pesquisa: Escola de Arquitetura (EA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS), PROAP/CAPES-PACPS-UFMG, PROEX da UFMG, PRPQ da UFMG, CAPES, CNPQ e FAPEMIG.

Epígrafe

Então amar a Lagoinha é você dividir a Lagoinha, é você confluir, é você compartilhar... mas isso tem que vir de dentro. A gente não pode permitir que a Lagoinha seja mais capturada, arrancada aos pedaços, dilacerada né...então amar a Lagoinha é você compartilhar, porque quando você compartilha, você vai saber o que tá cedendo e garantindo o protagonismo seu, o protagonismo da Lagoinha (Depoimento do Mestre Pai Ricardo de Moura da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, de Belo Horizonte no filme "Moradores Lagoinha", 2019).

O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável. Falta-nos somente saber fazê-lo, ou então poderíamos sempre reconhecê-lo (RAFFESTIN, 1993 p. 5).

Resumo

Sob influência do ideário urbano moderno, tanto os discursos, quanto as práticas espaciais revelam a segregação sócio-espacial, o higienismo e o estigma racial como condutas constituidoras do inicial território belo-horizontino. Nesta dissertação, buscamos defender que a região da Lagoinha, inicialmente considerada uma zona suburbana, expressa uma formação imbricada à origem da cidade planejada de Belo Horizonte através de um histórico processo de gentrificação e de deslocamentos forçados de grupos de maior vulnerabilidade social (SILVA; PEREIRA, 2018; GUIMARÃES, 1992). A partir dessas considerações, o trabalho busca refletir sobre as atuais disputas territoriais que permeiam a região da Lagoinha, não mais tida como periférica, mas estrategicamente central e adjacente ao Centro de Belo Horizonte, fato que acentua recentes discursos a favor de sua requalificação, tendo em vista o cenário de degradação urbana. A imagem de abandono da região se fortalece em associação ao esvaziamento residencial, ao alto índice de cenas de uso e à predominante ocupação dos espaços públicos pela população em situação de rua e pelos usuários de drogas. Assim, a abordagem da pesquisa se direciona para a reflexão quanto à intensa proposição de planos urbanísticos, reestruturações do espaço urbano e reconfigurações da paisagem em associação aos impactos dos processos de remoção de camadas populares. Ao mesmo tempo, busca-se mapear as políticas públicas urbanas de maior incidência nesse complexo território, trazendo destaque para o eixo da saúde pública, inclusão social e planejamento urbano participativo. A pesquisa visa relacionar o panorama multifacetado da região da Lagoinha com possíveis desdobramentos quanto à produção espacial neoliberal e a ascensão da gentrificação, sendo a última entendida como um fenômeno que deixou de ser esporádico e pontual, para se tornar uma verdadeira estratégia global de colonização do espaço urbano (SMITH, 1979, 1996, 2002), instaurada sistematicamente pelos cíclicos movimentos de desinvestimento e investimento do capital financeiro no ambiente construído e por meio do desenvolvimento desigual geográfico (HARVEY, 1996, 2001, 2013). Nesse intuito, a dissertação busca operacionalizar o método Cartográfico Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias (LOPES; RENA; SÁ, 2019) cujo aspecto genealógico (FOUCAULT, 1988, 2006), rizomático e transescalar (DELEUZE; GUATTARI, 1995) resulta na elaboração de uma linha do tempo que expõe as tensões nos discursos catalogados e apresenta diagramas com linhas forças e agrupamentos controversos entre atores-humanos e atores não-humanos, conforme adaptação da Teoria-Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2012). A aplicação do método busca revelar os atravessamentos simultâneos e controversos que surgem entre as regulamentações de políticas neoliberais, emergidas via flexibilização entre Estado, Capital e sociedade civil e as diversas práticas espaciais biopotentes (PELBART, 2003) que resistem ao avanço do urbanismo neoliberal excludente.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Gentrificação. Lagoinha. Cartografia das Controvérsias. Ambiente Construído. Operação Urbana Consorciada (OUC).

Abstract

Under the influence of modern urban ideas, both speeches and spatial practices reveal socio-spatial segregation, hygienism and racial stigma as constituting behaviors of the initial Belo Horizonte territory. The Lagoinha region, considered a suburban area, has its formation imbricated to the origin of the planned city of Belo Horizonte through a historic process of gentrification and displacement of groups of greater social vulnerability (SILVA; PEREIRA, 2018; GUIMARÃES, 1992). Based on these considerations, the work seeks to reflect on the current territorial disputes that permeate the Lagoinha region, no longer considered peripheral, but strategically central and adjacent to the Center of Belo Horizonte, a fact that accentuates recent speeches in favor of its requalification, having in view of the urban degradation scenario. The image of abandonment in the region is strengthened in association with residential emptying, the high rate of scenes of use and the predominant occupation of public spaces by the homeless population and drug users. Thus, the research approach is aimed at reflecting on the intense proposition of urban plans, restructuring of urban space and reconfigurations of the landscape in association with the impacts of the removal processes of popular layers. At the same time, it seeks to map the urban public policies of greatest incidence in this complex territory, highlighting the axis of public health, social inclusion and participatory urban planning. The research aims to relate the multifaceted panorama of the Lagoinha region with possible developments regarding neoliberal spatial production and the rise of gentrification, the latter being understood as a phenomenon that is no longer sporadic and punctual, to become a true global strategy for colonization of the urban space (SMITH, 1979, 1996, 2002), systematically established by the cyclical movements of divestment and investment of financial capital in the built environment and through uneven geographical development (HARVEY, 1996, 2001, 2013). To this end, the dissertation seeks to operationalize the Indisciplinary Cartographic or Cartography of Controversies method (LOPES; RENA; SÁ, 2019) whose genealogical (FOUCAULT, 1988, 2006), rhizomatic and cross-scale aspect (DELEUZE; GUATTARI, 1995) results in the elaboration of a timeline that exposes tensions in cataloged speeches and presents diagrams with strength lines and controversial groupings between human-actors and non-human actors, as adapted from the Theory-Actor-Network (TAR) (LATOUR, 2012). The application of the method seeks to reveal the simultaneous and controversial crossings that arise between the regulations of neoliberal policies, which emerged through flexibility between State, Capital and civil society and the various biopotent spatial practices (PELBART, 2003) that resist the advance of exclusive neoliberal urbanism.

Keywords: Neoliberalism. Gentrification. Lagoinha. Cartography of Controversies. Built Environment. Consortium Urban Operation (OUC).

Lista de ilustrações

Figura 1 - Mapa da RMBH e de Belo Horizonte com recorte territorial para o bairro Lagoinha, Vila Senhor dos Passos e Favela Pedreira Prado Lopes.....22

Figura 2 - Recorte territorial para o bairro Lagoinha, Vila Senhor dos Passos e Favela Pedreira Prado Lopes, situados na região da Lagoinha.....22

Figura 3 – Fotografia tirada nas primeiras visitas a campo no bairro Lagoinha, com vista para o Complexo de viadutos, bairro Centro e Serra do Curral.....23

Figura 4 – Organograma das as linhas de pesquisa, grupos de estudos e o estágio de docência que atravessaram a construção desta dissertação e fizeram parte da atuação no Grupo de Pesquisa Indisciplinar.....24

Figura 5 – Organograma completo das linhas de pesquisa, projetos de extensão e grupos de estudo do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (A atuação da pesquisadora em questão está sinalizada em linha cinza) 25

Figura 6 - Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.....85

Figura 7 - Pesquisadoras (Gabriela Bitencourt e Carolina Nasser) do Grupo de Pesquisa Indisciplinar na audiência pública.....85

Figura 8 - Workshops de percepção popular sobre o OP na Vila Senhor dos Passos realizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar na Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente.....86

Figura 9 e 10 – Maquete produzida para o *Workshops* de percepção popular sobre o OP na Vila Senhor dos Passos realizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar na Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente.....86

Figura 11 - Diagrama do método Cartografia das Controvérsias: 5º fonte de incerteza ou "questão de fato *versus* questão de interesse".....91

Figura 12 - Diagrama do método Cartografia das Controvérsias: 1º fonte de incerteza ou "não há grupos, apenas formação de grupos".....91

Figura 13 - Diagrama do método Cartografia das Controvérsias: 3º fonte de incerteza ou "os objetos também agem".....91

Figura 14 - Diagrama do método Cartografia das Controvérsias: 2º de incerteza ou "a ação é assumida".....92

Figura 15 - Diagrama do método da Cartografia das Controvérsias: 4º fonte de incerteza ou "escrever relatos de risco".....92

Figura 16 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1853 a 1888.....101

Figura 17 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1895.....102

Figura 18 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1897.....105

Figura 19 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1898 a 1900.....107

Figura 20 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1902 a 1909.....108

Figura 21 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1910 a 1914.....111

Figura 22 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1921 a 1927.....111

Figura 23 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1929 a 1930.....119

Figura 24 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1930 a 1934.....119

Figura 25 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1940.....121

Figura 26 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1940 a 1944.....121

Figura 27 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1946 a 1950.....122

Figura 28 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1951 a 1955.....126

Figura 29 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1956 a 1960.....135

Figura 30 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1963 a 1964.....137

Figura 31 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha – linha do tempo com acontecimentos de impacto transescalar com recorte temporal de 1910 a 2019.....138

Figura 32 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1964 a 1970.....139

Figura 33 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1971 a 1973.....139

Figura 34 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1974 a 1978.....140

Figura 35 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1979 a 1981.....141

Figura 36 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1983.....141

Figura 37 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1984 a 1989.....143

Figura 38 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1990 a 1992.....144

Figura 39 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1993 a 1994.....145

Figura 40 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1994 a 1995.....145

Figura 41 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1995 a 1996.....146

Figura 42 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1996.....147

Figura 43 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1997 a 1998.....150

Figura 44 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1999.....151

Figura 45 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2000.....151

Figura 46 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2001 a 2002.....152

Figura 47 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2003.....152

Figura 48 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2004 a 2006.....153

Figura 49 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2007.....153

Figura 50 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2008 a 2009.....154

Figura 51 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com breve avanço temporal para o ano de 2013.....158

Figura 52 – Mapa em escala gráfica com mancha da OUC ACLO no contexto espacial da RMBH/MG e da própria cidade de Belo Horizonte.....161

Figura 53 – Mapa em escala gráfica com mancha da OUC ACLO em Belo Horizonte e destaque para o programa 01 (corredor cultural Lagoinha e Bonfim) e programa 09 (diversidade Centro e Barro Preto) 161

Figura 54- Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2010.....168

Figura 55 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2011 a 2012.....177

Figura 56 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2013.....178

Figura 57 - Mapa em escala gráfica da mancha da OUC Nova BH com destaque para o setor 06: corredor cultural da Lagoinha.....179

Figura 58 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2014.....181

Figura 59 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2014.....181

Figura 60 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2015 a 2016.....182

Figura 61 - Estratégia de ocupação da Lagoinha contida no documento - Lagoinha em Estudo: Análise Diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte.....184

Figura 62 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2017.....192

Figura 63 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2017.....196

Figura 64 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2018.....197

Figura 65 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019.....198

Figura 66 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019.....199

Figura 67 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019.....203

Figura 68- Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019.....206

Figura 69 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019.....210

Figura 70 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019.....211

Figura 71 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2019 a 2020.....212

Figura 72 - Nuvem de palavras relativa ao agrupamento de narrativas da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha.....220

Figura 73 - Nuvem de palavras relativa ao agrupamento de atores humanos da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha.....221

Figura 74 - Nuvem de palavras relativa ao agrupamento de atores não-humanos da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha.....221

Figura 75 - Esquema do processo de catalogação das palavras-chave extraídas das narrativas cartográficas.....222

Figura 76 – Etapa intermediária de catalogação por meio do programa *Excel*.....223

Figura 77 - Diagrama dos agrupamentos controversos entre atores humanos e não-humanos.....240

Figura 78 –Valéria Borges sendo entrevistada em sua própria casa em março de 2019.....264

Figura 79 - Lisandra Silva sendo entrevistada na sala do Grupo de Pesquisa Indisciplinar em maio de 2019.....265

Figura 80 – Vinicius Moreno sendo entrevistada na sala do Grupo de Pesquisa Indisciplinar em agosto de 2019.....281

Figura 81 – Maíra Colares sendo entrevistada na sede da PBH em agosto de 2019.....301

Lista de tabelas

Tabela 1 - Síntese dos marcos conceituais do termo gentrificação.....31

Tabela 2 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (i): práticas de remoção ou deslocamento.....95

Tabela 3 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (ii): estratégias de planejamento e reestruturação do espaço urbano.....96

Tabela 4 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (iii): relevantes acontecimentos gerais para a dinâmica do espaço habitado.....97

Tabela 5 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (iv): implementação de leis, decretos, normas, regulamentos, planos diretores, políticas públicas e elementos de gestão urbana. 98

Tabela 6 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (v): surgimento de movimentos sociais e urbanos, articulação e manifestação da sociedade civil na luta pelos direitos urbanos.....99

Tabela 7 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (vi): acontecimentos de impacto transescalar.....100

Tabela 8 - Síntese do plano urbanístico trazido no documento - Lagoinha em Estudo: Análise Diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte.....185

Tabela 9 - Síntese dos principais pontos de controvérsias da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha.....225

Lista de abreviaturas e siglas

ACPS - Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

ADE - Área de Diretriz Especial

APL – Arranjo Produtivo Local

AVSI - *Associazione dei Volontari del Soccorso Internazionale*

AirBnB - *Air mattress Bed and Breakfast*

BNH - Banco de Habitação

BH - Belo Horizonte

BRT - *Bus Rapid Transit*

BEPREM - Beneficência da Prefeitura Municipal

CA - Coeficiente de Aproveitamento

CASA - Companhia Auxiliar de Serviços de Administração/S.A

CEPAC - Certificados de Potencial Adicional de Construção

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CIAM - Centro Integrado de Atenção à Mulher

COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana

COVID-19 – *Corona Virus Disease 2019*

CURA - Circuito Urbano de Arte

CCPJO - Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente

CCLAO - Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira

CCNC - Comissão Construtora da Nova Capital

CDPCMBH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

CHISBEL - Coordenadoria de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte

CMI/Secovi-MG - Câmara do Mercado Imobiliário

CMPU - Conferência Municipal de Política Urbana

CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

DESA - *Department of Economic and Social Affairs*

DPES - Diretoria de Proteção Especial

DOT - Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte

DOM – Diário Oficial do Município

DBP - Departamento de Bairros Populares

EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança

EVEF - Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro

EUA – Estados Unidos da América

EA - Escola de Arquitetura

FADE - Fórum de Áreas de Diretrizes Especiais

FERROBEL - Empresa Pública de Ferro de Belo Horizonte

FMC - Fundação Municipal de Cultura

FMH - Fundo Municipal de Habitação

FBV - Federação de Bairros e Vilas

FTFBH - Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte

GPU - Grandes Projetos Urbanos

G7 - Grupo dos 7

GE - Grupo de Estudos

HOB - Hospital Odilon Behrens

IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IPUCBH - Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica

JK - Juscelino Kubitschek

LOM - Lei Orgânica Municipal

MNRU- Movimento Nacional pela Reforma Urbana

MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua

MP - Ministério Público

MTD - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

OP - Orçamento Participativo

OUC/ACLO – Operação Urbana Consorciada/Antônio Carlos Pedro I + Leste-Oeste

OUC – Operação Urbana Consorciada

OUS - Operações Urbanas Simplificadas

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PD - Plano Diretor

PF - Pastoral das Favelas

PGE – Plano Global Específico

PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse

PPL - Pedreira Prado Lopes

PPP – Parceria Público Privada

PT - Partido dos Trabalhadores

PA – Programa Alvorada

PVV - Programa Vila Viva

PU - Planos Urbanísticos

PRODECOM - Programa de Desenvolvimento das Comunidades

PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

SE - Setor Especial

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

S.HRu - Seminário de Habitação e Reforma Urbana

SLU - Superintendência de Limpeza Urbana

SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMEL - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

SMDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

SMC - Secretarias Municipais de Cultura

SMSA - Secretaria Municipal de Saúde

SMSP - Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

SUPLAN - Subsecretaria de Planejamento Urbano

SMPU - Secretaria Municipal de Política Urbana

SUAAS - Subsecretaria de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TAR - Teoria-Ator-Rede

TDC - Transferência do Direito de Construir

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTP - União de Trabalhadores de Periferia

VSP – Vila Senhor dos Passos

ZAR 2 - Zona de Adensamento Restrito

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

Sumário

1 Introdução…….....21

2 A influência da Globalização e do Neoliberalismo na ascensão da cidade-mercado e do homem empresarial….....….....….....34

2.1. Globalização.…….....…….....….....….....42

2.2. Gentrificação.…….....…….....…….....…….....55

2.3. Neoliberalismo e o homem empresarial.…….....…….....….....…….....35

2.4. Empresariamento urbano na cidade-mercado.…….....…..……64

3 O método cartográfico.....70

3.1. As fronteiras territoriais na região da Lagoinha…….....……..…70

3.2. O método Cartográfico Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias....….....76

4 Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha.....101

4.1. A construção de Belo Horizonte e a remoção do Curral Del Rei.....101

4.2. Abertura da av. Antônio Carlos e a construção do IAPI: as novas fronteiras urbanas na região da Lagoinha.....106

4.3. Reflexões sobre o lugar da cultura: o deslocamento da Centro Cultural Liberalino Alves e o tombamento de bairros na região da Lagoinha.....125

4.4. Mobilizações sociais por direitos urbanos: da remoção aos processos participativos nas áreas de vilas e favelas na região da Lagoinha.....133

4.5. A intensificação de reestruturações urbanas em áreas centrais de Belo Horizonte: intervenções espaciais na Lagoinha.....160

4.6. Mobilidade urbana posta em xeque: os efeitos colaterais dos megaeventos urbanos e a duplicação da av. Antônio Carlos.....166

4.7. A controversa trama das Operações Urbanas Consorciadas no território de Belo Horizonte.....171

4.8. As recentes intervenções entre Estado-Capital e sociedade civil na região da Lagoinha.....191

5 Análise da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha.....220
5. 1. Nuvem de palavras.....220
5. 2. Tabela-síntese dos principais pontos das controvérsias.....224
5. 3. Diagrama dos agrupamentos controversos.....233

6 Considerações finais.....241

Referências.....246
Apêndice A - Documentário Valéria Borges, moradora e liderança da PPL.....264
Apêndice - B Indisciplinar entrevista Lisandra Mara Silva.....265
Apêndice C - Indisciplinar entrevista Vinícius Moreno.....280
Apêndice D - Indisciplinar entrevista Maíra Colares.....300
Apêndice E - Nota técnica conjunta de dados das Secretaria de SMASAC/SUAAS/DPES e DRASNO - nº 74/2019.....321

1 Introdução

A região da Lagoinha surge junto à cidade planejada de Belo Horizonte e carrega a notoriedade de ser uma área boêmia, o berço do samba e da resistência de onde provém as camadas populares que a habitam. Ao mesmo tempo, o discurso que, por vezes, se propaga na região é de um território historicamente negligenciado pelo poder público. Ao longo de sua formação, a antiga relação dicotômica entre zona urbana e a zona suburbana se intensifica, ao passo que as ocupações informais extrapolam os limites de densidade populacional e se multiplicam para fora da Av. do Contorno, revelando que os planos urbanísticos de viés modernista não dão conta de abarcar as dinâmicas de um espaço espontaneamente habitado. Desta forma, a região da Lagoinha é uma linha de fuga que tanto escapa, quanto se impõe à ordenação urbana convencional.

A região, que antes era tida como a parte de "fora" da cidade e de pouco interesse aos planos urbanos formais, logo, se torna especialmente inconveniente para os propósitos rodoviários e interesses do mercado imobiliário com vista à implementação do Conjunto Arquitetônico da Pampulha e ao adensamento dos empreendimentos urbanos já existentes no Vetor Centro-Sul. Assim, poder-se-ia dizer que o processo de degradação urbana na região da Lagoinha se inicia quando seu tecido urbano passa a ser acometido por implosões, desapropriações e intervenções viárias, implementadas com o propósito de expandir o Vetor Norte. Com isso, a Lagoinha, dividida ao meio pela Av. Antônio Carlos, perde seus referenciais simbólico-materiais e aos poucos, sua dinâmica cotidiana é alterada. Assim, nota-se que emergem em certos discursos, a nostalgia pela vivacidade do passado boêmio e o desejo por um futuro renovado, a partir das revitalizações urbanas que possam solucionar o desafio instaurado pelo vigente estado de abandono e degradação da paisagem da Lagoinha.

De fato, a região carece de uma atenção especial. Atualmente a paisagem na região da Lagoinha é atravessada por dinâmicas territoriais de cenas de uso de drogas e pelas apropriações do espaço público por parte da população de rua e de usuários. Nesta condição, é a partir do ano de 2018 que a região da Lagoinha passa a ser a prioridade nas pautas do poder público, passando a ser atendida por uma série de políticas públicas e a ser palco de diversas intervenções urbanas com parcerias que entrelaçam Estado, Capital (setor privado) e sociedade civil (moradores, lideranças comunitárias, movimentos urbanos e culturais, além do terceiro setor). No entanto, considerando-se que a propagação do discurso em prol da revitalização pode

camuflar aspectos perversos vinculados à gentrificação (CASTRIOTA, 2017), trazemos especial atenção para o possível impacto deste fenômeno para o bairro Lagoinha (que carrega o aspecto patrimonial e arquitetônico) e os territórios populares: Vila Senhor dos Passos (VSP) e Favela Pedreira Prado Lopes (PPL), sendo esta última, reconhecida pelo seu patrimônio imaterial.

Figura 1 – Mapa da RMBH e de Belo Horizonte com recorte territorial para o bairro Lagoinha, Vila Senhor dos Passos e Favela Pedreira Prado Lopes. Fonte: Produção do Grupo Indisciplinar, 2019.

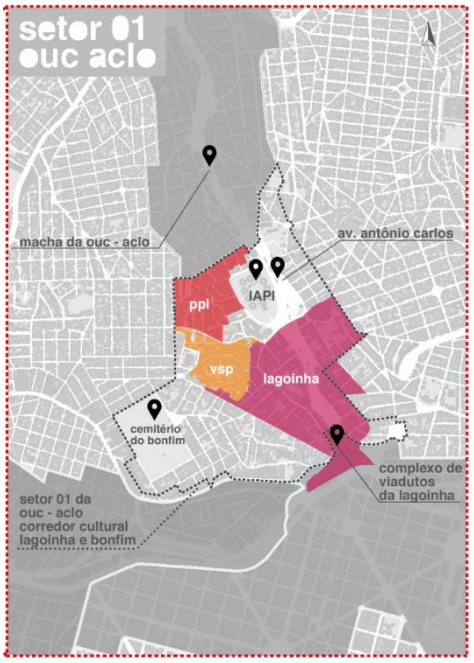


Figura 2 - Recorte territorial para o bairro Lagoinha, Vila Senhor dos Passos e Favela Pedreira Prado Lopes, situados na região da Lagoinha. Fonte: Produção do Grupo Indisciplinar, 2019.

Logo, as possíveis ameaças quanto ao enobrecimento urbano nos territórios evidenciados, se torna ainda mais complexa, já que dois efeitos distintos, porém,

correlacionados à gentrificação, poderiam se esboçar. Assim, em primeiro lugar, há um potencial para exploração turística e em segundo lugar, as investidas na recomposição do tecido social poderiam resultar em condutas de "limpeza urbana" por meio da invisibilização e criminalização da pobreza nos territórios populares. Essas hipóteses se acentuam, tendo em vista que a região é anunciada como o primeiro setor da intervenção OUC ALCO (Operação Urbana Consorciada/Antônio Carlos Pedro I + Leste-Oeste) através do Programa do Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim.

Isto posto, também é exatamente no ano de 2018, quando a pesquisadora em questão se estabelece na cidade de Belo Horizonte a fim de iniciar o curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (ACPS) na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG), já tendo definido a região da Lagoinha como território de investigação para a pesquisa de mestrado. Ademais, é importante pontuar que o tema da pesquisa era outro, porém, levando em conta as novas dinâmicas que emergiam no território da Lagoinha naquela época, os propósitos indagativos e acadêmicos se realinharam.

Figura 3 – Fotografia tirada nas primeiras visitas a campo no bairro Lagoinha, com vista para o Complexo de viadutos, bairro Centro e Serra do Curral. Fonte: Elaboração autoral, 2018.

Logo, a mudança no rumo investigativo da pesquisa ocorreu principalmente devido percepção para o enredamento de poderes imbricados aos efervescentes projetos de intervenção em andamento na região da Lagoinha ao longo dos anos de 2018 e 2019, que por sua vez, suscitavam novas hipóteses quanto às dinâmicas urbanas locais. Também se percebeu um destaque midiático para a região e o consequente agenciamento de múltiplos discursos e agentes

espaciais em associação às estratégias de intervenção; e por fim, a nova proposta de pesquisa sofreu forte influência das discussões teórico-metodológicas que afloraram após a inserção no Grupo de Pesquisa Indisciplinar[1], o qual, foi fundamental para o suporte e exploração dos argumentos expostos neste trabalho. Além disso, o Grupo de Pesquisa já mantinha um diálogo com importantes agentes espaciais na comunidade da Favela PPL e por isso, já haviam possíveis portas de entradas abertas para o maior aprofundamento territorial, necessário à pesquisa em campo.

Com o tempo, a intensificação dos vínculos de pesquisa e a colaboração com o Grupo de Pesquisa Indisciplinar resultou na formação do Grupo de Estudos (GE) – região Lagoinha[2]. Para apresentar melhor a atuação dentro do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, trazemos abaixo a imagem do organograma das atividades vinculadas parcial ou totalmente à pesquisadora em questão, seguido do organograma completo das atividades do Grupo Indisciplinar. Assim, abre-se parênteses para explicitar que os propósitos do GE-região Lagoinha estão alinhados com os objetivos, justificativas e interesses desta própria pesquisa.

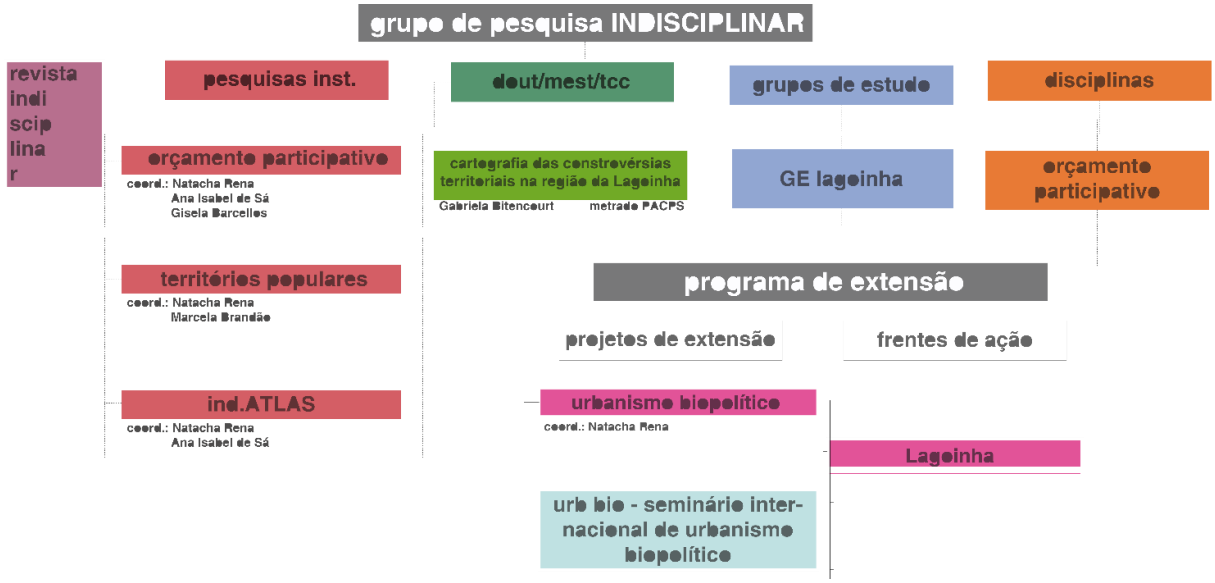


Figura 4 – Organograma das as linhas de pesquisa, grupos de estudos e o estágio de docência que atravessaram a construção desta dissertação e fizeram parte da atuação no Grupo de Pesquisa Indisciplinar.
Fonte: Produção do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019 (modificado pela autora).

[1]As informações sobre o Grupo de Pesquisa Indisciplinar estão disponíveis em: <https://wiki.Indisciplinar.com/index.php?title=Mem%C3%B3ria_do_Indisciplinar>. Acesso 30 de novembro de 2020.

[2]O GE região Lagoinha é formado pelas pesquisadoras Gabriela Bitencourt (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestranda no programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), Carolina Nasser (bacharel em Direito formada pela UFMG e doutoranda na Faculdade de Direito/UFMG) Susan Oliveira (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG) e por Natacha Rena (Professora Doutora da EA/UFMG, além de líder do Grupo de Pesquisa Indisciplinar e coordenadora do GE – região Lagoinha).

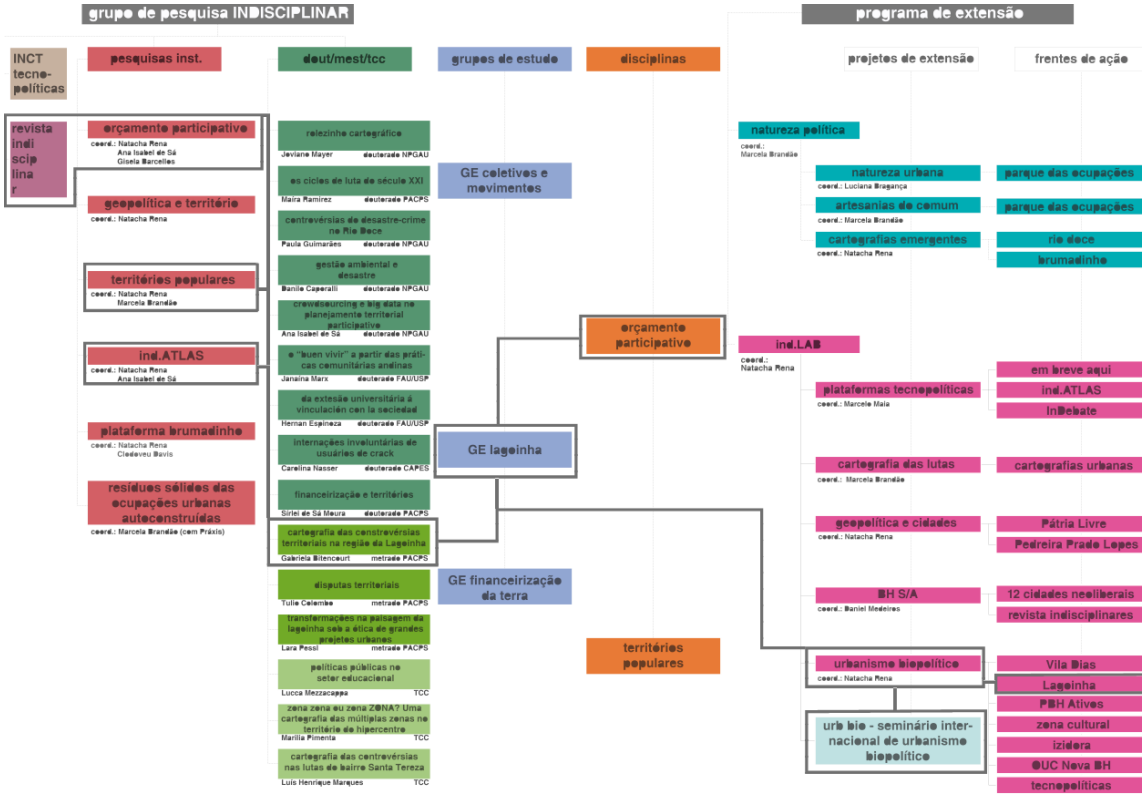


Figura 5 – Organograma completo das linhas de pesquisa, projetos de extensão e grupos de estudo do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (A atuação da pesquisadora em questão está sinalizada em linha cinza).
Fonte: Produção do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019 (modificado pela autora).

Assim, tanto esta dissertação, quanto o GE-região Lagoinha se propõe a decodificar os desdobramentos urbanos, sociais e culturais da região da Lagoinha, rastreando a aplicação de instrumentos urbanísticos, leis, políticas e projetos conduzidos por atores humanos e atores não-humanos (LATOUR, 2012). Dentro dessa rede complexa de linhas de forças e interesses diversos, o GE-região Lagoinha tenta visibilizar a trama atravessada por lutas e disputas em prol de equidade social, as estratégias democráticas de ocupação do espaço urbano, os cíclicos investimentos/desinvestimentos de capital no ambiente construído e a implementação do projeto político neoliberal em escala global.

O objetivo é mapear as narrativas que esboçam tais disputas urbanas, além das intervenções no ambiente construído sob a perspectivas de escalas variantes, que vão desde ações pontuais de embelezamento urbano às políticas de saúde pública, e até os planos urbanísticos de impacto metropolitano, como a Operação Urbana Consorciada (Nova-BH, ACLO, e recentemente Centro-Lagoinha). Admitindo-se que a intensidade e a variedade das propostas de reestruturações espaciais são induzidas tanto pelas necessidades genuínas das camadas sociais carentes, quanto pela lógica de sobrevivência do capital perante suas crises

cíclicas, parte-se do pano de fundo teórico de conceitos como **desenvolvimento geográfico desigual**, **comodificação da cidade**, **segregação sócio-espacial**, **gentrificação** e **urbanismo neoliberal** para diagramar as forças híbridas, que ora escapam, ora fomentam a lógica capitalista de produção da cidade contemporânea.

Portanto, antes de mais nada, é importante salientar que a dissertação aqui apresentada é uma tentativa de operacionalização e adaptação da metodologia criada conjuntamente pelo Indisciplinar: o método Cartográfico Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias (LOPES; RENA; SÁ, 2019) em um recorte territorial que já era um pouco familiar para a pesquisadora. Os desafios para a execução, tanto da cartografia, quanto da análise cartográfica foram muitos, destacam-se: a complexidade relativa às forças presentes no recorte de pesquisa; a tentativa de agregar pontuais eventos de impacto geopolítico; o obstáculo na coleta de narrativas através de fontes primárias, os próprios erros e acertos, naturais à qualquer aplicação metodológica e, possivelmente, o maior desafio de todos, a tentativa de construção de uma pesquisa que, de fato, atuasse na luta pelos direitos urbanos e humanos das camadas populares. Logo, o percurso foi permeado por momentos de sensação de dever cumprido, mas, também pela sensação de inconsistência nos dados levantados ou incompletude quanto à concretização dos propósitos vislumbrados no início da pesquisa. Assim, apresentaremos os resultados do que foi possível de ser alcançado dentro do curto espaço de tempo do mestrado acadêmico e então passaremos para a breve descrição dos capítulos contidos nesta dissertação.

Enfatizamos que o intuito da pesquisa foi refletir sobre o possível desdobramento da gentrificação na região da Lagoinha, assumindo que tal fenômeno já faz parte da histórica e segregativa construção da cidade planejada de Belo Horizonte, a partir do evento da destruição do Curral Del Rei (SILVA; PEREIRA, 2018, AGUIAR, 2012). Nesse aspecto, faz-se necessário compreender através do segundo capítulo, a trajetória histórica e teórica do termo gentrificação e por isso, a construção do referencial teórico começa pela abordagem do conceito de **globalização**, para depois tratar propriamente da **gentrificação**. Tal ordem foi assim proposta por entendermos que o fenômeno da gentrificação ocorre na contemporaneidade mediante uma lógica sistemática e global, fazendo-se necessário situar previamente o leitor quanto ao condicionante (globalização) que faz possível que a gentrificação apareça e se acentue como dinâmica urbana, enfatizando o vínculo existente entre os dois conceitos.

Em vista à assimilação tanto dos padrões gerais, quanto das particularidades referentes ao processo de gentrificação, o terceiro subcapítulo busca correlacionar um efeito tão específico

quanto a gentrificação ao amplo contexto político-social: o **neoliberalismo e o homem empresarial.** Logo, trazemos foco para as novas condutas de flexibilização na relação entre Estado, Capital e sociedade civil e sua relação com a propagação do **urbanismo neoliberal** e consequentemente do **empresariamento urbano** e da **gentrificação**. As novas posturas que emergem via governança neoliberal são a chave para entender o "novo urbanismo" (SMITH, 2002) que surge principalmente devido a "nova razão de mundo" que se revela nos tempos contemporâneos e assola tanto a produção espacial, quanto a vida humana em sociedade. (DARDOT; LAVAL, 2016). No quarto subcapítulo do referencial teórico, tentamos explicitar melhor como a nova razão neoliberal opera nas transformações da paisagem e nas reestruturações urbanas do ambiente construído e para isso, abordaremos o conceito da cidade como mercadoria e pátria (VAINER, 2000).

O terceiro capítulo da dissertação se inicia com um subcapítulo que visa já se apropriar de alguns conceitos centrais para o entendimento e aplicação do método Cartográfico Indisciplinar, perpassando a relação entre espaço, poder e agentes territoriais (RAFFESTIN, 1993), tensionando a definição das fronteiras[3] que constituem a região da Lagoinha a partir de um viés da geografia pós-estruturalista (HAESBART, 2004; 2008) que expande o entendimento de um território para além de encaixes e deslocamentos humanos, tratando-o de fato como uma rede desenhada por sobreposições e constantes movimentos de reterritorialização e desterritorialização (HAESBAERT; BRUCE 2002 *apud* DELEUZE, GUATARRI, 1995).

O segundo subcapítulo do capítulo metodológico pincela o tema da cartografia como metodologia de pesquisa e investigação em campo, abordando-se as teorias que atravessam e constroem o método, como a genealogia (FOUCAULT, 1988, 2006), o rizoma e a transescalaridade (DELEUZE; GUATTARI, 1995), além da ideia do diagrama com agrupamentos controversos entre atores-humanos e não-humanos, conforme adaptação da Teoria-Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2012). Dessa forma, demonstramos ilustrativamente como a Cartografia das Controvérsias se constrói com base nos avanços realizados pela

[3] Sabendo que o estudo das fronteiras é caro à Geografia e tratando-se de um elemento que faz parte do processo de construção socioespacial humana, cabe explicitar o que queremos dizer por fronteiras, no caso deste trabalho. Hoje o conceito de fronteira pode se relacionar às caracterizações mais diversas e até mesmo contraditórias, por isso, é necessário especificar que não nos referimos à fronteira como um conceito legal, definido por Estados-nação, noções militares ou político-territoriais nacionais. A abordagem da fronteira trazida neste trabalho se vincula mais à perspectiva da geografia sociocultural dentro de uma integração regional-metropolitana. Assim, a fronteira à qual nos referimos seria um fenômeno espontâneo resultante da vida social e indicador das margens e limites entre espaços diferentemente habitados, o que consequentemente atinge um caráter político e econômico devido aos elementos sociais que variam entre populações e comunidades.

Pesquisa Territórios Populares[4]. E por fim, categorizamos da linha do tempo cartográfica, de acordo com os respectivos platôs de investigação que pautaram a pesquisa.

O quarto capítulo adentra a Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha, narrando o desenrolar dos históricos eventos, na tentativa de enredá-los de forma a já anunciar as controvérsias presentes nas narrativas e contra-narrativas mapeadas. No desenvolvimento desse texto, a sinalização das nomenclaturas das Controvérsias (C_1; C_2; C_3; C_4 e etc.) se faz presente no intuito de evidenciar onde estão os pontos de disputas e tensões nos discursos, e assim, fazer emergir as controvérsias. Nesse estágio, os agrupamentos controversos entre os atores humanos e não-humanos ainda não estão desenhados, mas, apenas sua a identificação.

Em seguida, o quinto capítulo inicia a análise dos pontos mais gerais da cartografia, trazendo via nuvem de palavras, as expressões mais exibidas nas narrativas mapeadas, além dos principais atores humanos e não-humanos imbricados nas correlações de forças na região da Lagoinha. Depois, enumeram-se todos os pontos de controvérsias mapeados com referência na nomenclatura já indicada (C1; C2; C3; C4 e etc.) em uma tabela-síntese. Ao todo, somam-se 32 controvérsias, mas realiza-se um recorte para criação de um diagrama dos agrupamentos controversos (dos atores humanos e não-humanos) com base em 11 controvérsias que melhor agenciam a relação entre: reestruturação urbana, projetos de revitalização e deslocamentos humanos. A partir desse recorte final, a análise se empenha em expor com mais clareza as perguntas que suscitaram essa pesquisa desde seu início:

- O quanto o atual estado de degradação da paisagem urbana na região da Lagoinha poderia estar vinculado à um processo de gentrificação?
- Como a previsão da OUC (cuja intervenção prioritária é a região da Lagoinha) poderia estar relacionada ao desdobramento de um processo de gentrificação?
- As atuais intervenções promovidas pelo poder público e suas parcerias híbridas poderiam estar contribuindo para um cenário gentrificatório ou não?
- A gentrificação no território belo-horizontino poderia estar associada ao evento da destruição do Curral Del Rei e implementação da cidade planejada, partindo-se da lógica gentrificatória de colonização do espaço urbano?

[4]A pesquisa Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras é coordenada pelas Professoras Marcela Silviano Brandão Lopes e Natacha Rena e faz parte da rede nacional de pesquisadores, coordenada pela Profa. Dra. Raquel Rolnik (LabCidade/USP). Informações disponíveis no blog da pesquisa em: < http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/ >. Acesso: 01 de novembro de 2020.

2 A influência da Globalização e do Neoliberalismo na ascensão da cidade-mercado e do homem empresarial

Concorrência é a palavra-chave para explicar grande parte do "sucesso" do sistema capitalista. Dentro da lógica do capital, tal característica é vista como a tendência natural dos seres humanos, predispostos à competição, ainda melhor justificada em contextos de disputa, aliado à escassez ou à desigualdade no acesso aos recursos. Por isso as "crises são essenciais para a reprodução do capitalismo. É no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo" (HARVEY, 2016, p. 9). Desse modo, é perante o atual macrossistema concorrencial capitalista que o capítulo teórico desta dissertação se propõe a analisar como o **neoliberalismo** e a **globalização** se constituem como lógicas hegemônicas que vêm moldando a velocidade e a intensidade dos processos urbanos nas cidades contemporâneas, e até mesmo as relações humanas em sociedade.

Trazendo o olhar para a formação urbana, Harvey (2016) ainda salienta que dentre os mais notáveis aspectos porvindouros das crises do capital, pode-se citar a **reconfiguração da paisagem física** e, principalmente, as **drásticas mudanças nos modos de pensar, entender e atuar das instituições e das ideologias dominantes**. Tais mudanças abrangem desde os processos de formação de alianças políticas, o caráter organizacional das instituições públicas e privadas, até as relações socioculturais que permeiam a vida cotidiana.

> O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial (HARVEY, 2014, p. 30).

Assim, dentre os diversos efeitos colaterais da produção espacial contemporânea, este trabalho trará destaque especial para o questionamento quanto ao **empresariamento urbano** (HARVEY, 1996), a ascensão da **cidade-mercado** (VAINER, 2000) e quanto a retomada da **gentrificação** como uma necessária e positiva estratégia de planejamento face à concorrência interurbana global (SMITH, 1996, 2002, 2006, 2007). Todos esses conceitos se mostram em certo grau conectados à construção da identidade do **homem empreendedor** na sociedade

atual, onde impera um contexto generalizado de subjetivação neoliberal sobre as formas de vidas individuais e coletivas (HAN, 2017, 2018; BROWN, 2017; DARDOT, LAVAL, 2016).

Desta forma, o elo entre a gentrificação e o empresariamento urbano se evidencia a partir de uma maior injeção de capital corporativo na urbanização das cidades. Isso acontece, principalmente nos períodos de crise da economia mundial, quando as taxas de lucro do setor industrial baixam e a lucratividade do setor financeiro se volta para os investimentos no ambiente construído, que se revela mais atraente devido aos baixos riscos (OLIVEIRA, 2017). Esses desdobramentos se mostram, por sua vez, intimamente vinculados à mercantilização da cidade sob a ideologia do crescimento e da modernização, que criam as condições ideais para operações de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, fomentam o processo de urbanização, a reformulação das estruturas urbanas e demais dinâmicas contemporâneas (SANTOS, 1993).

Dentre as dinâmicas atuais, esta dissertação abordará com mais ênfase o processo de gentrificação e por isso, apresentamos logo de início uma tabela contendo as nuances desse termo a ser aprofundado no subcapítulo adiante (1.2. Gentrificação). A necessidade de se explorar tais variações conceituais se faz pelas inquietações trazidas pela tentativa de vincular o processo de gentrificação ao recorte territorial investigado. Assim, poder-se-ia dizer que a Lagoinha esteja sofrendo um processo de gentrificação? Se sim, qual deles e em qual estágio? Ou melhor, será que não deveríamos assumir desde já que esses processos (degradação-requalificação-gentrificação) ocorrem simultaneamente e não se limitam a estágios fechados em si, como posto por Smith (1996)? Ainda assim, como identifica-los?

Mediante a percepção inclusiva de que a região da Lagoinha abrange territórios de caráter popular (como a Vila Senhor dos Passos e a favela Pedreira Prado Lopes), como poderíamos entender as dinâmicas de uma região que é atravessada por intervenções que vão desde a melhoria de assentamentos urbanos informais, grandes intervenções estruturais viárias e até projetos de requalificação de viés cultural/patrimonial? E ainda, o quanto tais propostas promovidas pela parceria entre: Estado, capital (setor privado) e sociedade civil poderiam estar conectadas simultaneamente ao desenvolvimento local e ao desdobramento de um processo de enobrecimento urbano?

Dessa forma, a fundamentação teórica escolhida tentará elucidar a investigação sobre o processo de valorização/desvalorização do ambiente construído da região da Lagoinha, partindo de uma leitura sobre os processos de mais-valia e a produção do espaço urbano, examinando como a esfera das reestruturações espaciais atuam como eixo fundamental na absorção de

excedentes de produção e na solução para os momentos de crise do capital. Portanto, as hipóteses emergidas via processo cartográfico buscam agenciar as dinâmicas urbanas globais e locais, com base na lógica flexível e hegemônica da globalização e do neoliberalismo, e encontram alicerce teórico nos seguintes conceitos a serem elaborados na forma de subcapítulos: 2.1 Globalização; 2. 2 Gentrificação; 2.3 Neoliberalismo e o homem-empreendedor; 2 .4 Empresariamento urbano e a cidade-mercado.

Ano	Tipo de gentrificação	Autor - Local
Década de 1960	A gentrificação abordada por Glass está associada ao processo de **renovação urbana esporádico e pontual nas áreas centrais** londrinas onde houve a **transferência de classes médias** e altas para zonas populares, impactando na expulsão das classes operárias, no aumento gradativo dos preços de aluguéis e no enobrecimento da vida urbana em zonas anteriormente degradadas.	Ruth Glass (1964) - Londres (Islington)
Década de 1970 a 1990[5]	A gentrificação abordada por Neil Smith e demais autores se caracteriza por um processo relativo a três ondas (etapas ou estágios) que podem ocorrer simultaneamente ou não. **1ª onda ou gentrificação esporádica:** é impulsionada por pioneiros (arquitetos, artistas, profissionais liberais ou prestadores de serviços, ou seja, a classe criativa) que se instala nas áreas degradadas devido aos baixos aluguéis baixos e infraestrutura já consolidada. Nesse caso, o agente gentrificador possui fácil adaptação e até procura o modelo de vida alternativo/boêmio que tal zona urbana aparenta oferecer. **2ª onda ou consolidação da gentrificação:** é impulsionada pelo setor imobiliário e é caracterizada pelo surgimento do *rent gap*, das parcerias público-privadas e abertura aos investimentos privados estimulados pelo setor público. Nesse caso, o agente gentrificador é classificado por promotores, imobiliários e classes emergentes (*yuppies*). **3ª onda ou gentrificação generalizada:** é impulsionada por políticas urbanas municipais, pelo sucesso dos investimentos já promovidos na segunda onda. Nesse caso, o agente gentrificador é classificado pelo capital financeiro e pelas iniciativas globais a partir de investimentos internacionais estimulados pelo próprio governo.	Neil Smith (1979) (1996) (2002) - Ilha de Manhattan (Nova York, bairros de Soho e Harlem)

[5]Apesar de utilizar o estudo de caso de Nova York, podemos inferir através da analogia construída por Smith (1996) que o fenômeno da gentrificação já é assinalado desde o século XVIII e XIX, a partir da metáfora espacial da fronteira (ponto de choque entre a barbárie e a civilização) revelada pela expansão espacial/colonização do oeste selvagem pelos norte-americanos e pelo deslocamento (e também dizimação) dos povos originários daquele território (MENDES, 2015).

Década de 1970 a 1980	Gentrificação como processo ou resultado que acompanha transformações estruturais sofridas nas indústrias dos grandes centros urbanos (também relativo a **transição do regime de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível**). A passagem da produção manufatureira para produção de serviços leva à mudança no caráter da classe trabalhadora e nos aspectos culturais gerais da sociedade. Desta forma, o operariado é substituído por profissionais de colarinho branco e percebe-se a ascensão de uma nova orientação cultural urbana nas cidades.	David Lay (1986) Judith Butler (1997) David Harvey (1992)
	Soft ou pocket gentrification ou **gentrificação marginal** é um conceito clássico anglo-saxônico utilizado para explicar um processo pontual de **recomposição do tecido social** (seguido pelo **desalojamento e segregação residencial**) que operou de forma mais concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares do centro histórico das cidades do Norte Global.	Damaris Rose (1984) Luís Mendes (2015) Países do sul europeu (Espanha e Portugal)
Década de 1990 até tempos atuais	***Slum gentrification*** é caracterizada pelo uso de violência física e pressão pisicológica por parte de instituições, **forças policiais** e até **intervenções terroristas** de forma a forçar o **despejo e deslocamento** de comunidades em prol da promoção de projetos que carregam discursos que variam desde a segurança urbana, pacificação, construção de Grandes Projetos Urbanos (GPUs), megaeventos ou até conjuntos de habitação de interesse social.	Jake Cummings (2015) Favela Quinta da Serra em Lisboa, Portugal. Eduardo Ascensão (2015) Rio de Janeiro, Brasil.
	Gentrificação como **turistificação/espetacularização** ou ainda ***hipsterização*** do espaço urbano poderia ser explicada pela ascensão de lógicas turísticas e mercadológicas quanto ao uso, ocupação e formas de alojamentos no espaço urbano (comumente facilitada por plataformas como: *booking*, *airbnb* e etc). Especificamente a especulação imobiliária que acompanha a exploração do potencial turístico e das ofertas de habitações parte também de um afrouxamento do controle do Estado perante os aluguéis. Também se destaca a ascensão de projetos de revitalização cultural, instalação de equipamentos culturais (museus ou mercados tradicionais) como fórmulas atrativas de fluxos de capital e pessoas. Nesse processo, nota-se a saída dos moradores ou comerciantes locais devido ao aumento no preço dos aluguéis, propriedade privada e despesas gerais vinculadas ao solo urbano. Além de uma forte apropriação econômica dos aspectos patrimoniais e culturais locais.	Otília Arantes (2000) - Berlim, Alemanha; Veneza, Itália; Amesterdã, Países Baixos; Lisboa, Portugal. Maurício Fernandes de Alcântara (2018) - Vila Buarque (São Paulo), Brasil. Manuel Delgado (2007) - Barcelona, Espanha.

Década de 1990 até tempos atuais	**Gentrificação como estratégia global e sistemática ou *hard gentrification* ou nova colonização do espaço urbano**: se explica por uma geografia transescalar da gentrificação, estimulada pelo capitalismo neoliberal que tem afetado a modulação das políticas urbanas locais em perspectiva aos efeitos da globalização. Entendemos que tal visão parte de reformulações dos conceitos já propostos por Neil Smith (1996), diversos autores tentam acrescentar e expandir o conceito de gentrificação ao trazer explicações complementares às demais dinâmicas urbanas e geográficas que acompanham os movimentos complexos da gentrificação, podendo-se citar: 1) **Teoria do *spatial fix*** e do **desenvolvimento geográfico desigual**, ambas elaboradas por David Harvey (2001). 2) Teoria da **cidade como mercadoria, empresa e pátria**, elaboradas por Carlos Vainer (2000).	Neil Brenner (2016) Loretta Lees, Tom Slater e Elvin Wyly (2008)
	Gentrificação periférica: se relaciona bastante com as estratégias globalizantes que atingem o sul global, sendo utilizada para interpretar as particulares experiências de **elitização dos territórios populares latino americanos**, atravessados também pela estigmatização e segregação/exclusão socioespacial devido aos aspectos de marginalidade e informalidade comumente presentes nestes territórios. Nessa perspectiva também pode-se associar aos processos de gentrificação com: **criminalização da pobreza**, **hostilização dos espaços públicos** e **higienização territorial** como práticas camufladas por meio de projetos **restruturação urbana** acompanhados de despejo e deslocamentos urbanos voltados a impedir o uso, ocupação e apropriação da cidade pelas camadas de baixa renda e grupos em situação de vulnerabilidade (prostitutas, mendigos, usuários de drogas, população em situação de rua e etc.). Dessa forma, percebe-se que as dinâmicas da gentrificação não se restringem mais às questões residenciais, mas incluem a questão do impedimento e controle do acesso ao espaço público pelos cidadãos por meio da vigilância pública, privatização e expropriação do bem púbico.	Patrícia Novaes (2018) - Favelas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Michael Janoschka, Jorge Sequera e Luis Salinas (2014) - Espanha e América Latina. Karine Carneiro (2016) Cláudio de Jesus (2015) Lisandra Silva e Josemeire Pereira (2018) - Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Tabela 1 – Síntese dos marcos conceituais do termo gentrificação.
Fonte: Elaboração autoral, 2020. (Com suporte teórico na referência bibliográfica utilizada).

2. 1 Globalização

> A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2000, p. 10).

Neste trabalho, o interesse em uma abordagem que enfatiza o vínculo entre os conceitos de globalização e gentrificação se acha na compreensão de que os processos de des/revalorização do ambiente construído são estimulados pelos momentos de crise estrutural do capitalismo, encontrando nas variações das reestruturações urbanas a solução para fazer girar a máquina financeira e estabilizar novamente a economia.

Devido ao enfraquecimento dos Estados-nações e à fluidez das fronteiras econômicas internacionais, a acumulação do capital está cada vez mais vinculada a uma reorganização do **desenvolvimento desigual geográfico**[6] (HARVEY, 2013), associado à promoção, à espetacularização e à competição das cidades a nível interurbano. Essa constatação generalista revela uma estratégia global de expansão de ideais e práticas neoliberais através de um urbanismo revanchista[7], onde novas fronteiras urbanas se desenham por intermédio de relações que vão desde a competitividade transnacional até o lucro imobiliário local (SMITH, 1996; MENDES, 2015). Entretanto, é preciso ressaltar que o intuito deste trabalho não é discorrer sobre as fases da globalização, mas, sim, perceber como esse processo se mostra atrelado à transformação do espaço urbano como mercadoria (VAINER, 2000; SANCHÉZ, 2001) e à flexibilização da relação entre Estado, capital e sociedade civil.

[6]Esse conceito elaborado por David Harvey (2013) provém da ideia de que o capitalismo busca sempre as melhores condições para se reproduzir, adotando a mobilidade geográfica para reprodução e acumulação de capital. Explica-se pelo compilado de citações: "(...) o capitalismo também "encontra barreiras dentro da sua própria natureza", que o obriga a produzir novas formas de diferenciação geográfica. As diferentes formas de mobilidade geográfica (...) interagem no contexto da acumulação e assim constroem, fragmentam e criam configurações espaciais na distribuição das forças produtivas e geram diferenciações similares nas relações sociais, nos arranjos institucionais e assim por diante. (...). As diferenciações geográficas então, com frequência, parecem ser o que elas realmente não são: meros residuais históricos em vez de aspectos ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista. Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida como uma concessão à "natureza" ou à "história". A coerência, como ela é, surge da conversão das restrições temporais para espaciais à acumulação. O mais valor deve ser produzido e realizado dentro de um determinado período de tempo. Se é necessário tempo para superar o espaço, o mais-valor deve também ser produzido e realizado dentro de um determinado domínio-geográfico. (...) O resultado disso é que o desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esse objetivo envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 602-604).

[7]"Por cidade/urbanismo revanchista Smith entende mais especificamente a retomada agressiva das gentrificações depois das grandes falências do fim dos anos 1980, mas sobretudo como reação à deterioração urbana provocada pela primeira onda de desregulações e cortes em programas sociais" (ARANTES, 2000, p. 37).

Partiremos da dinâmica da globalização como pano de fundo para entender a estrutura capitalista urbana e suas lógicas de expropriação, "comodificação" e espoliação do ambiente construído. Nesse aspecto, há quem defenda que o processo de globalização surge como fruto da expansão comercial-marítima europeia; há quem enxergue a verdadeira expansão desse fenômeno através da Revolução Industrial; e também há aqueles que o percebem como resultado do pós-guerras e decorrente da revolução da tecnologia da informação. Assim, o próprio conceito de globalização abrange variadas camadas de interpretação e sugere diferentes estopins para seu surgimento. Discorreremos, a seguir, sobre esse conceito, à luz de diferentes autores.

Segundo o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2002), apesar das teorias da modernização e do desenvolvimento dependente afirmarem a globalização como um fenômeno uniformizador, devido ao seu potencial para "eliminar fronteiras", ela se mostra multifacetada de modo complexo, a partir de suas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas. Logo, apesar de seu processo hegemônico, a globalização afeta particularismos, diversidades locais e étnicas, além de aniquilar o comunitarismo e aprofundar as desigualdades sociais.

Nessa era globalizada, os lugares mais remotos e particulares tendem cada vez mais a se assemelhar às ditas cidades globais[8] (SWYNGEDOUW, 2018), uma vez que estas se configuram como centros de poder e controle de economias, dominando a produção biopolítica, normativa e de subjetividades em escala mundial (HARDT; NEGRI, 2011). Como enfatizado por Zygmunt Bauman (1999, p. 71), a globalização "tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo". Para o sociólogo e filósofo polonês, esta atual fase da sociedade é caracterizada pela fluidez das relações sociais/culturais e das fronteiras espaciais/econômicas, desencadeando a flexibilidade na produção de serviços, informações e capitais, além da circulação de pessoas. Contudo, esse fluxo integrado se revela assimétrico entre os desarraigados jogos de poder geopolítico, que se

[8]O termo cidades globais foi primeiramente cunhado por Saskia Sassen em seu livro *Cidades Globais* (1991). Segundo Mônica de Carvalho (2000), a origem do termo está diretamente relacionada aos anos 1970, quando se inicia uma crise na centralidade econômica das metrópoles mundiais. Nesse contexto, a produção industrial, dominada pelos centros urbanos de capitalismo avançado, é impulsionada, pela revolução tecnológica da comunicação e da informação, a se descentralizar, direcionando-se para os países subdesenvolvidos e ressignificando por completo a lógica de disputa do sistema produtivo internacional. Outra visão de nosso interesse parte de Smith (2002), para quem as cidades globais se multiplicam, ao passo que o sistema econômico mundial e os investimentos estrangeiros são direcionados aos mercados financeiros, ao invés de gerarem uma produtividade efetiva em seus territórios de origem. Portanto, as paradigmáticas cidades globais combinam a expansão de serviços e produtos concentrados em centros urbanos que detêm comando e controle financeiro, ao mesmo tempo que agregam altos índices de pobreza e revelam a dependência das classes trabalhadoras populares.

mostram livres para explorar territorialidades e se eximir das consequências dessa exploração (BAUMAN, 1999).

Por conseguinte, o espaço habitado é historicamente a principal fonte de disputa, seja por matéria-prima, seja por novos mercados. A venda de bens comuns e a extração de fontes de recursos se reduzem a lucro aos olhos do capital e, assim, as barreiras físicas se desfazem em favor da circulação de capitais, universalizando a imagem das cidades a fim de torná-las aptas para a competição no mercado mundial. Como uma prévia conclusão, poderíamos dizer que a globalização se evidencia na contemporaneidade como um agente catalisador na diferenciação cada vez mais profunda dos espaços habitados, devido ao acesso desigual às riquezas, tecnologias, meios de produção e serviços. Nas palavras de Santos (2002):

> (...) a globalização se transforma num campo de contestação social e política. Se para alguns ela continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade, capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros, ela é anátema já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados (SANTOS, 2002, p. 19).

Ao aprofundar o entendimento sobre os pontos de controvérsia quanto à globalização, Santos (2002) ilumina a disputa de forças hegemônicas que a globalização abarca, desde Estados e movimentos sociais a grupos vinculados pelos seus interesses políticos e econômicos. Sendo assim, apesar da diversidade de agentes sociais envolvidos, a legitimação de decisões ainda está atrelada a um modelo padronizado, que anuncia um "consenso neoliberal"[9] no âmago de seu processo. Isto posto, evidencia-se que longe de ser um processo simplista, a globalização se propaga como um dispositivo ideológico e de intencionalidade política internacional, afinal "a globalização hegemônica é um produto de decisões dos Estados nacionais" (SANTOS, 2002, p. 17). Por isso mesmo,

> Aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural. (...) o discurso sobre globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios. Na verdade, a vitória é aparentemente tão absoluta que os derrotados acabam por desaparecer totalmente de cena. Por isso, é errado pensar que as novas e mais intensas interações transnacionais produzidas pelos processos de globalização eliminaram as hierarquias no sistema mundial. (...). Pelo contrário, a prova empírica vai no sentido oposto, no sentido da intensificação das hierarquias e das desigualdades (SANTOS, 2002, p. 21).

[9]Para Santos (2002), o consenso neoliberal parte das seguintes premissas: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual e subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais.

Além disso, reflete-se também sobre as novas formas de Estado que emergem desse processo, haja vista a nova distribuição política entre práticas nacionais, internacionais e globais e o novo formato das políticas públicas (SANTOS, 2002). Nesse ponto, Santos (2002) retoma o raciocínio do sociólogo britânico Bob Jessop (1995), para quem o poder do Estado vem se transformando perante três tendências gerais, sendo elas: 1) a desnacionalização do Estado a partir do esvaziamento de seu aparelho público e o realinhamento de suas capacidades em nível territorial e funcional; 2) a desestatização de regimes políticos expressa pela transição do conceito de governo (*government*) para governança (*governance*)[10]; e 3) internacionalização do Estado nacional.

Lembramos aqui que o paradoxo entre Estado e neoliberalismo é abordado por Samir Amin (2018) ao ressaltar que na era da globalização, o maquinário público não se dissolve, mas passa a servir aos interesses exclusivos do capital monopolista global[11] e aos países imperialistas. "Então, dizer que as forças de mercado substituem os Estados é um absurdo. O Estado – com seu aparato de poder militar e policial – é essencial para o processo de globalização" (AMIN, 2018, p. 11). Dessa forma, para Amin (2004, 2018), a globalização é apenas mais uma etapa sucessiva do capitalismo, cuja natureza imperialista e polarizadora concebe a assimetria na relação de poder entre centros dominantes e periferias mundiais. Assim a reprodução dessa relação baseada em um processo de acumulação de capital se reformula a cada fase histórica, fundando o que autor intitula lei do valor mundializada[12].

Segundo o autor supracitado, o novo imperialismo coletivo decorre das transformações das condições de disputa concorrencial entre países e/ou blocos econômicos, haja vista o avanço do capitalismo monopolista global. Dessa forma, a luta entre os centros de poder econômico e as grandes empresas, que anteriormente era vencida com base na quantidade de "consumidores

[10]Ou seja, a transição do modelo estatal caracterizado pela força no campo social e pela regulação da esfera econômica se reformula em um Estado coordenador e burocrático, que se engaja em projetos associados às parcerias privadas e não-governamentais.

[11]Para Amin (2018), o capital monopolista global via globalização liberal instaura uma força socioeconômica que submete os países subdesenvolvidos a um status de subcontratantes em um acordo no qual as formas de produção, as atividades de trabalho humano e a renda social se veem transferidas diretamente aos poderes imperialistas do Ocidente. O autor enfatiza que desde os meados da década de 1970, após a segunda Guerra Mundial, essa força vem acompanhada de certas mudanças geopolíticas que acentuam tal subordinação, anunciando o estágio do capital monopolista generalizado (AMIN, 2018, p. 10-11).

[12]Tal conceito provém da teoria da expansão mundial do capitalismo, formulada por Samir Amin (2004). Essa teoria assume que enquanto o sistema capitalista se mantiver como forma de produção material e imaterial na sociedade, sua estrutura imperialista, baseada na dominação e na polarização (centro/periferia), também se manterá. Nesse ciclo, haveria apenas mudanças sucessivas nas formas de sujeição às quais sociedade e meios de produção estão fadados a suportar, em prol do desenvolvimento.

potenciais" nacionais, se transforma. A partir do aprofundamento da mundialização[13], as empresas passam a ser transnacionais e estão vinculadas ao mercado mundial. Nesse novo panorama, o que importa é a inserção na disputa de interesses globais, o que gera sempre uma maior filiação ao neoliberalismo globalizado[14] em sobreposição aos conflitos locais.

Amin (2018) trará uma visão da globalização como processo social, retomando desde a colonização como exemplo de dominação global. Logo, entende-se a partir do autor que as formas de interação entre continentes e blocos econômicos irão ser um fator determinante na variação do tipo de globalização que se propaga pelo mundo, identificando-se três delas: a globalização colonial, a globalização negociada ou multipolar e a globalização liberal.

A globalização negociada se trata de uma nova estrutura imposta ao imperialismo, que se desencadeou a partir de três eventos: a Revolução Russa de 1917, a Revolução Chinesa de 1949 e a Conferência de Bandung de 1955[15]. A ascensão desses poderes fomentou as condições para a criação de alianças entre os governos da Ásia, África e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que também passaram a comandar a ordem mundial. Ou seja, esse novo rearranjo das alianças hegemônicas mundiais foi o alicerce para alavancar novas lutas de resistência e conquistas de independência em antigas colônias, como Índia e Indonésia.

Assim, o imperialismo foi obrigado a fazer concessões frente às demandas dos países de continentes asiáticos e africanos reconfigurando, até certo nível, sua lógica hegemônica de dominação territorial. Essa mudança no perfil de distribuição de forças mundiais permitiu a multipolarização da globalização e, desse modo, cada bloco[16] alcançou uma autonomia em sua forma particular de desenvolvimento. No entanto, o colapso desses três sistemas de desenvolvimento e a formação do Bloco dos G7[17] forneceram as condições para que o capitalismo imperialista avançasse na implementação da globalização liberal (AMIN, 2018).

[13]Vale lembrar que, para Amin (2004), a mundialização se intensifica globalmente após a queda da União Soviética (1991) e não é sinônimo de "unificação" do sistema econômico por meio da "abertura desregulada dos mercados", mas, sim, representa um projeto do capital dominante e tem sua propagação a partir da ideologia neoliberal do comércio como "livre empresa".

[14]De acordo com o economista, a hegemonia capitalista comandada pelo projeto imperialista neoliberal americano passou a obter mais vigor (principalmente na América Latina, Ásia e Oriente Médio) depois da queda da União Soviética e dos regimes nacional-populistas nascidos das lutas de libertação nacional. Essa conjuntura, aliada à implementação de reajustes estruturais econômicos impostos aos países de Terceiro Mundo por instituições como a OMC, o Banco Mundial e o FMI, reafirmou a conduta de organizações mundiais a serviço dos ideais neoliberais (AMIN, 2004).

[15]Esta conferência serviu para fortalecer acordos e políticas entre os países do "Sul Global" que recentemente haviam conquistado sua independência relativa ao "Norte Global". Como resultado da conferência, os países criaram o Movimento dos Não-Alinhados (MNA) em 1961, como forma de resistência ao imperialismo.

[16]Para Amin (2018), três blocos que perduram até a década de 1980: o Ocidente, o Bloco Socialista (Europa Oriental, China, Vietnã, Cuba e a URSS) e o terceiro bloco constituído pela Índia, o Egito Nasserista e outros países socialistas da África e Oriente Médio.

[17]Os países que conformam o G7 (Grupo dos 7) são: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Japão.

> A derrota do comunismo no Oriente não resultou na vitória da socialdemocracia no Ocidente. Até a socialdemocracia foi derrotada. Os socialdemocratas se tornaram liberais sociais – ou, em outras palavras, em um terreno político que aceitou a inevitabilidade do capitalismo e com uma "democracia de baixa intensidade" obscurecendo a política de classe (...) Isso significa que tanto os antigos conservadores quanto os antigos socialdemocratas estão agora em aliança com o Capital Monopolista Global (AMIN, 2018, p. 8).

Retomando o debate sobre o caráter plural da globalização, o geógrafo brasileiro Milton Santos (2000) será outro intelectual que compactuará com tal ideia. Em sua visão, o mundo seria conformado por uma sobreposição de redes, constelações de atores articulados em traçados e pontos de força, que registram desigualdades no exercício do poder. Logo, o autor traz luz às diferentes globalizações que resultam do ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, disseminadas através de diferentes forças e escalas. Especificamente no livro - Por Uma Outra Globalização - Santos (2000) se referirá a três tipos de globalizações representadas por seus respectivos "mundos" como: fábula, perversidade e resistência. No primeiro modelo de mundo, a vida social se exibe na superfície das dinâmicas e os discursos instaurados contribuem para a instituição de uma verdade única, configurando a globalização como fábula. O segundo modelo seria o mundo tal qual ele é, onde a globalização é expressão das desigualdades sociais e do acesso assimétrico aos recursos, sejam eles materiais ou imateriais, conformando a globalização como perversidade. E o terceiro, seria o mundo idealizado, no qual a globalização poderia ser "outra" e onde as forças se desarticulariam, instaurando um movimento de mão dupla, com sujeitos políticos e mecanismos podendo atuar em resistência à racionalidade dominante.

> De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2000, p. 9).

Também em concordância, Jessop (2018) interpreta o conceito de globalização como um termo relativamente recente[18] que visa distinguir uma série de processos desiguais a partir de histórias extensas e múltiplas, vividas universalmente perante escalas e relações de forças diferentes. A complexidade dessas escalas e as atividades promovidas pela globalização

[18]Vale lembrar que o termo surge pela primeira vez cunhado pela imprensa financeira em 1959 na revista inglesa *The Economist*, referindo-se a quotas para carros importados para a Itália. Em 1961, a palavra *globalization* já apareceria no dicionário americano *Merriam Webster's New International Dictionary*. (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003 *apud* NOBRE, 2019)

refletem na dialética entre as mudanças na reorganização do território através de variadas formas de expansão e dominação, desde a colonização até a internacionalização econômica dos espaços com a penetração de fluxos, capitais e pessoas.

De acordo com Erik Swyngedouw (2018), o resultado dessa dinâmica é uma desenfreada interação e concorrência entre diferentes espaços, uma vez que a **desterritorialização** e **a reterritorialização**[19] dos mercados financeiros são as principais marcas da mudança econômica na era da globalização. Por isso, "devemos começar a ver como a dinâmica do capitalismo se baseia na reconfiguração eterna do espaço e a organização espacial na qual o espaço é um momento constitutivo" (SWYNGEDOUW, 2018, p. 78-82).

Em suma, por influência da globalização, as cidades são afetadas pelas formas mais variadas de estratégias de internacionalização que operam mediante políticas de planejamento urbano e gestão administrativa das cidades (SÁNCHEZ, 1999, ARANTES, 2000). As transformações incessantes pelas quais as cidades vêm passando revelam as reestruturações urbanas como parte resultante do progresso e do desenvolvimento econômico como padrão repetitivo na lógica da rediferenciação do espaço geográfico perante a acumulação, expansão de capital e criação de novas fronteiras (SMITH, 1996). Segundo o geógrafo escocês Neil Smith (2007), o rearranjo e a reestruturação do espaço sempre fizeram parte do crescimento e do desenvolvimento urbano. No entanto, o que é novo é a **intensidade** com que esta reestruturação se apresenta, como um componente imediato de uma ampla remodelação social e econômica tendo em conta o deslocamento da escala urbana, antes definida pelas condições de reprodução social e, agora, moldada pelos investimentos em capital produtivo global.

> *Accordingly, the connections between capital and the state, social reproduction and social control have been drastically altered. And this transformation, the outlines of which we are only beginning to see, is being expressed most vividly through an altered geography of social relations—more concretely, through a rescaling of social processes and relations that creates new amalgams of scale replacing the old amalgams broadly associated with "community," "urban," "regional," "national," and "global"* (SMITH, 2002, p. 430)[20]

[19]Os geógrafos Rogério Haesbaert e Glauco Bruce (2002) partem do pensamento pós-estruturalistas dos filosóficos Gilles Deleuze e Félix Guatarri, que como "pais" dos conceitos citados, elaboram a tese de que o capitalismo é por natureza um processo desterritorializador, mas também reterritorializador. Em releitura aos autores franceses, os geógrafos enfatizam que sendo o território um agenciamento e sendo um agenciamento, um encontro, o espaço geográfico é extrapolado por indissociáveis e simultâneos processos de des-re-territorilização. No âmbito econômico, Rogério Haesbaert e Tatiana Tramontani (2004) afirmam que a problemática da desterritorialização se coloca frente a crescente mobilidade do capital aliado à fragmentação e fragilização que atingiram o campo do trabalho e da produção, haja vista a destruição das fronteiras nacionais. Assim, a desterritorialização pode ser sinônimo de globalização econômica, principalmente quando associada à fase do capital de acumulação flexível, na qual, as barreiras territoriais se veem enfraquecidas, as empresas adotam um caráter "multilocacional" e a circulação tanto do capital econômico, quanto do produtivo se dá em tempo real.

[20] Nesse sentido, as conexões entre capital e Estado, reprodução social e controle social foram drasticamente alteradas. E essa transformação, cujos contornos apenas começamos a ver, está sendo expressa de maneira mais vívida por meio de uma

Por conseguinte, Smith (2002) conecta a ascensão do urbanismo neoliberal[21] com a globalização, enfatizando a transição do papel do Estado que se mostra cada vez mais defensor dos interesses do mercado. Tal postura do setor público faz parte da trama que vem permitindo o urbanismo revanchista tomar a frente na produção espacial da cidade. Pois, segundo Smith (2002), o Estado, ao invés de regular as ambições da máquina financeira, tem sido o principal benfeitor de um exercício de poder que se fortalece por meio da aplicação de políticas neoliberais.

> (...) o Estado é chamado para intervir ou mesmo assumir as atividades que antes se realizavam no âmbito do mercado. Quando o capital se vê impossibilitado de se reproduzir é dada a autoridade de direito ao Estado para que mantenha a reprodução do capital, uma vez que este tem o poder para estabelecer novas regras de relações sociais, se necessário, tanto com relação à manutenção do proletariado quanto da classe hegemônica que detém o capital. Na verdade, esta dimensão plurifacetada e pluriescalar do Estado e das Políticas Urbanas é fundamental e transversal para compreender o palimpsesto do discurso e da materialidade da gentrificação na diversidade do mundo ibero-americano (MENDES; SALINAS; VALENÇA; MARTÍNEZ-RIGOL, 2018, p. 22).

Portanto, na visão de Smith (2002), para entender a globalização é preciso primeiramente observar como a execução de atividades, a produção de bens e a organização da divisão social do trabalho desempenham um papel determinante na espacialização e combinação das escalas urbanas. Tanto a cidade, quanto o Estado são agentes representativos dessas dinâmicas e passam a funcionar sob essa múltipla hierarquia associada aos novos arranjos dos poderes globais.

Sendo assim, o reescalonamento dos âmbitos sociais e espaciais é a principal expressão da mudança global que vem acontecendo e influenciando a produção urbana, comandada pela ascensão do urbanismo neoliberal (SMITH, 2002). Não se trata de afirmar que a reprodução da organização social já não modula as escalas urbanas, mas compreender que seu poder está significativamente reduzido na atual conjuntura de poderes. Como exemplo, pode-se citar a descentralização dos poderes nacionais, haja vista a dinâmica na qual áreas metropolitanas ou

---

geografia alterada das relações sociais - mais concretamente, por um reescalonamento de processos e relações sociais que cria novas amálgamas de escala, substituindo amplamente as antigas amálgamas associado a "comunidade", "urbano", "regional", "nacional" e "global" (nossa tradução).

[21]De acordo com Smith (2002), o urbanismo neoliberal é conceituado a partir de duas dimensões: a primeira se dá pela rápida e desigual expansão urbana nos países da América Latina, Ásia e África, onde o estado de bem-estar social nunca foi efetivamente instalado e, a segunda, pelo alastramento da gentrificação generalizada nos locais que estão se tornando propagadores de um novo globalismo.

cidades com maior comando econômico se sobressaem na hierarquia habitual, influenciando diretamente processos sociais, culturais e políticos em uma região ou uma nação.

Isto posto, poderíamos dizer que dentre os pensadores do urbanismo contemporâneo, Neil Smith é uma das principais fontes de referências para a compreensão das transformações do capitalismo e da reestruturação urbana em centralidades globais. Afinal, o geógrafo demonstra como o capitalismo, quando em crise, desenvolve uma geografia específica, mobilizando e alterando constantemente o ambiente construído das cidades como tentativa de valorização do capital e da perpetuação de seu sistema.

Por isso, parte da ênfase deste trabalho, a ser elaborada no próximo subcapítulo, recairá sobre o fenômeno da gentrificação[22] que, de acordo com Smith (2006), é um dos efeitos do desenvolvimento desigual[23]. Ao retratar a gentrificação, Smith aborda como seu fenômeno se comportava como uma anomalia esporádica e localizada à certas realidades urbanas, fortemente vinculado às dinâmicas do mercado imobiliário, e hoje, se mostra cada vez mais generalizada, de incidência global e vinculada ao circuito de capital e à cultura global.

2. 2 Gentrificação

Afirmando o significado polissêmico que o termo gentrificação engloba[24], este trabalho busca retomar recentes tendências pós-modernas da evolução do pensamento geográfico. Inauguradas por Smith, algumas dessas tendências ratificam uma clara perspectiva marxista perante a visão da gentrificação como fenômeno contemporâneo de conquista classista da cidade e de propagação de uma democracia urbana revertida em consumo (BIDOU, 2006). Nas

[22]A década de 1960 foi um marco temporal para o florescimento das primeiras hipóteses que construíram o conceito de gentrificação. Esse termo, derivado do substantivo inglês *gentry*, cujo significado remete a indivíduos de origem nobre (LEES, 2012), foi utilizado inicialmente por Ruth Glass, no livro *London: Aspects of Change* (1964). A socióloga britânica pesquisou a mudança dos estratos sociais em Londres (especialmente na região de Islington, habitada pela classe operária). Sua análise está focada na transferência de classes médias e altas para zonas populares, impactando na expulsão das classes que lá habitavam, e no consequente aumento gradativo dos preços de aluguéis e no enobrecimento da vida urbana em zonas anteriormente desvalorizadas.

[23]A respeito de tal conceito, Smith (1988) analisa como a configuração da paisagem é determinada por padrões espaciais de intervenções induzidas por estratégias de sobrevivência do capitalismo, cuja marca registrada é uma estrutural desigualdade perante as escalas de ações urbanas globais e locais. Além disso, o conceito parte da contradição entre o valor de uso e o valor de troca do solo urbano, que gera uma tensão de movimentos do capital, ora voltado para a equalização espacial, ora voltado para a diferenciação espacial e que, por fim, resulta em um desenvolvimento desigual. Exemplos de desdobramentos da lógica do desenvolvimento desigual, evidenciados por Smith (1988), são: colonização, modernização, dicotomia de poderes centro/periferia e reestruturações urbanas.

[24]A multiplicidade de explicações que permeia o conceito de gentrificação também conforma uma disputa na apropriação de seu significado, que vem sendo utilizado tanto por acadêmicos e planejadores urbanos, quanto pelo senso comum de leigos, com o fim de expor ideias que reafirmam desde o crescimento econômico de uma região e sua inserção na competição do mercado global, até práticas de políticas urbanas higienistas. Essa polissemia de significados contribui, por vezes, com o esvaziamento crítico de seu conceito (SMITH, 2002; RANGEL, 2015; MENDES, 2014; CASTRIOTA, 2018).

últimas décadas, o conceito de gentrificação vem sendo amplamente debatido pelas mais diversas linhas de estudos, por vezes até mesmo dicotômicas, dividindo-se ora em teses de consumo, ora de produção. Se os intelectuais humanistas liberais destacam a estratégica relação entre atores, escolhas individuais, e a influência da cultura e do consumo como principais pilares do processo; por outro lado, os pensadores marxistas estruturalistas priorizam a lógica do capital, das classes sociais, da produção e da demanda como principais efeitos para a eclosão da gentrificação (MENDES, 2008; RIBEIRO, 2016). Em todo caso, a irradiação desse fenômeno a nível mundial aumenta as particularidades e as complexidades teóricas do mesmo, como afirma o geógrafo português Luís Mendes (2015):

> (...) a gentrificação, de fato, tem alargado, nas últimas décadas, a sua expressão geográfica e ideológica e os seus limites tradicionais, as suas fronteiras territoriais, indo para além do mero perímetro interno da cidade centro ou do centro histórico para se estender a áreas urbanas nunca antes ocupadas pelo processo. Essa expansão geográfica obriga, também, a que a sua definição conceitual acompanhe essa prática real e se torne mais elástica e flexível às mudanças de conteúdo, de escala e extensão do processo, levando a um alargamento das suas fronteiras conceituais (MENDES, 2015, p. 212).

É fundamental reconhecer a complementaridade das diferentes teorias para a explicação do fenômeno da gentrificação. Além disso, o próprio Smith (2007) não descarta a influência que o consumo e a demanda pessoal possuem como desencadeadores do processo de gentrificação. Na literatura acadêmica, prevalecem três consagradas vertentes que buscam explicar as causas e os efeitos da gentrificação. A primeira, apresentada pelo geógrafo britânico David Ley (1986), consiste no surgimento dos "profissionais de colarinho branco"[25]. Essa hipótese está vinculada à profissionalização do setor terciário, influenciada pelos avanços tecnológicos que priorizaram a estrutura industrial de serviço em detrimento da indústria manufatureira nas grandes cidades, levando à emergência de uma nova classe social e às mudanças na estrutura de classe ocupacional.

A segunda hipótese discutida pela filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler[26] (1995) também provém da reestruturação da indústria em áreas urbanas, mas traz um

[25]O termo "trabalhador de colarinho branco" nasce da expressão em inglês *white collar worker* e foi cunhado pela primeira vez na década de 1930 pelo escritor americano Upton Sinclair que utilizou a palavra em oposição aos trabalhadores braçais e mal remunerados caracterizados por sua vestimenta azul (*blue colar worker*). Em poucas palavras, um trabalhador de colarinho branco é um profissional assalariado, geralmente autônomo e que lida com assuntos administrativos ou burocráticos.

[26]Para Butler (1995), o termo gentrificação é usado como uma metáfora para designar as recentes mudanças gerais ocorridas nos âmbitos sociais, econômicos e culturais da sociedade (*apud* BIDOU, 2006). E também para discutir como o aumento das taxas de ocupação no centro de cidades se relaciona com a crescente presença de mulheres atuando como nova força de trabalho no mercado profissional (*apud* CASTRIOTA, 2018).

viés referente às transformações sociológicas que fundamentam os movimentos dos *gentrifiers*. Essas explicações estão particularmente relacionadas às mudanças na composição de classe movidas por orientações culturais, padrões de trabalho e predisposição pessoal a morar nos centros das cidades. As duas vertentes são desenvolvidas na tese do consumo da sociedade.

Segundo o arquiteto, urbanista e Professor titular na Escola de Arquitetura da UFMG, Leonardo Castriota (2018), no tocante aos centros históricos, a gentrificação é controversa porque, além de fomentar oportunidades de manutenção de edifícios históricos, contribuindo para a conservação de um tecido urbano patrimonial degradado, traz consigo o propenso risco da espetacularização. Afinal, os espaços culturais e a indústria criativa[27] vêm sendo utilizados como instrumentos de políticas de valorização positiva da gentrificação, ligando o processo à emergência das chamadas cidades criativas ou à ingênua proposta de uma harmoniosa coexistência entre diferentes rendas e camadas sociais (*social mix*).

> O que se percebe é que os centros históricos, que deveriam ser, de alguma forma, os repositórios das histórias – e das "diferenças" – locais, terminam, nessas operações de reconversão, por se tornar extremamente homogêneos (...). Essas políticas, que se esforçariam para transformar os "centros" em "centros históricos", "reconvertendo-os", combinariam estratégias que iriam do design urbano à proposta de "grandes instalações culturais – museus, centros de cultura, universidades – confiadas a arquitetos-estrela". Neste quadro, essa "fábrica de perversidades" se expressaria com perfeição no fenômeno da "gentrificação", a "expulsão/exclusão dos setores populares" que até então tinham encontrado nesses centros seu "último refúgio" (CASTRIOTA, 2018, p. 68).

Ainda sob o viés da sociedade do consumo, a filósofa Otília Arantes (1999, 2000) irá enfatizar como a cultura se tornou uma armadilha para a estetização da vida social, em concordância com a **espetacularização das cidades contemporâneas**. A autora cunha o termo virada cultural (*cultural turn*) em alusão à nova prática do planejamento urbano, que abrandou

[27]A indústria criativa pode ser definida pelo conjunto de atividades relacionadas à produção de informação e conhecimento, abrangendo campos plurais (arte, artesanato, antiquários, design, moda, cinema, edição, música, teatro, rádio, televisão e serviços de informação) e setores heterogêneos (turismo, esporte, museus, galerias, arquitetura, publicidade e patrimônio), mesclados de forma a adquirir um papel relevante no planejamento urbano contemporâneo, ao passo que percebe-se a ascensão das "cidades criativas" no cenário geopolítico global. Especificamente quanto ao termo cidades criativas, vale ressaltar a teoria do economista Richard Florida (2002) que aborda a importância da força produtiva proveniente da classe criativa para o desenvolvimento econômico urbano e regional. Segundo o autor, as cidades criativas resultam do florescimento de três características principais: tolerância, tecnologia e talento; diretamente relativas aos aspectos profissionais da classe criativa. A vinculação de tais termos - cidade criativa e indústria criativa - demonstra cada vez mais, a estreita associação entre os ciclos de investimento do capital no ambiente construído com uma crescente incursão da economia no âmbito cultural e urbano. Na superfície dessa questão, aponta-se para três frequentes consequências: 1) a apropriação da bagagem histórico-cultural por meio da museificação dos espaços urbanos, o que esvazia o real valor da cultura local; 2) a concentração de equipamentos culturais em áreas nobres da cidade; e 3) a gentrificação de áreas populares revitalizadas em nome do patrimônio cultural. Ambos efeitos podem ser percebidos na cidade de Belo Horizonte, com uma acentuada concentração de recursos e equipamentos culturais (institucionais) localizados na região Centro-Sul (BERQUÓ, 2014) e à intensidade de projetos de revitalização para a área central de Belo Horizonte, já propostas por parcerias público-privadas (PIMENTA, 2019).

a rigidez técnica da planificação a fim de implementar políticas culturais sob o discurso homogeneizante da requalificação urbana. O ***cultural turn*** se engajado nas políticas de valorização, preservação de bens culturais e se apropria dos interesses econômicos travestidos em formas de resistências locais. Nessa lógica, os equipamentos culturais poderiam possuir um papel perverso nas operações de requalificação do espaço urbano porque passam a qualificar o lugar, favorecendo mudanças espaciais indutoras de processos de gentrificação.

> Para tanto, é necessário não perder de vista a presença contínua da isca cultural. (...) quando, nos dias de hoje, se fala de cidade (pensando estar "fazendo cidade"…), fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em requalificação, mas em termos tais que a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano (...) para cair no vasto domínio *passe-partout* do assim chamado "cultural" e de sua imensa gama de produtos derivados (ARANTES, 2000, p. 15).

Em resumo, a autora enfatiza que o processo de colapso global da planificação e a busca incessante pela reestruturação de uma urbanidade perdida tem origem nas "verdades constituídas" pelo Movimento Moderno, que sempre culminou em lemas de regeneração e reconquista da identidade local, num esforço de salvação das cidades. Segundo Arantes (1999), o efeito desses discursos e práticas produz cenários propícios à divulgação das administrações públicas, potencializadas pela "culturalização" a nível mundial.

A respeito da terceira vertente de explicação da gentrificação, esta se vincula à produção do espaço e aos argumentos de Smith quanto à "discrepância no valor do solo" (teoria do *rent gap*), à exploração do lucro perante a habitação urbana e aos investimentos do capital no ambiente construído. Smith (1996) discorre sobre o tema da gentrificação, vinculando-a à formação de fronteiras urbanas como parte de um programa político e econômico vinculado aos interesses do capital nacional e internacional.

O autor parte da abordagem do processo de colonização do Oeste estadunidense, relatando como o pretexto civilizatório foi utilizado para fomentar a cultura da "fronteirização" que legitimou tanto a conquista da natureza selvagem e dos povos tradicionais daquela região, quanto a expansão territorial do capitalismo hostil. Fundamentado nessa analogia, Smith (1996) tem por objetivo geral tratar de um processo ainda mais amplo: a própria expansão do capital pelo mundo, enfatizando que seu processo de difusão implicou a própria reformulação do sistema capitalista ao longo das temporalidades históricas (colonização, modernização, guerra-fria, era digital financeira, etc.). Portanto, as crises estruturais do capital ativariam as fronteiras do espaço a partir da segregação territorial, elitização ou enobrecimento urbano, fenômenos

vinculados aos vários tipos de processos de "*re*": reurbanização, revitalização, reestruturação, recomposição, renovação, reabilitação e requalificação (MENDES, 2013)[28].

Em suma, o processo de gentrificação abordado pelo geógrafo se inicia pelo estigma do lugar selvagem presente no Oeste Americano e se transfere para a realidade dos bairros centrais degradados das metrópoles contemporâneas, ocupados por camadas populares: trabalhadores pobres e grupos minoritários como negros e imigrantes. Dessa forma, a "fronteirização" sobre a qual Smith (1996) fala, está associada a uma força desenvolvimentista que pode gerar, mais que transformações espaciais e paisagísticas, uma ampla reformulação social, econômica e cultural do território. Transformações cuja lógica se baseia na **filtragem social** (MENDES, 2008, 2014, 2015), ou seja, na substituição, recomposição ou expulsão daquela população de baixa renda, cedendo lugar à territorialização de grupos de renda superior, os *yuppies*[29], que seriam os novos colonizadores ou pioneiros do espaço, responsáveis (em parte)[30] por esse processo.

Isso posto, as reestruturações espaciais são permeadas por processos estigmatizantes, nos quais impera um essencial estágio de degradação da paisagem ou uma simbólica ou efetiva "produção institucional da desordem" (FERNANDÉZ, 2014), sendo ambos encarregados de atrair investimentos financeiros e imobiliários para a reconstrução espacial. Por conseguinte, as áreas centrais das cidades se tornam alvos de disputa empresarial, cultural, artística e financeira. Dessa forma, a lógica do ***rent gap*** ou a teoria da **renda diferencial** enfatiza o deslocamento de capital e não de pessoas, na remodelação de uma paisagem urbana que clama por melhorias das áreas centrais. Nesse raciocínio, a estabilização da economia funciona ora pela valorização, ora pela desvalorização do ambiente construído e é justamente a simultaneidade desses dois processos opostos, aplicados em diferentes temporalidades, que gera o *rent gap*. Em outras palavras, Smith (1996) enxerga como força motriz da gentrificação a dinâmica especulativa que

[28]Luís Mendes (2013) atesta que todos os conceitos de "re" trazem como semelhança as transformações do espaço urbano cuja finalidade são melhorias sociais e infraestruturais. Apesar disso, a diferença entre as terminologias reside em suas práticas e discursos usados para mitigar a decadência do ambiente construído. Por exemplo, a regeneração urbana visa a integração, o planejamento estratégico, a flexibilidade, o apoio em parcerias financeiras e a criação de soluções de caráter multidimensional. Já a **reabilitação urbana** consiste em obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e espaços públicos, sendo bastante difundida nos centros históricos. Diferentemente da **renovação urbana** que se caracteriza pela demolição pontual de estruturas em áreas degradadas, tendo como seu padrão a reconstrução e sendo, por isso, inadequada para urbanidades de valor patrimonial.

[29]Segundo Smith (2006), os *yuppies* são considerados os novos jovens urbanos ou a classe criativa e artística, de poder aquisitivo médio, que contribui fortemente com a primeira onda da gentrificação.

[30]"Neil Smith sublinha que a gentrificação deve ser entendida como uma transformação ampla no uso do território das áreas centrais, isto é, se trataria de um processo relativo tanto às mudanças sócio-ocupacionais no perfil da população residente como às transformações causadas pela criação de equipamentos culturais e turísticos, novos centros de consumo, pela produção imobiliária para empresas e por outros empreendimentos" (SOMBINI, 2012, p. 26).

envolve o atual valor de um imóvel urbano e o potencial lucro imobiliário a partir de um outro uso para o mesmo imóvel em áreas degradadas.

Portanto, a teoria da renda diferencial surge perante a lógica do desenvolvimento geográfico desigual, que pode agir por meio do investimento no ambiente construído consolidado, da expansão territorial promovida pela suburbanização, ou do crescimento metropolitano. Para entender a teoria do ***rent gap*** e o movimento de capital financeiro direcionado às especulações do solo urbano, faz-se necessário entender a diferença entre a renda capitalizada momentânea e a renda potencial.

> Assim, o subdesenvolvimento de uma localidade estimula o desenvolvimento de outra. (...). Com o passar dos anos, a distância entre a renda atualmente capitalizada e a renda potencialmente capitalizada torna-se visível. A primeira está condicionada pelos investimentos anteriores e é prejudicada pelos custos de manutenção das construções. Diferentemente, a segunda vai aumentando regularmente enquanto houver outra localidade que sofra a combinação de aumento populacional, expansão de polos de emprego, inovações tecnológicas, entre outros (OLIVEIRA, 2017, p. 10-11).

Se por um lado a movimentação de capitais associada ao preço do solo valoriza o território, por outro, ela abre brecha para que a especulação imobiliária explore o lucro sobre a habitação urbana, implicando na saída das camadas populares, dos comércios locais e de toda forma de vida incapaz de competir com a nova hierarquia interurbana. Uma vez que os modelos de investimento e desinvestimento no campo do urbanismo admitem múltiplas escalas, desde a local até a supranacional, a gentrificação opera na contemporaneidade como uma estratégia global (SMITH, 1996, 2002, 2006).

> *Rather, the appeal to bring people back into the city is always a self-interested appeal that the white middle and upper-middle classes retake control of the political and cultural economies as well as the geography of the largest cities. Probing the symptomatic silence of who is to be invited back into the city begins to reveal the class politics involved* (SMITH, 2002, p. 445)[31].

Diante da mobilidade geográfica do capital na era da globalização, o desenvolvimento desigual dos circuitos econômico-culturais e a diferenciação do espaço em múltiplas escalas propiciam, então, a expansão desse fenômeno urbano para além da Europa, Oceania e América do Norte, atingindo toda e qualquer localidade apta a competir sob a lógica especulativa do

[31]"Pelo contrário, o apelo por trazer as pessoas de volta à cidade, é sempre um apelo de interesse para as classes média e alta brancas retomarem o controle das economias políticas e culturais, bem como a geografia das maiores cidades. Sondando o silêncio sintomático sobre quem será convidado a voltar para a cidade, começa a se revelar a política de classe envolvida" (nossa tradução).

capital. Assim, a fim de entender as fases da gentrificação, Smith elenca três ondas para a consolidação desse fenômeno:

> *The first wave, beginning in the 1950s, can be thought of as sporadic gentrification, much as Glass observed it. A second wave followed in the 1970s and 1980s as gentrification became increasingly entwined with wider processes of urban and economic restructuring. (...) A third wave emerges in the 1990s; we might think of this as gentrification generalized. Of course, this evolution of gentrification has occurred in markedly different ways in different cities and neighborhoods and according to different temporal rhythms. (...) And yet, to differing degrees, gentrification had evolved by the 1990s into a crucial urban strategy for city governments in consort with private capital in cities around the world* (SMITH, 2002, p. 440)[32].

Em termos gerais, a primeira onda da gentrificação consiste na revalorização de uma centralidade degradada, a partir da **recomposição de estratos sociais**, interessados em reconfigurar a atratividade dessa paisagem urbana menosprezada. Pode-se dizer que esse novo grupo de moradores, comumente de classe média e pertencente à área profissional criativa, se destaca por um estilo de vida alternativo, interessado nas tendências globais de comportamento e consumo (ALCÂNTARA, 2018). Ou seja, fala-se de um processo de enobrecimento e até mesmo ***hipsterização*** ou ***gourmetização***[33]. Nessa primeira fase, o movimento de gentrificação é esporádico e pontual, comumente relativo à retomada de áreas centrais ou sítios históricos que já contam com infra-estrutura e serviços urbanos. Outro fator de atração para a reocupação dessas áreas degradadas são os baixos preços dos aluguéis.

De acordo com Smith (1996, 2002), na segunda onda da gentrificação, nota-se o protagonismo do mercado imobiliário junto a parcerias público-privadas (PPP), de modo que ambos estariam engajados na concretização de reestruturações urbanas e econômicas mais abrangentes em áreas ainda pouco visadas. Dessa forma, vale observar que os instrumentos urbanísticos legitimados pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal n° 10.257/2001), à exemplo dos GPUs, das Operações Urbanas Consorciadas (OUC) ou das Operações Urbanas Simplificadas (OUS) acabam atuando como fontes de obtenção de mais valia diante do cenário de crise do capital e evidentemente podem contribuir para as manobras do ***rent gap***. Vale lembrar ainda

[32]A primeira onda, iniciada na década de 1950, pode ser considerada uma gentrificação esporádica, como Glass observou. Uma segunda onda se seguiu nas décadas de 1970 e 1980, quando a gentrificação se tornou cada vez mais entrelaçada com processos mais amplos de reestruturação urbana e econômica (...). Uma terceira onda surge na década de 1990; podemos pensar nisso como gentrificação generalizada. Certamente, essa evolução da gentrificação ocorreu de maneiras marcadamente diferentes em diferentes cidades e bairros e de acordo com diferentes ritmos temporais (...). E, no entanto, em graus diferentes, a gentrificação evoluiu na década de 1990 para uma estratégia urbana crucial para governos municipais em consórcio com capitais privados em cidades ao redor do mundo (nossa tradução e grifo).

[33]A *hipsterização* pode ser entendida como um antecedente da gentrificação e se baseia em um processo vinculado à abertura de novos estabelecimentos comerciais com objetivo de atrair novos moradores para consumir ou morar nos bairros regenerados. Os *hipisters* são análogos aos *yuppies* de Smith (1996), ou seja, os novos pioneiros do espaço urbano classificados como os novos agrupamentos de classes elevadas (ALCÂNTARA, 2018).

que, na transição da segunda para a terceira onda da gentrificação, elencam-se cinco fatores para a mudança nas estruturas de poder e agentes envolvidos. Dentre eles, destacam-se:

> (i) O novo papel do Estado no âmbito urbano; (ii) a penetração do capital global financeiro nas cidades; (iii) a mudança de nível na oposição política e social; (iv) a dispersão geográfica e (v) relativa independência de financiamento público. Entre a segunda e a terceira onda de gentrificação, o papel do Estado sofreu uma mudança significativa: de relativamente não interveniente nos processos de gentrificação dos anos 80, a parceiro do capital privado em grandes empreendimentos urbanísticos que implicavam em um processo de gentrificação muitas vezes acentuado (RIBEIRO, 2016, p. 15).

Dessa forma, na terceira onda da gentrificação, o fenômeno já está generalizado e o novo papel do capital global chega à escala de bairros locais. Logo, os projetos urbanos são planejados e financiados em escalas sem precedentes por empreendedores, financiadores, políticos e corporativistas, que se valem do discurso estratégico da regeneração urbana para camuflar o debate crítico sobre a possibilidade de gentrificação. Justamente porque tal termo se tornou uma "palavra suja", exposta pela temática do neoliberalismo urbano.

Ademais, Luís Mendes sublinha que a análise da gentrificação em face à pertinência do uso da expressão novas fronteiras (SMITH, 1996) se reafirma porque tal noção remete ao conceito geográfico de limite que, por sua vez, está diretamente associado ao campo dos poderes social e político, historicamente construídos. O uso do conceito de fronteira reforça o fato de que as delimitações espaciais e a produção do espaço urbano decorrem das relações sociais e dessa dialética de poder, estabelecidas entre agentes e campos de ação.

> A gentrificação é e sempre foi, sobretudo, um processo de produção e apropriação do espaço que materializa, de forma paradigmática, a luta de classes no palco que é a cidade e o seu ambiente urbano. É precisamente a natureza de classe do processo que é transversal a todos os processos de gentrificação, independentemente dos formatos, tipologias, fatores e agentes de produção do espaço inerentes a cada episódio; o que fornece uma âncora conceitual importante na identificação, análise e estudo do processo, por mais elástico que se torne para conseguir abarcar várias manifestações empíricas. Contra a mera descrição da espacialização da luta de classes que a gentrificação representa e que está já sobejamente explicada, existe uma necessidade de explicar politicamente como a espacialização intervém na luta urbana que produz as próprias classes, pois o espaço não é apenas produto, mas também produtor de relações sociais. (MENDES, 2015, p. 17)

Portanto, por mais que, na prática, as ondas de gentrificação ocorram de forma simultânea e incompleta, não coincidindo com a explicação clássica elaborada por Smith, a questão de classe é indissociável esse fenômeno urbano, agora potencializado pela globalização. Apesar do aparecimento de novas lentes de observação, lógicas, formatos e escalas histórico-geográficas, a gentrificação trará sempre a dicotomia entre o valor de uso e o

valor troca, transversais à produção do espaço urbano em qualquer formação territorial sócio-capitalista (MENDES; SALINAS; VALENÇA; MARTÍNEZ-RIGOL, 2018).

Trazendo uma visão pós-colonial, Rowland Atkinson e Gary Bridge (2005) associam a onda neoliberal ao fenômeno da gentrificação, argumentando que o último resgata simbolismos de conquistas territoriais imperialistas, atuando como uma "**nova forma de colonização do espaço urbano**". Portanto, para os autores, a gentrificação reincorpora a seletiva apropriação espacial atravessada pela imposição cultural e histórica realizada pela opressão de grupos privilegiados sobre grupos deslegitimados, resultando, por fim, em um processo de segregação sócio-espacial[34].

> *The current nature and extent of gentrification raises questions not just about interrelations with globalisation but also its manifestation as a form of new urban colonialism. The geographical spread of gentrification over the last twenty years has been a reminiscente of earlier waves of colonial and mercantile expansion, itself predicated on gaps in economic development at the national scale. It has moved into new countries and cities of the global "South" but has also now cascaded down the urban hierarchies of regions withn the urban north where it has been established for much longer. (...) Contemporary gentrification has elements of colonialismo as a cultural force in its privileging of whitness, as well as the more class-based identities and preferences in urban living. In fact not only are the new middle-class gentrifiers predominantly White but the aesthetic and cultural aspects of the process assert a white Anglo appropriation of urban space and urban history* (ATKINSON; BRIDGE, 2005, s/ p.)[35].

Isso posto, os autores destacam que a discussão promovida pela gentrificação se reformula em debates sobre: globalização, processos de expulsão e imigrações internacionais. Formas particulares da **nova colonização urbana**, observada mundialmente por evidência da universalização da administração pública, tomada pela lógica privada em vínculo à governança urbana. Portanto, o aspecto colonial da gentrificação se reafirma por meio da prática da desregulamentação, característica ao **neoliberalismo**.

[34]Enfatizamos aqui que a preferência pela grafia do termo sócio-espacial, ao invés de socioespacial se dá pela influência de Marcelo Lopes de Souza que inaugura o debate no Brasil sobre as diferenças entre os dois termos, em estímulo ao avanço científico de visões que prezem mais pela de análises da "produção do espaço" e seus "agentes produtores" do que a "organização do espaço". Nesse sentido, segundo o autor, " '[s]*ocioespacial", sem hífen se refere somente ao espaço social* (...); de sua parte *'sócio-espacial'*, com hífen, diz *respeito às relações sociais e ao espaço simultaneamente* (SOUZA, 2009, p. 24-25 *apud* CATALÃO, 2011- grifos do autor).

[35]A natureza atual e a extensão da gentrificação levantam questões não apenas sobre as inter-relações com a globalização, mas também sobre sua manifestação como uma forma de novo colonialismo urbano. A disseminação geográfica da gentrificação nos últimos vinte anos foi uma reminiscência de ondas anteriores de expansão colonial e mercantil, ela própria baseada em lacunas no desenvolvimento econômico em escala nacional. Mudou-se para novos países e cidades do "Sul" global, mas também agora caiu em cascata nas hierarquias urbanas das regiões no Norte urbano, onde foi estabelecida por muito mais tempo. (...) A gentrificação contemporânea tem elementos do colonialismo como força cultural devido a seu privilégio de testemunhar uma maior identidade e preferências urbanas baseada em classes. De fato, não apenas os novos gentrificadores da classe média são predominantemente brancos, mas os aspectos estéticos e culturais do processo afirmam uma apropriação anglófona do espaço urbano e da história urbana (nossa tradução – grifo do autor).

Compartilhando essa visão decolonial, David Harvey (1982, 2001) também enfatiza que a **expansão imperial**, como forma de **colonização espacial**, pode ser interpretada pelo particular viés da correção espacial (***spatial fix***)**,** observando como o capitalismo global vem se expandindo por meio de conquistas territoriais e acumulações de capital via reconstrução do espaço. Para o geógrafo marxista, o **desenvolvimento geográfico desigual**[36] engendra a reestruturação geográfica por meio da expansão espacial das atividades capitalistas, de forma a perpetuar os ciclos econômicos. Assim, produção, reprodução e reconfiguração do espaço sempre estarão no eixo da política econômica capitalista e a globalização, nesse sentido, nada mais é que outra fase de sua produção e transformação sócio-espacial por meio de processos associados à **teoria do *spatial fix***.

Para elucidar essa teoria, Harvey (2001) se aprofunda na abordagem da semântica contida na palavra *fix*, cujos significados múltiplos atuam como analogias importantes para entender a intenção dos processos de reestruturação urbana. Dentre elas, a palavra "*fix*" pode ter o sentido de: a) fixar algo, mantendo-o seguro e imobilizado no espaço; b) consertar algo, restabelecendo seu funcionamento adequado; c) fazer uso de drogas, remetendo ao desejo ardente de aliviar uma doença ou necessidade crônica. Nesse último caso, é curioso lembrar que, como parte de um ciclo vicioso, o problema é resolvido quando o desejo é suprido, mas a ânsia por um êxtase logo retorna e a solução se faz temporária, não permanente.

Pode ser que a variedade interpretativa dessas nuances explique como, na maioria das crises urbanas, são acionadas estratégias cíclicas. Amparadas na dinâmica de solução e descaso perante as problemáticas territoriais, a solução perdura até o momento em que é atingido o esgotamento na extração de capital do território, levando a uma nova indução de investimentos a fim de perpetuar a superacumulação do capital. Em outras palavras, instaura-se um processo de fixação de capital sob novas formas de investimentos no ambiente construído, com o objetivo de se criar uma paisagem diferente e mais atraente, para que a força do capital deslanche novas sinergias de desenvolvimento.

[36]Esse conceito elaborado por David Harvey (2013) provém da ideia de que o capitalismo busca sempre as melhores condições para se reproduzir, adotando a mobilidade geográfica para reprodução e acumulação de capital. Explica-se pelo compilado de citações: "(...) o capitalismo também 'encontra barreiras dentro da sua própria natureza', que o obriga a produzir novas formas de diferenciação geográfica. As diferentes formas de mobilidade geográfica (...) interagem no contexto da acumulação e assim constroem, fragmentam e criam configurações espaciais na distribuição das forças produtivas e geram diferenciações similares nas relações sociais, nos arranjos institucionais e assim por diante (...). O resultado disso é que o desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esse objetivo envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 602-604).

> *At times of crisis the state then deploys a combination of strategies that Harvey calls the spatial fix – the creative destruction of spaces that can no longer sustain the expanded reproduction of capital, and the stimulation of investment and employment through the construction of the physical conditions necessary for renewed growth. This constitutes a 'fix' in a dual sense of the term – capital is literally fixed in the landscape, thus providing a fix for the crisis by productively absorbing surpluses of capital and labour in the production of a space appropriate to the perceived exigencies of a fresh round of accumulation* (WILSON, p. 376, 2011)[37].

Segundo Daniel Freitas, Letícia Lemos, Pedro Mendonça, Breno Holanda e Luís Pequeno no livro - Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo (2018)[38] - grandes obras infra-estruturais estão no cerne dessa questão, pois o argumento para suas intervenções se difunde principalmente a partir da ideia de conserto da realidade local. Tal resultado pode até traduzir uma real necessidade social, mas também provém de uma demanda do capitalismo por constituir novos ganhos mediante adaptação do espaço. E com a mesma facilidade que essas adaptações podem ser criadas, elas também podem ser destruídas, dando margem a uma "desejável" obsolência do ambiente construído. Nesse contexto, a reestruturação espacial traz em seu âmbito a controversa preexistência da degradação espacial, que desempenha uma função-chave no fenômeno da gentrificação, pois é justamente a atmosfera de ameaça causada pela deterioração da paisagem que propicia a situação ideal para a implementação do *spatial fix*, ou seja, de novas oportunidades de regenerações urbanas. Ademais, Mendes, Salinas, Valença e Martínez-Rigol (2018) apontam para quatro premissas e especificidades espaciais que contribuem para a manifestação da gentrificação:

> 1) Uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas urbanas, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado, o que implica desalojamento; 2) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; 3) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitetônicas; 4) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em regime de propriedade (MENDES; SALINAS; VALENÇA; MARTÍNEZ-RIGOL, 2018, p. 15).

[37]Em tempos de crise, o Estado, então, implementa uma combinação de estratégias que Harvey chama de *correção espacial* – a destruição criativa de espaços que não podem mais sustentar a reprodução expandida do capital e o estímulo ao investimento e ao emprego por meio da construção das condições físicas necessárias para um crescimento renovado. Isso constitui uma "correção" em um sentido duplo do termo: o capital está literalmente fixo na paisagem, proporcionando assim uma solução para a crise, absorvendo produtivamente os excedentes de capital e o trabalho na produção de um espaço adequado às exigências de uma nova rodada de acumulação (nossa tradução).

[38]A publicação apresenta os resultados da pesquisa "Financiamento do desenvolvimento urbano, planejamento, inclusão socioterritorial e justiça social nas cidades brasileiras" realizada entre 2016 e 2017. O projeto foi desenvolvido em parceria com: LabCidades (FAUUSP); Indisciplinar (EA-UFMG); PRAXIS (EA-UFMG) e LEHAB (UFC), com apoio da Fundação Ford. O livro contou com a organização e coordenação de pesquisa de Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro, Denise Morado Nascimento, Daniel Medeiros de Freitas, Natacha Rena e Luís Renato Bezerra Pequeno. Disponível em: <https://observasp.files.wordpress.com/2018/04/cidadestadocapital_virt_low.pdf >. Acesso 09 de novembro de 2020.

Segundo os autores, dentro dessa conjuntura, a espacialização da gentrificação tem nexo com o papel crescente da arquitetura e do urbanismo na configuração da cidade contemporânea desde a construção de edifícios-ícones por escritórios de arquitetura elitizados, que utilizam seu trabalho como um verdadeiro *branding* (ARANTES, 2012)[39], até as reurbanizações de favelas, requalificações de viés cultural e a realização de grandes eventos (como a Copa do Mundo, as Olimpíadas etc.). Estes que, por sua vez, acarretam complexas intervenções infra-estruturais em espaços públicos. Outro viés comumente citado se trata das renovações ou reconversões urbanas de áreas industriais, portuárias e ferroviárias, assim como as revitalizações de centros históricos e projetos urbanos em frentes d'águas[40] como modelos indicativos de processos gentrificadores.

Para Luís Mendes et al. (2018) e Michael Janoschka et al. (2014), a gentrificação se torna mais complexa devido às particularidades dos contextos por onde ela se alastra, como no caso do Sul Global e das cidades latino-americanas. Nessas localidades, a reestruturação urbana resulta em efeitos ainda mais drásticos, pois a legitimação de políticas públicas é comumente orientada por projetos-lei de "**Estado de Exceção**"[41] que visam a eliminação de edifícios e infraestruturas apropriadas por classes pobres, expulsando-as para abrir caminho à especulação imobiliária e gerar valorização capitalista do espaço.

Por fim, partindo-se do pressuposto fundamental de que o contexto espacial importa na abordagem da gentrificação, os autores latino americanos ultrapassam os limites conceituais do chavão da gentrificação repercutido pelas produções acadêmicas do Norte Global. Buscando,

[39]No livro "Arquitetura na era digital financeira", Pedro Arantes (2012) propõe uma interpretação acerca da fusão entre a arquitetura contemporânea, a indústria do entretenimento e a publicidade. Esse debate permeia a subordinação do capital produtivo em relação ao capital financeiro por meio da exploração da arquitetura desde a concepção de sua face material arquitetônica/urbana até a fase do canteiro de obra, assumindo que a inversão dos fundamentos construtivos e dos propósitos sociais nesses projetos se evidencia a partir da sobreposição da economia rentista, do fetiche do capital e principalmente pelo novo ciclo de produção espacial espetacular dos arquitetos-estrela contemporâneos. Arantes (2012) enfatiza como tal realidade revela a singularização exagerada de símbolos arquitetônicos, o monopólio de poder e o prestígio concentrado em uma elite profissional específica, enquanto segrega e desmerece a produção espacial/habitacional promovida pela maioria dos arquitetos para a maioria da sociedade, de forma a ressaltar como a valorização desenfreada do capital na contemporaneidade dissocia a essência da tríade: valor-trabalho-produto.

[40]Pode-se citar como famosos exemplos de projetos urbanos em frentes d'água: Los Angeles River Revitalization Master Plan, Los Angeles, EUA; MRIO, rio Manzanares, Madri, Espanha; Cheonggyecheon Restoration Project, Seul, Coreia. Além do Porto Maravilha, Rio de Janeiro, Brasil; poderia ser citado como um projeto urbano em frente marítima. Tais projetos foram cunhados pela expressão internacional *waterfronts* e são conhecidos pela tentativa de reconstituição ambiental e ecossistêmica de áreas fluviais degradas. As grandes intervenções acabam sendo grandes fórmulas mágicas para a turistificação e valorização imobiliária do solo urbano revitalizado.

[41]Sobre esse conceito, Giorgio Agamben (2004) afirma que o estado de exceção surge desde a 1ª Guerra Mundial como um paradigma de governo, podendo ser a resposta mais imediata do poder estatal aos conflitos internos extremos. No entanto, a criação voluntária de um estado de emergência permanente tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. Portanto, o estado de exceção se revela uma ameaça para os governos ditos democráticos, uma vez que resulta na suspensão da própria ordem jurídica. A partir de Agamben e Poulantzas, Vainer (2011) também produz o conceito de "Cidade da exceção" que resulta na afirmação da predominância de uma democracia direta do capital, em face dos desdobramentos das intervenções urbanas comandadas pelo planejamento estratégico.

assim, novas formas de conceituar o fenômeno, a exemplo da **gentrificação turística, comercial, ecológica**, dentre outras. Por isso, para além de diferenciar a ***soft gentrification*** ou a ***pocket gentrification*** que emerge do enobrecimento urbano esporádico em um bairro, é necessário distinguir a **gentrificação marginal**, da **gentrificação enquanto estratégia global** ao serviço da cidade revanchista e da ofensiva neoliberal, que implica uma ***hard gentrification***.

No aspecto do contexto de colonização e segregação sócio-espacial pelo qual o ambiente construído da América Latina foi concebido, vale lembrar do conceito ***slum gentrification***, desenvolvido por Cummungs (2015), ressalta a violência física e psicológica explícita nas intervenções de favelas sob pretexto da pacificação urbana realizada por forças policiais. Outra elaboração conceitual próxima ao fenômeno de uma gentrificação específica aos ambientes das favelas provém do termo **gentrificação periférica**. O termo desenvolvido por Patrícia Ramos Novaes (2018) aborda a ordem urbana desigual e híbrida do urbanismo sul-americano que combina de formalidade e informalidade e impõem diversas fronteiras para manter as favelas como territórios populares estigmatizados (MENDES; SALINAS; VALENÇA; MARTÍNEZ-RIGOL, 2018).

Dessa forma, a elasticidade da terminologia busca englobar as especificidades das realidades espaciais, sem perder de vista as características nucleares da gentrificação, que são: **1) natureza de classes**; **2) deslocamentos de grupos mais vulnerabilizados**; **3) movimentos cíclicos de capital investidos no espaço urbano**; **4) as mudanças no papel do Estado e das políticas urbanas**; **4) o apoio de parcerias *market-oriented* ou provenientes do setor privado**; e **5) processos de acumulação por despossessão, espoliação e expropriação**.

É importante evidenciar que tais indicadores foram fundamentais para o método cartográfico, pois, em sua essência, eles nortearam os platôs da investigação. Explica-se: estas 5 categorias citadas foram refletidas na cartografia de forma a apresentar os eventos que revelam: 1) a luta de classes em relação à conquista de seus direitos de habitar e ocupar o território em estudo; 2) os principais acontecimentos de deslocamentos de camadas populares na região da Lagoinha e a possível relação que esses fluxos espaciais poderiam ter com as intervenções urbanas mapeadas; 3) a consideração dos ciclos de investimento/desinvestimento do capital no ambiente construído, enfatizando-se como esse fenômeno está imbricado ao processo de degradação urbana "programada" e ao florescimento de discursos e propostas de requalificação urbana na região; 4) a catalogação dos agrupamentos controversos entre sociedade civil, Estado e setor privado (capital); e 5) o mapeamento das intervenções urbanas

que envolvem tanto o progresso e o desenvolvimento, quanto a expropriação, a acumulação e a despossessão. Portanto, é interessante destacar a visão desses autores de perspectiva decolonial, pois entende-se que a transposição de um conceito importado do Norte Global para o Sul Global implica sua adaptação ao contexto local, como uma "ontologia de multiplicidade relacional e uma epistemologia de múltiplas formas de conhecimento glocal em construção contínua" (MENDES; SALINAS; VALENÇA; MARTÍNEZ-RIGOL, 2018, p. 26).

2. 3 Neoliberalismo e o homem-empreendedor

> *Neoliberal logic travels to emerging economies, both as a technique of administration, and as a metaphor. While many consider neoliberalism broadly as global markets overwhelming countries, neoliberalism as a technique is fundamentally about the re-management of populations. For emerging countries, the World Bank has prescribed 'political entrepreneurialism', or a shift from a focus on the production of goods (already underway for decades) to the production of educated subjects. (...) The common goal is to induce an enterprising subjectivity in elite subjects, to increase their capacity to make calculative choices in the fast-expanding information industry. However, these market-driven mechanisms are not uniformly enforced, but must take into account other political logics and risks that already exist in a particular context* (ONG, 2017, p. 5)[42].

> A concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais (...). O homem-neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

Abordando agora o neoliberalismo, convém-nos entendê-lo a partir de suas várias camadas de atuação. Harvey (2008) aprofunda a noção de que o poder hegemônico neoliberal se incorporou estrategicamente do aparato conceitual que conforma o senso comum da sociedade, de forma que a mobilização de sensações, instintos, valores e desejos, inicialmente vinculados aos movimentos dissidentes e revoluções passam a ser apropriados por uma dúbia prática discursiva neoliberal. Sendo assim, o pensamento político neoliberal se apropria do senso comum, principalmente acerca de conceitos como dignidade e liberdade, utilizando-se desses "valores centrais à civilização" para obscurecer seus sentidos e impor um regime de

[42]A lógica neoliberal viaja até as economias emergentes, tanto como técnica de administração, quanto como metáfora. Enquanto muitos consideram o neoliberalismo amplamente como um mercado global sobrecarregando os países, o neoliberalismo como técnica, é fundamentalmente sobre o remanejo de populações. Para os países emergentes, o Banco Mundial prescreveu 'empreendedorismo político', ou uma mudança de foco na produção de bens (já em andamento há décadas) para a produção de sujeitos instruídos. (...) O objetivo comum é induzir uma subjetividade empreendedora em assuntos de elite, aumentar sua capacidade de fazer escolhas calculadas na indústria da informação em rápida expansão. No entanto, esses mecanismos orientados pelo mercado não são aplicados uniformemente, devendo levar em consideração outras lógicas e riscos políticos que já existam em um contexto específico (nossa tradução).

privatização, desregulação e retirada do Estado em muitas áreas do bem-estar social (HARVEY, 2008).

A proliferação dessa conduta política e social está igualmente associada a diversos epicentros de acontecimentos mundiais, que servem de alicerces para a ascensão neoliberal. Alguns eventos de interessantes deste trabalho e citados por Harvey (2008, 2016) são: a crise do capital de 1970 (quebra do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods); a primeira experiência neoliberal no Chile[43], a partir do golpe de Estado de Pinochet em 1973; e a eleição da primeira ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, em 1979, e do presidente Ronald Regan, em 1980 nos Estados Unidos da América (EUA).

Todos esses momentos históricos citados ratificam a supressão do modelo keynesiano[44] e a retomada de valores liberais na governança[45] urbana global, concretizando a expansão de novas formas de competição econômica internacional e interurbana, ressignificadas pelo avanço da globalização. Assim, a dispersão global de eventos conectados pelo ideal neoliberal anuncia uma nova era do capitalismo que se propaga na América Latina e nos demais países subdesenvolvidos, a partir da aplicação das regulamentações criadas no Consenso de Washington em 1989, acontecimento que de acordo com Immanuel Wallerstein (2003):

> [E]nterrou o ideal do desenvolvimentismo e o substituiu pelo ideal da 'globalização', do vigoroso crescimento do papel e da atividade do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da recém-chegada OMC (Organização Mundial do Comércio) - todos eles buscando tolher a capacidade dos Estados das zonas periféricas de interferir no livre fluxo de produtos e sobretudo de capital. Esta ofensiva mundial tinha três objetivos principais: rebaixar o nível dos salários em todo o mundo; restaurar a exteriorização dos custos de produção, acabando com os sérios impedimentos aos abusos ecológicos; reduzir os níveis tributários mundiais,

[43]Segundo Harvey (2008), o golpe foi financiado por elites de *businessman* norte-americanos e pela Agência Central de Inteligência (CIA), com o objetivo de destituir o governo eleito democraticamente de Salvador Allende devido às suas tendências socialistas. Há de ser evidenciado que o atual ministro da economia do Brasil, Paulo Guedes teve passagem no país durante os anos 1980 ao longo da ditadura Pinochet (1973-1990), atuando como pesquisador acadêmico da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile, a convite de Jorge Selume Zaror, ex-diretor de Orçamento do regime de Pinochet. Desta forma, sua formação tecnocrata na Escola de Chicago, lhe concedeu o título de *Chicago Boy*, grupo o qual, gerenciou a economia chilena na época da ditadura sob o lema da privatização estatal, liberação de exportações e afrouxamento do controle estatal, consolidando o Chile como um laboratório das primeiras práticas políticas neoliberais que antecederam o Consenso de Washington (1989).

[44]O modelo keynesiano surgiu com o economista John Maynard Keynes, a partir da publicação de seu livro "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" (1936). Tal conceito se popularizou como prática econômica mundial principalmente nos períodos de crise, especificamente após a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 e no período do pós-segunda guerra mundial. A doutrina político-econômica keynesiana gerou uma oposição ao liberalismo, que defendia a mínima intervenção estatal nas questões econômicas (princípio do *laissez-faire*). No entanto, ao perceber que o livre mercado não conseguiria resolver a crise mundial instaurada, o economista Keynes, lança sua teoria do modelo keynesiano, na qual, o Estado teria papel ativo contra a recessão econômica e a alta no desemprego, sendo, portanto, um instrumento regularizador da economia na busca pelos chamados: estado de pleno emprego e bem-estar social (*wellfare-state*).

[45]O termo governança urbana foi cunhado pelo Banco Mundial "Sob a alegação de que a pobreza e os demais problemas sociais das cidades do terceiro mundo eram fruto da 'má administração' por parte de seus governantes, foram propagadas diversas técnicas e modelos de governança, que muito se assemelham com os adotados no setor privado" (PORTO; RENA, 2018).

> diminuindo em parte ou totalmente os suprimentos estatais para o bem-estar. Em primeiro lugar, esta ofensiva parecia espetacularmente bem-sucedida, e o *slogan* da *tina* (*there is no alternative*) da Sra. Thatcher parecia ter alcançado a vitória (WALLERSTEIN, 2003, p.18-19).

Quanto a relação entre crise e o neoliberalismo, diferentemente de Harvey, os pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016), ao adotarem uma leitura foucaultiana, abordam o neoliberalismo para além da crise de acumulação do capital. Isto é, levam a discussão para a âmbito da crise de governamentalidade[46], compreendendo que os dois fenômenos são atravessados pela soberania política. Assim, os autores irão defender que o neoliberalismo nasce de um projeto social renovado e indissociável às metamorfoses históricas do capital, instaurando essa "nova razão do mundo" sem precedentes comparativos. Os autores enfatizam que a implementação do neoliberalismo conforma transformações capilares e subjetivas, que atuam para além da própria estrutura capitalista, atingindo o âmago da própria sociedade e cultura.

Em síntese, para os autores, o neoliberalismo é um instrumento de governo e conduta dos homens, sendo mais que uma ideologia de "mercantilização da vida". Isso porque o mercado mantém suas limitações e singularidades, ao mesmo tempo que alicia subjetividades, tendo por fim a reconfiguração de normas, práticas humanas e instituições, que por sua vez, consagram caráter transversal e manifestações tentaculares do neoliberalismo. Pois, o neoliberalismo é constituído por um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que "tende[m] a estruturar não só a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados", essa nova razão de mundo atuará como um sistema de normas governamentais, institucionais e gerenciais. Ultrapassam-se as fronteiras do mercado, afetando desde a flexibilização das relações entre Estado, setor privado e sociedade civil até o íntimo da vida humana (DARDOT; LAVAL, 2016).

> A explicação marxista clássica esquece que a crise de acumulação a que o neoliberalismo supostamente responde, longe de ser uma crise de um capitalismo sempre igual a si mesmo, tem a particularidade de estar ligada às regras institucionais que até então enquadravam certo tipo de capitalismo. Consequentemente, a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas *outro* "regime de acumulação", mas também, mais amplamente, *outra* sociedade (DARDOT; LAVAL 2016, p. 24,).

[46]Michel Foucault (1997) conceitua a governamentalidade como um encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si. Haja vista que o interesse de Foucault estava em entender como o governo se instala, não para governar contra as liberdades individuais, mas pelas liberdades individuais, ou seja, como o indivíduo se dota de capacidades autorreguladoras, a governamentalidade concebe uma camada dessa nova razão de mundo porque traz uma transversalidade de procedimentos de poder operados pelo Estado a fim de definir as condutas do homem (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa revolução que o neoliberalismo impôs às sociedades tem como pilar de sustentação a indução à rivalidade entre os sujeitos, tornando-os empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e que estejam dispostos a entrar no processo de concorrência, uma vez que o **empresariamento** (*entrepreneurship*) é o princípio de conduta mais essencial à ordem capitalista (DARDOT; LAVAL, 2016). Contudo, para além desses efeitos, a originalidade do neoliberalismo advém da técnica inédita de remodelação de subjetividades e da criação de diretrizes da vida "moderna" a partir das instituições de poder:

> [O] neoliberalismo é um modo de atuação do Estado-capital na construção de novas subjetividades. Estas subjetividades estariam atravessadas pela noção de empreendedorismo individual e competitividade em diversos níveis da vida, incentivando assim, a competição por uma melhor posição econômica e social, induzindo o mundo inteiro a um comportamento empresarial e corporativo, seja como modelo de gestão governamental, seja como modo de vida cotidiana. Trata-se da produção de uma nova subjetividade, de uma subjetivação contábil e financeira que é um modo de subjetivação do capitalismo contemporâneo (RENA; NOBRE; BARBOSA; PORTO, p. 221, 2018).

Por fim, Dardot e Laval consideram que a razão neoliberal é regida por quatro pilares centrais: 1) o neoliberalismo se reconhece como um projeto construtivista, assim, o mercado é uma realidade construída que requer a intervenção ativa do Estado e um sistema de direitos específicos; 2) a essência do mercado não reside em trocas, mas na concorrência empresarial, de forma que a construção do mercado se trata, na realidade, da construção institucional e da concorrência como norma de práticas econômicas; 3) o estado pensa e se constrói como uma empresa, uma vez que opera segundo as normas de mercado; e por último, 4) a universalização da norma neoliberal atinge a relação dos indivíduos consigo mesmos e com os outros, ou seja, o lema empresarial alcança aqui a subjetivação humana, fomentando o empresariamento de si (ANDRADE, 2019).

Nessa linha de interpretação, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2017, 2018) a partir dos livros - Psicopolítica: neoliberalismo e as técnicas de poder - e - Sociedade do Cansaço - irá salientar que a mutação do capitalismo em neoliberalismo introjetou a luta de classes no homem, despertando uma crise de liberdade em seu âmago, já que a liberdade de poder produz ainda mais coerções que o sentimento do dever, transformando o homem voluntariamente em um servo de si.

> [A] desinteriorização da pessoa não acontece de forma violenta, mas sim como exposição voluntária de si mesmo. A negatividade da alteridade ou do estranhamento se transforma na positividade da diferença ou da diversidade comunicáveis,

> consumíveis. (...) O neoliberalismo transforma o cidadão em consumidor. A liberdade do cidadão cede diante da passividade do consumidor (HAN, 2018, p. 20-21).

No entanto, é importante salientar que antes das considerações formuladas por Han, Deleuze (1992) já havia antecedido essa discussão em seu livro - Conversações 1972-1990 - no qual, aborda a passagem da disciplina para o controle na sociedade contemporânea, como mecanismo cerceador e definidor das liberdades e desejos individuais[47]. Diferente da lógica disciplinar, os modos de controle operam de forma muito mais incorpórea, pois formam "um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (...). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante" (DELEUZE; PELBART 1992, p. 220). Por isso Deleuze (1992) insiste que antes, os indivíduos estavam limitados pelas disciplinas impostas pelos espaços da casa, escola, prisões, fábricas, hospitais e etc.; e agora são susceptíveis aos atuais agenciamentos de controle, extrapolados em um estado de infinita modulação e controle inerente a qualquer existência.

Em analogia, o autor enfatiza que a toupeira monetária seria o animal dos meios de confinamento, enquanto que a serpente seria o animal da sociedade de controle, afim de enfatizar que é muito mais difícil se livrar dos anéis que compõem o próprio corpo da serpente, do que o labirinto de buracos feitos pela toupeira. E consequentemente, é assim que o neoliberalismo também age, promovendo a substituição da colonização do reino da liberdade pelo reino da necessidade e da autovigilância, onde o próprio homem exige de si resultados cada vez mais satisfatórios. Por isso, antes, a sociedade disciplinar era regida por dispositivos biopolíticos direcionados à esfera corpórea e biológica. Já na sociedade neoliberal, as formas de controle biológicos foram expandidas para as formas de controle da psique. Dessa forma, a virada da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho está pautada na mudança das formas controle e no agente condutor desse controle, agora o próprio homem[48].

[47]"São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (...). O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. (...) O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado (...) o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas" (DELEUZE; PELBART, 1992, p. 221).

[48]Sobre esse raciocínio, também podemos retomar os resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982) de Michel Foucault (1997), nos quais o autor aborda "as técnicas de si", lançando o pensamento sobre para quem ou para qual finalidade serve o autogoverno individual. Segundo o filósofo, a "história da subjetividade" e a "história da governamentalidade" precedem a "história das técnicas de si", estando alinhadas pela lógica da distinção entre as condutas sociais. No entanto, sob o regime do governo de si, não há mais necessidade de separação entre o louco e o sujeito racional, entre o doente e o sujeito saudável ou entre o delinquente e o sujeito honrado, pois dá-se lugar para a cultura do sujeito que vive, trabalha e fala. Devido às transformações culturais da sociedade, o sujeito opera suas próprias formas de governamentalidade, ou seja, " [t]rata-se da formação de si através das técnicas da vida e não do recalque pelo interdito da lei" (FOUCAULT, p. 112, 1997).

No entanto, principalmente nas atuais sociedades ocidentais, a biopolítica[49] e o poder disciplinar se mostram totalmente inadequados para o regime neoliberal, por trazerem a negatividade no cerne do funcionamento de seus sistemas. Sendo as novas formas de controle direcionadas às subjetividades psíquicas, alimenta-se o lema contemporâneo neoliberal da busca incessante por um desempenho individual otimizado, mediante a disseminação de uma ideologia de excesso da positividade e uma falsa sensação de liberdade e autonomia do ser. Dessa forma, como consequência do deslocamento da negatividade para a positividade (próprios da sociedade disciplinar) e da obediência para a eficiência (próprios da sociedade do controle), o indivíduo é comandado a agir e superar-se constantemente, o que pode gerar "violência neuronal": desenvolvimento de patologias contemporâneas – como a síndrome do *burnout*, a depressão, a hiperatividade[50] e transtornos de atenção –, resultantes dos efeitos destrutivos dessa transformação psicopolítica imanente à própria sociedade do desempenho (HAN, 2017).

"A psicopolítica neoliberal é a técnica de dominação que estabiliza o sistema dominante através da programação e do controle psicológicos" (HAN, 2018, p. 107). Na sociedade regida pela psicopolítica neoliberal, o capitalismo contemporâneo prioriza a eficiência e se articula por meios incorpóreos, direcionando a otimização mental à obtenção da produtividade total. Ou seja, na sociedade do desempenho, a violência neuronal não é mais induzida pelas negatividades externas, senão que torna-se uma violência imanente ao próprio sistema do ser que se autogoverna, gerando seus próprios sofrimentos psíquicos.

> O sujeito contemporâneo é um empreendedor de si mesmo que se autoexplora (...). Como sujeito que expõe e supervisiona a si próprio, ele carrega consigo um pan-óptico no qual é, de uma vez só, o guarda e o interno. O sujeito digitalizado e conectado é um *pan-óptico de si mesmo*. Dessa maneira, o monitoramento é delegado a todos os indivíduos (HAN, 2018, p.85)

[49]Segundo Pelbart (2015) as categorias biopolítica e biopoder, inicialmente cunhadas em 1970 por Michel Foucault (1994, 2008), pretendem abarcar a complexa questão da normalização biológica dos seres humanos, perante a questão da governamentalidade. Por biopolítica ou biopoder, Foucault designará, mais que o simples poder soberano de 'tirar a vida', um mecanismo moderno pelo qual a vida biológica começa a se converter em interesse e administração política, passando a ser produzida, gerenciada, ordenada, otimizada e intensificada em suas particularidades. Porém, mesmo sendo objeto de norma, a vida nunca fica totalmente reduzida aos mecanismos que pretendem controlá-la, pois ela sempre os excede ou deles escapa, configurando, assim, o conceito de biopotência criado por Peter Pál Pelbart (2003), quem nos lembra que: "o próprio termo biopolítica (...) tem um sentido duplo: ora designa certas formas de dominação sobre a vida, tal como definidas por Foucault (1994), ora justamente o contrário ou o mesmo visto debaixo, a saber a vitalidade social e a sua potência constituinte tal como Antonio Negri (2000), em parte inspirado em Deleuze, subverteu-lhe o sentido original em Foucault" (PELBART, 2015 p. 23).

[50]Segundo Han (2017), a própria Associação Psiquiátrica Americana (APA) cria manuais de saúde de referência mundial, mas parece subestimar a hiperatividade, não a classificando como uma doença de caráter psicótico por não determinar hospitalização, se tratando "apenas" de sintomas de euforia ou agitação. Desta forma, a hiperatividade é valorizada pela sociedade do desempenho e se torna estratégica às novas técnicas de poder neoliberal, pois, até certa medida, não implica a deficiência no funcionamento normal do indivíduo.

Assim, o neoliberalismo se apropria dos emblemas: “motivação, projeto, competição, otimização e iniciativa”, tornando-os ingredientes básicos para o sucesso de seu regime. Afinal, é mais eficaz concretizar uma nova técnica de controle pela qual o próprio indivíduo se submete a um contexto de dominação e exploração de si mesmo, do que fomentar todo um aparato de dispositivos que mantenham tal exercício. “A atual crise de liberdade consiste em estar diante de uma técnica de poder que não rejeita ou oprime a liberdade, mas a explora” (HAN, p. 27, 2018). Como Milton Santos (1998) também já havia destacado, o ato de produzir e viver se mostra diretamente vinculado às regulações das instâncias de produção, sendo a importância dada ao trabalho constantemente renovada pelos condicionantes técnicos e pelas relações geográficas que operam numa lógica global. Dessa forma, o homem está sujeito não só à lógica de produção, mas também às relações de múltiplas escalas que impactam o valor do seu trabalho.

Sobre esse contexto, o caráter empreendedor nasce em afinidade com a racionalidade neoliberal que impõe o empresariamento tanto à cidade quanto ao Estado, naturalizando a competição em todos os âmbitos da existência humana. Assim, acentua-se no homem e nas instituições que administram a vida, a conduta do governo de si: “O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado, aos direitos ou ao cálculo de utilidade, mas sim sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens, como do governo de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

Contudo, essa noção de um homem empreendedor ou de um homem voltado ao desenvolvimento econômico não é de todo nova. Acerca disso, Wendy Brown (2015) já havia argumentado a respeito da profunda integração do *ethos* neoliberal na responsabilização das escolhas individuais, facilmente atreladas ao sacrifício do bem-estar individual em prol de um investimento pessoal-especulativo alinhado às necessidades macroeconômicas. Em poucas palavras, a autora retoma a discussão iniciada por Foucault, argumentando sobre “o triunfo neoliberal do *homo oeconomicus*[51] enquanto figura abrangente do humano está minando práticas democráticas” (BROWN, 2017), uma vez que os valores econômicos neoliberais não esgotaram de todo o sujeito político, mas vêm extinguindo ou usurpando formas, agentes e discursos que permitem a propagação da democracia. De acordo com a cientista política, o *homos oeconomicos* ou o homem empreendedor é produzido, não nasce como tal. Por isso,

[51]Na aula de 28 de março de 1979 do livro *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008, p. 365-395) irá mencionar o *homo oeconomicus* como elemento básico da nova razão governamental no século XVIII.

apesar de uma expansão do domínio econômico-empresarial desde a modernidade, coexistem outros modos de existência que revelam o *homo politicus*, um ser pleno de reivindicações e propagador da soberania política como princípio da liberdade, porém ameaçado pelas estruturas neoliberais (2015, 2017).

> O *homo politicus* é a vítima mais importante da hegemonia da razão neoliberal, sobretudo porque sua forma democrática seria a arma principal contra tal manifestação da razão como uma racionalidade governante (...). Esse sujeito, *o homo politicus*, forma a substância e legitimidade do que seja lá o que a democracia possa significar para além da garantia de provisão individual de fins individuais; esse "para além" inclui igualdade e liberdade políticas, representação, soberania popular, deliberação e julgamento sobre o bem público e o comum. (BROWN, 2017, p. 270).

Trazendo essa questão para a escala nacional, Evelina Dagnino (2004, 2004a, 2004b), discute também os dilemas intrínsecos ao processo de construção democrática no Brasil, relembrando que o projeto democratizante brasileiro emerge da crise da ditadura militar. Em outras palavras, a democracia só se aprofunda no Brasil a partir da Constituição de 1988 e seu pouco tempo de vigor revela o efeito histórico das forças conservadoras e autoritárias ainda em jogo nos sistemas de poder político brasileiro. Assim, o conflito gerado pela implementação do projeto democratizante brasileiro em ameaça à simultânea ascensão do neoliberalismo, resulta na manifestação do que a autora chamará de **confluência perversa**. Pode-se pensar nesse conceito utilizado para evidenciar a disputa político-cultural que atravessa tanto o campo discursivo, quanto as práticas políticas no Brasil e na América-Latina.

Dagnino (2004) complementa que, a partir da estratégica retomada de forças liberal-conservadoras nos anos 1990, o ajuste neoliberal se sobrepõe, implementando a isenção progressiva do papel do Estado, encolhendo suas responsabilidades sociais e transferindo-as à sociedade civil. Dessa forma, nessa luta simbólica, por mais que esforços sejam criados para que o *homo politicus* (BROWN, 2017) emerja, por meio dos espaços públicos[52] que investem na crescente participação da sociedade civil e dos processos de decisões coletivas, os desafios ainda são muitos, em um país de democracia de baixa intensidade[53] (SANTOS, 2016), como o

[52]Por espaços públicos de participação social, tem-se: os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e a política pública dos Orçamentos Participativos, que são instrumentos que potencializam as vozes e as decisões da sociedade civil.

[53]Segundo Santos (2016), a incompatibilidade da democracia com o capitalismo faz surgir estratégias totalitárias ou ditatoriais, mesmo nos países ditos democráticos. Assim, o conceito de "democracia de baixa intensidade" se refere aos países que ocultam práticas não democráticas, reveladas mediante as seguintes condutas: 1) demonstrar expectativas descendentes sobre um futuro próximo e um consequente poder político capaz de transformar consensos político-eleitorais em resignações cidadãs; 2) criar estratégia do Estado de exceção, na qual uma profunda transformação subterrânea pode correr paralela à superfície da normalidade democrática da vida política, revogando a Constituição e os direitos básicos dos cidadãos; 3) realizar um retrocesso político maquiado de renovação política, ou seja, ascensão do conservadorismo e de medidas liberais camufladas por discursos contra a corrupção; e 4) paralisar a oposição perante uma armadilha "criada" por ela mesma.

Brasil. Dentre esses desafios, Dagnino (2004, 2004a, 2004b) aponta principalmente o deslocamento de sentido das noções de: sociedade civil, participação, cidadania e democracia, enfatizando a presença de uma crise discursiva por meio da apropriação de referências comuns[54]. Consequentemente, as práticas políticas democratizantes são minadas mediante o deslizamento semântico e uma acentuada nebulosidade em torno das intenções orientadoras da participação social.

> Com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Meu argumento é, então, que a última década é marcada por uma confluência perversa entre esses dois projetos. A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva (DAGNINO, 2004, p. 142).

Para além da clivagem entre Estado e sociedade civil, essa perversidade, citada no trecho acima, está claramente exposta, segundo Dagnino (2004, 2004a, 2004b), pela representatividade de organizações não-governamentais (ONGs); pela emergência de inserção do "terceiro setor" com ênfase nas práticas filantrópicas[55]; e pela cooptação de lideranças de movimentos sociais envolvidas progressivamente em paradoxais parcerias com o Estado e os setores privados. A crítica consiste na reflexão perante o termo "sociedade civil", que revela cada vez mais uma ausência de caráter cidadã e político, reforçando o enfraquecimento das organizações populares pelo o que ela caracteriza por "onguização" dos movimentos sociais. Como ressalta Dagnino: "a própria substituição do termo sociedade civil pela importação do termo 'terceiro setor' (...) para substituir o de sociedade civil designa o intento de retirar a cidadania do terreno da política, retomado novamente pelo seu detentor exclusivo: o Estado" (2004, p. 158).

> Assim, a redefinição da noção de cidadania, formulada pelos movimentos sociais, expressa não somente uma estratégia política, mas também uma política cultural. Distinguindo-se de outras versões, a cidadania assim definida não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, mas deve ser estabelecida no interior da própria sociedade, como parâmetro das relações sociais que nela se travam (...). A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (DAGNINO, 2004, p. 154).

[54] Como também enfatizado por David Harvey (2008) em seu livro "O neoliberalismo: história e implicações".
[55]Também abordado por Harvey no capítulo 14 do livro "17 contradições do Capitalismo" (2016).

Portanto, Dagnino (2004) defende que as mudanças institucionais promovidas pela Constituição de 1988 irão recuperar e disseminar esse caráter cidadão, preenchendo novamente o caráter transformador e político desse conceito, embora hoje, tais conceitos (de democracia e cidadania) tenham passado a ser alvo das concepções neoliberais, que reduzem seu significado coletivo e reconfiguram sua conexão em uma sedutora relação entre Estado e Capital.

2. 4 Empresariamento urbano e a cidade-mercado

> Na realidade, atualmente, não só a habitação, mas a cidade inteira está submetida ao valor de troca, como consequência da generalização do mundo da mercadoria que transformou o próprio espaço em mercadoria. (...). Neste contexto, o uso é submetido à propriedade privada, ao império da troca, num processo em que o espaço se reproduz enquanto mercadoria cambiável, delimitando os espaços passíveis de apropriação, revelando a fragmentação imposta pelo sentido e amplitude da generalização da propriedade privada do solo urbano (MENDES; SALINAS; VALENÇA; MARTÍNEZ-RIGOL, 2018, p. 21).

Com base na explanação anterior a respeito das formas de subjetivação e atuação do neoliberalismo sobre os comportamentos socioculturais, buscamos evidenciar como um sistema ideológico, construído sob as bases da produção imaterial, afeta a produção da vida social e espacial contemporânea. Agora, partiremos para a abordagem de uma outra escala, focando na relação dos agentes Cidade, Estado e Capital, a fim de entendermos como a produção urbana, em conjunto com a lógica do empresariamento urbano, vem disseminando a ideia de cidade-mercado.

Retomando o que já dissemos, a criação da Constituição Brasileira de 1988 conferiu ao campo democrático-normativo muitas vitórias, além de esperanças para militantes, ativistas, movimentos sociais e partidos de esquerda que defendiam a consolidação dos serviços públicos e sua assistência sob a supervisão de uma gestão democrática da cidade. Nesse sentido, Dagnino (2004) ressalta dois fatores importantes para o restabelecimento dessa democracia formal. Em primeiro lugar, a possibilidade de eleições livres somada a uma reorganização partidária e, em segundo lugar, a aposta em uma possibilidade de ação conjunta entre sociedade civil e Estado, antes marcados por uma relação antagônica e, de certa forma, permeada por confrontos.

No entanto, apesar dos avanços, Rose Compans (2004) nos lembra que a ascensão do neoliberalismo no plano nacional em 1990, com a eleição de Fernando Collor (1991-1992), colocou em xeque vários dos interesses progressistas por meio da não-regulamentação de

dispositivos institucionais, ou ainda da não-implementação de mecanismos redistributivos previstos. De fato, o que se constatou, foi uma perda substancial da capacidade regulatória dos Estados Nacionais sobre os fluxos econômicos que, progressivamente, tornavam-se cada vez mais flexíveis e móveis, graças à entrada dos organismos financeiros internacionais na esfera político-econômica. Analisando o contexto da reestruturação produtiva, Compans (2004) traz luz à substituição de uma agenda constitucional reformista por outra, de inserção competitiva interurbana, uma vez que o declínio das políticas nacionais impôs a lógica da privatização e da competitividade às empresas, estados e municípios. Em resumo, a hegemonia política neoliberal desse período, pautada pela imposição da redução de gastos sociais, afetou diretamente as infraestruturas urbanas, o financiamento para a construção habitacional, além de ter implicado uma reformulação do papel das cidades diante das novas hierarquias urbanas.

Outro ponto ressaltado pela autora trata da flexibilização das relações e garantias contratuais como evidências da nova dinâmica do capital internacional. Tal conjuntura permitiu às empresas migrarem, planejarem e implantarem atividades em territórios distintos, em prol de benefícios competitivos. Assim, a disputa interurbana passou a ser reproduzida pelas cidades, resultando na homogeneização crescente das condições de produção e acumulação. Ao mesmo tempo instaurou-se o paradoxo da impossibilidade da 'concorrência pela diferenciação'[56] dos territórios, expostos à lógica da escolha direcionada pela valorização locacional e especialização funcional local (COMPANS, 1999, 2004).

Quanto ao novo papel das cidades na economia mundial, Harvey (1996, 2001) reflete sobre a sociedade e a produção na pós-modernidade, evidenciando que a mudança do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível[57] não se estruturou apenas na produção material, mas nos modos de produção imateriais da vida. Esse paradigma implica ritmos de consumo, produção e difusão da cultura pelo mundo, envolvendo a construção e

[56]Para Pierre Veltz (1996), a tendência à metropolização da economia mundial tem sua estrutura em rede conduzida pela "concorrência diferencial", ou seja, por elementos que são critérios fundamentais da competitividade interurbana, como: qualidade, variedade, capacidade de inovação, reatividade ao mercado consumidor, etc. Nesse contexto, a localização é um potencial extra, pois cria condições ambientais para a supremacia de serviços (mão-de-obra, atores humanos e recursos físicos) que serão estratégicos para um melhor posicionamento global (*apud* COMPANS, 1999).

[57]Mendes (2013) nos lembra que nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu a transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível no Ocidente. Na Europa e América do Norte, essa transformação constituiu uma fase de expansão econômica associada à emergência do "estado-providência" (*wellfare state* ou modelo keynesiano). Contudo, no novo modelo pós-fordista, o Estado passa a adotar um papel regulatório caracterizado pela partilha de poderes e por uma redução no intervencionismo direto. A instituição estatal se vê, então, pressionada simultaneamente pelas grandes empresas, por algumas organizações internacionais e por autarquias urbanas. Consequentemente, as responsabilidades públicas (transportes, habitação, redes de distribuição de comunicações e de eletricidade) são transferidas para a esfera privada e assim passa a imperar a lógica do consumo e da competitividade entre metrópoles, além do protagonismo dos atores privados no processo de planejamento e de produção da cidade.

disseminação de sistemas de valores e comportamentos inéditos. Em decorrência disso, as cidades se tornam um lócus volátil de mercantilização de símbolos, referências e imagens, de forma que a problemática territorial, associada à reestruturação econômica, passa a agenciar o *marketing* como expressão midiática das estratégias de embelezamento urbano, tornando-se aquele um elemento diferencial na atração de capital corporativo (COMPANS, 1999).

Portanto, a transição do regime fordista para o regime flexível no ocidente também foi responsável pela ascensão de formas alternativas de produção do trabalho, da sociedade, do consumo e do espaço. Para Smith, o contexto de crise, sustentado por uma fase de superprodução, estimulou a ascensão da reestruturação urbana subjacente à emergência de um discurso de desenvolvimento do ambiente construído, resultando no grande florescimento de estratégias de regeneração urbanas aplicadas mundialmente nas décadas de 1980 e 1990 (*apud* MENDES, 2013). No atual estágio do capitalismo cognitivo contemporâneo, a hegemonia da reprodução de símbolos se propaga por meio das estratégias do *marketing*[58]. Esta chama atenção pelas suas técnicas de subjetivação e agenciamento dos desejos humanos, atingindo a totalidade do indivíduo mediante sua força apelativa. Isso posto, a cultura e a valorização exacerbada da identidade local também se tornam dispositivos estratégicos para o neoliberalismo e para os processos de reinvenção dos lugares (SANCHÉZ, 2001).

Carlos Vainer (2000) afirma que o acentuado exercício do planejamento estratégico[59] inverteu as prioridades sócio-espaciais, levando a concorrência entre as cidades a ser o nexo central da atual questão urbana. Dessa forma, as cidades são submetidas à mesma lógica de desenvolvimento e aos desafios enfrentados pelas empresas, se mostrando cada vez mais atreladas às normas das diferentes agências multilaterais[60] (VAINER, 2000). Tais organismos financeiros interferem profundamente nos países periféricos, sujeitos às imposições neoliberais,

[58]Especialmente dentre as práticas do *city marketing* e do planejamento estratégico, Carlos Vainer (2000) destaca a emblemática experiência em 1992, dos Jogos Olímpicos de Barcelona, cuja execução implicou uma grande revitalização na infraestrutura e nas dinâmicas espaciais e culturais da cidade. Manuel Delgado (2007) também enfatiza que o "modelo Barcelona" foi um icônico porque refletiu um processo de consolidação global de um empreendimento urbano hegemônico, replicado em diversas cidades do mundo e associado à reestruturação produtiva do capital e às formas flexíveis de acumulação: flexibilização, desregulamentação, empreendedorismo e mecanismos de parceria público-privada.

[59]"Inspirado em conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial, originalmente sistematizadas na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas" (Vainer, p. 76, 2000). Ademais, Rose Compans (2003) ressalta que as noções de governança urbana e o planejamento estratégico concretizam uma nova forma de modernização do capital "desterritorializado", com base na alteração da paisagem urbana e na redução de riscos ao investidor privado.

[60]Por agências multilaterais, o autor refere-se às instituições de caráter global, que operam como centros de pensamento – *Think Tanks* ou "bancos de ideias" –, difundindo e financiando políticas públicas e projetos em diversas escalas Os principais exemplos são: Fundo Monetário Mundial (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), BID, BIRD, Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU, que inclui as agências UN-HABITAT, CENUEH – Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

a partir de programas de reajustes estruturais para regeneração das dívidas externas que mantêm a regime global de acumulação (SANTOS, 2002).

Desde a publicação do livro - A cidade do pensamento único: desmanchando consensos (2000) - o sociólogo e economista mostra os vínculos entre a hegemonia neoliberal e o modelo de planejamento estratégico ao abordar a produção de modelos de políticas públicas elaboradas e difundidas por organismos internacionais. Como resultado, o autor enxerga o planejamento estratégico como articulação de um discurso no qual a cidade atua como mercadoria, empresa e pátria. Assim, para Vainer (2000), a cidade-mercado agrega a ideia de sua própria venda orientada pelo grande capital, que por sua vez, molda sua os desejos de cada usuário-comprador. Nesse contexto, a cidade consagra seu espaço apenas para uma minoria, excluindo o usufruto das camadas pobres, sem potencial de consumo.

A transformação da cidade em mercadoria repercute no olhar superficial direcionado à pobreza e às questões sociais, reduzindo-as à problemática paisagística ou à esfera estética A partir desse panorama, o autor indica também a passagem do modelo modernista de cidade para o modelo da cidade de negócios. Onde antes prevalecia a racionalidade, a ordem e a funcionalidade fordista, passa a dominar a identidade empreendedora, imperando a produtividade, a subordinação aos fins da lógica de mercado e a competitividade. A interpretação do sociólogo recai sobre a forma passiva com que a cidade aceita a identidade econômica, emplacando uma ditadura gerencial em sobreposição ao caráter democrático. Essa analogia consagra o "receituário neoliberal" que promove a apropriação de instrumentos de gestão e formas de decisão, a favor de grupos empresariais (VAINER, 2000).

A cidade passa, prioritariamente, a ser um agente das regras de mercado, mas sem abrir mão da intervenção estatal nos momentos de crise. Pois é nestes, em que emerge *patriotismo da cidade,* um sentimento generalizado de necessidade de providências. Assim o patriotismo conforma um vetor estratégico da reprodução das condições de consenso e paz social, necessários para seguir com os propósitos da cidade-empresa, que negam a cidadania e o direito de contestação de seus habitantes. Nesse cenário, a esfera política e pública perde lugar para uma nova razão de mundo. A ideologia da eficiência e da produtividade, sobressaltadas pelo urbanismo neoliberal, resultam na despolitização dos processos urbanos e na conquista de uma ditadura gerencial com pretensões de tornar produtivos tanto a cidade, quanto os cidadãos.

Diante dessa nova dinâmica, a entrada da Parceria Público-Privada (PPP) nos processos decisórios da cidade é um fator que favorece o avanço das práticas neoliberais por meio de

alianças que assegurem os interesses do mercado, concretizando, assim, o caráter corporativo do sistema urbano e a restrição do Estado a um papel regulatório. Como ressalta Harvey (1996), quando se fala na específica transição da gestão urbana ao empresariamento urbano, é essencial a reflexão acerca do caráter das relações entre as instituições: Cidade, Estado e Capital.

> A atividade dessa parceria público-privada é empresarial precisamente porque ela tem uma execução e uma concepção especulativas e, em consequência disso, sujeita a todas as dificuldades e perigos inerentes aos empreendimentos imobiliários (...). Em muitos casos, isso significou que o setor público assumisse o risco e a iniciativa privada ficasse com os benefícios, embora existam exemplos suficientes em que isso não se aplica, de forma que qualquer generalização absoluta se torna perigosa (HARVEY, 1996, p. 53).

Mas para entender os motivos pelos quais a política urbana chegou a esse ponto, Harvey (1996) remete à grande recessão do pós-guerra em 1973, que desencadeou uma série de ajustes profundos no desenvolvimento capitalista. O contexto de desindustrialização, desemprego e austeridade fiscal, nos países de capitalismo avançado, abriu brechas para a ascensão de um neoconservadorismo engajado em privatizações e no declínio dos Estados-nação como controladores dos fluxos monetários multinacionais. Assim, a capacidade comprometida dos governos estaduais de prover o desenvolvimento das cidades acarretou a transferência dessa responsabilidade para a administração municipal, que por sua vez precisou assumir uma postura mais ativa e empreendedora (DINIZ; SILVA, 2019). Dessa forma, Harvey (1996) afirma ser quase sintomática a reorganização das atitudes em relação à administração urbana, uma vez que a transformação desse modelo remete às raízes macroeconômicas, sendo a mudança do gerenciamento para o empresariamento urbano um reflexo geral da transição na dinâmica do regime de acumulação de capital fordista para um regime de acumulação flexível.

Para sintetizar, o conceito de empresariamento urbano traz três noções centrais: a) presença de PPP – a fim de atrair fontes externas de financiamento, investimentos diretos e novas fontes geradoras de emprego por meio da integração dos poderes públicos locais; b) caráter empresarial e concepção especulativa; e c) maior foco na política econômica local que nas questões territoriais de relevância social (HARVEY, 1996). Como consequências distributivas dessa agenda administrativa urbana global, Harvey (1996) cita ainda a diminuição de provisão local para os menos privilegiados, a maior polarização na distribuição social da renda real, ou seja, o aumento das desigualdades sociais e o aprofundamento do

desenvolvimento geográfico desigual, assim como o enfraquecimento cada vez maior do plano urbano em substituição às soluções pontuais.

> Podemos identificar uma conexão vital, porém subjacente ao crescimento do empresariamento urbano e à inclinação pós-moderna pelo desenho de fragmentos urbanos em vez do planejamento urbano pela moda e estilo efêmeros e ecléticos em vez da procura de valores mais permanentes, pela citação e ficção em vez da invenção e função e, finalmente, pelo meio no lugar da mensagem e da imagem sobre o conteúdo (...). Desde o início dos anos setenta, foram realmente excepcionais as mudanças de ascensão à decadência urbana e o fortalecimento do empresariamento urbano e da competição interurbana teve muito a ver com isso (...). A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos problemas urbanos. Mas estes são em geral, altamente especulativos (HARVEY,1996, p. 59).

Não se pode deixar de citar que no contexto nacional destacam-se duas leis que contribuíram para o avanço dessa lógica público-privada: a Lei de Concessões e Permissões (Lei Federal nº 8.987/1995) e a lei das Parcerias Público Privadas (Lei Federal nº 11.079/2004), ambas implicaram na formulação do Estado regulador no Brasil. Nesse sentido, tais medidas acionam cada vez mais a eficiência da gestão privada para gerar novas formas de financiamento dos serviços públicos (NASCIMENTO; ROMEIRO; ROSA; MOURA; FRANZONI; MENDONÇA, 2018, p. 16).

Depois desses marcos jurídicos, a onda de reestruturação econômica prolifera por meio de um processo de privatização e ascensão do capitalismo regulatório. Esse último é conceituado por Manuel Aalbers (2017) pela instrumentalização da regulação da desregulamentação, prática política que culmina na alta burocratização do Estado e criação de novas regulações com a finalidade de permitir a entrada de seletivos agentes econômicos nas decisões políticas. Assim, inverte-se a lógica social pela lógica de mercado e a flexibilização das normas enfraquece os processos democráticos ao abrir pouco espaço à participação das camadas populares e conceder poder ao setor privado.

Em conclusão, essa aliança flexível atua de forma a incentivar a comodificação dos ativos e serviços públicos da cidade, legitimada pelos mecanismos regulatórios estatais orientados pelos interesses capitalistas. A maior contradição que se revela nessa lógica é a associação entre Estado e o capital, cuja parceria induz a máquina estatal a “regulamentar mais e executar menos”, e até mesmo se arriscar e investir inicialmente em projetos de interesse do setor privado.

3 Complexificando as fronteiras da região da Lagoinha através da cartografia Indisciplinar

3. 1 As fronteiras territoriais na região da Lagoinha

> A Lagoinha, como Minas, são muitas. Na verdade, todos os lugares são múltiplos e rebeldes ao que a cartografia oficial dispõe. É que os lugares se deixam dilatar pelas andanças, que abolem distâncias e convenções geográficas; pelo impulso da memória, que unifica no espaço o que é matéria de afeto e do desejo; pelo entrelaçamento de relações e de vivências que constituem identidades culturais e que têm referências em certos espaços, que, como totens congregam e permitem a sociabilidade, o partilhamento de aspirações coletivas. Assim, são muitas as Lagoinhas: a das autoridades municipais, a do fisco e das empresas prestadoras de serviços públicos, e as outras, as diversas Lagoinhas dos que a vivendo multiplicam-na, estendem-na para os lados do Floresta, para o Bonfim, para o São Cristóvão, para a Pedreira Prado Lopes, para o Centro (PIROLI, 2011, p. 10 - 11).

> Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1994, p. 16).

Segundo Claude Raffestin (1993), o homem sempre foi confrontado pela noção de fronteira. A própria territorialização humana se baseia no eterno movimento entre traçar, chocar e refazer fronteiras espaciais, sendo tal comportamento utilizado pelas coletividades para demarcar espacialmente suas diferenciações biossociais. Assim, essa forte intenção geográfica de situar limites, trata-se de um processo atravessado pelo decalque efêmero da relação de forças na reprodução da vida presentes em um determinado local e temporalidade. Por isso, ao analisar a região da Lagoinha, prioriza-se o reconhecimento das múltiplas formas de poderes[61] através dos atores-humanos e não-humanos que constituem o espaço.

Assim, para além das regulamentações territoriais e dos limites administrativos que se esboçam como mais um platô constituidor das dinâmicas desse espaço habitado, buscamos identificar por meio de eventos específicos, as linhas de força atuantes na produção de identidades e fronteiras desse recorte territorial. Por isso, a cartografia elaborada tem o aspecto relacional como princípio básico, buscando decalcar os poderes que emergem dos diferentes

[61]Raffestin (1993) destaca a partir de Michel Foucault (1988), a ambiguidade do termo poder que ora se diferencia com uso da letra maiúscula (Poder) a fim de designar um conjunto de instituições e aparelhos que garantem o controle biológico e territorial; e ora se apresenta com a letra minúscula (poder) com o intuito de caracterizar os poderes invisíveis ou comuns, não menos importantes (que o Poder), pois, sendo difíceis de serem traçados e até invisíveis, por vezes, os poderes se revelam infiltrados às fissuras sociais e à raiz dos comportamentos humanos. No fim das contas, ambos autores invalidam essa diferenciação de nomenclaturas, pois quando se entende o poder como "co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

campos (social, político, econômico, cultural, etc.) a fim de reconstruir genealogicamente o contexto sócio histórico em paralelo às alterações das tessituras urbanas. Isto posto, na definição do recorte territorial da pesquisa, optou-se por extrapolar as concepções geográficas ao priorizar a análise dos atores, eventos e narrativas que configuram as disputas espaciais da região da Lagoinha. Afinal, como posto por Raffestin (1993), a produção espacial nada mais é do que produto das relações de poderes entre seus atores sociais:

> [O] poder é a chave - em toda relação circula o poder que não é nem possuído, nem adquirido, mas simplesmente exercido. Exercido por quem? Por atores saídos dessa população que foi analisada antes do território.[62] (...). Mas por que a população em primeiro lugar? Porque é a fonte do poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações. É por intermédio dela que todo o restante adquire um sentido e se carrega de significações múltiplas, é por causa dela que as coisas são coerentes, contraditórias ou paradoxais (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Desta forma, sendo um dos pilares do pós-estruturalismo[63], o intelecto aberto e ilimitado às múltiplas expressões de realidades, esta pesquisa assume tal filosofia para entender os processos de dominação e apropriação territorial na região da Lagoinha, lançando mão do conceito de des-re-territorialização[64] (HAESBAERT, 2002; 2004; 2008), com o intuito de ressaltar que as fronteiras do objeto de pesquisa, que aqui chamamos de região da Lagoinha, podem variar, ora ampliando, ora comprimindo. Pois, quando consideramos os processos sociais e antropológicos como categorias espaciais, percebe-se a capacidade de elasticidade

[62]A escolha em utilizar o conceito de território, ao invés de espaço, se fundamenta na diferenciação teórica entre espaço e território, realizada por Claude Raffestin (1993). Segundo o geógrafo, o espaço seria anterior ao território e apenas deixaria de sê-lo, via territorialização, ou seja, quando afetado pelas ações e relações dos atores sociais. "Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É a produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

[63]Segundo James Williams (2012) o pós-estruturalismo é um controverso movimento filosófico de forte cunho político iniciado na década de 1960 que coloca em xeque valores morais e verdades absolutas preconizadas pela ciência e pelo senso comum da sociedade. O pós-estruturalismo valoriza os processos de diferenciação, os raciocínios empíricos e a construção de rupturas que atravessam os discursos oficiais, a fim de trabalhar contra as verdades absolutas e oposições cristalizadas, demonstrando que ao invés de uma razão unânime, o pensamento deve estar aberto a mudanças como um modo revolucionário de pensar. "*Para os pós-estruturalistas, a verdade se torna uma questão de perspectiva".* Lembrando que o pós-estruturalismo não defende o fim da ciência, mas a expansão da avaliação das verdades múltiplas em vista a outras camadas de conhecimento. O que o pós-estruturalismo defende, principalmente, é a não limitação do pensamento.

[64]Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, o capitalismo funciona por processos maquínicos de desterritorialização e reterritorialização. Em releitura ao pensamento pós-estruturalista dos filósofos, o geógrafo Rogério Haesbaert (2004) enfatiza que sendo o território um agenciamento e sendo um agenciamento considerado um encontro, o espaço geográfico é extrapolado por indissociáveis e simultâneos processos de des-re-territorialização. Assim nasce o "mito da desterritorialização", pois, na contemporaneidade os fluxos e movimentos de saídas e entradas entre território são ininterruptos, pois ao mesmo tempo que o território é um vetor de saída, ele também é vetor de entrada. Ou seja, na realidade, não há saída do mesmo, o que há é um movimento de reterritorialização ao se acometer de uma desterritorialização Segundo Deleuze: "(...) *construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte". (Gilles Deleuze, em entrevista em vídeo apud* HAESBAERT, BRUCE, 2002).

espacial. Tanto é que muitas vezes, a definição das fronteiras estabelecidas no âmbito administrativo pelos poderes dominantes[65] não dá conta de abarcar a complexidade histórica e social desse território.

Nessa perspectiva, traz-se luz ao Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte sobre a região da Lagoinha (BELO HORIZONTE, 1995) e ao Dossiê para proteção do Conjunto Urbano bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates (BELO HORIZONTE, 2016). Em ambos, enfatiza-se a hibridização territorial entre o bairro Lagoinha e suas adjacências, no que se refere à origem da cidade, comumente apresentada por discursos repletos de lacunas quanto à influência, importância e participação histórica dos bairros populares para a formação social e urbana da região da Lagoinha e da cidade de Belo Horizonte.

Ademais, estudos acadêmicos[66] também afirmam a pluralidade antropológica da região e problematizam a relação que a região teve com as revitalizações urbanas ocorridas. As transformações de seu ambiente construído chegaram ao ponto de descaracterizar o espaço habitado e os referenciais culturais, sendo este fato, um possível fator para a percepção espacial difusa e subjetiva, tanto do bairro da Lagoinha, quanto da região. Desta forma, o raciocínio a ser evidenciado é justamente a imprecisão desses limites territoriais, haja vista, as constantes disputas entre as linhas de força.

> Os limites do bairro tendem a uma elasticidade, de acordo com a percepção de seus moradores, da frequência e intensidade de sua experiência com ele. Antigamente, a Lagoinha era conhecida como "região" da Lagoinha, numa referência aos bairros vizinhos, tais como o Carlos Prates, o São Cristóvão, Santo André e o Bonfim. Com as intervenções urbanas, o bairro perdeu grande parte do seu espaço, em nome do fluir do trânsito em função do crescimento da cidade. Ele é próximo do centro e, ao mesmo tempo, distante, pela dificuldade de acesso que os elevados impõem (...). Contudo, permanece o sentimento de pertencimento ao lugar e afetividade de bairro importante para a história e memória de Belo Horizonte, em que se misturam, ambiguamente: tradição e transgressão; progresso e estagnação; permanências e mudanças (FREIRE, 2011, p, 132).

Ao se trazer o olhar para a definição das fronteiras na Lagoinha, a observação quanto aos complexos movimentos de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004) é inerente ao caráter social e morfológico da região, percebendo-se que a fluidez que acomete suas fronteiras

[65]Aqui nos referimos especificamente aos limites territoriais estabelecidos pelo Estado, Instituições Patrimoniais, Prefeitura, Órgãos do Planejamento Urbano, etc.

[66]Informação retificada por trabalhos acadêmicos de Cíntia Freire (2011) e Brenda Bernardes (2016), que comparam a percepção sócio espacial de moradores da Lagoinha e entorno, em relação à definição dos limites administrativos do bairro da Lagoinha " O bairro apresenta limites difusos, estando compreendido entre os Bairros Centro, Bonfim, Colégio Batista, Carlos Prates, Santo André, São Cristóvão e Concórdia (BERNARDES, 2016, p. 71) e "A Lagoinha é um bairro de limites dispersos" (FREIRE, 2008, p. 47).

territoriais opera por encadeados efeitos de ocupação, invasão e apropriação do espaço a partir de diferentes estratos sociais ou grupos de poder, que acabam por compor a história e os traçados, oficiais e não oficiais da região. Nesse aspecto, é interessante retomar o pensamento de Zygmunt Bauman (1999, p. 13), para quem a "realidade das fronteiras" é uma representação da estratificação de classes. Logo, estendendo essa reflexão à região da Lagoinha, a questão da desigualdade social e o estigma racial projetado nas áreas periféricas traz como desdobramento espacial, não só processos de segregação espacial e higienização, mas a criação de novas fronteiras urbanas por efeito de históricos processos de colonização do espaço urbano ao longo da formação desse tecido.

Com a intenção de demonstrar como essas complexas dinâmicas vêm conformando o caráter plural da região da Lagoinha, este capítulo prezou pela abordagem integradora do conceito de território, entendo-o como um híbrido em rede, definido por suas relações de poderes multiescalares e pela sua indissociabilidade às práticas territoriais de seus grupos sociais. Assim, o entrelaçamento das noções de território reticular e zonal[67] se faz essencial, uma vez que a lógica territorial reticular subentende uma expansão na dominação do espaço para além dos poderes políticos hegemônicos ou unilaterais - pertencentes à lógica territorial zonal (HAESBAERT, 2008). A lógica reticular se enquadra à região da Lagoinha revelando a mescla ou a interposição de outros circuitos de poder, que operam por outras lógicas, criando novas redes e processos de territorialização.

Desta forma, neste estudo, a definição das fronteiras na região da Lagoinha, assim como o caráter espacial e simbólico local visam transparecer, preferencialmente, os sujeitos específicos que exercem controle sobre esse espaço, admitindo-se que a disputa do mesmo é flexível e mutável, em vista à temporalidade e ao conjunto de atores de intensidades diversas. Ou seja, a real perspectiva e o sentido de domínio e pertencimento territorial seriam decorrentes da percepção da influência dos atores diversos (HAESBAERT, 2008). Tal raciocínio nos leva a refletir perante a região da Lagoinha, interpretando-a para além de *encaixes* territoriais, a fim vislumbrar reações de *sobreposições* de vários territórios em convívio múltiplo, o que implica não só no afloramento das múltiplas geografias de poder, mas também na constante deflagração de disputas.

[67]Explicando melhor, o território zonal se associa à uma lógica de superfície areolar, onde espaços de lugares são estáveis e enraizados e fronteiras são fixas; enquanto que no território reticular prevalece a associação à estrutura em rede, formada por pontos e linhas de força, com caráter móvel, instável e desenraizante (HAESBAERT, 2008).

Mas antes de abordar o conceito de des-re-territorialização, como a ideia de territorialidade poderia se dar na região da Lagoinha? Para nos aprofundar nesse assunto, resgatamos novamente o raciocínio de Raffestin (1993), para quem a territorialidade se trata de um fenômeno alicerçado pelo conjunto da vida cotidiana de um local, as relações com trabalho, o não-trabalho, a família, as instituições, a política e etc., considerando-se os peculiares ritmos e espacialidades pertencentes à territorialidade. Ou seja, a territorialidade se faz pela busca de diferenciações e particularidades do território, expressos pela coletividade que habita tal lugar de forma única. Nesse aspecto, Leonardo Castriota et al. (2014) ressaltam que a região da Lagoinha se destaca como uma ocupação urbana muito particular na vida e no imaginário belo-horizontino, haja vista que a região, desde seu início, desvelou uma efervescência nas esferas do consumo, comércio e lazer; em oposição à pacatez do centro planejado. Constituiu-se assim, o desenho de uma trama complexa de sociabilidades que fornece uma fisionomia distinta a este território, permeado por práticas de ofícios tradicionais[68], expressões de religiosidades diversas[69], tradição musical, boemia e prostituição.

> Caleidoscópio do tempo, paradoxo de lugares, Lagoinha são lugares e memórias múltiplas (...). Havia córregos, cachoeiras e toda uma possibilidade de contato com a natureza ali mesmo no bairro Lagoinha. (...). *Houve um fluxo, e acho que a Lagoinha sempre manteve esse raio, essa fogueira acesa de axé.* Fogo que se espalha e que se une, paradoxal e simultaneamente, a partir do lugar edificado (SILVA, 2018, p. 27-38)[70].

Para Rogério Haesbaert (2008) a territorialidade pode operar tanto como sinônimo do conceito de território, quanto distinção identitária do mesmo. Além disso, o geógrafo irá expandir tal conceito, associando a configuração de identidades múltiplas ao incessante movimento de construção, destruição e reconstrução espacial, atribuindo-se aos processos de des-re-territorialização, que se trata da ativação de múltiplas identidades sociais e a simultânea destruição/construção de sentidos simbólicos e materiais constituintes do território. Nessa percepção, a construção da capital belo-horizontina reafirma o lema modernizante como força desterritorializante contemporânea, interpretada como ação de uma linha de força engajada na destruição e dissolução de territórios originais por meio de sistemas maquínicos atravessados por novas ordenação mentais e materiais e objetos técnicos. Pode-se afirmar que o tipo de

[68]Para mais informações sobre a prática de ofícios tradicionais no bairro da Lagoinha, ler: "Economia local e desenvolvimento urbano: o caso do bairro da lagoinha, belo horizonte" por Leonardo Castriota et al. (2014).
[69]Lânia Mara Silva (2018) nos lembra que "Sobre a religiosidade ressalta-se a alteridade e a diversidade de práticas existentes no espaço: convivem na Lagoinha o catolicismo, a umbanda, *omolokô*, igrejas evangélicas, entre outros (p. 21) "
[70]A diferenciação do texto em itálico se dá pela metodologia de polifonia aplicada na dissertação de Lânia Mara Silva (2018), como estratégia de diferenciação entre a escrita da mestranda e a interlocução a partir de Pai Ricardo de Moura.

desterritorialização extrema e arrasadora que se sucedeu com a execução de Belo Horizonte gerou aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2008), pois, não só os territórios originais foram destruídos, mas também estratos sociais estigmatizados social e racialmente sofreram as consequências dessa prática envolta por um caráter violento e excludente, como também nos aponta Lisandra Silva (2019):

> Belo Horizonte é um lugar negro, mas os negros na construção da cidade já começam a serem expulsos (...). A gente tem um exemplo emblemático, que eu gosto muito, que é uma mulher negra, a Maria Papuda. Em um dos museus da Praça da Liberdade, essa mulher representa um fantasma que assombra todos os governadores de Minas (...) Maria Papuda então era uma moradora daquela região onde foi construída a praça da Liberdade e sua casa foi removida para ser instalado o palácio. Dizem que na época ela lançou a maldição (...) E aconteceu isso de fato, então a representam no museu como uma assombração, uma espécie de monstro, uma coisa muito negativa, e ela era chamada de Maria Papuda de forma pejorativa, porque ela tinha um problema no bócio. Eu acho esse exemplo muito emblemático, de como é tratada a população negra, desde a fundação de BH, que é uma invasão. Aí a gente tem que analisar a palavra invasão, porque em alguns discursos do urbanismo se fala que a favela veio e invadiu terra pública. Na verdade (...) quem invade a cidade são essas tecnologias de construção do ordenamento territorial. É isso que invade a cidade. Porque eu tinha ali uma cidade com uma população, o plano vem e invade com esse ordenamento territorial e começa a buscar isso sem parar" (Depoimento de Lisandra Silva em entrevista ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019, p. 49).

É importante também lembrar que de uma forma ampla, a des-re-territorialização seria sintomática à sociedade moderna e à própria essência do capitalismo. Por isso, o esforço intelectual deste trabalho visa a conexão de tal lógica global (desterritorializante) como um ponto de partida para entender as dinâmicas do espaço habitado e do deslocamento dos estratos sociais, tendo em vista a hipótese de gentrificação, a prática de higienização ou ainda, a colonização do espaço urbano na região da Lagoinha. Assim, apesar do objeto de estudo ser delineado pelos específicos territórios referentes ao: bairro Lagoinha, Vila Senhor dos Passos e Favela Pedreira Prado Lopes, ao puxar os fios soltos da história e buscar os pontos de controvérsias nas narrativas trazidas, nos deparamos com uma sobreposição de variados platôs de análise investigados, que farão a cartografia expandir para outros espaços geográficos, desde o território nacional até o internacional.

Desta forma, os acontecimentos são priorizados em prol de uma construção cartográfica que revele a associação entre os atores-humanos e não-humanos e o ponto de tensão que faz as narrativas se chocarem, permitindo a visualização do constante rearranjo no agrupamento desses agentes espaciais. Portanto, evidencia-se a transversalidade dos fenômenos urbanos, sob consideração do aspecto genealógico, isto quer dizer: valoriza-se uma catalogação dos marcos

temporais que assumem impactos territoriais. Através de tal percepção, o recorte territorial se amplia para *outras fronteiras* para além da região da Lagoinha, valorizando o caráter processual das dinâmicas territoriais.

3. 2 O método Cartográfico Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias

Para iniciar este subcapítulo, é importante ressaltar que a pesquisa realizada se apropria de uma construção teórico-metodológica que vem sendo produzida há alguns anos pelo conjunto de pesquisadores do grupo Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG, recentemente sintetizada como "método cartográfico Indisciplinar" (LOPES; RENA; SÁ, 2019). Tal método tem ênfase na investigação e na reflexão perante as disputas territoriais envolvendo múltiplos atores sociais, além de buscar formas de ação no espaço urbano contemporâneo por meio de dispositivos tecnopolíticos[71] que auxiliem na produção de conhecimento de maneira coletiva e colaborativa (BRITO; SÁ; BORGES; RENA, 2018).

Abre-se ressalva para evidenciar que a Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha traz suas próprias particularidades, resultados e impasses quanto à execução do método escolhido, ainda que alicerçada nos conceitos teóricos enfatizados pelo grupo de pesquisa. Desta forma, propõe-se uma hibridização e sobreposição dos conceitos de genealogia (FOUCAULT, 1988. 2006); de cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1995; PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) e da Teoria-Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2012) para a aplicação do método no recorte territorial.

Logo, a elaboração da cartografia envolve a produção de um conteúdo visual aliado ao seu aporte teórico. No entanto, o produto final, não necessariamente, é o objetivo da pesquisa. O objetivo da pesquisa trata-se do "percurso, o processo de instauração e investigação que acontece durante esse caminho, gerando diferentes conexões, significados, questionamentos" (LEMOS; OLIVEIRA, 2017). Não existem metas ou hipóteses a serem comprovadas, o trajeto da pesquisa e o acompanhamento dos acontecimentos constroem o processo de investigação. A aplicação do método é um dos objetivos da pesquisa, havendo uma clara reversão da ideia de

[71]O Indisciplinar concebe como dispositivos ou práticas tecnopolíticas, o uso estratégico de ferramentas digitais que buscam por meio da comunicação coletiva, associar através das redes e territórios uma transformação conjunta em um cenário político-social (TORET, @DATANALYSIS 15M, 2013 *apud* LOPES; RENA; SÁ, 2019). Ainda sobre os dispositivos tecnopolíticos, eles se materializam forma de cartografias digitais; plataformas de narrativas cartográficas; páginas em redes sociais; *wikis;* topologias de redes de atores; mapas; gráficos; diagramas; cartilhas; linhas do tempo; artigos científicos; eventos acadêmicos e participação junto à sociedade civil (audiências públicas) e qualquer outra forma de produção e divulgação de informações que possam disputar tecnicamente os campos das lutas urbanas.

Metá-Hódos para *Hódos-Metá*, adotando-o como arma conceitual de disputa no próprio campo científico (RENA; BRANDÃO; FRANZONI, 2016, LOPES; RENA; SÁ, 2019).

> A cartografia propõe essa criação de conexões e significação ao longo do desenvolvimento, mapeando pensamentos, técnicas, situações, pessoas, lugares, enfim, fazendo acoplamentos que constroem um panorama no campo do pensamento e no campo visual, produzindo práticas, técnicas e teorias que farão parte de seu trabalho (LEMOS; OLIVEIRA, 2017, p. 42).

Ainda assim, a cartografia, em sua origem e significado, se relaciona com a produção de mapas e representações do espaço geográfico, sendo demarcada pela condição conceitual e histórica retratada. Nesse contexto, os primeiros registros cartográficos remontam à pré-história a partir das pinturas rupestres. Ademais, os primeiros desenhos catalogados nem se tratavam de uma representação territorial, mas sim de decalques de formações celestes e constelações. Os mapas de caráter geográfico surgem na Babilônia, mas, é na antiguidade clássica que os mapas começam a ser ferramentas de expansão territorial e saberes. Assim, o avanço da cartografia acontece em conjunto à expansão do capitalismo na era renascentista. A partir da inovação da imprensa, a cartografia desenvolveu-se ainda mais e passa a guiar processos de conquistas territoriais, culminando com as grandes navegações (LEMOS; OLIVEIRA, 2017).

Na era moderna, a cartografia enquanto disciplina, foi fomentada pelo conhecimento científico e teve seu desenvolvimento atrelado ao mundo eurocêntrico e à ordem mundial hegemônica (SANTOS, 2011). Também foi um instrumento de fundação de jurisdição administrativa, de estratégias de dominação e controle territorial perante o estabelecimento do Estado-nação e de suas fronteiras a partir da definição da propriedade em espaços de soberania, sendo, portanto, uma ferramenta de construção de nacionalismos pós-coloniais (ACSELRAD, 2014).

Outros fatores que favoreceram o contínuo desenvolvimento da cartografia foi a institucionalização da Geografia enquanto ciência e o surgimento das bibliotecas especializadas que forneceram a infraestrutura institucional para o estudo histórico da cartografia. Portanto, a progressão da própria ferramenta cartográfica segue o compasso dos avanços da sociedade em interface com os aspectos culturais e sociais. De forma que a cartografia não só representa aspectos físicos espaciais ou objetos técnicos, mas revela os jogos de poderes e as mensagens políticas de uma temporalidade, evidenciando que há distorção em toda representação que envolve a elaboração de um mapa; sendo a presença, assim como a ausência de signos, também pautada por um discurso, um interesse político ou uma conduta social (GOMES, 2004).

> As novas teorias consideravam o mapeamento como uma ciência cognitiva que envolvia comunicação entre o cartógrafo e o usuário. Nos anos setenta, esse caminho já estava sedimentado, com maior ênfase na cartografia como um processo, do que nos mapas como produtos acabados. Os cartógrafos teóricos passaram a refinar seus conceitos através da semiologia, construindo paralelos entre cartografia e linguagem, e explorando as dimensões cognitivas da comunicação cartográfica (GOMES, 2004, p. 69).

Diante desse contexto, a cartografia geográfica[72], por apresentar imagens e o mapeamento físico-territorial é uma expressão distinta, apesar de sua relação com a cartografia como método de pesquisa (LEMOS; OLIVEIRA, 2017). A cartografia como método de pesquisa não se limita às coordenadas geográficas "estáticas" dos mapas, mas segue os movimentos de transformação da paisagem, enquanto ela mesma se faz, também compondo um outro mundo, que está tanto fora, quanto dentro da paisagem decalcada (ROLNIK, 1989).

Atualmente, passa a ser atribuído à cartografia o papel de uma ferramenta de expansão e instauração de processos democráticos ao passo que ela permite não só o acesso, mas a produção de informação pelos sujeitos pesquisados. Assim, muda-se o paradigma científico, ao assumir que atores locais sejam reconhecidos como fontes primárias de informação e detentores de conhecimento. Essa perspectiva subverte os processos hegemônicos e os jogos de poder, instaurando o que pode ser chamado de "novas cartografias sociais", "cartografias participativas" ou "cartografias da ação". Para além disso, sob essa nova perspectiva, a cartografia passa a atuar no campo de luta e disputa quanto às questões políticas, urbanas e sociais, e como um dispositivo que amplifica as vozes de grupos minoritários, habitantes de territórios periféricos e militantes de movimentos sociais (SANTOS, 2011).

Ainda assim, mesmo com os novos usos da cartografia social, os avanços no campo da sistematização de dados digitais via cartografia seguem despertando controvérsias. Pois, há um papel geopolítico que perpassa a produção cartográfica que não pode ser desconsiderado, principalmente quando se observa o crescimento do uso de plataformas centralizadas em grandes empresas tecnológicas (*Google, Facebook, Amazon*). Desta forma, até a busca pela democratização desse instrumento se encontra minada por algum tipo de vigilância digital, domínio ou controle em torno da informação (LOPES, RENA, SÁ, 2019).

[72]"Considerada como um campo auxiliar da história da Geografia, a qual, por sua vez, compreendia basicamente a história dos descobrimentos e das explorações, a história da cartografia tradicional permaneceu marcada por essa origem, e epistemologicamente condicionada pela ideia de que deveria servir primeiramente para tornar os documentos cartográficos acessíveis a outros domínios do conhecimento" (GOMES, 2004, p. 68)

No entanto, apesar de sua origem e atuais impasses, o caráter cartográfico que buscamos nesta pesquisa está vinculado ao entendimento da cartografia como um método de pesquisa e como uma ferramenta auxiliar na construção de um caminho a ser preenchido pelas circunstâncias, pelos efeitos e consequências dos afetos envolvidos nas situações cotidianas, assim como nos processos complexos que atravessam um território. Portanto, o processo cartográfico implica no rastreamento das linhas de forças que reproduzem ou criam novos arranjos e no enredamento entre o objeto de pesquisa e o ser-pesquisador, afinal tenta-se desestabilizar a fronteira entre esses dois elementos, a ponto de fazer do pesquisador um intercessor ou vetor de passagem do território (PAULON; ROMAGNOLI, 2010).

Nesse viés, o aporte teórico trazido provém da abordagem de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) quanto ao conceito de cartografia, visando a revelação de um processo complexificado pelas possibilidades de conexões de elementos que aparentemente não teriam uma ligação evidente. Uma vez que o "mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21), há uma possibilidade de expandir a produção cartográfica para além da geografia, acessando um território que é relacional, subjetivo e construído coletivamente pelas diversas polifonias trazidas, dentro de uma perspectiva genealógica, pois "na prática do cartógrafo integram-se história e geografia" (ROLNIK, 1989).

A partir dessa possibilidade, os princípios de (i) conexão e heterogeneidade; (ii) multiplicidade; (iii) ruptura; (iv) decalcomania afloram na cartografia e são relativos à própria lógica dessa ferramenta porque se apoiam no comportamento de dois conceitos básicos elaborados por Deleuze e Guattari, o rizoma e o agenciamento. O primeiro é definido como um sistema de caráter plural capaz de mutação constante, justamente por conseguir acoplar ou desacoplar em redes "organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais, (...) atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15), já o agenciamento seria a possibilidade de "crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 5).

Outro aspecto importante é a linha de pensamento filosófico pós-estruturalista que questiona as verdades absolutas e, portanto, passa a questionar como e por quem a história oficial é contada. O pós-estruturalismo quando busca auxílio em um método, irá rejeitar a via única de verdade ou essência, portanto: "*O pós-estruturalismo não rejeita simplesmente as*

coisas. Ele trabalha dentro delas para desfazer seus postulados exclusivistas de verdade e pureza"[73] (WILLIAMS, 2012, p. 23). Nesse raciocínio, Virgínia Kastrup e Eduardo Passos (2013) pontuam que a aplicação da cartografia se pauta na tentativa de criação de um plano comum e ao mesmo tempo heterogêneo, pois, busca colocar o paradigma da verdade absoluta[74] em xeque ao acolher a coexistência de múltiplas e controversas dimensões de realidades, as quais, irão contribuir para compor a cartografia como uma lógica não-homogeneizante e não-totalitária.

Por esse motivo, Simone Paulon e Roberta Romagnoli (2010) também enfatizam que a estratégia da cartografia é se debruçar sobre a pluralidade, a complexidade e a mutabilidade que envolve a estética da existência entre pesquisador e objeto de pesquisa. "Ou seja, a complexidade é um desafio, que considera o irredutível, o não homogêneo e a imperfeição, conhecendo a realidade através das incertezas, dos problemas e das contradições" (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 3). Mas é importante enfatizar que a conexão desses elementos heterogêneos acontece por meio da transversalidade e que o plano comum instaurado através cartografia está além das articulações entre campo, instrumentos técnicos, instituições acadêmicas, o próprio pesquisador ou o mapeamento de sujeitos e de objetos distintos na cartografia. O que está além, trata-se justamente da comunicação transversal entre todas essas singularidades heterogêneas citadas, implicadas em discursos não neutros, postas em uma "rede de articulação e composição"[75] (KASTRUP; PASSOS, 2013).

Ao abordar a questão da não-neutralidade da pesquisa, entende-se que o rigor metodológico deve partir, portanto, do comprometimento com o interesse pela co-pesquisa ativista e pelo desenvolvimento de uma investigação "inteiramente voltada para uma experimentação ancorada no real" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21). Isso quer dizer que os pesquisadores que visam atuar no campo da cartografia como método devem se posicionar desde o princípio como atores imbricados aos jogos de forças nas disputas territoriais, atuando nos pontos cegos das lutas urbanas, tanto na esfera micro, quanto na esfera macro, que envolve o poder público, atores do setor privado e sociedade civil (BRITO; SÁ; BORGES; RENA, 2018).

[73]Sentença em itálico mantida como no texto original.
[74]Com base também nessa crítica à ciência moderna, Paulon e Romagnoli (2010) abordam como, muitas vezes, os pressupostos da racionalidade científica que fundamentam o conhecimento moderno positivista se enquadram em pesquisas e metodologias reducionistas. As autoras também citam Edgar Morin (1983), que irá adicionar nesse argumento a prevalência de uma "lógica reducionista do paradigma moderno", a qual, funciona por ordenação, disjunção, simplificação e fragmentação das realidades, o que anula as diversidades e a complexidade da vida humana.
[75]Conceito trazido por Bruno Latour (2012).

Especificamente o método Cartográfico Indisciplinar, ao adotar ações performativas e ao propor uma produção de realidade que agencie elementos plurais e heterogêneos recriando acontecimentos do real sob uma visão crítica e política, passa a atuar como uma máquina de guerra[76] com foco na produção de conhecimento para os embates nas disputas territoriais. Afinal, sua materialização é, em si, uma tentativa de produzir novas armas através dos acontecimentos e saberes da realidade presente. Por isso, existe tamanha importância no posicionamento e envolvimento do setor acadêmico/universitário nas questões urbanas, pois revela-se uma forma de atuar taticamente na micropolítica cotidiana, instaurando um "um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo" (FRANZONI; FARIA; RENA, 2015).

Outro aporte teórico refletido no método da cartografia Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias é a **Teoria-Ator-Rede (TAR)**, na qual, Bruno Latour (2012) se utiliza de algumas "incertezas"[77] para analisar as controvérsias que permeiam esse universo múltiplo da esfera social. As teorias de Bruno Latour conversam com a metodologia aplicada[78] pois, são fiéis ao relativismo e à concepção do espaço como uma topologia plana, uma estrutura onde se admite que noções de escala, sujeitos (atores-humanos) e objetos (atores não-humanos) operem livremente por meio de suas conexões não-fixas, associando-se entre si e às diferentes temporalidades e lugares. Desta forma, o sociólogo parte da ideia de que uma definição restrita da esfera social mina qualquer entendimento produtivo e científico sobre a mesma.

Por meio da TAR, tempo e espaço são criados pelas (associações das) redes. Tempo e espaço são ambos interpretados como estruturas relacionais e em permanente processo de formação, pois, dentro da rede, as dinâmicas são móveis, híbridas e associativas. Ora se fazem, ora se desfazem, permitindo-se ser atravessadas por linhas de força que estão além da definição da escala da ação. Assim, "é abolindo essas escalas que o analista social pode visualizar os movimentos associativos dos actantes sem enredá-los em estrutura (macro) ou no interacionismo (micro) " (LEMOS, 2013, p. 57). Desta forma, na TAR:

> [N]ão há essência nas associações entre humanos e não humanos, mas relações emergentes (diagramas) que podem, por contingência, se manter. A relação espacial pode assim ser pensada. Não há um global agindo sobre o local, nem um local independente do global. Há conjuntos mais ou menos estáveis que se interpenetram e

[76]Guattari, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34.1992.
[77]Para Bruno Latour (2012) a certeza da incerteza é o movimento que a TAR deve prezar acima de tudo, deixando que os atores se desdobrem dentro do leque de controvérsias no qual eles estão inseridos. "A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. É por isso que para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear conexões entre as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las (LATOUR, 2012, p. 44) "
[78]Além disso, a ideia que Latour (2012) concebe de rede, se aproxima da ideia de rizoma adotada no método cartográfico, pois, adota-se a possibilidade de experimentação constante e conexões abertas com a realidade apresentada.

> constituem associações para determinada ação nas quais localizadores ou articuladores e *plug ins* (Latour, 2005) colocam em partilha tempos e lugares distintos (...) Para a TAR, nenhuma relação pode ser vista como: isotópica – tudo o que age em um lugar vem sempre de muitos tempos e lugares; sincrônica – os lugares reúnem sempre actantes gerados em diversas temporalidades; sinóptica – não é possível ter uma visão do todo; homogênea – os lugares não têm as mesmas qualidades; ou isobárica – as relações e as pressões são diferenciadas, e intermediários transformam-se em mediadores e vice-versa (LEMOS, 2013, p. 61).

Portanto, as teorias e os conceitos aqui expostos tentam ser operacionalizados pelo método da cartografia Indisciplinar que se apropria das 5 "incertezas" versadas e adaptadas com base em Latour (2012), sendo eles: 1) não há grupos, apenas formação de grupos; 2) a ação é assumida; 3) os objetos também agem; 4) escrever relatos de risco; e 5) questão de fato *versus* questão de interesse (LOPES; RENA; SÁ, 2019).

Adentrando o viés teórico das incertezas, o primeiro princípio de incerteza - **não há grupos, apenas formação de grupos**[79] - busca-se demarcar os porta-vozes e os anti-grupos, cujas narrativas se atravessam ou se contradizem, criando vínculos compartilhados ou fronteiras divisórias, para em seguida, tentar vislumbrar suas formas de agrupamento. Para Latour (2012), cada ator ou grupo sempre emite um discurso, que na verdade engloba uma camada diversa e até contraditória de atores. Em uma interpretação simplista, o porta-voz poderia ser entendido como a liderança de um movimento social, o chefe de Estado, o cientista social, uma matéria de jornal e etc.; e os anti-grupos seriam os outros discursos que entram em choque, revelando justamente que é "pela comparação com outros vínculos concorrentes que se enfatiza um vínculo" (LATOUR, 2012, p. 55).

O que se demarca nessa primeira fonte de incerteza é que é importante partir de rearranjos entre diferentes atores-humanos e não-humanos para desvelar a controvérsia. Nesse sentido, reafirma-se que a esfera social é um eterno devir ou reagregar, como posto pelo próprio autor, pois, a única certeza é que as associações desses grupos não serão fixas no tempo e nem no espaço. Segundo Latour (2012) essa é a "lição" negativa e vigorosa que os acadêmicos do social precisam aprender: a de que sua pretensão política não pode vir antes do que a própria composição mutável das associações dos grupos. A partir de tal aprendizado, abre-se a mente também para conceber o fato de que os agregados sociais são múltiplos e nem feitos inteiramente de laços humanos, o que nos levará em breve a abordar a terceira incerteza.

[79]"A primeira fonte de incerteza com a qual devemos aprender é que não há grupo relevante ao qual possa ser atribuído o poder de compor agregados sociais, e não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontroverso (...) chega à conclusão relativista, isto é, científica, de que essas controvérsias proporcionam ao analista os recursos necessários para rastrear as conexões sociais" (LATOUR, 2012, p. 51-53).

Mas seguindo por partes, pensemos quanto à segunda fonte de incerteza - **a ação é assumida** - com isso, entende-se que toda ação está implicada em alterações nos jogos de forças, tanto dos atores, quanto do objeto de estudo pesquisado e até do pesquisador. A assimilação desse princípio revela que toda ação ocorre localizada em um ator específico, mas também envolta pela rede de associações que o sustenta. Por isso, uma ação se concretiza por causa de um único vetor, mas em dependência ao conjunto de vetores ou associações, que podem ser reagrupadas de várias maneiras. Portanto, a constatação desse fato pode tornar a origem da ação incerta, ou seja, a "ação como algo não transparente" (LATOUR, 2012, p 72). Diante disso, a ação é assumida, mas "assumida por outros! " (p. 73). Logo, tanto a ação realizada, quanto o ator (ou do grupo de atores) são igualmente forças potenciais capazes de intervir na rede, nos poderes estabelecidos e consequentemente, no desenho da cartografia.

A fim de contextualizar a terceira incerteza, ressaltamos que o uso do termo ator (humano ou não-humano) se justifica pela noção de que o uso da palavra "ator" permite abrir um leque de opções para classificações menos fechadas em representações sociais pré-estabelecidas pelas ciências sociais. Outro ponto é: a hifenização do conceito latouriano "ator-rede" deixa ainda mais explícito a relação de enredamento simultânea de poderes, a submissão e a interferência que regem esses dois agenciadores do espaço. Ao propor a crítica à generalização do termo "social"[80], Latour (2012) parte do pressuposto de que a ação que emerge de uma força social não pode ser generalizada ou conceituada em uma única função de caráter social, pois essa força social está predisposta a rearranjos. Isso quer dizer que a ação é deslocada ou distribuída pelos agregados sociais de humanos e objetos em constante dinâmica e ação:

> "[A] ação deve permanecer como surpresa, mediação, acontecimento (...) É por esse motivo que devemos começar (...) da *subdeterminação da ação* das incertezas e controvérsias em torno de quem e o quê está agindo quando 'nós' entramos em ação (...) o que nos leva a agir não é feito de material social, pode ser *reagrupado* de várias maneiras" (LATOUR, 2012, p. 74).

Por isso, entendendo a amplitude do termo "ator", partimos finalmente para a terceira fonte de incerteza - **os objetos também agem** - isso quer dizer que a situação pode sofrer alteração por meio de qualquer coisa, seja um ator humano ou um objeto/dispositivo (ator não-

[80]Latour (2012) enfatiza a necessidade de conceituação desse "social", entendido pelas ciências sociais como um "vínculo social" sempre pronto para designar-se em alguma entidade específica. Em contraponto, o sociólogo insiste que o social deve ter em vista as "associações". Para a TAR, o social é rede em movimento e deslocamento, nas palavras de Latour (2012, p. 99 - 100): "É uma associação entre entidades de modo algum reconhecíveis como sociais no sentido corriqueiro, *exceto* durante o curto instante em que se confundem (...), o social é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas".

humano). Ou seja, o inanimado também tem potencial de vida e ação na TAR. À exemplo de lugares, edificações, leis, legislações, projetos e intervenções urbanas, todos são atores não-humanos que podem causar efeitos no cotidiano, nas condutas sociais e nas dinâmicas do espaço habitado. Mesmo que os atores não-humanos geralmente sejam intermediários da ação, levando as informações sem modificá-las, algumas vezes eles são caracterizados como mediadores, ou seja, são capazes de interferir na informação. Como exemplo recorrente ao contexto da região da Lagoinha: uma intervenção urbana pontual, a abertura de uma via ou a construção de um conjunto habitacional em uma favela criam novas configurações no tecido social e territorial, ou seja, as novas associações na rede enredam futuros acontecimentos e simultaneamente, também desenham a trama cartográfica.

Em direção à quarta incerteza - **escrever relatos de risco** - este princípio sintetiza a noção de que apresentar, dissecar e atravessar as controversas narrativas coletadas é uma atitude que provoca um tensionamento na produção de informações pelo grupo de pesquisa e em relação aos atores, uma vez que estes são expostos pelo seu envolvimento com os eventos escolhidos ou expostos consensualmente como fontes primárias desses relatos. Logo, a função da cartografia e consequentemente, do pesquisador é expor tais relatos em conexão aos interesses da investigação, que busca, acima de tudo, a visibilização das disputas espaciais e dos pontos de controvérsias. A forma como as informações são trabalhadas podem revelar um risco, pois não só o relato está exposto, mas as formas como eles se desenham via cartografia e via pesquisador estão expostos. Por esse motivo, mais uma vez, o posicionamento social e político do pesquisador se encontra amplamente manifestado.

A quinta incerteza - **questão de fato *versus* questão de interesse**[81] - é um princípio norteado pela relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Mesmo que a pesquisa, seja apoiada e construída por fatos (científicos, históricos e etc.), ela se direciona pelos interesses de alguém, no nosso caso, a pesquisadora. Mas essa percepção é ampla e também se localiza em outros contextos, por exemplo: a própria sociedade é atravessada por decisões que revelam disputas sociais, preferências políticas, interesses financeiros e assim por diante. A partir dessa noção, reafirma-se a não neutralidade do ser-pesquisador, uma vez que ele, não só faz parte da realidade, mas é um outro constituidor da mesma através de sua pesquisa.

[81]Na realidade essa quinta incerteza não existe de fato no livro "Reagregando o social" (2012) de Bruno Latour, mas sua discussão está associada ao subcapítulo que elabora a terceira incerteza, já mencionada.

Nesse sentido, como o pesquisador é um ator ativo e está conjugado aos processos de disputa territorial cartografadas, a participação e atuação "no aqui e no agora" foram aspectos intrínsecos à investigação cartográfica, aproveitando tais situações para construir a própria pesquisa a partir das narrativas emergentes e acolher oportunidades de efetuar algum tipo de retorno social a sociedade civil. Desta forma, especificamente neste trabalho, traz-se luz para a participação do grupo Indisciplinar na audiência pública quanto à implementação de pedras no complexo da Lagoinha[82] (figura 6 e 7) e na elaboração de *workshops* de percepção popular sobre o OP na Vila Senhor dos Passos (figura 8) e Pedreira Prado Lopes[83].

Figura 6 – Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Fonte: Site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2019.

Figura 7 – Pesquisadoras (Gabriela Bitencourt e Carolina Nasser) do Grupo de Pesquisa Indisciplinar na audiência pública. Fonte: Site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2019.

[82] Instalação de pedras debaixo de viaduto é duramente criticada em audiência pública. Disponível em: < https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/09/instala%C3%A7%C3%A3o-de-pedras-debaixo-de-viaduto-%C3%A9-duramente-criticada-em > Acesso 01 de dezembro de 2020.

[83]Os workshops ministrados foram resultantes da disciplina - Tópicos em Análise Crítica e Histórica da Arquitetura - Cartografia do Orçamento Participativo em BH (ACR 025 TB/URB 013 TC29), que representou o estágio de docência da mestranda em questão. A disciplina é parte dos desdobramentos da Pesquisa Cartografias da Percepção Popular do Orçamento Participativo e, portanto, essa dissertação recebe atravessamentos da citada pesquisa do grupo Indisciplinar, que se propõe a investigar a percepção popular quanto às intervenções urbanas do Poder Público a partir da aplicação do Orçamento Participativo (OP) e do PGE (Plano Global Específico) no município de Belo Horizonte. Analisa-se aspectos relativos à assimilação da representatividade política, compreensão dos agentes envolvidos e avalia-se os níveis de participação social nos processos de elaboração dos planos urbanos e a execução das obras relacionadas a essa política pública. Para mais informações, visitar o blog da pesquisa de OP, disponível em: <https://opbh.cartografia.org/>. Acesso 23 de novembro de 2020.

Figura 8 – *Workshops* de percepção popular sobre o OP na Vila Senhor dos Passos realizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar na Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. Fonte: Produção do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019.

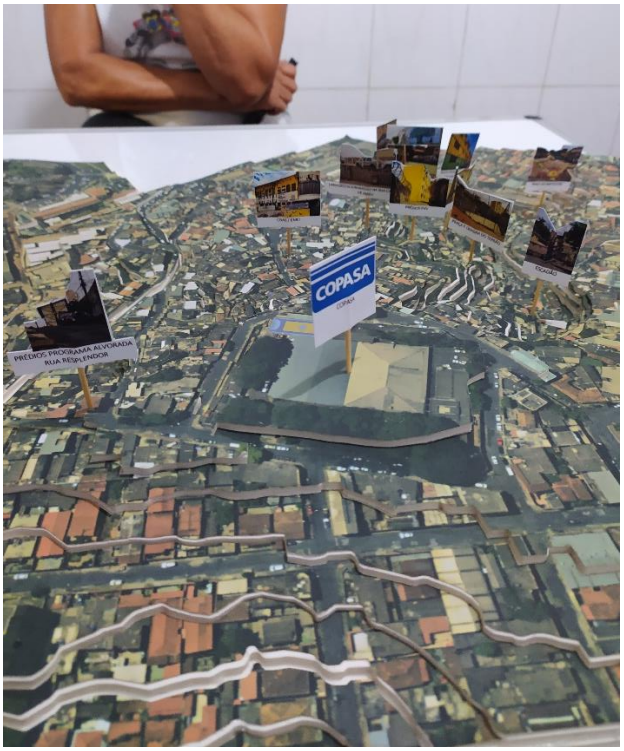


Figura 9 e 10 – Maquete produzida para o *Workshops* de percepção popular sobre o OP na Vila Senhor dos Passos realizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar na Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. Fonte: Produção do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019.

Portanto, desde o início e antes mesmo da definição da metodologia aqui apresentada, a intenção sempre foi direcionada à uma atuação territorial próxima aos habitantes e à realidade local do território. Apesar desta etapa não ter demonstrado um grande êxito quanto ao número de entrevistados, a qualidade dos relatos coletados e a possibilidade dos mesmos em revelar as controvérsias locais demonstrou ser satisfatório para a elaboração desta cartografia, que também foi complementada com a coleta de demais narrativas provenientes de fontes secundárias. Então, foram realizadas apenas quatro entrevistas individuais e oficiais que atuam como fontes primárias de narrativas cartografadas para o recorte investigado. Ademais, estas estarão apresentadas na íntegra nos apêndices desse trabalho de dissertação. As entrevistas foram ou estão em trâmite de publicação na Revista Indisciplinar[84] e dentre os entrevistados, destacam-se: 1) Lisandra Silva: arquiteta, urbanista e profissional técnica da Urbel[85]; 2) Valéria Borges: professora, moradora da Pedreira Prado Lopes e uma das principais lideranças da comunidade[86]; 3) Vinicius Moreno: jornalista do Brasil de Fato e militante do MTD[87] e 4) Maíra da Cunha Pinto Colares: defensora de direitos humanos e secretária da SMASAC[88].

Possivelmente as mudanças nos interesses desta dissertação e os reflexos da pandemia mundial de COVID-19 interferiram na coleta de um maior número de entrevistas. Além disso, outros fatores também influenciaram alterações no projeto de pesquisa inicial, a começar pela entrada como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Indisciplinar[89]. Nesse ínterim, os profícuos

[84]Disponível em: < https://wiki.Indisciplinar.com/index.php?title=Revista>. Acesso 21 de outubro de 2020.
[85]SILVA, Lisandra Mara. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares e GE - região da Lagoinha do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. **Revista Indisciplinar**, v. 5, nº 1, 2019. Disponível em: <https://wiki.Indisciplinar.com/download/008.pdf >. Acesso 19 de outubro de 2020.
[86]BORGES, Valéria. Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Prado Lopes. [16 de julho,2019]. Belo Horizonte. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=32s >. Acesso 11 de novembro de 2019.
[87]MORENO, Vinícius. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares e GE - região da Lagoinha do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG (Ainda não publicada).
[88]COLARES, Maíra. Entrevista concedida à Pesquisa GE - região da Lagoinha do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. **Revista Indisciplinar**, v. 5, nº 2, 2019. Disponível em: <https://wiki.Indisciplinar.com/download/009.pdf>. Acesso 19 de outubro de 2020.
[89]O projeto de pesquisa inicial trazia direcionamentos para o debate da sustentabilidade ambiental no meio urbano, a abordagem preliminar foi construída em alinhamento ao estudo da paisagem através do contexto da gestão, do planejamento e das intervenções nos espaços livres sob o viés da sustentabilidade. Simultaneamente a pesquisa almejava fazer emergir as múltiplas conexões entre os pilares sociais, espaciais e ambientais através da pesquisa-ação. Por conseguinte, a pesquisa que se esboçava com um interesse em estratégias de democratização dos espaços públicos, propunha análise de diferentes modos de existência e investigava as ocupações de hortas, jardins e agricultura urbana em espaços públicos em integração. Devido a esse motivo explica-se a aproximação ao grupo Hortelões da Lagoinha, que foi a primeira porta de entrada à região da Lagoinha. Para mais informações sobre o projeto de pesquisa inicial, visitar o artigo "A ressignificação de espaços públicos pela prática da Agricultura Urbana - considerações sobre o jardim produtivo: O Quintal do Sô Antônio" realizado ao longo do primeiro semestre do PACPS como produto final da disciplina de Seminários de Dissertação ministrada pela Profª Drª Yacy-Ara Froner. O artigo foi publicado em anais eletrônicos e apresentado no evento organizado pela própria turma, intitulado: III Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Encontra-se disponível no site do PPG-ACPS: <https://sites.arq.ufmg.br/pos/ambienteconstruido/wp-content/uploads/2018/10/SPPI-ANAIS-2018.pdf >. Acesso: 22 de novembro de 2019.

debates realizados pelo "GE - região da Lagoinha"[90] aliado à inserção territorial da pesquisadora por meio do Coletivo de Agroecologia Urbana Hortelões da Lagoinha[91], são acontecimentos que culminam com a verificação de um cenário de novas dinâmicas urbanas e sociais na região da Lagoinha e o despertar para uma nova visão crítica da pesquisadora perante as atuais disputas daquele território.

Pois, como Virgínia Kastrup pontua: "a atenção do cartógrafo não é caracterizada pela busca de solução para problemas dados e tampouco é orientada pelo interesse. É uma atenção ao mesmo tempo concentrada e aberta, que faz inicialmente uma varredura no campo, um rastreio sem alvo pré-definido" (KASTRUP, 2019, p. 100 - 101). Portanto, após a inserção tanto no grupo Indisciplinar, quanto no território, aconteceu uma varredura nos propósitos desta pesquisa, dando lugar ao deslocamento dos interesses para um novo alvo, no caso: a ênfase na variedade de intervenções urbanas que despontavam na região da Lagoinha.

Ademais, já era perceptível uma intensa abordagem midiática sobre aquela região, o que poderia ser entendido também como um reflexo dos interesses dos agentes dos setores do poder público, privado e da sociedade civil, engajados em alianças direcionadas à realização de projetos que vão desde o âmbito local e cultural as até grandes operações urbanas. Todo esse cenário percebido no fim de 2018 e ao longo de 2019 apontou para uma região que passava por uma série de requalificações pontuais, cujo caráter eram: o embelezamento urbano, a promoção cultural/patrimonial e a ênfase na tentativa de resolução das questões de saúde pública em torno das cenas públicas de uso de drogas na região da Lagoinha.

Em síntese, os eventos foram praticamente catalogados em tempo real no ano de 2019, sendo essenciais na definição dos contornos da pesquisa e na elaboração de uma hipótese quanto à possibilidade de desdobramentos espaciais vinculados a um processo de gentrificação ou aos deslocamentos de grupos em situação de vulnerabilidade. Ao tocar na questão da gentrificação, joga-se luz à formação inicial do território belo-horizontino, não com a intenção de retomar à

[90]O GE da região da Lagoinha comporta além da arquiteta/urbanista e pesquisadora do mestrado em questão, a graduanda do curso de arquitetura e urbanismo pela UFMG; Susan Oliveira e a doutoranda em Direito pela UFMG; Carolina Nasser e Lara Pssel, mestranda do PACPS - todas sob orientação da líder do grupo Indisciplinar Prof.ª Drª. Natacha Rena.

[91]O Hortelões da Lagoinha é um coletivo de agroecologia urbana e fomento cultural, idealizado por moradores do Bairro Lagoinha, estudantes de arquitetura, ciências biológicas, engenharia ambiental, professores, e profissionais de diversas áreas do conhecimento. Atuando desde 2017, o grupo tem o intuito de criar laboratórios à céu aberto que estimulem as práticas da Agroecologia urbana no plantio de hortaliças, verduras, frutas e plantas medicinais, e que sirvam como espaços que abriguem atividades de lazer, aprendizado, confraternizações e ações culturais junto às crianças, à população em situação de rua, moradores do bairro e da região. Isso, por meio do desenvolvimento da prática do trabalho coletivo autogestionado, do estudo de tecnologias sociais sustentáveis, conscientização ambiental e alimentar e o respeito à diversidade social, étnica, cultural, de gênero e à natureza. Potencializando, assim, uma melhora na qualidade de vida na cidade, incentivando uma agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa. Disponível em: <https://www.facebook.com/horteloesdaLagoinha/>. Acesso 05 de novembro de 2019.

origem da cidade, mas devido ao aspecto genealógico, que ao se aprofundar no conceito de gentrificação até explodi-lo, parte para outras temporalidades e eventos ocorridos no passado. Afinal, o papel paradoxal do cartógrafo é "começar pelo meio" na busca por amarrar novamente os fios soltos perdidos na espessura processual da história (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2009, p. 58).

Assim, a gentrificação foi um conceito que despertou a investigação dessa pesquisa, também, porque há anos a região da Lagoinha vem passando por grandes intervenções infra-estruturais que modificam as dinâmicas do espaço habitado e porque atualmente, é amplamente conhecida pela sua alta taxa de população de rua. Assim, a pesquisa se firmou com o propósito de realizar uma Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha. Em virtude das diversas formas de intervenções que despontavam na paisagem, houve uma urgência em rastrear as linhas de forças que agiam mediante os complexos processos urbanos que aconteciam naquele território a partir de perguntas simples, como preza o método da Cartografia das Controvérsias[92]. Estas perguntas norteiam o caminho em direção ao ápice das controvérsias, sendo elas: **1) como?; 2) por quê?; 3) por/com quem?; 4) onde? e 5) quando?**

De fato, o mapeamento e o amadurecimento, da pesquisa talvez nos faz desviar de nossa própria hipótese preliminar. Mas a intenção da cartografia nunca foi verificar ou afirmar se há ou não um processo de gentrificação em andamento, mas pontuar os principais eventos que despertam controvérsias quanto à relação paradoxal entre as melhorias urbanas e os deslocamentos de moradores de baixa-renda e grupos em situação de vulnerabilidade social. Desta forma, tenta-se ter o cuidado de não gerar olhares dicotômicos, simplistas ou análises frágeis e opinativas, mas trazer as múltiplas vozes locais que ecoam a partir de um território historicamente conduzido por práticas higienistas.

Neste sentido, tenta-se operacionalizar as incertezas de Latour (2012) por meio do método Cartográfico Indisciplinar. Para entender como tal metodologia funciona na prática, voltaremos a abordar a quinta incerteza - questão de fato *versus* questão de interesse - que buscará cartografar um fato de relevância marcado no tempo/espaço e as múltiplas figurações que narram tal acontecimento. As figurações ou as narrativas se originam de fontes diversas, dentre elas: mídia hegemônica (ex: decretos, leis e regulamentações a nível nacional e

[92]Para mais informações sobre o método Cartografia das Controvérsias, aplicado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, visitar o blog oficial da Pesquisa Territórios Populares e assistir também o vídeo da apresentação da Prof.ª Marcela Brandão que resume os avanços na metodologia. Disponível em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/metodo/>. Acesso 04 de outubro de 2019.

municipal, matérias de jornal, discursos oficiais de figuras políticas e entre outros); mídia alternativa (blogs, meios midiáticos, canais de *youtube*, *blogs*, *wikis*, plataformas de redes sociais, como: *facebook* e *instagram*, além de matérias jornalísticas de grupos minoritários e etc.); mídia acadêmica (artigos, dissertações, teses, livros, entrevistas, aulas e afins) e por fim, as fontes primárias (moradores locais, lideranças comunitárias, técnicos da prefeitura e atores envolvidos nas dinâmicas territoriais- ver figura 10). De fato, a transversalidade discursiva da cartografia se reflete por meio dessa coleta múltipla de narrativas a partir de fontes diversas. Lembrando que todo o tipo de mensagem que traga um discurso vinculado às dinâmicas dos territórios pesquisados, ajuda a compor pontos de vistas plurais quanto aos eventos analisados e são, portanto, questões de interesse do cartógrafo:

> Para isso, o cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência. Não tem o menor racismo de freqüência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia (ROLNIK, 1989, s/ p.).

Retornando à primeira incerteza - **não há grupos, apenas formação de grupos** - há de se ter em mente que a catalogação estará direcionada para os atores-humanos e a visualização de suas conexões e rearranjos, entre si (figura 7). Enquanto que a terceira incerteza - **os objetos também agem** - segue o mesmo raciocínio, mas voltada para a identificação dos atores não-humanos (figura 8). A segunda fonte de incerteza - **a ação é assumida** - começará a desenhar o esboço da estrutura da linha do tempo cartográfica, agregando todo o mapeamento realizado sob o critério não-linear, subjetivo e não neutro do pesquisador (figura 9). A quarta incerteza - escrever relatos de risco - é uma síntese de informações que alimentam a cartografia, agregando todo o banco de dados proveniente da coleta de narrativas, dos dispositivos de campo (entrevistas), e das informações coletadas a partir de mídias e das fontes acadêmicas. São estas, que associadas aos eventos, irão conformar a estrutura da linha do tempo e permitir a identificação dos atores humanos e não-humanos. Ademais, sempre para ajudar na ilustração e na percepção espaço-tempo, utilizam-se mapas dos recortes abordados (figura 10).

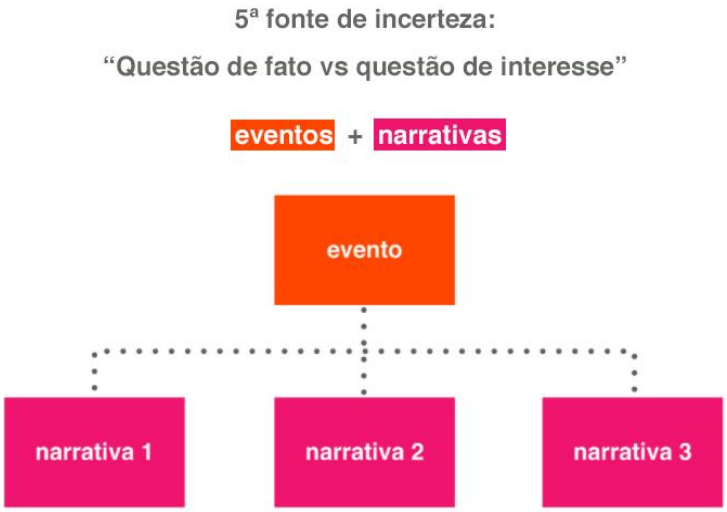
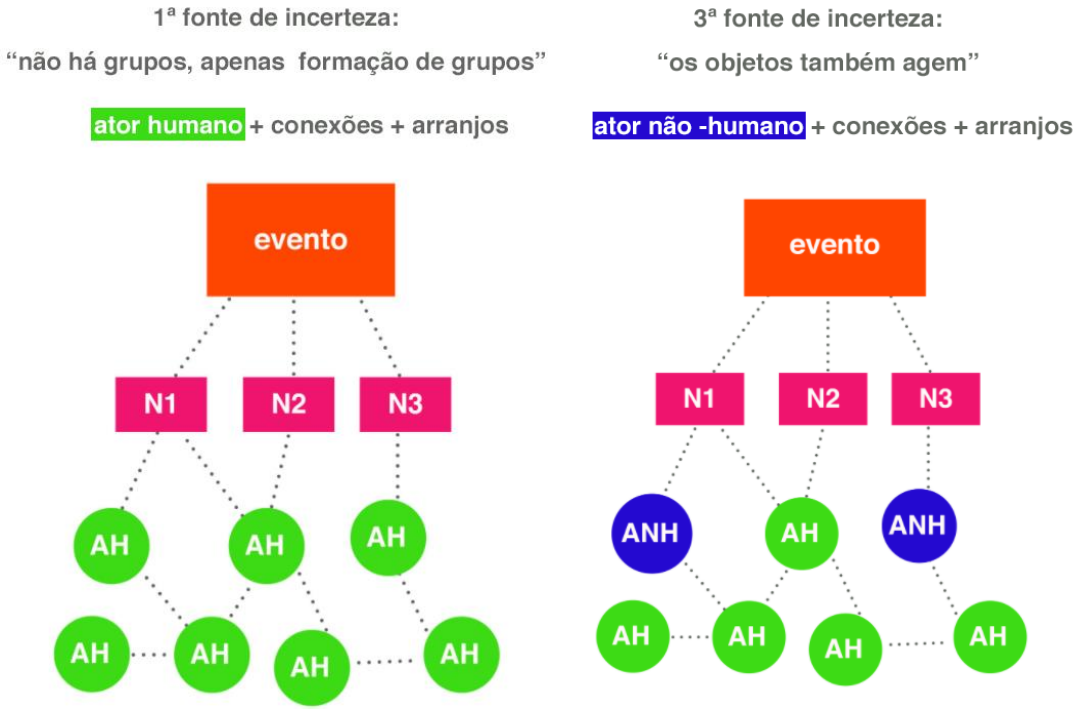


Figura 11 - Diagrama do método Cartografia das Controvérsias: 5º fonte de incerteza ou "questão de fato *versus* questão de interesse". Fonte: adaptado do blog Território Populares, 2019. Disponível em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/metodo/> (imagem modificada pela autora).



Figuras 12 e 13 - Diagrama do método Cartografia das Controvérsias:1º fonte de incerteza ou "não há grupos, apenas formação de grupos" e 3º fonte de incerteza ou "os objetos também agem". Fonte: adaptado do blog Território Populares, 2019. Disponível em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/metodo/> (modificada pela autora).

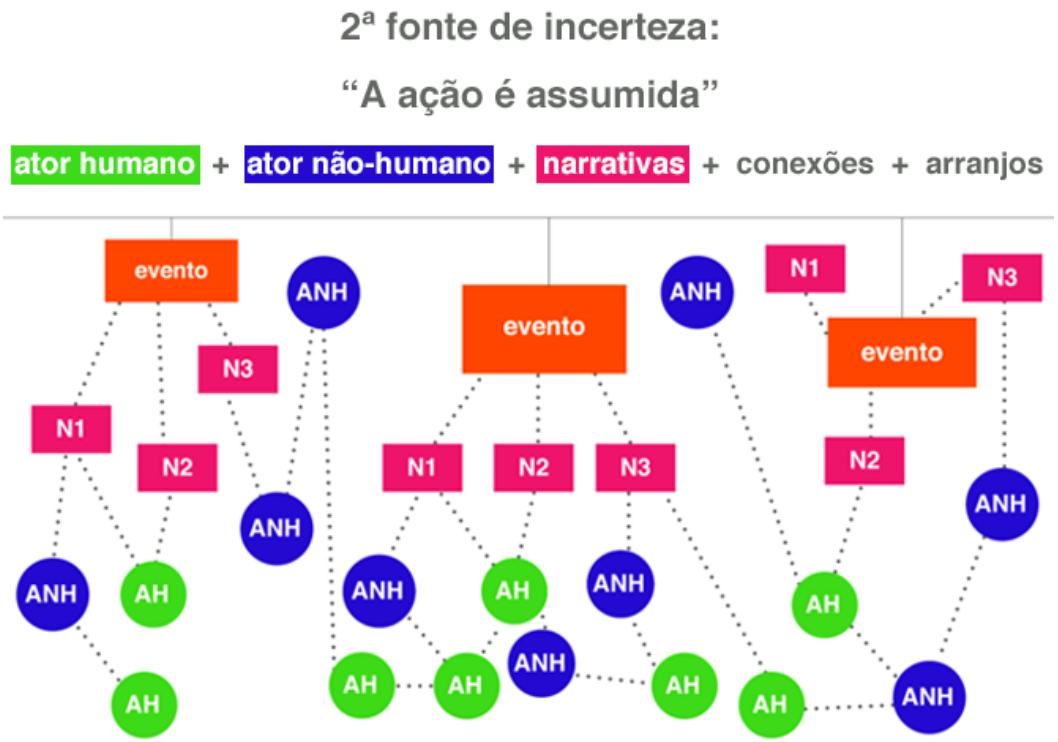


Figura 14 - Diagrama do método da Cartografia das Controvérsias: 2º de incerteza ou “a ação é assumida” Fonte: adaptado do blog Território Populares, 2019. Disponível em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/metodo/> (modificada pela autora).

Figura 15 - Diagrama do método da Cartografia das Controvérsias: 4º fonte de incerteza ou “escrever relatos de risco”. Fonte: adaptado do blog Território Populares, 2019. Disponível em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/metodo/> (modificado pela autora).

Em suma, faz-se necessário pontuar que esta cartografia, em específico, é regida pelo atravessamento de platôs de investigação, intimamente imbricados aos eventos escolhidos para a linha do tempo cartográfica. Nesse aspecto, a noção de acontecimento e a problematização da atualidade compõem outro alicerce teórico da cartografia que se utiliza do conceito de genealogia em Michel Foucault[93]. Desta forma, a genealogia, em sua busca pela história efetiva "faz ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo [sendo preciso] entender por acontecimento (...) uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores" (FOUCAULT, 2006, p. 28). Para além disso, o acontecimento funciona como uma forma de interrogação sobre a atualidade, admitindo que o próprio pensamento fomente um movimento de problematização de um conteúdo no presente e no passado, retornando ao passado por meio da reativação ou da projeção histórica, a qual, é alcançada quando se destaca a ocorrência de um acontecimento-signo (CARDOSO, 1995). "Nesse sentido o pensamento é problematização e experimento" (DELEUZE, 1988, p. 124[94] *apud* CARDOSO, 1995, p. 61).

Assim, a cartografia teve o intuito de vasculhar dentro da história da formação do território belo-horizontino, os acontecimentos-signos ou melhor, os eventos que trariam ênfase para os temas trazidos em cada platô de investigação na região da Lagoinha. Ao passo que se investigava os eventos históricos associados a esse território, tanto os marcos teóricos, quanto os eixos temáticos de cada platô de investigação foram se delianeando e o aprofundamento dentro de cada platô foi permitindo uma elaboração cada vez mais refinada quanto à seleção de eventos, narrativas e contra narrativas que ajudariam a compor a cartografia, fazendo emergir as hipóteses desta dissertação em relação a certos fenômenos sócio-espaciais que acometem a região da Lagoinha.

Por essas razões, a cartografia aqui elaborada tenta trabalhar com a linha do tempo genealógica em conjunto ao mapeamento (em escala gráfica) dos territórios afetados por eventos, cujo caráter, foram sistematizados dentro dos platôs de investigação. Vale frisar que a Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha é, antes de tudo, uma construção narrativa, pois, vem acoplada de matérias em meios de comunicação e jornais locais, leis, legislação,

[93]Para Foucault a genealogia é comumente entendida a partir de um sentido histórico, no entanto, a genealogia busca escapar a história dos historiadores, com seu início determinado na origem e sua visão de totalidade fechada sobre si mesma e verdade eterna. Assim, Foucault se recusa à pesquisa da origem, partindo da genealogia que aceita atravessamentos e rupturas com a "acuidade de um olhar que distingue, reparte, dispersa, deixa operar as separações e as margens (...) A história será "efetiva" na medida que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser (...) É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar" (FOUCAULT, 2006, p. 27-28).

[94]DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Foucault**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

documentos acadêmicos, vídeos de entrevistas, depoimentos coletados com a partir de atores locais, relatórios e manifestos provenientes de movimentos sociais e culturais. Em geral, as narrativas provêm de fontes acadêmicas, moradores locais, técnicos da PBH, população em situação de rua, movimentos sociais, lideranças comunitárias e todo o tipo de informação que permeia os setores midiáticos. O destrinchar das narrativas visa a visualização dos atores humanos e não-humanos envolvidos para que seja realizada a análise das linhas de forças atuantes e das controvérsias entrelaçadas às mesmas (a ser aprofundada na análise ao fim desta dissertação, no Capítulo 5).

Por fim, a escolha dos eventos e sua íntima relação com os platôs de investigação é um ponto a ser melhor destrinchado antes de adentrarmos propriamente a Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha (Capítulo 4). Assim, é necessário explicitar que a linha do tempo foi sendo construída ao longo do envolvimento da pesquisa perante um recorte territorial mais rígido, definido pelo: bairro Lagoinha, favela Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos, territórios localizados na região da Lagoinha. Porém, ao longo da busca pelos rastros e linhas de interação deixadas pelos próprios atores (humanos e não-humanos) no espaço, a trajetória investigativa demonstrou a necessidade de abranger um caráter territorial transescalar, o que enfatiza o recorte de pesquisa, por vezes, variante na escala geográfica-espacial,

Isto dito, os eventos selecionados foram classificados perante os seguintes platôs de investigação: **(i) práticas de remoção ou deslocamentos** (de atores humanos e não-humanos); **(ii) estratégias de planejamento e reestruturação do espaço urbano** (concretizadas ou apenas planejadas); **(iii) acontecimentos gerais relevantes para a dinâmica do espaço habitado** nos territórios investigados; **(iv) implementação de leis, decretos, normas, regulamentos, planos diretores, políticas públicas e elementos de gestão urbana**; **(v) surgimento de movimentos sociais urbanos, articulação e manifestação da sociedade civil na luta pelos direitos urbanos** e por fim, **(vi) acontecimentos de impacto transescalar**. Para melhor visualizar o encaixe de cada evento nas específicas categorias dos platôs investigativos, trazemos a tabela abaixo com suas respectivas classificações em sequência cronológica de acontecimentos. No entanto, é importante destacar que a categorização de um evento em uma específica categoria investigativa, não descarta a possibilidade de atravessamentos e consequentemente, sua classificação em outros platôs de investigação presentes.

Platô de investigação (i): práticas de remoção ou deslocamentos

Datas	Evento
1902	Primeira remoção de favela
1927	Desapropriações realizadas para abertura da avenida Antônio Carlos
1930	Intensificação das práticas de remoção nas favelas do entorno da zona urbana
1940	Deslocamentos na PPL devido à construção do conjunto habitacional IAPI
	Desapropriações devido à abertura da av. Antônio Carlos
1944	Desapropriações devido à construção do HOB
1970	Consolidação da infra-estrutural na VSP
1971	Decreto 2050: construção da estação rodoviária da Lagoinha
1978	Aumento das remoções forçadas em favelas belo-horizontinas
2004-2014	Desapropriações e deslocamentos de moradores devido à duplicação da Antônio Carlos

Tabela 2 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (i): práticas de remoção ou deslocamento. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Platô de investigação (ii): estratégias de planejamento e reestruturação do espaço urbano

Datas	Evento
1895	Conclusão do plano urbanístico da cidade planejada de Belo Horizonte
1897	Inauguração da cidade planejada de Belo Horizonte
1921	Incorporação da zona suburbana à zona urbana
1940	Construção do conjunto habitacional IAPI
	Abertura da av. Antônio Carlos
1944	Construção do HOB
1948	Início das obras do Túnel Lagoinha-Concórdia
1973	Instituição da Rede Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)
	Início da construção dos viadutos na Lagoinha
1976	Criação da primeira LUOS em Belo Horizonte
1981	Implosão da praça Vaz de Mello em função da construção do complexo de viário de viadutos da Lagoinha
1984-1986	Duplicação do Túnel Lagoinha e implementação do trem metropolitano
1989	Concurso Nacional de reestruturação do centro de BH
1990	Fortalecimento do planejamento participativo em Belo Horizonte sob gestão da Frente BH Popular, coordenada pelo prefeito Patrus Ananias (PT)
1994	Intervenções urbana estrutural do Programa Alvorada na VSP
	Início da estruturação do Projeto de Reabilitação Integrada da Lagoinha
1995	Retomada de obras infra-estruturais no complexo de viadutos da Lagoinha
1995	Início da implementação do Projeto de Reabilitação Integrada da Lagoinha
1998	Início das intervenções urbanas do Programa Vila Viva

1999	Intensificação de propostas projetuais de reestruturação da área central de BH, a partir do concurso público nacional: ruas e cidades e do BHBUS/PACE
2000	Projeto 4 estações para o Hipercentro de Belo Horizonte
2004	Implementação dos programas Centro Vivo e Olho Vivo (áreas centrais de BH)
	Início das intervenções urbanas para duplicação da av. Antônio Carlos
2007	Ampliação do Programa Vila Viva
	Plano de reabilitação urbana do Hipercentro
2008	Início das obras do Programa Vila Viva
	Implementação de pedras *gnaisse* em viaduto da Cristiano Machado pela PBH
2011	Realização do Diagnóstico da Lagoinha com proposição de um projeto de corredor cultural na região via OUC
2012	Início da formulação (em sigilo) da OUC Nova BH a partir da junção de manchas de outras OU
2013	Anúncio do projeto da OUC Nova BH em Belo Horizonte
	Concurso nacional de projetos de para ocupação de baixios de viadutos em BH
2014	Adaptação corretivas da OUC Nova BH a partir da realização de audiências públicos e retomada da participação social com intenção de formular a OUC ACLO
	Resultado do Concurso nacional de projetos de para ocupação de baixios de viadutos em BH
2015	Implementação do BRT/MOVE na av. Antônio Carlos
	Anuncio da OUC ACLO em BH
	Consulta pública para propostas de ocupação nos baixios de viadutos de BH
2019	Consulta pública para propostas de ocupação nos baixios de viadutos de BH – com específicas diretrizes urbanas elaboradas pela SMPU
	Projeto Gentileza Lagoinha (intervenções de arte urbana na região da Lagoinha e principalmente em cenas de uso públicas de drogas)
	Projeto Horizontes Criativos (Lagoinha é bairro prioritário em relação à BH)
	Implementação do programa BH é da gente na PPL, na rua Araribá, também considerada uma cena de uso pública
	Projeto Moradores da região da Lagoinha: A humanidade no patrimônio
	Intervenção de pedras nos baixios dos viadutos do complexo viário da Lagoinha
	Festival CURA na Lagoinha e intervenção de uma zona 30 na rua diamantina
2020	Anúncio e posterior cancelamento da audiência pública sobre OUC Centro-Lagoinha

Tabela 3 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (ii): estratégias de planejamento e reestruturação do espaço urbano. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Platô de investigação (iii): acontecimentos gerais relevantes para a dinâmica do espaço habitado nos territórios pesquisados

Datas	Evento
1894-1091	Política de incentivo e subsídios à imigração em Minas Gerais
1888-1910	Surgimento da favela Pedreira Prado Lopes (PPL)
1914	Surgimento da Vila Senhor dos Passos (VSP - Buraco Quente)
1910-1920	Surgimento do bairro Lagoinha
1948	Início das obras do Túnel Lagoinha-Concórdia
1951	Abertura do Mercado Popular da Lagoinha
1960 - 1970	Popularização da área central de Belo Horizonte
1971	Construção da estação rodoviária da Lagoinha (decreto 2050)
1981	Implosão da praça Vaz de Mello em função da construção do complexo de viário de viadutos da Lagoinha
1994	Construção do Conjunto Habitacional Araribá na PPL
1995	Chegada do *crack* na PPL
1998	PPL e VSP conquistam recursos via OP para elaboração do PGE
1999	Abertura do CCLAO na PPL
	Intensificação do processo de degradação urbana da Lagoinha
2006	VSP recebe a vista do presidente do BID
2007	Fechamento do CCLAO na PPL
	Pedido de registro imaterial da PPL como patrimônio cultural de BH
2010	Censo do IBGE classifica a Lagoinha como bairro com maior número de moradores vivendo na modalidade aluguel
2013	Anúncio do projeto do Centro Administrativo Municipal no bairro Lagoinha
2014	Reabertura do CCLAO no Mercado Popular da Lagoinha
2015	Discussões quanto ao tombamento da Lagoinha por meio da Fundação Municipal de Cultura (FMC)
2016	Deliberação n° 193 pelo CDPCM-BH decide pela proteção do Conjunto Urbano da Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates
2018	Abertura do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) na Lagoinha, especificamente na Rua Itapecerica, atualmente considerada uma cena de uso pública urbana de drogas
2020	Projeto estação dignidade: provisão de banho e lavanderia pública no bairro Lagoinha devido ao COVID-19, o projeto é uma associação entre o terceiro setor (ONG) e sociedade civil[95]

Tabela 4 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (iii): relevantes acontecimentos gerais para a dinâmica do espaço habitado. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

[95] Mais informações disponíveis em: < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/08/14/interna_gerais,1176020/estacao-dignidade-projeto-preve-banho-e-lavanderia-para-moradores-de.shtml>. Acesso 27 de novembro de 2020.

Platô de investigação (iv): implementação de leis, decretos, normas, regulamentos, planos diretores, políticas públicas e elementos de gestão urbana

Datas	Evento
1898	Aprovação do código de posturas de Belo Horizonte
1900	Criação da seção de higiene na PBH e da política sanitária de Minas Gerais
	Decreto lei nº 1435 de 27 de dezembro de 1900 - "regulamento dos mendigos"
1902-1909	Criação da 1º área operária na região do Barro Preto
1922	Lei 178 de criação das vilas operárias
1925	Decreto-Lei nº 10 de 24 de junho de 1925
1934	Criação da comissão técnica consultiva da cidade
1940	Decreto 75 de 1940 (construção do conjunto habitacional (IAPI)
1951	Criação do Serviço do Plano Diretor (SPD) em Belo Horizonte
1955	Criação do Fundo Municipal de Habitação (FMH), Departamento de Bairros e Habitações Populares (DBP)
1956	Lei nº 572 de 12 de setembro de 1956
1964	Criação do BNH
1970	Criação da Chisbel
1979	Criação do PRODECOM
1983	Criação da Companhia Urbanizadora e de Habitação em BH (Urbel)
1983 - 1984	Implementação da lei municipal PROFAVELA - lei nº 3.532 e decreto 4762
1990	Implementação da Lei Orgânica Municipal (LOM)
1993	Criação do OP em Belo Horizonte
1994	O Sistema Municipal de Habitação (SMH) passa por novo arranjo financeiro por meio da resolução II, 01 de dezembro de 1994
	Criação do Conselho Municipal de Habitação via lei nº 6508 de 12/01/1994
	Criação do Orçamento Participativo Habitação (OPH) em Belo Horizonte
1996	Instituição da Lei de Parcelamento, uso e ocupação do solo via lei n° 7166
	Instituição da Plano Diretor de Belo Horizonte via lei n° 7165
1997	Elaboração do PGE torna-se obrigatório para planejamento de intervenções em áreas de vilas e favelas
	Suspensão do Projeto de Reabilitação Integrada da Lagoinha
2000	Lei municipal 8137 institui a elaboração de PGE nas ZEIS-1 e ZEIS-3
	Estabelecimento da lei de PPPs em Minas Gerais (lei n° 14.868 e 11079)
2003	Revisão do Código de Posturas de Belo Horizonte (lei n° 8618)
2010	Revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte (lei n° 9.959)
	Criação da PBH Ativos (lei n° 10.003)
2011	Instituição do PMI via decreto 14.657
2012	Política municipal de aproveitamento das áreas sob viadutos (lei n° 10. 443)
2013	Instrução normativa conjunta n° 1 – Disciplina a atuação de agentes públicos junto à pop. em situação de rua afim de estabelecer ordem no espaço urbano
	Criação da SMASAC na gestão do prefeito Alexandre Kalil (PHS)
	Decreto (n° 16.747) para criação do Comitê coordenador da agenda intersetorial de prevenção ao uso de drogas

Tabela 5 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (iv): implementação de leis, decretos, normas, regulamentos, planos diretores, políticas públicas e elementos de gestão urbana.
Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Platô de investigação (iv): implementação de leis, decretos, normas, regulamentos, planos diretores, políticas públicas e elementos de gestão urbana (continuação)

Datas	Eventos
2010	Revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte (lei n° 9.959)
	Criação da PBH Ativos (lei n° 10.003)
2011	Instituição do PMI via decreto 14.657
2012	Política municipal de aproveitamento das áreas sob viadutos (lei n° 10. 443)
2013	Instrução normativa conjunta n° 1 – Disciplina a atuação de agentes públicos junto à população em situação de rua afim de estabelecer ordem no espaço urbano
	Criação da SMASAC na gestão do prefeito Alexandre Kalil (PHS)
2017	Decreto (n° 16.747) para criação do Comitê coordenador da agenda intersetorial de prevenção ao uso de drogas

Tabela 5 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (iv): implementação de leis, decretos, normas, regulamentos, planos diretores, políticas públicas e elementos de gestão urbana. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Platô de investigação (v): surgimento de movimentos sociais urbanos, articulação e manifestação da sociedade civil na luta pelos direitos urbanos

Data	Evento
1959	Criação da FTFBH
1974	Fundação dos Trabalhados da Periferia na PPL
1977	Ascensão da Pastoral da Favela (PF)
1981	Invasão da PBH pelo movimento de favelados
2000	Surgimento do MTD (no Rio Grande do Sul)
2013	Mobilização popular contra a realização do projeto do Centro Administrativo no bairro Lagoinha (Movimento Lagoinha Viva, Brasilinha do Lacerda Não!, moradores e etc.)
	Ocupação “Dona Maria” na PPL, especificamente em um conjunto habitacional construído por meio do Programa Vila Viva
	Denúncia de irregularidades na OUC Nova BH pelo MP e Indisciplinar
2014	Revisão dos limites da ADE Lagoinha (incorporação do Bonfim), instauração do FADE E deliberações ocorridas por meio da IV CMPU BH
2017	Ocupação Pátria Livre na PPL realizada por moradores, MTD e entre outros
2019	Protestos por parte de movimentos sociais e lideranças políticas contrários à intervenção de pedras nos baixios dos viadutos do complexo viário da Lagoinha
	Audiência pública mobilizada pela sociedade civil contra a intervenção de pedras nos baixios dos viadutos da Lagoinha (com participação do Indisciplinar)

Tabela 6 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (v): surgimento de movimentos sociais urbanos, articulação e manifestação da sociedade civil na luta pelos direitos urbanos.
Fonte: Elaboração autoral, 2020

Platô de investigação (vi): acontecimentos de impacto transescalar

Datas	Evento
1853-1870	Renovação urbana de Paris, França
1888	Fim da escravidão no Brasil: realização da missa campal no Rio de Janeiro
1929	Crise de 1929 (grande depressão ou quebra da bolsa de Nova York)
1930	Revolução constitucionalista de 1930
1946	Promulgação da constituição brasileira de 1946
1950	"Década de ouro" da industrialização na cidade de Belo Horizonte
1956 - 1960	Plano de metas de JK e Construção de Brasília
1963	1º seminário nacional de habitação e reforma urbana
1964	Comício na central do Brasil de João Goulart e Golpe Militar de 1964
1970	Crise de mundial do petróleo
1976	1º Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat I
1979	Governo federal cria lei 6.766 de parcelamento do solo
1983	Governo federal cria Projeto de lei de desenvolvimento urbano (PL n º755) prevendo alternativas para a regularização fundiária
1988	Constituição Federal brasileira de 1988
1990	Ascensão e fortalecimento do "empreendedorismo urbano" em escala nacional
1992	Jogos Olímpicos na Espanha e ascensão do "modelo" de planejamento estratégico a partir das intervenções urbanas reestruturantes de Barcelona
1996	2º Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II (destaque para apresentação da metodologia de intervenção urbana utilizada no Programa Alvorada)
2000	Domínio de governos de viés progressistas na América Latina
2001	Criação do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257)
2002	Implementação do Programa Habitar Brasil pelo BID
	Criação do Conselho Nacional das Cidades e do Ministério das Cidades
2003	Lançamento do Programa de Reabilitação para áreas centrais pelo Ministério das Cidades
2004	PBH recebe reconhecimento mundial com o prêmio *Dubai – best leadership programme* pela política público do PGE e do OP nas vilas e favelas
2006	PBH recebe reconhecimento mundial com o prêmio cidade cidadã
2007	PBH é premiada pela Un-Habitat pelo Programa Vila Viva Aglomerado da Serra
	Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
2008	Crise financeira global
	Copa do Mundo no Brasil
2014	PBH recebe prêmio internacional pelo PVV por atingir um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) criados pela ONU
2016	Jogos Olímpicos no Brasil
2017	Operação policial de intervenção na cracolândia de Nova Luz (São Paulo)
2019	Fim do Ministério das Cidades

Tabela 7 - Sequência cronológica de eventos do platô de investigação (vi): acontecimentos de impacto transescalar. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

4 Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha[96]

4. 1 A construção de Belo Horizonte e a remoção do Curral Del Rei

O fim da abolição em 1888 mediante a Lei Áurea (n.º 3.353), o advento do Brasil República no ano seguinte e a promulgação da nova Constituição brasileira em 1891 são acontecimentos que geraram alterações estruturais no cenário político-econômico do país. A produção econômica, antes, comandada por uma monarquia escravocrata-rural, passou a ser pautada no trabalho assalariado, acentuando migrações internas para o Centro-Sul do Brasil e resultando em uma intensa urbanização dessas áreas (MATOS, 1992; PEREIRA, 2016). Dentro desse contexto, temos o surgimento da primeira cidade planejada brasileira, a capital de Minas Gerais, cuja ascensão é predominantemente pautada por decisões político-econômicas e pela influência da ideologia moderna. Ademais, Belo Horizonte se estabelece por força de alguns fatores como: a precariedade topográfica da antiga capital, Ouro Preto; a urgência pelo desenvolvimento mineiro sob o lema da modernização[97]; além das aspirações ao planejamento internacional sanitarista.

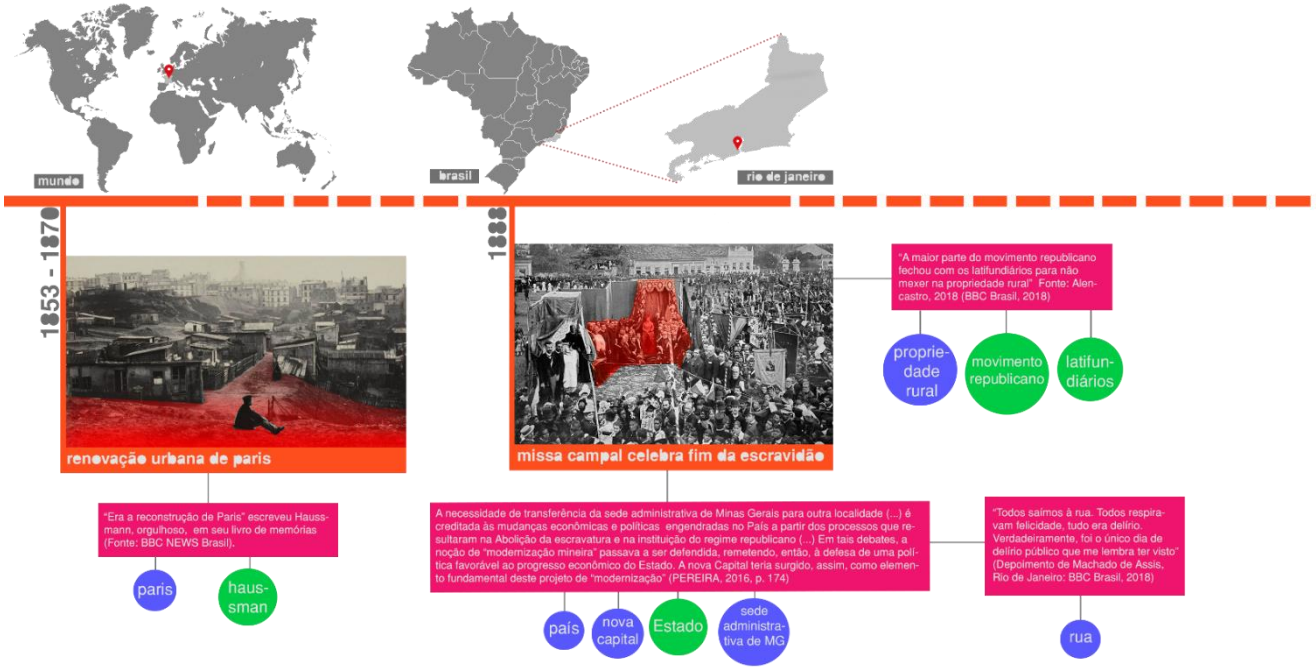


Figura 16 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1853 a 1888. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

[96]O Capítulo 4 será completamente sinalizado pelas nomenclaturas dos principais pontos de controvérsias (C1; C2; C3 e etc.) referentes à tabela 9, presente no Capítulo 5 (ver p. 225 – 233).

[97]A modernidade se apresenta como uma ideia reguladora, uma cultura do novo ou um estado de espírito referente ao período cronologicamente iniciado no século XVIII. A modernidade implicou vários projetos que evidenciaram a ruptura com as tradições e a negação do passado, trazendo a racionalidade e o desenvolvimento para o centro de suas questões práticas e ideológicas (FUINI, 2017).

Desta forma, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, concluiu em março de 1895, o plano urbano de Belo Horizonte, incorporando os novos valores do regime republicano positivista, sendo eles: a racionalidade, o progresso, a técnica e a ordem política e social. Por isso, para que ocorresse a inauguração de Belo Horizonte em 1897, o antigo Curral Del Rei teve que ser destruído, assim como sua população local foi forçosamente removida de suas terras com a finalidade de assentar a nova capital mineira, composta por avenidas modernas, prédios públicos e os novos moradores, isto é, funcionários públicos, classes de alta renda e proprietários de terras em Ouro Preto (AGUIAR, 2012; FERRARI, 2009; VILLAÇA, 1998). Como salientado por Lisandra Silva e Josemeire Pereira (2018), o efeito da desapropriação da fazenda do Curral Del Rei dá início à estruturação da pedreira[98] de onde vieram as pedras que possibilitaram a construção da nova capital mineira, trazendo à tona processos socioespaciais de segregação racial, clareamento territorial e gentrificação como pilares do projeto de dominação e conformação espacial excludente da cidade de Belo Horizonte.

C1
C2
C3
C4

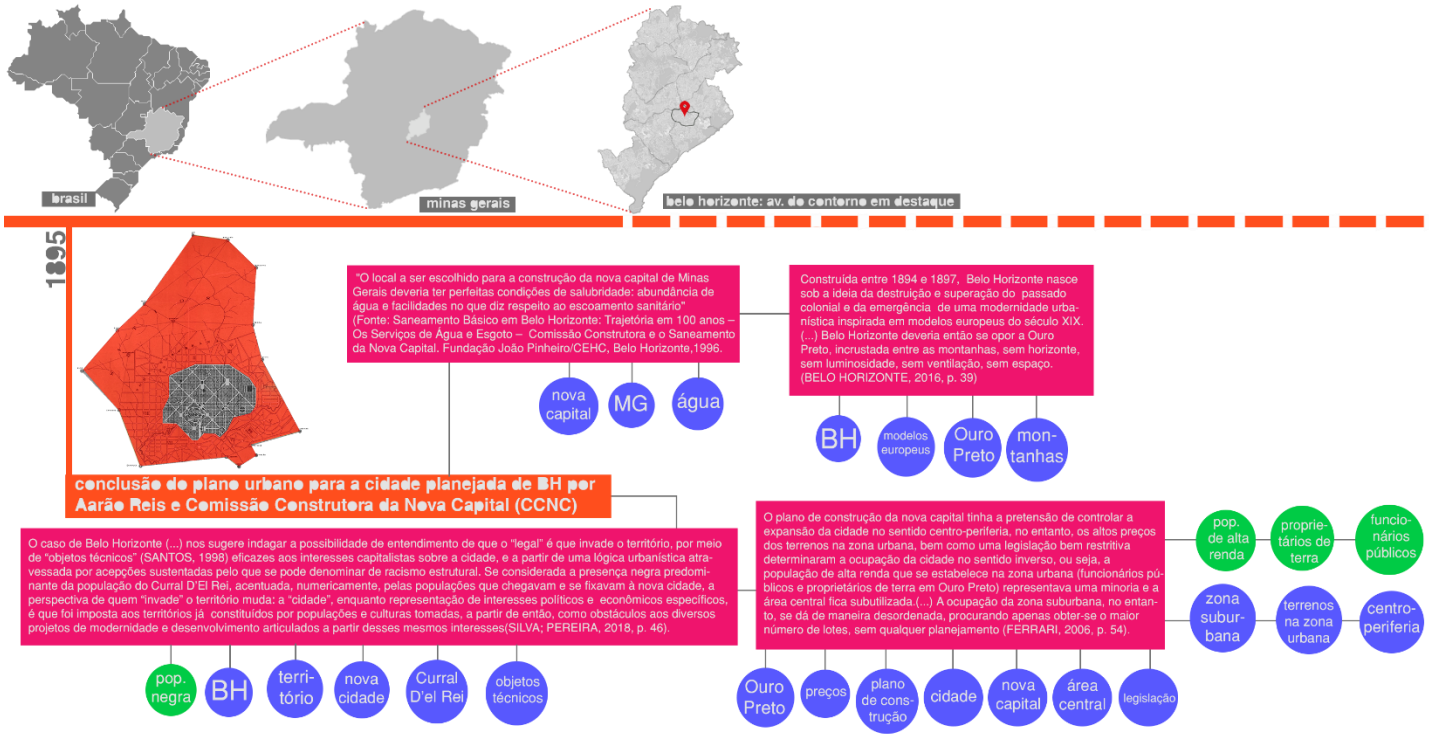


Figura 17 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1895. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

[98]A pedreira que inicia a construção de Belo Horizonte faz parte do conjunto de territórios que compõem a região da Lagoinha, estando inserido dentro da favela Pedreira Prado Lopes.

Assim, as autoras lembram que a narrativa convencional que perpassa o planejamento urbano brasileiro está comumente associada a uma construção discursiva dominada pelo "estigma do invasor", conceito este, que infere às camadas pobres ou aos moradores das periferias como "ilegais" ou "invasores" de um território. No entanto, no caso de Belo Horizonte, esta narrativa pode ser invertida, uma vez que antes, a fazenda do Curral Del Rei já era habitada em sua maioria por trabalhadores negros e de baixa-renda[99] que afluíam de todos os cantos de Minas Gerais para trabalhar nas colônias agrícolas[100] (SILVA; PEREIRA, 2018).

> O caso de Belo Horizonte (...) nos sugere indagar a possibilidade de entendimento de que o "legal" é que invade o território, por meio de "objetos técnicos" (SANTOS, 1998)[101] eficazes aos interesses capitalistas sobre a cidade, e a partir de uma lógica urbanística atravessada por acepções sustentadas pelo que se pode denominar de racismo estrutural[102] (...). Se considerada a presença negra predominante da população do Curral D'El Rei, acentuada, numericamente, pelas populações que chegavam e se fixavam à nova cidade, a perspectiva de quem "invade" o território muda: a "cidade", enquanto representação de interesses políticos e econômicos específicos, é que foi imposta aos territórios já constituídos por populações e culturas tomadas, a partir de então, como obstáculos aos diversos projetos de modernidade e desenvolvimento articulados a partir desses mesmos interesses (SILVA; PEREIRA, 2018, p. 46).

[99]Lisandra Silva e Josemeire Pereira (2018) demonstram a partir do cruzamento de dados demográficos condicionados às categorias: cor, sexo e condição social; que as primeiras populações a habitarem o Curral Del Rei eram compostas majoritariamente por pessoas pretas escravizados e mulatos livres. Ademais, as pesquisadoras também demonstram a diminuição dessa população por meio da construção da capital, um dado que aponta para o aprofundamento da segregação espacial justificada pela questão racial e social e para um processo de gentrificação como fruto dos deslocamentos forçados.

[100]De acordo com o plano da CCNC, o zoneamento realizado para a cidade planejada de Belo Horizonte estaria pautado em três subdivisões: zona urbana, zona suburbana e colônias agrícolas. A zona suburbana contrastava com a zona urbana por seu traçado irregular, suas formas de ocupação distintas e habitações populares. A historiografia menciona a criação de cinco colônias agrícolas nos subúrbios da nova capital: Carlos Prates, Américo Werneck, Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Afonso Pena, que deveriam funcionar como um cinturão verde de produção alimentar para a população urbana. Apesar de próximas ao entorno da nova capital, as colônias agrícolas nunca foram previstas no planejamento da CCNC, ressaltando que o governo mineiro tinha intenção de concretizar dois empreendimentos distintos: a construção de uma nova capital moderna e industrializada e as colônias agrícolas, à parte, como uma tentativa de modernização agrária do Estado. Entretanto, as rápidas modificações espaciais ocorridas devido a suburbanização da cidade, alteraram por completo os planos idealizados por Aarão Reis e sua equipe (AGUIAR, 2006).

[101]SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 4° edição, São Paulo: Editora Hucitec. 1998.

[102]De acordo com Silvio Almeida (2018; GAUDIO, 2019), o racismo é regra, não a exceção. Este opera de forma ideológica e antes de ser um resquício da escravidão, se configura como um instrumento forjado pela racionalidade moderna e pelo capitalismo. Desde o momento em que o homem se torna objeto científico da Biologia e da Física, a classificação dos seres humanos em raças se cristaliza como noção ao longo da modernidade. Apesar de comprovada a inexistência de raças humanas, tal caráter continua sendo uma categoria política utilizada para justificar desigualdades raciais e sociais, efetivadas pela perpetuação da discriminação estruturada em relações de poder e privilégios em desequilíbrio. Assim, o racismo é manifestado em todo tipo de espaço: econômico, político e institucional. Há, portanto, uma distribuição do racismo em: individual, institucional e estrutural. O racismo individual seria uma "patologia" expressa por um indivíduo que realiza análises limitadas dos contextos históricos e cotidianos. Quanto ao racismo institucional, este se refere a regulamentação de leis e normas, modos de pensar e subjetividades que definem as condutas em sociedade. A esfera institucional seria a força naturalizadora da hegemonia de certos grupos, tendo como base a manutenção de seus interesses políticos e econômicos, a partir da eliminação do debate de classes, gênero e cor, além da instauração de uma lógica civilizatória suprema. Principalmente por meio deste segundo conceito, Silvio Almeida (2018) chega ao racismo estrutural, ao defender que o racismo é decorrente da estrutura social, onde a ideia de nacionalidade, a noção de meritocracia individual, os meios de comunicação, a indústria cultural, as instituições educacionais, científicas e os espaços de trabalho fundamentam a construção de um imaginário social de perspectiva racista. Portanto, o racismo é estrutural porque está imbricado à todas as esferas citadas, assim como à sociedade de classes. Para mais informações sobre o conceito de racismo estrutural discutido por Silvio Almeida, assistir o vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>. Acesso 07 de julho de 2020.

No plano simbólico, o amparo na ideologia moderna reafirma o desejo pelo distanciamento do antigo e, portanto, precisa ser combatido. Assim, na historiografia do Curral Del Rei, legitima-se a dominação da natureza e dos povos tradicionais pela técnica e pelo desenvolvimento, pois a fazenda era "apenas" um povoado que precisava dar espaço para a cidade porvindoura, o ícone oficial da civilização moderna. Assim, a semelhança com a supracitada tese de Neil Smith (1996) se evidencia, pois, Belo Horizonte engendra em seu processo de construção, uma dominação territorial atravessada pela criação de novas fronteiras, deslocamentos e a luta de classes. Afinal, os habitantes iniciais do Curral Del Rey foram desconsiderados do novo projeto de cidade devido à sua desqualificação econômica, social e racial perante o ideal das elites mineiras e dos planejadores urbanos da época. C2 C4

Desta forma, o desenvolvimento marginal da zona suburbana, onde se encontrava a região da Lagoinha e os demais bairros periféricos e favelas[103] de Belo Horizonte, se enreda à construção da zona urbana, cujo planejamento revela uma deliberada lógica espacial segregacionista que forçou remoções, alicerçados pela força da hierarquia econômica e da política higienista[104]. Assim, entre 1894 a 1897, Belo Horizonte nasce com o intuito de se opor à Ouro Preto, considerada sem luz, sem horizonte, sem ventilação e sem espaços livres. O papel da nova cidade planejada era superar de uma vez por todas o passado colonial ao apresentar

[103]A historiadora Josemeire Alves Pereira (2015) ressalta que o uso da terminologia "favela" prolifera a partir dos anos 1940 em Belo Horizonte, mas já era encontrada frequentemente em fontes administrativas, policiais e periódicos desde os primeiros anos da cidade. As primeiras referências apontam para "Favela do Leitão" e "Favela do Alto da Estação" como os primeiros bairros a abrigar as camadas populares da cidade, que tinham intenção de atuar na construção da capital. Por isso, antes mesmo da inauguração da capital, Belo Horizonte já estava repleta de "cafuas", um tipo de moradia temporária, específica da classe operária, já evidenciada também por Berenice Guimarães (1992).

[104]O termo "políticas higienistas" retoma à Europa do século XVIII, quando médicos e urbanistas começam a relacionar por meio de estudos científicos a relação entre doenças, humanos e ambiente construído, propondo a medicalização do espaço urbano. "Estabelecer a ponte entre o discurso normativo médico e as exigências da ordem pública foi a tarefa dos urbanistas. O médico forneceu o discurso e o urbanista realizou a transformação" (COSTA, 2013, p. 59). Assim, adotam-se normas de comportamento social e preza-se pela organização da cidade no que se refere ao distanciamento dos edifícios, a abertura de vias, ao formato e à disposição da malha urbana, tudo isso com o objetivo de evitar pandemias e garantir a salubridade urbana. Assim, o urbanismo higienista desencadeia um planejamento urbano ligado à localização de bairros, à aeração do ar, à localização dos cemitérios, hospitais, lixões, fábricas e abatedouros, à instalação de sistemas de água e esgoto, enfim, a higiene total, tanto do espaço físico, quanto do social, sendo estas medidas decisivas para o reforço de uma administração biopolítica da cidade. Ou seja, há uma ênfase do poder público quanto ao controle dos índices de mortalidade, morbidade da população e principalmente na gestão de "riscos" vindos das áreas menos privilegiadas, as periferias da cidade. Depois do século XIX, o "ideal da cidade sadia" passa a definir as principais intervenções urbanas na sociedade ocidental e o discurso médico é apropriado pela primeira vez pelo teórico espanhol Ildefonso Cerdá, que lança em 1859, a "Teoría General de la Urbanización" vinculada aos modelos da cidade sadia, portadora do progresso, racionalidade, limpeza e ordenação. Na segunda metade do século XIX capitais européias passam por profundas renovações urbanas a partir dos ideais higienistas. Sendo um icônico exemplo, a transformação de Paris entre 1953 à 1869 pelo Barão Haussmann que não se deteve em realizar uma curetagem social, desapropriando imóveis de particulares sob pretextos garantidos por lei. A demolição de quarteirões e a exclusão da população pobre para fora do centro da cidade foi um movimento estratégico para a haussmanização de Paris. No Brasil, o discurso higienista também vai se propagar emblematicamente nas experiências de urbanização da cidade planejada de Belo Horizonte e posteriormente, a partir da Reforma Pereira Passos em 1903 na cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu com auxílio de Oswaldo Cruz (COSTA, 2013).

“perfeitas condições de salubridade: abundância de água e facilidades no que diz respeito ao escoamento sanitário”[105] (BELO HORIZONTE, 2016).

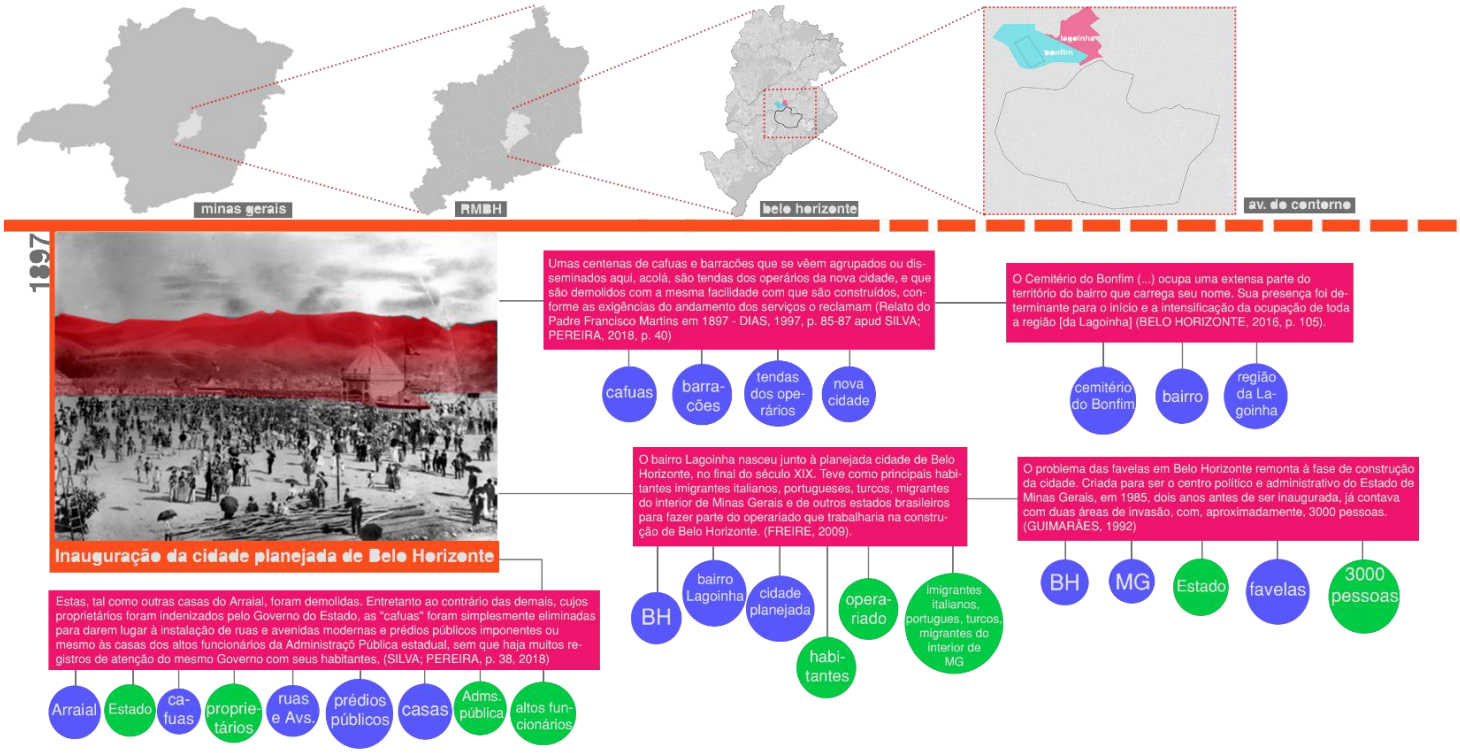


Figura 18 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1897. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Quanto ao aspecto sanitarista, enfatiza-se que no ano de 1900, foi criada a Seção de Higiene na Prefeitura de Belo Horizonte, um setor administrativo conhecido por determinar demolições de cafuas em pontos variados da capital, expulsar as habitações de operários para fora da zona urbana e promover o controle sanitário mediante visitas de médicos às habitações populares, a fim de garantir a limpeza e o asseio comunitário e principalmente não colocar a imagem da cidade moderna em risco (GUIMARÃES, 1989[106] *apud* CARNEIRO, 2016). Desta forma, a rigidez do plano urbano e o zoneamento restritivo impuseram a ocupação de um território socialmente segregado, o que refletiu em um adensamento nas bordas da Avenida do Contorno, localidade que restou às camadas de baixo poder aquisitivo (AGUIAR, 2006; BERNARDES, BORSAGLI, 2014).

C5
C8

[105]Saneamento Básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 anos – Os Serviços de Água e Esgoto – A comissão Construtora e o Saneamento da Nova Capital. Fundação João Pinheiro/CEHC, Belo Horizonte, 1996.
[106]GUIMARÃES, Berenice Martins. O Processo de Ocupação do Solo e a Questão da Moradia para a Classe Trabalhadora em Belo Horizonte – 1897/1920. In: **XIII Encontro Anual da ANPOCS**, 1989, Caxambú. GT Estudos Urbanos. Caxambú: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989.

> Como processo de crescimento da cidade tinha sido planejado para se dar do centro para a periferia, conforme projeto de Aarão Reis, dotou-se de infra-estrutura urbana apenas parte da zona urbana, prevendo-se a expansão dos serviços à medida que a ocupação fosse ocorrendo. Como ela ocorreu ao inverso, ou seja, da periferia para o centro, viu-se o poder público às voltas com o seguinte problema: uma zona urbana dotada em parte de infraestrutura, mas esvaziada, enquanto que a suburbana e a rural, povoadas, careciam desses serviços e os exigiam da Prefeitura (GUIMARÃES, 1991, p. 93). C5

Portanto, poderíamos dizer que o primeiro movimento de gentrificação ou colonização do espaço urbano mineiro remete à implantação de Belo Horizonte em 1897, o que implicou na demolição de diversas habitações (cafuas e barracões) existentes no antigo Curral Del Rei. Aliás, com a inserção da Av. do Contorno, poderíamos também dizer que se criou uma "nova fronteira" (SMITH, 1996), simbolizada por um cordão sanitário que tinha a função de dividir a cidade conforme os estratos sociais, de forma que a zona urbana seria propícia à elite, enquanto que a zona suburbana concentraria operários e todas as demais forças laborais que contribuíram para o funcionamento adequado da cidade.

A partir da oficialização do Código de Posturas Municipais em 1898, determinam-se não só os critérios de uso, ocupação e edificação na zona urbana, mas também toda uma moral pública através de uma nova ética disciplinar do trabalho e da vida, comandas pela ação interventora do poder público (FREIRE, 2008; SIMÃO, 2012; AMARAL, 2011). Se por um lado, a coesão e a ordem social justificam a implementação do Código de Posturas, por outro, esta legislação também resultou em um ordenamento do espaço público permeado pela militarização, controle e vigilância da vida pública, além de engendrar na atualidade, processos urbanos de privatização dos logradouros públicos para determinados usos, atividades e pessoas (CARNEIRO, 2016; DE JESUS, 2015)[107]. Com o rápido adensamento de Belo Horizonte[108], a C6

[107]Nesse aspecto, é interessante contextualizar o aspecto "controle" por meio de um pulo temporal para o ano de 2010, quando acontece a revisão do Código de Posturas de Belo Horizonte. Neste foi definida a proibição de atividades de camelôs, o que marca uma conduta repressora às práticas informais a partir da aplicação de penalidades que vão desde a notificação até a apreensão de produtos dos comerciantes. Quanto ao aspecto "vigilância", retrocedemos para 2004, relembrando a implementação do "Programa Olho-Vivo" pela PBH junto à Guarda Municipal, cujo objetivo era vigiar e monitorar a cidade como forma de prevenção e combate à criminalidade no Hipercentro de Belo Horizonte. A iniciativa contou com uma parceria público-privada entre o Município de Belo Horizonte, Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A (PRODABEL) e participação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), Polícia Militar do estado de Minas Gerais (PMMG) e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/ BH). Pode-se dizer que os discursos da PBH quanto a ambas políticas, enfatizam a legitimação do controle e a erradicação do "caos urbano", promovendo assim um espaço instrumentalizado, desarticulador da própria realização da vida (CARNEIRO, 2016).

[108]De acordo com o Anuário Estatístico de Minas Gerais (1912; 1925) a população total na zona urbana em 1906 era de 7.694 pessoas. No ano de 1912 esse número praticamente duplica, chegando a 12.033 pessoas. Enquanto que na zona suburbana, o número passa de 5.847 para 14.842, nos respectivos anos citados. Já em 1925, o município de Belo Horizonte já conta com 55.000 habitantes aproximadamente e quase 20.000 declaradas como ocupadas. Ver em: Annuário Estatístico de Minas Gerais-1921. Volume II (situação demographica). Bello Horizonte: Imprensa Official, 1925.

necessidade do que Michel Foucault (1997) chama de "disciplinarização dos corpos"[109] é reforçada, podendo-se constatar com base no decreto-lei nº 10 de 24/06/1925[110], que o uso do espaço público - jardins, praças e parques - passou a ser restringido às pessoas "ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que não tiverem decentemente trajadas (...) assim das que levarem consigo cães, (...) vendedores ambulantes, com os artigos de seu comércio" (BELO HORIZONTE, 1925)[111]. Nesse contexto, destaca-se que a vadiagem e a mendicância eram tidas como atos de contravenção, portanto, as leis desse período tinham função disciplinar, de modo a proibir e criminalizar a presença da pobreza dentro da cidade, o que fomentou os meios para o aprofundar a segregação das classes populares. Como exemplo disso, pode-se citar o decreto-lei nº 1435/1900 (BELO HORIZONTE, 1900) que rege a criação do *Regulamento dos*

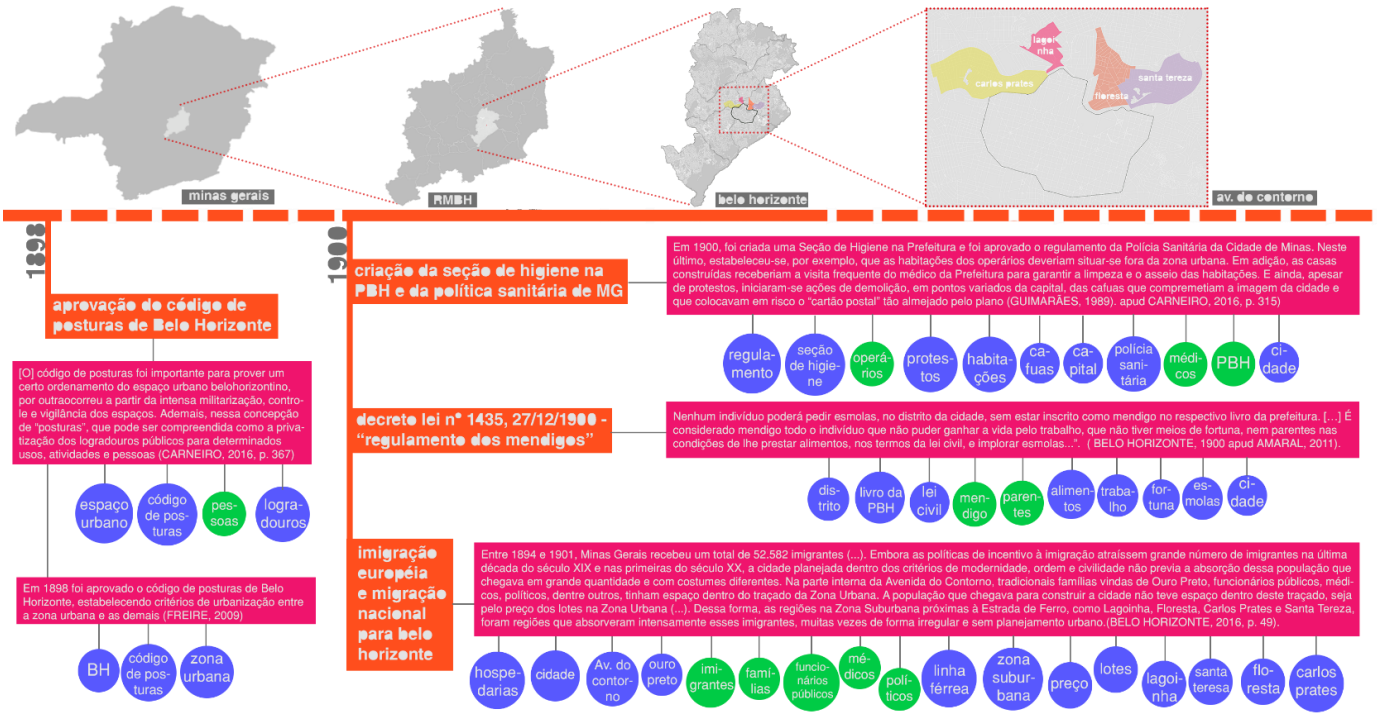


Figura 19 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1898 a 1900. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

[109]"O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil é. Forma-se então, uma política de coerções que consiste num trabalho sobre o corpo, numa manipulação calculada dos seus elementos, dos seus gestos, dos seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, os chamados 'corpos dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças. Ela dissocia o poder do corpo e faz dele, por um lado, uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso e faz dela uma relação de sujeição estrita" (FOUCAULT, 1997, p. 119).

[110]Entra em revogação pela lei nº 6370, de 12 agosto de 1993.

[111]Apenas revogado pela Lei nº 6370/1993.

Mendigos, uma normativa que prescreve que a população de rua só poderia pedir esmolas em horários definidos sob consentimento da Prefeitura e a partir de registro como pedinte no livro Prefeitura (AMARAL, 2011; SIMÃO, 2012).

Controversamente Berenice Guimarães (1992) ressalta que a presença dos setores populares era conveniente à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) quando havia necessidade de mão-de-obra para a construção da cidade, estabelecendo-se assim, uma dinâmica de ocupação de áreas periféricas em solos urbanos desvalorizados. Mas, assim que o crescimento urbano atingia as áreas ocupadas e estas se valorizavam financeiramente, a população que habitava esse território era deslocada para locais ainda mais periféricos, sem infra-estrutura e equipamentos públicos, de forma que:

> À medida que o projeto da da nova Capital tornava-se uma realidade, a Prefeitura Municipal começa a regulamentar a situação das invasões, incomodada com a presença da população pobre na parte nobre da cidade. Nesse sentido, em 1902, designa um local para a moradia do trabalhador - a Área Operária - e promove a primeira remoção de favelas (...). A área inicialmente designada para a moradia do operário na parte nobre da cidade, em 1902, sofre uma redução de espaço, em 1909, vindo rapidamente a descaracterizar-se enquanto tal, através de forças de mercado (GUIMARÃES, 1992, p. 2-3). C8

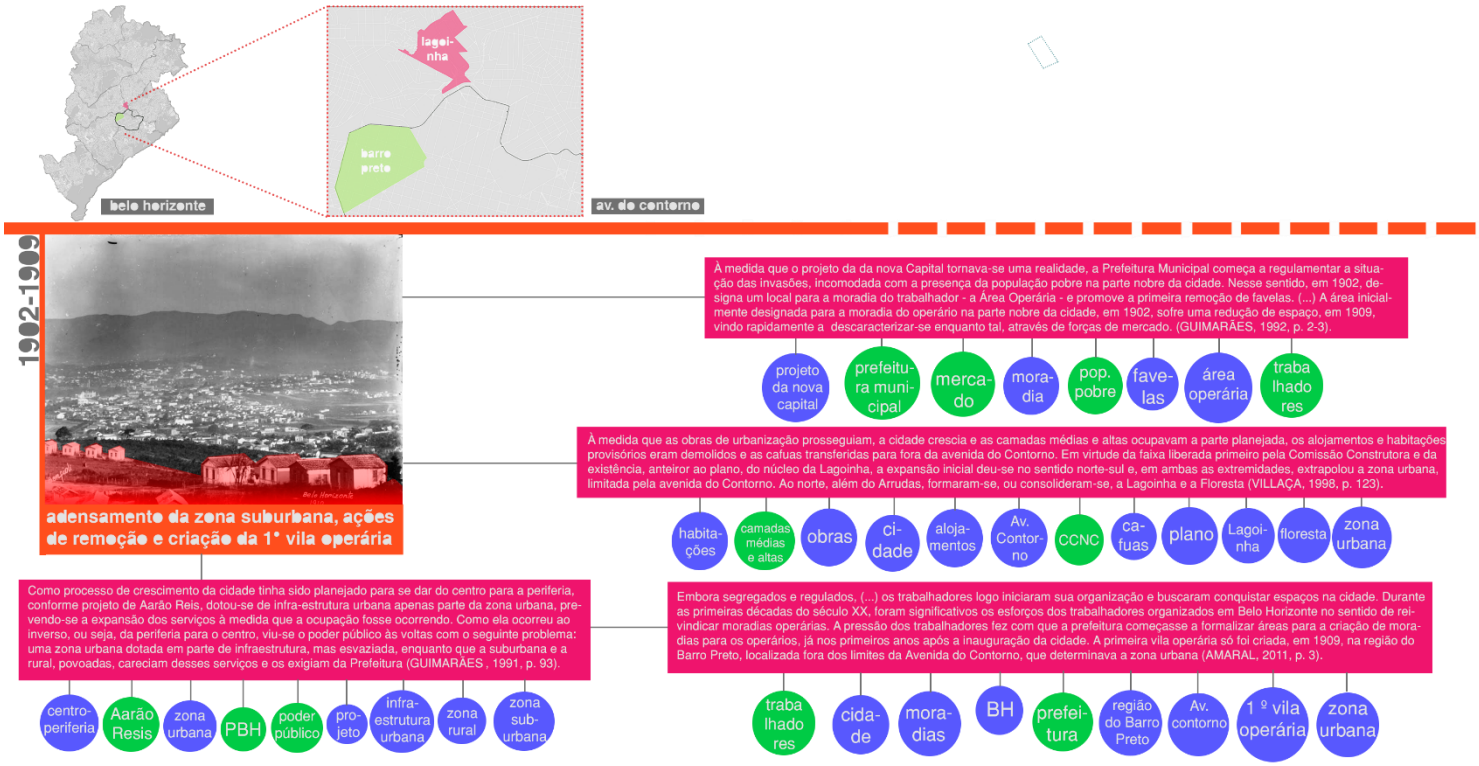


Figura 20 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1902 a 1909. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Apesar das normatizações criadas tentarem manter viva a concepção inicial da cidade planejada, os operários se organizaram em lutas por seus direitos urbanos[112], reivindicando espaços de moradia na cidade, de forma que as pressões resultaram na criação, por parte da Prefeitura, da primeira Vila Operária na região do Barro Preto em 1909. Nota-se que desde o final do século XIX, as ocupações fora dos limites da Av. do Contorno sempre estiveram relacionadas aos trabalhadores encarregados da construção e manutenção da cidade. Desse modo, a expansão da área suburbana começava a ir de encontro com os planos de Aarão Reis e sua equipe de planejamento técnico, pois a cidade crescia no sentido periferia-centro, contrário aos seus desígnios, restando o despovoamento à zona urbana planejada. Logo, Belo Horizonte se tornava a revelação de um "antiplano", pois havia mais cidade fora do plano, do que dentro do plano (VILLAÇA, 1998).

Nesse período, a zona suburbana já era largamente ocupada por trabalhadores em condições precárias, isso se dava também em função da existência de um veto à compra de lotes na zona urbana pelas classes de baixo poder aquisitivo. Com isso, o entorno de Belo Horizonte transbordava com as ocupações de operários, imigrantes, secretários públicos de baixo escalão e comerciantes (BERNARDES, BORSAGLI, 2014). Consequentemente, para abrigar o contingente de trabalhadores em situação "irregular" e simultaneamente manter as camadas populares longe do centro, a prefeitura passa a considerar 6ª seção urbana (região da Lagoinha) para a ocupação de vilas operárias, regulamentando a Lei 178 de Vilas Operárias em 1919 na gestão do prefeito Vaz de Melo.

C7

> A prefeitura tem se sentido impotente para impedir que seus terrenos, de vários pontos da cidade, sejam ocupados por cafuas e barracões construídos clandestinamente pela pobreza da cidade. Torna-se, pois, indispensável a creação de Villas Proletárias onde serão definitivamente localisados esses ocupantes actuaes de lotes. [...] Grande parte da 6 secção suburbana [Lagoinha] está ocupada por habitações provisórias, construídas sem licença da prefeitura (PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE, 1919[113], p. 51 *apud* FREIRE, 2011, p. 113).

Assim, a tentativa de solucionar a questão habitacional através da Lei de Vilas Operárias resultou na incorporação das colônias Carlos Prates e Américo Werneck à zona suburbana, oficializando a região da Lagoinha por indução dos poderes municipais (FREIRE, 2011). A

[112]Deivison Amaral (2011) aponta que a presença do proletariado na capital mineira tem um sentido mais político do que econômico porque seu surgimento não resultou do clássico processo de industrialização, mas de um incentivo à construção urbana, a qual, por sua vez, deflagrou o aparecimento da classe popular operária em Belo Horizonte.

[113]PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da cidade de Belo Horizonte pelo Prefeito Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1919**. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais. 1919. 86p.

implementação dessa lei foi determinante para consolidar o adensamento demográfico na região da Lagoinha[114] (FERRARI, 2009; SILVEIRA, 2005), além de tornar explícito o caráter segregativo como principal preocupação do governo, que chegou a declarar áreas de ocupação gratuitas a fim de manter as classes populares longe da área central. Destaca-se ainda que a conversão das fazendas em áreas de vilas operárias também contribuiu para o aumento do lucro imobiliário, ao incentivar a ampliação periférica por meio de novas construções e parcelamentos do solo conduzidos por especuladores e empreendedores (BELO HORIZONTE, 2016; GUIMARÃES, 1992). C10

Portanto, é nesse contexto que se inicia a conformação territorial da região Lagoinha, cujo nome faz referência às áreas alagadiças e às pequenas lagoas que se formavam ao longo do Córrego Lagoinha, cujo afluente é o Ribeirão Arrudas. A historiografia aponta que o bairro Lagoinha, assim como seu entorno, compreendido pelos bairros Carlos Prates, Bonfim, Santo André, PPL e VSP conformam uma área conhecida como região da Lagoinha, cuja dinâmica era ativa, antes mesmo do surgimento da cidade de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2016). "A região da Lagoinha remonta ao arraial do Curral Del Rei, mais precisamente onde existiu uma ponte de madeira sobre o Arrudas, responsável pela ligação da estrada que partia de Venda Nova e Diamantina" (BERNARDES; BORSAGLI, 2014, p. 48).

Sabendo da importância e da influência que tais adjacências possuem para a dinâmica integral da região da Lagoinha, é necessário enfatizar que este estudo parte da noção quanto a intersecção do conjunto destes territórios, mas se propõe a abarcar somente a relação entre três deles: o bairro Lagoinha, a Favela PPL e a VSP. A razão pela escolha dessas três territorialidades se justifica pelo elo aos processos de reestruturação urbana e deslocamentos espaciais, conceitos chave da cartografia. Por isso, o bairro Lagoinha favorece tal recorte de pesquisa devido às históricas intervenções viárias, além das atuais intervenções pontuais; já a VSP é englobada devido ao seu vínculo com os primeiros projetos de reurbanização de favelas - o Projeto Alvorada (PA) - e a PPL também é considerada, uma vez que seu território foi palco de intensos planos urbanos e projetos habitacionais - Plano Global Específico (PGE)[115], Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), e Programa Vila Viva (PVV).

[114]Vale lembrar que outro fator determinante para o adensamento da região da Lagoinha foi a implantação do Cemitério do Bonfim em 1897 pela CCNC. Esse equipamento público ocupa uma extensa parte do território de um bairro que carrega o mesmo nome, o Bonfim. O cemitério do Bonfim a mais antiga e única necrópole da cidade de Belo Horizonte até 1940, sendo atualmente considerado um ponto turístico pela sua relevância histórica e paisagística (BELO HORIZONTE, 2016).

[115]Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que coordena e integra ações do Poder Público a partir de uma abordagem sistêmica para a realidade de cada comunidade organizada selecionada para a realização do plano. O propósito do PGE é criar uma base de referência no contexto de uma política de investimentos progressivos, visando a

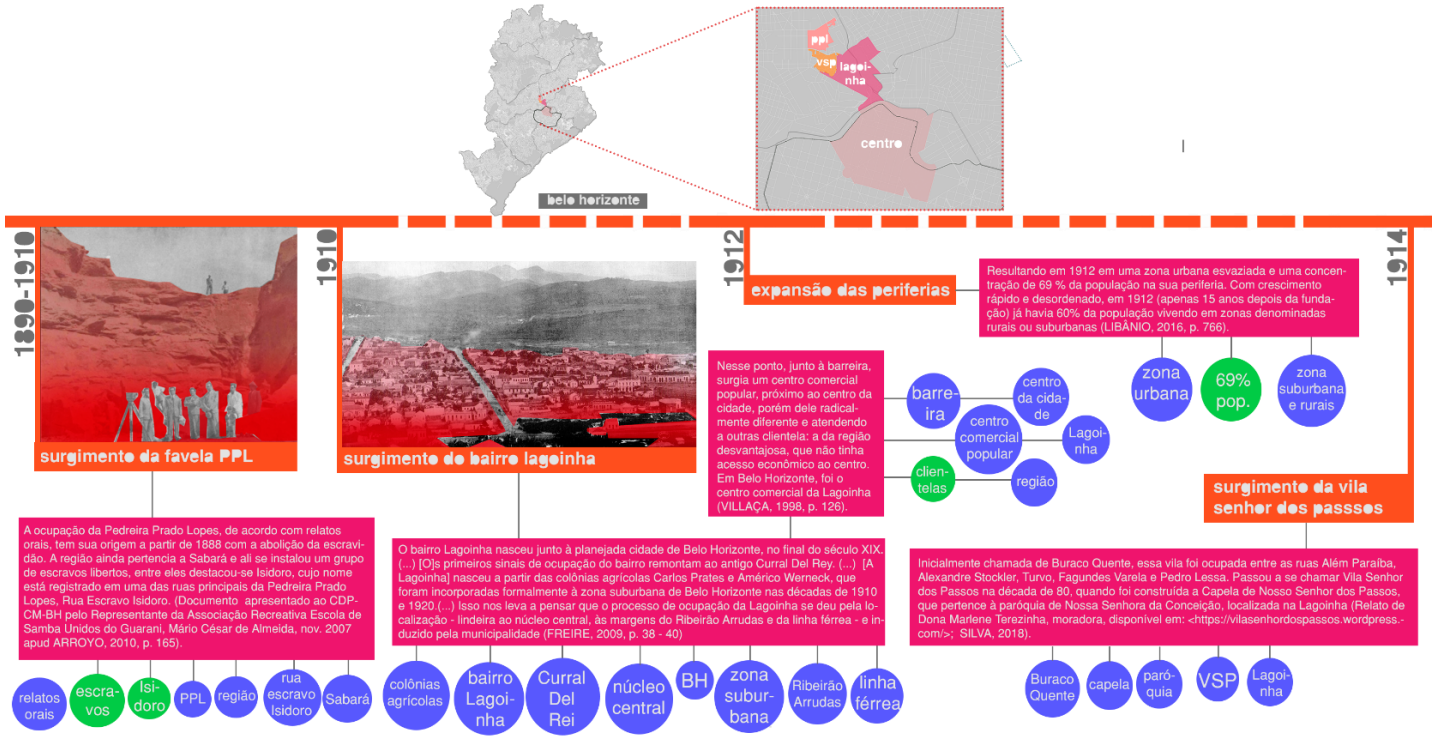


Figura 21 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1910 a 1914. Fonte: Elaboração autoral, 2020

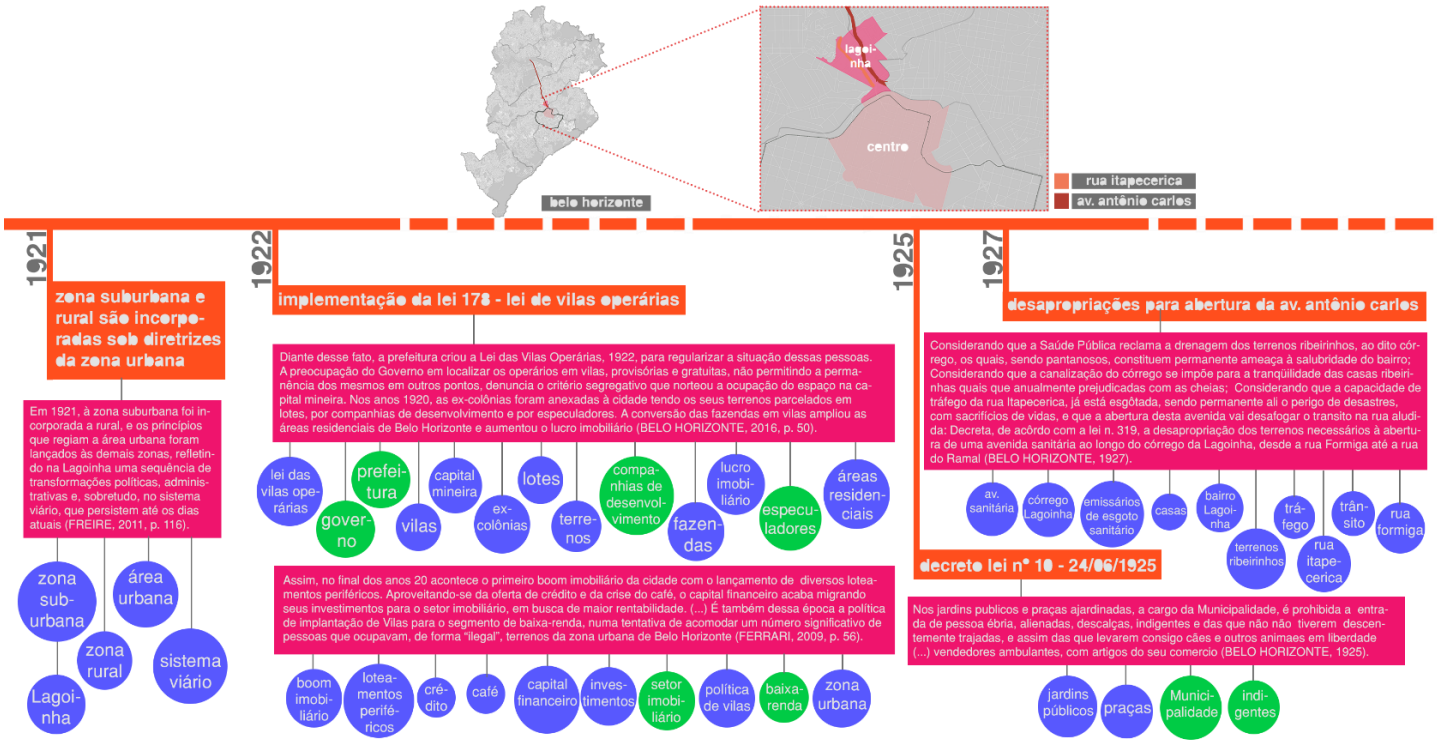


Figura 22 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1921 a 1927. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

consolidação definitiva dos núcleos e a superação das fases de intervenções pontuais desarticuladas, a partir de um diagnóstico e propostas integradas, elaborados a partir de três eixos: recuperação urbanístico-ambiental, regularização fundiária e desenvolvimento sócio-organizativo (URBEL, 2000).

Ademais, estes territórios se localizam em uma área estratégica devido à sua proximidade em relação ao centro da cidade de Belo Horizonte, sendo portanto, atravessados pela iminência de uma OUC, que vem sendo anunciada em Belo Horizonte desde 2013. Por isso, buscaremos relatar brevemente como os três territórios surgiram, fazendo emergir através de uma narrativa cartográfica, os principais eventos imbricados às controvérsias intervenções no ambiente construído, tanto no que se refere às dinâmicas particulares de cada território, quanto aos nexos e desdobramentos coletivos para a região da Lagoinha como um todo.

É provável que o processo de ocupação do bairro Lagoinha se deu pela influência de três pontos: a localização lindeira ao núcleo central da cidade planejada; a proximidade às águas fluviais do Ribeirão Arrudas e à conotação do bairro como "porta de entrada" da cidade devido à presença da linha férrea, por onde chegavam materiais para a construção de Belo Horizonte e os próprios imigrantes (FREIRE, 2011). Como pode-se notar pelas descrições já feitas, o bairro Lagoinha surgiu junto à planejada cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX e desde seu início se caracterizou por uma área de transição entre a zona urbana planejada e os sítios agrícolas, conservando um traçado mais orgânico e uma pluralidade cultural particular ao caráter de um bairro acolhedor dos distintos perfis de moradores e frequentadores.

Sendo assim, o samba, a prostituição e a vida noturna sempre foram estereótipos do bairro que contribuíram para a construção de um imaginário que perpassa desde a boemia à marginalização, sendo este último, atualmente associado e reforçado pela presença das cenas de uso urbanas e do tráfico de drogas. No entanto, há uma mescla entre aspectos religiosos, educacionais, institucionais e arquitetônicos que também perpassam o cotidiano da área, materializados em importantes referências locais para toda Belo Horizonte, como: a Escola Silviano Brandão e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, ambos inaugurados em 1914; o Ginásio Municipal, inaugurado na Lagoinha em 1954 e a Casa da Loba que remete aos tempos de efervescência cultural, comercial e de lazer localizados na rua Itapecerica[116].

> [A]pesar do bairro ser reconhecido historicamente como uma extensão da zona boêmia na área central, apresenta singularidades que o difere de outros bairros de Belo Horizonte. Dentre as características que o tornam especial podemos mencionar a riqueza histórico-cultural ainda presente nas festas tradicionais, na musicalidade expressa, sobretudo, pela seresta e pelo samba, nas celebrações religiosas, nos costumes interioranos, no cultivo de quintais, na memória afetiva construída coletivamente pela comunidade, nos lugares emblemáticos e nas edificações históricas que perduram mesmo com a falta de incentivos por parte do poder público voltado para a conservação e restauro das mesmas (BERNARDES, 2017, p. 62).

[116]Informações sintetizadas a partir do Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano: bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates (2016).

O caráter comercial do bairro é notório, afinal a área sempre alojou trabalhadores da construção civil e demonstra um forte vínculo com serviços variados vinculados à ofícios tradicionais, como a produção de instrumentos musicais e alfaiataria (PEDERSOLI, 1992[117] *apud* FREIRE, 2011). Além disso, teve como principais habitantes, os imigrantes italianos, portugueses, turcos, migrantes brasileiros do interior de Minas Gerais e de outros estados (FREIRE, 2011). Tais deslocamentos foram incentivados através da política nacional de imigração implementada em nível nacional no fim do século XIX devido à intensa demanda por mão-de-obra pós-abolição da escravidão. Apesar da criação de leis para atrair esse contingente populacional, as condições de moradia e vida urbana não foram planejadas, o que levou os imigrantes a se alojarem na zona suburbana. As regiões que mais absorveram essa população foram: Lagoinha, Carlos Prates e Santa Tereza (BELO HORIZONTE, 2016). C7

Ademais, ressalta-se que apesar dos altos índices demográficos na região da Lagoinha, os territórios aqui estudados sofreram por muito tempo com a ausência de infra-estrutura e saneamento básico. Por exemplo; no bairro Lagoinha, a rede de energia, água e o transporte público só foi chegar na década de 1930 em substituição aos chafarizes (BERNARDES; BORSAGLI, 2014; FREIRE, 2011). Já na Vila Senhor dos Passos, a instalação de energia elétrica só foi realizada na década de 1970 e a rede de água na década de 1980. Mesmo assim, esses serviços somente passaram a ser acessíveis a maioria dos moradores a partir de 1990 (COSTA, 2011). C16

Quanto ao surgimento da Vila Senhor dos Passos, este se deu entre 1910 à 1920, aproximadamente no ano de 1914. Uma de suas principais vias, a rua Fagundes Varela era o único meio de acesso à fazenda da família Mata Machado. Posteriormente a terra foi destinada à Igreja para doação às famílias carentes e a área de mata aberta passou a ser ocupada devido à sua proximidade ao bairro Centro. Apesar de ainda ser chamada de Buraco Quente pelos moradores da região, a área passou a se chamar Vila Senhor dos Passos na década de 1980, devido a construção da Capela de Nosso Senhor dos Passos, que pertence à paróquia de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Lagoinha[118] (SILVA, 2018; COSTA, 2011; URBEL, 2000). Essa dupla identidade territorial nos desperta a reflexão para uma certo caráter institucional-normativo, que insiste em não reconhecer os territórios populares, seja por sua C9

[117]PEDERSOLI, Aurora. **Uma conceituação de recuperação urbana para o bairro da Lagoinha**. Monografia (Especialização em Urbanismo). Escola de Arquitetura. UFMG. Belo Horizonte, 1992.
[118]Parte dessa informação está disponível também, respectivamente no relato da moradora, Marlene Terezinha e no site: <https://vilasenhordospassos.wordpress.com/> e <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/vila-senhor-dos-passos/>. Acesso 16 abril 2020.

representação mais primária, como o nome dado ao lugar, seja por suas particularidades simbólicas, como enfatizado pelo relato de Pai Ricardo de Moura.

> *"Aqui era lugar ermo. Na parte de cima não tinha caminho, nem luz, a gente usava lamparina. Água, só tinha um torneirão, aí a gente tinha que levantar 3 hs da madrugada, levar bacia de roupa, crianças e marmita de comida, porque a gente "só" era muito triste. Os homens bebiam muita pinga, batiam muito nas mulheres e por causa do capinzal os bandidos faziam este lugar de esconderijo. A polícia estava sempre aqui, por isso, esta favela recebeu o nome de "BURACO QUENTE" (URBEL, 2000, p. 28-29).*[119]
>
> *Foi um apelo porque eu não me vi representado por mapa, lá tava assim Vila Senhor dos Passos, mais nada. Aí quando cheguei no mapa e olhei Praça da Liberdade, lá tinha a Igreja. Onde tem terreiro podia ter um atabaque. Por que eu não posso estar no mapa, sendo que eu sou um mapa?* (Depoimento de Pai Ricardo de Moura em conversa informal com Lânia Mara Silva, 2018 In: SILVA, 2018, p. 73).

Através dos relatos, evidencia-se a invisibilização que atravessa os territórios populares. Mas apesar desta, percebe-se em paralelo, um contrabalanço de forças expresso pela difusão de formas de mobilização popular em prol da reafirmação identitária e cultura local, cuja finalidade é o reconhecimento ao valor imaterial desses espaços. Pensando nesse aspecto, cabe citar que é na região da Lagoinha que se dá a presença da favela mais antiga de Belo Horizonte, a Pedreira Prado Lopes, a qual, engendra em sua formação territorial, uma histórica luta por recognição concreta e simbólica. Por isso, os trechos dos relatos escolhidos abaixo, corroboram com o raciocínio posto, enfatizando-se que nomear corretamente um lugar, parte também de um processo de aceitação e reconhecimento, tanto interno, proveniente da comunidade, quanto externo, precedente das instituições e demais atores.

> Por que Lagoinha? Porque existia aqui uma Lagoinha. Inclusive tem um esgoto que corre aqui de-baixo, um semi-Arruda, que corre aqui embaixo da Antônio Carlos, que pega essas minas, aqui tem várias minas, aqui tem lugar que se você cavar 30 centímetros a água já sai. A Senhor dos Passos, Pedreira Prado Lopes também, ela é um pedacinho da Pedreira Prado Lopes. Por que Senhor dos Passos? Porque ela é uma vila pequena, eles colocaram um nome de um santo padroeiro de lá. Buraco Quente era o nome fictício, é um nome de guerra. Mas temos vários pedacinhos da Pedreira. Então, é igual, aqui é Pedreira de Baixo São Cristóvão; Pedreira de Cima Santo André, um pouquinho de Paissandu. Hoje em dia, a gente fala Pedreira Prado Lopes para dar um nome certo, para poder identificar. Era favela da Pedreira Prado Lopes, como esse nome favela já está extinto hoje, é Vila Prado Lopes. Nós íamos pôr um outro nome: Glória não sei de quê, Senhora não sei de quê, mas se pôr esse nome descaracteriza a Pedreira. É um nome de guerra, é um nome de peso. (Depoimento de Natanael Severino da Silva, 19/10/ 2000, morador antigo e liderança informal. In: RIBEIRO et. al., 2001, p. 49).

[119]Depoimento consta sem identidade do entrevistado no relatório da URBEL (2000).

> Como preservar algo que a cidade legal, quase sempre ignora e renega deliberadamente sua existência, insistindo em denominar sua área ora como Lagoinha, ora como São Cristóvão, ora como Santo André. Uma criança na sua simplicidade, durante uma oficina de educação patrimonial no Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira, estabelecido no coração da Pedreira Prado Lopes, certa vez respondeu esta pergunta dizendo aproximadamente o seguinte: "Chamar a Pedreira Prado Lopes de favela, vila ou aglomerado é preocupação de quem não é daqui... Nós, que moramos aqui, sabemos muito bem o que somos..." (Documento apresentado ao CDPCM-BH pelo Representante da Associação Recreativa Escola de Samba Unidos do Guarani, Mário César de Almeida, nov. 2007[120] *apud* ARROYO, 2010, p. 128).

Quanto à Pedreira Prado Lopes, seu início não é exato, mas tendo em vista que as primeiras vias e edificações de Belo Horizonte se constituíram a partir da extração de pedras provenientes da pedreira situada na favela, especula-se que a PPL tenho surgido no fim da década de 1890, sendo sua ocupação anterior ao período em que a região ainda pertencia ao município de Sabará. Dessa forma, de acordo com moradores do bairro, por volta de 1889, um grupo de escravos libertos teria se instalado em uma rua próxima à extração de pedras para a construção da cidade que se iniciaria em 1895, batizando a rua como Escravo Isidoro, em homenagem ao ex-escravo (ARROYO, 2010).

> A ocupação da Pedreira Prado Lopes, de acordo com relatos orais, tem sua origem a partir de 1888 com a abolição da escravidão. A região ainda pertencia a Sabará e ali se instalou um grupo de escravos libertos, entre eles destacou-se Isidoro, cujo nome está registrado em uma das ruas principais da Pedreira Prado Lopes, Rua Escravo Isidoro (...). Assim como a Pedreira abrigou gente humilde também abrigou a cultura popular que estas pessoas traziam. Na Prado Lopes foi florescendo as tradições das pessoas mais pobres, dos negros e dos excluídos da cultura oficial da cidade que era destinada somente aos moradores das regiões situadas dentro da Av. do Contorno. (Documento apresentado ao CDPCM-BH pelo Representante da Associação Recreativa Escola de Samba Unidos do Guarani, Mário César de Almeida, nov. 2007 *apud* ARROYO, 2010, p. 165).

> No início das obras de Belo Horizonte, o então engenheiro Antônio Prado Lopes Pereira, de 1ª classe da comissão construtora da capital, 3ª divisão, já explorava o local para dali retirar pedras e usá-las na edificação de casas da cidade. A transformação em favela veio aos poucos, com a urbanização. Aqueles que não tinham um lugar no traçado urbanístico da cidade planejada fizeram do silêncio nascer a resistência e a morada. A palavra "pedreira" refere-se à extração de pedras, mas formula uma outra idéia: a capacidade de se fazer em cima das pedras o lar, de fazer o duro ganhar flexibilidade e o bruto ser lapidado por vida, mesmo que precária (RIBEIRO, 2001, p. 60)

[120]Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Municipal de Cultura. **Documento apresentado ao CDPCM-BH pelo Representante da Associação Recreativa Escola de Samba Unidos do Guarani, Mário César de Almeida.** In: Processo de Registro como patrimônio Imaterial da Pedreira Prado Lopes. Prefeitura de Belo Horizonte: nov. 2007.

Portanto, a atratividade inicial da PPL pelas camadas de baixa renda se deu pela proximidade à estação central e à zona urbana. Ou seja, a facilidade de acesso ao centro sempre foi um fator estratégico para os trabalhadores que buscavam uma oportunidade de trabalho nos canteiros de obras. No caso da PPL, a oferta de trabalho era na própria extração e no transporte de pedras para a cidade planejada (ARROYO, 2010). No entanto, é a abertura da Av. Antônio Carlos, que vai deflagrar um aumento significativo na ocupação das áreas de vilas e favelas na região da Lagoinha (URBEL, 2000), despertando, por conseguinte, remoções e programas de reurbanização. Ademais, na época da abertura da av. Antônio Carlos, a PPL apresentava cerca de 483 barracos com cerca de 3.000 pessoas, que mesmo com o avançar das obras, continuaram em situação de precariedade habitacional (ARROYO, 2010).

4. 2 Abertura da av. Antônio Carlos e a construção do IAPI: as novas fronteiras urbanas na região da Lagoinha.

O fim dos anos 1920 é marcado pela oferta de crédito e o prenúncio da crise do café[121], assim, o capital financeiro migra para o setor imobiliário em busca de maior rentabilidade, ocasionando o primeiro *boom* imobiliário da cidade de Belo Horizonte. Este ocorrido também sofre influência do lançamento de diversos loteamentos periféricos, estimulados principalmente pela política de implementação de moradias de baixa-renda, a Lei de Vilas Operárias de 1922 (FERRARI, 2009). Condizente a este contexto, a cidade de Belo Horizonte irá esboçar um crescimento econômico e populacional considerável, gerando uma forte expansão urbana no sentido norte-sul (VILLAÇA, 1998), responsável por transformar as colônias agrícolas em bairros suburbanos (AGUIAR, 2006). Especificamente, no bairro Lagoinha, será fomentado uma sequência de políticas de transformações urbanas e administrativas, sobretudo vinculados ao sistema viário (FREIRE, 2008; 2011). As desapropriações de moradias e as obras se dão sob pretextos higienistas e rodoviaristas, como ressaltado no excerto do decreto nº 19 de 1927, relativo à desapropriação de moradias para abertura da Av. Antônio Carlos, que se efetivou em 1940:

C10

[121]A quebra da bolsa de valores de Nova York (1929) afetou diretamente a economia monoexportadora brasileira, uma vez que os EUA eram o maior comprador do café brasileiro. A crise do café no Brasil rompeu a política do café-com-leite, consagrada entre as oligarquias de MG e SP. Esse cenário geopolítico deslocou o projeto político nacional para a industrialização brasileira, chefiado pelo novo presidente, Getúlio Vargas que chegou ao poder em 1930.

> Considerando ser de necessidade publica a conclução de uma avenida sanitária ao longo do córrego chamado "Lagoinha", o qual será canalizado; Considerando ser de evidente precisão para a higiêne pública a construção dos emissários de esgôto sanitário nas duas margens do referido córrego, de módo a receber as águas servidas das casas construidas em sua bacia e que forma o bairro denominado "Lagoinha; Considerando que a Saúde Pública reclama a drenagem dos terrenos ribeirinhos, ao dito córrego, os quais, sendo pantanosos, constituem permanente ameaça à salubridade do bairro; Considerando que a canalização do córrego se impões para a tranqüilidade das casas ribeirinhas quais que anualmente prejudicadas com as cheias; Considerando que a capacidade de tráfego da rua Itapecerica, já está esgôtada, sendo permanente ali o perigo de desastres, com sacrifícios de vidas, e que a abertura desta avenida vai desafogar o transito na rua aludida: Decreta, de acôrdo com a lei n. 319, a desapropriação dos terrenos necessários à abertura de uma avenida sanitária ao longo do córrego da Lagoinha, desde a rua Formiga até a rua do Ramal (BELO HORIZONTE, 1927[122] *apud* BELO HORIZONTE, 2011, p. 21).

É interessante também trazer o trecho do relatório do apresentado pelo prefeito Christiano Monteiro Machado em outubro de 1928 o Conselho Deliberativo Municipal de Belo Horizonte, no qual, se expõem as intenções sanitaristas voltadas ao benefício público de toda a cidade no que se refere a desapropriação de moradores antigos e abertura da avenida Antônio Carlos. O discurso trazido evidencia que desde aquela época, já predominava uma visão de valorização de capital especulativo sobre os terrenos adjacentes pertencentes aos proprietários particulares, após a conclusão da obra e até um tom obrigatório quanto a “doação” dos terrenos, tendo em vista a demanda sanitarista da região:

C11

> Pelo decreto 19 foi desapropriada a faixa de terrenos necessários à abertura de uma avenida sanitária ao longo do córrego da Lagoinha e pelo de numero 24, de 24 de janeiro do anno corrente, approvei o plano e a planta para a abertura da avenida, cuja utilidade resalta aos olhos de todos, verificado que por ella se faria grande parte do transito forçado da rua Itapecerica, já com a sua capacidade exgottada. Mas esta é uma utilidade por assim dizer, secundaria em relação à que determinou os decretos de desapropriação referidos. A canalização daquelle corrego se faz necessaria afim de se apparelhar a Prefeitura a attender a rêde collectora dos esgottos sanitários de todo aquelle bairro. Promovido o processo judicial necessario, ha pouco chegou-s à phase de avaliação dos terrenos desapropriados, que abragem uma área de 16.662 metros quadrados, em sua grande parte inaproveitada pela natureza topografica e pela contigencia de ser atravessada pelo corrego citado, causador dos pantanos adjacentes. A abertura dessa avenida, com a canalização do corrego, está orçada em mais de quatrocentos contos e a realização do serviço viria concorrer para enorme valorização dos terrenos particulares que a via pública viria servir. Achei, porém, de tal forma exaggerada a avaiação feita pelos peritos, 342:525$540, incluindo-se poucas benfeitorias, que vacillo em promove-la até o fianl. E este um assumpto digno de vossa attenção. A exemplo do que se faz em legislações de varias cidades importante, bem podereis instituir taxas razoaveis de valorização, que incidam sobre os proprietários de terrenos que se tornem altamente valorizados com serviços municipais

[122]BELO HORIZONTE. **Decreto 19, de 27 de dezembro de 1927**. Desapropria por utilidade pública os terrenos necessários à abertura de uma avenida sanitária, ao longo do Córrego Lagoinha desde a Rua Formiga até a Rua do Ramal. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1927.

> dispendiosos da natureza do de que cuido. Seria de grande justiça semelhante contribuição. Na verdade, no caso em apreço, si os proprietários doassem à Prefeitura as áreas dos seus quintaes necessarias a abertura da via publica, estariam apenas a augmentar seu patrimônio particular, aliás inteligentemente. Si pelo motivo exposto, não for proseguida a desapropiração e por tratar de terrenos particulares, procurarei entender-me com a Saude Púbica, afim de fazer com que, dentro de nossa legislação, cumpram os proprietários o dever que lhes cabe de sanearem taes terrenos, que a medida administrativa procurava por elles fazer (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1928, p. 33-34).

Ao longo da década de 1930 foram concretizadas diversas propostas de adensamento do centro por iniciativas do Estado, enquanto as ocupações suburbanas cresciam notavelmente, à exemplo da favelização da Vila Senhor dos Passos (BELO HORIZONTE, 2011)[123]. Assim, tanto a propagação de núcleos periféricos, quanto a hipercentralização da cidade se perpetuou por influência de ações rodoviaristas do poder público na década de 1940, à exemplo da abertura e do calçamento da Av. do Contorno; prolongamento da Av. Amazonas que tinha em vista à consolidação da cidade industrial de Contagem em 1941; e abertura da Av. Antônio Carlos em 1936 sob pretexto da inauguração do Conjunto Arquitetônico da Pampulha em 1942 (FREIRE, 2008; FERRARI, 2009).

> (...) pode-se dizer que a volta do planejamento, que os projetos de expansão para a região norte – complexo da Pampulha, Aeroporto, abertura das avenidas Antônio Carlos, e Pedro I – e para a região oeste – abertura da avenida Pedro II, expansão da avenida Amazonas, instalação da Cidade Industrial em Contagem, foram decisivos para a efetiva consolidação do tecido urbano da cidade. Contudo, essas intervenções não foram capazes de reverter a hipercentralização, e, sobretudo, vão beneficiar os grandes latifundiários urbanos da cidade. São estes os grandes beneficiários do processo de expansão urbana aos saltos que se deu em Belo Horizonte. Dito de outra forma e sinteticamente – o planejamento na cidade, mesmo em suas épocas de maior prestígio e atuação [...] foi, sobretudo, instrumento auxiliar dos interesses do mercado, interesses estes que jamais foram afrontados pelos planos, mesmo quando assim o exigia o interesse coletivo (PAULA; MONTE-MÓR, 2001, p.11).

[123]Segundo relatórios da Urbel, o crescimento significativo da VSP também pode estar correlacionado com a implementação da Av. Antônio Carlos (URBEL, 2000).

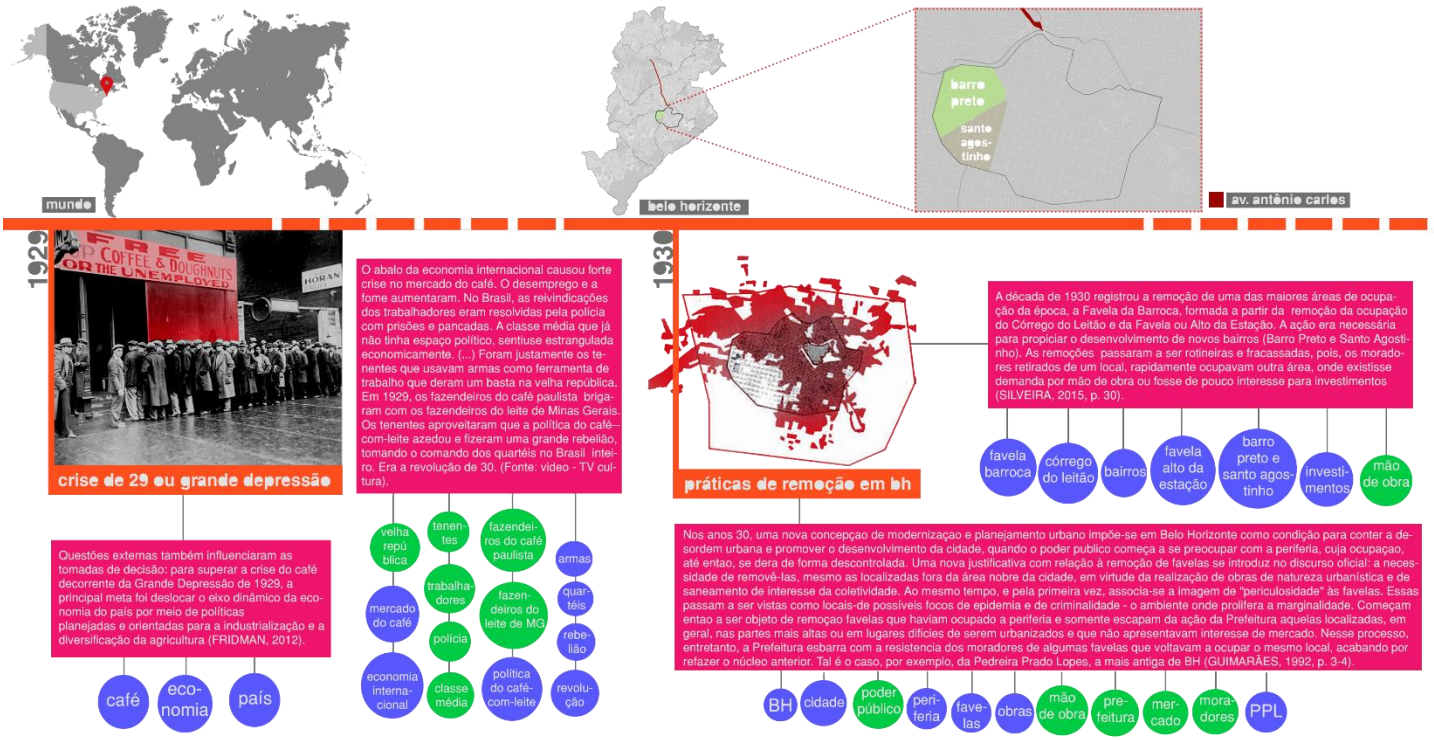


Figura 23 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1929 a 1930. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

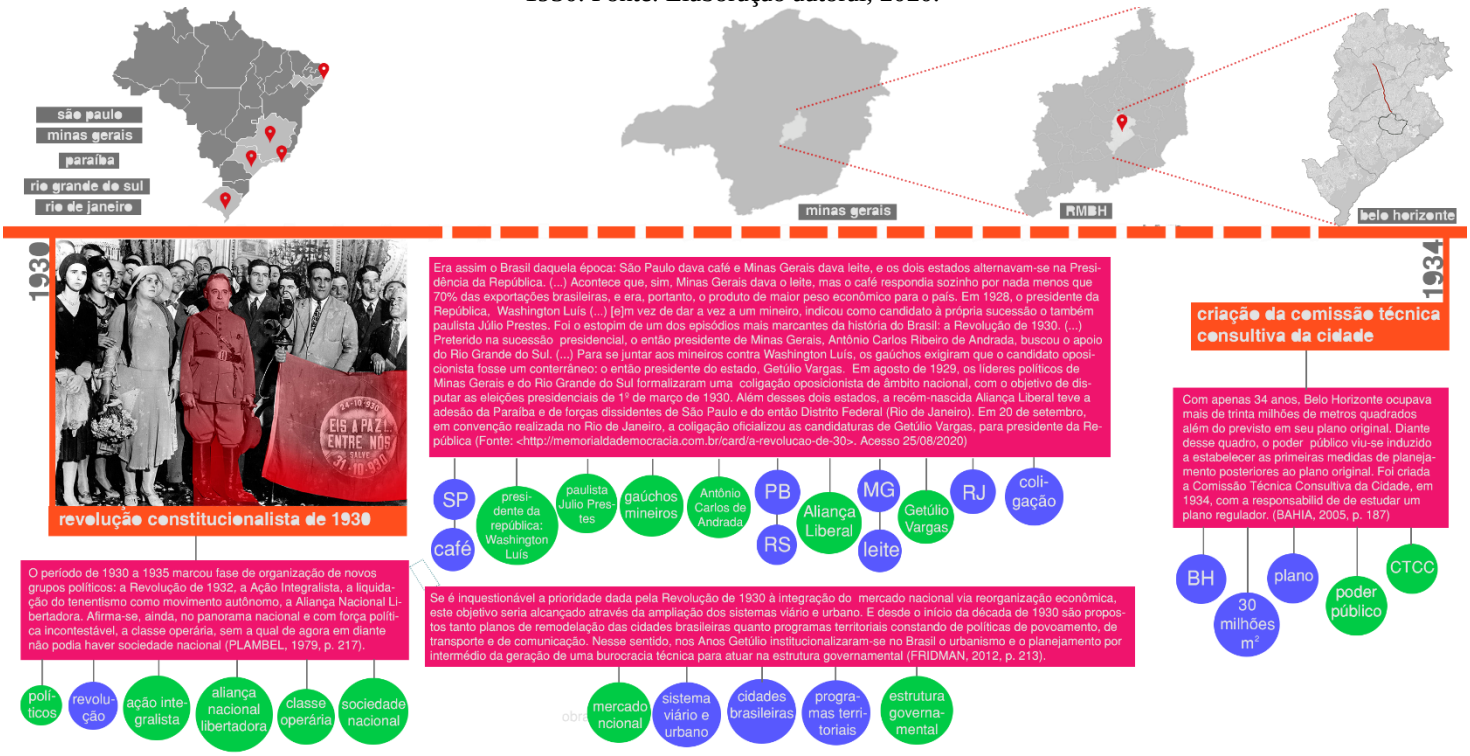


Figura 24 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1930 a 1934.Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Assim, em julho de 1940, o urbanista e engenheiro Alfred Agache é convidado para realizar um plano urbanístico, cujo objetivo é a integração da área central da cidade ao bairro da Pampulha via Av. Antônio Carlos. Essa temporalidade consagra o ideário desenvolvimentista, emblemático à atuação do prefeito Juscelino Kubitschek (1940-1945)[124] que consolidou um governo consagrado pela ênfase no crescimento nos âmbitos: econômico, cultural, urbanístico e assistencialista. Como consequência, houve a expansão do Vetor Norte com a implementação da Av. Antônio Carlos e do vetor oeste com a ampliação da Av. Amazonas. Além disso, a partir de 1943, as ações de embelezamento realizadas para a inauguração do complexo turístico da Pampulha, contribuíram para promover a elitização da capital por meio desse bairro "destinado a abrigar parte significativa dos estratos mais abastados da cidade em parcelamentos de baixa densidade" (FREITAS; OLIVEIRA, 2014), sendo até hoje representado por uma área de reserva para o segmento imobiliário (FERRARI, 2009). Em compensação à valorização dada ao bairro residencial da Pampulha a partir das icônicas construções modernistas, o decreto n° 75 de 24 de outubro 1940 formula as diretrizes para o primeiro conjunto habitacional, destinado à classe trabalhadora de Belo Horizonte, na modalidade de apartamentos, denominado: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

> O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de atribuição legal e considerando que o problema da habitação barata já se formula nesta Capital com a mesma premência dos demais centros populosos do paiz; Considerando que a construção das chamadas "vilas operárias" ou populares, com que se tem procurado resolver esse problema, não constitue a sua melhor solução, em primeiro lugar, porque, dada a falta de espaço no centro urbano, tais vilas só podem ser construídas em bairros distantes, onde se consome no transporte o que se economiza no aluguel; segundo, porque, mesmo se tratando de "casa própria", tem mostrado experiências que as classes menos favorecidas raramente atingem a estabilidade econômica necessária para possuí-la, donde o geral fracasso de tais tentativas; Considerando que a solução mais viável consiste em fazer grandes prédios de apartamentos, onde, pela sua construção e sistema de exploração, se torne possível um aluguel módico, ao alcance de qualquer bolsa (BELO HORIZONTE, 1940).

[124]Vale citar que a construção de Brasília realizada em 1960, compartilha do mesmo ator humano: JK. Assim, este evento se imbrica também ao ideal urbano higienista-moderno, assim como ao modelo desenvolvimentista socioeconômico brasileiro. Nesse aspecto, JK aplica uma estratégia de ação durante os anos 1956 até 1961, a partir do Plano de Metas: 50 anos em 5, o que retrata a avidez em concretizar o progresso e o desenvolvimento nacional com pleno respeito às instituições democráticas e a partir da indução de investimentos públicos e privados em três principais setores: energia, transportes e indústrias de base. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>. Acesso 07 de maio de 2020. Mas para além dos aspectos econômicos, Brasília e Belo Horizonte compartilham outras semelhanças. Por serem cidades planejadas, as duas passaram por processos de favelização em condições semelhantes, influenciadas pelo ideal positivista e devido à ausência de um plano de moradia para as camadas populares. No caso de Brasília, chamam-se de "cidades satélites", o entorno da cidade que não foi planejado e acabou recebendo um número acentuado de ocupações consideradas informais pelo planejamento convencional.

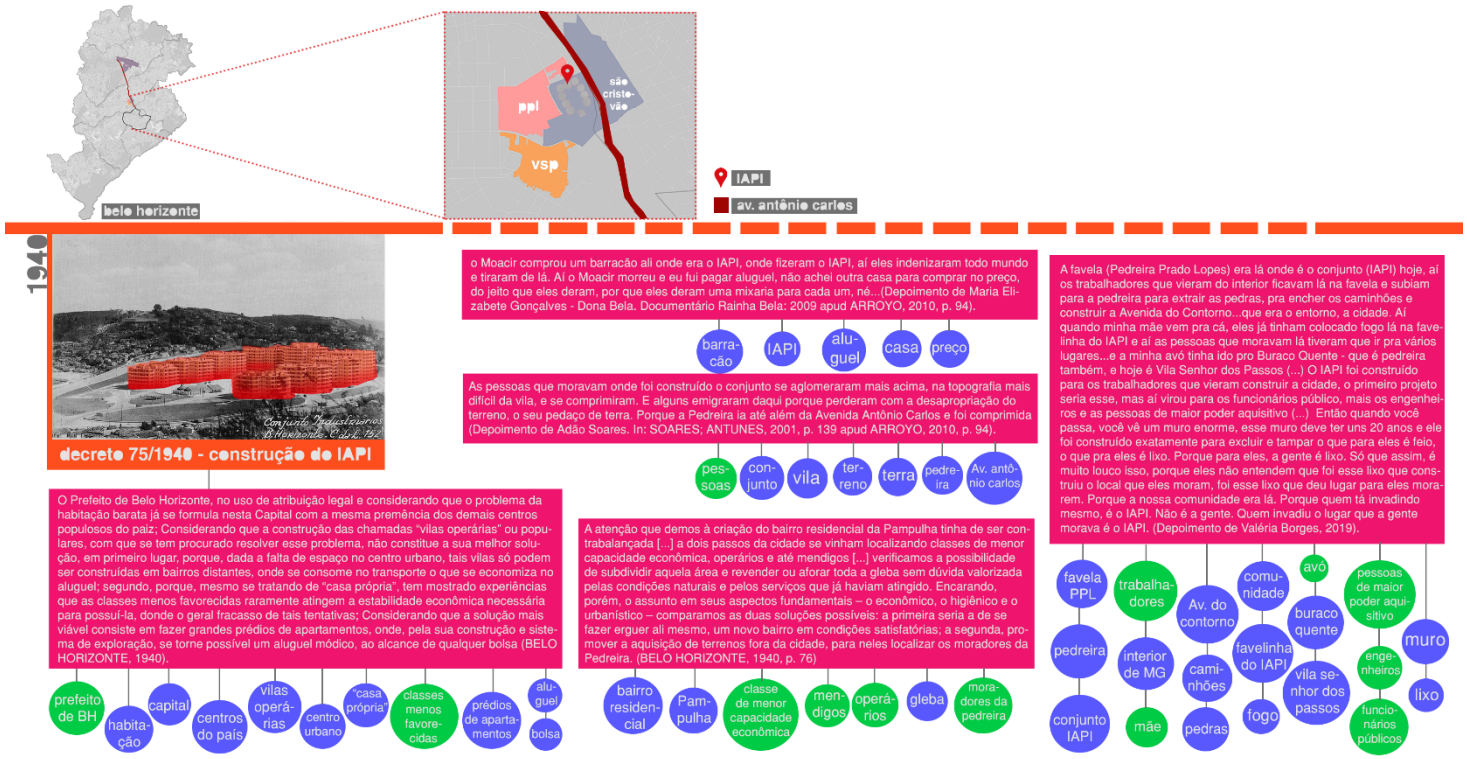


Figura 25 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1940. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

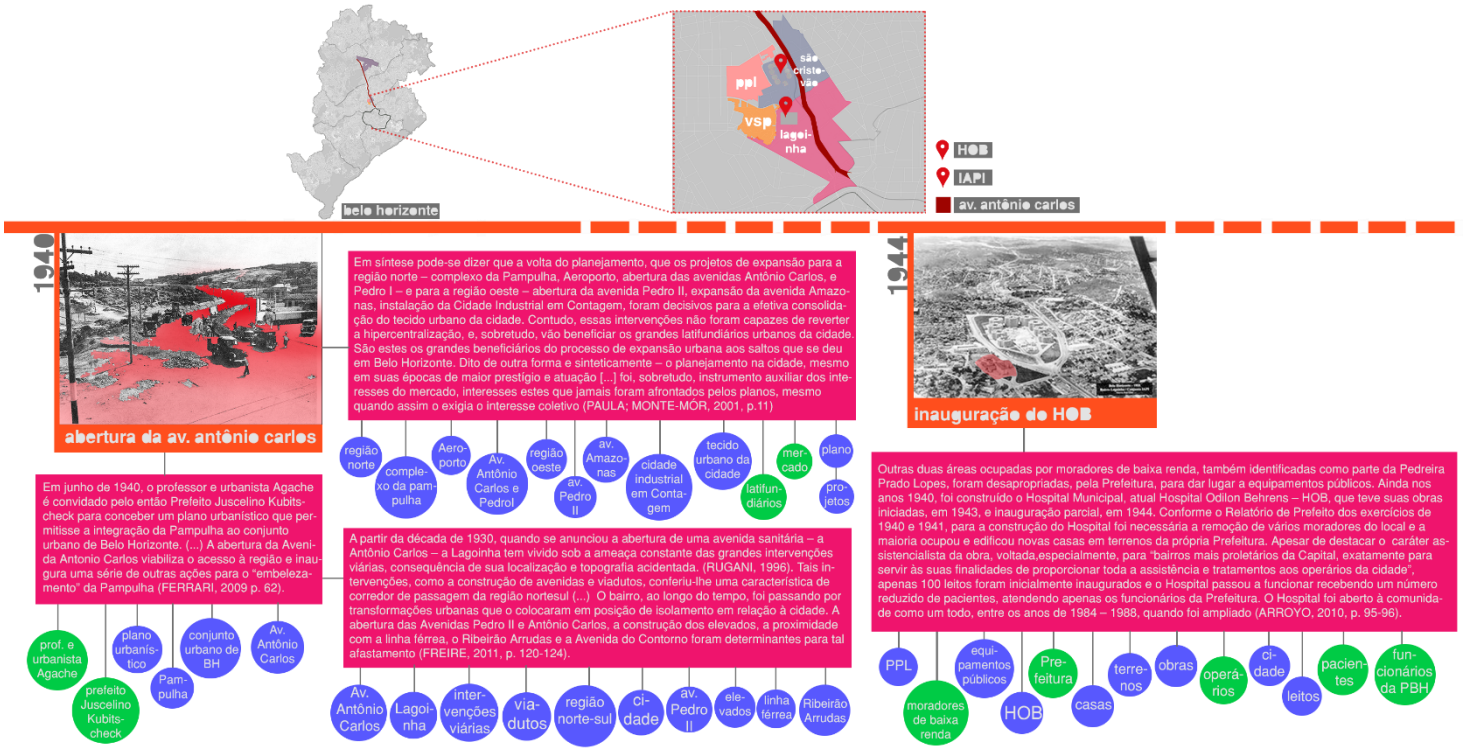


Figura 26 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1940 a 1944. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

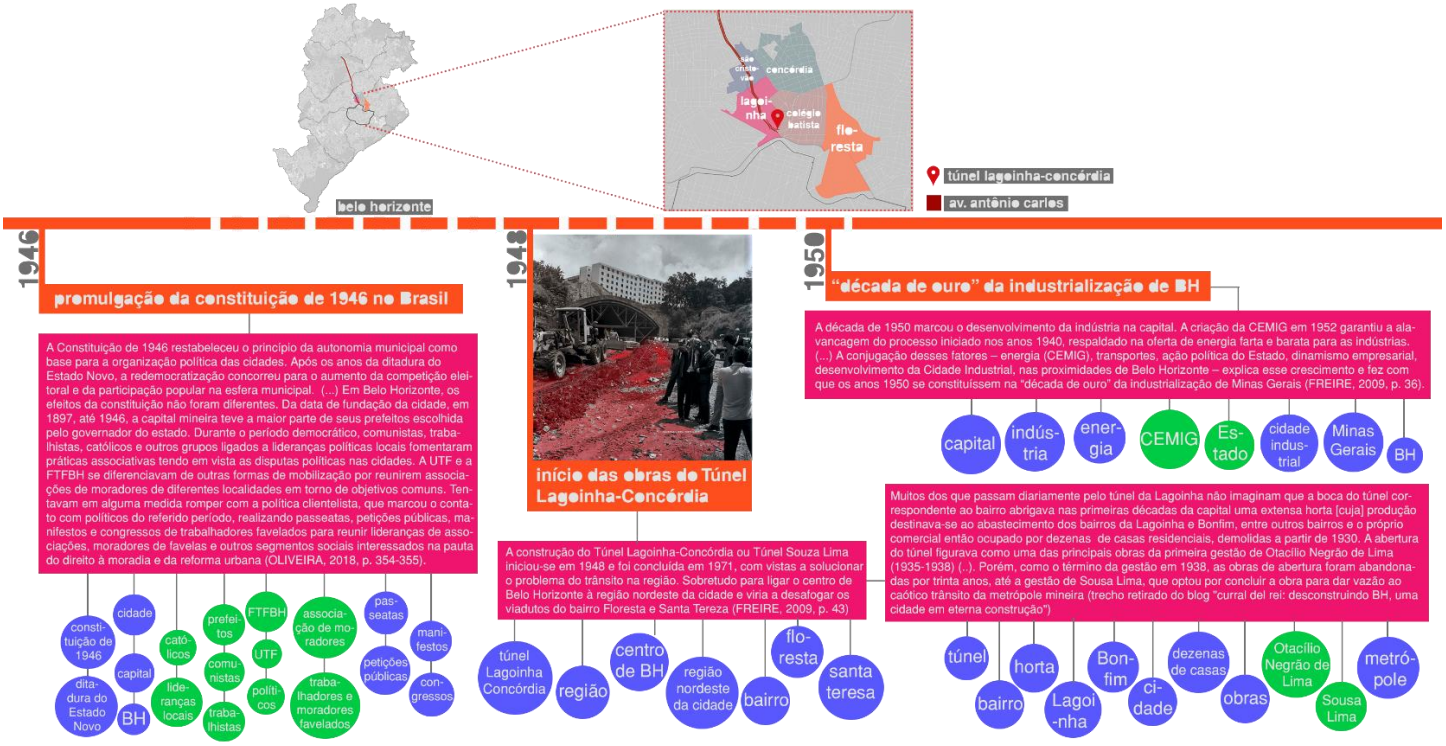


Figura 27 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1946 a 1950. Fonte: Elaboração autoral, 2020

As obras do projeto foram iniciadas em 1944 e inaugurado em 1948, às margens da única via de acesso, a Av. Antônio Carlos e sob o tecido urbano da já constituída favela Pedreira Prado Lopes. O IAPI é de autoria dos engenheiros White Lírio da Silva, José Barreto de Andrade e Antônio Neves e seu empreendimento ficou a cargo da Companhia Auxiliar de Serviços de Administração/S.A. (CASA). O contrato estabelecido com a empresa se deu sob a condição de que a Prefeitura "doaria" um terreno de sua propriedade com aproximadamente 70.000m². Este local, por sua vez, abrigava cerca de 3.000 moradores da Pedreira Prado Lopes, da Lagoinha e do São Cristóvão, estas pessoas se caracterizam por operários, mendigos e imigrantes (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2009).

Assim, evidencia-se mais uma vez, na história da cidade de Belo Horizonte que a favela é obrigada a ceder seu espaço para o avanço de um progresso e de um desenvolvimento urbano que não se destina às camadas populares, pois, ressalta-se que o intuito de solucionar o déficit habitacional, expresso inicialmente no decreto de n° 75, não se concretiza. Afinal, o IAPI não concede moradia às camadas mais necessitadas. Os 6.000 habitantes para os quais são construídas 928 unidades, abrigam novos moradores, constituídos em sua maioria por funcionários da Prefeitura e associados do IAPI. Dessa forma, trazemos a atenção para o C13

processo de filtragem social (SMITH, 2007; MENDES, 2015) e a criação de uma nova fronteira urbana (SMITH, 1996) através da fragmentação do tecido social da favela. Em síntese, o IAPI representa a realização de um empreendimento de moradia que nunca se propôs a acomodar os moradores de baixa-renda da PPL, mas deslocá-los para áreas ainda mais distantes e afastar a pobreza da área urbana (GUIMARÃES, 1991; FERRARI, CAS 2009; ARROYO, 2010)[125]. Em entrevista ao Indisciplinar via projeto de pesquisa denominado Territórios Populares[126], Valéria Borges (2019)[127] traz um relato que reforça o vínculo da construção do IAPI com os deslocamentos forçados dos setores populares da PPL.

C13

> A favela [Pedreira Prado Lopes] era lá onde é o conjunto [IAPI] hoje, aí os trabalhadores que vieram do interior ficavam lá na favela e subiam para a pedreira para extrair as pedras, pra encher os caminhões e construir a Avenida do Contorno...que era o entorno, a cidade. Aí quando minha mãe vem pra cá, eles já tinham colocado fogo lá na favelinha **do IAPI** e aí as pessoas que moravam lá tiveram que ir pra vários lugares...e a minha avó tinha ido pro Buraco Quente - que é pedreira também, e hoje é Vila Senhor dos Passos (...) O IAPI foi construído para os trabalhadores que vieram construir a cidade, o primeiro projeto seria esse, mas aí virou para os funcionários públicos, mais os engenheiros e as pessoas de maior poder aquisitivo (...) Então quando você passa, você vê um muro enorme, esse muro deve ter uns 20 anos e ele foi construído exatamente para excluir e tampar o que para eles é feio, o que pra eles é lixo. Porque para eles, a gente é lixo. Só que assim, é muito louco isso, porque eles não entendem que foi esse lixo que construiu o local que eles moram, foi esse lixo que deu lugar para eles morarem. Porque a nossa comunidade era lá. Porque quem tá invadindo mesmo, é o IAPI. Não é a gente. Quem invadiu o lugar que a gente morava é o IAPI (Depoimento de Valéria Borges ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019).
>
> [O] Moacir comprou um barracão ali onde era o IAPI, onde fizeram o IAPI, aí eles indenizaram todo mundo e tiraram de lá. Aí o Moacir morreu e eu fui pagar aluguel, não achei outra casa para comprar no preço, do jeito que eles deram, por que eles deram uma mixaria para cada um, né... (Depoimento de Maria Elizabete Gonçalves - Dona Bela. Documentário Rainha Bela: 2009[128] *apud* ARROYO, 2010, p. 94).

[125]"Ao que tudo indica, os moradores da Pedreira nunca pisaram no IAPI: 20% das 928 unidades foram destinadas a funcionários da Prefeitura e 80% a operários da indústria. [Ou seja] Aqueles que tinham renda para concorrer a um apartamento" (GUIMARÃES, 1991, p. 218).

[126]A pesquisa Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras é coordenada pelas Professoras Marcela Silviano Brandão Lopes e Natacha Rena e faz parte da rede nacional de pesquisadores, coordenada pela Profa. Dra. Raquel Rolnik (LabCidade/USP). Informações disponíveis no blog da pesquisa em: < http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/ >. Acesso: 01 de novembro de 2020.

[127]Valéria Borges é professora e mora na PPL desde sua infância. Atualmente é reconhecida pela comunidade como uma liderança local que atua tanto independentemente, na luta popular em defesa da PPL e na promoção do sentimento de pertencimento local; quanto em militância junto ao MTD, pela garantia de direitos básicos da classe trabalhadora urbana. Para o relato completo, ver o "Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Prado Lopes" concedido em à Pesquisa Territórios Populares (Indisciplinar-UFMG). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=69s>. Acesso 11 de novembro de 2019.

[128]**Documentário Rainha Bela** - Pesquisa e coordenação geral Andreia Duarte, Direção Diego Lara - Expresso das Idéias Produções. Belo Horizonte: 2008.

Ademais, a fim de dar lugar a equipamentos públicos, a PBH instala o Hospital Municipal, atual Hospital Odilon Behrens (HOB) no ano de 1944, durante a gestão de JK. Esse também foi um evento que demarcou a desapropriação de moradores de baixa renda do local que antes, era considerado a PPL. Apesar de seu propósito público, quando foi inaugurado, o Hospital possuía poucos leitos e recebia um número reduzido de pacientes, atendendo, em geral, apenas os funcionários da Prefeitura. O Hospital somente garantiu seu compromisso social com o usufruto público em 1989, quando é realizado uma ampliação em sua estrutura e quando passa a integrar o Sistema Único de Saúde (SUS) (ARROYO, 2010; BELO HORIZONTE, 2016). C14

Também o Mercado Popular da Lagoinha é inaugurado nesta década. Não é mera coincidência, o surgimento desses três equipamentos públicos citados: IAPI, Mercado Popular e Hospital Odilon Behrens. Trata-se de uma investida do poder público em vista ao projeto de desenvolvimentismo e expansão de Belo Horizonte, sobretudo para o Vetor Norte, onde fora construída a Lagoa da Pampulha (BELO HORIZONTE, 2016). Portanto, a década de 1940 se caracteriza pela modernização rodoviária mineira. Este período foi influenciado pelo novo direcionamento econômico brasileiro após a Revolução Constitucionalista de 1930[129] e pelo imediato pós-guerra, sendo este último, o principal motivo para o grande estímulo ao uso da estrutura rodoviária e da maior importação de veículos automobilísticos. Aliás, o esgotamento do sistema ferroviário mineiro também contribuiu para a expansão do rodoviarismo a partir de 1940 e logo, Belo Horizonte passa a se configurar como um centro urbano irradiador de rodovias (LOPES; GODOY, 2016).

Nesse panorama, a abertura Antônio Carlos também será o marco temporal que deflagra uma série de projetos de reestruturação urbanas no bairro da Lagoinha ao longo dos anos. As intervenções geram até hoje muitas contradições, como: ter colocado o bairro em uma posição de isolamento, apesar da proximidade ao Centro; ter agravado os estigmas[130], a sociabilidade e o cotidiano local, além de ter causado a descaracterização espacial e até o apagamento histórico-simbólico de suas referências culturais (FREIRE, 2011). C9

[129]A Revolução de 30 foi uma guerra armada liderada por: Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul; este movimento pôs fim à República Velha, culminando com o Golpe de 1930 que levou Getúlio Vargas à presidência. A máquina estatal pós-revolução de 30 vai operar de forma inédita diante dos diversos núcleos de poderes econômicos do país, respondendo rapidamente aos impactos da crise de 1929 por meio da valorização da indústria emergente. Essa nova dinâmica afetou as regulações entre capital e trabalho, promovendo a fixação do salário mínimo (MATOS, 1992). Ademais, Samuel de Oliveira (2011) aponta que em Belo Horizonte, a Revolução de 1930 despertou um rearranjo político e a alteração na forma de governar, destacando a presença mais sólida de grupos urbanos e movimentos sociais na composição das configurações sóciopolíticas da cidade. Para informações gerais, visitar: http://memorialdademocracia.com.br/card/a-revolucao-de-30.

[130]A fama do bairro acerca da prostituição e da vida boêmia já eram presentes desde seu surgimento. Antigamente o preconceito perante o bairro era agravado pelo caráter operário e popular, além da presença do cemitério do Bonfim e das favelas em seu entorno. Hoje, percebe-se que a vinculação às cenas de uso também consagra um agravante à imagem do bairro.

4. 3 Reflexões sobre o lugar da cultura: o deslocamento da Centro Cultural Liberalino Alves e o tombamento de bairros na região da Lagoinha

Com objetivo ressaltar um específico ponto de controvérsias na região da Lagoinha, iniciamos este subcapítulo com o evento da crise de provisão alimentar que se deu em Belo Horizonte na década de 1950, cujo desdobramento implicou na necessidade de inauguração de um mercado de alimentos à preço popular no bairro Lagoinha. Pois, sendo o bairro Lagoinha considerado o pólo de abastecimento da cidade de Belo Horizonte, o poder público por meio da Beneficência da Prefeitura Municipal (BEPREM) decide inaugurar o "Supermercado Popular Municipal" ou como é mais conhecido; o Mercado Popular da Lagoinha, em 1951. Posteriormente, o Mercado começa a entrar em um período de decadência na década de 1970, culminando com seu fechamento em 1988. O estado de abandono instalado acaba sendo revertido por intermédio de uma reforma arquitetônica iniciada ao longo do Projeto de Reabilitação Integrada da Lagoinha em 1995[131]. Assim, o Mercado da Lagoinha reabre como espaço de lazer, encontro e comércio variado em 1997 (FREIRE, 2011). A partir do ano de 2000, o Mercado se firma como um centro de cultura, arte, promoção da saúde e oportunidades de trabalho e em 2015 o Mercado Popular da Lagoinha passa a sediar também o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira (CCLAO).

Entretanto, anteriormente, o CCLAO se localizava no coração da Pedreira Prado Lopes e funcionou de 1999 até 2007[132], ano em que é fechado por ordem da PBH sob alegação de condições sanitárias insalubres, ratificadas no laudo técnico realizado pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP). O órgão municipal apontou uma série de irregularidades, como: falta de acessibilidade, ausência de rota de fuga, assim como a inexistência de um projeto de prevenção e combate ao incêndio, além de ser evidenciado no documento, o mal cheiro e a presença de escorpiões. No entanto, os contra-argumentos da comunidade sempre estiveram presentes desde o início do fechamento do centro e ao longo dos anos seguintes, como evidenciam os relatos abaixo, oriundos de moradores, lideranças comunitárias da PPL e militantes de pautas urbanas, como o MTD:

C23

[131]Foram realizados estudos minuciosos junto à população para identificar o uso desejável para o local, concluindo-se por unanimidade que um espaço misto seria o ideal, tanto para o abastecimento alimentar, quanto para a difusão da cultura, devido ao referencial histórico da edificação (CASTRIOTA, 2009).

[132]O CCLAO se iniciou como um espaço de convivência por iniciativa de Liberalino Alves, uma forte liderança vinculada à União Trabalhadores da Pedreira (UTP). O espaço se localizava no térreo de um conjunto habitacional construído através do Orçamento Participativo (OP). O Conjunto intitulado Araribá é um projeto de moradia de interesse social concebido a partir da antiga estrutura de uma caixa d'água que recolhia a água da área da PPL para abastecer as moradias Conjunto do IAPI.

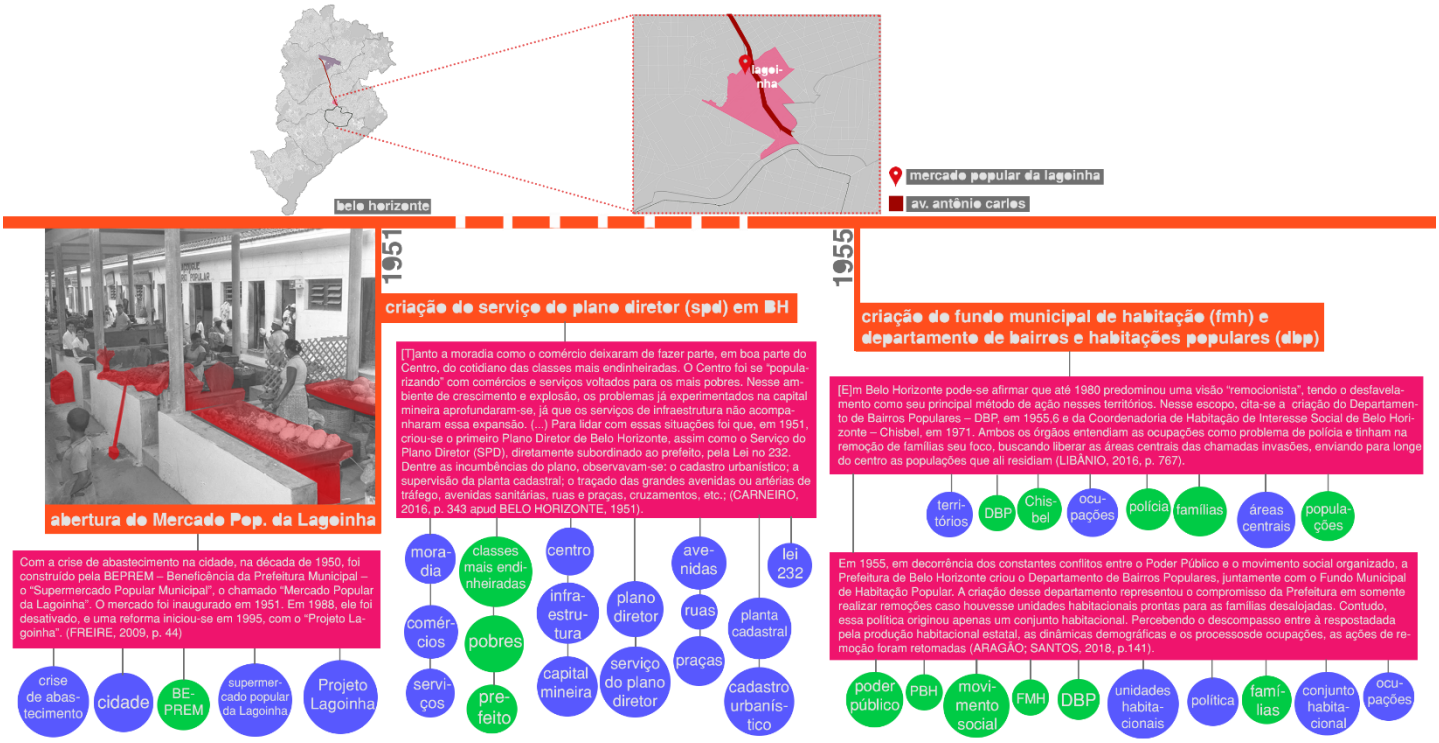


Figura 28 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1951 a 1955. Fonte: Elaboração autoral, 202

Já tem pessoas que moram aqui, neste local, há mais de vinte anos. Se é insalubre, agora é que eles vêm ver que isso aqui é insalubre? E insalubre por que? Porque tem coisa malfeita? Rede de esgoto malfeita? Eles têm é que cuidar, conservar tentar harmonizar a melhor forma possível para colocar uma qualidade de vida pras pessoas! (Depoimento de um morador da PPL em entrevista ao jornal Minas, Belo Horizonte, 2015)[133]

Há cinco anos atrás, eles chegaram e falaram que o Centro Cultural não podia funcionar...E fecharam. Acabaram com o Centro Cultural (...). Falaram que ele não podia mais funcionar porque ele estava para desabar. Vieram, fecharam, tiraram todos os funcionários. E quando a gente questionou - "*Tá, o centro cultural vai cair, por isso vocês estão fechando...Mas e as 60 famílias que moram em cima do centro cultural*?" - Aí eles vieram e falaram que iam remover. Depois passou 15 dias, eles voltaram e falaram - "*Ah, não vai cair não!* " - (...). Aí, voltaram e falaram que não tava com perigo de desabar e que não iam tirar o pessoal de cima, não. Só que mantiveram o Centro Cultural fechado esses 5 anos.... Tinha capoeira, tinha dança, biblioteca, internet cidadã, onde os meninos podiam consultar e fazer pesquisas, videoteca, brinquedoteca, oficinas (variadas) de arte e de lazer, de cultura, tinha tudo aí dentro. (...). Hoje a gente não tem mais isso. Faz 5 anos que a Pedreira tá zerada de atividades culturais, não tem mais (...) A minha preocupação é justamente essa (...) Hoje, a gente sabe que a evasão escolar é muito grande, então, os meninos de favela, eles saem da escola muito cedo e o Centro Cultural era uma referência onde eles

[133]A matéria completa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Yt5io21nao>. Acesso 30 de abril de 2020.

> podiam ficar, hoje não, hoje, eles ficam aí, à mercê do tráfico, à mercê da própria sorte (Depoimento de Valéria Borges, em entrevista ao MTD, Belo Horizonte, 2012).[134]
>
> O Centro foi fechado pela Prefeitura com a justificativa de que o prédio estava em risco. E o prédio era o quê? - Era o primeiro conjunto habitacional do Orçamento Participativo elaborado no governo de Patrus Ananias em 1994. Esse edifício era uma antiga caixa d'água com vários problemas, sendo um deles o próprio uso da água, porque ela era usada para abastecer principalmente o Conjunto IAPI. Era uma contradição, um problema danado. Por isso, Seu Liberalino Alves começou a construir um espaço na parte de baixo da caixa d'água, onde há um esqueleto estrutural. Ele pegou dois ou três pedaços ali e fechou, e começou a construir um espaço de convivência que antes não era um centro cultural. Esse processo começou a ser feito no início da década de 1990, uma vez que muitas pessoas estavam ocupando esse local e morando de forma muito precária. O local era muito úmido, havia focos de zoonoses e por esse motivo eles pararam de utilizar com esse propósito, para utilizá-lo como Centro Cultural. (...) Enfim, a PBH parou o funcionamento do Centro Cultural, alegando que o prédio estava em risco de cair e que a estrutura não aguentava. A Prefeitura tirou tudo que estava lá e manteve um segurança que ficava a noite e uma pessoa para limpar. O Centro Cultural ficou paralisado durante oito anos, porém sem retirar as 40 famílias que viviam no conjunto Araribá. (...). Nessa situação, uma das primeiras críticas básicas à SUDECAP foi: "*se aqui não tem como funcionar o Centro Cultural por causa da estrutura, então vocês terão que tirar 40 famílias que estão em cima (no Conjunto Araribá). Porque se o prédio cair vai afetar um monte de famílias.* " (...) Havia em torno de 200 pessoas morando no local, então essa justificativa da Prefeitura era furada. Não tinha uma base material real, isso foi só para fechar o Centro Cultural que tinha uma das maiores bibliotecas, um funcionamento esplêndido (Depoimento de Vinícius Moreno ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, Belo Horizonte, 2020).

Outro paradoxo é que apesar do CCLAO funcionar desde 1999, o local apenas passou a fazer parte dos equipamentos culturais da cidade em 2005, quando o órgão público responsável por essa ação, a FMC concedeu essa recognição ao local (SOUZA, 2008). Mas, independentemente dessa designação, a presença e a trajetória do CCLAO enquanto equipamento comunitário no território da PPL foi estratégico para a difusão da cultura local e mobilização cultural-identitária da favela. Pois, desde seu início, o centro cultural esteve imbricado à luta pela melhoria da qualidade de vida na favela, cujo principal defensor foi Liberalino Alves[135]. Assim, o CCLAO carrega tal nome em homenagem aos esforços do líder comunitário em prol da concretização das demandas de engajamento popular da Pedreira Prado Lopes e todas as demais conquistas.

[134]O relato completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N-14DhjiaB4>. Acesso 03 de julho de 2020.
[135]"O Liberalino trabalhou a vida inteira na comunidade. Parece que ele passou um bocado de ânimo para o Robson. O Robson é muito entusiasmado que esta favela vai melhorar. No meu modo de pensar essa favela vai melhorar sim, mas não do jeito que o seu Liberalino sonhou e o Robson sonha" (Depoimento de Jovina da Costa Meira. In: SOARES; ANTUNES, 2001, p. 127 *apud* ARROYO, 2010, p. 80).

Em resumo, o CCLAO quando se localizava na PPL comprovou ser um pólo de acolhimento e articulação para importantes discussões e dinâmicas sócio-espaciais, como por exemplo: o processo de registro da memória da PPL e de seus moradores. Também foram apoiados pelo CCLAO, outros projetos que almejaram expressar a real identidade da favela, dentre eles, podemos citar: *Projeto Referências Culturais Comunitárias* e *Pedreira pelos olhos de quem vê* (ambos desenvolvidos por moradores locais em 2007), *Programa Agente Jovem* da Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares e *Meninos do Morro* e *Mobilização Juventude*. Cabendo ressaltar que boa parte do material desenvolvido e coletado por tais projetos gerou a base para a elaboração do projeto de *Tombamento Cultural e Imaterial da Comunidade Pedreira Prado Lopes*[136], cuja autoria compete à Associação Recreativa Escola de Samba Unidos Guarani e seu principal porta voz, Mário César de Almeida. Tal documento culminou com o pedido pelo registro da Pedreira Prado Lopes como patrimônio imaterial de Belo Horizonte[137] e o processo de deliberação foi aberto pela CDPCM-BH em 20 de fevereiro de 2008 sob a categoria de lugar (ARROYO, 2010).

Quanto ao deslocamento do CCLAO para o bairro Lagoinha, em entrevista ao Grupo Indisciplinar, Vinícius Moreno[138] atesta que apesar do ocorrido, houve uma forte mobilização por parte da comunidade em manter o CCLAO na favela, ocorrendo até um movimento de Ocupação do Centro Cultural em 2014, realizado em conjunto entre: MTD, os moradores da comunidade e a Igreja Batista da Lagoinha, na tentativa de chamar a atenção para a causa dos habitantes da PPL. O breve sucesso da ocupação incentivou esforços na implantação de uma autogestão local, culminando com a realização de reformas e melhorias espaciais coordenadas e executadas pelo MTD e pelos indivíduos da comunidade. Porém, a escassez de recursos financeiros e a ausência de um apoio substancial por parte do poder público tornaram a situação insustentável para os integrantes da sociedade civil e dos movimentos sociais/urbanos, culminando a inevitável transferência do CCLAO em 2015. Em conclusão, pode-se afirmar que

[136]Para acessar o documento completo, ver os anexos da tese de doutorado de Michele Arroyo (2010, p. 187). Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_ArroyoMA_1.pdf>. Acesso 03 de julho de 2020.

[137]Como bem lembrado por Michele Arroyo (2010), é importante ressaltar que a possibilidade desse registro existe graças ao Estatuto da Cidade, Leis Orgânicas e Planos Diretores que efetivam a abordagem cultural mediante o fomento de políticas públicas, mas principalmente pela existência do Decreto 8551/2000 que institui o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial.

[138]Vinícius Moreno faz parte do setor administrativo do jornal Brasil de Fato (MG), é militante pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e coordenador do Galpão da Ocupação Pátria Livre na PPL. A entrevista concedida buscou compreender a atuação do MTD na PPL e sua relação com diversos atores humanos e não humanos, como a Ocupação Pátria Livre, o tráfico, moradores e as obras infraestruturais urbanas, sob o viés investigativo mediante: produção espacial e processos de gentrificação na PPL. As perguntas foram elaboradas por Susan Oliveira, Gabriela Bitencourt e Natacha Rena.

atualmente, o deslocamento impacta diretamente os moradores da PLL, pois dificultou o acesso aos serviços culturais que eram promovidos pelo equipamento.

> O Centro Cultural ficou aproximadamente oito anos paralisado. Depois, a PBH retomou o Centro Cultural no Mercado da Lagoinha em uma salinha, um lugar muito pequeno, quase não funcionava nada. De uns dois anos para cá, melhorou, houve muito mais atividades. Com transferência para o mercado distrital, o povo sempre reclamou, e até hoje reclama porque se tornou um local sem acesso direto pela Pedreira. Os gestores falam que o Centro Cultural não é da Pedreira, que é da região. Mas o foco era ali, ele surgiu dali e de uma pauta histórica daquele território, a partir da luta do senhor Liberalino Alves, que é o nome do Centro Cultural até hoje. E até hoje quase ninguém da PPL vai, quem frequenta mais é quem mora ali ao redor, o povo do outro lado da Avenida. Recentemente os moradores da Pedreira passaram a ser mais envolvidos pelas atividades do Centro Cultural, quando começou a haver a academia aberta na Rua Araribá, e alguns outros projetos lá (Depoimento de Vinícius Moreno ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, Belo Horizonte, 2020).

Ademais, reconhecendo a demanda cultural na favela, desde 2017 o Galpão da Ocupação Pátria Livre/MTD vem realizando atividades culturais abertas à população, no intuito de inserir a comunidade na defesa dos interesses da PPL enquanto território de resistência e reduto de uma carga cultural histórica. O Galpão Pátria Livre se transformou em um local de múltiplas funções, desde ambiente de estudo até espaço para organização política, oficinas de arte, aulas de dança e capoeira. Inclusive, há expectativas de abrigar no espaço, uma cozinha comunitária a fim de gerar renda e emprego para as famílias amparadas pelo movimento, além de buscar fornecer uma alimentação de qualidade a preços acessíveis para a comunidade da PPL.[139] Hoje, o local onde o CCLAO mantinha suas atividades na PPL, tem outro uso:

> Hoje uma pequena igreja utiliza um pedaço e a outra metade utilizamos para reuniões. O que sempre quisemos era retomar as atividades do Centro Cultural. A gestora anterior, tinha intenção de ajudar nesse processo, só que a Fundação de Cultura não autorizou. Inicialmente era para colocar uma pessoa para segurança e limpeza, e assim alocar algumas oficinas no espaço, mas ela foi barrada. Então, começamos a fazer assembleias e também um abaixo assinado. Atualmente a gestora saiu desse cargo e a igreja está usando mais o espaço, por isso estamos repensando estratégias para utilizá-lo mais (Depoimento de Vinícius Moreno ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, Belo Horizonte, 2020).

No mais, percebe-se no ano de 2007, a coexistência de dois eventos que apresentam um diálogo controverso; são eles: a mobilização em prol do reconhecimento identitário e histórico da PPL (através do pedido de registro da Pedreira Prado Lopes como patrimônio imaterial de

[139]Para mais informações, acessar a matéria do jornal Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/05/29/seguranca-e-a-maior-vantagem-para-moradoras-de-predio-ocupado-em-bh>. Acesso 20 de junho de 2020.

Belo Horizonte) e o início do desmonte do CCLAO (um espaço cuja importância foi determinante para a articulação dos movimentos de resistência da favela). A despeito da força ampliada desses grupos, não pôde-se evitar a transferência do CCLAO para a Lagoinha, um bairro mais "nobre" da região. Cabendo assim, refletir o quanto tal desdobramento poderia estar imbricado à uma tentativa de enfraquecimento das redes de resistência que começavam a ganhar ainda mais destaques enquanto linhas de forças ativas no seio da favela. E principalmente, nos faz indagar o quanto as narrativas enaltecedoras do ambiente patrimonial e cultural, não corroboraram para o fenômeno da gentrificação, especificamente no que se refere à imposição de deslocamentos, tanto de pessoas, quanto de equipamentos públicos, como a cartografia evidencia.

Vale destacar também que o pedido de tombamento da Lagoinha estava aberto pela CDPCM-BH desde a reunião ordinária realizada em 09/09/1997 (BELO HORIZONTE, 2016). Porém, apenas em 2016, alguns bairros da região da Lagoinha (Carlos Prates, Bonfim, Lagoinha, Vila Senhor dos Passos e parte da Pedreira Prado Lopes) foram tombados pelo CDPCM-BH mediante a deliberação nº 193/2016. A justificativa do dossiê de tombamento se pauta na importância de fomentar políticas de preservação patrimonial do acervo arquitetônico e manter o caráter polarizador[140] dos espaços livres desses bairros que abrigam a história da cidade. O documento, finalmente regulamentou as diretrizes patrimoniais e urbanísticas para a ADE da região Lagoinha, previamente delineadas pelas Leis Municipais nº 7.165 e 7.166[141]. Adotando também a expansão do perímetro da ADE região da Lagoinha para a região do Bonfim. Vale lembrar que essa medida foi votada e aprovada na realização da IV Conferência Municipal de Política Urbana (CMPU) do ano de 2014 e tramitou também pelo projeto lei de

[140]Segundo o Dossiê (DPC; FMC; CDPC-BH, 2016, p.8), entende-se por esse caráter polarizador: "áreas possuidoras de valor histórico, simbólico e referencial capazes de atribuir ao espaço urbano um determinado grau de coesão".

[141]Segundo o Plano Diretor (nº 7.165/1996 e nº 9.959/2010), para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município fica instituído pela Lei 7.166/1996 através dos artigos 88 e 79: "I - à proteção do patrimônio cultural e da paisagem urbana; II - à requalificação de áreas degradadas ou estagnadas; Inciso II com redação dada pela Lei nº 9.959, de 20/7/2010 (Art. 79) III - ao incremento ao desenvolvimento econômico. § 1º - No que se refere ao incremento das atividades econômicas na ADE da Lagoinha, devem ser adotadas políticas que contemplem: I - a permanência das atividades econômicas tradicionais existentes na área; II - o estímulo à implantação de novas atividades compatíveis com as já existentes; III - a implantação de incubadoras de empresas e de equipamentos indutores similares, visando a modernizar os processos produtivos. § 2º - A permanência e a implantação das atividades econômicas referidas no parágrafo anterior podem ser estimuladas por incentivos fiscais. § 3º - Os projetos de reurbanização necessários para as áreas degradadas ou subutilizadas podem ser feitos por meio de operações urbanas. § 4º - Visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural da região, a regulamentação da ADE da Lagoinha deverá, entre outros aspectos: I - estimular o desenvolvimento de novas vocações econômicas na região, por meio de projetos de requalificação urbana; II - estimular a permanência do uso residencial na ADE; III - levantar os imóveis passíveis de inventário e tombamento. § 4º acrescentado pela Lei nº 9.959, de 20/7/2010 (Art. 79) " (BELO HORIZONTE, 1996; 2010)

revisão do Plano Diretor de 2015 (Lei n°1.749/2015) (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2015[142] *apud* BERNARDES, 2016).

O documento expressa com clareza as nuances arquitetônicas e urbanísticas dos diferentes bairros da Lagoinha, ressaltando que mesmo com diferenças identitárias e territoriais marcantes, a região apresenta uma dinâmica compartilhada que extrapola os limites territoriais administrativos dos bairros devido à influência histórica e às intervenções urbanísticas que se propagaram sob diferentes efeitos pela região como um todo. Entretanto, percebe-se uma abordagem insuficiente quanto à preservação e a permanência dos aspectos antropológicos, imateriais e práticas culturais na região, notando-se principalmente que o documento não faz grandes menções à importância da Pedreira Prado Lopes ou da Vila Senhor dos Passos para a formação do tecido urbano e social da região. As áreas nem são contempladas no título do documento e ao longo do mesmo, faz-se até mesmo, uma menção incorreta à Vila Senhor dos Passos, utilizando-se o nome "Vila Nossa Senhora dos Passos"[143]. E quando se faz menção ao território, o documento reforça o critério segregativo e a imagem estigmatizada, não abarcando outras especificidades locais, como por exemplo: o fato que o bairro comporta os moradores mais antigos da região da Lagoinha e demonstra uma riqueza variada quanto às religiosidades e expressões culturais afro-brasileiras[144].

Ainda assim, trazemos atenção para a realidade de que tanto a Vila Senhor dos Passos, quanto o IAPI[145] são totalmente incluídos nesse perímetro de tombamento, porém a favela Pedreira Prado Lopes não o é. Desta forma, surge a indagação - não seriam esses, mais uma vez, indícios de uma negligência praticamente organizada perante os territórios populares da região da Lagoinha? - Parece se revelar uma recusa institucional no reconhecimento dos lugares espacialmente estigmatizados e um descaso no fomento de políticas públicas que impeçam o deslocamento dos grupos que definem o caráter sócio-espacial local. Por isso, o questionamento trazido neste subcapítulo é: do que vale a ferramenta urbanística do tombamento urbano enquanto equipamentos públicos culturais sofrem desmonte e são deslocados?

C22

[142]AUDIÊNCIA PÚBLICA CENTRO-LAGOINHA, 2015. Teatro Marília. **Relatório Síntese da apresentação pública da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/ Pedro I – Leste-Oeste.** Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 16 abr. 2015. 20 p.

[143]Ver em: (DPC; FMC; CDPC-BH, 2016, p. 78).

[144]As variadas práticas religiosas presentes na região da Lagoinha foram mapeadas pelo IPUC-BH (1995, p.102) em: "Religiosidade no bairro Lagoinha segundo critério de auto-declaração elaborado em pesquisa do Inventário do Bairro Lagoinha. ". Entretanto, Lânia Silva (2018) nos lembra que o mapeamento define de forma limitante, as religiões de raiz afro-brasileira sob a categoria "espírita", não abarcando a multiplicidade dos terreiros, casas de umbanda e candomblé presentes no território.

C21

[145]Lembramos aqui que o IAPI foi tombado provisoriamente em 2007 pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano/Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2009).

Com certeza o tombamento beneficia as especificidades urbanas locais e traz suporte à memória material local através de diretrizes para a manutenção da altimetria, preservação de mirantes, edificações e visadas paisagísticas na região. Mas e as pessoas que habitam a região da Lagoinha e conformam o cotidiano popular? Como garantir a permanência dos moradores, desde os antigos descendentes de italianos, os negros e até os grupos mais vulneráveis? Como evitar o eclipse das políticas patrimoniais e culturais sob as questões estruturais de desigualdade sócio-espacial? Como evitar que a degradação anunciada dessa região não recaia em uma narrativa repressora às formas de vida marginalizadas que fogem ao padrão estético urbano-social?

É preciso declarar a inexistência de respostas para tais perguntas por parte desta pesquisa, mas pelo menos, estes questionamentos visam alimentar esta cartografia na tentativa de vislumbrar os pontos de tensão e controvérsias nos discursos mapeados. Então, retomemos a questão do tombamento dos bairros citados. Ainda há de se ressaltar que a aplicação deste instrumento de preservação ocorreu independente de um processo participativo, havendo inclusive, opiniões públicas críticas quanto à esse aspecto. Outro ponto a ser destacado é a complexa questão das cenas de uso públicas, que fomentam no senso comum da sociedade, queixas quanto à violência e a insegurança local. Como declara o antigo morador da Lagoinha, Adilson Santos: "A prefeitura deveria se ocupar mais com outras coisas, como a violência na região, por exemplo, que está cada vez maior"[146]. Existem também apreensões quanto ao engessamento que as leis de tombamento poderiam provocar nas dinâmicas locais, além da crítica ao poder público quanto à ausência de mecanismos para envolver a população mediante a proposta, como relatam respectivamente: Pai Ricardo de Moura, José Dias e Thiago Teixeira.

> *Quando eu soube que a Lagoinha era tombada, eu pensei "uai, mas ninguém me falou nada, ninguém perguntou se eu queria". Se a Lagoinha é tombada, eu estou tombado também? Porque esses prédios que eles vão tombar foram meus avós, meus bisavôs que construíram. É história de quem? (...). É isso que a gente fala. A Lagoinha foi tombada, mas por que ela foi tombada? Pelo seu ar boêmio, não foi tombada só por causa das construções antigas não. Foi por causa do pessoal da Lagoinha que às vezes não reconhece isso. Aquela casa bonita que está lá com arquitetura antiga, ela não tem o mesmo charme se não tiver uma pessoa da Lagoinha transitando ou convivendo com aquilo, ou nem motivo para ser tombada. A gente tomba coisas materiais, mas que levaram processos subjetivos a estar ali, local, pessoas. Aquelas casas eram grandes por quê? Porque tem uma tradição, uma subjetividade de famílias grandes, com influências em territórios grandes. Então, tem muitas coisas que o equipamento não dá conta de pensar. Hoje nós temos um equipamento que é o registro imaterial das coisas. Mesmo*

[146]Para o relato completo, visitar a notícia "Três bairros e cem imóveis da região Noroeste são tombados" realizada pelo jornal "O Tempo", disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/tres-bairros-e-cem-imoveis-da-regiao-noroeste-sao-tombados-1.1414893>. Acesso 06 de julho de 2020.

> *assim, está registrando uma subjetividade separada da materialidade, quando a gente está vendo que é tudo junto. Então, vai ser difícil pro pessoal dar conta disso, vai demorar um pouquinho, mas já estamos caminhando. Então, a dificuldade que a gente tem hoje de acesso, "ah, mas aqui é tombado e não pode fazer isso", tem isso, esse tipo de proibição às vezes. Mas a relação do local, das coisas e das pessoas com o local, às vezes consegue superar isso, às vezes* (SILVA, 2018, p. 24-25, Interlocução de Pai Ricardo de Moura).

> Não fui informado por nenhum veículo de comunicação interna do bairro. Apenas pelas grandes mídias, depois que o tombamento já tinha acontecido. Eles (órgãos responsáveis) parecem não dar a assistência necessária para manter e conservar os imóveis tombados. Aqui no bairro parece que só uma casa foi reformada, e as ruas continuam malcuidadas" (Depoimento de José Dias, morador do Carlos Prates há 13 anos, Belo Horizonte, maio de 2017)

> Acredito que todo processo de preservação da nossa memória é louvável. Contudo, torço para não sofrermos com preços exorbitantes, dos imóveis e do básico no cotidiano. Espero também que se resgate o cuidado com a segurança e trânsito do bairro que, a cada dia, se tornam problemas mais agudos. Além disso, o funcionamento do aeroporto me preocupa (Depoimento de Thiago Teixeira, morador do Carlos Prates. Belo Horizonte, maio de 2017).

4. 4 Mobilizações sociais por direitos urbanos: da remoção aos processos participativos nas áreas de vilas e favelas na região da Lagoinha

No aspecto político nacional, a década de 1940 é marcada pela instauração da Constituição de 1946 e a consequente retomada da plena autonomia pelos municípios brasileiros, a qual havia sido perdida na ditadura Vargas (Estado Novo - 1937 a 1945). Logo, registraram-se práticas democráticas até o ano de 1964, quando o Brasil é novamente acometido por outro golpe militar (MATOS, 1992). Relativo a este período (1945-1964), trazemos destaque às ações contraditórias do poder público com relação às favelas em meio à uma forte movimentação de associações de moradores.

> De uma parte, teve continuidade à política de remoção, até mesmo com corte do abastecimento de água e luz nas favelas para minar a resistência da população. De outra, foi grande o apoio dado pela Prefeitura, através de verbas e assistência técnica, ao fortalecimento das associações de favelas. Ao mesmo tempo, recrudesceu o movimento de invasão de áreas, agora realizado sob o comando da Igreja Católica e dos partidos políticos de esquerda e que encontrou pouco resistência por parte das autoridades (GUIMARÃES, 1992, p. 6).

Desta forma, esse período revela um rearranjo político inédito em Belo Horizonte, a partir da abertura ao exercício pleno do voto democrático em 1947, sucede-se uma ampla reconfiguração das forças políticas em jogo. Pois, pela primeira vez, a emergência do poder

municipal estaria nas "mãos do povo" proporcionando uma oportunidade para que as demandas provenientes das associações de bairros e dos movimentos trabalhistas fossem ouvidas.

Portanto entre 1940 a 1960 "a política de troca de benfeitorias urbanas por votos foi um traço que marcou a ação nos subúrbios de Belo Horizonte que estavam em franca expansão" (OLIVEIRA, 2011, p. 44). Mas o clientelismo enraizado não é característica particular de Belo Horizonte, diversas outras cidades brasileiras que aplicaram o modelo de participação popular, se viram reféns de uma situação que possivelmente deriva dos aspectos socioculturais e do exercício de uma política populista paternalista (NASSIF, 2016; DUARTE, FONTES, 2004). C15

Por isso, em 1950, o associativismo nas favelas[147] de Belo Horizonte desponta devido à combinação da participação popular ampliada com uma nova geografia política da configuração dos poderes, haja vista a crescente politização dos discursos dos grupos mobilizados pertencentes às favelas e vilas. Desta forma, a PBH reage contra os interesses das camadas em vulnerabilidade, criando a Lei 572 em 1956. Esta impôs multas à prática de aluguel e à proliferação de moradias em áreas de vilas e favelas, agora consideradas invasões irregulares. Assim, tal ato reafirma a visão remocionista e estigmatizadora perante os territórios populares que irá perdurar na esfera administrativa.

A emergência em unificar os trabalhadores e fortalecer o debate de suas pautas reivindicatórias por condições urbanas e moradias dignas, desencadeia o contexto para a formação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH)[148] em de 1959. De acordo com Danielle Silveira (2015), pressões populares nas décadas de 1950 e 1960 conseguiram induzir à criação de órgãos administrativos específicos para lidar com as questões habitacionais. Alguns deles foram: Departamento de Bairros e Habitações Populares (DBP) e o Fundo Municipal de Habitação (FMH)[149], ambos criados no ano de 1955. Nesse mesmo ano, a cidade de Belo Horizonte registrava um número de 36,4 mil pessoas nas favelas (LIBÂNIO, 2016). No ano de 1965, o DBP é convertido em "Coordenação do Desfavelamento das Áreas Urbanas e Suburbanas" e posteriormente, em 1971, se torna a Coordenadoria de Habitação de

[147]Danielle Silveira (2015) aponta que as associações de favela receberam muito suporte também a Igreja Católica e da Associação de Defesa Coletiva (ADC).
[148]A FTFBH funcionou até 1964 agregando e partilhando de objetivos comuns com outras associações e movimentos de favelas. A instituição se destaca por realizar manifestações políticas em torno de desapropriações indevidas; mobilizar movimentos sociais e urbanos; além de lutar contra as remoções e pelo direito à posse de terra em vilas e favelas (OLIVEIRA, 2011).
[149]A finalidade do FMH era o "suporte financeiro das ações de políticas habitacionais dirigidas às populações de baixa renda" (SALES, 2003, p 117).

Interesse Social de Belo Horizonte (Chisbel) [150](ver figura X da cartografia das controvérisas na região da Lagoinha).

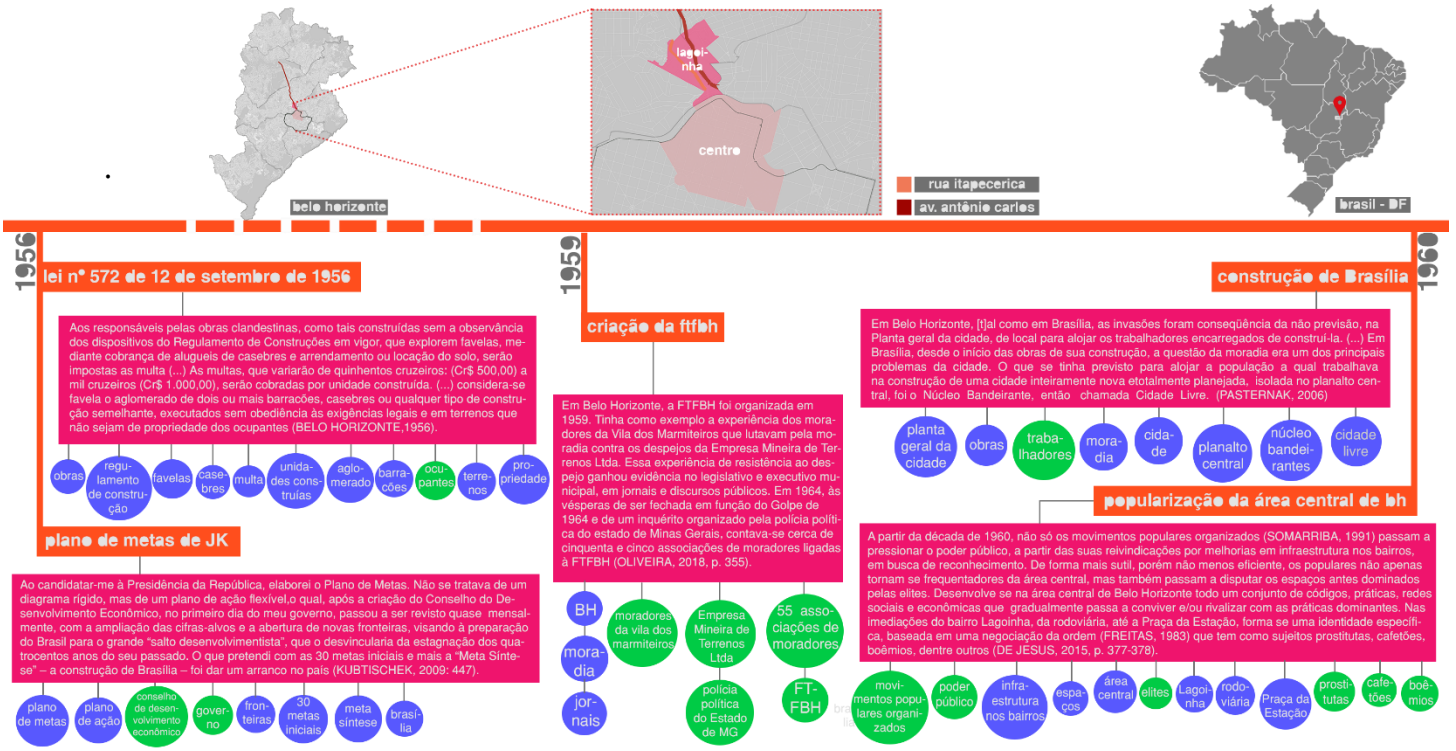


Figura 29 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1956 a 1960.Fonte: Elaboração autoral, 2020.

> No entanto, a remoção e o desfavelamento com uso de força policial perdurou como principal método de ação nos assentamentos precários de Belo Horizonte até o ano de 1980, principalmente, por parte da Chisbel. Em 1977, o território belo-horizontino passou a receber o C18

apoio da igreja com a consolidação da Pastoral Favela (PF), que auxiliou com a organização das condições de vida nas comunidades faveladas e até com o arranjo político da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP)[151] e da Federação de Bairros e Vilas (FBV). Sob esse contexto, a implementação do "Programa de Desenvolvimento de Comunidades" (PRODECOM)[152] em 1979 e a invasão da Prefeitura, no ano de 1981, realizada pelo movimento

[150]A Chisbel ficou amplamente conhecida pelas suas estratégias de remoção e desfavelamento aliado à parcas indenizações. Os deslocamentos eram provocados pelo formato ilegal das moradias e pelo propósito do poder público em relação às intervenções infra-estruturais aliado ao prolongamento de sistema viário (SILVEIRA, 2015; CONTI, 2004).

[151]A UTP foi formada em 1974, no momento de abertura política pós-regime militar e seu caráter mobilizatório promovia o envolvimento entre associações civis (OLIVERIA, 2014). Ademais, teve sua sede na PPL durante os anos 1980, devido aos estreitos vínculos políticos com a União Prado Lopes (SALES, 2013).

[152]Apesar das limitações orçamentárias e da incapacidade de consolidação da regularização das terras nas favelas atendidas, o PRODECOM extinguiu o uso de força policial, priorizou os processos democráticos no atendimento às necessidades infra-estruturais das comunidades de baixa renda e auto-organizadas, atuando como uma importante ponte entre a esfera pública e as demandas das associações de bairros e favelas. A originalidade do PRODECOM partiu da apropriação do potencial da

dos favelados foram acontecimentos que contribuíram para marcar a mudança de paradigma[153] nas políticas públicas urbanas em favelas, substituindo a "era da remoção" pela "era da urbanização" (LIBÂNIO, 2016; CONTI, 2004). A partir das próximas décadas os programas e incentivos públicos serão direcionados mais à regularização, melhorias e auxílios às ocupações de baixa renda, culminando com a fundação da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel BH)[154] em 1983, órgão administrativo que passa a coordenar diversos programas destinados à urbanização, recuperação de favelas e políticas públicas de habitação popular (SILVEIRA; CARMO; LUZ, 2017).

Também há de se considerar o impacto nacional que o primeiro Seminário de Habitação e Reforma Urbana (s.HRu)[155] fomentou para a reflexão mediante conceitos urbanísticos, condutas públicas e processos construtivos na resolução da problemática habitacional. Realizado em 1963, o s.HRu apenas conseguiu se aproximar de uma estratégia de formulação de política nacional de habitação popular, tendo sua atuação impossibilitada pela ditadura militar em 1964 (BONDUKI; KOURY, 2010). Apesar disso, Minas Gerais tem um especial destaque na condução de pioneiras propostas de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, além de projetos de urbanização de favelas sob um viés "democrático"[156]. Em

autoconstrução na promoção de uma alternativa à produção habitacional massiva. Ademais o "planejamento participativo" também aflora nos processos de requalificação dos assentamentos (CONTI, 2004).

[153]Esse paradigma se pautou principalmente no reconhecimento e apoio da Igreja e movimentos sociais quanto às pautas de moradia urbana. Esses grupos apoiadores fizeram coro às vozes dos favelados que pediam pela manutenção de seu local de moradia e permanência de direitos sobre a terra ocupada (LIBÂNIO, 2016).

[154]Ao longo da implementação do programa PROFAVELA, percebe-se a necessidade de criar um órgão administrativo, cujas competências específicas viabilizassem as ações de melhorias urbanas nas favelas. Primeiramente forma-se a Secretaria Municipal de Ação Comunitária, mas ela não alcança os devidos resultados e assim, forma-se a Urbel. Esta, por sua vez, foi estruturada a partir da transformação político-administrativa da Ferrobel, uma empresa de exploração, comercialização e industrialização de minérios no município de Belo Horizonte. A Urbel fica, portanto, responsável pela política municipal de habitação popular e pela primeira vez, há uma intenção de proporcionar um planejamento integrado nas ocupações urbanas dos setores de baixa-renda (LOPES; et. al., 2011).

[155]João Goulart em parceria com arquitetos e urbanistas, tomam a frente no início de um projeto nacional com transformações estruturais necessárias para a sociedade brasileira, as chamadas "Reformas de Base", que versavam quanto às questões da reforma: agrária, educacional, habitacional e desenvolvimentistas. O auge da industrialização brasileira havia causado um forte movimento de êxodo rural, que por sua vez, produziu uma rápida urbanização das cidades e a crescente precarização das moradias urbanas. As discussões sociais e políticas provenientes desse contexto se direcionaram à proposta de reforma urbana e s.HRu teria sido o primeiro passo (BONDUKI; KOURY, 2010). A viabilização do evento se deu por intermédio dos departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) do RJ e SP. O escopo do s.HRu era contraditório, visando alterar os instrumentos de regulação urbana com vista à melhoria na mediação de conflitos socioespaciais, além da inclusão de mecanismos de controle do mercado imobiliário. No entanto, a inovação no debate habitacional se pautou na substituição de uma abordagem focal, assistencial e quantitativa para uma abordagem de contextos urbanos, extrapolando a visão do estrito espaço da casa e atribuindo ao governo e demais agentes, a produção de políticas habitacionais. Com a ascensão da ditadura, as radicais propostas da "Reforma de Base" são parcialmente apropriadas pelo regime militar, se limitando a criar o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau). Apesar de tudo, é o pioneirismo das discussões trazidas pelo s.HRu que ajudarão futuramente a colocar em prática a Lei n.10.257/2001 do Estatuto da Cidade (AZEVEDO; FREITAS, 2014).

[156]Pode-se citar: a realização do Programa Alvorada (PA) em 1994 pela PBH, FMH, Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) e Urbel; além do PGE (Plano Global Específico) que deveriam ser realizados anteriormente à qualquer intervenção urbanística em áreas decretadas como Zonas de Especial Interesse Social (Zeis 1) (LIBÂNIO, 2016; COSTA; 2011).

âmbito internacional, outro marco temporal é 1976, quando ocorre a I Conferência Un-Habitat em Vancouver, no Canadá, cujo debate é marcado pelas estratégias de urbanização em assentamentos humanos a partir da inauguração do Programa Habitat da ONU. Esse encontro repercutiu nas futuras políticas públicas realizadas mundialmente, pautadas em uma forte cooperação internacional.

Figura 30 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1963 a 1964. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Há de ser ressaltado que a I Conferência da UN-Habitat traz um forte reflexo do auge do modelo keynesiano, havendo, portanto, uma responsabilização quase total em cima de governos e estados quanto ao enfrentamento das problemáticas urbanas e já na ocorrência da II Conferência UN-Habitat, com o arrefecimento desse modelo político, há uma maior inserção do setor privado e dos agentes do terceiro setor (sociedade civil e ONGs) para implementação dos projetos sociais e urbanos (ANTONUCCI; KATO; ZIONI; ALVIM, 2009). Logo, pode-se dizer que o Programa Alvorada, realizado na Vila Senhor dos Passos e também a elaboração do PGE são propostas que provém de reflexos das diretrizes urbanas e da agenda urbana mundial, demonstrando até a associação às parcerias internacionais.

Para elucidar a conexão dos eventos globais citados e o impacto que os mesmos produzem nos acontecimentos referentes ao recorte territorial pesquisado, abrimos um

parêntese para trazer as imagens da linha do tempo sob a perspectiva das múltiplas escalas geográficas pensadas para compor os eventos da cartografia da região da Lagoinha. A transescalaridade dos eventos selecionados foi pensada para ser classificada como: global, nacional, regional, municipal e local. Para enfatizar a diferença nas escalas, utilizou-se a nuance de cores (tons de laranja) apresentada nos eventos abaixo. [157]

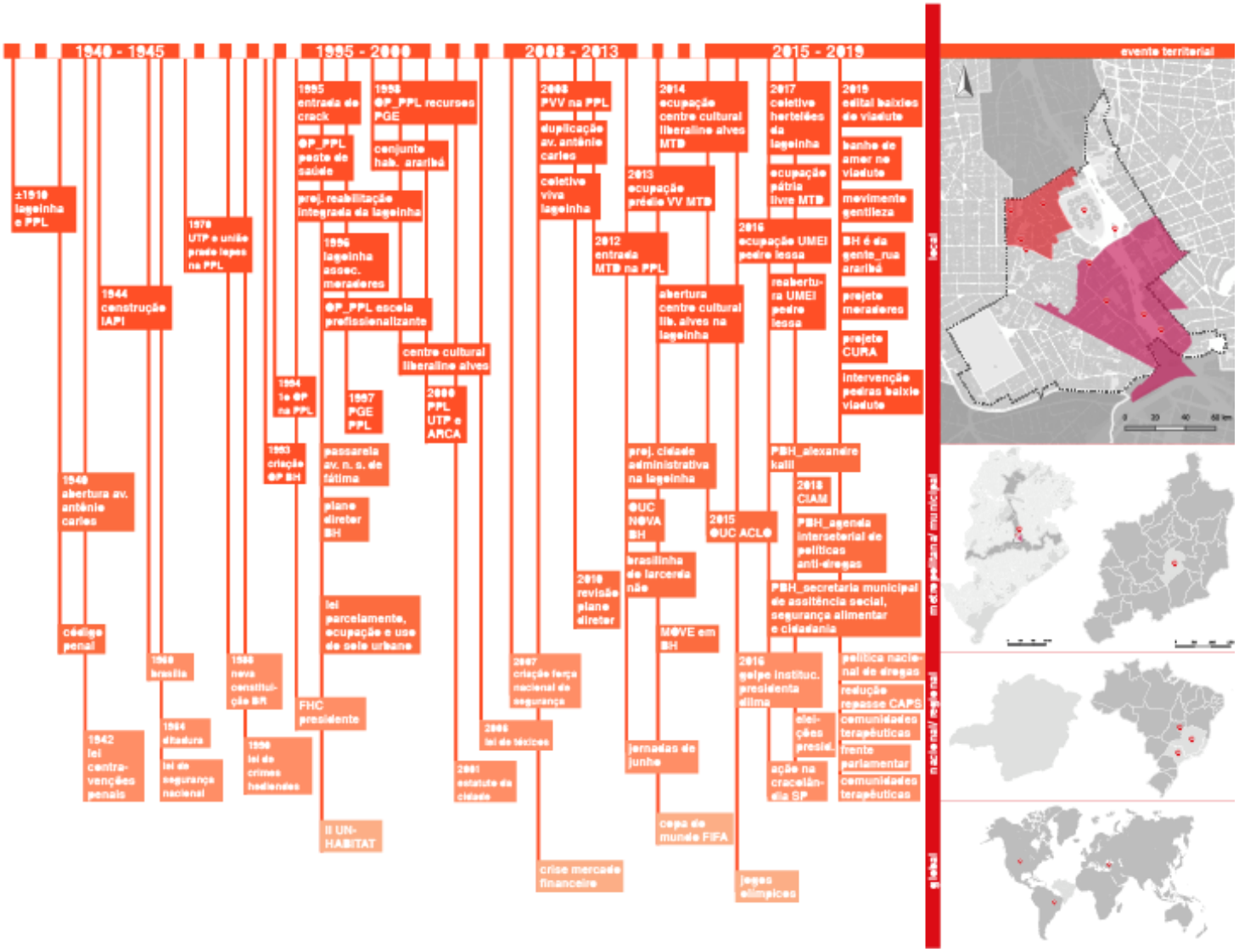


Figura 31 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha – destaque para linha do tempo para acontecimentos de impacto transescalar com recorte temporal de 1910 a 2019. Fonte: Produção do GE – região da Lagoinha, 2019. (NASSER; BITENCOURT; OLIVEIRA; RENA, 2019)

[157] As imagens foram elaboradas pelas pesquisadoras do GE-região da Lagoinha para o artigo "A produção neoliberal do espaço: um enredamento a partir das cenas de uso urbanas de crack e processos de gentrificação na região da Lagoinha" apresentado no 3º Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico, a ser publicado no e-book do evento. Fonte: NASSER, Carolina; Susan; BITENCOURT; RENA, Natacha. A produção neoliberal do espaço: um enredamento a partir das cenas de uso urbana de crack e processos de gentrificação na região da Lagoinha. In: **3º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**, 2019, Belo Horizonte. E-book 3º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, 2019.

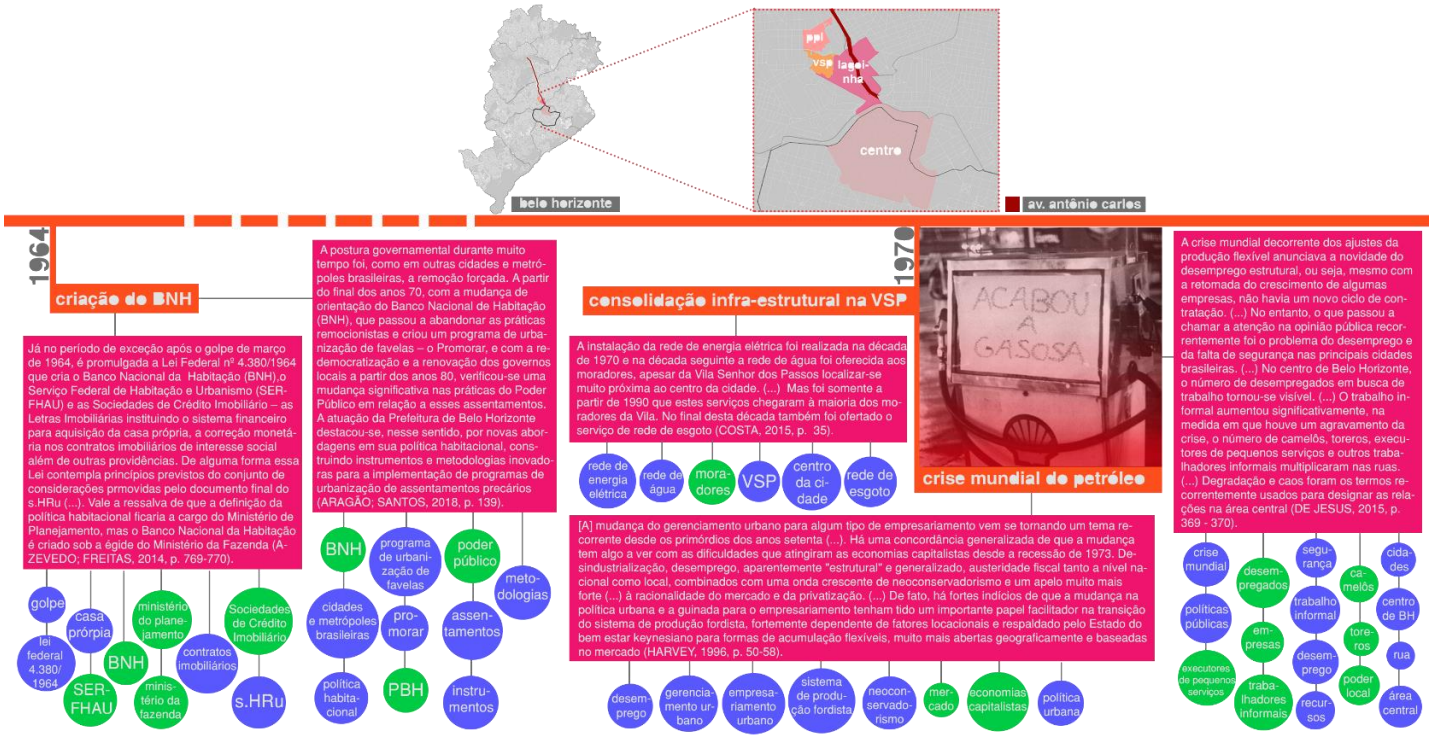


Figura 32 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1964 a 1970. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

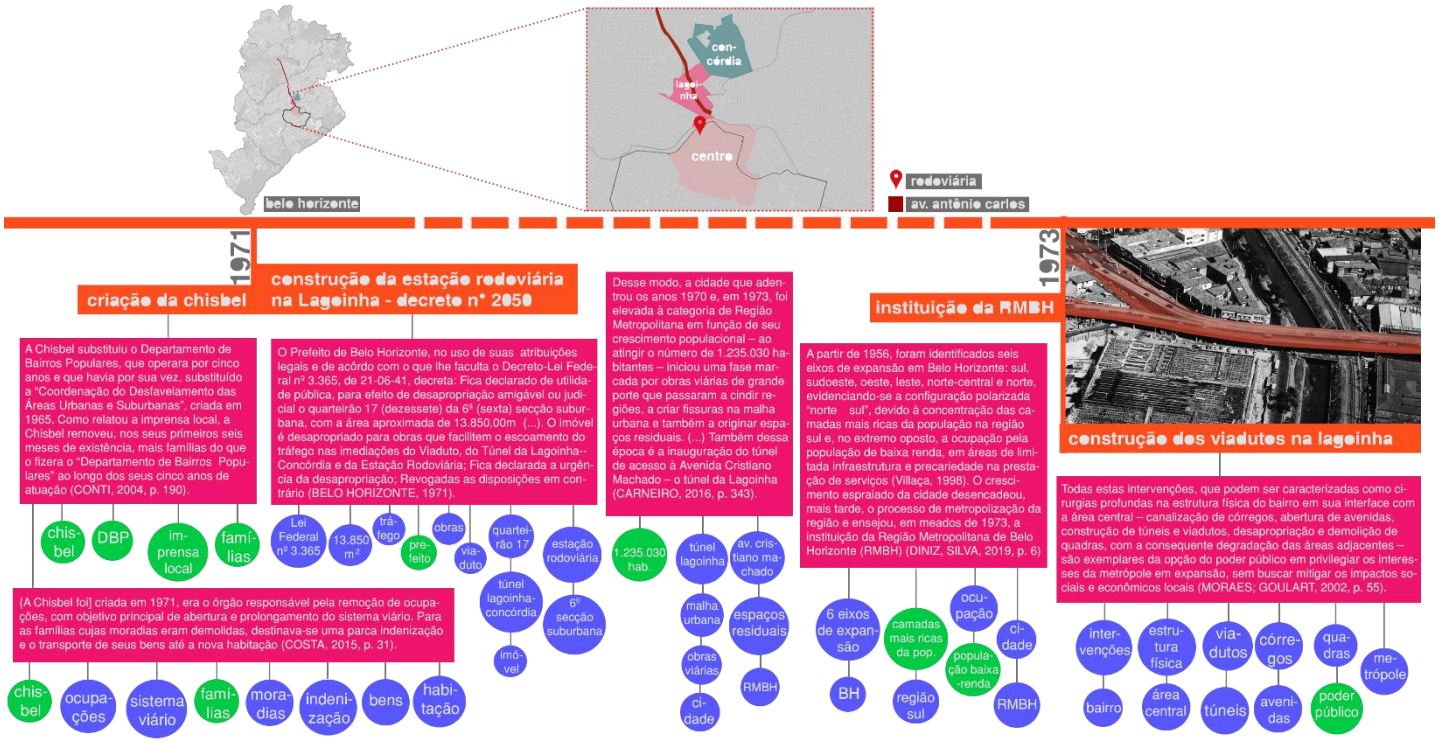


Figura 33 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1971 a 1973. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

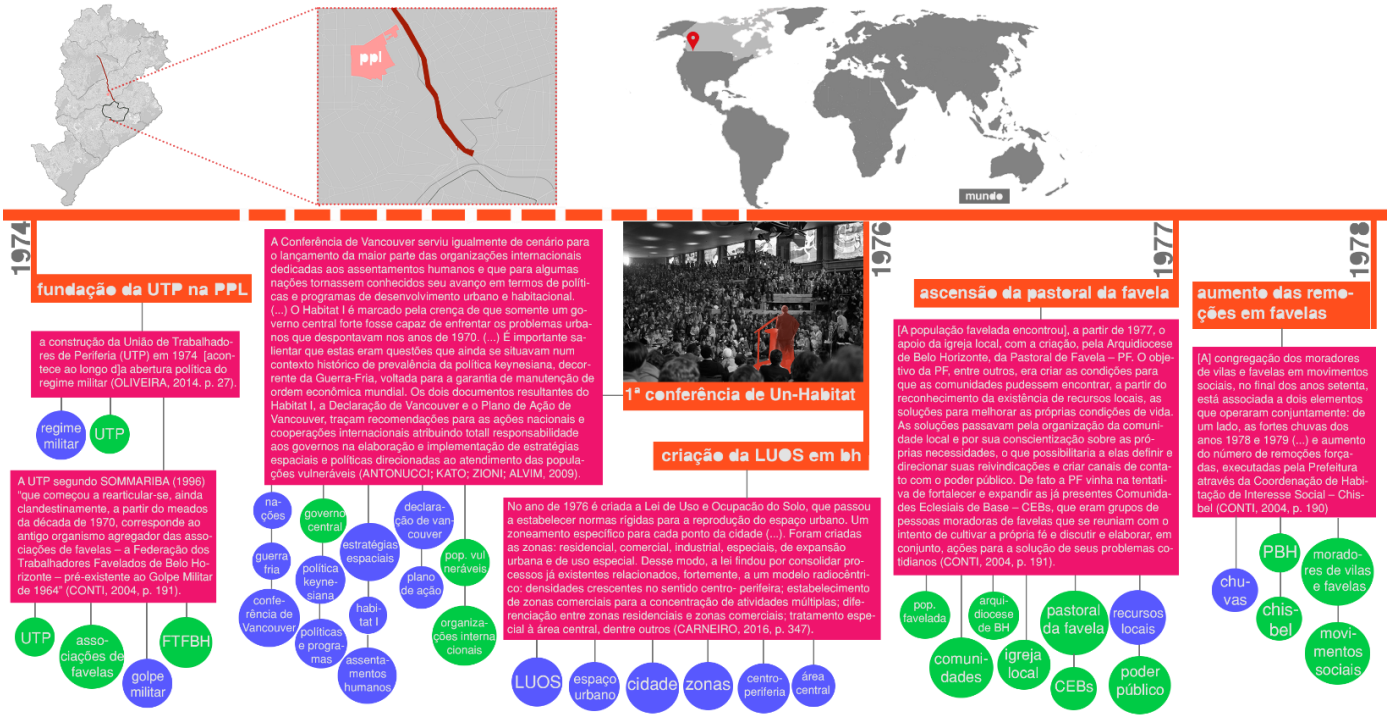


Figura 34 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1974 a 1978. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Também vale ressaltar que a consolidação de ações mais concretas em relação às questões habitacionais urbanas promovidas entre 1979 a 1982 recebeu influência da ocorrência de fortes chuvas e deslizamentos que deixaram um grande número de moradores de vilas e favelas desabrigados. O trágico acontecimento contribuiu no aumento de remoções forçadas realizadas pela Chisbel. Em resposta à essa dinâmica, os atingidos se mobilizaram com apoio da igreja católica (Pastoral das Favelas e CEBs) e passaram a reivindicar uma ação mais adequada do poder público. Dessa forma, o direcionamento da política e as estruturas institucionais criadas para implementação de novos programas habitacionais em Belo Horizonte não foram fruto apenas de uma decisão governamental, mas também da mudança de paradigma ao planejamento territorial da capital associado à convergência de fatores políticos, econômicos e articulações de movimentos sociais em várias escalas (CONTI, 2004; ARAGÃO; SANTOS, 2018). Assim, as fortes pressões dos movimentos sociais, levaram o órgão de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) a estruturar o anteprojeto de lei do Programa Municipal de Regularização de Favelas[158].

[158]A Plambel já havia realizado em 1982, o "Diagnóstico das favelas na RMBH", um documento que fornecia propostas concretas de urbanização e possibilidades de titulação dos lotes nas favelas (CONTI, 2004).

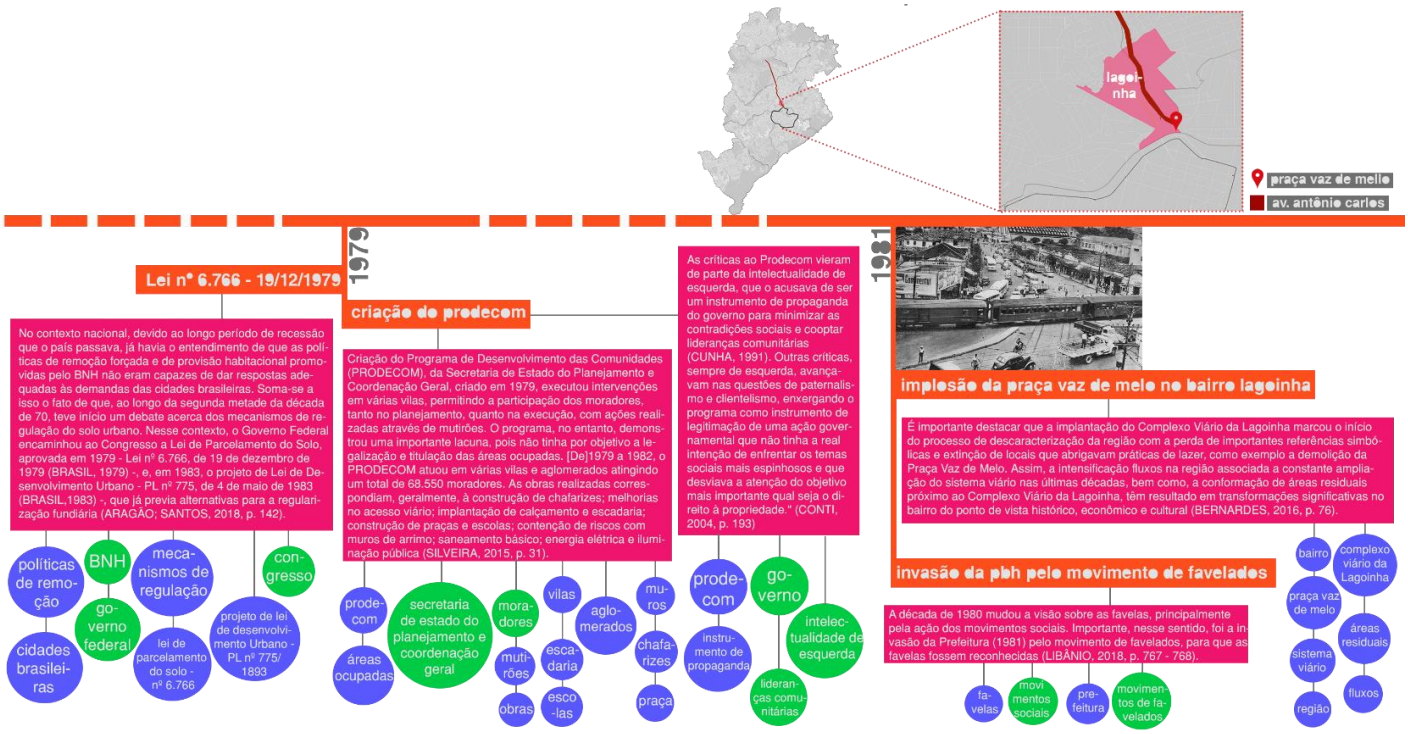


Figura 35 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1979 a 1981. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

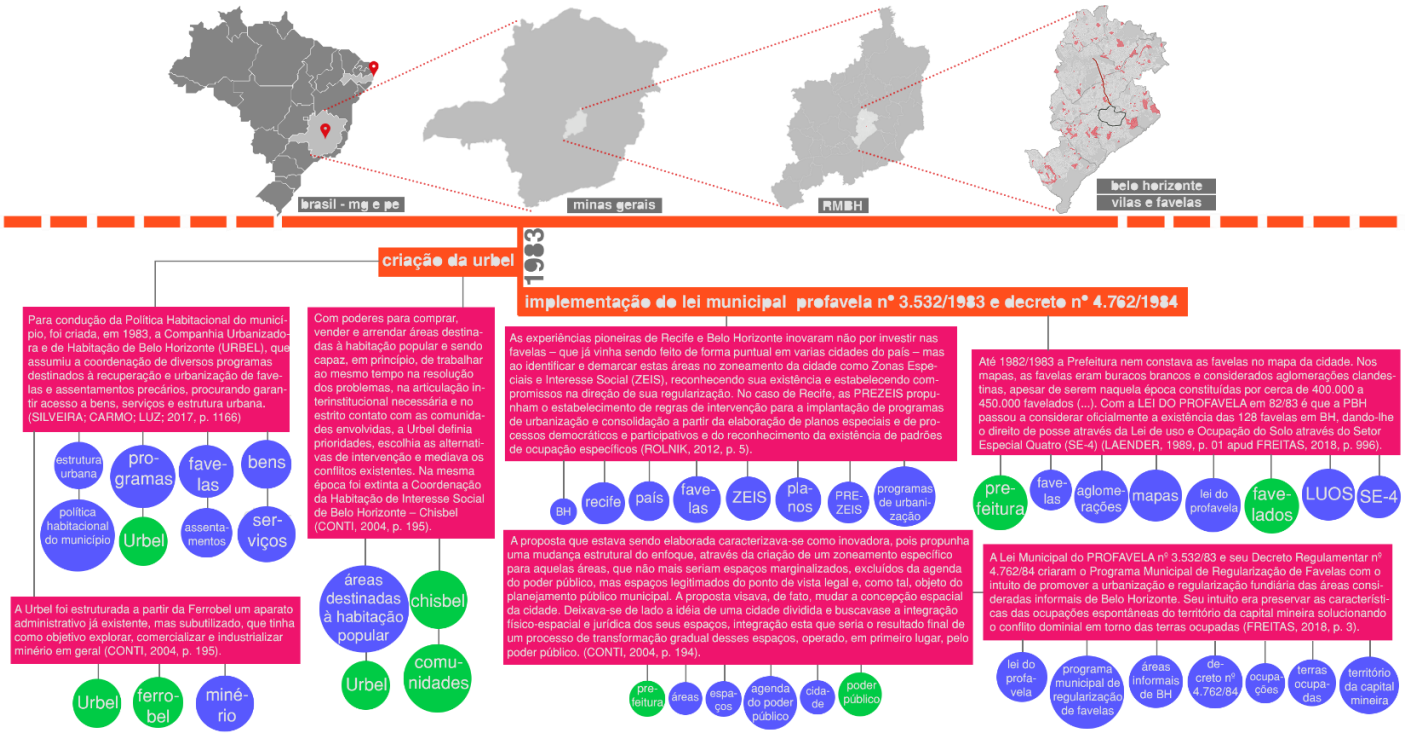


Figura 36 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1983. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Então, efetiva-se em 1983, a Lei Municipal PROFAVELA n° 3.532/83 (BELO HORIZONTE, 1983) e o decreto regulamentar nº 4.762/84 (BELO HORIZONTE, 1984), cujo intuito foi a regularização fundiária de áreas consideradas informais, preservando-se o caráter espontâneo e solucionando conflitos em torno das terras ocupadas (FREITAS, 2018). O pioneirismo da iniciativa colocou Belo Horizonte em destaque no cenário nacional, por ser a primeira legislação urbanística do país a definir parâmetros para a regularização de assentamentos informais, alterando o zoneamento existente ao incorporar mais de 120 favelas como Setor Especial (SE) 4 à Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), já em vigor desde 1976 (CONTI, 2004; ROLNIK, 2012)[159].

> Até 1982/1983 a Prefeitura nem constava as favelas no mapa da cidade. Nos mapas, as favelas eram buracos brancos e considerados aglomerações clandestinas, apesar de serem naquela época constituídas por cerca de 400.000 a 450.000 favelados (...). Com a LEI DO PROFAVELA em 82/83 é que a PBH passou a considerar oficialmente a existência das 128 favelas em BH, dando-lhe o direito de posse através da Lei de uso e Ocupação do Solo através do Setor Especial Quatro (SE-4) (LAENDER, 1989, p. 01 *apud* FREITAS, 2018, p. 996).

Portanto, na década de 1990, a cidade de Belo Horizonte apresentava 160 favelas e 21 conjuntos habitacionais, o que representava 20% da população da capital morando em aglomerados urbanos (CONTI, 2004). Nesse cenário, a ascensão do prefeito Patrus Ananias do Partido dos Trabalhadores (PT) simbolizou uma renovação no campo da política democrática e no exercício da cidadania, uma vez que o modelo de gestão exercido pela coalizão Frente BH Popular, cuja intenção era de propagar políticas públicas por meio de processos participativos.

E como reflexo disso, Belo Horizonte traz destaque para a criação de canais democráticos abertos para demandas, reclamações e propostas mediante a adoção do Orçamento Participativo (OP)[160] em 1993 e do Conselho Municipal de Política Urbana

[159]Pode-se lembrar que Recife (PE) também traz uma experiência similar a partir da identificação dos padrões específicos de ocupação da favela, reconhecendo estes territórios e estabelecendo compromissos com a regularização fundiária, além do engajamento em programas de urbanização em tais áreas, denominadas de PREZEIS. Assim como em Belo Horizonte, essa política urbana foi permeada pelos planos urbanísticos especiais e pelos processos democráticos (ROLNIK, 2012). Também podemos enfatizar que Belo Horizonte demonstra uma postura precursora, a partir da adoção da LUOS em âmbito municipal no ano de 1976, haja vista que os mecanismos de regulação do solo urbano serão aprovados pelo Congresso Nacional apenas em 1979 por meio da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (BRASIL, 1979).

[160]O OP se consagra em solo brasileiro na cidade de Porto Alegre (RS) e se consolida nacionalmente de forma tão exitosa que passa a ser executado internacionalmente também. Seu caráter inclusivo abre espaço para que a sociedade civil passe a determinar parte do gasto orçamentário da cidade, concretizando a ideia de uma "inversão de prioridades" inédita na história da democracia, o que torna esse instrumento um meio para a redistribuição de renda, obtenção de benefícios sociais e infra-estruturais ao aliar as decisões administrativas às demandas prioritárias dos movimentos populares. No entanto, é válido ponderar que sua difusão massiva, vêm remodelando sua identidade ideológica e política, impactando sua essência de modelo de radicalização da democracia para se transformar em um instrumento de combate à corrupção, controle social e luta contra a pobreza, a partir da apropriação desse instrumento por atores específicos internacionais; como: ONU, a União Europeia e o Banco Mundial (OLIVEIRA, 2016).

(COMPUR)[161] de Belo Horizonte por meio da Lei nº 9068/1996, sendo este último responsável pela coordenação do processo de institucionalização do Plano Diretor (1996) e pelas Conferências de Política Urbana (CMPU) (COSTA, 2011). Assim, Belo Horizonte revela um antecipado caráter progressista democrático em relação às suas políticas públicas urbanas, a citar pela Lei Orgânica Municipal (LOM) em 1990, que atribui um capítulo específico ao Plano Diretor (lei de nº 7.165/1996), antecipando a instituição de muitos instrumentos urbanísticos (IPTU progressivo, usucapião e ampla participação social de todos segmentos da sociedade nas decisões do planejamento urbano) apenas validados em 2001 pelo Estatuto da Cidade (NASSIF, 2016).

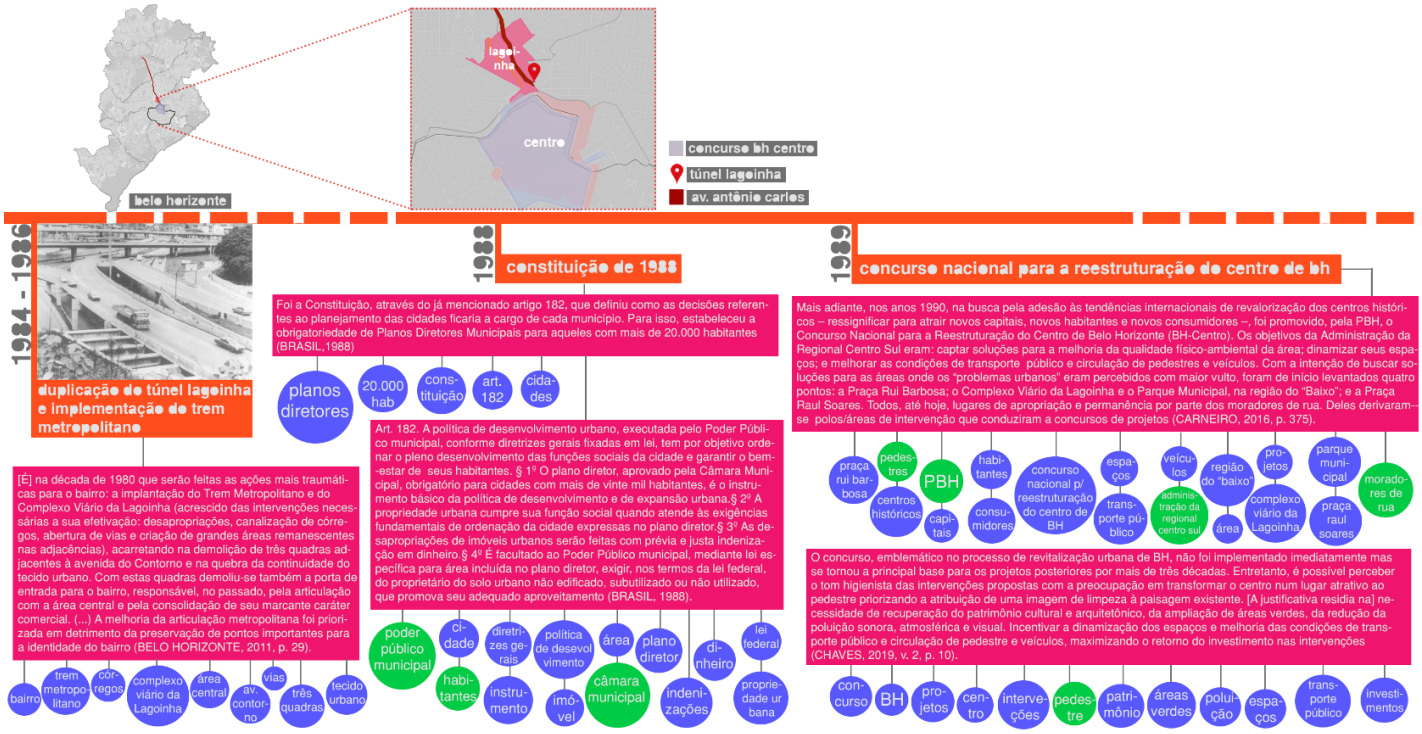


Figura 37 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1984 a 1989. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

A partir da década de 1990 as áreas de vilas e favelas pertencentes a região da Lagoinha, trazem destaque inédito para estratégias urbanas de viés democrático, a citar pelo Programa Alvorada (PA)[162], cuja experiência inaugural representou um verdadeiro "laboratório de

[161]Em conformidade com o PD, o COMPUR é composto por dezesseis membros e seus respectivos suplentes, sendo: oito representantes, dois representantes da câmara municipal e seis representantes da sociedade civil (dois do setor técnico, dois do setor empresarial e dois do setor popular).

[162]O programa Alvorada também foi realizado nas Vilas: Ventosa e Apolônia, mas foi na Vila Senhor dos Passos onde obteve-se um melhor alcance de resultados, com a construção de conjuntos habitacionais por meio do projeto do Escritório de Assessoria Técnica, USINA. Para mais informações sobre as edificações projetos e executadas, visitar: http://www.usina-ctah.org.br/senhordospassos.html. Acesso 20 de maio de 2020.

práticas participativas" pela primeira vez executadas em Belo Horizonte, especificamente na Vila Senhor dos Passos. O PA foi executado entre 1994 a 1997 e contou com trabalho de profissionais da Urbel, o apoio financeiro e técnico da *Associazione dei Volontari del Soccorso Internazionale* (AVSI)[163] e a percepção local dos moradores para a elaboração de diagnósticos urbanísticos. Estes se destacam pelo diferencial de atuar mais do que melhorias pontuais, mas como uma intervenção estrutural global com objetivos socioeconômicos, ambientais e principalmente, direcionados à regularização fundiária (CAPOBIANCO; FLÁVIA, 2015).

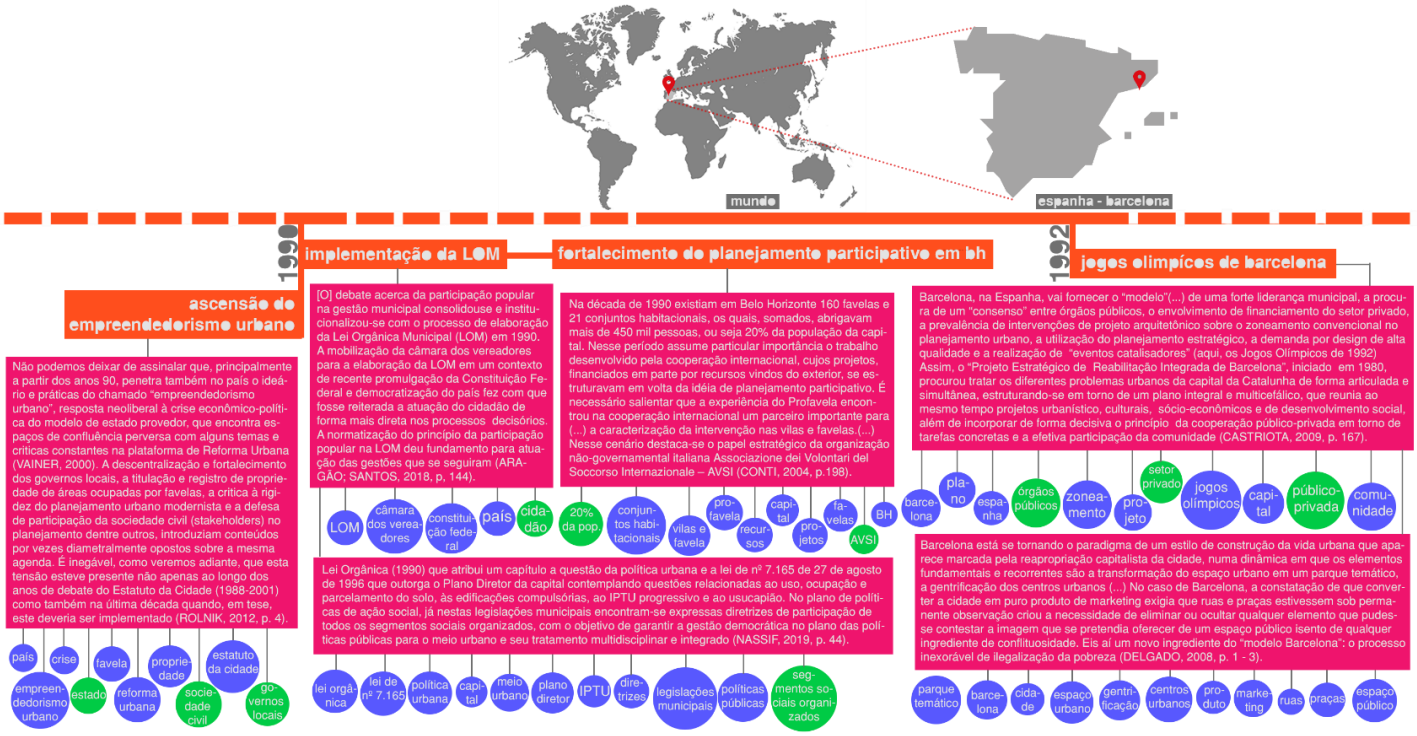


Figura 38 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1990 a 1992. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Apesar das boas intenções, o PA gerou poucos resultados efetivos devido à rigidez técnica, a linearidade na implementação do projeto e a escassez de recursos para a finalização do plano idealizado (CONTI, 2004). Sendo futuramente vinculado ao Programa Habitar Brasil no ano de 2002, a fim de complementar seu financiamento e garantir que os investimentos infra- C19

[163]A AVSI é uma Organização não-governamental (ONG) de origem italiana e desde 1984 focava em ações de regularização fundiária e melhorias físico-ambientais em aglomerados urbanos por meio do planejamento participativo. No caso do PA, a entrada da AVSI no território se dá por intermédio da Igreja católica (CONTI, 2004).

estruturais e projetos sociais já alocados na Vila Senhor dos Passos pudessem chegar à sua conclusão.[164]

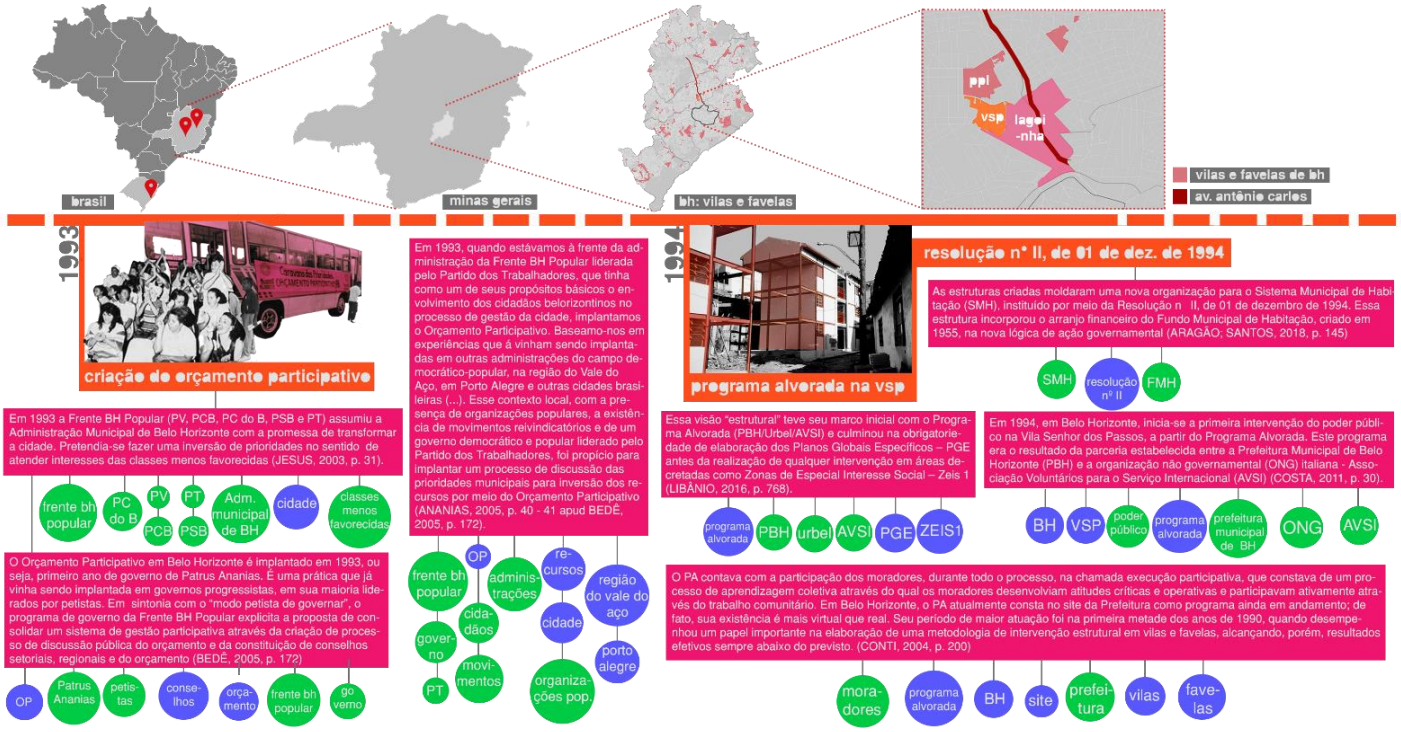
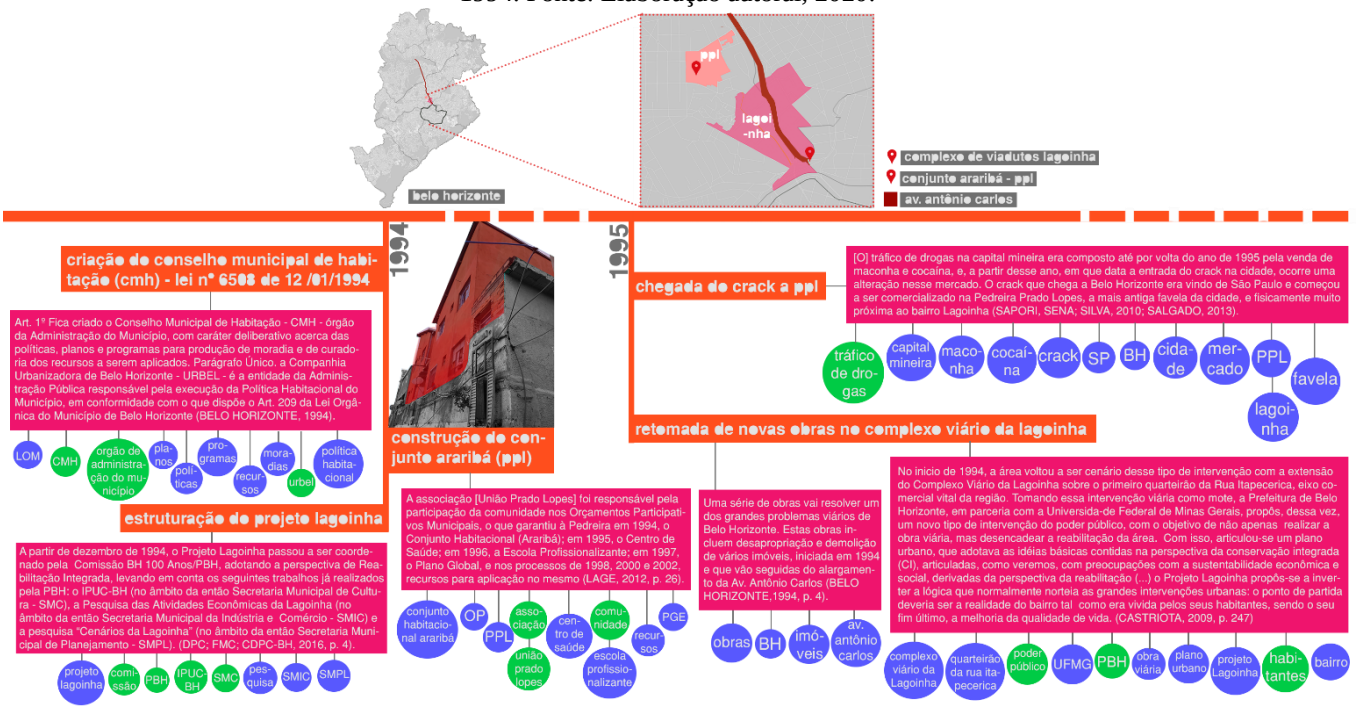


Figura 39 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1993 a 1994. Fonte: Elaboração autoral, 2020.



[164]O Programa Habitar Brasil/BID (HBB) foi implementado em Belo Horizonte entre 2002 a 2008. O HBB foi concebido pelo Ministério das Cidades em parceria financeira com Governo Federal e Municipal, o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e a Caixa Econômica Federal. O escopo do HBB na Vila Senhor dos Passos se deu sob três eixos: "Trabalho de participação comunitária; educação sanitária e ambiental; e geração de trabalho e renda" (COSTA, 2011).

Figura 40 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1994 a 1995. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Ainda assim, o projeto piloto do PA foi apresentado na II Conferência UN-Habitat de Istambul em 1996, por ter constituído uma construção metodológica-democrática enriquecedora para futuras intervenções em favelas brasileiras, fortalecendo a lógica do OP, no qual, os moradores definem a realização e a prioridade das obras urbanas em suas regionais. Dito isso, reforça-se que foi a partir do PA que foram criadas as bases para o desenvolvimento e aprimoração do que vem a ser o PGE (CAPOBIANCO; FLÁVIA, 2015).

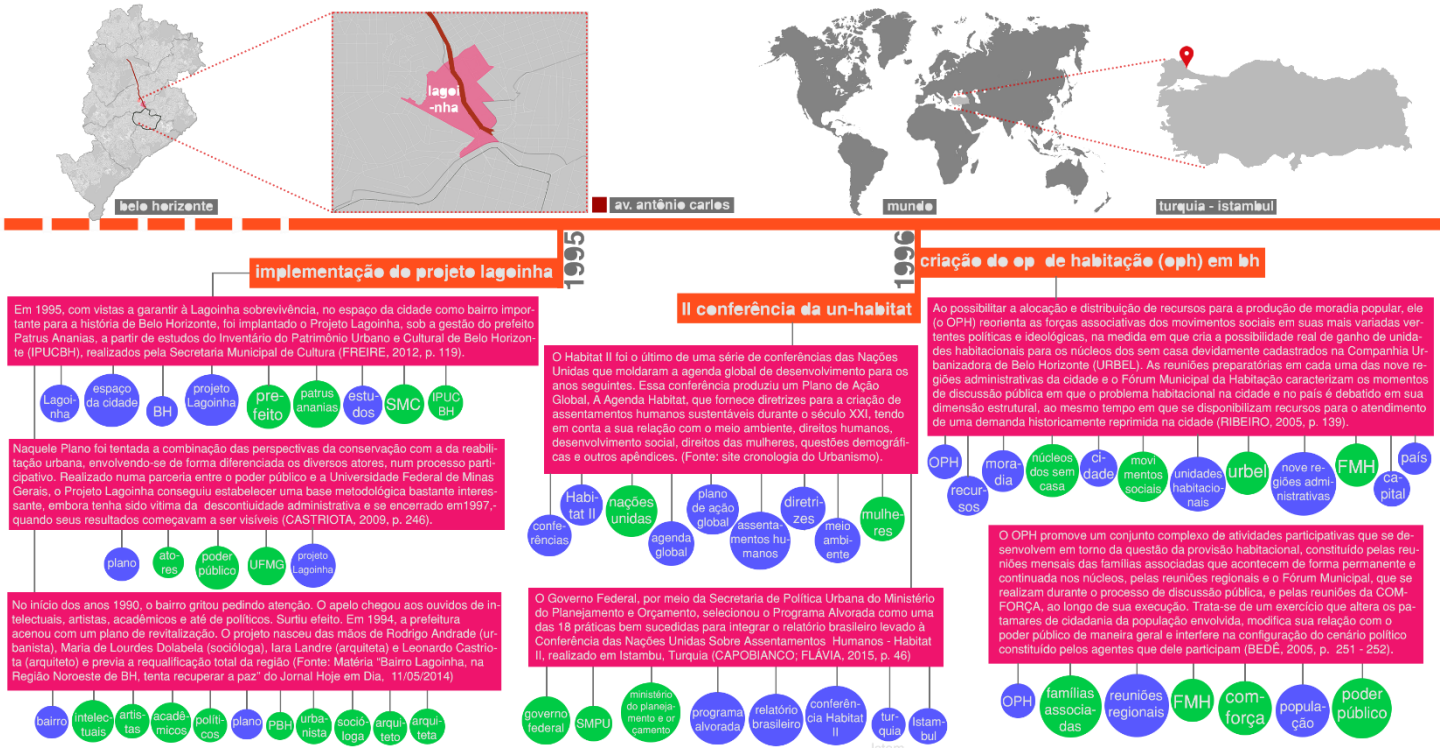


Figura 41 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1995 a 1996. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Entretanto, é importante frisar que as premiações conquistadas pela PBH não só representam o reconhecimento em âmbito internacional da importância dos processos participativos na urbanização de assentamentos precários, mas deflagram o esforço em propagar e competir em rede mundial pelos feitos urbanos de cunho social, ambiental ou democrático[165].

[165]Belo Horizonte recebeu o selo "cidade cidadã" em gestão do espaço urbano para municípios acima de 100 mil hab. em 2006 e a partir os resultados exibidos pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte recebeu o prêmio *HABITAT Scroll of Honour* em 2007 e chegou ao 3º lugar no ano de 2014, com o prêmio "Mercocidades às melhores práticas para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio" (CAPOBIANCO; FLÁVIA, 2015).

Assim a ideia de uma intervenção unitária e global nas favelas foi se firmando cada vez mais, principalmente após as diretivas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH), que deram maior poder de atuação aos técnicos da Urbel.

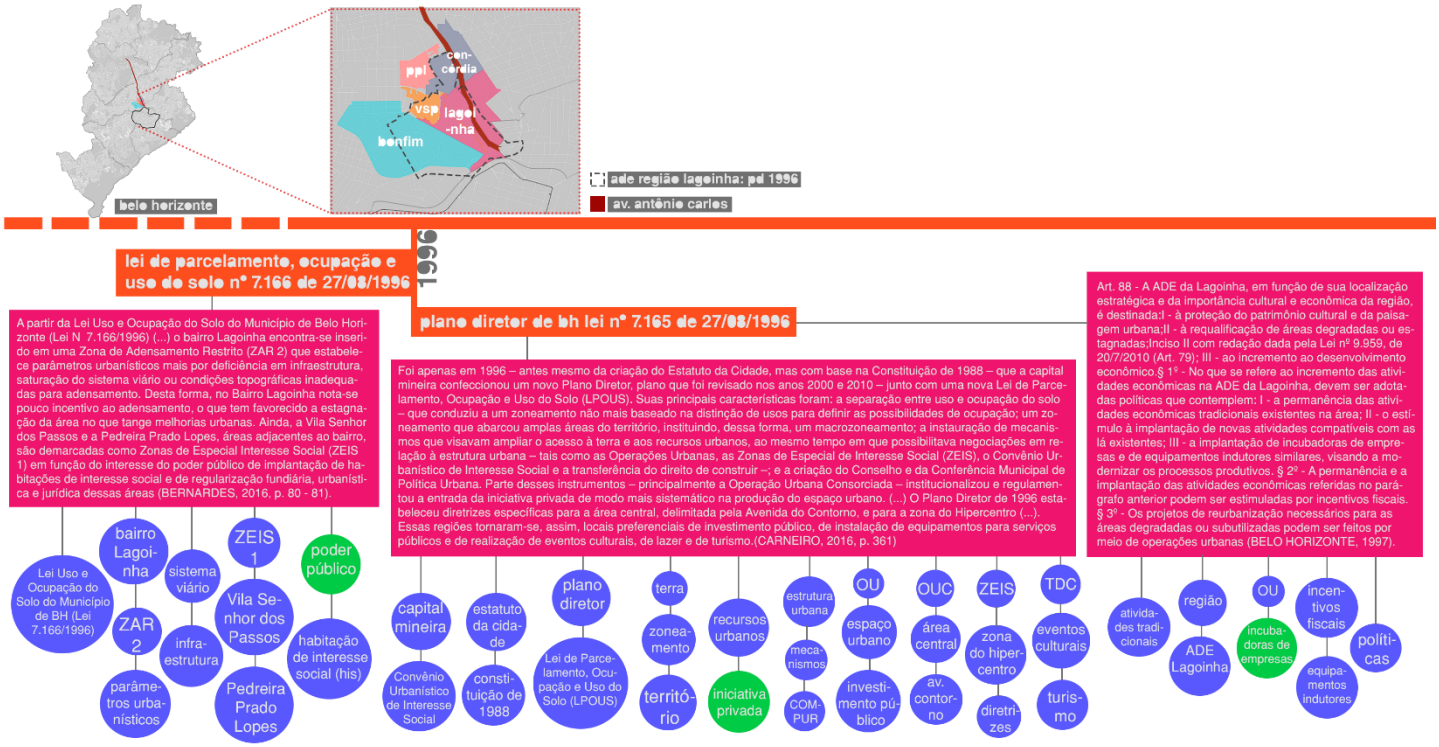


Figura 42 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1996. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Nesse cenário, entre 1996 e 1997, o PGE surge como pré-requisito para intervenções em áreas de vilas e favelas em vínculo à implementação do OP, cujo lançamento oficial se deu em 1998. Isto é, criou-se uma diretriz que tornava obrigatório a mobilização popular a fim de conquistar dentro do próprio instrumento do OP, os recursos devidos para a realização do PGE, consagrando o lema profetizado pelos técnicos da Urbel “planejar antes de intervir” (CONTI, 2004).

Nesse ponto, esbarramos na controversa relação das recentes políticas urbanas participativas aplicadas nas áreas de vilas e favelas. Pois, se por um lado, o OP oferece a democratização de oportunidades e a redistribuição de uma renda que antes era decidida só na esfera administrativa, por outro lado, os recursos são muito limitados. Isto, por sua vez, demanda um constante movimento de mobilização popular pela conquista dos financiamentos e das melhorias urbanas. Assim, a expectativa gerada na comunidade a partir do PGE, que por ser um processo longo e complexo, tanto na barganha de recursos, quanto na execução de suas C19

obras, acaba gerando em alguns casos, uma frustração na população, que se sente desmobilizada devido a morosidade da concretização dos planos. Nesse aspecto, o PGE pode tornar-se um instrumento de intervenção defasado em relação à realidade/necessidade local. Tudo isso pode gerar descrédito quanto ao esforço do poder público. Ou seja, alguns resultados concretos demonstram ser pouco satisfatórios, mas o processo de formação política da comunidade ainda é um importante pilar dessa iniciativa (ARAGÃO; SANTOS, 2018).

O histórico do OP demonstra que a solidariedade e união entre as comunidades pode florescer principalmente a partir das caravanas de votação pelas obras desejadas, mas controversamente, este mesmo instrumento também pode deflagrar uma perversa disputa dentro da própria sociedade civil, uma vez que comunidades já marcadas pela extrema carência e pobreza se vêem em luta, entre si, por parcos benefícios. A partir da realização do *workshop* da pesquisa Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo, obtiveram-se relatos sobre as mobilizações do OP e as implicações promovidas por suas dinâmicas participativas e obras, tanto no território da PPL, quanto na Vila Senhor dos Passos. A opinião geral da maioria dos moradores locais e lideranças comunitárias, especificamente no território da PPL, foi de que o PGE ainda é um instrumento muito estimado, pois trouxe uma intervenção de perspectiva global e o melhor reconhecimento da favela à cidade dita "formal". Também foi exposto que a Pedreira carrega com um certo orgulho, seu histórico de primeira comunidade de BH a atuar amplamente nessa luta democrática do OP. Já na Vila Senhor dos Passos, os relatos em geral, demonstraram uma visão mais crítica quanto aos instrumentos pesquisados, sendo relevante trazer à tona a fala de uma moradora que mora na divisa entre a PPL e a VSP:

> Eu sou uma defensora da lógica da participação com definição de obra e tal, mas tem uma sacanagem nisso que, se os cidadãos ligarem (para o poder público) eles devolvem dizendo "*se virem aí, quebrem o pau entre vocês"* e quem sobreviver nesse negócio leva. Aí mal leva porque são construídos prédios com problema. No caso dos prédios, o pré-morar e o pós-morar é um caos. É uma pessoa que morava lá no barraquinho dela, mas ela tinha lá um pezinho de couve, duas Galinhas, um porco, e aí coloca a pessoa dentro de um apartamento. Teve um caso lá na Granja de Freitas que todo dia saía uma fumacinha de dentro do apartamento da dona, aí chamaram os bombeiros que verificaram, que a dona cozinhava a vida inteira no fogão a lenha. Como você obriga a dona agora cozinhar a gás? Ela cozinhou a vida inteira a lenha. Então o pré-morar e o pós-morar é péssimo! Ah então, eles jogam assim, como se joga milho para as galinhas e dizem: *"vocês se virem aí! Se der certo, ok! "* Isso desobriga o poder público em investir em outras obras. Então, tá tudo resolvido aqui com o OP. "*Vocês que escolheram mal a obra. O que vocês têm é porque vocês lutaram para conseguir no OP então o problema é seu, não é do município! "* (Depoimento de Nádia, moradora da Pedreira Prado Lopes, Belo Horizonte, 2019).

Portanto, o instrumento urbano do PGE também demanda um voto de confiança nas resoluções burocrática do Estado, uma vez que se trata de uma política pública sem um resultado imediato, pois sua realização se pauta na garantia de planejamento urbano adequado e não necessariamente na execução de projeto idealizado. Nesse quesito, pesa como ponto negativo no histórico de implementação do PGE, justamente a demora na entrega das obras, como poderá ser evidenciado no caso da Pedreira Prado Lopes, que foi a primeira favela a receber o diagnóstico integrado do PGE no ano de 1997, pleiteado via OP, como era exigência (CAPOBIANCO; FLÁVIA, 2015). No entanto, somente no ano de 2008, a execução das obras do PGE se iniciam na PPL por meio do Programa Vila Viva (PVV)[166], cujo intuito é executar as obras estruturantes via instrumento urbano do OP e do PGE. Ainda assim, apesar de suas contradições, a possibilidade de um instrumento de caráter democrático é uma inovação que beneficiou muitas comunidades em Belo Horizonte e a garantia de um caminho para expansão da lógica a redistributiva e dos acessos aos serviços básicos por camadas populares, como afirma a liderança da PPL, Jairo Moreira:

> E a Pedreira, foi 1996 quando nós ganhamos o PGE, o 1º Plano Global Específico. E era uma luta, porque a gente tinha que ir de dois em dois anos para disputar as migalhas do OP para colocar recurso para concluir parte das obras. Porque a primeira conquista nossa foi o PGE e conseguimos recursos e foi executado o projeto. E para a execução das obras...que luta! E graças a Deus, eu me lembro, o prefeito era o Pimentel e veio o PAC (Programa de Aceleração e Crescimento) [e o presidente] era o Lula e foi liberado o recurso para o Programa Vila Viva. Eu me lembro que eu até chorei na prefeitura ao ver a celebração do contrato com a Caixa Econômica Federal liberando 34 milhões para finalizar nosso PGE. Motivo de alegria para todos. E veio as obras, e nesse período de obras, passaram três empreiteiras aqui na Pedreira e (...) dentro desse 34 milhões, foram colocados mais dois aditivos milionários nessa obra e muitas coisas aqui foram feitas a "toque de caixas", se você verem aqui os prédios, é tudo pavimentado também, ficou muito bom. Mas a parte elétrica, a rede de esgoto é o maior problema, fizeram um conjunto aqui na Pedro Lessa, mas não colocaram padrão de água individual. (Depoimento de Jairo Moreira, morador, liderança comunitária da Pedreira Prado Lopes e delegado da COMFORÇA. Entrevista concedida em 17 de agosto de 2020, ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar para o webinário Cartografias do Orçamento Participativo: "O Orçamento Participativo Habitação em Belo Horizonte e Os Plano Globais Específicos).[167]

[166]Segundo Danielle Silveira (2015) e a própria Urbel (2015) o PVV começou a ser implantado em Belo Horizonte no ano de 2005 em territórios classificados como ZEIS, partindo-se da realização de 3 etapas: i) planejamento, a partir da realização do PGE, ii) intervenção constituída através de um Projeto Técnico Social (PTS) e iii) pesquisa de avaliação pós-ocupação. Em resumo, o programa engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Além da regularização fundiária após o término da urbanização, com a emissão das escrituras dos lotes aos ocupantes, afirmando a função social do solo.

[167]Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=O1IZVymX6nA&t=2442s&ab_channel=OPBHCartografia >. Acesso 06 de novembro de 2020).

Em Belo Horizonte, a realização do PVV se beneficiava da captação de recurso financeiros provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério das Cidades (Governo Federal). A partir do ano de 2007, durante o governo do prefeito Fernando Pimentel (PT), Belo Horizonte passou receber recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também (SILVEIRA, 2015).

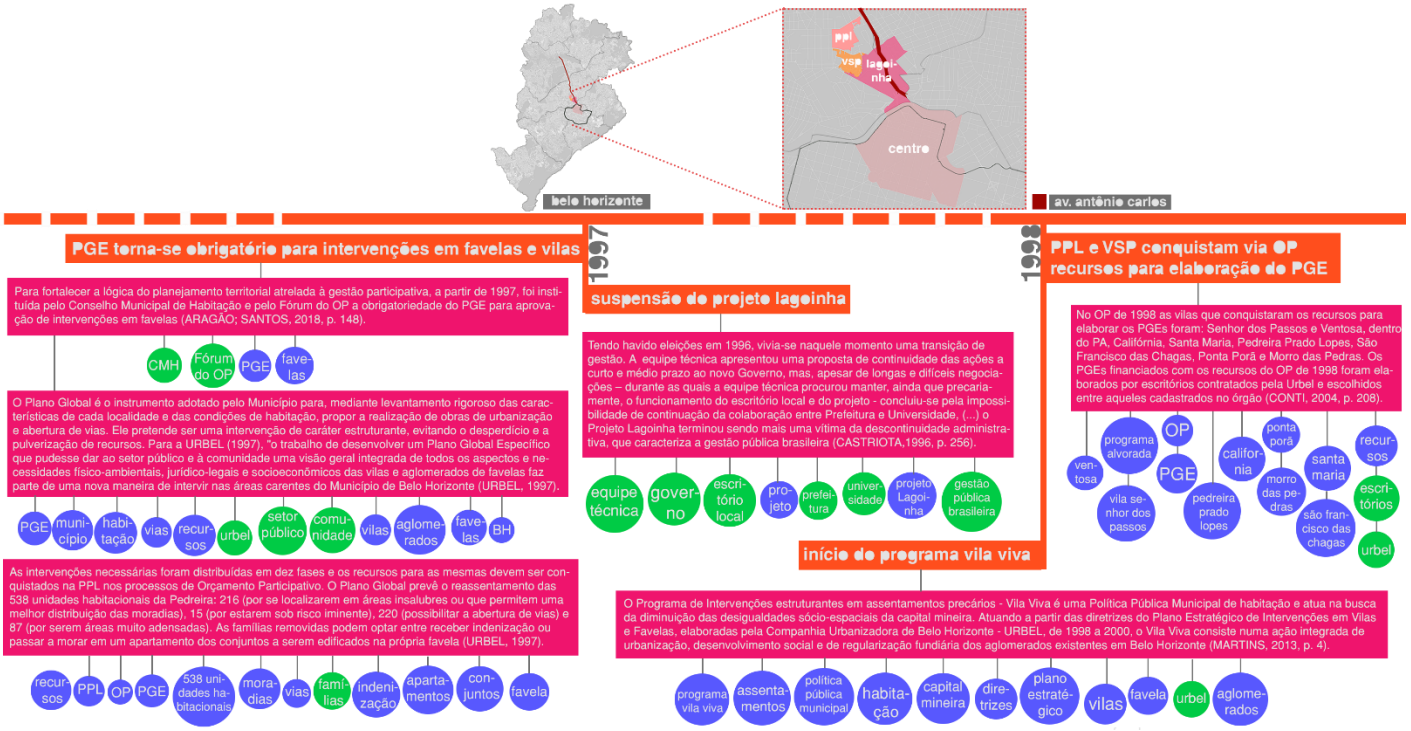


Figura 43 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 1997 a 1998. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Especificamente na PPL, segundo a Urbel (CAPOBIANCO; FLÁVIA, 2015) consta que foram destinados R$ 49 milhões e 9.000 pessoas foram beneficiadas. No entanto, as narrativas que permeiam esse fato se tensionam a partir de alguns relatos dos moradores da PPL que expõem atos de violência no processo de remoção e transferência das famílias para as edificações referentes às obras planejadas. Dentre essas denúncias, atesta-se: a precariedade material das construções e os critérios questionáveis utilizados para a redistribuição das famílias nos novos conjuntos habitacionais, fazendo revelar desde uma declarada experiência de segregação sócio-espacial até a ameaça de um processo de gentrificação (OLIVEIRA, BITENCOURT, NASSER, RENA, 2019).

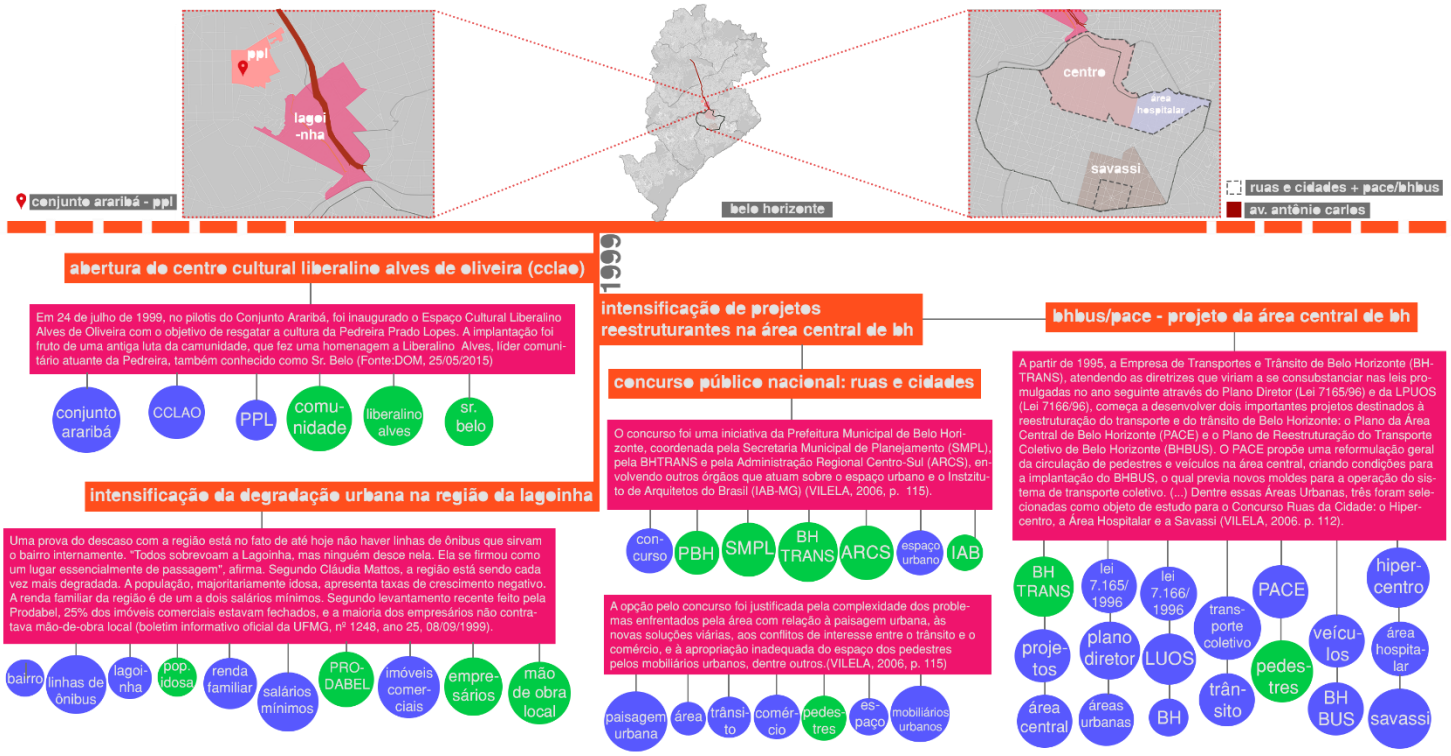


Figura 44 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 1999. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

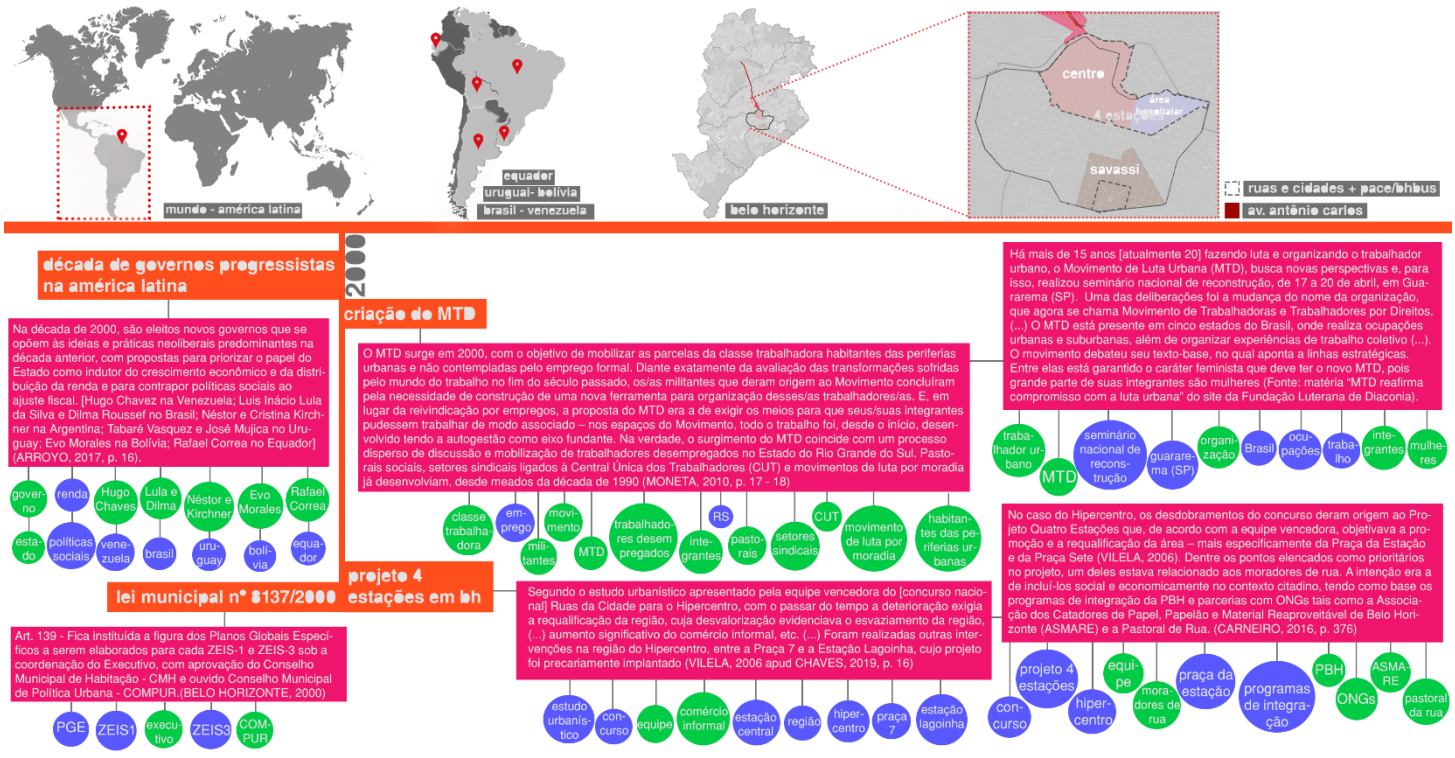


Figura 45 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2000. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

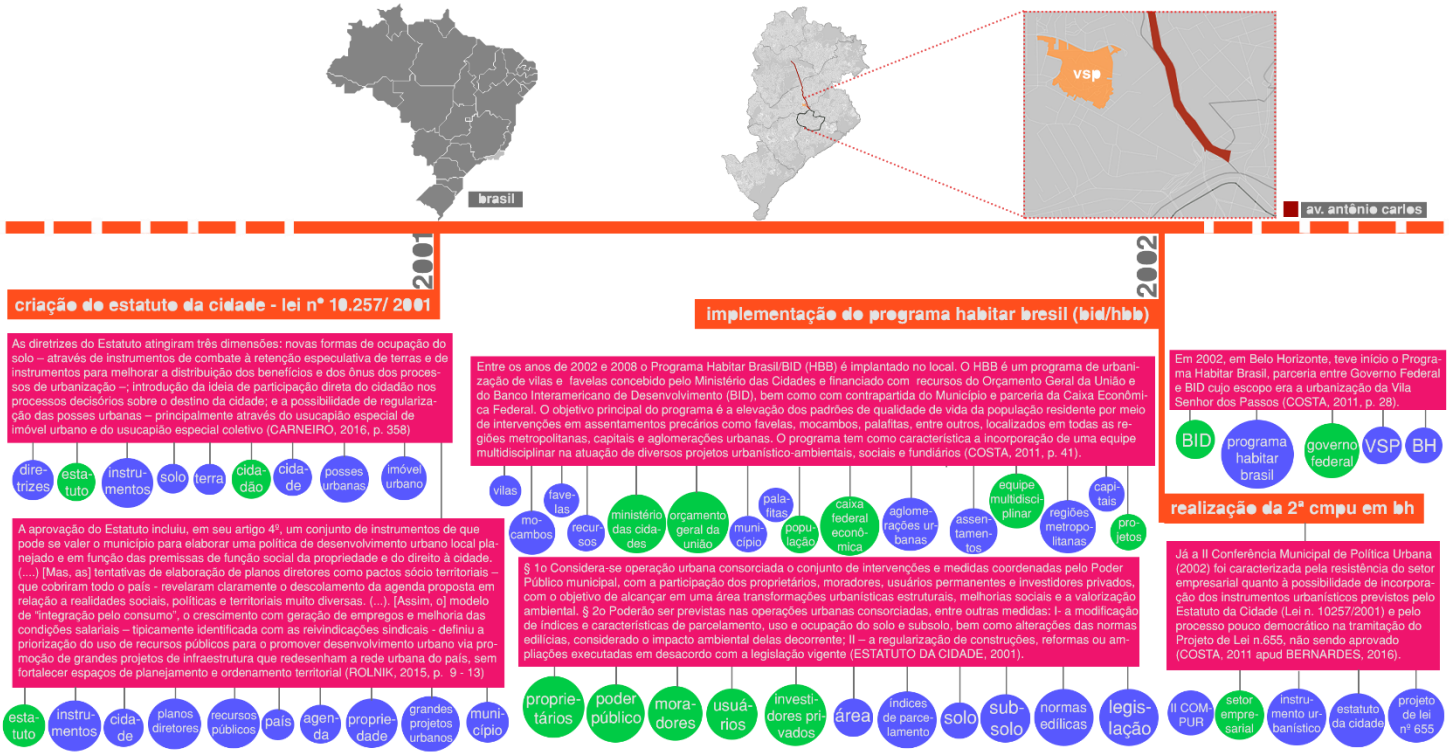


Figura 46 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2001 a 2002. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Figura 47 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2003. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

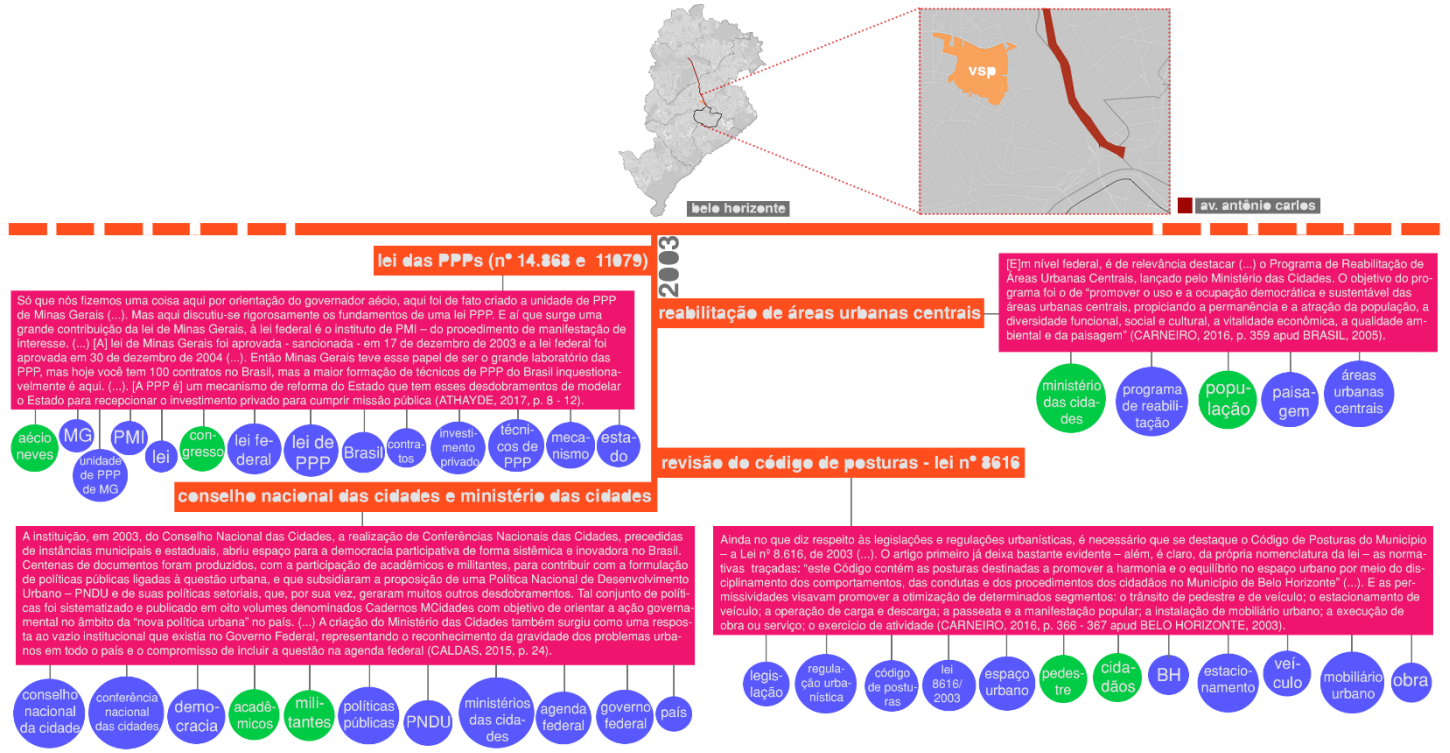


Figura 48 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2004 a 2006. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

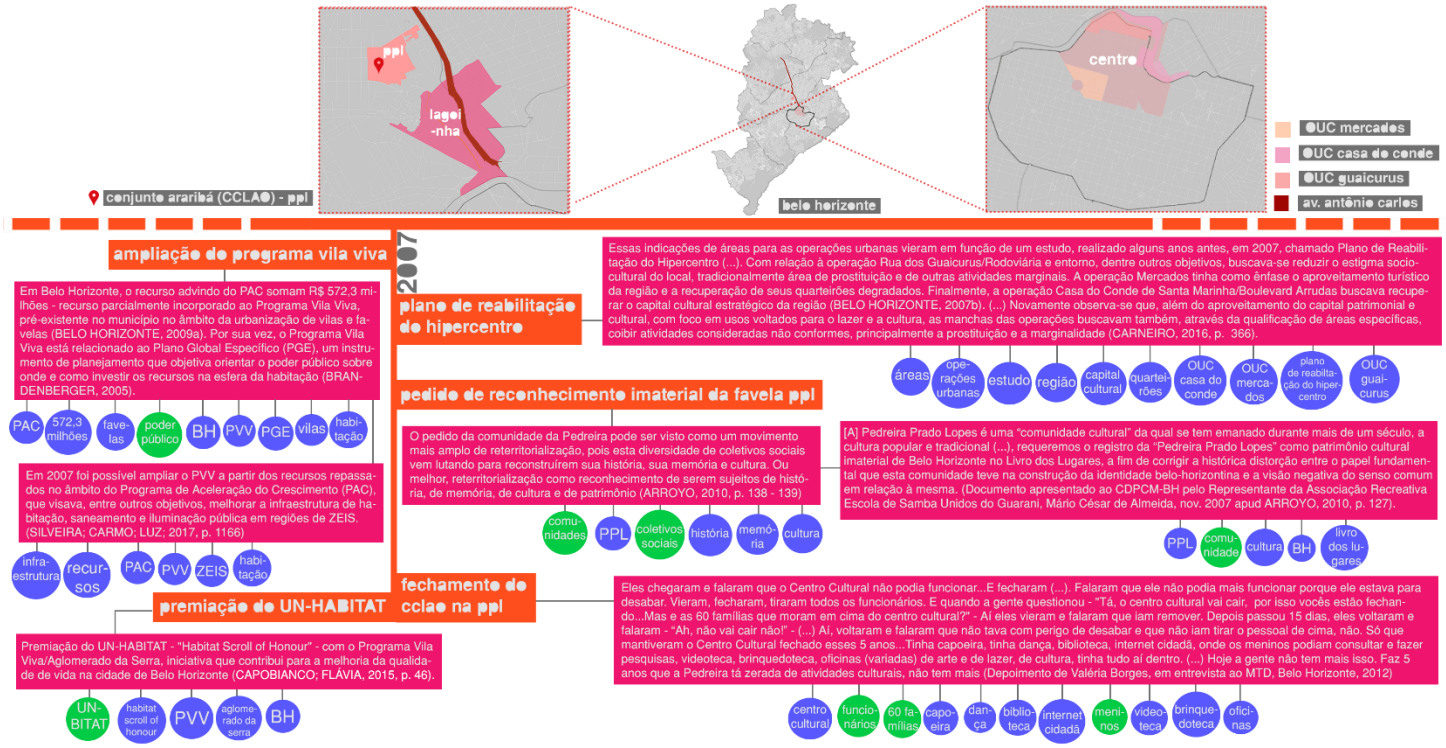


Figura Figura 49 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2007. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

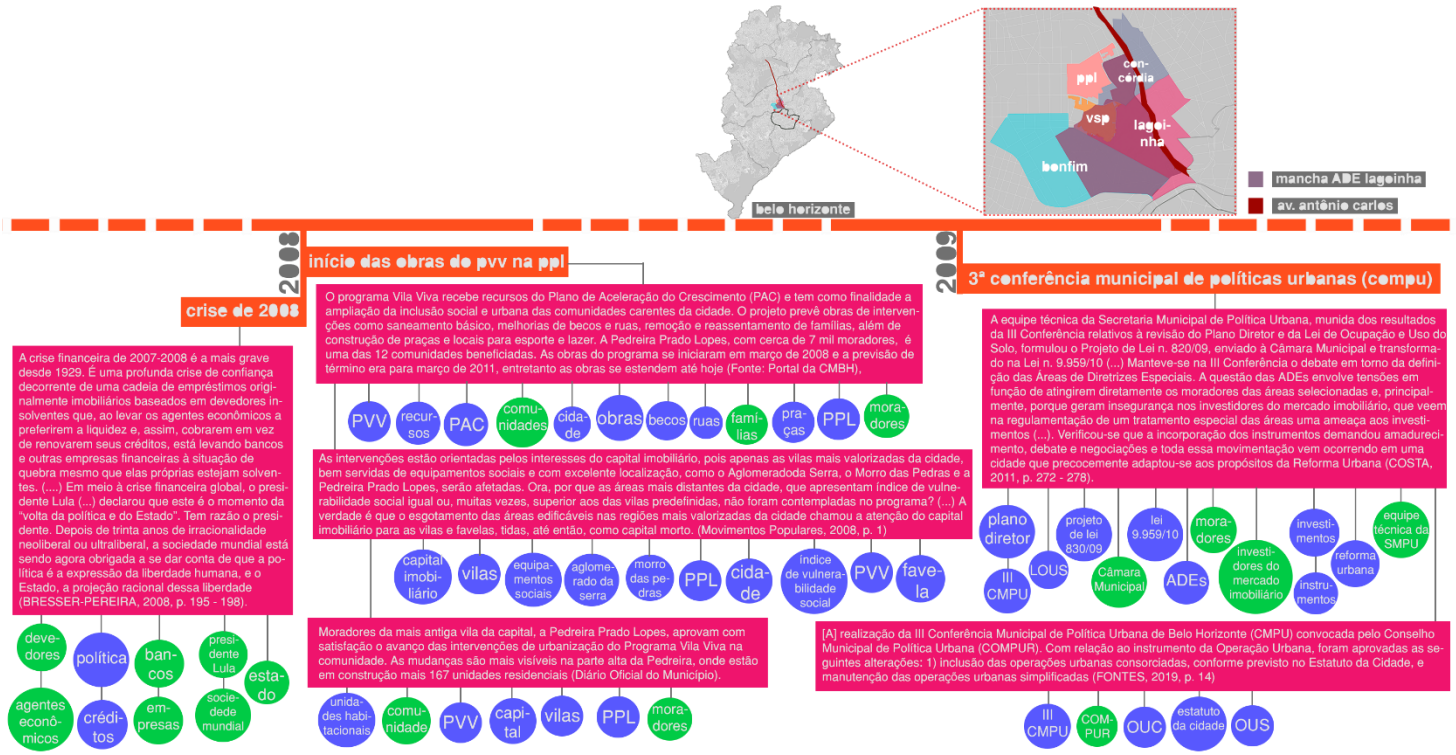


Figura 50 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2008 a 2009. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Logo, a reputação do PVV entre setores acadêmicos, camadas populares, moradores e movimentos sociais também abre brechas para questionamentos quanto à sua real eficiência e contribuição social, devido às discrepâncias no eixo discurso, prática e realidade, como atesta também o manifesto "Vila Viva ou Vila Morta? ", assinado por movimentos sociais[168].

> Esse programa do Vila Viva, é uma higienização da cidade. (...). Quando eles (URBEL) chegaram lá na Favelinha (ou Pedreira de Cima)[169] parecia guerra. Eles quebraram tudo (...), tiravam dez aqui e deixavam entulho, tiravam dez ali e deixavam entulho. Se você tirasse um beco inteiro as pessoas iam se mobilizar. (...) Quando a URBEL chega, uma das coisas que mais doeu na gente foi eles terem marcado nossa

[168]Segundo Luanna Dias Motta (2009) assinaram o Manifesto "Vila Viva ou Vila Morta?": Associação Comunitária dos Moradores do Novo Lajedo; Associação e Núcleo de Moradia da Vila Santa Rita e Adjacências; Associação Mineira da Providência; Brigadas Populares; Coordenação Nacional de Lutas; Conselho Comunitário Assistencial e Social da Vila Marçola; Escola de Samba Cidade Jardim; Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOB); Graal BH; Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; Hip Hop Gerais; Grupo de Teatro do Oprimido Levante; Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLM); Movimento Nacional de População de Rua (MNPR); Movimento dos Sem Universidade (MSU); Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD); Núcleo Geração Trabalho e Renda; Núcleo de Sem Casa do Conjunto Santa Maria e Adjacências; Ocupação Camilo Torres; Ocupação Navantino Alves; Rede Popular Solidária (RPS); Sistema Caracol de Rádio; e TV Comunitária.

[169]Os moradores da PPL consideram que a favela possui uma divisão, entre "Pedreira de baixo", que teria sido a primeira parte a ser ocupada, onde os terrenos são menos acidentados e a "Pedreira de cima", próxima ao local onde se extraíam as pedras, teria sido ocupada posteriormente (ARROYO, 2010). "(...) quando eu falo Pedreira de cima porque fala-se Pedreira de cima e Pedreira de baixo, a Pedreira de baixo me parece que é o Bairro São Cristóvão, a Pedreira de cima é intitulada Bairro Santo André, então eu sou da Pedreira de cima. (Depoimento de Geraldo de Jesus. In: RIBEIRO, 2001, p. 57).

> casa (...) como se a gente fosse gado (Depoimento de Valéria Borges, Belo Horizonte, julho de 2019)[170]

> O Vila Viva está recriando um espaço de pobreza na nossa comunidade. Aqui não tinha esgoto a céu aberto, não tinha barro vermelho pra gente pisar, não tinha matagal, infestação de ratos, não tinha infestação de escorpiões. Isso está sendo gerado por essa política. O prefeito não está fazendo nada direito. Veio falando que ia reviver nossa favela, e está matando nossa comunidade (Depoimento de Eder Luís dos Santos Pereira, Belo Horizonte maio de 2014)[171]

> As intervenções estão orientadas pelos interesses do capital imobiliário, pois apenas as vilas mais valorizadas da cidade, bem servidas de equipamentos sociais e com excelente localização, como o Aglomerado da Serra, o Morro das Pedras e a Pedreira Prado Lopes, serão afetadas. Ora, por que as áreas mais distantes da cidade, que apresentam índice de vulnerabilidade social igual ou, muitas vezes, superior aos das vilas predefinidas, não foram contempladas no programa? (...) A verdade é que o esgotamento das áreas edificáveis nas regiões mais valorizadas da cidade chamou a atenção do capital imobiliário para as vilas e favelas, tidas, até então, como capital morto (Movimentos Populares, 2008, p. 1[172] *apud* LIBÂNIO, 2016, p. 77).

Ainda assim, não se pode deixar de ressaltar que o PVV é uma política de inclusão social, com ações integradas entre órgãos públicos de uma forma inédita. Sua experiência é modelo de intervenção em assentamentos informais justamente pelo seu perfil participativo e pela estima da melhoria na qualidade de vida da população, sendo por isso também, a razão de seu reconhecimento por prêmios internacionais como prática de planejamento urbano. Mesmo assim, sua execução carece de certos aprimoramentos e melhor articulação de estratégias, pois há críticas quanto ao: risco para a quebra de laços sociais, baixas indenizações pelas remoções, ameaça de especulação imobiliária às áreas de vilas e favelas. Ademais, aborda-se o aumento de custo da vida local e a de taxas de contas locais (água, luz, condomínio) como fatores para um novo tipo de desadensamento ou desmonte da favela, causado pela saída involuntária de seus moradores, podendo essa realidade estar diretamente relacionada ao já citado processo de enobrecimento ou gentrificação, cujo desdobramento se dá como um efeito colateral das reestruturações do espaço habitado, principalmente porque as mudanças provocadas pelos projetos urbanos não são acompanhadas em mesmo ritmo, pelas necessárias mudanças na estrutura social e econômica dessa população afetada.

C19

> Só não moro mais aqui porque a especulação imobiliária já não permite agente comprar um barracão na Pedreira, o que eu acho um absurdo! Com esse negócio de mudança (PGE/PAC) os preços dos barracões foram todos para cima. (Depoimento

[170]Relato completo realizado por meio da investigação da Pesquisa Territórios Populares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=32s>. Acesso 17 de junho de 2020.
[171]Relato completo na matéria do site da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, seção sindical do ANDES-SN. Disponível em: < http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=7089&pslug=#.XuovxmhKhPY>. Acesso 17 de junho de 2020.
[172]MOVIMENTOS POPULARES. **BH – Programa Vila-Viva ou Vila-Morta?** 2008.

> de Mário César de Almeida: Belo Horizonte julho 2009 *apud* ARROYO, 2010, p. 135)

> A gente não conseguiu encontrar casa com o dinheiro que eles deram. Chegamos a achar uma como a nossa no Pindorama, mas eles não pagavam a indenização e o cara que tinha deixado a gente entrar colocou nossas coisas para fora. Quando pagaram, já não conseguíamos comprar nada. (Depoimento de Valéria Borges ao jornal Brasil de Fato: Belo Horizonte setembro de 2018)[173]

Dessa forma, por mais que exista o alicerce em políticas públicas de base democráticas, devido ao acúmulo histórico de desigualdades sociais, a população mais vulnerabilizada ainda fica à margem das políticas públicas ou sofre perante as falhas existentes. Segundo Vinicius Moreno (2019), militante do MTD, desde o ano de 2009, a partir da duplicação da Av. Antônio Carlos, um cenário de maior tensão tem se apresentado na PPL, uma vez que a obra viária acabou forçando o deslocamento de usuários de crack para dentro da favela, de forma que a chegada do trabalho de base do MTD em 2012 foi um reflexo ao eco das pautas levantadas pelos moradores da PPL desde 2008 quanto ao PVV.

> (...) o andamento do Projeto Vila Viva, no papel, é muito bom, ele realmente melhorou algumas coisas, mas a morosidade, o assédio às famílias, todo um processo que quando a gente (MTD) entrou lá, era quase um cenário de guerra, (...) eles retiravam os moradores e não retiravam as casas, deixavam muitos entulhos. Dentro desse processo, não existia o usuário, principalmente de crack, dentro do território. Então os usuários saíram dos arredores da Pedreira e foram entrando muito lá para dentro. Um fator que afetou isso também, foi a duplicação da Antônio Carlos. Muitos usuários moravam ou ficavam mais ao redor ou próximo à Antônio Carlos, então houve meio que uma migração para a Rua Itapecerica, hoje, uma cena de uso bem forte, e também para dentro da Pedreira e isso, a gente (MTD) avalia que foi até uma estratégia de expulsão dos moradores, porque é uma morosidade[174], uma demora muito grande para retirar os entulhos, para fazer as vias de acesso, que já tinham como ser feitas, os recursos já estavam liberados, a maioria dos recursos foi do PAC 1 e depois do PAC 2, que é gerido pela Fundo Municipal de Habitação (FMH), pela Urbel e parte também pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP). Então, esse foi um processo que tirou muita gente de lá. E outra coisa foi eles colocarem dentro dos prédios, moradores que eram de outros bairros[175], então isso gerou muito conflito (...). Esse pós-morar que tem dentro do Programa Vila Viva, que é no mínimo dois anos, ele também não foi muito bem executado. Tanto no processo social, como também de infra-estrutura dos prédios (Depoimento de Vinícius Moreno ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, Belo Horizonte, 2020).

---

[173]Relato completo no site do jornal Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/09/17/politica-de-remocoes-deveria-indenizar-familias-pela-posse-da-terra-dizem-movimentos> Acesso: 17 de junho de 2020.

[174]Atraso de obras do Vila Viva na Pedreira Prado Lopes é questionado por moradores. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2012/06/atraso-de-obras-do-vila-viva-na-pedreira-prado-lopes-%C3%A9-questionado-por> Acesso: 17 de junho de 2020.

[175]"Além disso, os manifestantes denunciaram que alguns prédios serão ocupados por pessoas de outras regiões da cidade, não beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade social da própria Pedreira." Informação completa na matéria do jornal "Hoje em Dia", disponível, em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/ap%C3%B3s-ocupa%C3%A7%C3%A3o-de-pr%C3%A9dio-na-pedreira-prado-lopes-prefeitura-marca-reuni%C3%A3o-com-moradores-1.156416>. Acesso 12 de agosto de 2020.

Assim, os programas públicos citados despertaram conflitos e levaram à perda de moradias, formas de vidas e marcos simbólicos da comunidade. A partir desses eventos, nota-se uma instável dinâmica territorial na PPL, marcada por um forte movimento de des-re-territorialização, desde a invasão que remonta à substituição do Curral Del Rei pela cidade planejada de Belo Horizonte, às repressoras ações policiais de remoção e até às questionáveis propostas de melhorias no tecido social e urbano local. Desta forma, mesmo com a mudança de paradigma, ainda se atesta um constante redesenho da favela que também sofre com a perda de referenciais simbólicos, compressão territorial e consequente diminuição ocupacional.[176]

> A bica também saiu que era uma referência, a Igreja, a capelinha que tinha o cruzeiro. Por isso que eu estou falando da importância desse diálogo com o Vila Viva. Porque está apagando tudo, toda a memória da comunidade. (Depoimento de Maria Eliseth - Coordenadora do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira: Belo Horizonte julho de 2009 *apud* ARROYO, 2010, p. 134).

Dessa forma, indignados quanto ao alto déficit habitacional e à precariedade urbana na favela, os moradores da PPL protagonizaram uma série de manifestações políticas em prol de seus direitos urbanos, o que resultou em movimentos de ocupação de prédios abandonados, como foi o caso da ocupação Dona Maria[177]. Esta ocupação ocorreu no ano de 2013, localizada em um dos prédios entregues pelo PVV, que apesar de concluído, seguia desabitado por aproximadamente um ano. A ação popular contou com diversos apoiadores, dentre eles: MST, Levante Popular da Juventude, sindicalistas, ativistas de Direitos Humanos, advogados populares, além de personalidades políticas e religiosas.

> A ocupação foi um ato de protesto, para denunciar o programa Vila Viva, que finge que vai reurbanizar as vilas e favelas de BH. Além disso, o déficit habitacional na PPL continua alto, muitas famílias pagam aluguel abusivo ou vivem de favor, e não são realojadas pela prefeitura (Depoimento de Márcio Lima, do MTD: Belo Horizonte maio de 2014)[178]

[176]Valéria Borges ratifica "em 1990 eu fiz um censo na Pedreira, eram 21 famílias. Hoje a gente é nove, oito e pouco. Dois terços da comunidade, a gente não sabe pra onde foi", Fonte: Entrevista de BORGES, Valéria. Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Prado Lopes: depoimento [16 de julho, 2019]. Belo Horizonte. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=32s>.

[177]A ocupação foi nomeada "Dona Maria" em homenagem a uma moradora que morreu 4 meses após ser removida contra à sua vontade da PPL devido às obras do PVV. Os moradores afirmam que dona Maria teria morrido "de desgosto". Informação completa no site do jornal "Hoje em Dia". Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/ap%C3%B3s-ocupa%C3%A7%C3%A3o-de-pr%C3%A9dio-na-pedreira-prado-lopes-prefeitura-marca-reuni%C3%A3o-com-moradores-1.156416>. Acesso 17 de junho de 2020.

[178]Relato completo na matéria do site da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, seção sindical do ANDES-SN. Disponível em: < http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=7089&pslug=#.XuovxmhKhPY>. Acesso 17 de junho de 2020.

Posteriormente, em novembro de 2016, no dia internacional de combate à violência contra as mulheres, um grupo de mulheres ligado ao MTD coordenou a ocupação na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) - Pedro Lessa por cinco dias. A mobilização ocorreu em função da escola ter permanecido fechada por quase dois anos após o deslocamento de uma pedra que atingiu parte de seu terreno. A ocupação exigia a recuperação do edifício e abertura de novas vagas para as crianças da comunidade. Por meio dessa estratégia, a comunidade saiu vitoriosa após a negociação coordenada pelo MTD com o governo do prefeito Alexandre Kalil (OLIVEIRA; BITENCOURT; NASSER; RENA, 2019).

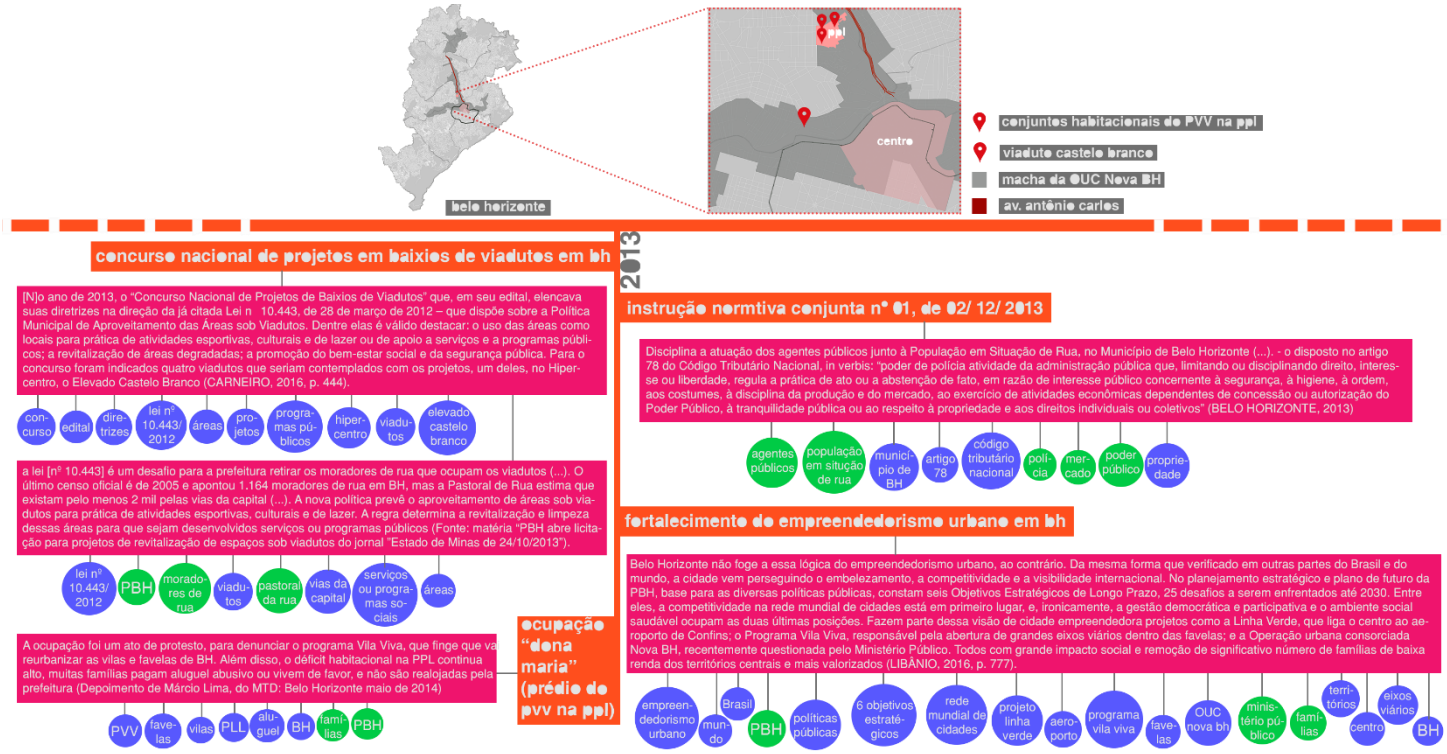


Figura 51 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com breve avanço temporal para o ano de 2013. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Em seguida, em setembro de 2017, um grupo heterogêneo de moradores e militantes[179] expande essa tática de ocupação para uma edificação abandonada há 25 anos na PPL. O movimento se articulou em defesa das mulheres, do trabalho, da soberania alimentar e da moradia, passando a ocupar e nomear o prédio ocioso como: Ocupação Pátria Livre. Este prédio vazio se localizava em frente à creche já conquistada através da luta popular-militante. Por meio

[179]MTD, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), MAB, Levante da Juventude, moradores da PPL (cerca de 70 famílias) e lideranças locais.

de ações comunitárias e passeatas de conscientização popular, a Ocupação Pátria Livre vem se inserindo em diversas atividades em defesa dos direitos urbanos e na luta por uma sociedade mais justa, garantindo segurança e direito de jovens e crianças que habitam o cenário plural da favela.[180]

> Na verdade, a gente não escolheu, a gente foi escolhido para estar ali. Porque assim, era um prédio que estava lá na nossa comunidade (...) e ele ficava lá, cheio de rato, de usuário de droga, e aí, aquele prédio escolheu a gente. Ele chamava a gente todos os dias, e a gente achava que era invasão, que isso era contra a lei. E aí quando o MTD chega e começa a ensinar para a gente o que é "ocupação", "especulação imobiliária", aí a gente foi entender, que tem tanta gente sem casa e tanta casa sem gente. E aí aquele prédio chamando a gente, a gente não teve outra alternativa, do que colocar ele pra ter vida, porque era uma coisa morta lá. Agora tem vida. O dia-a-dia lá é como de qualquer outra pessoa, é gente que mora, levanta, trabalha, leva filho pra escola, faz comida, arruma a casa... A gente deu vida nesse sentido, a gente colocou o lugar pra ter gente morando e gente morando é como uma casa qualquer, com um diferencial que a gente, hoje, tá organizando as pessoas para entenderem qual que é o seu direito, qual é o seu dever, nesse mundão aí...E porque quando a gente pensa, você vê...eu moro há cinco minutos do centro, aí a gente fala "eu vou lá na cidade" então a gente pensa isso "a cidade não foi feita pro pobre, pro favelado",e aí eu fico pensando isso, obriga a gente para ir para um lugar onde a gente não é querido, não é quisto, hoje não, graças a deus, eu tenho uma outra visão, "a cidade é para nós sim" e a gente ocupa mesmo a cidade! (Depoimento de Valéria Borges: Belo Horizonte, setembro de 2018)[181].

> Famílias organizadas no Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) denunciam que o prédio está há mais de 25 anos ocioso, sem cumprir sua função social, como manda a Constituição. O prédio virou foco de animais transmissores de doenças, como ratos, escorpiões e o mosquito *Aedes Aegypti*, tornando-se um problema de saúde pública. Além disso, o suposto dono teria comprado o imóvel por um preço vil, muito inferior ao seu valor venal atual e à dívida tributária que ele tem com o Município de Belo Horizonte. (...) O Movimento reivindica a desapropriação do imóvel, a fim de que ele seja usado para moradia popular e geração de trabalho e renda. O MTD também declara apoio à Ocupação Carolina Maria de Jesus, organizada pelo Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas, no Centro de BH. Para o MTD, os imóveis ociosos da área central deveriam ser usados para enfrentar o problema do déficit habitacional. É inadmissível que esses imóveis fiquem parados para a especulação, bem servidos de infraestrutura resultante de investimento público, encarecendo o solo urbano. A Constituição Federal e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) respaldam iniciativas de combate à especulação, como o IPTU progressivo e a desapropriação, mas a lei é solenemente ignorada por governos municipais, estaduais e federal, bem como pelo Poder Judiciário. (Trecho retirado da página de perfil do *Facebook* da Ocupação Pátria Livre).

[180] "Segurança é a maior vantagem para moradoras de prédio ocupado em BH: Formada por 90% de mães chefes de família, ocupação Pátria Livre consegue afastar crianças do contato com o tráfico" Machete da matéria de jornal do Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/03/03/em-bh-mulheres-saem-as-ruas-para-construir-esperanca>. Acesso 20 de junho de 2020.

[181]Relato completo no vídeo do Programa "Outras Palavras" por realização do Sindicato Único dos Trabalhadores em educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXdJEtvo1UQ>. Acesso 20 de junho de 2020.

4. 5 A intensificação de reestruturações urbanas em áreas centrais de Belo Horizonte: intervenções espaciais na Lagoinha

Antes de adentrar o debate sobre a degradação na região da Lagoinha, é interessante destacar a importância da mesma para o florescimento e a manutenção do tecido social tanto da zona urbana de Belo Horizonte, quanto do entorno suburbano, haja vista que a região foi o principal centro comercial de atendimento à clientela popular (VILLAÇA, 1998). Entretanto, por volta de 1970, quando a expansão urbana da cidade se acentua a nível metropolitano[182], a região da Lagoinha passa a sofrer grandes reestruturações urbanas. Essas mudanças no ambiente construído enfraquecem a antiga atração recorrente àquela região, ocultada agora por sua própria inadequação urbana e por um simultâneo sentido de exaltação dirigido à área do centro principal de Belo Horizonte. Produz-se assim, um movimento de competição entre dois bairros de caráter popular, o Centro e a Lagoinha[183] (VILLAÇA, 1998). Como reflexo do adensamento populacional, a região da Lagoinha havia se tornado um centro secundário à Belo Horizonte, próxima física e economicamente do que viria a ser o coração da RMBH. Desta forma, o processo de popularização da região da Lagoinha foi substituído por um processo de degradação urbana, imposta pelas reestruturações urbanas. Mas será que tal degradação estaria "apenas" vinculada às diversas intervenções viárias, ao esvaziamento residencial da Lagoinha e à transformação do bairro em um "celeiro" de oficinas, como aponta Villaça (1998)?

Segundo Cláudio de Jesus, a resposta seria negativa. "Não é a popularização da área central que leva à sua degradação, mas, fundamentalmente, a ausência de investimentos do poder público e privado em um espaço que se torna popular" (DE JESUS, 2015, p. 375). Portanto, a existência da degradação urbana é certa e o contexto de migração das elites para outras áreas também interfere nessa dinâmica. Mesmo que a razão central para a degradação urbana se instalar seja justificada pelo deslocamento dos investimentos que seguem as elites e novos empreendimentos, validando, por sua vez, o raciocínio da mobilidade geográfica do

[182]O ano de 1973 é marcado pela instituição da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em função de seu crescimento populacional, que atinge o número de 1.235.030 habitantes. Isso inicia uma fase marcada por obras viárias de grande porte que passaram a criar fissuras na malha urbana e também a originar espaços residuais, como é o caso do bairro Lagoinha (CARNEIRO, 2016; DINIZ, 2019).

[183]É interessante destacar desde já, que o bairro do Centro e Lagoinha vão esboçar uma degradação urbana similar, no que se refere ao esvaziamento populacional, ao alto índice de moradias na modalidade de aluguel e pela alta frequência e apropriação de população de rua em seus espaços públicos. Não por acaso, estas também são as áreas que somam o maior número de proposições de intervenções urbanas em Belo Horizonte e foram as primeiras áreas cotadas para iniciar a execução da OUC ACLO, devido ao potencial de valorização do solo, havendo destaque para a mais recente proposição de intervenção com incidência nesses dois territórios: a OUC Centro-Lagoinha.

capital e da recomposição social através das propostas de revitalização. É essencial lembrar que a degradação urbana também é, de certa forma, um efeito programado e desejado para que haja um novo ciclo de investimento de capital, caracterizando algumas das etapas da gentrificação (MENDES, 2015). Assim, até que ponto a degradação urbana instaurada nas áreas centrais (Centro-Lagoinha) corresponde a uma intenção programada por certos agentes dos interesses público-privados na captação de capital?

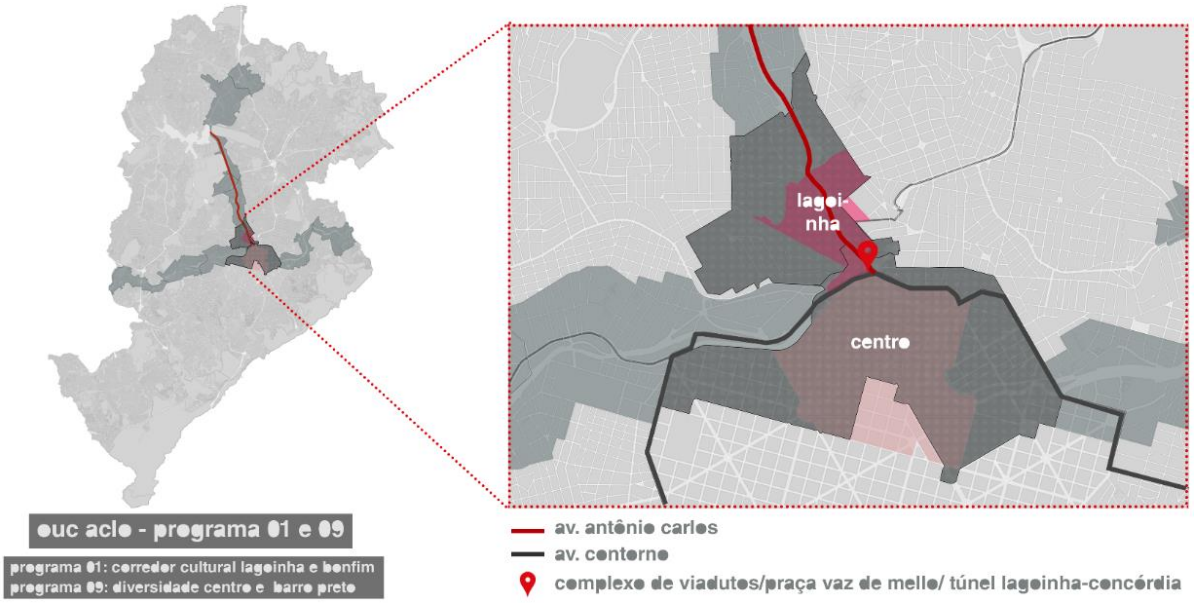


Figura 52 – Mapa em escala gráfica com mancha da OUC ACLO no contexto espacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) /MG e da própria cidade de Belo Horizonte. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

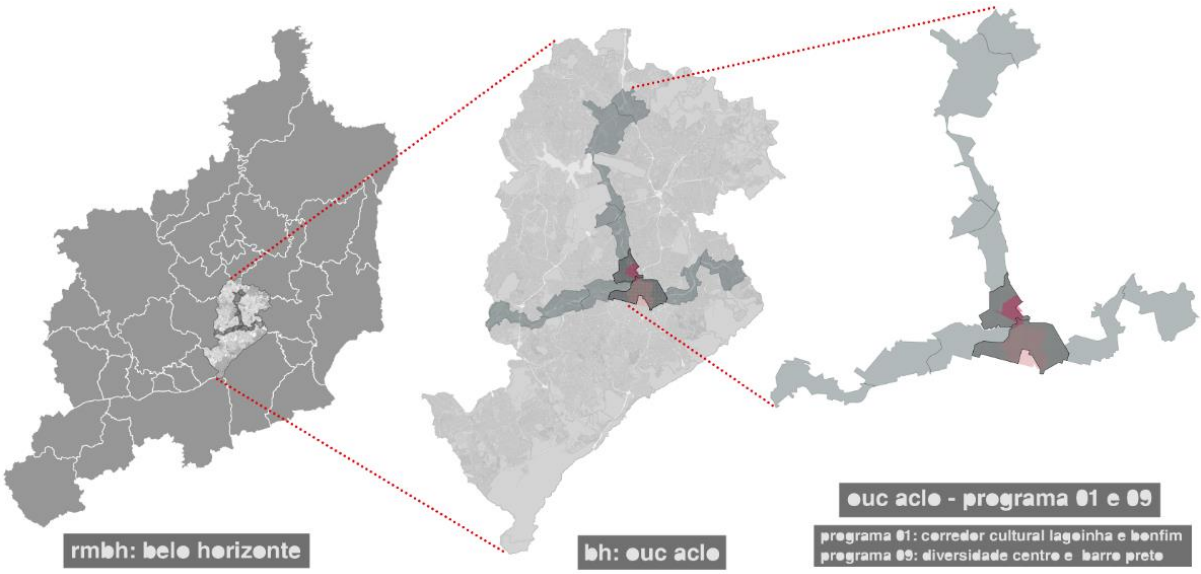


Figura 53 – Mapa em escala gráfica com mancha da OUC ACLO em Belo Horizonte e destaque para o programa 01 (corredor cultural Lagoinha e Bonfim) e programa 09 (diversidade Centro e Barro Preto). Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Vale frisar também que o pano de fundo que cruza essa temporalidade se entrelaça à crise mundial de 1970, cujo momento foi caracterizado por um desemprego estrutural devido à transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível (HARVEY, 1996; 2001). Em outras palavras, isso quer dizer que as empresas passaram por um novo ciclo de crescimento que não exigiu novas contratações, justamente por enfatizar o corte no quadro de funcionários ao investir maciçamente na automatização da produção. Assim, o setor informal cresce e o fortalecimento do poder local nas cidades não é suficiente para lidar com o desemprego e com a falta de segurança nas metrópoles urbanas.

Desta forma, em função da forte crise econômica de 1970 e consequente reestruturação produtiva capitalista, cresce a atividade dos camelôs nas décadas de 1980 e 1990 em Belo Horizonte, o que reforça a reputação das áreas centrais como lócus do caos e da degradação urbana. Neste cenário, as reestruturações urbanas no centro tornam-se uma justificativa "plausível" para o poder público reordenar as dinâmicas espaciais (DE JESUS, 2015).

> O argumento da degradação é real, mas também é ideológico na medida em que escamoteia relações de dominação e embates de classe. Como já dizia Marx, o fenômeno expõe o real, ao mesmo tempo em que o encobre. O centro na verdade não se torna degradado, torna se antes popular, fora de controle das elites, portanto perigoso. É verdade que, a partir dos anos de 1970, o centro torna se prioritariamente local de passagem, também é perceptível que gradativamente emergem diversas atividades econômicas, religiosas, culturais e políticas de caráter popular. Em diferentes locais da área central passaram a conviver com os transeuntes camelôs, artistas de rua, hippies, evangélicos, sindicalistas, desempregados, estudantes, dentre outros. (...). Daí se constrói a ideia de popularização do centro: é a partir do momento em que os populares passam não só a frequentar com intensidade a área central, mas principalmente a se apropriar do espaço com suas formas específicas de ver e lidar com a realidade vivida. (DE JESUS, 2015, p. 370-372)

O discurso em prol da revitalização sobrepuja o caráter efervescente e popular do centro, que passa a ser visto sob a obscura lente da degradação. Assim, a década de 1970 irá apresentar as primeiras alterações estruturais dos espaços livres na região da Lagoinha, evidenciadas por processos de desapropriações para a implementação de obras viárias. Em 1948 as obras do Túnel Lagoinha–Concórdia se iniciam com o objetivo de ligar o centro urbano com o Matadouro e o Horto Florestal, abrangendo os bairros Concórdia, Renascença e algumas vilas. A construção do túnel se interrompe até 1959, sendo retomada nos anos 1960 e finalizada em 1971, depois de lançado o decreto n° 2050, que implicou na desapropriação de todo um quarteirão sob a finalidade de ajudar "o escoamento do tráfego nas imediações do Viaduto, do Túnel da Lagoinha-Concórdia e da Estação Rodoviária [sendo] revogadas as disposições em contrário" (BH, 1971).

Neste ano também se estabelece o Terminal Rodoviário na região da Lagoinha. Posteriormente, na década de 1980, o túnel passa novamente por uma ampla reestruturação urbana através da duplicação realizada entre 1984 a 1986, e assim recebe a denominação de Túnel Tancredo Neves.

Posteriormente, a construção dos viadutos de transposição da Av. do Contorno se inicia em 1973 aliadas às primeiras intervenções de descaracterização da praça Vaz de Mello, cuja implosão ocorreu em 1981, substituindo-se o "coração da Lagoinha" pelo complexo de viadutos da Lagoinha. Este evento de comoção popular foi imortalizado pelo samba dos compositores mineiros: Gervásio e Milton Horta, na canção "*Adeus, Lagoinha"*. Ao ler o poema do saudosista e boêmio da Lagoinha, Wander Piroli, podemos vislumbrar a atmosfera que acometeu o bairro naquele dia:

> *Não fui lá nesse dia. Não queria ver o fim melancólico e desnecessário da Praça. Em vez de tombá-la como patrimônio Público, o último local mais característico da vida noturna da cidade, preferiram destruí-la. E destruí-la à toa, sem a menor necessidade. O fato é que as tais autoridades municipais foram lá, muitos curiosos para ver o espetáculo de uma implosão; toda a imprensa falada e escrita; as estações de televisão. Também nós,* do jornal Shopping, *mandamos repórter e fotógrafo registrar o fim da velha Praça E no meio da pequena multidão silenciosa, a Lagoinha soltou o samba:*
>
> *"Adeus lagoinha, adeus*
> *Estão levando o que resta de mim.*
> *Dizem que é a força do progresso.*
> *Um minuto eu peço*
> *Para ver seu fim"*
>
> *Houve um minuto de silêncio após o último acorde da música. E, depois, todo mundo viu um prédio ser jogado no chão.* (PIROLI, 2011, p. 19).[184]

Desta forma, o espaço público deu lugar ao o complexo viário da Lagoinha com o intuito de "desafogar" os deslocamentos do eixo sul-norte da cidade, contribuindo simultaneamente com a expansão do Vetor Norte. A dinâmica local foi prejudicada em detrimento da obra que dividiu o bairro no meio, tamponou os córregos restantes e por fim, desapareceu com a Praça Vaz de Melo, considerada a porta de entrada da Lagoinha, um local repleto de bares, clubes e motéis, onde o chorinho e o samba se misturavam com as vozes das conversas altas e das risadas. Segundo uma série de estudiosos da cidade, a destruição da Praça Vaz de Melo levou embora uma forte carga cultural da região, não sendo substituída por nenhum outro espaço público em Belo Horizonte. A transformação urbana ali ocorrida destruiu todas as edificações

C12

[184]Escrita em itálico mantida, assim como apresentado no texto original.

e tornou o fluxo exclusivo para veículos e inacessível para os pedestres. Para quem se desloca a pé, restou apenas o acesso via a passarela elevada Nossa Senhora de Fátima e Antônio Carlos, acarretando na ruptura, no isolamento e no fim da permeabilidade urbana entre região da Lagoinha e o Centro da cidade (BELO HORIZONTE, 2016). As demolições características ao bairro demarcam o meio utilizado pelas elites para manter o suposto "ordenamento urbano", eliminando tanto fisicamente, quanto simbolicamente o que era moralmente condenável. Assim, "[a] cada nova legislação municipal, a Lagoinha perde uma porção de seu território (FREIRE, 2011, p. 1118) ".

> Todas estas intervenções, que podem ser caracterizadas como cirurgias profundas na estrutura física do bairro em sua interface com a área central - canalização de córregos, abertura de avenidas, construção de túneis e viadutos, desapropriação e demolição de quadras, com a consequente degradação das áreas adjacentes - são exemplares da opção do poder público em privilegiar os interesses da metrópole em expansão, sem buscar mitigar os impactos sociais e econômicos locais (MORAES; GOULART, 2002, p. 55[185] *apud* BERNARDES, 2016, p. 77).

Em 1994 as obras no complexo viário da Lagoinha são retomadas e isso foi argumento suficiente para desencadear uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a PBH, que juntas modelam o Projeto de Reabilitação Integrada na Lagoinha, a ser aplicado no ano de 1995 ao longo da gestão de Patrus Ananias. O projeto era coordenado pelo arquiteto e professor titular da Escola de Arquitetura, Leonardo Castriota e trazia uma visão inovadora, cuja ênfase estava em compreender a realidade do bairro a fundo, no intuito de concretizar ações para além do tombamento patrimonial, promovendo a qualidade de vida e garantindo a permanência da população na região, em integração aos objetivos do Plano Diretor (lei nº 7.165/1996) e às Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo (lei nº 7.166 /1996) que ainda estavam em processo de aprovação na época.

Essa lógica de associação do projeto aos instrumentos urbanísticos vigentes culminou com a inclusão da Lagoinha como Área de Diretriz Especial (ADE)[186] ao Plano Diretor de 1996. Assim, o Projeto Lagoinha utilizou do aparato técnico administrativo municipal para realizar diagnósticos da região entre 1993 a 1996, denominados: "Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural" desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e a "Pesquisa das Atividades Econômicas da Lagoinha" elaborado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. É

[185]MORAES, Fernanda; GOULART, Maurício. As dinâmicas da reabilitação urbana: impactos do Projeto Lagoinha. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 9, n. 10, p. 51-71, dez. 2002.

[186]As Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs) representam uma zona diferencial no zoneamento convencional. São áreas definidas por suas características históricas e paisagísticas particulares, por isso, demandam políticas e parâmetros urbanísticos específicos, além de fiscalização e ocupação/uso para atividades diferenciadas.

interessante ressaltar o caráter democrático-participativo, as parcerias público-privadas com empresas locais, além da inclusão das demandas e percepções dos moradores locais. Estes também recebiam assessoria de uma equipe do escritório técnico da UFMG para a execução dos projetos (CASTRIOTA, 2009). Entretanto, apesar dos resultados positivos do Projeto Lagoinha, como por exemplo: a reforma e a reabertura do Mercado da Lagoinha; a revitalização da Praça Vaz de Melo; a restauração da fachada de diversos imóveis de valor arquitetônico patrimonial, além das melhorias infra-estruturais e programas culturais reforçados, o projeto foi engavetado em 1997 devido a mudança de gestão na prefeitura cidade[187], de forma que a aliança entre a PBH e a Universidade é afetada, tornando impossível a conclusão do Projeto Lagoinha. C20

> A interrupção do Projeto Lagoinha e a consequente desarticulação da estratégia integrada adotada provocaram uma série de impasses no que se refere especificamente à preservação do patrimônio daquela região de Belo Horizonte, que permanecem até os dias de hoje. Por um lado, desativou-se o envolvimento da comunidade local, cuja participação tem sido solicitada apenas em eventos esporádicos; por outro, interromperam-se os trabalhos de recuperação física da região, seja por parte do Poder Público, ou da própria comunidade local, descrente do processo. Além disso, colocou-se um impasse em relação à própria estratégia de gestão: se hoje existe uma Área de Diretrizes Especiais destinada à preservação e ao desenvolvimento da Lagoinha prevista no Plano Diretor, esta nunca foi regulamentada, o que tira qualquer efetividade deste instrumento, que permanece como uma "carta de intenções", datada no tempo (CASTRIOTA, 2009, p. 257). C20

Portanto, apesar das intenções do Projeto Lagoinha, o fim da década de 1990 traz um forte apelo simbólico à degradação urbana e revela mais uma vez, o descaso do poder público para com o bairro, que na época, nem mesmo era provido com linhas de ônibus de fluxo interno. O cenário também se acentua negativamente através dos levantamentos da PRODABEL que constata nessa temporalidade que 25% dos estabelecimentos comerciais estavam fechados e a maioria dos empresários não contratava mão-de-obra local[188].

> [O] crescimento de Venda Nova, a construção dos shoppings e o aumento do tráfego na cidade forçaram o Poder Público a investir na infra-estrutura da região. **"Parece que tudo chegou na Lagoinha a partir de uma necessidade metropolitana"**, afirma a arquiteta. "Todos sobrevoam a Lagoinha, mas ninguém desce nela. Ela se firmou como um lugar essencialmente de passagem", afirma. Segundo Cláudia Mattos, a região está sendo cada vez mais degradada. A população, majoritariamente idosa, apresenta taxas de crescimento negativo. A renda familiar da região é de um a dois salários mínimos. Segundo levantamento recente feito pela Prodabel, **25% dos imóveis comerciais estavam fechados**, e a maioria dos empresários não contratava mão-de-obra local. (Depoimento da arquiteta Cláudia Mattos Gonzaga - Matéria do Boletim Informativo Oficial da UFMG: Belo Horizonte, setembro de 1999).

[187]O prefeito Célio de Castro do PSB (Partido Socialista Brasileiro) toma o poder em 1997.
[188]Informação extraída da matéria é de Liane Caldeira (1999) no boletim da UFMG (No 1.248 - Ano 25 - 08.09.99) completo está disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1248/lagoinha-um-bairro-que-nasceu-morto-1>. Acesso 24 de julho de 2020.

4. 6 Mobilidade urbana posta em xeque: os efeitos colaterais dos megaeventos urbanos e a duplicação da Av. Antônio Carlos

Após um período de pouca aplicação de investimentos em intervenções viárias no município de Belo Horizonte, o ano de 2004 é marcado pelas obras da trincheira Av. Santa Rosa com Antônio Carlos, as quais, retomam as vultosas aplicações financeiras no setor infra-estrutural e de mobilidade urbana (FREITAS; OLIVEIRA, 2014). Assim, por ser um dos principais eixos de circulação da cidade, a Av. Antônio Carlos é palco de consecutivas etapas de intervenções para a execução de sua duplicação, cuja obra, se inicia de fato, em 2005, sob a perspectiva de um indiscriminado projeto de renovação urbana em privilégio ao automóvel (CASTRIOTA, 2009). Assim, a primeira etapa se deu com a abertura da trincheira da Avenida Santa Rosa (bairro da Pampulha) indo da Rua Viana do Castelo (bairro São Francisco) até a Rua Aporé (bairro da Aparecida). A segunda etapa da intervenção se deu entre 2008 a 2010, ocorrendo na Rua dos Operários até chegar ao complexo de viadutos da Lagoinha, culminando com a duplicação da Avenida Pedro I e a continuação da Av. Antônio Carlos. Em 2011, ocorre a implementação de um sistema otimizado e exclusivo para o transporte coletivo, o BRT (*Bus Rapid Transit*) ou Sistema de Transporte Rápido por Ônibus de Belo Horizonte (MOVE). Logo, o início de 2011 também trouxe a inauguração de outro viaduto no complexo da Lagoinha, com o intuito de separar o tráfego misto oriundo da área central. Em maio de 2014, o sistema do BRT/MOVE entra em operação na Av. Antônio Carlos, que é também a principal via de acesso direto ao Mineirão, estádio sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Segundo o Departamento de Edificações e Rodagens de Minas Gerais (DEER-MG) a duplicação da Av. Antônio Carlos iria beneficiar a fluidez no tráfego e no transporte coletivo, além de gerar empregos, atrair investimentos, movimentar o comércio e agilizar com segurança, o deslocamento de trabalhadores. A implantação do BRT se baseou no conceito de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte (DOT), cuja meta era também preconizada pela própria Operação Urbana Consorciada Nova-BH (PINHEIRO; ALVES; CASTRO; RENA, 2017). Mas, para além dos benefícios urbanos que perpassam o discurso rodoviarista, fato é que o setor de mobilidade urbana recebeu o maior investimento de recursos municipais nessa temporalidade devido ao alargamento dos 3,9 km dessa via. Por outro lado, esse evento também implicou na desapropriação de imóveis que foram ou ainda são motivos de discórdia

C25

entre moradores locais e a PBH. Os relatos coletados em matérias jornalísticas revelam as divergências presentes nos processos de desapropriação e desenvolvimento urbano, principalmente no que se refere ao valor das indenizações, que são muitas vezes mal avaliadas financeiramente quando se trata de compensar ou substituir uma moradia, cujo valor perpassa a complexa relação entre o indivíduo, memória, uso e habitação. C25

> A pessoa que está com o imóvel antigo ou parado, fica satisfeito. Eu não. Exploro meu ponto, pago imposto e gero 10 empregos. Pra mim o valor é de R$ 2 milhões. (...). Vai chegar uma hora que terei que sair. Mas acho uma sujeira nos pressionar até a última gota (Depoimento de Antoine Katthoui - comerciante e sócio de uma loja que atuava há 40 anos na Lagoinha. Entrevista ao jornal "O Tempo": Belo Horizonte, junho de 2009).
>
> Foram feitas 3 avaliações distintas, por três peritos diferentes. Foi aplicado um valor 4 vezes maior, acrescido de determinado juros e determinada correção. Essa decisão não merece reforma e nem pode ser reformada. Nós fomos surpreendidos agora essa semana, com um recurso apresentado pela SUDECAP querendo "requentar" essas questões dos juros que já foram decididas, ou seja, só para ganhar tempo (Depoimento do advogado de uma família, cujo processo judicial recorre há 13 anos na justiça, em busca de uma indenização adequada pela desapropriação. Entrevista ao jornal "Balanço Geral MG": Belo Horizonte, março de 2020).[189]

É interessante trazer as observações de Daniel de Freitas e Hélio Oliveira Junior (2014) que relatam que a duplicação e a consecutiva obra do BRT na Antônio Carlos/Pedro I provocou o isolamento dos bairros lindeiros e o agravamento do processo de estagnação econômica ao longo das áreas do corredor viário. Ademais, os autores questionam o alto custo da intervenção, que diverge das experiências de execução de BRTs, preconizadas mundo afora pela sua rentabilidade, de forma a chamar atenção ao valor especulativo da obra devido ao vínculo à Operação Urbana Consorciada Nova-BH. Este fato expõe uma valorização do solo urbano já em curso e revela o desequilíbrio de todo o comprometimento público financeiro na captação da mais valia urbana e na divisão do ônus com o setor privado. Sem contar que a duplicação da Av. Antônio Carlos e a implementação do BRT demonstram uma tendência na manutenção de um planejamento urbano simpatizante ao urbanismo neoliberal e às desapropriações com pouca transparência e reduzidos valores indenizatórios (FREITAS; OLIVEIRA, 2014). C25

Outro ponto que contribui na argumentação quanto a possibilidade de um processo de gentrificação em andamento, principalmente em vista às reestruturações urbanas citadas e seus impactos na região da Lagoinha, embasa-se na observação quanto aos dados do segundo o censo

[189]Fala do advogado Luiz Rezende. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sFWP5OpwS4s>. Acesso: 10 de junho de 2020.

de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o censo de 2010, o bairro Lagoinha possui o maior percentual de domicílios alugados na cidade: cerca de 40,7%, sendo a segunda posição ocupada pelo bairro Centro com 39,9%.[190] Ariano Cavalcanti de Paula, presidente da Câmara do Mercado Imobiliário (CMI/Secovi-MG), afirma que as regiões com fama de áreas degradadas, como a Lagoinha e o Hipercentro vêm passando por mudanças em razão do resgate urbanístico e esse movimento tem despertado o interesse da construção civil.

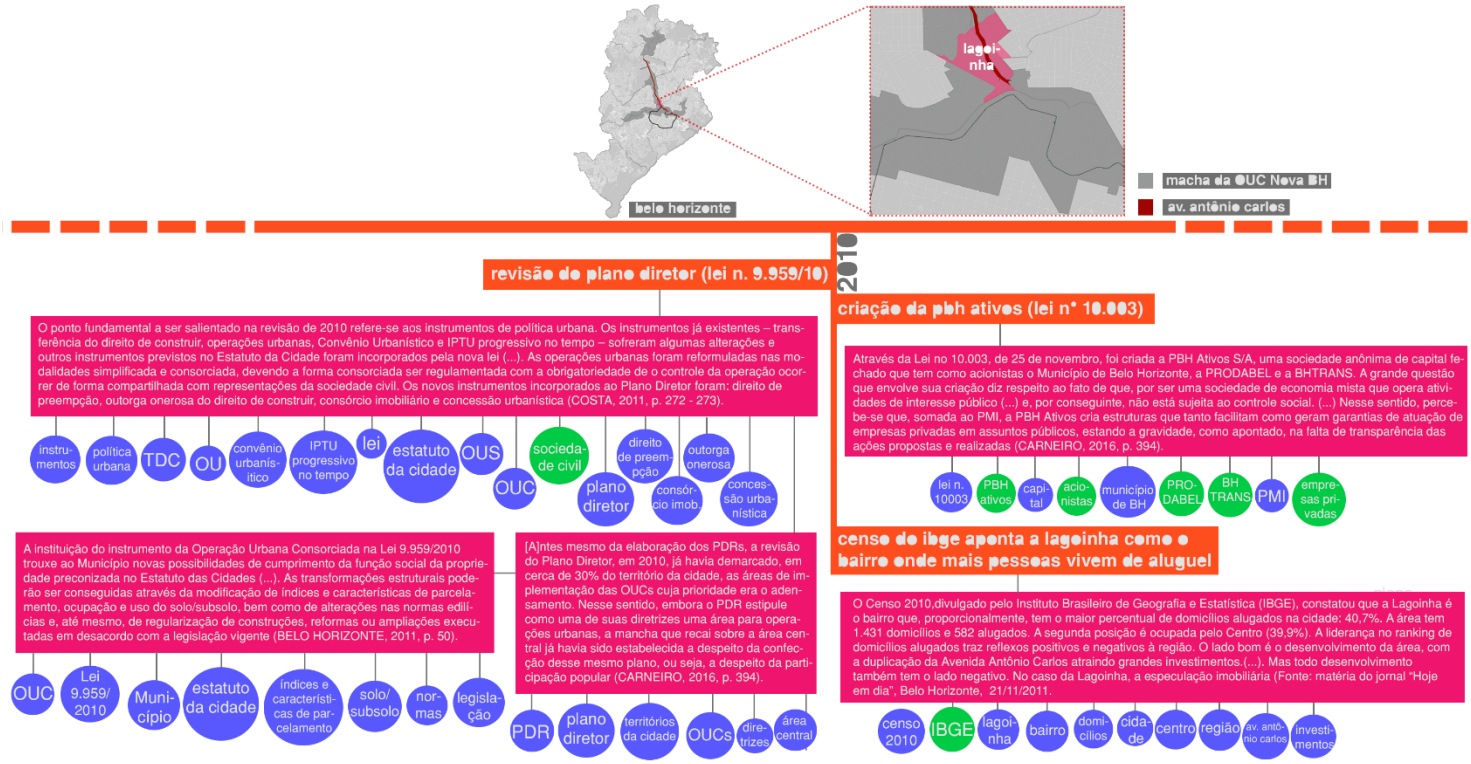


Figura 54 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2010. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

> No caso específico da Lagoinha, após a duplicação da Av. Antônio Carlos, o desenvolvimento da área foi perceptível, por exemplo: através da chegada do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) e outros empreendimentos de serviçoEntretanto, a especulação imobiliária também chama atenção: "o preço dos aluguéis disparou cerca de 30% nos últimos dois anos. O tempo médio para alugar um imóvel, quando disponibilizado, é de 10 dias. É muito rápido", relata José Horta, dono da Imobiliária Anil.

C26

[190]Para informações completa, visitar a matéria intitulada de Paulo Henrique Lobato "Lagoinha é o bairro de BH onde mais pessoas moram de aluguéis" da página do site do jornal "Estado de Minas", disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/11/21/internas_economia,263046/lagoinha-e-o-bairro-de-bh-onde-mais-pessoas-moram-de-alugueis.shtml>. Acesso 30 de junho de 2020.

Para o antigo morador da rua Diamantina, Gilmar Terri, de 53 anos, "o bairro se valorizou, mas o desenvolvimento trouxe problemas. Açougues, padarias e drogarias foram fechados para dar lugar a bares. É a supervalorização imobiliária. " (LOBATO, 2011). Assim, os relatos atestam que ao passo que o progresso, o desenvolvimento e os investimentos urbanos alcançam essas áreas, nota-se, por ausência de políticas públicas, uma dificuldade na manutenção das formas de vida local e na permanência da população de baixa-renda, um clássico efeito gentrificador. Ademais, a PBH constata que:

> [E]sta baixa densidade está relacionada, sobretudo, ao processo de substituição de usos em curso desde a década de 1970 e, também, às desapropriações para implantação do Complexo Viário da Lagoinha e, mais recentemente, da duplicação do corredor da avenida Presidente Antônio Carlos. Enquanto a substituição de usos desestimulou o surgimento de edifícios residenciais e o consequente adensamento, as desapropriações colaboraram para a estagnação da economia e diminuição do número de residentes. (Belo Horizonte, 2011, p. 7).

Assim, em consideração quanto ao território de Belo Horizonte, pode-se afirmar que as recentes reestruturações viárias da av. Antônio Carlos consagram uma etapa preparatória para capacitação infra-estrutural, haja vista os dois megaeventos que a cidade sediaria: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Estes projetos operaram por fortes desígnios do capital local e do setor imobiliário belo-horizontino. A partir dessa demanda de padrão espacial corporativo, a cidade de Belo Horizonte reafirma seu caráter empreendedor e seu viés de produção urbana neoliberal, tendo em vista: o embelezamento, a competitividade e a visibilidade internacional (LIBÂNIO, 2016). Tais iniciativas são famosas por concentrar PPPs e movimentar a economia do planeta de forma transescalar, trazendo impactos prévios e futuros imensuráveis, para além das cidades e países sedes. Simultâneo à esta fase, implementaram-se grandes investimentos e projetos urbanos no Brasil, com destaque para um acelerado processo de construção de moradias e infra-estruturas urbanas aliadas ao endividamento da máquina estatal (SOUZA, 2018).

Tal endividamento, iniciado por essa nova forma de produção urbana no país, contribuiu como fator interno para intensificar os efeitos de uma crise econômica que já ocorria em âmbito mundial[191]. Desta forma, as pressões existentes no contexto nacional abrem espaço para investigações de processos políticos aliados à corrupção e aos desvios de dinheiro público,

[191]Vale considerar como influência externa internacional e um fator agravador da crise econômica brasileira, a "bolha imobiliária" estadunidense, que estourou em 2008 devido à inflação e à especulação dos preços de hipotecas. Estes ativos imobiliários pertencentes às famílias americanas ficaram ameaçados por uma alta taxa de inadimplência, resultando em uma crise financeira global que demandou um novo arranjo de investimentos econômicos nos demais países.

conhecida também como Operação Lava Jato[192]. Esta, por sua vez, levou à uma forte instabilidade política no país, fortaleceu as manifestações das Jornadas de Junho de 2013 e todo um contexto que culmina em um forte ataque direto à democracia a partir do golpe da presidenta Dilma Rousseff (PT) no ano de 2016. Não trazemos esse panorama nacional para dizer que tais eventos possuem relação de causa e efeito, mas para ampliar o escopo de visão para os múltiplos desdobramentos que podem ser ensejados por condutas empreendedoras na produção da cidade, admitindo que as "adversidades decorrentes do imenso passivo de déficit sociais acumulados e as novas demandas acabam por trazer outros desdobramentos quanto aos investimentos preparatórios nas cidades-sede" (SOUZA, 2018, p. 251).

Portanto, a realização de megaeventos a partir da implementação de grandes projetos de reestruturação urbana, evidencia a inseparabilidade dos megaeventos aos modelos de cidades conduzidas pela elitização da metrópole e difusão da governança urbana empreendedora, sendo ambas, reflexos do caráter neoliberal. A relação entre os megaeventos e as obras de intervenção pontuais realizadas em Belo Horizonte deixam transparecer a promoção dos interesses do capital e a conexão do setor imobiliário aos propósitos urbanos da cidade-mercado. Pois, apesar dos projetos se enquadrarem na justificativa "globalizada" dos próprios eventos, seus desígnios ainda atendem às ambições dos setores imobiliários e econômicos locais com relação à: expansão do Vetor Norte; negligência às discussões participativas; ausência de um propósito político-social nos projetos e a ineficiência na aplicação da mais valia urbana, instrumento que garantiriam pelo menos uma maior função social do solo urbano (OLIVEIRA; FREITAS; TONUCCI, 2014).

Nessa temporalidade, as condições explicitadas deixam claro que o planejamento urbano está sendo conduzido e subordinado pelas forças do mercado ou capital financeiro, principalmente porque enfatizam-se os objetivos especulativos da Operação Urbana Consorciada Nova-BH. Ainda assim, a realização de uma OUC pode vir a ser positiva por meio da execução de melhorias urbanas em territórios marcados pela pobreza e pela vulnerabilidade social. E é interessante ressaltar desde já tal desdobramento foi possível no caso de Belo Horizonte, quando a participação social entrou no campo de disputa entre os interesses do capital hegemônico.

[192]Segundo o Ministério Público Federal, a Operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate a corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil que se iniciou em março de 2014 e até hoje apresenta desdobramentos na apuração de corrupção e desvios de verba pública atribuídos a pessoas com foro por prerrogativa de função ("foro privilegiado") em governos a nível estadual e nacional. Para mais informações, visitar: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso 22 de julho de 2020.

Neste estágio da pesquisa, o foco da cartografia se direciona, portanto, para as reestruturações do espaço urbano, com ênfase no aprofundamento do debate sobre o instrumento da Operação Urbana Consorciada, abordando como este instrumento urbanístico passa a ser pensado para o território de Belo Horizonte com OUC Nova BH, anunciada em 2013. Pensando nos antecedentes tratados, abordaremos também as reformulações e as propostas mais atuais para OUC em Belo Horizonte. Nesse viés, a cartografia também traz foco para as mais recentes intervenções espaciais investidas por poder público, setor privado e sociedade civil na região da Lagoinha, assim como as possíveis implicações e questionamentos sobre futuros desdobramentos em relação à dinâmica espacial na região da Lagoinha, principalmente no que se refere à execução de uma OUC.

4. 7 A controversa trama das Operações Urbanas Consorciadas no território de Belo Horizonte

Em análise geral, após a Constituição de 1988 e a obrigatoriedade na elaboração de um PD[193] pelo Estatuto da Cidade (2001), ressaltou-se o esforço pela descentralização do poder mediante a retomada da participação cidadã nas cidades brasileiras. Logo, o avanço nas políticas redistributivas urbanas a partir dos Planos Diretores representou a conquista de um discurso ideológico vinculado à reforma urbana disseminado pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Entretanto, a ausência de diretrizes específicas quanto ao funcionamento dos mecanismos redistributivos, revelou como as forças progressistas já estavam minadas, desde o início, pelas coalizões já organizadas entre interesses privados e poder legislativo, alicerçados nas raízes do clientelismo e do patrimonialismo brasileiro. Em adição a esse contexto, o ideário neoliberal se propagou mundo afora até às entranhas do aparelho estatal e de suas políticas públicas. No aspecto urbano, revelou-se através do planejamento estratégico, os "receituários urbanos" nos espaços mais diversos das cidades e em contraponto aos avanços da redemocratização e ampliação das formas de participação social, o urbanismo neoliberal tomou força incentivado pela onda de globalização e pela renovação urbana, cujo foco recai nos novos ciclos de atração de capitais. Desta maneira, um forte símbolo dessa mentalidade empresarial acaba sendo repercutido através do instrumento urbanístico da Operação Urbana Consorciada (OUC), caracterizada como uma sofisticada estratégia financeira de planejamento urbano,

C24

C17

[193] Em cidades com mais de 20 mil habitantes.

pautada em parcerias público-privadas, legitimado a partir do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)[194].

> Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

A OUC, por si só, não tem a capacidade de ser prejudicial ou vantajosa na construção da cidade democrática e socialmente justa. Sua questão está nos preceitos de sua formulação e principalmente, na sua implementação. "Tem, portanto, a ver com a técnica, mas é antes de mais nada uma questão política, uma vez que seu efeito progressista depende da capacidade de mobilização da sociedade civil para garantir [e] assegurar uma implementação segundo os interesses da maioria" (MARICATO; FERREIRA, 2002, p. 2). Ademais, a ampla disseminação da OUC deve-se à aceitação das parcerias público privadas e da sociedade civil como agentes co-responsáveis pela gestão da cidade, a qual, deve ser compartilhada por todos aqueles que participam da produção do espaço urbano.

Vale lembrar que ambas as ideias, tanto a PPP, quanto a OUC, são modelos que não nascem no Brasil, sendo lógicas importadas da Europa e dos Estados Unidos. Outro fator que aumentou a propagação da OUC como instrumento urbanístico foi sua estratégia de flexibilização dos "engessamentos" da legislação urbana de perfil funcionalista/modernista. Assim, a lógica da OUC poderia garantir a função social do solo urbano, mas para isso, ela depende de dois fatores: a regulação do Estado e a participação ativa e direta da sociedade civil organizada. Portanto, como tudo depende da forma como é implementado, no Brasil, alguns pontos estruturais contribuem para uma disfunção da lógica redistributiva da OUC; dentre eles: a dinamização pouco inclusiva do mercado, a baixa integração e a falta de organização do tecido social no engajamento político-participativo quanto às decisões da sociedade civil e o deficiente controle regulatório estatal (MARICATO; FERREIRA, 2002)

Assim, apesar do Estatuto da Cidade (2001) preconizar em seu objetivo geral, a garantia da função social da propriedade urbana por meio de gestão participativa, a simultânea legitimação de certos instrumentos urbanísticos gera desdobramentos conflituosos, principalmente a partir da execução das OUCs, tidas como "fórmulas mágicas" para viabilizar

[194]O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) é uma política federal de regulação do solo urbano que surge como reflexo das lutas sociais travadas em defesa da Reforma Urbana no Brasil, no período de 1970 a 1980. A lei traz diversos instrumentos que buscam em teoria garantir o cumprimento da função social da propriedade, o interesse coletivo e a redução das desigualdades sociais.

intervenções urbanas em tempos de crise fiscal do Estado. A armadilha anunciada desse instrumento surge mediante um estado de exceção que se cria por meio da flexibilização dos parâmetros urbanísticos estabelecidos pelas leis de zoneamentos, uso e ocupação do solo, quando se modifica índices e características de parcelamento à favor de uma lógica lucrativa para agentes específicos (FIX, 2003). Logo, revela-se uma condução contraditória dos dispositivos urbanísticos que deveriam garantir a função social da propriedade e direitos urbanos fundamentais. Essa tática também é abordada Manuel Aalbers (2016) como uma "desregulamentação das regulamentações" em conotação à notória flexibilização das normas que opera por meio das forças neoliberais. Então, nesse aspecto, os próprios instrumentos urbanos contradizem seus princípios, posto que tanto o Plano Diretor, quanto o Estatuto da Cidade conferem à OUC plenas capacidades de alteração de parâmetros urbanísticos, abrindo brecha para a legitimação a subjugação do interesse público e coletivo às vontades das parcerias privadas que configuram a força financeira motriz das obras infra-estruturais.

Assim, as intenções progressistas, que partem da mais importante lei federal de política urbana brasileira pode servir como um dispositivo de ameaça ao direito à cidade[195], colocando a própria produção espacial à mercê do empresariamento urbano. Afinal, a ampliada participação democrática abre espaço para os mais contraditórios interesses, postos em disputa pelos mais diferentes atores humanos que produzem o espaço urbano e cujos poderes de decisão são desigualmente balanceados, principalmente quando se percebe que há uma associação de atores humanos em prol dos interesses de mercado. É neste ponto, onde reside o questionamento quanto à adequabilidade deste instrumento em responder aos múltiplos problemas urbanos e sociais. Um breve exemplo prático serve para evidenciar a fragilidade no exercício democrático em Belo Horizonte, quando ao final do processo de aprovação do PD 1996, houve a supressão da exigência de gestão participativa da sociedade civil quanto ao controle e coordenação das operações urbanas. Esse critério foi somente modificado quando se realizou a III Conferência Municipal de política Urbana (CMPU) em 2009 (FONTES, 2019).

C24

Desta forma, é importante retomar que a implementação dos megaeventos em Belo Horizonte, posteriormente, contribuiu a fomentar uma lógica de abertura a ações de isenção de impostos e financiamento com taxas reduzidas aos setores de transporte, serviço e produção de eventos culturais, a transferência de patrimônio imobiliário através das PPP, a o planejamento

[195]Segundo Lefebvre (1991, p. 163): "O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. "

e a realização de OUC, além de ter reforçado as ações de remoções de comunidades de baixa-renda. Todas essas constatações apontam para uma aceleração e aprofundamento no modelo neoliberal de política urbana (OLIVEIRA; FREITAS; TONUCCI, 2014). Nesse aspecto, em especial, é fundamental relembrar a acentuada onda neoliberal que ascende no cenário político nacional durante os anos 1990 e traz reflexos diretos para a gestão e produção atual do espaço urbano na capital mineira.

A partir da efetivação do Plano Nacional de Desestatização (lei nº 9.491/1997) coordenado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso[196], o país se prepara para a ascensão das Leis de PPP que institui as normas gerais para licitação e contratação de parcerias público privadas. Mas antes mesmo da implementação da lei federal de PPP (lei 11.079/2004)[197], Minas Gerais se antecipa um ano antes por ação do governador Aécio Neves (PSDB) que instaura a Unidade PPP e o fundo de PPP no estado, por meio das leis: nº 14.868/2003 e nº 14.869/2003, reafirmando o território mineiro como um grande laboratório de experiências público-privadas (ATHAYDE, 2017[198] *apud* NASCIMENTO; ROMEIRO; ROSA; MOURA; FRANZONI; MENDONÇA, 2018).

Assim, retoma-se que é consenso para diversos autores (FIX, 2003, 2009, MARICATO; FERREIRA, 2002; SOUZA, 2018) que o uso indiscriminado do instrumento da OUC vem gerando uma inflexão nas conquistas democrático-populares concebidas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (2001). Pois, as OUCs, na prática, têm contribuído para promover uma valorização espacial excludente ao concentrar investimentos em áreas já privilegiadas[199], restringindo o acesso às rendas econômicas mais baixas, o que potencializa os efeitos da segregação socioespacial. Além disso, as alianças imobiliárias descortinam a definitiva tomada da política pública urbana pela gestão urbana empresarial. Portanto, o próprio Estatuto da Cidade (2001) vem contrariando as lutas sociais empreendidas pelo MNRU ao adotar um "dispositivo para a promoção da cidade-empresa, viabilizando a flexibilização da legislação e fomentando as parcerias público-privadas" (PINHEIRO; ALVES; CASTRO; C24

[196]Pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

[197]Segundo a Agência do Senado (2017), a Lei 11.079/2004, regulamenta as parcerias público-privadas, sob um contrato administrativo de concessão patrocinada de serviços ou obras públicas que envolvam cobrança de tarifa dos usuários e contraprestação financeira do governo à empresa contratada. "Apesar do Programa de PPPs ter sido criado em 2004, somente em 2009 foi aprovada a Lei que regula a licitação e contratação das mesmas (Lei Estadual n° 14.391/2009)"

[198]ATHAYDE, Luiz. Antônio. **Entrevista concedida a Denise Morado Nascimento, Daniel Medeiros de Freitas e Thaís Mariano Nassif Salomão**. Belo Horizonte, 29 março 2017. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/downloads-gpus/site-entrevista-Athayde.pdf>. Acesso 12 de agosto de 2020.

[199]Em geral, os centros das cidades são as áreas foco dessas intervenções, ressaltando a não neutralidade do instrumento urbanístico da OUC, ao evidenciar uma tendência à acumulação de capital e concentração de renda em locais que já possuem uma certa infra-estrutura urbana (FIX, 2003).

RENA, 2017). Dessa forma, apesar do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade constituírem o maior avanço democrático até então implementados no âmbito das políticas públicas urbanas no Brasil, as formas de operação de seus instrumentos urbanístico, por vezes, vão deflagrar a imposição de consensos, a pouca efetividade na concretização das demandas sociais e o excesso de burocratização. C24

Como dito anteriormente, há uma lógica autofinanciável na execução das OUCs, isto é, em teoria, o capital privado é um pilar fundamental na divisão dos custos dos empreendimentos urbanos através da arrecadação antecipada de recursos pelos governos locais e indução do desenvolvimento local. Logo, a partir da atribuição do setor privado no financiamento de projetos de áreas degradadas ou em necessidade de renovação urbana, aliviaria-se as despesas do orçamento público ao sujeitar o capital privado na implementação de tais projetos, obtendo-se, portanto, uma redistribuição de renda direta para áreas urbanas em necessidade. Tal captação de recursos se baseia em uma estratégia de valorização de capital garantida pela elevação do Coeficiente de Aproveitamento (CA), que representa nada mais que o potencial construtivo do solo urbano, também contemplando a possibilidade de expansão da verticalização. Assim, o aumento do potencial construtivo amplia o lucro na venda da terra, o que configura uma manobra de forte atração ao setor imobiliário. Lembrando que a área de potencial construtivo extra, passa a ser negociada com o poder público na forma de títulos financeiros, os chamados Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACS). Isso quer dizer que cada CEPAC representa uma determinada área de potencial construtivo dentro do plano urbanístico da OUC, de forma que, enquanto essa área não for espacialmente concretizada, ela é, nada mais que uma ação na bolsa de valores, sujeita a flutuações do mercado financeiro. Quando sua venda acontece, o valor arrecadado pelo poder público é direcionado a um fundo para execução das obras previstas[200].

Esse sistema garante que a OUC possa gerar e gerir seus próprios recursos dentro do perímetro do plano urbanístico. Assim, a OUC atua como projeto adequado para a recuperação de mais valia do solo urbano por meio da valorização espacial, sendo ainda mais estratégica, quando executado em uma paisagem degradada, pois, teoricamente, tais áreas apresentam um solo urbano de custo inferior, gerando maior lucratividade sobre o preço do solo por parte do mercado financeiro, sendo justamente essa lógica que comanda também os processos de

[200]Estas informações foram auxiliadas pela leitura da página do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, disponível em:<http://pub.Indisciplinar.com/ouc-nova-bhaclo/>. Acesso 23 de julho de 2020.

gentrificação debatidos no capítulo teórico. Portanto, à princípio, a emissão dos CEPACS evitaria o comprometimento do orçamento público, garantindo um sustentável meio de recursos para as obras. Entretanto, os títulos imobiliários criam "um novo tipo de especulação imobiliária, financeirizada" (FERREIRA; FIX, 2001).

> O problema é que, sendo um título, o CEPAC só será interessante se apresentar possibilidade de valorização e, para tanto, deve ser emitido em áreas de interesse prévio do mercado imobiliário. Soma-se a isso o desinteresse na realização de obras menos lucrativas, como habitação de interesse social nas operações urbanas, uma vez que tais obras reduziriam a valorização dos títulos, corre-se o risco da especulação imobiliária ser institucionalizada como elemento motivador da renovação urbana. (INDISCIPLINAR, 2017, s. p.)

Logo, o anúncio da primeira proposta de OUC Nova BH em 2013, ao longo da gestão do prefeito Márcio Lacerda[201] confirma o aprofundamento do empresariamento urbano, pois os projetos delineados para Belo Horizonte indicam a "difusão dos valores impostos pela lógica neoliberal" (PINHEIRO; ALVES; CASTRO; RENA, 2017), primeiramente porque a OUC Nova-BH se manteve por muito tempo em sigilo e quando foi anunciada, se propôs a flexibilizar desmedidamente as regras de construções, propondo adensamentos e renovação urbana ao longo dos eixos viários que articulam principalmente o Vetor Norte, inclusive nas ADEs, o que afetaria expressivamente a região Lagoinha, além de regiões como Pampulha e Santa Tereza, cuja legislação é ainda mais complexa (FREITAS; OLIVEIRA, 2014). C28

[201]Márcio Lacerda foi prefeito de Belo Horizonte pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) durante dois mandatos consecutivos (2009 a 2012 - 2013 a 2016).

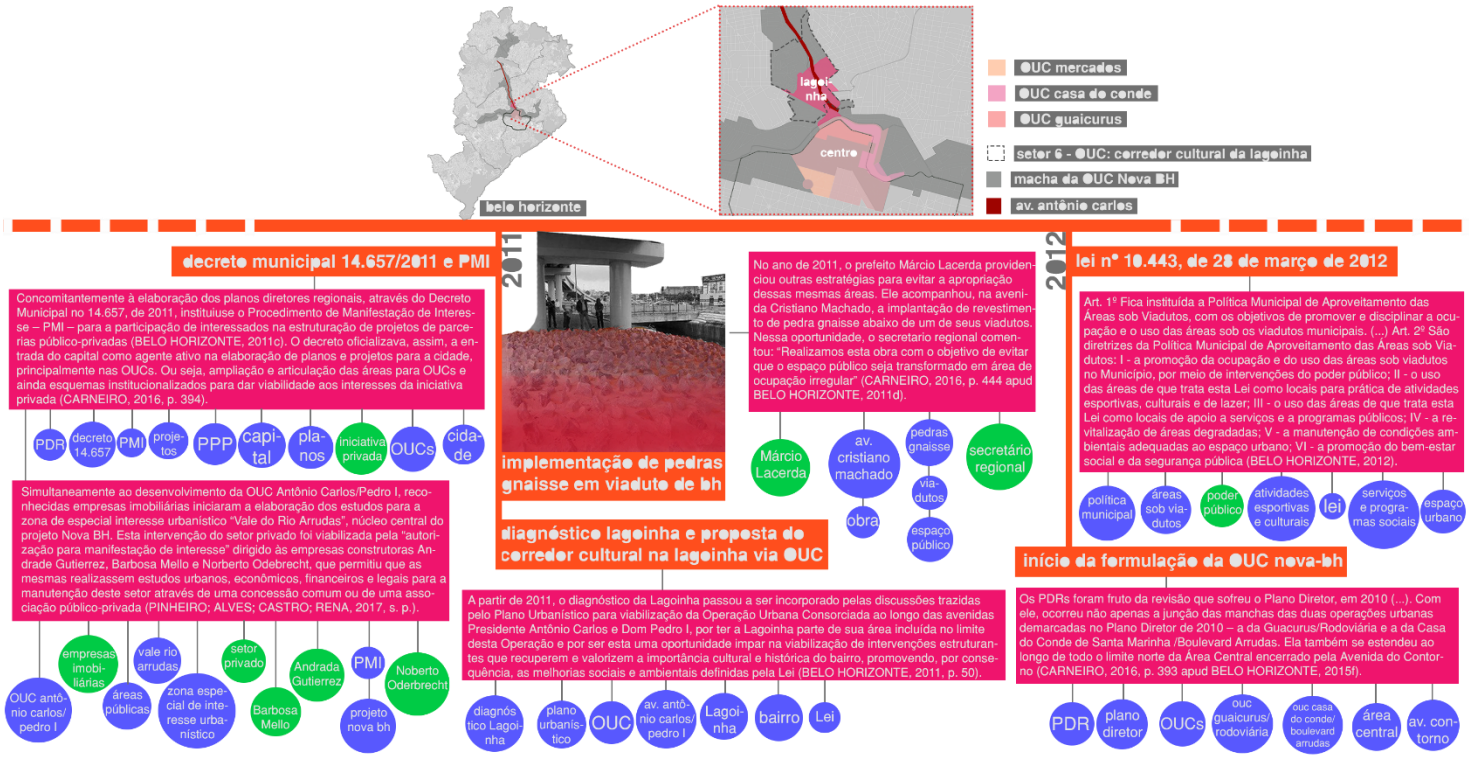


Figura 55 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2011 a 2012. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

A antiga OUC Nova BH objetivava demarcar áreas prioritárias para implementação de corredores de mobilidade urbana, transporte coletivo e integração dos fluxos metropolitanos, com base no conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte (DOT), prioritariamente ao longo do eixo de corredores das Av. Antônio Carlos e Dom Pedro I, somado aos corredores das Avenidas Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa. Assim, resgatamos que um fator conveniente e até justificável para a implementação da OUC Nova BH residia nos projetos de mobilidade urbana já em andamento ao longo da Av. Antônio Carlos. Assim, a OUC Nova BH implicaria em intervenções urbanísticas em 58 bairros que juntos representariam cerca de 7% do território do município (25 km²), afetando diretamente aproximadamente 170 mil moradores. O projeto foi elaborado pela equipe técnica do município, enquanto que o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro (EVEF) foram elaborados separadamente por empresas de consultoria, contratadas por processo de licitação.

Ainda, é interessante ressaltar que a OUC Nova BH resultou da unificação entre dois projetos que já se realizavam independentemente, a renovação infraestrutural dos corredores viários das Av. Antônio Carlos e Av. Dom Pedro I empreendida entre 2010-2013 e a Operação

Urbana compreendendo o vale do Ribeirão Arrudas, iniciada em 2012, a partir de um Processo de Manifestação de Interesse (PMI), em um consórcio de empresas[202] do setor imobiliário (NASSIF, 2016; PINHEIRO; ALVES; CASTRO; RENA, 2017).

Acerca das especificidades da OUC Nova-BH, foram previstos 10 setores como foco de intervenção, sendo parte da região Lagoinha discriminada como setor 6. A partir de cartilhas, a PBH apresentou propostas de revitalização das Ruas Itapecerica e Além Paraíba, com previsão de instalação de equipamentos comunitários na Vila Senhor dos Passos e na Pedreira Prado Lopes e projeto de requalificação dos espaços públicos da região, assim como a manutenção da área de interesse histórico da região (BERNARDES, 2016). No entanto, a ausência da participação popular e outras ilicitudes dentro dos processos da OUC Nova BH, causaram o impedimento de sua execução. O processo foi denunciado pelo Ministério Público (MP), que conseguiu efetivar as acusações porque contou com o auxílio de informações técnicas e atuação ativa dos membros do Indisciplinar. O Grupo de Pesquisa Indisciplinar teve papel fundamental na elaboração do mapeamento da OUC Nova BH, exposição das informações de forma clara em meios de comunicação digital[203], C28

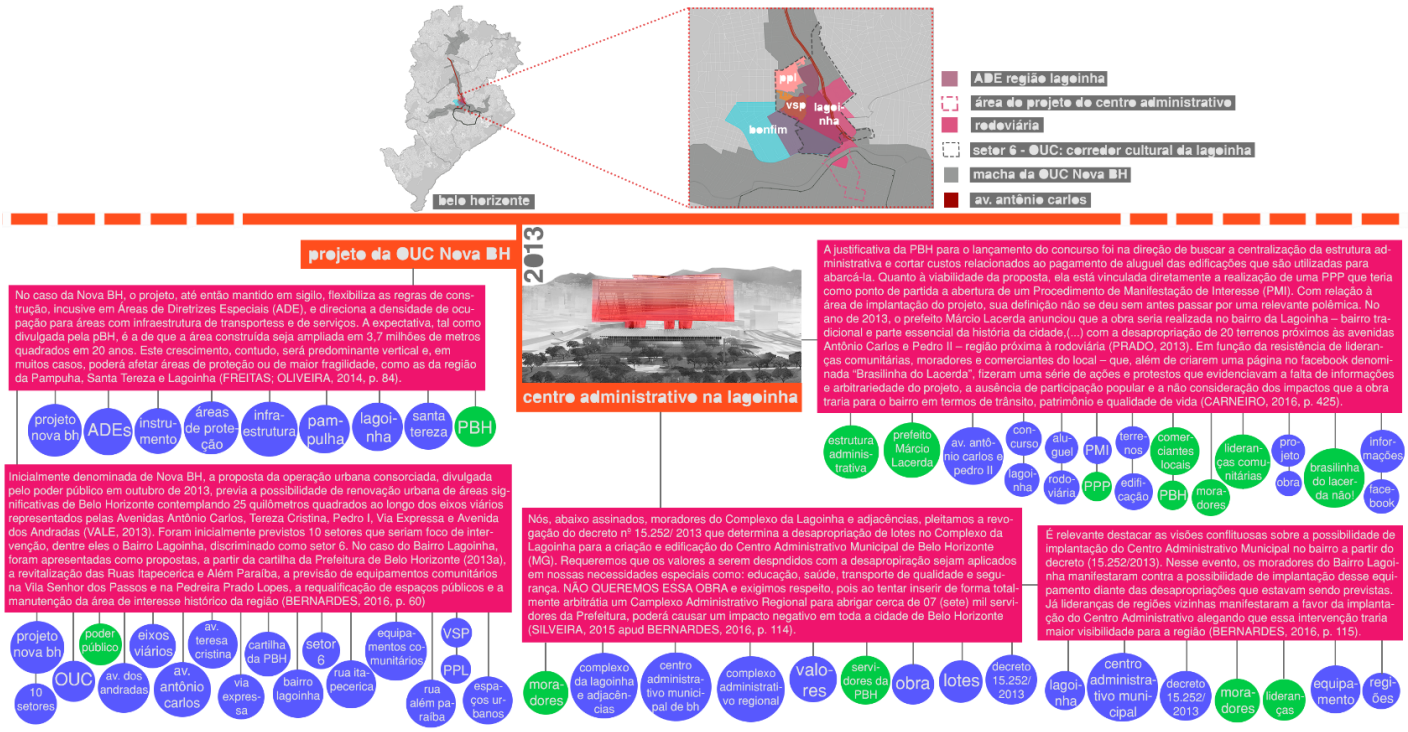


Figura 56 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2013. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

[202]Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construtora Barbosa Mello S.A. e Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A.

[203]Para mais informações, visitar a Plataforma de Urbanismo Biopolítico construída conjuntamente pelos muitos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Indisciplinar disponível em: < http://pub.Indisciplinar.com/ouc-nova-bhaclo/>. Acesso 29 de novembro.

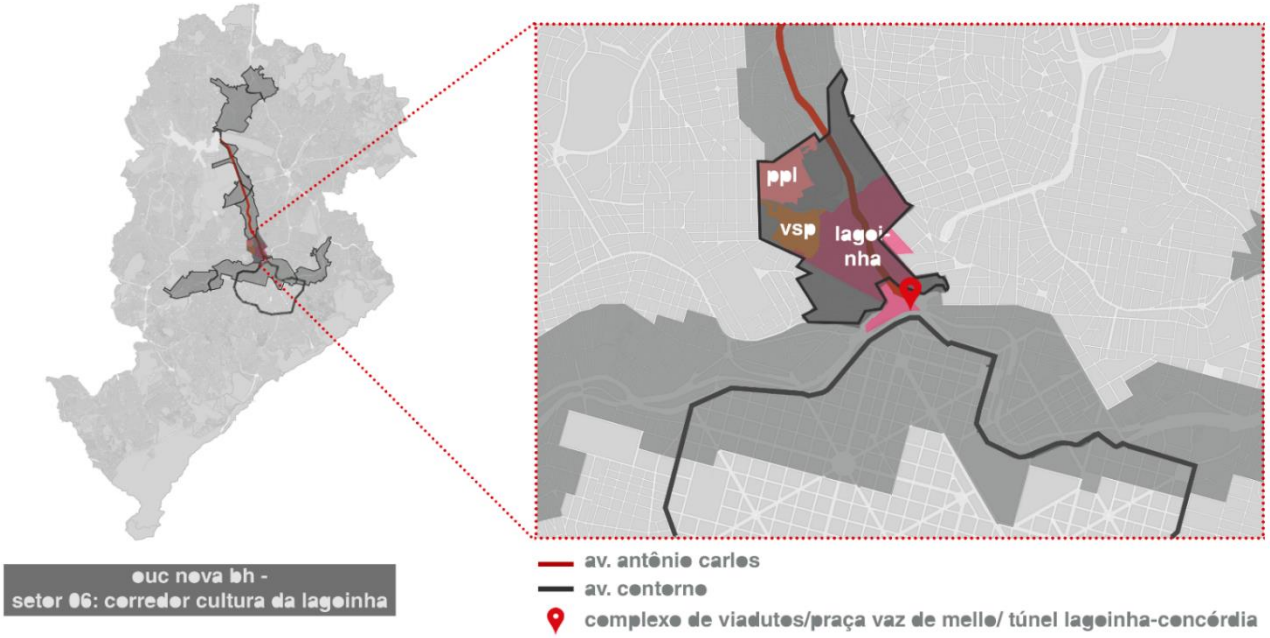


Figura 57 - Mapa em escala gráfica da mancha da OUC Nova BH com destaque para o setor 06: corredor cultural da Lagoinha. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

além da elaboração da Representação levada ao MP para estabelecimento do novo acordo judicial, o qual, trouxe a adaptação das diretrizes urbanas devidas a serem cumpridas a fim de reparar o processo de participação social irregular (INDISCIPLINAR, 2017).

Mas, mesmo assim, um conjunto de intervenções urbanas[204] e desdobramentos já anunciavam a tomada neoliberal da cidade de Belo Horizonte, especificamente na região investigada. Assim, trazemos destaque para o lançamento do concurso de projetos para a construção do Centro Administrativo Municipal no bairro da Lagoinha, que implicaria em uma massiva desapropriação de antigos moradores e extinguiria dois quarteirões com lotes de usos variados no bairro. A justificativa da PBH para a realização do projeto foi a necessidade de cortar os custos da máquina pública direcionados ao pagamento de aluguel em edificações descentralizadas, o que justificaria a construção centralizada da edificação. O ponto de partida para a execução do projeto seria a adoção de PPP a partir da abertura de um PMI.

A despeito desse intento, houve uma forte crítica vinda dos setores acadêmicos e midiáticos, que discordavam do projeto e da sua forma de implementação. Enfatizando-se que

C27

[204]Dentre eles, podemos citar: poda de dezenas de árvores centenárias da espécie fícus, próximas ao local onde a PBH anunciou a implementação de estacionamentos subterrâneos privados e financiados por PPPs; início das obras para o Corredor Cultural na região do bairro Santa Tereza, evento que provocou a remoção temporária do movimento Duelo de MCs e outras atividades político-culturais; o anúncio da possível remoção da comunidade Vila Dias no bairro Santa Tereza para a construção de um complexo arquitetônico denominado "Maior Torre da América Latina" e a flexibilização das normas urbanísticas para a construção de hotéis a fim de suprir a demanda para a realização da Copa de 2014 (PINHEIRO; ALVES; CASTRO; RENA, 2017).

os próprios moradores do bairro[205] organizaram-se em mobilizações e estiveram presentes nas audiências públicas[206], o que contribuiu para barrar o projeto do Centro Administrativo (BERNARDES, 2016). Outro movimento de destaque nessa luta partiu do grupo heterogêneo denominado *Brasilinha do Lacerda, Não!*[207] que denunciava a construção do projeto arquitetônico[208] de autoria do escritório Gustavo Penna Arquiteto e Associados, defendendo os interesses genuínos do bairro em contraponto às investidas do poder público em associação aos interesses imobiliários (MUSA, 2016). Portanto, apesar do risco de imposição desse projeto, a resistência ativa de movimentos organizados e a figura institucional do MP construíram uma base de enfrentamento forte o suficiente para colocar freio ao processo inconstitucional da OUC Nova BH, assim como seus demais projetos e processos antidemocráticos que feriam tanto o exercício da Constituição Federal de 1988, quanto o Estatuto da Cidade (2001).

C27

No final de 2014, com a necessidade de reformulação dos critérios processuais da OUC Nova-BH, a PBH e o MP firmam um acordo judicial, no qual diversas obrigações foram assumidas para que um projeto mais adequado fosse implementado. Portanto, pode-se dizer que a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste (OUC ACLO) surgiu a partir da reformulação da OUC Nova-BH, mais uma vez na tentativa de aplicar um projeto de renovação em uma grande mancha do território belo horizontino.

Como exposto por Nassif (2016), a diferença deste projeto estaria na "redenção" do poder público através da incorporação da participação social. Então, para a adaptação das diretrizes, realizaram-se audiências públicas a fim de integrar a sociedade civil e o corpo técnico da PBH. Desta vez, o poder público demonstrou um claro esforço na capacitação popular para discussão sobre os planos e projetos da OUC ACLO, havendo uma gestão mais compartilhada da proposta entre os grupos regionais, além do monitoramento do processo pelo MP, COMPUR e o IAB (NASSIF, 2016; BERNARDES, 2016).

---

[205]Brenda Bernardes (2016) destaca com detalhe como o Movimento Lagoinha Viva (associação de bairro presidida por Teresa Vergueiro Silva) contribui na mobilização social em torno da defesa dos direitos de permanência dos moradores residentes no bairro Lagoinha, realizando um abaixo-assinado para revogação do Decreto n°15.252/2013.

[206]Para mais informações sobre o projeto do Centro Administrativo, visitar: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2013/10/poss%C3%ADvel-cria%C3%A7%C3%A3o-de-centro-administrativo-tamb%C3%A9m-%C3%A9-debatida-no-bairro>. Acesso 14 de junho de 2020.

[207]"As nossas malocas o Lacerda não vai tirar! Salve a Lagoinha e salve o Bonfim! O povo unido contra o centro administrativo da PBH! #BRASILINHADOLACERDANÃO! #SalveALagoinha #SalveOBonfim" (trecho do manifesto em publicação retirada da página do *Facebook* do grupo Brasilinha do Lacerda, Não! Para mais informações, visitar a fanpage, disponível em: <https://www.facebook.com/brasilinhadolacerdaNAO/ >. Acesso em: 13 junho 2019.

[208]Para mais informações sobre especificações do projeto arquitetônico, visitar a página da web, disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/625034/primeiro-lugar-no-concurso-para-o-centro-administrativo-de-belo-horizonte-gpa-e-a >. Acesso em: 13 junho 2019.

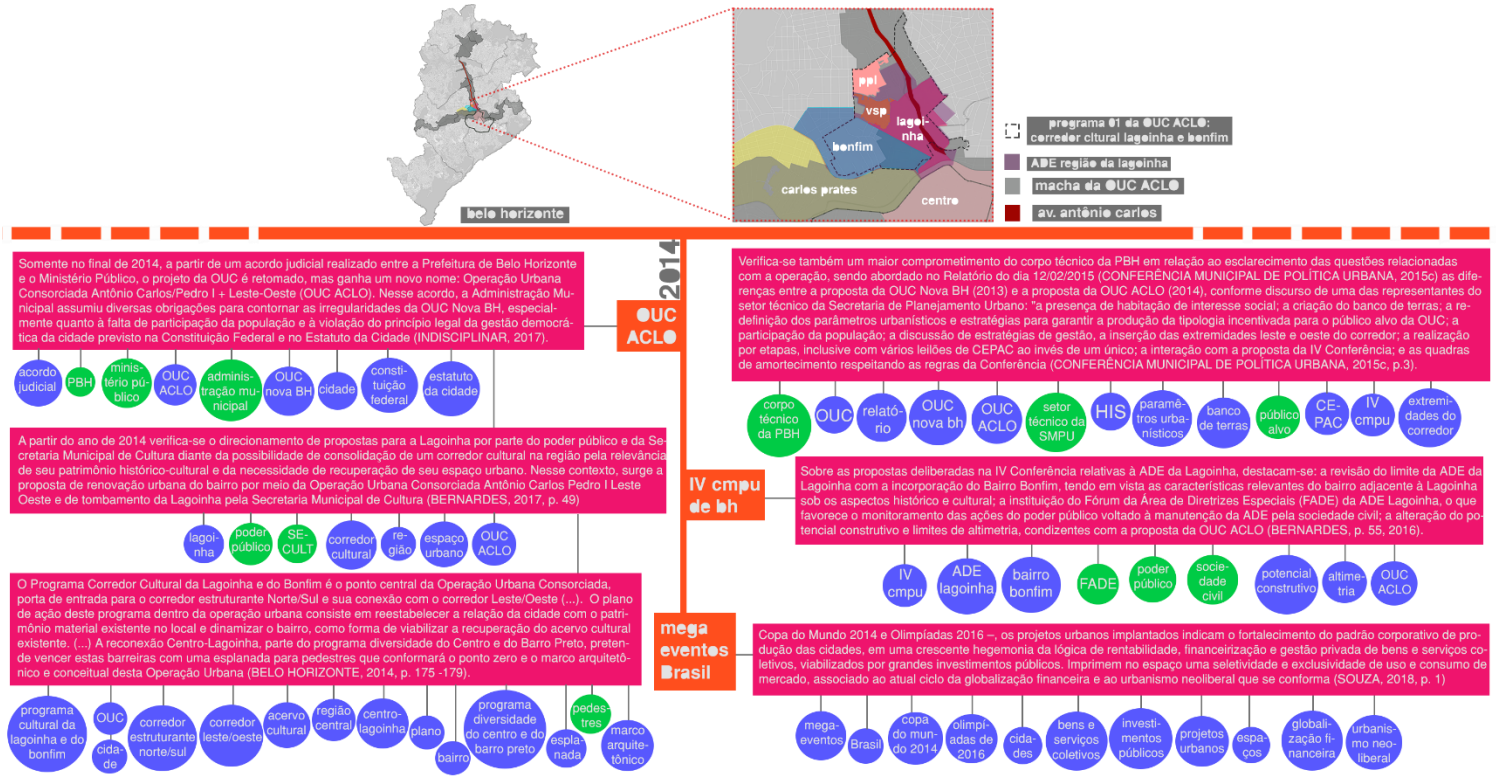


Figura 58 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2014. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

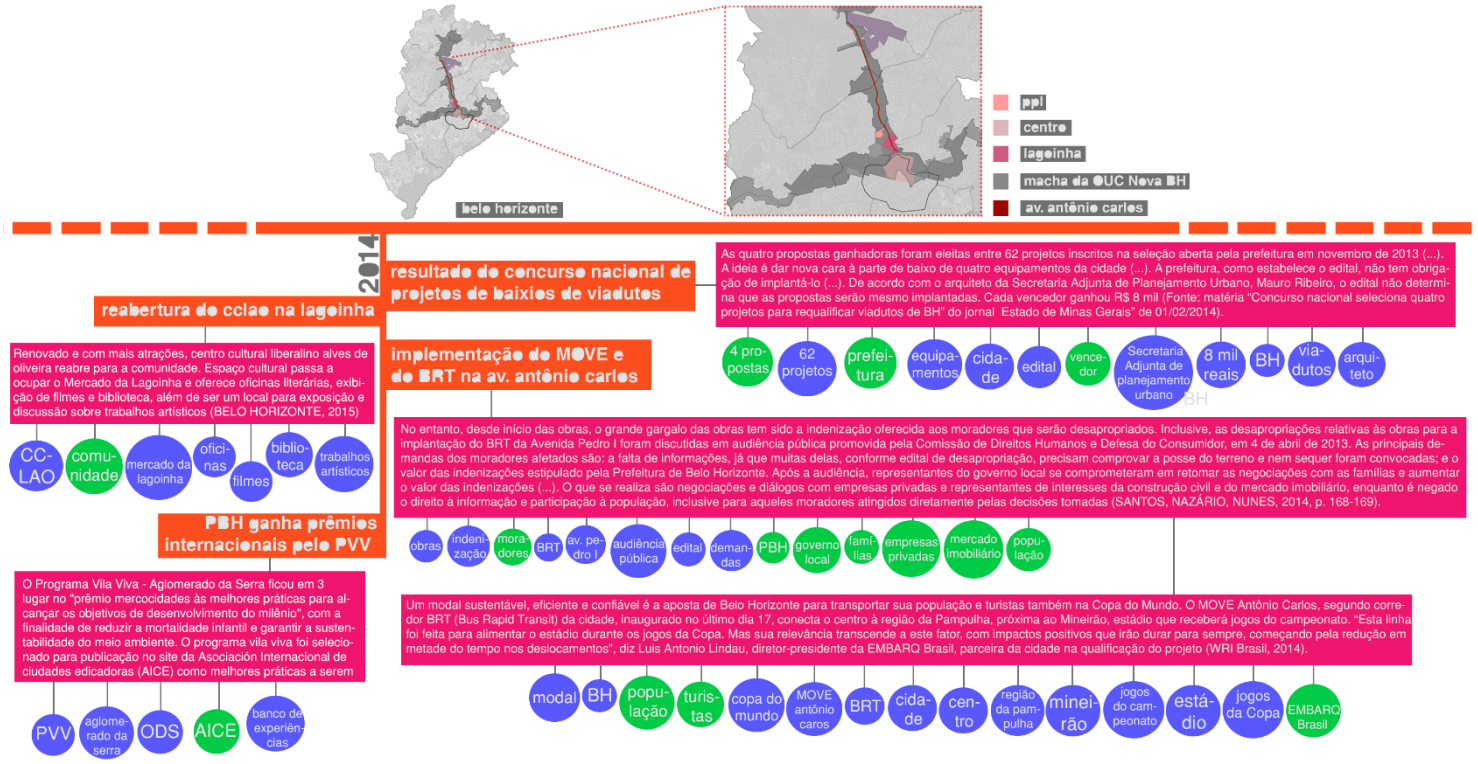


Figura 59 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2014. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

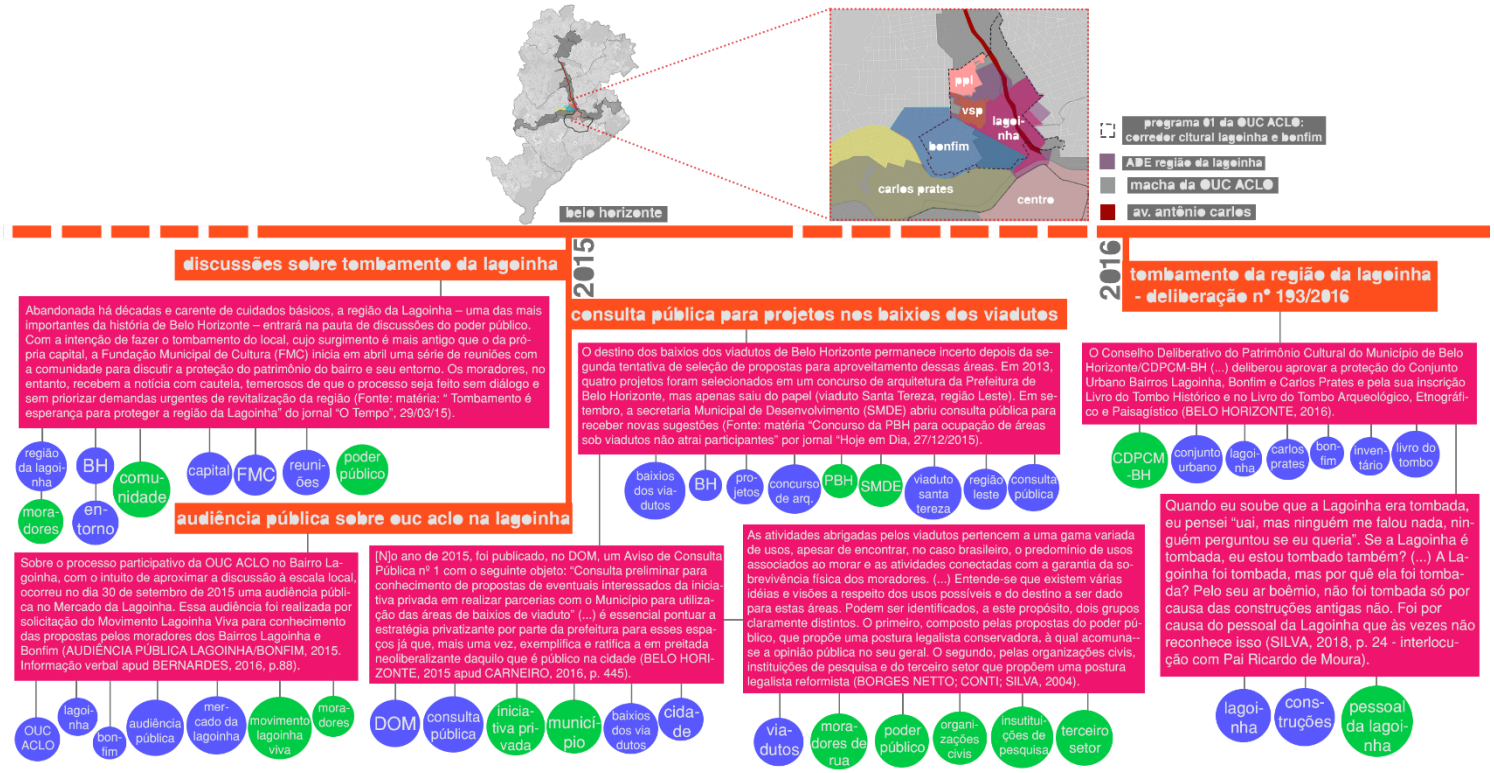


Figura 60 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2015 a 2016. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Dessa forma, as medidas corretivas adotadas pelo novo projeto foram as seguintes: (i) inclusão das extremidades leste e oeste, permitindo a aplicação de recursos originados pela OUC em áreas de maior índice de pobreza; (ii) a revisão dos parâmetros da OUC em dependência da aprovação do novo Plano Diretor de Belo Horizonte; (iii) o incentivo às habitações com apenas 1 banheiro e 1 vaga de garagem, voltadas ao usuário de transporte público; (iv) estabelecimento da implementação da OUC em etapas, o que garantiria maior discussão participativa e a redistribuição de recursos excedentes para áreas deficitárias; (v) o aprimoramento do Plano de Atendimento Econômico Social; (vi) a realização do leilão dos CEPACs em etapas de acordo com a execução das obras, permitindo maior recuperação da mais-valia fundiária; (vii) a definição da estrutura de gestão, dividida em um grupo de gestão geral e um grupo de gestão local referente a cada setor da OUC; e finalmente, (viii) a previsão de construção de habitação de interesse social (HIS) com recursos da OUC, destinando, no mínimo, 70% do empreendimento à construção de HIS com atendimento de população com renda na faixa de 0 a 3 salários mínimos (PINHEIRO; ALVES; CASTRO; RENA, 2017). A partir disso, a OUC ACLO afetaria diretamente 99 bairros e cerca de 10% do território

municipal, compreendendo agora uma área de aproximadamente 30km² e 33 km² de extensão no entorno de dois importantes eixos viários, a partir da região central até as regiões norte, leste e oeste. Assim, a partir de uma maior regulação pública, o instrumento da OUC se revelou vantajoso, pois, aumentaram-se os territórios da intervenção sob a perspectiva de promover maior redistribuição de renda e de benesses para áreas de maior vulnerabilidade social.

Mas o que gostaríamos de retomar é que a proposta de implementação da OUC já vinha sendo gestada desde 2010, sendo debatida apenas dentro dos setores da prefeitura, em discussão com os setores imobiliário e privado. Por isso, quando o Plano Diretor (lei n° 9959/2010) passa por revisão, demarcam-se áreas prioritárias para a implementação da OUC e incorporam-se as diretrizes para a utilização da mesma no âmbito do planejamento urbano da cidade de Belo Horizonte. Sendo crucial trazer para esta reflexão, o fato de que 50% das áreas prioritárias para a intervenção da OUC ACLO localizada no Hipercentro (tirando parques, praças e equipamentos públicos) já eram caracterizadas por vazios urbanos, lotes usados como estacionamento de automóveis e edificações subutilizadas.

Isto posto, fica mais claro ainda que a OUC Nova-BH abria uma brecha para um ganho imobiliário sobre as parcelas do solo urbano em retenção fundiária, gerando ainda, uma maior expectativa de adensamento e acréscimo de potencial construtivo sobre as mesmas (CARNEIRO, 2016). Desta forma, todo esse contexto, nos leva a questionar o quanto os instrumentos urbanísticos e as leis estariam legitimando o planejamento e o desenho da cidade pelo capital, enquanto que a participação pública se torna mais um "protocolo de cumprimento". Pois tomando os argumentos expostos por Nassif (2016) a partir da coleta de variadas narrativas, "a possibilidade de não se fazer uma operação urbana era uma discussão que não estava aberta para a tomada de decisão coletiva" (NASSIF, 2016, p. 67).

Outro ponto que reafirma que a OUC já nasce como uma proposta pronta e ausente de interferências da sociedade civil é realização do documento elaborado pela setores da PBH[209], intitulado - Lagoinha em Estudo: Análise Diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte - tal estudo já revelava que desde 2011, o plano previamente calculado de renovação urbana via OUC para a região da Lagoinha se tratava da implementação de um corredor cultural com claros objetivos quanto à consolidação de um novo padrão de ocupação com foco no adensamento não residencial, "além de garantir a renovação imobiliária" e "novas possibilidades" para o bairro através de um projeto estruturante de conexão suspensa entre Lagoinha e eixo da Av. Afonso Pena (BELO HORIZONTE, 2011, p. 50). Tal proposta vem continuamente sendo reformulada (com algumas alterações) a cada nova proposição de uma OUC para o território de Belo Horizonte.

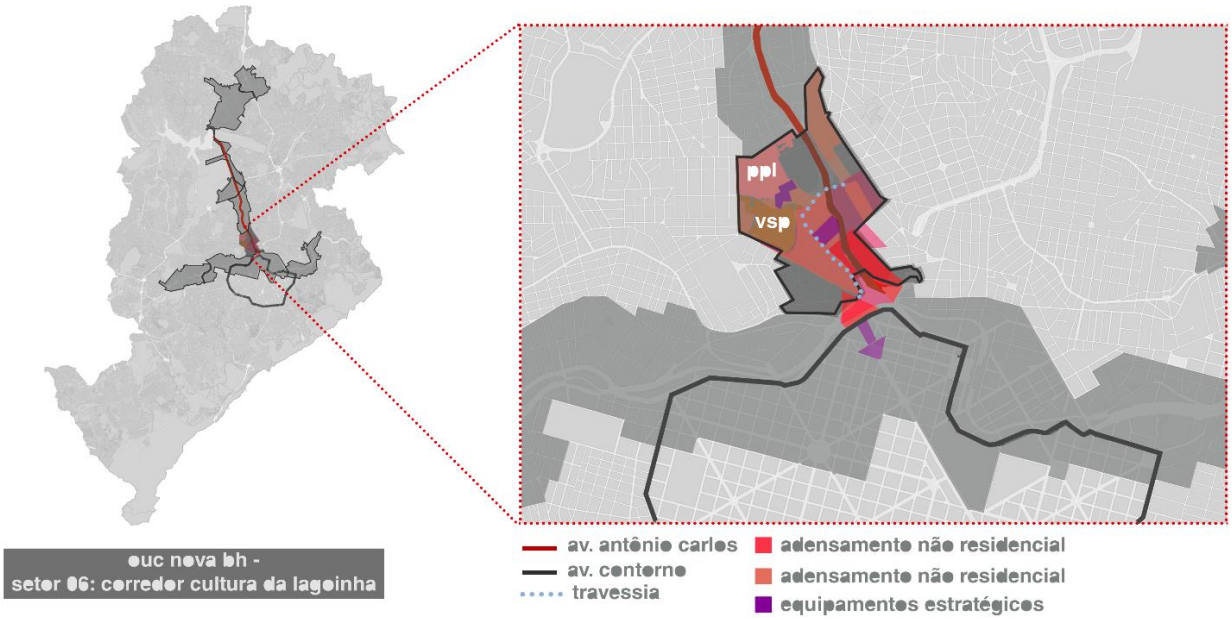


Figura 61 - Estratégia de ocupação da Lagoinha contida no documento - Lagoinha em Estudo: Análise Diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte. Fonte: BELO HORIZONTE, 2011, p. 50-51 (modificado pela autora, 2020).

Em síntese, o plano urbanístico elaborado em 2011 seria dividido em 3 sub-planos: ambiental, viário e de ocupação, voltados respectivamente para implementação de corredores verdes, desenvolvimento orientado para o transporte coletivo e propostas de adensamento (misto e residencial). As propostas continham amplas propostas nos eixos: Arquitetura, Urbanismo, Mobilidade, Economia e Turismo (tabela 8).

[209]Secretaria Municipal de Desenvolvimento; Secretaria Municipal Adj. de Planejamento Urbano, Gerência de Projetos Urbanos Especiais e a Gerência de Desenho Urbano.

<table>
<tr><th colspan="5">Plano Urbanístico: Lagoinha em Estudo: Análise Diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte</th></tr>
<tr><th>Arquitetura</th><th>Urbanismo</th><th>Mobilidade</th><th>Economia</th><th>Turismo</th></tr>
<tr><td>Recuperação de móveis tombados</td><td>Melhorias infra-estruturais e Reurbanização da PPL</td><td>criação de acessos a PPL</td><td>valorização da vocação cultural</td><td rowspan="2">promoção de eventos locais para divulgação do Corredor Cultural e do parque da pedreira no cenário municipal</td></tr>
<tr><td>Edifício “âncora” de lazer na rua Itapecerica</td><td>Proposta de um parque conectando a PPL e o Corredor Cultural</td><td>criação de conexões urbanas suspensas</td><td rowspan="4">Incorporação de elementos estratégicos como incubadoras de empresas e call centers</td></tr>
<tr><td>Equipamento de uso público junto à rodoviária integrado</td><td>Proposta de criação de um Corredor Cultural ao longo da rua Itapecerica e Formiga</td><td rowspan="3">Melhoria das conexões dos pedestres e ciclistas com o equipamento proposto junto à rodoviária e com a Praça da Estação,</td></tr>
<tr><td>Ampliação do mercado popular da Lagoinha</td><td>obra de conexão suspensa entre Lagoinha e eixo da Av. Afonso Pena</td><td rowspan="2">Incorporação de parceiros oriundos da iniciativa privada e da sociedade civil</td></tr>
<tr><td>Utilização de terrenos livres para empreendimentos estratégicos</td><td>Recuperação ambiental e urbanização de área sobre o túnel da avenida Cristiano Machado</td></tr>
</table>

Tabela 8 - Síntese do plano urbanístico trazido no documento - Lagoinha em Estudo: Análise Diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte. Fonte: BELO HORIZONTE, 2011 (modificado pela autora, 2020).

Futuramente, o caderno de textos da OUC ACLO realizado em setembro de 2015 pela PBH apresentará uma proposta de extrema semelhança, a partir da implementação de uma “esplanada para pedestres” na região da Lagoinha. Em ambos documentos, as obras são justificadas pela recuperação histórica e cultural do bairro, principais justificativas para a implementação das propostas de um corredor cultural da Lagoinha e do Bonfim através da OUC ACLO (2014). A título de comparação retomamos, os dois textos que embasam as propostas das intervenções apresentadas pela PBH em 2011 e 2015:

> A partir de 2011, o diagnóstico da Lagoinha passou a ser incorporado pelas discussões trazidas pelo Plano Urbanístico para viabilização da Operação Urbana Consorciada ao longo das avenidas Presidente Antônio Carlos e Dom Pedro I, por ter a Lagoinha parte de sua área incluída no limite desta Operação e por ser esta uma oportunidade ímpar na viabilização de intervenções estruturantes que recuperem e valorizem a importância cultural e histórica do bairro, promovendo, por consequência, as melhorias sociais e ambientais definidas pela Lei (BH, 2011, p. 50).
>
> O plano de ação deste programa dentro da operação urbana consiste em reestabelecer a relação da cidade com o patrimônio material existente no local e dinamizar o bairro, como forma de viabilizar a recuperação do acervo cultural existente. Para isto é preciso vencer algumas questões importantes, que atualmente representam obstáculos ao desenvolvimento dessa região. O principal deles consiste em fortes barreiras que separam o bairro da Lagoinha da região central – a linha férrea, o canal do Ribeirão Arrudas e o complexo viário da Lagoinha. A reconexão Centro-Lagoinha, parte do programa Diversidade do Centro e do Barro Preto, pretende vencer estas barreiras com uma esplanada para pedestres que conformará o ponto zero e o marco arquitetônico e conceitual desta Operação Urbana (BELO HORIZONTE, 2015, p. 179).

Desta forma, a execução da OUC ACLO daria-se inicialmente pela região da Lagoinha, uma vez que a mesma está inserida na primeira etapa do Plano Urbano sob denominação de "Programa 01: Corredor Cultural da Lagoinha e Bonfim", juntamente com a realização dos "Programas Diversificação Centro/Barro Preto", "Corredor Verde Parque Lagoa do Nado e Parque Lareira". A introdução da operação justamente nessa centralidade estratégica se justifica no relatório-síntese da audiência pública da OUC ACLO pela seguinte razão: "A escolha da primeira etapa nessa área é motivada pela presença da dinâmica de mercado, permitindo a redistribuição do recurso arrecadado nessas áreas para outras áreas dentro da Operação Urbana, trazendo melhorias e aquecendo os demais setores da OUC" (BELO HORIZONTE, 2015[210] *apud* CARNEIRO, 2016, p. 438). Em linhas gerais, o Programa 01 - OUC ACLO preveria: melhoria nas condições de acessibilidade no bairro por meio da requalificação e abertura de vias, o que garantiria uma melhor permeabilidade com o Centro; adensamento e incremento populacional em zonas específicas; instalação de equipamentos culturais de apoio ao circuito do Corredor Cultural, dentre eles: Centro Cultural Casa da Loba, Parque Lagoinha, Museu do Cotidiano; implantação de equipamentos comunitários como postos de saúde e escolas para atender as áreas de maior vulnerabilidade (PPL e VSP) e devido ao maior adensamento introduzido na região (PBH, 2015).

Percebe-se que a partir da reformulação da OUC, as possibilidades de renovação da região da Lagoinha passam a ocupar uma pauta de ainda maior relevância dentro do poder

[210]BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Relatório-Síntese da Audiência Pública da OUC ACLO**. Belo Horizonte, 14 de abril de 2015.

público, principalmente por parte da Secretaria Municipal de Cultura diante do plano do corredor cultural anunciado desde 2011 e da necessidade de regulamentação da ADE região da Lagoinha, que apenas virá a ocorrer a partir do Plano Diretor de 2019. Mas, o que pretendemos defender é que o princípio do plano elaborado em 2011 não se modificou profundamente, quando comparam-se com as metas do plano da OUC ACLO de 2015, principalmente no que se refere à região da Lagoinha, que é o recorte deste estudo. De fato, algumas demandas pontuais provenientes dos moradores da região foram incorporadas por meio das audiências públicas e reuniões da COMPUR IV[211], porém a proposta infra-estrutural da OUC ACLO para a região da Lagoinha ainda gira em torno de uma estrutura pré-concebida, mantendo-se a iniciativa do corredor cultural nas áreas de interesse histórico e o projeto estruturante de uma esplanada ou conexão suspensa (BELO HORIZONTE, 2011; 2015).

Apesar da área se classificar como uma Zona de Adensamento Restrito (ZAR 2) e ADE, a possibilidade de aplicação dos instrumentos de Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODC) e as vendas de CEPACS não estão descartadas. Logo, as ferramentas passíveis de flexibilização via OUC, agiriam a favor do adensamento e do aumento da capacidade de aplicação do CAB, mesmo após a reformulação da OUC ACLO. No entanto, resta ainda a consideração de que a depender do gerenciamento e da execução de tais planos, a OUC poderia implicar na descaracterização da paisagem urbana e do tecido social local, pelo efeito do adensamento ainda permitido ao longo da av. Antônio Carlos. Havendo ainda chance para o aumento de pressões imobiliárias, casos de desapropriações e sobretudo, a ameaça de gentrificação, quando se considera a fragilidade quanto à permanência de moradores de baixa renda e da população flutuante (moradores de rua e dependentes químicos), que são geralmente os primeiros e principais afetados na concretização de GPUs. Também, a promoção de um novo contexto de exploração do potencial turístico a partir do corredor cultural Lagoinha e Bonfim poderia implicar em um aumento generalizado do custo de vida local e deflagrar disputas territoriais entre os atores locais e os novos frequentadores. Essa hipótese se estabelece, caso as mudanças a serem efetuadas não consigam incorporar as práticas socioculturais já existentes e o cotidiano dos residentes na região.

[211]Para recapitular, destacam-se como pautas promovidas pelos desígnios populares e lideranças do bairro: aumento da mancha da ADE Lagoinha, passando a incluir o bairro do Bonfim; incentivo às atividades de economia criativa com o intuito de resgatar os ofícios artesanais do bairro; instalação de equipamentos de referência à cultura popular e local do bairro, sendo eles: o Museu do Cotidiano e o Centro Cultural Casa da Loba (que precisaria de um projeto de restauração para sua efetivação); tombamento do Cemitério do Bonfim e do Santuário Nossa Senhora da Conceição. Além da instituição do Fórum da Área de Diretrizes Especiais (FADE) da ADE da Lagoinha, medida posteriormente regulamentada pelo Plano Diretor 2019 à título de conceber processos mais participativos (BERNARDES, 2016; 2017).

Apesar da elaboração dos planos urbanísticos citados, as informações mais recentes sobre a continuação das intervenções para a OUC aconteceram em uma audiência pública em dezembro de 2019, na qual, a PBH demonstra interesse em executar "Intervenções Urbanas no Centro, no complexo da Lagoinha e adjacências". De acordo com o documento apresentado pelas Subsecretaria de Planejamento Urbano (SMPU) e a Secretaria Municipal de Política Urbana (SUPLAN), o objetivo da intervenção é sanar as principais questões urbanas dessas regiões, dentre elas: a precariedade do estado físico de patrimônios materiais; a degradação urbana em áreas públicas residuais; a presença alta de imóveis subutilizados e a barreira espacial promovida pela linha do metrô.

As diretrizes gerais da intervenção visam fomentar melhorias para o espaço público livre, para a circulação do pedestre e incentivar o adensamento residencial com diversidade de públicos e rendas, trazendo especificidade para o reforço das centralidades nos bairros, destinação de novas funções aos espaços remanescentes com foco na permanência confortável e no uso esportivo, valorização do patrimônio e identidade cultural e adensamento residencial[212]. Ademais, o documento apresentado também traz ao final um foco nos programas sócio-culturais e de saúde pública empreendidos desde 2017, no início da gestão do prefeito Kalil, especialmente nos espaços urbanos da região da Lagoinha, sendo eles: cartografia cultural da Lagoinha, ações na Rua Araribá e José Bonifácio, indicação de tombamento e com potencial de geração de Transferência do Direito de Construir (TDC)[213], além do Programa Horizonte Criativo.

Por isso, ao que tudo indica, mais uma vez, o plano urbano de uma OUC em território belo-horizontino se reformula parcialmente. Afinal, havia sido anunciada para o dia 21 de março de 2020, uma audiência pública com objetivo de apresentar a proposta intitulada: OUC Centro-Lagoinha[214]. A convocação da audiência pública chama atenção pela insistência no tema da reestruturação urbana na região central de BH e, portanto, levanta-se a hipótese de uma sobreposição dos interesses financeiros em relação às necessidades sociais urgentes e promoção de uma consequente onda gentrificatória a partir de tal revitalização urbana, ao pressupor que C32

[212]Documento apresentado na reunião do dia 12/12/2019 encontra-se no site da PBH, disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ixFFxot1nfrslEjzGGi9MwTpJv8MEk7Q/view>. Acesso 29 de julho de 2020.

[213]A TDC é explicitada no art. 35 do Estatuto da cidade (2001) como um instrumento urbanístico cujo objetivo é permissão ou transferência do potencial construtivo de um imóvel de interesse cultural ou ambiental para outro imóvel.

[214]"A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Política Urbana, torna público que a Audiência Pública sobre a Operação Urbana Consorciada Centro-Lagoinha, que iria acontecer no dia 21 de março, foi **CANCELADA** por medida preventiva, conforme orientação da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o advento dos riscos relacionados à doença COVID-19, provocada pelo novo 'coronavírus'" (PBH, 2020).

uma OUC limitada às áreas centrais, revela a tendência do projeto à maior especulação do solo urbano. O anúncio da proposta surpreende ainda mais, depois das inúmeras reuniões participativas da OUC ACLO, nas quais, construiu-se democraticamente, um escopo de objetivos mais favoráveis à distribuição de privilégios sociais, direitos urbanos e renda para os grupos em situação de maior vulnerabilidade. Então, por quê apresentar uma OUC limitada territorialmente ao Centro e Lagoinha?

C32

Atualmente, os planos da OUC estão em pausa devido ao estado de pandemia mundial provocada pela disseminação do COVID-19[215], mas resta o questionamento quanto à aparente "substituição" da OUC ACLO por uma OUC Centro-Lagoinha, que a tomar pela sua denominação, iria abranger apenas territórios já privilegiados com infra-estrutura e que apresentam uma posição estratégica em relação à RMBH e aos principais eixos viários. O que colocaria em ameaça toda a lógica redistributiva idealizada pela OUC ACLO. Ademais, retomando a justificativa já expressa, o poder público escolhe começar as intervenções espaciais em áreas centrais pautado em uma dinâmica de mercado a fim de posteriormente ter recursos para intervir em áreas de maior carência infra-estrutural. No entanto, o que se percebe é a ênfase na lógica de fixação e acumulação do capital em espaços já estratégicos para o interesse privado e imobiliário e o adiamento de investimentos nas áreas com necessidades sócio-econômicas urgentes e uma população carente.

Portanto, vale retomar que Belo Horizonte já vem sofrendo uma intensificação de projetos pontuais de reestruturação e revitalização urbana frequentemente associados à lógica de PPP, principalmente nas áreas centrais, o que corrobora para o avanço no desdobramento de um processo de gentrificação (PIMENTA, 2019). Nesse contexto, as propostas de intervenção no Hipercentro se reforçam, a citar pelo: Projeto da Área Central de Belo Horizonte (1999); Projeto 4 estações (2000); Programa Centro Vivo (2004); Plano de reabilitação do Hipercentro (2007; 2017); Projeto do Corredor Cultural Estação das Artes[216]; Projeto do Novo Centro Administrativo no bairro Lagoinha e as inúmeras propostas de requalificação dos baixios dos viadutos em locais do Hipercentro, Vale Arrudas até a região da Lagoinha. Além de propostas

[215]Segundo o portal da Fiocruz: "COVID significa COrona VIrus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto '19' se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro. " Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso 16 de agosto de 2020.

[216]Este projeto sofre muitas críticas dos movimentos culturais, populares e acadêmicos e acaba se reformulando como Zona Cultural Praça da Estação (2014), cujo objetivo é a criação de um conselho consultivo responsável por planos para região, regido sobre o princípio ético de "melhorar sem expulsar" (PIMENTA, 2019).

projetuais em escala metropolitana, como a Operação Urbana Consorciada Nova-BH (2013) e Operação Urbana Consorciada ACLO (2015)[217].

Evidentemente, não se pode deixar de considerar o incentivo na difusão dos projetos em centros urbanos a nível nacional desde o surgimento do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, lançado pelo Ministério das Cidades[218] no ano de 2003, cujo objetivo era a promoção de uso e ocupação democrática e sustentável nas áreas urbanas centrais, com foco na permanência e na atração da população (BRASIL, 2005). Mas, enfatizam-se os questionamentos quanto aos efeitos colaterais que a progressão de tais projetos traz para os moradores locais, principalmente no caso do recorte espacial desta cartografia, quanto às dinâmicas socioespaciais nas áreas de vilas e favelas próximas à esses territórios centrais.

Assim, nota-se a importância de se destacar três fatos simultâneos que acometem o recorte espacial desta pesquisa: a baixa densidade residencial, o alto índice de população de rua e usuários de drogas[219], além do alto índice de habitantes que moram de aluguel na região do Hipercentro e Lagoinha. Tais fatos podem ser os principais estopins para uma revitalização. E caso esta venha a ocorrer nos moldes do capital, sabe-se por demais experiências, que a densidade populacional poderá crescer, não como resolução do déficit habitacional, mas pela inserção de novos usuários e novas formas de habitar e viver o espaço urbano, descolados propositalmente da realidade local a fim de induzir novas formas de extração de capital.

Aliás, essa hipótese se alinha a uma conduta comum aos processos de gentrificação, no que se refere à dissimulação de políticas higienistas através de projetos de embelezamento

---

[217]Para aprofundar os detalhes sobre os projetos de revitalização urbana na área do Hipercentro de BH, verificar a cartografia realizada por Marília Pimenta Chaves (2019) em seu trabalho final de graduação, disponível em: <https://zona-zona.tumblr.com/downloads>. Acesso 30 de junho de 2020.

[218]No dia 1º de janeiro de 2003, no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi sancionada a lei que oficializa o Ministério das Cidades, com a finalidade de tratar da política de desenvolvimento urbano, contemplando a ausência de marcos institucionais para as políticas setoriais urbanas: habitação, saneamento e transporte. O Ministério das Cidades é considerado, também, uma resposta às antigas reivindicações dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. Para mais informações, visitar: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1395>. Acesso 30/06/ 2020.

[219]Segundo a Secretaria de Políticas Sociais, houve um crescimento de 70% no número total de população de rua em Belo Horizonte em relação ao censo de 2014, que contabilizou 1.827 moradores em situação de rua. Em 2017 estimou-se que haviam pelo menos 3 mil pessoas morando nas ruas da capital. Aliás, 70% dos moradores de rua moram estão localizados no Hipercentro. As informações completas nas matérias do jornal "Hoje em Dia", disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/21/interna_gerais,926126/bh-ganha-novos-abrigos-mas-populacao-de-rua-cadastrada-aumenta-40.shtml>;<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/n%C3%BAmero-de-moradores-de-rua-cresce-70-em-bh-em-dois-anos-pelo-menos-3-mil-vivem-sem-teto-fixo-1.445437>. Acesso 30 de junho de 2020. Em matéria mais recente do jornal "Estado de Minas", aponta-se para a existência de 18.000 moradores de rua no estado de Minas Gerais, estando mais da metade dessa parcela (9.114 casos) localizados na cidade de Belo Horizonte. O levantamento foi realizado pelo projeto Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com base em dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Mais informações estão disponíveis em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/16/interna_gerais,1167696/minas-tem-18-mil-moradores-em-situacao-de-rua-mais-da-metade-em-bh.shtml>. Acesso 04 de agosto de 2020.

urbano, a fim de expulsar a população menos desejada. Contudo, apesar das inúmeras intervenções e dos planos citados, não se pode afirmar com efetividade que está ocorrendo uma gentrificação do Centro ou na região da Lagoinha, pois as áreas continuam a ser ocupadas pelas camadas populares também. Mas é certo que há todo um histórico de conduta do poder público de perfil higienista, além da condição de centralidade estratégica nessa região que propicia uma efervescência de intervenção urbanas que, no mínimo, chamam atenção para uma futura possibilidade de ascensão do fenômeno urbano de gentrificação.

O fato é que os desdobramentos das inúmeras revitalizações da Lagoinha, seja pelo viés histórico-cultural, seja pelo viés da reestruturação urbana viária, transformaram a região da Lagoinha em uma das principais cenas de uso pública no município de Belo Horizonte, levando até à associação da região à uma cracolândia. Estudos apontam para o aprofundamento dessa realidade começa a partir da chegada do crack no tráfico de drogas da capital mineira no ano de 1995. A droga vinha de São Paulo e passou a ser comercializada inicialmente pela família Peixoto na Pedreira Prado Lopes, se propagando para outras localidades (SAPORI, SENA; SILVA, 2010; SALGADO, 2013). No entanto, não é apenas o fator da droga que age como catalisador de um processo estereotipado pela degradação urbana, faz-se necessário complexificar esse debate em vista às transformações urbanas que se mostram imbricadas aos mecanismos de exploração do potencial histórico-cultural, revelando uma busca incessante por induzir uma outra dinâmica de uso e ocupação do solo nas áreas centrais. Como colocado por Cláudio de Jesus (2015) e Karine Carneiro (2016), percebe-se nas propostas de requalificação uma insistência na criminalização da pobreza e das formas de vidas locais que interferem na implementação de um projeto alinhado ao planejamento estratégico e ao capital neoliberal, revelando-se o intuito de desvincular a imagem simbólica e historicamente popular associada à região central.

4. 8 As recentes intervenções entre Estado-Capital e sociedade civil na região da Lagoinha

Trazendo o foco para o mapeamento das políticas públicas recentemente implementadas na região da Lagoinha, foram cartografadas neste recorte territorial, intervenções espaciais de

naturezas mais diversas desde a ascensão do prefeito Alexandre Kalil em 2017[220]. Eleito sob o mote "governar para quem precisa", sua gestão vem estabelecendo o exercício da intersetorialidade entre as secretarias e demonstra um esforço em ações direcionadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente quanto ao atendimento da população em situação de rua e usuários de droga. Um dos resultados disso se reflete na criação de um Comitê Coordenador da Agenda Intersetorial de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas[221]. C31

.

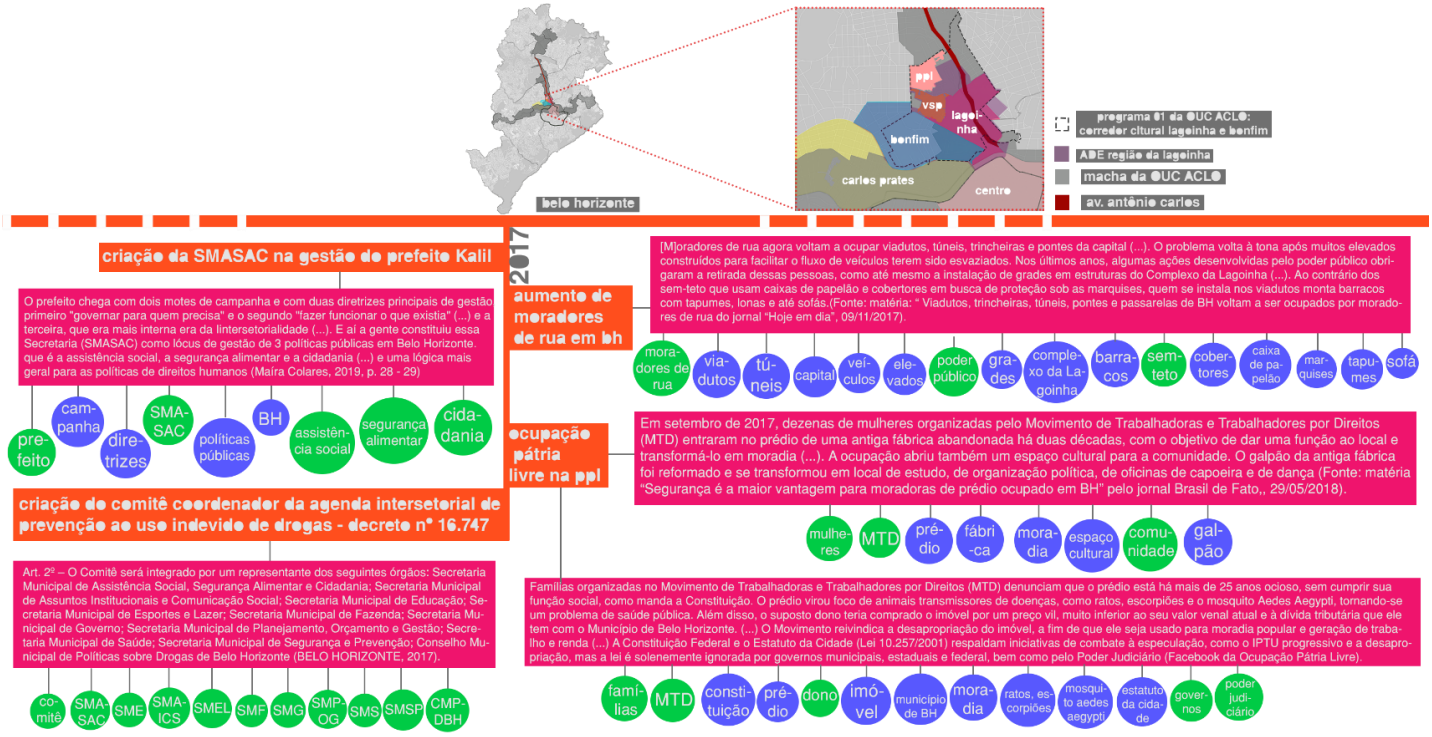


Figura 62 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2017. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Essa comissão é responsável por um conjunto de intervenções, especialmente na região da Lagoinha. Logo, para além das Secretarias Municipais de Cultura (SMC), Planejamento Urbano e Política Urbana (SUPLAN e SMPU), outro setor com um importante papel interventor

[220]O prefeito Alexandre Kalil toma posse em 01 de janeiro de 2017 através do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), mas em 2019 anuncia filiação ao PSD (Partido Social Democrata). Para mais informações, visitar: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/06/14/alexandre-kalil-anuncia-filiacao-ao-psd-e-ja-chega-como-presidente-estadual-da-legenda.ghtml>. Acesso 22 de junho de 2020.

[221]Decreto nº 16.747, de 10 de outubro de 2017. Cria o Comitê Coordenador da Agenda Intersetorial de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas e dispõe sobre a Agenda Intersetorial de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. O comitê é composto pelas seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania; Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; Secretaria Municipal de Fazenda; Secretaria Municipal de Governo; Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção; Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2017).

no recorte de pesquisa, é a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). Quanto a esta, ressalta-se seu caráter progressista, seu compromisso com a preservação dos direitos humanos[222] e o fortalecimento da assistência social aos usuários de drogas e à população de rua. A SMASAC conta também com o serviço especializado de abordagem social, ofertado pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a atividade do Consultório de Rua[223] e do Núcleo Intersetorial Regional - NIR POP Rua e NIR CIAM, que possui um grupo de gestores e técnicos locais.

Segundo um relatório elaborado pela SMASAC; Subsecretaria de Assistência Social (SUAAS) e Diretoria de Proteção Especial (DPES), catalogou-se no complexo da Lagoinha, um total de 276 usuários de drogas em situação de rua ou semelhante, dos quais 206 (75%) eram do sexo masculino. Também se verificou uma predominância de pessoas entre a faixa etária de 18 a 49 anos e uma presença tão grande de pessoas em localização fixa no território (131 pessoas - 47%), quanto de pessoas em fluxo de passagem (118 pessoas - 43%)[224]. Para as situações de cenas de uso com fixação territorial, a presença da "maloca" como espaço de moradia se faz presente em 42% dos casos. Faz-se necessário lembrar que o morador de rua e o usuário de drogas são perfis distintos, mas que podem se encontrar associados. Sobre a presença da população de rua, Karine Carneiro (2016) nos lembra:

> Não há dúvidas, a partir de uma perspectiva censitária, de que a incidência do morar na rua na Área Central é relevante. Esse fato é corroborado pelos dois últimos censos realizados nos anos de 2005 e 2013, com os relatórios publicados em 2006 e 2014. Em ambos, a Regional Centro-Sul aparece como a de maior concentração dessa população. (...). Os dados oriundos dos censos confirmam, portanto, a maior concentração da população de rua na Área Central, embora com uma distribuição distinta ao longo de sua área de abrangência (CARNEIRO, 2016, p. 390).

Evidentemente, há uma ampla diversidade nas formas de apropriação do espaço urbano

[222]Segundo nota técnica da SUAAS/DPES - nº 74/2019, enfatizamos que o trabalho realizado se direciona ao cumprimento dos direitos humanos pela: "Proteção social proativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; geoprocessamento e georeferenciamento de informações; elaboração de relatórios." (Ver apêndice V)

[223]Segundo nota técnica da SUAAS/DPES- nº 74/2019: "O Consultório de Rua atua junto à população em situação de rua que faz uso abusivo de álcool e outras drogas. Por meio do serviço são desenvolvidas ações compartilhadas e integradas com as políticas públicas de forma intersetorial. A equipe é composta por enfermeiro, psicólogo, assistente social, arte-educador e redutor de danos. Atualmente, a capital conta com quatro equipes, que atuam nas regionais Centro-Sul, Noroeste, Oeste e Norte. O serviço utiliza uma van como ponto de apoio no território e funciona de segunda a sexta-feira em período intermediário (15h às 21h). O dispositivo visa conhecer o público, estabelecer vínculo e acompanhar os casos de uso abusivo de drogas, construindo as ações e estratégias em conjunto com as pessoas em acompanhamento. O Consultório de Rua desenvolve atividades na própria cena de uso e promove oficinas de promoção da saúde no local. " (Ver apêndice V)

[224]Há ainda um total de 27 pessoas em que tal categorização não foi possível e cujo percentual é de aproximadamente 10%.

por esses grupos em específicas situações de vulnerabilidade social. Nota-se desde a construção de buracos cavados nos aterramentos debaixo desses viadutos, barracas de camping, moradias de papelão, malocas em praças e ocupações em lotes vagos (GOBIRA; GARCIA, 2016). As moradias improvisadas são muitas vezes taxadas pelo poder público como "obstrução de via", mesmo quando não o são e isto implica na remoção compulsória ou no deslocamento dessas pessoas, junto com todos seus pertences[225]. Nesse sentido, o Código de Posturas (decreto nº 14.060/2010) legitima ações de remoção pelo poder público[226] , pois segundo os artigos: 6º e 11°, afirma-se respectivamente que: "[a] utilização do passeio deverá priorizar a circulação de pedestres, com segurança, conforto e acessibilidade, em especial nas áreas com grande fluxo de pedestres" e "[é] vedada a colocação de qualquer elemento que obstrua, total ou parcialmente, o logradouro público, exceto o mobiliário urbano que atenda às disposições desta Lei." Assim, abrem-se as brechas na lei para que uma política higienista opere em relação à população de rua. Mas como tais ações são de curto prazo e não geram nenhum efeito direto na estrutura desigual que leva à precarização do modo de vida dessa população, logo, os barracões reerguem-se novamente, só que em pontos diferentes do território, expondo o higienismo gentrificador através do deslocamento dos corpos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que nesta pesquisa, adotamos o entendimento de que algumas áreas na região da Lagoinha (rua Itapecerica[227], complexo de viadutos da Lagoinha e rua Araribá) não devem ser consideradas cracolândias, mas cenas públicas de uso de drogas. Defendemos tal visão, em parte, por influência do relato obtido de Maíra Colares, secretária da

[225]Por meio de um diálogo informal com uma moradora de rua que residia embaixo de um dos viadutos do complexo da Lagoinha, quando indagada sobre a periodicidade das ações de remoção e a necessidade de seu deslocamento junto com seus pertences, no caso, uma sua maloca, a moradora de rua relatou: "Todo dia…de segunda a sexta…eles pedem pra eu desmontar...Aí eu monto tudo de novo, eles vieram a semana inteira, mas aí é assim, todo mundo passa aqui e elogia minha maloca, que é limpinha, arrumadinha. Mas aí eles falam 'Não vou poder deixar você, com a sua montada…' Mas não tem problema não, eu já peguei o ritmo pra montar ela né (...) Domingo a gente fica livre, mas até sábado, eles vêm. Tá tendo muita denúncia. Eles tão querendo tirar a gente…" (Depoimento de Jussara, moradora de rua, Belo Horizonte, 2019)

[226]Em matéria ao jornal Brasil de Fato, a vereadora Bella Gonçalves (PSOL) afirma:"desde 2005, a primeira Operação Urbana que consolidou o Código de Posturas determinou a retirada de muitas pessoas da rua. O Código de Posturas tem sido usado quase como um código penal para punir, responsabilizar e agredir os trabalhadores das ruas." Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/09/11/trabalhadores-das-ruas-de-bh-criticam-o-codigo-de-posturas-da-capital>. Acesso 30 de julho de 2020.

[227]Segundo o Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano do bairro Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates (2016), a rua Itapecerica é comumente associada ao abandono, o que reforça a percepção popular mediante a degradação urbana daquela localidade. Os diagnósticos aplicados também expõem outra percepção popular: a negligência do poder público para com o bairro. A carga histórica e a memória local também se fazem presentes, reafirmando um discurso a favor da revitalização. "Trata-se de uma via que está transformando sua identidade muito rapidamente, à medida que são implementadas mudanças em sua ocupação. A partir do relato dos entrevistados, é durante a noite que os aspectos negativos se fazem presente de forma mais intensa. Oito entrevistados disseram que evitam a todo custo passar por ela a noite, apenas um disse que passa, porém, sentindo-se inseguro. Do comércio efervescente durante o dia, a noite a rua se transforma em um local ocupado por moradores de rua e usuários de drogas. Esta condição, aliada a parca iluminação da via, caracteriza-a como um local ameaçador, vinculado ao comércio de drogas" (BELO HORIZONTE, 2016, p. 92).

SMASAC. E em parte, porque as ações de combate às drogas cartografadas na região da Lagoinha fogem de condutas explicitamente violentas[228], demonstrando uma aproximação entre política urbana, equipamentos de saúde pública e estratégias de intervenções artísticas, de maneira que a realidade dos usuários seja atingida por uma melhora no espaço público que desperta novos vínculos subjetivos por meio da arte (GOBIRA; GARCIA, 2016). Portanto, as recentes políticas públicas antidrogas em Belo Horizonte demonstram uma abordagem alinhada à redução de danos e ao enfrentamento das questões de saúde pública em conjunto com estratégias de embelezamento urbano. Enquanto isso, outras cidades brasileiras revelam um cenário associado às experiências de internações compulsórias em comunidades terapêuticas e ações de remoções violentas, como pode-se evidenciar no caso da cracolândia paulista.[229]

> Em relação aos usuários de drogas (que não são apenas os que vivem nas ruas, mas também os que passam pelas ruas), as primeiras agendas intersetoriais ocorreram logo em 2017, com a intervenção na Rua Araribá, como uma cena de uso de crack. Para isso, foi muito importante que a Secretaria de Segurança tenha criado uma Diretoria de Prevenção, a qual, levou uma série de servidores que já tinham uma trajetória em Direitos Humanos para esse espaço. Isso foi um diferencial muito grande. A Secretaria de Saúde também assumiu o seu protagonismo. Então criou-se a discussão de que ali, na Rua Araribá, não era uma cracolândia, mas sim uma cena de uso de crack, assim, o nivelamento conceitual foi importante (...) A preocupação inicial era a cena de uso de drogas, isso foi determinado para nós. A dinâmica daquela cena de uso, dependendo da proporção que tomasse, o poder público não iria conseguir mais atuar ali. Lembro bem que no início da gestão aconteceu aquele caso em São Paulo, na cracolândia. Aquele evento gerou forças mais progressistas para a nossa gestão, então precisávamos fazer uma proposta logo, porque as forças conservadoras estão muito fortes na sociedade. Então, eu e alguns representantes das Secretarias de Saúde, Política Urbana, Segurança, Saúde e da Assistência Social, começamos a nos reunir para construir uma proposta rápida para a situação da Lagoinha (...). Então, para nós da Prefeitura, essa história de priorização da Lagoinha chega como uma pauta em que várias Secretarias viram que, depois do que houve em São Paulo, era um território que precisava de cuidado. Não podíamos deixar aquela situação crescer e fugir do nosso controle, porque se não, perderíamos a capacidade de monitorar a agenda para essa região. Essa é uma característica dessa gestão, todo mundo chegou sem conhecer um ao outro, e havia a liderança do Prefeito, que também ninguém conhecia muito, não sabíamos como ele funcionava. Então falamos - "Se não entrarmos com uma proposta rápido, iríamos perder o controle da agenda para forças de segurança, para o conservadorismo que está ampliando, à exemplo da experiência de São Paulo" (Depoimento de Maíra Colares, secretária da SMASAC: Belo Horizonte, 2019).

[228]Ressaltamos que algumas condutas públicas revelam uma violência velada contra os moradores de rua e usuários de drogas. Por exemplo: através do próprio Código de Posturas, como já citado e pelo uso de uma arquitetura hostil na cidade, cujo objetivo é afastar e impedir as formas de ocupação da rua pela população flutuante. Este evento ainda será melhor abordado ao longo deste subcapítulo quando abordarmos a intervenção de instalação de pedras no complexo da Lagoinha, realizado pela SUDECAP em setembro de 2019.

[229]Trazemos para esta cartografia o caso da operação na cracolândia em São Paulo, ocorrida em 21 de maio de 2017, quando tropas policiais adentraram o território munidas de armas e bombas de efeito moral em companhia de helicópteros em sobrevoo, cães farejadores no intuito de "desmantelar a feira livre de drogas que acontecia no local" (CARNEIRO, 2017).
Para mais informações, visitar também a matéria do jornal "Jornalistas Livres". Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/cracolandia-tristes-tropicos/>. Acesso 22 de junho de 2020.

(...) na área urbana onde há o predomínio do uso de drogas, há uma prioridade no investimento em segurança pública, no chamado "combate às drogas", mas assistimos ao extermínio de usuários de drogas, e aos comerciantes ilegais, geralmente adolescentes negros e pobres que buscam uma alternativa de mobilidade social. Os verdadeiros fornecedores de drogas amparados pelo comércio ilegal de armas são os menos vulneráveis à violência das cenas de uso de drogas. No entanto, a mídia, a sociedade civil e o poder público - por meio das políticas públicas - têm combatido a ponta do iceberg acreditando atingir a sua raiz. A Cracolândia é compreendida como um território onde se concentram (...) atos violentos que atingem todos os seus atores e a ausência histórica de qualquer outra política pública que intervenha nessa dinâmica, configura-se o surgimento de poderes e éticas que sustentam tanto a violência do poder ilegal quanto a violência do poder público (GOBIRA; GARCIA, 2016, p. 3).

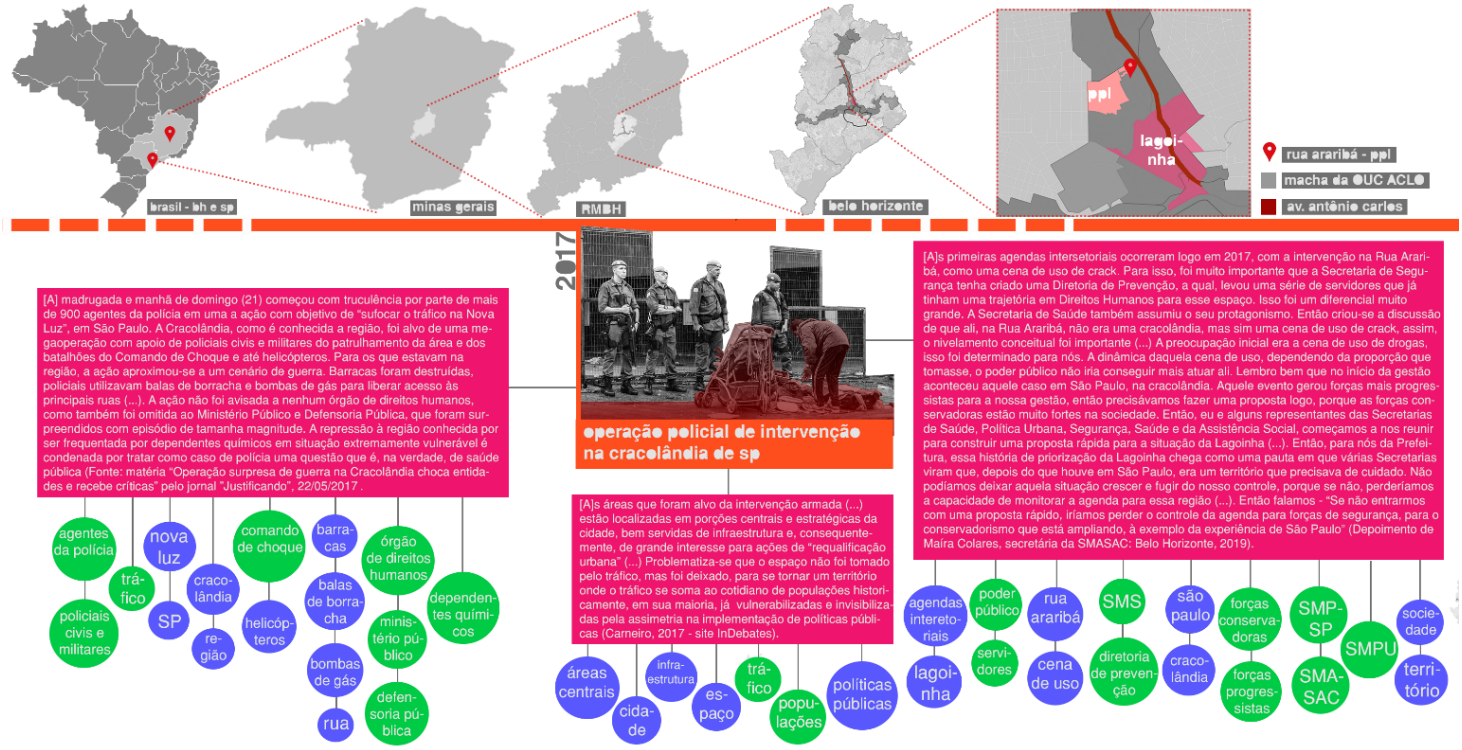


Figura 63 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2017. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Desta forma, dentre as estratégias implementadas na região da Lagoinha, merece destaque a inauguração do Centro Integrado de Atenção à Mulher (CIAM)[230] em novembro de C30

[230]Na regional noroeste, está localizado o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), Rua Itapecerica, 632 - Lagoinha, equipamento inaugurado em novembro de 2018 pela Prefeitura de Belo Horizonte. Atua no atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com trajetória de vidas nas ruas, em uso prejudicial de álcool e outras drogas e em situação de violência doméstica. O Centro tem capacidade para atender diariamente até 25 mulheres, são oferecidas atividades socioeducativas, oficinas e organizações de coletivos de mulheres, que promovem a criação e fortalecimento de vínculos, atividades de prevenção e promoção da saúde, a partir da estratégia de redução de danos, garantindo a proteção social integral. As mulheres atendidas utilizam o local para banho, alimentação, descanso, lavagem de roupas, acesso a água, banheiro e telefone. Há, ainda, uma turma de Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos dentro do equipamento, além de oficinas artísticas da Escola Integrada, oferecidas por professores da Escola Municipal Belo Horizonte. (nota técnica da SUAAS/DPES - nº 74/2019 no apêndice V). Informações disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/centro-de-atendimento-acolhe-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-social> Acesso em 24 de setembro de 2019.

2018, no bairro Lagoinha. A implementação da casa de atendimento é fruto de uma parceria entre Estado (Comitê Coordenador da Agenda Intersetorial de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas) e técnicos (Consultório de Rua e Serviço Especializado em Abordagem Social - ADRA-BRASIL) da sociedade civil. A função do local é o atendimento básico de mulheres em situação de rua ou usuárias de drogas. C30

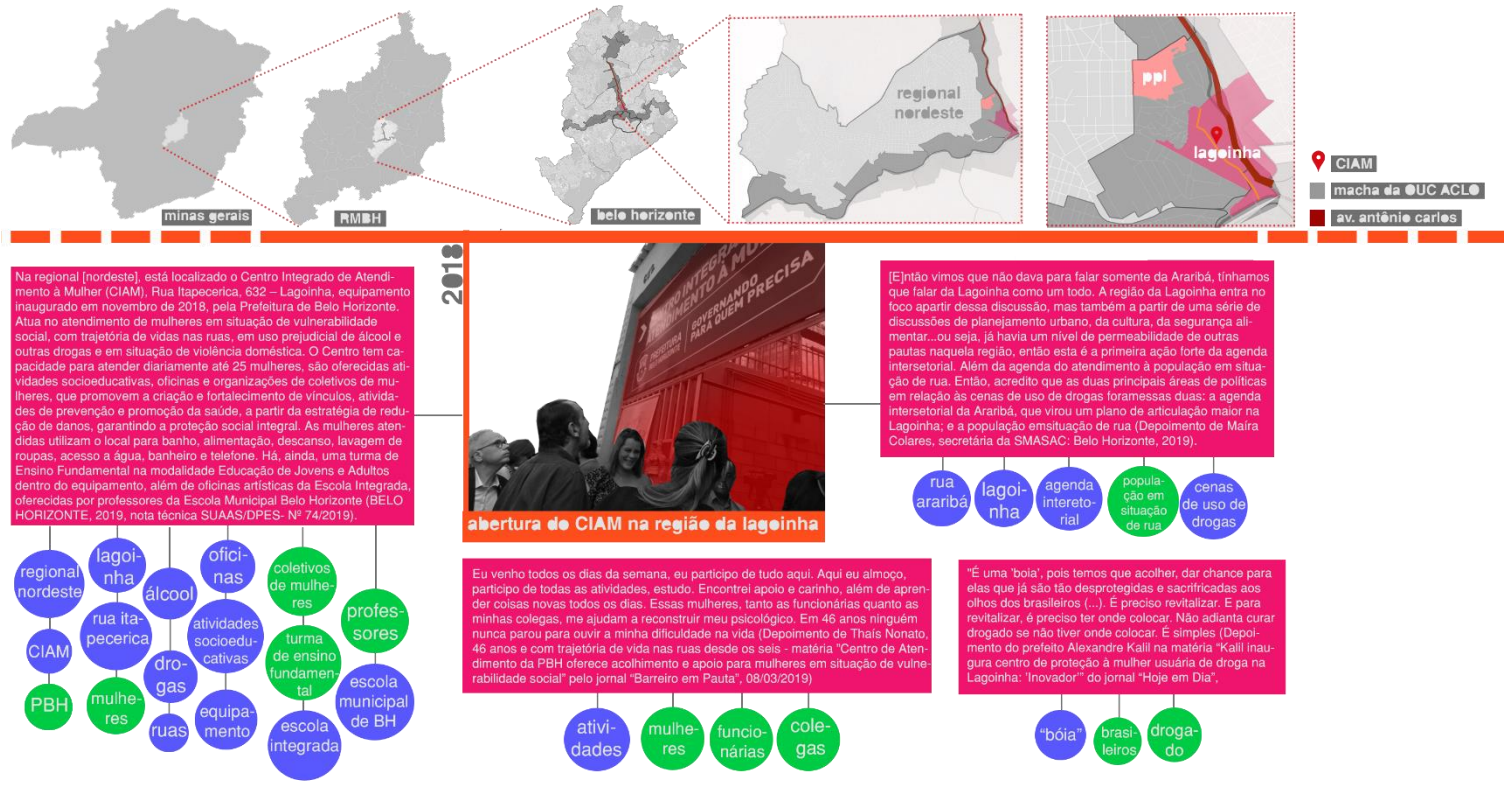


Figura 64 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2018. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Posteriormente, em um viés similar, o programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, "BH é da gente" é estendido para a Pedreira Prado Lopes, especificamente na rua Araribá[231] em abril de 2019. Assim, uma estratégia de ocupação de uma cena de uso foi implementada através da promoção de lazer, esportes e cultura, com atravessamento de intervenções de melhorias no espaço público. A iniciativa contou com o envolvimento de outras instituições públicas, a exemplo do CCLAO. É importante frisar que antes de chegar à PPL, o programa "BH é da gente" se limitava a bairros mais nobres: Savassi e Pampulha, além de um C30

[231]Para mais informações, visitar: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-e-da-gente-chega-pedreira-prado-lopes-regiao-noroeste-da-capital>; <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-e-da-gente-tem-show-de-mpb-aula-de-ioga-e-oficina-de-circo-no-domingo-2710>; <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-e-da-gente-tem-playground-atracoes-para-criancas-e-oficina-de-danca>. Acesso 22 de junho de 2020.

ponto na Av. Silva Lobo. Portanto, pode-se afirmar que estender a execução de um programa cultural com foco no esporte e lazer para uma favela demonstra, acima de tudo, um avanço na redistribuição de políticas culturais para as camadas populares.

> Também vimos outras necessidades que a população tinha e a Secretaria de Esportes chegou para sua atuação no território fazendo a academia aberta na Rua Araribá, além de uma agenda semanal com o "BH é da Gente". Com essa ampliação do passeio houve várias discussões sobre o que faríamos assim que entregássemos a obra, se deixaríamos ela vazia, o que seria feito no local... E falamos que seria isso mesmo, que entregaríamos a obra com a calçada nova e que as pessoas iriam circular, as pessoas que ainda estão ali em uma cena de uso de drogas também permaneceriam naquele território (Depoimento de Maíra Colares, secretária da SMASAC: Belo Horizonte, 2019).

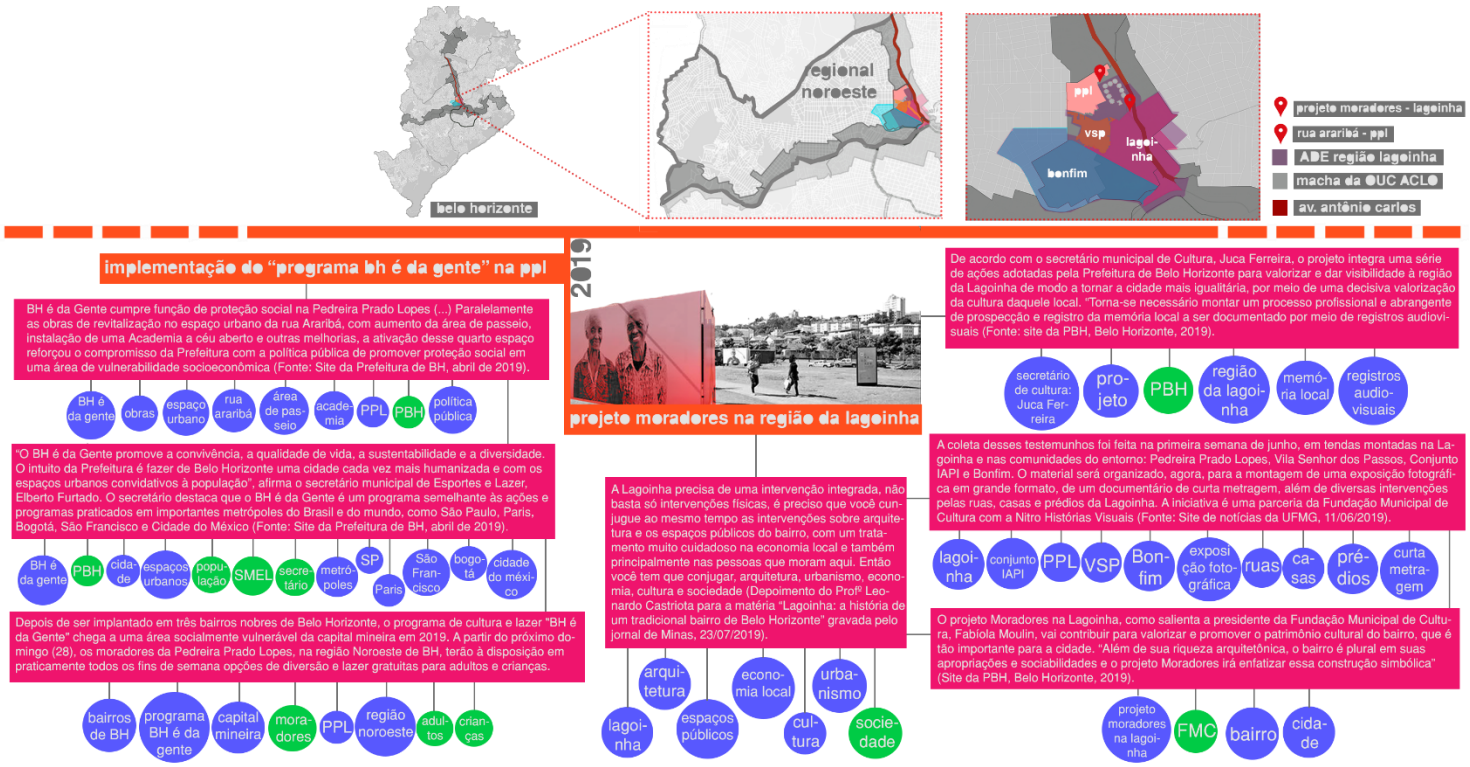


Figura 65 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

O que pode ser apreendido nos anos recentes dessa gestão é uma efervescente mescla entre intervenções espaciais de viés cultural e melhorias urbanas, programas de investimento econômico local e políticas públicas direcionadas à saúde pública e assistência social. Todas estas medidas vêm sendo aplicadas como formas de mitigar os reflexos das cenas de uso em Belo Horizonte, especialmente na paisagem urbana da região Lagoinha. Por isso, em 19 de fevereiro de 2019, mais uma vez, o poder público começa a indicar sua intenção de viabilizar

um projeto de ocupação nos baixios dos viadutos da cidade, sendo o foco desta vez, para o complexo da Lagoinha. Assim, é publicado no Diário Oficial Municipal (DOM), um aviso de consulta pública para apresentação de propostas destinadas a promover o uso e a ocupação dos baixios dos viadutos do complexo da Lagoinha, referente ao Edital n° 001/2019.

Segundo a proposta, as obras seriam concretizadas por uma PPP e a prefeitura cederia o espaço para a empresa ou pessoa autônoma realizar a requalificação e administrar com os próprios recursos a área dos baixios de sete viadutos no complexo da Lagoinha, pagando uma espécie de "aluguel" ao município, ou seja, uma permissão onerosa ou outorga de uso transferida ao Estado. A secretária da SMPU, Maria Caldas explica tal lógica, reafirmando a possibilidade de contribuição dos projetos ao serviço público:

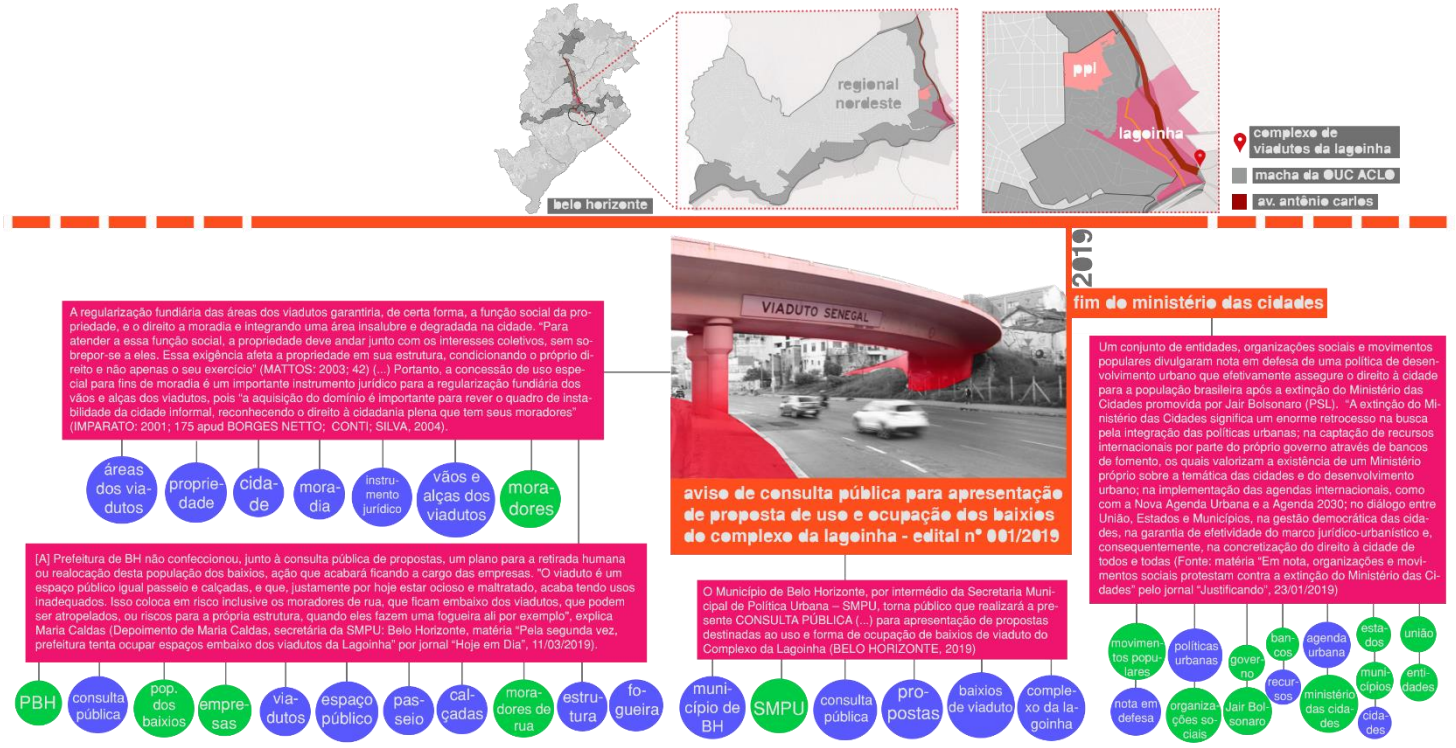


Figura 66 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

> Se a pessoa ou empresa vai colocar uma atividade ali (nos baixios) onde ela vai obter uma receita financeira decorrente do uso do espaço, naturalmente, ela terá que pagar pelo uso da área, será aplicada uma permissão onerosa. Mas, os modelos jurídicos para se firmar as parcerias vão depender da natureza de atividade proposta (...). Pode ser um estacionamento que vai ser explorado comercialmente, mas ainda terá utilidade para o cidadão. O que a gente não quer é que estes espaços sejam usados sem prestar nenhum serviço público. Por exemplo, se a proposta for para a construção da sede de um grupo empresarial, não interessa pra gente (...) A ideia é cobrar esse "aluguel" dos empreendimentos que vão gerar receita, mas pode ser que surja algum projeto

> espetacular, um tipo de atendimento social, de saúde ou cultural por exemplo, que dependa de uma parceria financeira do município (...) No passado foi feito um chamamento sem estabelecer os parâmetros, então havia todo tipo de propostas e não estava claro que a utilização era para atender ao interesse público. Por não equacionar bem o investimento, as pessoas não tiveram interesse. Mas, agora que retomamos o projeto de revitalização da Lagoinha, já sabemos o que é aceitável para cada área, e o edital está mais organizado (Depoimento de Maria Caldas, secretária da SMPU: Belo Horizonte, março de 2019)[232]

Como demonstrado na fala da secretária de SMPU, tanto a proposta de revitalização dessas áreas, quanto a lógica de gestão não são novas[233], afinal, já havia ocorrido entre novembro de 2013 e janeiro de 2014, o concurso público nacional de projetos de arquitetura para requalificação urbana dos baixios dos viadutos em Belo Horizonte, cujo objetivo foi implementar as diretrizes propostas pela Lei 10.443, de 28 de março de 2012, que institui a política municipal de aproveitamento das áreas sob viadutos, buscando promover a disciplina ao ocupar e usar tais áreas ociosas. Na época, dentre os 62 projetos inscritos, apenas quatro foram escolhidas e cada ganhador recebeu um prêmio de oito mil reais. Ressaltamos que as propostas vencedoras deram destaque ao interesse coletivo da sociedade civil, abarcando um olhar sensível e integrado entre a cidade e as pessoas, a partir de propostas que traziam um uso cultural, esportivo ou de lazer até concepções que contemplavam grupos em situação de vulnerabilidade social, à exemplo do projeto de um albergue para catadores de papel e moradores de rua[234]. C29

No entanto, os projetos nunca saíram do papel, ainda porque, de acordo com o edital de 2013/2014, a PBH estava isenta da obrigação de implementar as obras, sendo essa responsabilidade atribuída às empresas do setor privado. O que se observa é que a responsabilidade municipal referente à requalificação urbana se transfere para o agente privado, que é beneficiado através da exploração comercial do espaço urbano, sob a condição primeira de retornar ao Estado, tanto os recursos, quanto os serviços sociais ou culturais. Contudo, C29

[232]Trecho de depoimento extraído da matéria do jornal "Hoje em dia". A leitura completa está disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/de-estacionamento-%C3%A0-feira-de-artesanato-baixios-de-viadutos-da-lagoinha-ter%C3%A3o-gest%C3%A3o-privada-1.700909>. Acesso 01 de agosto de 2020.

[233]Para evidenciar a mesma lógica de funcionamento, trazemos atenção para outro depoimento realizado em 2017, por Daniel Nepomuceno, antigo secretário da SMDE: "Estamos trabalhando em uma questão diferente, que é a ocupação do espaço público que não está sendo utilizado. Haverá a permissão [de uso] por um período de dez anos, mas que tem esse caráter social. São espaços que têm certa carência e que tenha alguém querendo adotá-lo, mas com a contrapartida de ter essa flexibilização na legislação para poder aproveitar. O dinheiro é completamente da iniciativa privada ou das associações que estão sendo parceiras. A fiscalização será muito rígida para que sirva de exemplo para os 50 viadutos que estarão disponíveis também para esse parceiro". A leitura completa pode ser feita na matéria do jornal Itatiaia, disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/projeto-incentivara-o-uso-de-espacos-publicos>. Acesso 01 de agosto de 2020.

[234]Para visualizar mais informações sobre os projetos selecionados, visitar a página do jornal "Estado de Minas Gerais": <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/01/interna_gerais,493950/concurso-nacional-seleciona-quatro-projetos-para-requalificar-viadutos-de-bh.shtml >. Acesso 01 de agosto de 2020.

salientamos aqui, que a depender da forma de implementação do projeto, pode haver uma evidente privatização de um espaço que antes era um bem público (SOARES; PIMENTA, 2017). Mas, em todo caso, apesar da repercussão nacional dos projetos selecionados em 2013/2014, não houve estímulo para o desenvolvimento dos mesmos e a morosidade instalada nesse processo culminou com uma nova consulta pública, realizada em 2015 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), com objetivo de ter "conhecimento de propostas de eventuais interessados da iniciativa privada em realizar parcerias com o Município para utilização das áreas de baixios de viaduto" (BELO HORIZONTE, 2015).

Este segundo edital não trouxe diretrizes muito diferentes do que já tinha sido estabelecido no primeiro e portanto, preconizava a revitalização urbanística e paisagística local por comprometimento dos agentes privados ou da sociedade civil. As áreas ocupadas também poderiam ter fins econômicos, se os interessados promovessem atividades sociais, desenvolvimento local, respeitando o zoneamento urbano e a legislação municipal vigente. Então, em maio de 2016, a PBH oficializa novamente muitas propostas que demonstraram interesse em implementar um uso público e socialmente vantajoso para a cidade[235]. Mas, novamente, apesar das investidas de valor social, comprometidas em transformar os baixios em espaços de melhor uso público, a atual realidade ainda revela que a maioria desses espaços na cidade se apresentam como áreas degradadas, negligenciadas pelo poder público, subutilizadas para fins de mobilidade veicular e peatonal, sendo muitas vezes, áreas convidativas à moradia informal da população em situação de rua e caracterizadas por uma vigilância social a partir de uma habitual presença da polícia civil, cujo intuito é manter a ordem social nesses ambientes. C29

Isto dito, confirma-se que a consulta pública realizada em 2019, assim como a abertura às proposições projetuais não inovaram, mas retomaram desígnios políticos normatizadores já anunciados quanto à ocupação dos baixios em Belo Horizonte. Afinal, o intuito do projeto dos viadutos sempre foi disciplinar ou dar outro uso àquelas áreas, uma vez que elas escancaram as marcas de uma brutal desigualdade social e da precariedade da moradia urbana. Neste aspecto, a busca pela conexão entre tais eventos faz ressaltar o descaso do poder público com a população mais vulnerável a partir da omissão na concretização dos projetos sociais e até a deliberada anuência com a entrada do capital privado como ferramenta de gestão de um bem público.

[235]Para mais detalhes, visitar a página da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-entrega-termos-de-direito-real-de-uso-de-baixios>, Acesso 01 de agosto de 2020.

Ao nosso ver, a onerosa responsabilidade pela revitalização dos baixios com função social não parece ser uma tarefa que interessa ao Estado e sendo assim, este transfere tal demanda ao setor privado. No entanto, este processo possivelmente acaba sendo muito oneroso para estes agentes também ou não está inserido nos interesses lucrativos dos mesmos, restando ao espaço público uma marcha de crescente decadência, que pode ser desejável quando o objetivo é a especulação do solo urbano e a manutenção do ciclo de degradação/revitalização urbana. Pois, como explica Neil Smith (1996), a degradação da paisagem urbana junto à depreciação e à desvalorização do capital investido na área precisam ser cada vez maiores para induzir a condição econômica para a revitalização urbana.

O que se constata é que os processos estabelecidos pela máquina estatal (editais, consultas públicas, projetos) não deram conta da proposta inicial, que apresentava um ideal social mais justo às dinâmicas do espaço habitado. No entanto, na prática, o que se confirma é a adoção de uma postura, no mínimo, divergente ao caráter humanitário até então difundido pelas ações da atual gestão da PBH. Por isso de trazemos para a cartografia, o evento ocorrido no dia 24 de agosto de 2019, que deflagra a implementação de um tapete de pedras pontiagudas em parte dos baixios do complexo de viadutos da Lagoinha, um acontecimento manifesta justamente os traços que definem a cidade revanchista[236] no que se refere à sua busca pela eliminação das classes indesejadas.

C29

> A cultura da pobreza pressupõe a eliminação, ou a evacuação rápida dos sem teto das áreas centrais, favorecendo o livre movimento de capital que orienta a caminhada desses indesejáveis - considerados como incapazes de assimilarem a cultura da gentrificação e consumirem o novo estilo de vida - em direção à periferia. O movimento pendular de capital guia, assim, para dentro da fronteira, as classes médias e médias altas, em direção ao consumo da região gentrificada. (...) A eliminação das classes indesejáveis se torna uma das características da cidade revanchista (CAMPOS, 2016, p, 52)

De acordo com a PBH, esta obra teria sido realizada sob a justificativa técnica de coibir a queima de fios furtados para extração de cobre, um ato de vandalismo que poderia implicar no comprometimento das estruturas dos elevados, devido à presença das fogueiras, como aponta o relato do superintendente da SUDECAP, Henrique Castilho: "Nossa grande preocupação é diminuir o desplacamento de concreto, que deixa a ferragem exposta e também afeta os aparelhos de apoio dos viadutos. Com isso, as vibrações aumentam e podem gerar dilatações.

[236]Neil Smith se utiliza do termo cidade revanchista em analogia às classes médias francesas dos fins do século XIX, que iniciaram uma vingativa e reacionária campanha contra as classes populares. Para Smith, "o urbanismo revanchista consiste numa reação contra o 'suposto roubo da cidade', uma desesperada defesa da falange de privilégios contestados, envolvidos na linguagem populista da moralidade cívica, dos valores familiares e da segurança da vizinhança" (CAMPOS, 2016, p. 51).

Queremos evitar que ocorra qualquer tipo de incidente"[237]. Segundo o prefeito, o assunto foi tratado pelo Departamento de Obras da Prefeitura, a SUDECAP e não foi avaliado pela SMASAC, mas ressalta-se que ao desenrolar da intervenção, a mesma foi acionada para auxiliar na remoção de aproximadamente 29 moradores de rua ou encaminhando-os, conforme adesão espontânea, aos serviços de acolhimento, programas de moradia ou assistencialistas. Em nota, a SMASAC justifica que sua conduta ao final da operação deu-se devido à intersetorialidade política das secretarias. Já a SUDECAP justifica que a intervenção pontual nos baixios faz parte das obras de urbanização, paisagismo e iluminação no Boulevard Arrudas: "Esclarecemos que as intervenções no complexo da Lagoinha contemplam um tratamento urbanístico que inclui outras intervenções que não se restringem apenas à 'colocação de pedras'.[238]

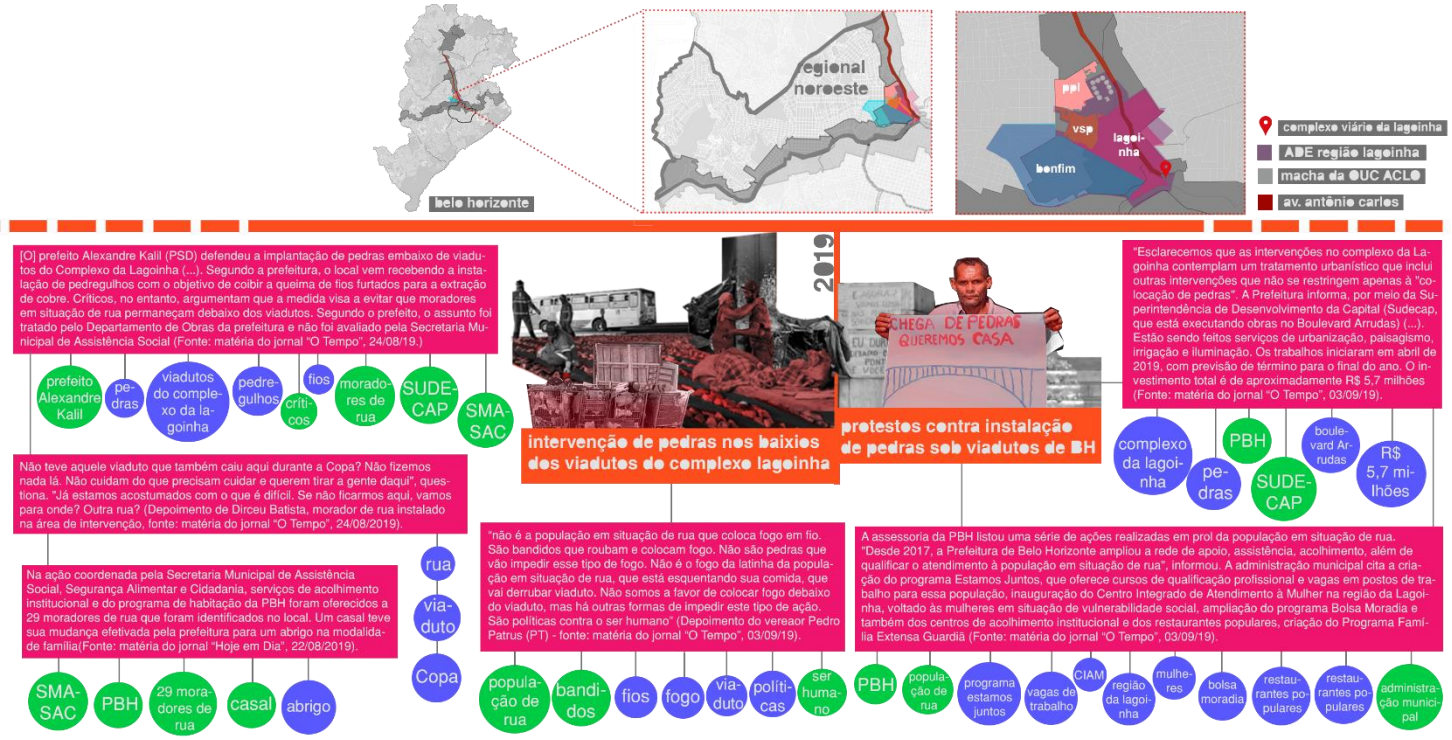


Figura 67 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Desta forma, ainda que a atual gestão da PBH seja reconhecida pela criação de múltiplos

[237]As informações foram retiradas da matéria do jornal "Estado de Minas Gerais" e pode ser lida por completo, disponível em:<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/28/interna_gerais,1080501/mais-um-tapete-de-pedras-sob-viaduto-bh-deve-tirar-29-moradores-de-rua.shtml>. Acesso 03 de agosto de 2020.

[238]As informações foram coletadas na matéria de jornal "Estado de Minas Gerais", redigida por Márcia Maria Cruz, em 06 de setembro de 2019, disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/28/interna_gerais,1080501/mais-um-tapete-de-pedras-sob-viaduto-bh-deve-tirar-29-moradores-de-rua.shtml>. Acesso 04 de agosto de 2020.

programas assistencialistas para grupos em situação de vulnerabilidade social[239], tal intervenção é, sem sombra de dúvidas, um ataque direto à população de rua e aos usuários de drogas, ali localizados. Portanto, evidencia-se o aprofundamento de uma estratégia higienista de limpeza social no espaço urbano, a comprovação da preferência pela execução de uma arquitetura hostil[240] em relação aos projetos que poderiam trazer função social e por fim, a reafirmação de uma conduta que impele as camadas marginalizadas para uma nova fronteira urbana.

> Do ponto de vista dos moradores de rua, aprofundou-se o lugar da degradação que marca os principais espaços de suas permanências. Junto a prostitutas, ambulantes, pedintes, catadores de papel, o "Baixo" é, de um lado, o lugar físico de seus posicionamentos e, de outro, o espaço da contestação das práticas não capitalizadas de uma ordem estabelecida pela disciplina e pela regulamentação. O "Baixo" é o coração do deterioro que, de tempos em tempos, tornou-se palco de medidas de fiscalização, por meio de "Operações Limpeza" que, através da retirada daqueles vistos como os que o deterioram, buscam justificar a recuperação da sua imagem. (CARNEIRO, 2016, p. 354).

> Não teve aquele viaduto que também caiu aqui durante a Copa? Não fizemos nada lá. Não cuidam do que precisam cuidar e querem tirar a gente daqui", questiona. "Já estamos acostumados com o que é difícil. Se não ficarmos aqui, vamos para onde? Outra rua? (Depoimento de Dirceu Batista, 48 anos e morador de rua. Belo Horizonte, agosto de 2019)[241]

Ademais, a ação interventora da SUDECAP não passou despercebida pela crítica pública e foi alvo de protestos realizados em frente às portas da sede da prefeitura municipal por parte de movimentos sociais[242]. O membro do Movimento Nacional da População em

[239]Dentre os programas de assistência social, podemos citar o Programa "Estamos Juntos" que visa a qualificação profissional e a oportunidade de emprego para essa população. Também entra nesse mapeamento: a inauguração do CIAM no bairro Lagoinha, a atividade conjunta das secretarias na Rua Araribá, a abertura de centros de acolhimento e restaurantes populares em diversos bairros, ampliação do programa Bolsa Moradia e do serviço de abordagem social, além da criação do Programa Família Extensa Guardiã, que apoia 40 famílias em situação de vulnerabilidade. Para mais informações, visitar a página da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/programa-estamos-juntos-prepara-pessoas-em-situacao-de-rua-para-o-trabalho>. Acesso 03 de agosto de 2020).

[240]Segundo o historiador de arquitetura Ian Borden, a arquitetura hostil é um conceito que surge nos anos 1990 como estratégia do design urbano pós-moderno que se utiliza de valores éticos disciplinares e regulatórios para desestimular a convivência social, limitar e excluir a ocupação ou apropriação de certos espaços públicos, principalmente, por pessoas em situação de rua, pobres, skatistas, jovens e mendigos. Seus defensores afirmam que a arquitetura hostil previne a marginalidade e traz segurança, diminuindo o índice de furtos, no entanto, revela-se a violência e a segregação deliberada para com a pobreza, ao incorporar no desenho (do mobiliário) urbano: desníveis, superfícies pontiagudas e barras para impedir que as pessoas sentem ou se deitem, criando situações desconfortáveis que impeçam a permanência no espaço público. Críticos apontam para a estética medieval de fortalezas ou para a crença de que o espaço público só possa ser vivenciado pelos cidadãos que estejam consumindo mercadorias ou trabalhando. Ao contrário do que seus defensores acreditam, as medidas não comprovam uma efetiva redução de criminalidade, mas apenas agem como paliativos e criam uma atmosfera social ainda mais opressora. Disponível em: <https://medium.com/@lucasmaurity/perspectiva-hist%C3%B3rica-da-arquitetura-hostil-e-seus-afluentes-modernos-159a1a94d642>; <https://outraspalavras.net/sem-categoria/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/>. Acesso 10 de agosto de 2020.

[241]Para a leitura completa da repercussão da intervenção, ler a matéria do jornal "O Tempo", disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/kalil-defende-pedras-sob-viaduto-para-evitar-depredacoes-1.2226758>. Acesso 03 de agosto de 2020.

[242]Para visualizar a filmagem do protesto, realizada pelo jornal "O Tempo", acessar a página do site youtube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BSAEVRA2vRE>. Acesso 03 de agosto de 2020.

Situação de Rua (MNPR), Samuel Rodrigues destacou: “Debaixo do viaduto não é local para as pessoas morarem, mas trabalhar uma questão dessas assim é ridículo. Você preserva a vida e exclui a vida? Foi uma decisão unilateral, sem diálogo”[243]. Além disso, por requerimento do vereador Pedro Patrus, também foi realizada uma audiência pública via Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor a fim de debater a repercussão da instalação das pedras pontiagudas sob o viaduto da Lagoinha. Foram convocados para a audiência pública: setores da sociedade civil e a prefeitura. Apesar do convite para o diálogo democrático, os representantes do setor público não apareceram e a audiência contou com a participação de representantes do MNPR, Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG[244], Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG, Pastoral do Povo de Rua, Pólos de Cidadania e Fórum Mineiro de Direitos Humanos, além das figuras políticas do PSOL: Pedro Patrus e Bella Gonçalves[245].

Nesta reunião, os presentes se posicionaram criticamente contra o evento, trazendo atenção não só à violência implícita na colocação de pedras, mas ressaltando que a PBH ainda lida de forma repressora com a população de rua. Pois, ainda é permitido pelo próprio Código de Posturas, a retirada de pertences e a própria exigência do deslocamento, como pontua, Junia Carvalho, a representante da Defensoria Especializada em Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais: “Temos decisões muito importantes do Judiciário, como a que proíbe o recolhimento de pertences de pessoas em situação de rua, que têm sido ignoradas pela prefeitura”[246].

Ademais os representantes do MNPR também se posicionaram em defesa das formas alternativas de moradia urbana, como o aluguel social: “O aluguel social custa R$ 500 por mês, e o acolhimento, quanto custa? No radar da população de rua, Kalil está no mesmo campo do Márcio Lacerda. Vínhamos dialogando, mas agora vimos que há um retrocesso”, afirmou Samuel Rodrigues, o qual, foi complementado por outro representante da entidade, Alex

[243]O depoimento foi retirado da matéria do jornal “O Tempo”, disponível para leitura completa em: <https://www.otempo.com.br/cidades/ultimas/movimentos-sociais-protestam-contra-instalacao-de-pedras-sob-viadutos-de-bh-1.2230589>. Acesso 03 de agosto de 2020.

[244] A pesquisadora desta dissertação em questão e a pesquisadora Carolina Nasser estiveram presentes e representaram o Grupo de Pesquisa Indisciplinar na audiência pública citada, criticando a implementação de pedras como um ato de hostilização do espaço público, relembrando a contextualização territorial da Lagoinha com relação à OUC ACLO e seu caráter de ADE como principais pontos de controvérsia quanto a alteração de parâmetros urbanísticos, valorização imobiliária e exploração do potencial turístico.

[245]Para mais informações, consultar a página da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/09/pedras-pontiagudas-fixadas-sob-o-viaduto-da-lagoinha-preocupam>. Acesso 04 de agosto de 2020.

[246]O relato foi retirado da matéria do jornal “Estado de Minas”, redigido por Márcia Maria Cruz, em 06 de setembro de 2019, disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/06/interna_gerais,1082986/instalacao-de-pedras-sob-viadutos-de-bh-pode-parar-na-justica.shtml>. Acesso 04 de agosto de 2020.

Maciel, que enfatizou a necessidade de priorizar os gastos em políticas públicas habitacionais, ressaltando:"Vivemos em uma cidade loteada. Nós não viemos aqui para brigar com a Prefeitura. Queríamos mesmo entender o que foi feito, mas a PBH não veio (...) Queremos pedra é para construir as nossas casas e não assim, debaixo dos viadutos".

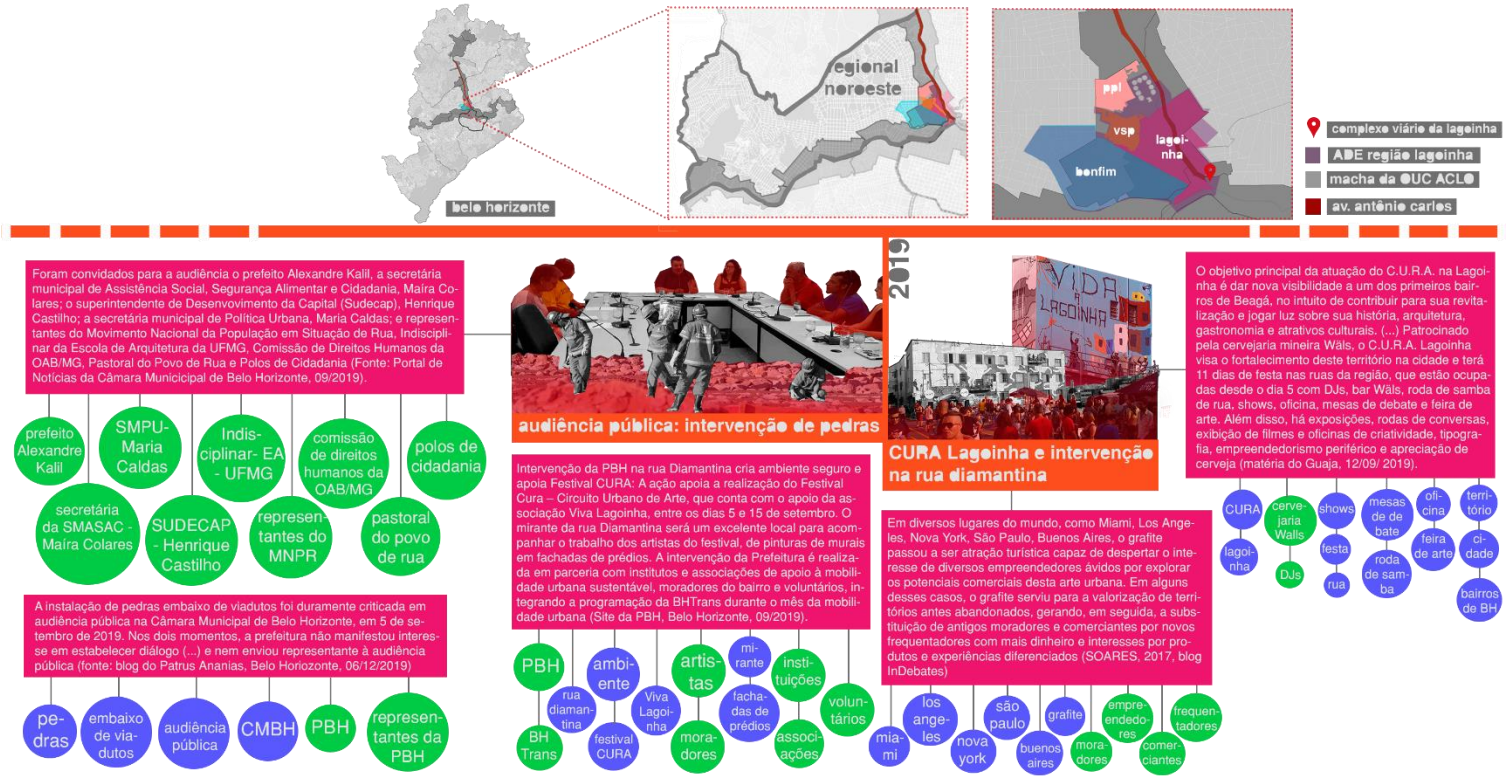


Figura 68- Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Como bem lembrado pelas lideranças do movimento social, a recente instalação de pedras em baixios de viadutos não é um fato inédito na cidade de Belo Horizonte. Tal episódio lembra a antiga estratégia de exclusão urbana utilizada no ano de 2011, ao longo da gestão do prefeito Márcio Lacerda. A intervenção naquela época deu-se na Av. Cristiano Machado e a finalidade da obra se fez evidente através do relato do antigo secretário regional "Realizamos esta obra com o objetivo de evitar que o espaço público seja transformado em área de ocupação irregular" (BELO HORIZONTE, 2011[247] *apud* CARNEIRO, 2016, p. 444). C29

Assim tais ações retratam com precisão como na cidade revanchista, os grupos marginalizados (negros, pobres, sem teto, usuários de drogas) são tratados como indesejáveis e convertidos aos olhos da hegemonia social às formas mais transgressoras de vida e à ameaça

[247]BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Prefeito Márcio Lacerda visita Regional Norte**. 2011

da ordem pública.

Sendo o intuito dessa cartografia, a exposição das controvérsias na região da Lagoinha, não poderíamos deixar de trazer à tona, outra intervenção urbana realizada praticamente no mesmo intervalo temporal e recorte territorial, mas que exibiu um caráter interventor e atores humanos completamente diferentes. Assim ressalta-se a manchete do site da Prefeitura "Intervenção da PBH na rua Diamantina cria ambiente seguro e apoia Festival CURA". Sendo o mais interessante de se notar o fato de que essa iniciativa é anunciada 10 dias após a instalação das pedras nos baixios dos viadutos.

Segundo a PBH, a ação teve como foco a implementação de uma "Zona 30" no bairro Lagoinha, com intuito de estabelecer uma mudança no fluxo viário, dando preferência aos pedestres, bicicletas e pessoas de mobilidade reduzida, além de limitar a velocidade dos veículos. Tal operação foi conduzida por uma parceria entre o Estado (BHTrans, Superintendência de Limpeza Urbana - SLU e Belotur) e o Festival CURA[248] sob justificativa de que "[o] mirante da rua Diamantina será um excelente local para acompanhar o trabalho dos artistas do festival, de pinturas de murais em fachadas de prédios". De acordo com Juliana Flores, uma das idealizadoras do festival:

> A BHTrans refez toda a pintura da rua Diamantina e está implantando a Zona 30km na via. Essa parceria nos deixou muito felizes, pois não dá para fazer um festival se não pensarmos no legado que vamos deixar para as pessoas continuarem a frequentar o bairro e conhecê-lo melhor andando por lá. Eu brinco que o C.U.R.A. sai, mas a Lagoinha fica. Porque apesar de haver a sensação de insegurança, a Lagoinha não é um bairro inseguro e não tem crimes violentos. O Rolezin do Filipe me encantou por isso: pela possibilidade de você descobrir o bairro a pé. Rua com gente é rua segura; rua vazia é que é insegura. E nós do C.U.R.A. queremos isso: levar as pessoas para lá, frequentar a Lagoinha, tomar cerveja lá, comer nos restaurantes de lá (Depoimento de Juliana Flores, organizadora do Festival CURA: Belo Horizonte setembro 2019)

Vale destacar também que o evento do Festival CURA resulta na última intervenção espacial de viés cultural e de embelezamento urbano cartografada por esta pesquisa, até então. O evento aconteceu entre 5 a 15 de setembro de 2019 em uma edição especial na região da Lagoinha e se deu através do incentivo de duas iniciativas locais, o Movimento Viva

[248]O Festival Circuito Urbano de Arte (CURA) leva nessa edição uma experiência prolongada de arte e empreendedorismo criativo para o território da Lagoinha a fim de dar nova visibilidade a um dos primeiros bairros de Beagá, no intuito de contribuir para sua revitalização e jogar luz sobre sua história, arquitetura, gastronomia e atrativos culturais. O CURA já havia acontecido em edições passadas no bairro do Centro, no mirante Santa Tereza entre 2017 e 2018. Para visualizar a metéria completa, visite:<https://guaja.cc/cura-lagoinha/>. Acesso 08 de agosto de 2020.

Lagoinha[249] e o projeto Casas da Lagoinha[250]. O patrocínio partiu de um acordo com a cervejaria mineira Wäls que estava à procura de uma estratégia comercial para comemorar os 20 anos de sua marca[251]. De acordo com os veículos midiáticos, o objetivo do CURA Lagoinha seria contribuir para a revitalização do bairro e chamar atenção à cena arquitetônica, gastronômica e cultural, fortalecendo a região por meio de 11 dias de festas e atividades gratuitas e temporárias nas ruas, dentre elas: rodas de samba, shows, meses de debates, oficinas, feira de arte, além da própria experiência de arte em tempo real sendo concretizada por meio da grafitagem das empenas dos prédios[252].

De fato, a iniciativa é um convite para olhar e vivenciar o espaço público de uma nova maneira, além de democratizar o acesso à arte, o evento traz uma linguagem artística própria e contemporânea ao valorizar pautas identitárias e o trabalho de artistas locais[253]. No entanto, a relação quase sincrônica entre a realização do CURA e o evento da instalação das pedras nos baixios dos viadutos do complexo Lagoinha, expõe uma outra face das intervenções urbanas: há diferentes intervenções espaciais para cada tipo de cidadão, estando o caráter da intervenção pautado na classe socioeconômica do indivíduo e na possibilidade de uso/consumo da cidade. C30

Afinal, mesmo que o evento tenha sido gratuito, em algum nível, seu intuito é inserir a Lagoinha em uma competição entre bairros e cidades, exibindo seus atrativos urbano-culturais sob um discurso inclusivo, de modo que a estratégia está intimamente pautada no embelezamento urbano e, antes de tudo, no marketing urbano através do potencial de venda/compra do espaço.

Nesse aspecto, a região da Lagoinha foi palco de outras ações de caráter similar, dentre estas, podemos citar o Movimento Gentileza Lagoinha[254] que contou com algumas etapas de

[249]O Viva Lagoinha é um dos principais fomentadores do empreendedorismo local e da transformação da cidade por meio da economia criativa. Filipe Thales, o idealizador do movimento enfatiza que o Viva Lagoinha se trata de uma rede de empreendedores que acreditam na requalificação do bairro Lagoinha. Para mais informações, escutar o podcast do P7 Criativo, "Tá na Praça #07 com Ivan Neves, Juliana Flores e Filipe Thales". Disponível na plataforma Spotfy: <https://open.spotify.com/episode/1avEzq31jx1LHCL0syNm8e?si=0bnovKg3QeGpwHPhBD9nuw>. Acesso 23 de junho de 2020.

[250]Para mais informações, acessar: <https://www.casasdalagoinha.com.br/>. Acesso 05 de agosto de 2020.

[251]"Fui procurada pela equipe da cervejaria Wäls para desenvolver algo para os 20 anos da marca, que é mineira, foi fundada por belo-horizontinos e tem como lema cerveja-arte. Após duas horas de reunião e mil ideias, nada fazia o olho deles brilhar. Até que falei da Lagoinha e do rolezinho que eu tinha feito por lá. E foi isso que os encantou! Eles apostaram na ideia e acreditaram junto conosco que seria lá" (Depoimento de Juliana, organizadora do CURA).

[252]Para mais informações, acessar: <https://cura.art/cura-lagoinha/.Acesso 05 de agosto de 2020.

[253]A leitura da matéria completa está disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/a-arte-o-olhar-e-a-cidade/> 10 de agosto de 2020.

[254]Segundo o site da PBH, a ação denominada de Movimento Gentileza tem como compromisso conectar pessoas e instituições por meio de ações que contribuem para uma Belo Horizonte mais acolhedora e humana para todos. " Além disso, a PBH também informa: "Em dois anos e meio de atuação em Belo Horizonte, o Movimento Gentileza trabalha com a realização e apoio a diversas ações que contribuem para uma cidade mais gentil com a cena urbana e os cidadãos, sempre em parceria com o poder público municipal e a iniciativa privada. " Para mais informações, leitura completa disponível em:

intervenção. A primeira etapa aconteceu por meio da pintura da fachada do CCLAO, que fica dentro do Mercado da Lagoinha. Apesar da iniciativa carregar o nome "Lagoinha", a segunda etapa do evento aconteceu em abril de 2019 por meio da pintura do muro do IAPI, localizado na Pedreira Prado Lopes, entre a Rua Araribá e José Bonifácio, local onde também está instalada uma cena de uso pública de drogas.

A ação foi pensada e executada com os atores locais da PPL e do IAPI, estando presente na intervenção aproximadamente 100 grafiteiros da região da Lagoinha, sob curadoria do coletivo local: Rupestre Crew[255]. Ao fim do evento houve a participação do grupo OriSamba[256] e destaca-se a presença da polícia civil e um breve aparecimento do prefeito Kalil que reiterou a necessidade de ocupação do espaço pela cultura: "Temos que ir ocupando, embelezando a cidade e melhorando a vida e o bem-estar de todo mundo. A determinação do prefeito é que a população use e ocupe a cidade"[257]. Quanto aos órgãos públicos, o CCLAO, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a SLU e a SMASAC contribuíram intersetorialmente no fomento da proposta.

> Começamos fazendo uma série de reuniões com o pessoal do Conjunto Habitacional IAPI. Isso porque havia uma grande discussão em torno do muro do IAPI, se derruba o muro ou se deixa, se faz isso ou aquilo. As Forças de Segurança defendiam que tinha que derrubar porque o mesmo tampava a visão e nós (SMASAC) trazíamos o questionamento sobre o significado desse muro no território e entre outras questões. Foram várias rodadas discutindo esse muro. Então chamamos os moradores da PPL e do IAPI e fizemos uma reunião dentro do IAPI, que foi um momento muito legal também, para discutir as intervenções que estavam sendo feitas, de porque o foco não era só mais na Rua Araribá, questões mais gerais do IAPI e a questão do muro. E aí a comunidade falava - "Não, a gente não quer que derrube esse muro! " Tinha gente que queria e tinha gente que não queria, porém, a maior voz que ficou sendo mais forte ali, foi pela não derrubada do muro. Então, tivemos que pesar o que fazer com esse muro e surgiu a proposta de fazer uma intervenção artística envolvendo vários artistas da cidade, envolvendo grafiteiros daquela região, inclusive. O Projeto Gentileza foi decisivo nessa fase. E o que que a gente faria naquele muro? O que grafitar naquele muro? E aí novamente a Segurança Alimentar entra no circuito, em parceria com o Projeto Gentileza, fazendo uma oficina com os artistas e com os moradores sobre temáticas em relação ao muro: a história da região da Lagoinha, a questão das ervas medicinais, os quintais verdes, a presença dos Hortelões da Lagoinha…Enfim, fizemos essa oficina e depois a intervenção no muro. Com isso, começamos a olhar

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/movimento-gentileza-abre-programacao-da-mostra-gentileza-no-carnaval>. Acesso 05 de agosto de 2020.

[255]O site do coletivo e suas artes estão disponíveis em: <http://rupes3.blogspot.com/>. Acesso 05 de agosto de 2020.

[256]OriSamba é um grupo cultural artístico-carnavalesco de matriz afro-brasileira, que surgiu em 2016 com a iniciativa dos moradores do bairro da Lagoinha de BH e Região Metropolitana, além de integrantes da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. Descrição retirada da fanpage do *Facebook* do grupo musical, disponível em: <https://www.facebook.com/orisambaoficial>. Acesso 05 de agosto de 2020.

[257]A fala do prefeito Alexandre Kalil foi retirada de duas fontes secundárias: vídeo realizado pela PBH, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j-NJvjMFykI> e da matéria de jornal "Hoje em Dia", disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/gentileza-lagoinha-leva-grafite-a-muro-do-conjunto-iapi-1.704341>. Acessos em 05 de agosto de 2020.

mais para o entorno da região da Lagoinha, por exemplo para a passarela do metrô da Estação Lagoinha, que estava muito degradada.[258] Mas também não queríamos fazer uma intervenção agressiva, para deixar bonito, não era esse o objetivo, mas sim, ter o envolvimento daquelas pessoas locais. Então fizemos o alargamento da calçada, abrimos um processo para construção de uma feira ali, a qual tinham sido todas essas demandas dos moradores, quanto à necessidade de ter esse espaço de comercialização. Também vimos outras necessidades que a população tinha e a Secretaria de Esportes chegou para sua atuação no território fazendo a academia aberta na Rua Araribá, além de uma agenda semanal com o "BH é da Gente". (Depoimento de Maíra Colares, secretária da SMASAC: Belo Horizonte, 2019)

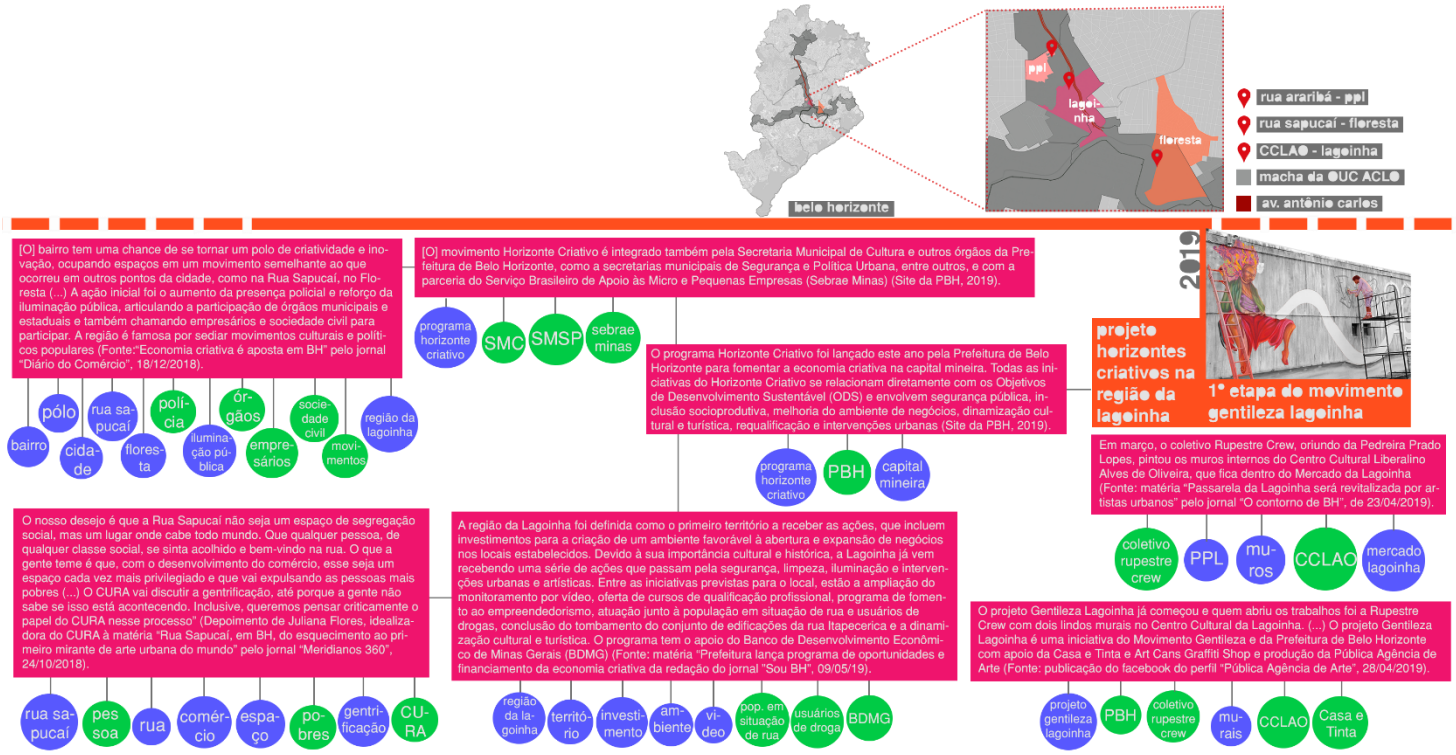


Figura 69 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Como explicitado pelo relato da secretária da SMASAC, Maíra Colares, a iniciativa começou a se construir em conjunto com outros projetos que visavam melhorias espaciais, sociais voltadas à saúde pública na região da Lagoinha. O que nos leva então, à segunda etapa do projeto, o qual, ocorreu em março de 2019, episódio no qual o "Movimento Gentileza leva arte urbana para passarela da Lagoinha" segundo manchete da PBH[259].

[258]3° etapa das intervenções realizadas pelo Projeto Movimento Gentileza Lagoinha. Para mais informações, acessar o vídeo da intervenção artística, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zMkVz_6ealg>. Acesso 05 de agosto de 2020.
[259]Mais informações estão disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/movimento-gentileza-leva-arte-urbana-para-passarela-da-lagoinha>. Acesso 07 de agosto de 2020.

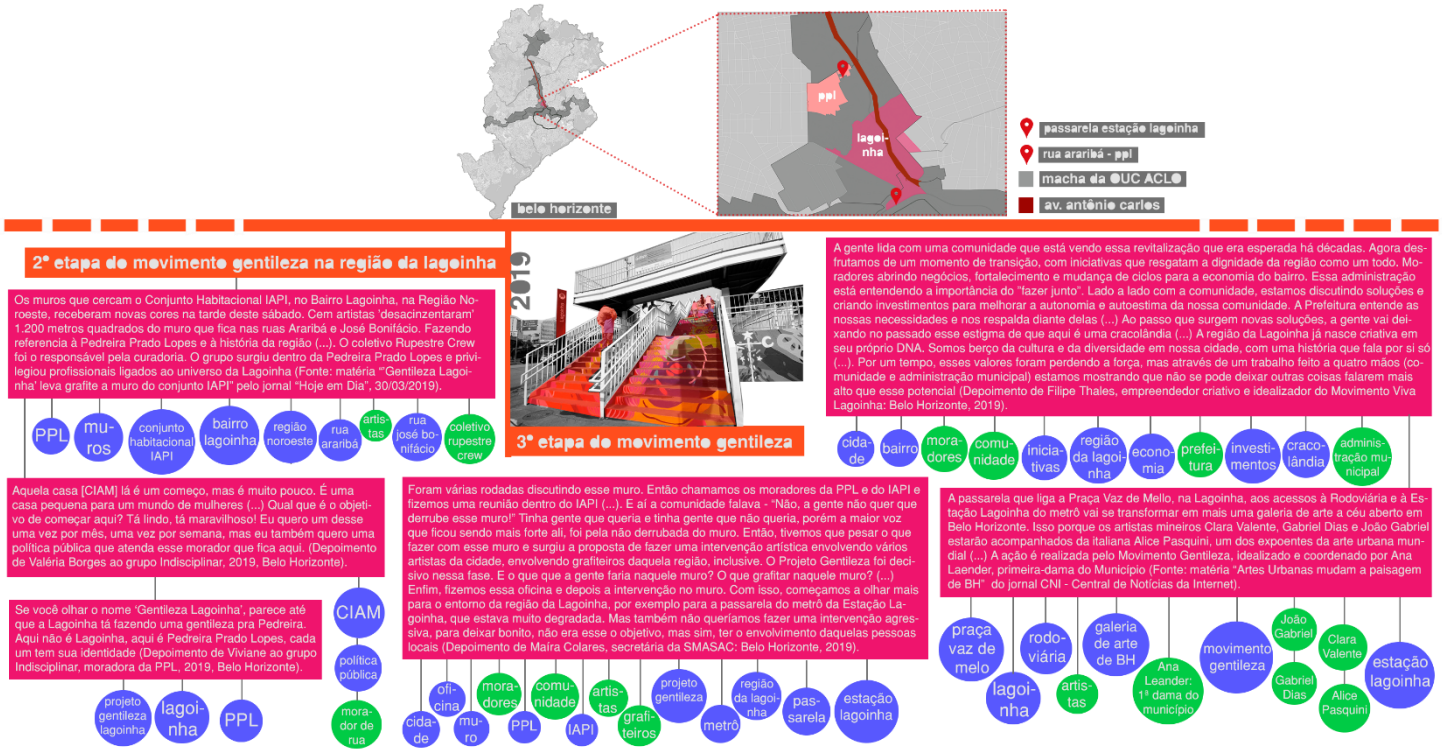


Figura 70 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal para o ano de 2019. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Nesta intervenção, a intenção do poder público foi transformar a passarela que liga a Praça Vaz de Mello à Rodoviária e à Estação Lagoinha do metrô em mais uma galeria de arte a céu aberto em Belo Horizonte. Para realizar a ação, foram chamados: Clara Valente, Gabriel Dias e João Gabriel, além da italiana Alice Pasquini, grafiteira italiana expoente da arte urbana mundial convidada pelo Cônsul da Itália, que se juntou a iniciativa devido à influência da imigração italiana no final do século XIX e início do século XX na região da Lagoinha.

De fato, essa cenografia promovida pelo grafite altera as dinâmicas do espaço e a percepção estética dos usuários (RIBEIRO, 2018). Diante disso, muitos relatos apontam para a satisfação da sociedade civil com a melhoria da paisagem urbana na região da Lagoinha através dos murais grafitados, à exemplo do relato do morador local: "Sou morador do Lagoinha e passo aqui praticamente todos os dias e sempre imaginei esse espaço pintado com grafite. Então tá sendo um sonho".[260] Assim, as intervenções artísticas na região expressam a realização de requalificações urbano-culturais pontuais aliadas à inclusão dos artistas de rua locais, trazendo

[260]Depoimento completo do morador pode ser acesso no site do G1, disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/o-que-fazer-em-belo-horizonte/noticia/2019/04/23/artistas-transformam-passarela-icone-de-bh-em-mural-e-discutem-arte-urbana-em-evento-gratuito.ghtml>. Acesso 05 de agosto de 2020.

um sentido identitário e de pertencimento para a ação.

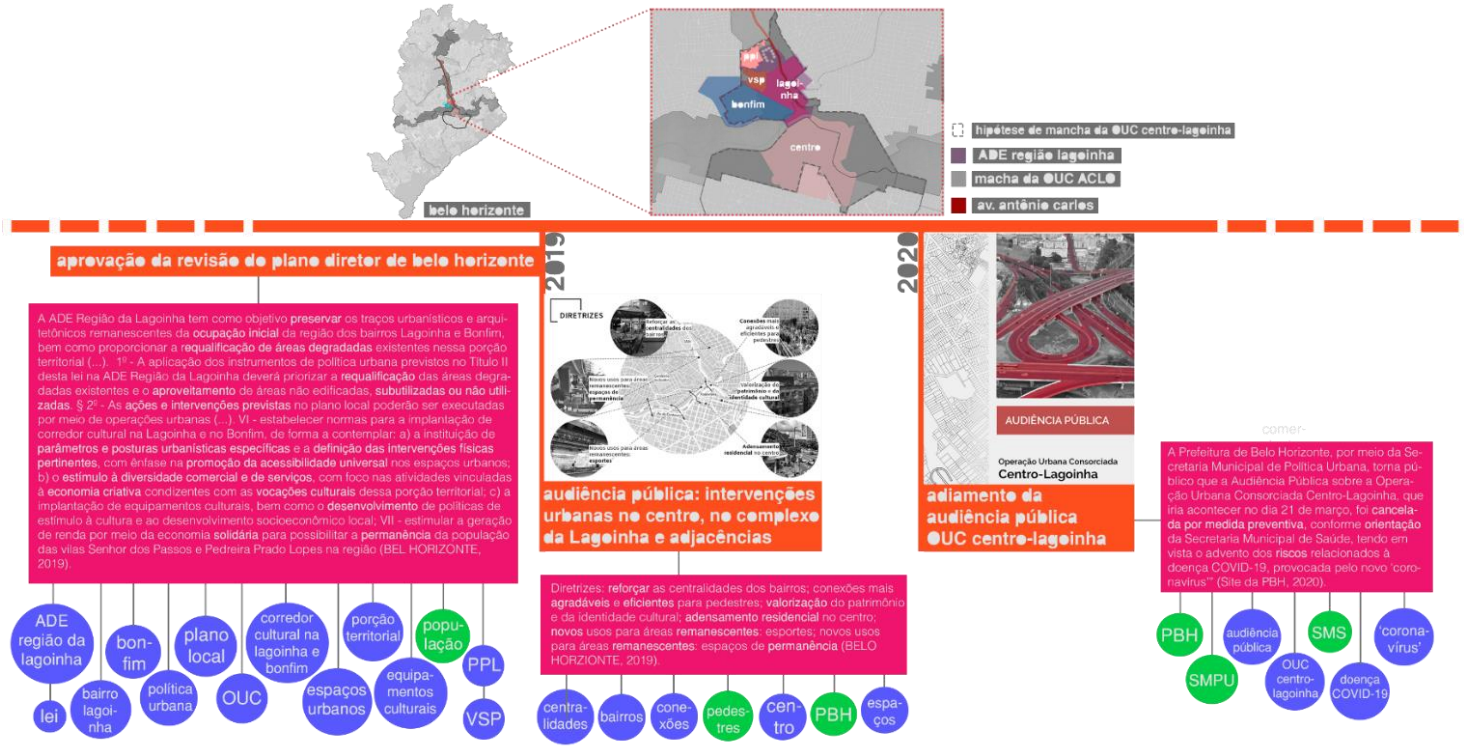


Figura 71 - Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha: linha do tempo com recorte temporal de 2019 a 2020. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Por outro lado, também existem posicionamentos contrários ou pelo menos, crontroversos às ações de embelezamento. Estes foram coletados no dia da intervenção do muro do IAPI, à exemplo da fala da moradora da Pedreira Prado Lopes, Viviane: "Se você olhar o nome - Gentileza Lagoinha - parece até que a Lagoinha tá fazendo uma gentileza pra Pedreira. Aqui não é Lagoinha, aqui é Pedreira Prado Lopes, cada um tem sua identidade". Outro depoimento mapeado foi da moradora e liderança da PPL, Valéria Borges, que contrapôs:

> A Pedreira, a nossa comunidade, é a única favela de Belo Horizonte que acolhe qualquer um. Ninguém é jogado para fora ninguém é lançado para fora e eu fico pensando muito nisso, o Kalil prometeu que ia acabar com isso aqui, mas ele não apresentou nenhuma política pública que vai atender isso aqui. Aquela casa lá[261] é um começo, mas é muito pouco. É uma casa pequena para um mundo de mulheres. E que política pública ele tá pregando? Qual que é o objetivo de começar por aqui? Tá lindo, tá maravilhoso! Eu quero um desse uma vez por mês, uma vez por semana, mas eu também quero uma política pública que atenda esse morador que fica aqui. Porque senão, fica muito fácil sabe, fica muito fácil vir aqui...filma, faz essa lindeza toda e vai embora, mas e amanhã? Amanhã eu vou voltar aqui, eu vou passar pra trabalhar e eu vou trombar com os moradores de rua. De segunda a sexta feira, você passa, todos os usuários de droga de Belo Horizonte tão aqui nesse lugar. Hoje que o prefeito veio,

[261]Valéria se refere ao CIAM na Lagoinha.

> tá limpinho, não tem um morador de rua, então eu acho o seguinte, se você vai fazer um programa, você tem que fazer um programa que vai solucionar o problema, não um programa que vai varrer o problema para a porta do outro. Porque, aonde que tá os meninos que ficam aqui? (Depoimento de Valéria Borges, liderança da PPL: Belo Horizonte, abril 2019).

Ao tentar cartografar as atuais dinâmicas socioespaciais na região da Lagoinha, também nos deparamos com outros projetos promovidos em 2019 que estiveram auxiliando a promoção dessa suposta "requalificação cultural". Um deles, foi o projeto: Moradores da Lagoinha: a humanidade do patrimônio, ocorrido em junho de 2019, cujo resultado advém de uma parceria[262] entre: SMC, FMC, produtora Nitro Histórias Visuais e os próprios moradores locais, que contribuíram com seus depoimentos para a realização do registro da memória local da região[263]. Segundo a PBH, o objetivo desse projeto foi uma "ação de ocupação do espaço público por artes integradas – exposição fotográfica em grande formato, produção audiovisual e contação de histórias - destinadas a promover a educação para e pelo patrimônio cultural. "[264].

Dessa forma, a iniciativa visa reparar uma invisibilidade histórica desse território com relação à construção da cidade planejada de Belo Horizonte e ainda tenta resgatar a esfera imaterial, no que se refere às pessoas e à cultura, imbricadas à concretude do espaço urbano, como apontam respectivamente os depoimentos do secretário municipal da cultura, Juca Ferreira e do escritor Gustavo Nolasco, autor do projeto Moradores[265]:

> Torna-se necessário montar um processo profissional e abrangente de prospecção e registro da memória local a ser documentado por meio de registros audiovisuais. As cidades e os espaços urbanos não são apenas resultado de uma adaptação ao meio físico, são também produto e resultado da cultura de seu povo, que permanentemente os recria e dá novos sentidos à maneira singular de lidar com a dimensão material (Depoimento de Juca Ferreira, secretário de Cultura: Belo Horizonte, junho 2019).

---

[262]Nota-se que o projeto também teve mediação de demais atores humanos, sendo eles, na esfera do poder público: Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira (CCLAO); corpo técnico da Assessoria de comunicação da Secretaria Municipal de Cultura; Rômulo Righi Filho (SUCOM); Almanaque do Samba - A casa do samba de Minas Gerais; Diretora do Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha, Françoise Jean; Presidenta da FMC - Fabíola Moulin e Secretária Municipal Adjunta de Cultura - Gabriela Saliés. Na esfera do setor privado, temos a participação de Peixe-Vivo: Cartografia Social e Pedreira Feira Shopping. Já no âmbito da sociedade civil, temos: Ângela Pamplona, Filipe Thales (Viva Lagoinha), Robson Costa, ONG Regenerados, Bloco Leão da Lagoinha, Daniel Queiroga (Casas da Lagoinha), Cida Barcelos (Hortelões da Lagoinha), Pai Ricardo e família (Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente).

[263]"A coleta desses testemunhos foi feita na primeira semana de junho, em tendas montadas na Lagoinha e nas comunidades do entorno: Pedreira Prado Lopes, Vila Senhor dos Passos, Conjunto IAPI e Bonfim. O material será organizado, agora, para a montagem de uma exposição fotográfica em grande formato, de um documentário de curta metragem, além de diversas intervenções pelas ruas, casas e prédios da Lagoinha. " (RIBEIRO, 2019). Matéria completa pode ser lida na aba "notícias" site da UFMG, disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/projeto-moradores-resgata-patrimonio-cultural-do-bairro-lagoinha>. Acesso 07 de agosto de 2020.

[264]A filmagem com relatos dos moradores locais está disponível em: <https://www.facebook.com/nitrohistoriasvisuais/videos/1270890443081278>. Acesso 07 de agosto de 2020.

[265]Os depoimentos foram coletados do site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/lagoinha-recebe-o-projeto-moradores-humanidade-do-patrimonio>. Acesso 07 de agosto de 2020.

> Nosso objetivo é despertar nos moradores, ex-moradores, trabalhadores, comerciantes e frequentadores o orgulho de ser patrimônio de um importante bairro de Belo Horizonte. Recontar a história desse território a partir da memória afetiva de cada um deles será um passo importante dentro desse amplo projeto da Prefeitura de revitalização da Lagoinha. Fazer com que as pessoas percebam que um território faz parte da sua própria história é o gatilho para que elas se tornem suas guardiãs (Depoimento Gustavo Nolasco, autor do projeto: Belo Horizonte, junho 2019)

Apesar da importância do projeto, não podemos deixar de salientar como as narrativas tentam emplacar a ideia de que este e os demais projetos pontuais efetivados atuam na execução de uma revitalização urbana da região. Como explica Leonardo Castriota, a revitalização da região da Lagoinha deveria partir de um processo mais complexo, ultrapassando a auto-valorização e a visibilidade local através da arte, para de fato articular os pilares das dinâmicas urbanas com as formas de vidas locais.

> A Lagoinha precisa de uma intervenção integrada, não basta só intervenções físicas, é preciso que você cunjugue ao mesmo tempo as intervenções sobre arquitetura e os espaços públicos do bairro, com um tratamento muito cuidadoso na economia local e também principalmente nas pessoas que moram aqui. Então você tem que conjugar, arquitetura, urbanismo, economia, cultura e sociedade (Depoimento do Profº Leonardo Castriota, Belo Horizonte, 2019).[266]

Quanto à economia local, entra para esta cartografia o programa Horizonte Criativo[267] que assume um caráter interventor socioeconômico e empreendedor local. Este projeto foi criado em abril de 2019 pela SMDE, com intuito de fomentar um *cluster* de indústria criativa na região da Lagoinha, promovendo a partir desse território, um pólo de inovação na cidade de Belo Horizonte. Segundo a PBH: "O escopo do programa é amplo, indo desde a segurança pública por meio de videomonitoramento, inclusão socioprodutiva, melhoria do ambiente de negócios, dinamização cultural e turística, requalificação e intervenções urbanas. Todas as medidas afirmam seguir o direcionamento das diretrizes dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) promovidos pela ONU[268]. As notícias midiáticas também trazem destaque para o uso de consultoria internacional para o assessoramento desse projeto, demonstrando um

[266]O depoimento foi retirado da matéria de jornal Minas <https://www.youtube.com/watch?v=M3l8Bk3CvjE>. Acesso 07 de agosto de 2020.
[267]"O programa Horizonte Criativo foi lançado este ano pela Prefeitura de Belo Horizonte com o objetivo de oferecer o ambiente adequado para que as atividades criativas - cultura, criações funcionais, mídia, tecnologia e inovação - possam prosperar na capital. Além de valorizar a história, a cultura e a produção local, o Horizonte Criativo visa promover a marca de Belo Horizonte como cidade criativa e inovadora" Para mais informações, visitar o site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/programa-de-economia-criativa-da-prefeitura-recebe-consultoria-internacional>; <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-bdmg-apresentam-portunidades-e-financiamento-para-economia-criativa>; <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-recebe-resultados-de-consultoria-para-programa-horizonte-criativo>. Acesso 23 de junho de 2020.
[268]Os 17 objetivos da ONU podem ser verificados no site, disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> . Acesso 23 de junho de 2020.

claro viés empresarial.

> A região da Lagoinha foi definida como o primeiro território a receber as ações do programa, que incluem investimentos para a criação de um ambiente favorável à abertura e expansão de negócios nos locais estabelecidos. De acordo com o secretário, devido à sua importância cultural e histórica, a Lagoinha já vem recebendo uma série de intervenções intersetoriais que passam pela segurança, limpeza, iluminação e intervenções urbanas e artísticas. [Cláudio] Beato destacou as possibilidades de abertura e expansão de negócios na região, apoiados em projetos de responsabilidade social e de construção de bases de conhecimento, como pesquisas, seminários e cursos. Entre as ações previstas pela Prefeitura para o local, estão a ampliação de videomonitoramento, oferta de cursos de qualificação profissional, programa de fomento ao empreendedorismo, atuação junto à população em situação de rua e usuários de drogas, conclusão do tombamento do conjunto de edificações da rua Itapecerica e a dinamização cultural e turística. A região da Lagoinha abriga hoje mais de 4.800 empresas, na sua maioria micro e pequenas (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).[269]

Tendo em vista o foco final desta cartografia nas ações da atual gestão de Belo Horizonte, contata-se que os atores envolvidos nos programas engajados desde 2017 se mostram diversos, evidenciando uma mescla de iniciativas que se proliferam graças às parcerias público-privadas em associação à sociedade civil[270]. Nota-se que o laço de colaboração com certas lideranças comunitárias contribui para a inserção dos atores "externos" ao território. Consequentemente, cada vez mais, uma narrativa local desponta em defesa da intervenção espacial da região, desde que promovida em consenso pelos moradores. Assim, a atual dinâmica instalada na região da Lagoinha condensa empresas privadas, recursos públicos, marketing e embelezamento urbano através de iniciativas de certos atores locais. Estas iniciativas podem ser comprovadas por uma ampla disseminação midiática sobre a região nos últimos anos.

Quanto aos desdobramentos disso, eles podem ser tanto positivos, quanto negativos. Positivos quanto ao empoderamento da sociedade civil no envolvimento das decisões locais e na difusão de conhecimento sobre a origem do território e sua importância. Porém, o lado negativo pode aflorar quando nos deparamos com a reflexão sobre a possibilidade de gentrificação, ao passo que as estratégias de requalificação urbana se concretizam. Não

[269]"Programa de economia criativa da Prefeitura recebe consultoria internacional" de duas empresas: SAP Social Sabbatical e Pyxera Global, além de ter financiamentos a partir do Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (BDMG). Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-bdmg-apresentam-portunidades-e-financiamento-para-economia-criativa> Acesso 08 de agosto de 2020.

[270]Mais de 70 participantes, entre os quais representantes de 40 empresas, de movimentos sociais, empreendedores e proprietários de imóveis da região da Lagoinha conheceram nesta quarta-feira, dia 8, o Programa Horizonte Criativo, que reúne as oportunidades de investimento e de financiamento para a economia criativa na capital mineira. A reunião de apresentação foi feita Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da SMDE, e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (BDMG) no auditório do BDMG, em Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-bdmg-apresentam-portunidades-e-financiamento-para-economia-criativa>. Acesso 30 de junho de 2020.

queremos dizer aqui que qualquer requalificação ou Operação Urbana irá desencadear um processo de gentrificação, mas demais experiências revelam uma íntima conexão entre esses processos. Nesse viés, a própria classe criativa que parece sustentar ideologicamente o processo de requalificação, poderá vir a sofrer os impactos futuros sobre a exploração comercial da arte, história, cultura e arquitetura desse território. Pois, para além de valorizar a narrativa da história local, as iniciativas já chegam na fase de comercialização turística da estética e da urbanidade local. Como exemplo, poderíamos citar a ascensão de *tours* guiados pela Lagoinha[271] e o acontecimento de festivais temporários, como o CURA.

Assim, esta pesquisa traz uma reflexão sobre a possibilidade de gentrificação ainda em desdobramento, que revela seus indícios através de um sutil efeito "gourmetizador" que estaria tomando conta da região da Lagoinha e cujo motivador parece ser a urgência pela transformação da realidade de descaso. No entanto, aponta-se para o risco de se transformar a realidade banal e por vezes desigual em um espetáculo identitário cultural, camuflando as críticas às questões socioeconômicas estruturais quanto ao uso e à ocupação do espaço público urbano.

Desta forma, a simultaneidade dos eventos que promovem o controverso desfecho final desta cartografia: as intervenções de embelezamento realizadas por meio de arte urbana do festival CURA e a hostilização do espaço urbano via implementação de pedras nos baixios dos viadutos; reafirmam a relação simultânea entre a capacidade de mobilidade geográfico de investimento de capital em um mesmo território. Ou seja, como enfatizado por Neil Smith (2006), a possibilidade de degeneração de um local específico, cria as condições para o reinvestimento de capital e esse processo pode tomar a forma da gentrificação quando a reestruturação urbana e a filtragem do tecido social ocorrem em conjunto. Além disso, a concomitância dos eventos nos abre a percepção para as várias camadas em que a gentrificação pode operar, desde o higienismo explícito até a espetacularização do ambiente construído. As nuances entre essas camadas de gentrificação se dividem pela influência de um único fator, os corpos afetados. Por isso, como questionamento final, nos perguntamos, para quem as iniciativas público-privadas e empreendedoras realmente fomentam a "humanidade" e a "gentileza" na produção espacial?

[271]Em parceria com o coletivo "Nossa grama verde", o Movimento Viva Lagoinha vem realizando uma iniciativa de turismo guiado denominado "Rolezin Lagoinha". O evento já teve parceria com a própria UFMG, mas também oferece compra de ingressos online. Para mais informações, acessar: <https://www.airbnb.com.br/experiences/338149> e <https://www.youtube.com/watch?v=Br-wJf7klcU>. Acesso 07 de agosto de 2020.

O fato que não podemos deixar de ressaltar é que a estratégia de promoção da arte urbana pode ser amplamente verificada em experiências mundiais (a exemplo das cidades de Berlim, Paris, Nova York e Barcelona) como uma etapa no processo de gentrificação, sendo nestes casos, a "isca" perfeita, como posto por Arantes, por ser barata e fácil de implementar. Assim, quando o ambiente construído se vê melhorado, o mercado imobiliário se aproveita da nova valorização do solo urbano e como principal consequência disso, nota-se o aumento gradual nos preços dos aluguéis acompanhado da ascensão de lógicas locatárias como o Airbnb e o consequente deslocamento dos grupos de menor poder aquisitivo, substituídos pelos novos moradores de classe mais alta. Em poucas palavras, isso é a gentrificação nos moldes europeus ou anglo-saxões.

Mesmo que o artifício da arte urbana possa trabalhar a autoestima dos moradores locais, valorizar os temas ligados à história local e democratizar o acesso à arte, como se verifica no caso das intervenções na região da Lagoinha, nos perguntamos, qual ator humano ou não-humano realmente está sendo beneficiado com essa proposta e qual pode ser o impacto futuro desta e das demais estratégias de embelezamento urbano para a vida local? Mesmo que a opinião pública seja praticamente unânime na favorabilidade à intervenção, resta ainda o questionamento sobre o quanto tais políticas, não esbarram em uma tentativa de camuflar problemáticas urbanas estruturais, se apropriar da estética da resistência da cultura marginal, transformando-a em mais uma forma de marketing urbano e turismo artístico como publicização da vida.

Poderia-se dizer que não há indícios de uma gentrificação ocorrendo na região da Lagoinha quando se observam os padrões mundiais, principalmente devido a inexistência de um capital privado em escala global. Isto dito, primeiramente, é importante ressaltar que a hipótese defendida aqui é que o processo de gentrificação já está em curso na região da Lagoinha desde a destruição do Curral Del Rei e a consequente segregação espacial histórica desse território. Por esse motivo é que esta cartografia traz luz ao início da construção de Belo Horizonte, pautado no higienismo e tangenciando as mudanças de paradigma na conduta do setor público quanto às remoções e às intervenções habitacionais/urbanas até os momentos de retrocessos identificados nos eventos mais contemporâneos, que revelam que cidade ainda é refém de lógicas segregacionistas.

Em segundo lugar, não é nosso intuito afirmar que foram os grafites, as melhorias urbanas ou os projetos culturais que causam a gentrificação, mas salientar que, estes podem

acabar compondo uma alavanca fundamental para a valorização do território em consonância com os interesses de investidores do setor imobiliário, caso haja uma apropriação de instituições financeiras na execução da OUC em Belo Horizonte, sem uma eficiente regulamentação por parte do Estado e da sociedade civil. De fato, os processos que acontecem em cidades européias ou anglo-saxônicas não devem servir de espelho para as experiências nas cidades da América Latina, que estão na periferia do capitalismo mundial. Ademais, apenas a possibilidade de um processo de gentrificação não deve ser motivo para barrar melhorias urbanas necessárias para humanizar os espaços públicos de uma área que já deflagra um estado de degradação urbana. Portanto, deve-se pensar nas possibilidades para brecar tal processo, tendo em vista que a região da Lagoinha já apresenta condicionantes desfavoráveis para a manutenção e permanência de seus moradores locais, como: a realidade constatada de um estado de degradação urbana, o esvaziamento residencial e uma alta taxa de moradores vivendo de aluguel.

Em terceiro lugar, é importante frisar que o mapeamento das ações da SMASAC denota uma mudança de paradigma nas políticas de saúde pública da cidade de Belo Horizonte e uma tentativa de aplacar a estrutural desigualdade social a partir de medidas amparadas na redução de danos. Outro ponto a ser considerado é que este trabalho não consegue abarcar um dado essencial para a comprovação da gentrificação: a análise quanto ao aumento do preço do solo urbano na região da Lagoinha. Ao passo que nos cabe, neste momento, apenas refletir sobre o tensionamento dos discursos e das narrativas em disputa quanto à "requalificação", na tentativa de mapear sua relação com a iminente OUC e os possíveis desdobramentos a partir de sua aclamada necessidade.

Em resumo, o que essa cartografia buscou até então ressaltar são os indícios de uma disputa pelo espaço urbano entre os atores humanos e não humanos. Existe uma luta, tanto no plano real, quanto no plano simbólico, a favor da permanência ou do deslocamento de certos grupos no território e os embates discursivos se revelam nas leis normatizadoras do espaço; nos projetos que trarão progresso, embelezamento espacial ou valorização histórica. Assim, a cartografia se complexifica porque percebe-se emergir tanto no seio do poder público, quanto no seio do setor privado e sociedade civil, uma narrativa que faz apologia a um centro que precisa reviver ou melhorar sua vitalidade, apesar de que tal característica nunca deixou de existir. O estigma que parte da alta ocupação de moradores de rua e de usuários de drogas também é uma linha de força importante nessa trama, pois faz aflorar tanto os discursos higienistas e normatizadores, quanto o caráter transgressor e as mazelas do sistema de uma

sociedade desigual. A questão sobre quais e como as iniciativas público-privadas e aquelas fomentadas pela sociedade civil podem contribuir na composição de um processo de requalificação aliado à gentrificação ainda são meras cogitações, mas é inegável que a região da Lagoinha desperta uma disputa de narrativas, que vai desde sua formação territorial, sua importância histórica e até sua predisposição para intervenções espaciais.

5 Análise da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha

Abordaremos agora, a análise das controvérsias. Para isso, realizaram-se: **1) Nuvem de palavras** a partir dos três principais eixos de análise cartográficos: as narrativas, os atores humanos e os atores não-humanos; **2) Tabela síntese dos principais pontos de controvérsias** expostas e enumeradas ao longo do desenvolvimento textual da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha e **3) Diagrama dos agrupamentos controversos** que traz um recorte para os principais eventos. Tal recorte se dá devido ao enredamento conceitual-investigativo de eventos com base em platôs específicos[272]. O diagrama visa destacar os agrupamentos controversos dos atores humanos e não-humanos baseado no método Cartográfico Indisciplinar.

5. 1 Nuvem de palavras

As nuvens de palavras resultantes dos três principais eixos cartográficos: narrativas, atores humanos e atores não-humanos (figura 66, 67 e 68) ainda não contabilizam propriamente a análise, mas conferem outra visualização condensada quanto às palavras-chave destacadas.

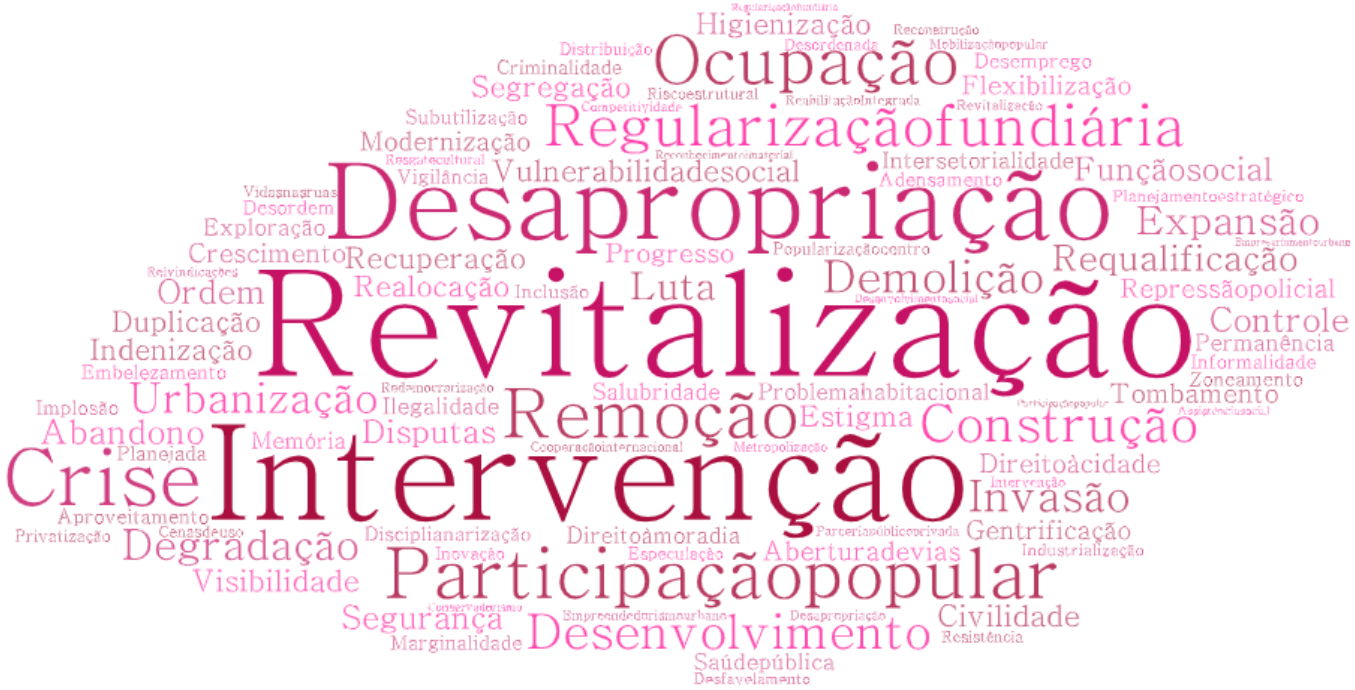


Figura 72 - Nuvem de palavras relativa ao agrupamento de narrativas da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

[272]Platô (i): práticas de remoção ou deslocamentos (de atores humanos e não-humanos) e platô (ii): estratégias de planejamento e reestruturação do espaço urbano (concretizadas ou apenas planejadas). Lembramos esses platôs de investigação já foram abordados no fim do Capítulo 3, subcapítulo: 3. 2. O método Cartográfico Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias, na página

Figura 73 - Nuvem de palavras relativa ao agrupamento de atores humanos da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Figura 74 - Nuvem de palavras relativa ao agrupamento de atores não-humanos da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

É fundamental explicar que para a realização das nuvens de palavras, primeiramente, começou-se pela catalogação de todas as principais palavras-chave presentes que traziam valor de opinião ou definiam o sentido central daquele enunciado (figura 69). Essa lógica foi utilizada apenas para o eixo das narrativas. Quanto aos atores humanos (círculos verdes) e atores não-humanos (círculos azuis), todos foram catalogados com amparo na identificação já realizada ao longo de toda a linha do tempo da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha. Abaixo demonstra-se a etapa intermediária de catalogação com transcrição das palavras-chave para suas respectivas colunas em um arquivo do *Excel* (figura 70). Em seguida, foi utilizado a ferramenta *online* denominada *Word Cloud Art Creator*[273] para criar as nuvens de palavras.

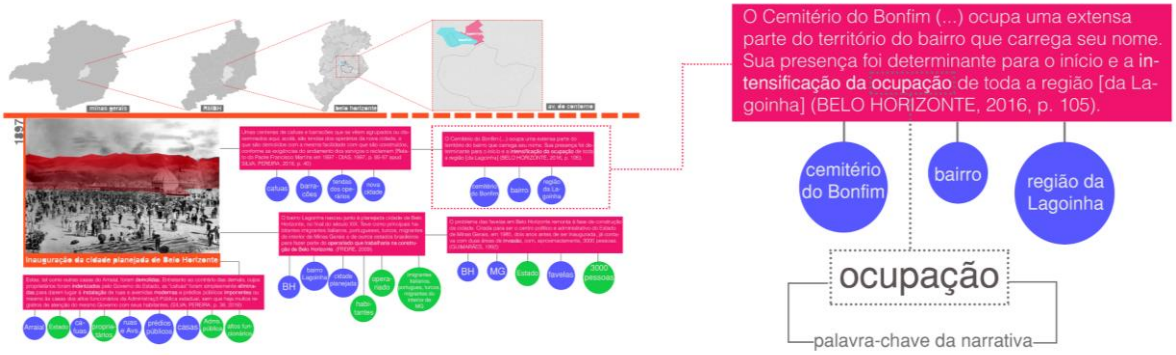


Figura 75 - Esquema do processo de catalogação das palavras-chave extraídas das narrativas cartográficas. Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Mas antes de gerar as nuvens, algumas adaptações foram realizadas para que a imagem final tivesse uniformidade estética e legibilidade do seu conteúdo. Desta forma, as palavras coletadas sofreram algumas alterações. Isto é, para o caso das palavras catalogadas na categoria das narrativas, os verbos que se apresentavam no infinitivo foram transcritos como substantivos (ex: remover - remoção; revitalizar - revitalização; demolir - demolição; regularizar - regularização e etc.) Para o caso das palavras catalogadas na categoria dos atores humanos, devemos lembrar que certas variações de termos de mesmo significado foram agrupadas sob uma mesma definição (ex: poder público foi agregado à palavra Estado, assim como as variações dos vocábulos: pobres, população menos favorecida, camada popular e etc., foram sumarizadas como: classe de baixa-renda. Para o caso dos atores não-humanos, as nomenclaturas específicas e completas de leis e os decretos trazidos ao longo da cartografia também foram simplesmente integrados pelas palavras-chave "leis" ou "decretos".

[273]DIsponível em: <https://wordart.com/>. Acesso 05 de novembro de 2020.

1994	intervenção	associaçõesdefavelas	aluguel	BRT
	participaçãopopular	FTFBH	casas	MOVE
	intervençãoestrutural	claasealtarenda	preços	Cidade
	OP	classebaixarenda	gleba	pampulha
	construção	famílias	Pampulha	estádionineirão
	reabilitaçãointegradaLagoinha	chisbel	bairroresidencial	obras
	desapropriação	chisbel	vilasoperárias	BRT
	demolição	DBP	casas	audiênciapública
	duplicação	imprensa	gleba	edital
	intervençãoviária	famílias	favelas	comissãodedireitoshumanos
	reabilitaçãointegradaLagoinha	organizaçõesinternacionais	PPL	projetosurbanos
	participaçãopopular	estado	IAPI	equipamentopúblicos
	revitalização	populaçãovulnerável	pedreira	edital
1996	agendaglobal	populaçãofavelada	Av. contorno	cidade
	diretrizesurbanassustentáveis	comunidade	pedras	viaditos
	OP	igreja	favelas	Belo Horizonte
	cidadania	CEBS	buraco quente	viadutos
	discussãopública	poder úblico	muro	viadutos
	problemahabitcional	moradores	lixo	propriedadeprivada
	distribuiçãorecursos	congresso	vilasenhordospassos	moradia
1997	planodiretor	congresso	vila	cidade
	requalificação	congresso	terrenos	conjuntourbano
	intervneção	famílias	pedreira	lagoinha
	participaçãopopular	chisbel	pedreira	carlosprates
	tombamento	PBH	Av.antôniocarlos	bonfim
	intervenção	movimentossociais	pampulha	livrodotombo
	regularizaçãofundiária	BNH	plano	inventário
	desenvolvimentosocial	estado	Av.antôniocarlos	lagoinha
1999	urbanização	imprensa	pampulha	prédios
	resgatecultural	municipalidade	aeroporto	casa
	luta	favelados	Av.antôniocarlos	construções
	precariedade	movimentossociais	av.pedroII	BH
	passagem	lideranças	av.amazonas	baixios
	degradação	estado	cidadeindustrial	viadutos
	intervençãoviária	moradores	plano	belo horizonte
	degradação	Urbel	projeto	projetos
	informalidade	comunidade	PPL	concurso
	requalificação	Urbel	equipamentos públicos	viaduto
2003	urbanização	chisbel	casas	santa tereza
	flexibilização	urbel	terras	consultapública
	disciplinar	ferrobel	HospitalOdilonBehrens	DOM
	PPP	PBH	cidade	propostas
2004	revitalização	PBH	obras	consultapública
	vigilância	PBH	constituição	cidade
	criminalidade	favelados	cidade	baixios
	segurança	poderpúblico	capital	viadutos
	duplicação	habitantes	Belo Horizonte	OUCACLO
2005	intervenção	habitantes	ditadura	lagoinha
	regularização	consumidores	passeatas	audiênciapública
	urbanização	pedestres	manifestos	mercadolagoinha
	controlemercadoimobiliário	pedestres	petição	bonfim
	desenvolvimento	PBH	centro	regiãolagoinha
	expansão	moradoresdenaa	túnel	belo horizonte
	requalificação	CTBU	regiãoLagoinha	capital

Figura 76 – Etapa intermediária de catalogação da linha do tempo por meio do programa *Excel* (destaque para os eventos mapeados durante os anos de 1997 a 2007). Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Outro caso foi a incorporação da palavra “centro” à palavra “área central” e também, a supressão da palavra cidade. Por motivos óbvios, esta foi amplamente utilizada, porém suprimida, devido à sua generalidade em comparação às outras palavras de maior particularidade à cartografia como um todo.

Também foi necessário estabelecer um recorte das palavras catalogadas, dando-se prioridade para apresentar as expressões mais repetidas. Por isso, palavras que não apresentavam repetição acabaram sendo suprimidas em prol de uma apresentação mais legível. Por fim, se utilizou a padronizada paleta de cores utilizada ao longo de toda a cartografia. Isto é: uso de nuances na cor rosa para o conjunto de palavras extraídas das narrativas, uso de nuances na cor verde para o conjunto de palavras referentes aos atores humanos e uso de nuances na cor azul para o conjunto de palavras referentes aos atores não-humanos.

5. 2 Tabela-síntese dos principais pontos das controvérsias

É certo que todas as controvérsias demandariam maior aprofundamento e tempo de elaboração mediante a proposta de análise do desenho de seus grafos, conexões e agrupamentos. No entanto, havendo um tempo realmente limitado para a elaboração da pesquisa de mestrado e possivelmente, devido à extensão da cartografia realizada, não foi possível a execução de tal enredamento via método para toda a Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha. Desta forma, optou-se por trazer uma tabela-síntese (tabela 9), cujo intuito é enumerar e elaborar resumidamente os pontos de controvérsias percebidas ao longo do Capítulo 4, de forma a expressar quantidade de controvérsias que permeiam a formação territorial do recorte de pesquisa escolhido. Desta forma, ao foram enumerados 32 pontos de controvérsias com uso da nomenclatura (C_1; C_2; C_3; e etc.).

Data	Enumeração das controvérsias	
1895	C_1	Belo Horizonte provém de um modelo urbanístico modernista importado de cidades européias (ex: Paris, na França, a partir da renovação urbana realizada pelo Barão de Haussmann e cidades norte e latino-americanas, como Washington, nos Estados Unidos, e La Plata, na Argentina). Assim, o plano de Belo Horizonte, apesar de ter sido elaborado por uma equipe técnica chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, não reconheceu as especificidades ambientais, nem as necessidades da população local.
	C_2	A elaboração do plano urbanístico de Belo Horizonte implicou na destruição das habitações (cafuas e barracões) e na expulsão das camadas de baixa-renda situadas no Curral Del Rei em prol da inauguração da cidade planejada. Por meio deste fato, evidencia-se a estratégia de recomposição do tecido social do território pelas forças do "progresso".
1897	C_3	Apesar do planejamento urbano evidentemente segregativo com relação às classes operárias e populares (sempre repelidas para fora dos limites da zona urbana), a construção da cidade planejada de Belo Horizonte se dá pela exploração deliberada tanto dos recursos físicos da zona suburbana (pedras extraídas da pedreira), quanto da exploração dos trabalhadores e operários que residiam nas bordas da Av. do Contorno.
	C_4	Belo Horizonte nem chega a fornecer espaço para as camadas populares, já residentes no território. A disponibilidade de ocupação residencial se limita aos proprietários de terras de Ouro Preto e outras classes mais abastadas (funcionários públicos).
	C_5	O crescimento da cidade se dá no sentido inverso ao plano urbano: há uma expansão descontrolada nas bordas periféricas, onde a infra-estrutura urbana era praticamente ausente e um predominante esvaziamento populacional na zona urbana que era fornecida por infra-estrutura.
1898 - 1990	C_6	Nessa temporalidade, as leis aplicadas em Belo Horizonte, visam ordenar a vida pública, promovendo a civilidade para que haja uso e compartilhamento dos espaços público e o adensamento urbano. Ao mesmo tempo, tais normas criam uma maior segregação do espaço pautado pelo caráter social. Também há o aumento da militarização policial, vigilância e controle dos habitantes. Outro ponto é o uso constante do pretexto higienista para desencorajar o uso do espaço público por pobres, mendigos, prostitutas e classes sociais desfavorecidas, forçando a expulsão dos mesmos para fora da zona urbana.

1898 - 1990	**C7**	Apesar da implementação de uma política nacional de emigração, os imigrantes encontravam-se em BH desprovidos de alojamentos na zona urbana. Assim, de forma irregular e sem planejamento. Os bairros da zona suburbana foram os que mais absorveram essa população (inclusive há destaque para o bairro Lagoinha).
1902 - 1909	**C8**	A principal controvérsia que perpassa o movimento de ocupação de Belo Horizonte é que as camadas populares e trabalhadores eram convenientes aos desígnios da PBH e da cidade planejada, enquanto mão-de-obra nas construções. Por isso o adensamento se intensifica na zona suburbana e o poder público permite tal fenômeno até o momento em que o espaço ocupado não surte interesse aos habitantes de maior poder aquisitivo. Daí em diante, as estratégias de remoção de populações pobres serão comumente legitimadas pelos interesses coletivos, sanitaristas, rodoviários, desenvolvimentistas e até habitacionais.
1910 - 1914	**C9**	São motivos de controvérsias: desde a forma de nomear e reconhecer os territórios populares da região da Lagoinha, até a definição sobre quais limites territoriais compõem a região Lagoinha. Pois, tanto o estabelecimento dos limites do bairro Lagoinha, quanto da região são difusos e subjetivos devido às modificações nas apropriações territoriais, as alterações das definições administrativas da ADE Lagoinha e às inúmeras intervenções viárias que descaracterizaram o espaço urbano da região.
1922 - 1922	**C10**	Apesar das regulações e da imposição de ordem no espaço urbano, os movimentos sociais se articularam para disputar seus interesses: o direito à conviver na cidade e à moradia digna. Por isso, a municipalidade cria a Lei 178 - de Vilas Operárias em 1922. Por meio da mesma lei (178 de Vilas Operárias), a PBH busca impedir a instalação de moradias populares dentro da zona urbana (região central de BH). Assim, as "invasões" são normatizadas pela municipalidade por meio das antigas colônias agrícolas, as quais, são desprovidas de infra-estrutura urbana. Contraditoriamente, a política pública que deveria beneficiar a classe de baixa-renda a partir da implementação e do acesso à moradia urbana, acaba gerando o primeiro *boom* imobiliário na cidade. E o lucro que provém do parcelamento desse solo e da ampliação periférica é absorvido pelos especuladores e empreendedores, maiores incentivadores de tal lógica.
1927 - 1940	**C11**	Sob o pretexto da higienização e da fluidez do tráfego, a abertura da av. Antônio Carlos se justifica como necessidade pública e interesses coletivos. Assim a realização das grandes obras urbanísticas também se torna o principal motivo para reafirmar as práticas de remoções nas favelas do entorno da cidade planejada. Ademais, o estigma da criminalidade, da periculosidade e a propensão a epidemias e desastres ambientais endossam o discurso à favor das remoções nessas áreas.

1940 - 1986	**C12**	Apesar de promover a mobilidade urbana, a abertura da Av. Antônio Carlos e as demais obras de viés rodoviarista (construção do Túnel Lagoinha-Concórdia, implosão da praça Vaz de Mello e construção do Complexo de viadutos da Lagoinha) foram projetos de forte impacto para o bairro Lagoinha. A partir dessas intervenções viárias, deflagra-se o início da descaracterização do tecido urbano local, apagamento dos referenciais espaciais e culturais, além do isolamento do bairro em relação ao resto da cidade. Tudo isso, em prol da consolidação do eixo viário e expansão do vetor norte.
1940 - 1944	**C13**	Para contrabalancear as obras de embelezamento realizadas no conjunto da Pampulha, voltadas preferencialmente para uso e ocupação da região para a elite mineira, é lançado o decreto nº 75 de 1940, o qual, formula as diretrizes para o primeiro conjunto habitacional destinado à classe trabalhadora e operária, o IAPI. No entanto, o terreno cedido pela PBH para a construção do IAPI já era ocupado por aproximadamente 3000 pessoas (em sua maioria operários, mendigos e imigrantes), que já constituíam o tecido da favela da PPL há algum tempo. Os antigos moradores de baixo poder aquisitivo são removidos e deslocados para áreas ainda mais periféricas da cidade a fim de dar espaço ao projeto habitacional que na realidade irá alojar uma classe classe econômica mais rica, constituída por funcionários públicos e associados do IAPI.
1944	**C14**	A construção do HOB também implicou em remoções de moradores da favela PPL e no desaparecimento de parte da mesma. É importante trazer atenção para a controvérsia de que o Hospital, cuja função deveria ser pública, só promoverá amplo acesso às camadas populares a partir da implementação do SUS em 1989, antes disso, seu atendimento era reduzido aos funcionários públicos da PBH.
1947 - 1964	**C15**	A reabertura democrática à nível nacional no fim da década de 1940 deflagra um contexto político controverso em Belo Horizonte. Se por um lado, o associativismo nas favelas, os partidos de esquerda e o comando da Igreja Católica (CEBS, Pastoral da Favela e etc.) se fortalecem em conjunto com as lutas e demandas populares. Por outro lado, a retomada do voto democrático revela a política clientelista através da troca de benfeitorias urbanas pela obtenção de votos e um recrudescimento da repressão policial com relação às remoções, impondo-se até multas às camadas populares a fim de impedir a proliferação de vilas e favelas.
1970	**C16**	Apesar dos altos índices demográficos, a questão do acesso à infra-estrutura urbana básica sempre foi uma questão nos territórios da Lagoinha, PPL e VSP, que apenas depois de muitos anos, foram beneficiadas com redes de esgoto, energia elétrica e água. Especificamente na década de 1970, esse tipo de melhoria infra-estrutural e urbana passa a ser realizada como reflexo dos programas de melhoramentos em assentamentos informais (Programa Alvorada e PGE), promovidos pelo poder público, organizações internacionais, Igrejas e sociedade civil.

1990	**C17**	Os anos 1990 traz uma curiosa controvérsia no que se refere ao à ascensão do empresariamento urbano sob forte influência do ideário de governança nacional descentralizada e neoliberal, ao mesmo tempo que as práticas de planejamento participativo também se fortalecem e processos vinculados ao Orçamento Participativo (OP) despontam em diversas cidades brasileiras, inclusive em Belo Horizonte sob a gestão de Patrus Ananias.
1955 - 1984	**C18**	Mesmo havendo a criação de órgão administrativos (DBP; FMH e CHISBEL) responsáveis pelas pautas de moradia e condições urbanas dignas, o problema habitacional ainda era encarado como um "problema policial". A "era das remoções" passa a ser substituída pela "era da urbanização" a partir do PRODECOM, da lei do PROFAVELA e da criação da Urbel. Estes difundem relevantes políticas públicas e intervenções urbanas sob novas condutas e metodologias de planejamento urbano. Mas, na prática, a criação desses órgãos e leis, ainda não consegue difundir profundamente a regularização fundiária.
1993 - 1998	**C19**	Pode-se dizer que os principais programas que representam verdadeiros instrumentos urbanos na distribuição de renda, no acesso aos direitos básicos e contribuem ativamente no avanço dos sistemas democráticos na cidade de BH, foram: Programa Alvorada, OP, PGE e PVV). Ao mesmo tempo que tais iniciativas são reconhecidas mundialmente, ganhando até prêmios quanto ao desenvolvimento urbano sustentável, práticas democráticas, melhoria na qualidade de vida e combate à desigualdade social, os mesmos também são pontos de crítica no que se refere às suas formas de execução. Ressaltou-se através das narrativas trazidas ao longo da cartografia, que os programas demonstram as controvérsias quanto ao real alcance na qualidade e efetividade da participação social nos processos de planejamento urbano e quanto aos resultados concretos das melhorias realizadas. Tais resultados são contrapostos por disfunções no que se refere aos processos de pré e pós-morar, à qualidade infra-estrutural dos novos conjuntos de habitações e nos processos de alojamento/deslocamentos dos moradores envolvidos.
1994 - 1997	**C20**	Apesar da parcial implementação, Projeto Lagoinha acaba sendo engavetado devido a mudança de mandato na PBH. Os trabalhos efetivados pelo corpo técnico da PBH contavam com parceria da UFMG e da sociedade civil por meio do planejamento participativo, no entanto, as questões políticas e a visão conservadora se sobrepôs à necessidade de finalização de um projeto de importância social, urbana e econômica.
1995	**C21**	Apesar da presença significativa de terreiros e casas de religião afrodescendente, os mapas elaborados pela equipe do IPUC em 1995 não reconhecem as nuances de religiões de matriz africana presentes na região da Lagoinha. Isto possivelmente impacta na equilibrada relação entre a criação de políticas de reconhecimento imaterial das comunidades residentes, em contraponto à disseminada valorização patrimonial dos aspectos materiais e arquitetônicos da região.

1997 - 2016	**C22**	O pedido de tombamento do bairro Lagoinha está aberto desde 1997 (por forças também provenientes da consolidação da ADE Lagoinha via Plano Diretor Municipal - nº 7.165/1996), porém, as diretrizes de regulamentação do tombamento da ADE só vieram a vigorar em 2016, quando foi formulado o "Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates". O documento traz apontamentos sólidos quanto à necessidade de preservação patrimonial do acervo arquitetônico e espacial da região. No entanto, não reforça a importância dos territórios populares (VSP e PPL) a partir de sua relevância histórica para a formação sócio-espacial e identitária da região. Além disso, o perímetro de tombamento abrange apenas alguns pedaços da PPL, uma favela já é reconhecida pelo seu valor imaterial desde 2007. Assim, a controvérsia que visamos expor aqui parte da visão de que o próprio instrumento patrimonial cria um discurso de invisibilização dos territórios populares da região da Lagoinha.
1999 - 2007 - 2015	**C23**	Uma das principais controvérsias que permeia a relação entre os territórios: PPL e Lagoinha, é o fechamento (2007) e posterior deslocamento do CCLAO para o Mercado Popular da Lagoinha (2015). O CCLAO, enquanto localizava-se na PPL, especificamente no conjunto habitacional Araribá, foi fundado em 1999 pelos esforços comunitários de lideranças locais. O espaço era uma sede de acolhimento aos jovens da favela e um centro ativo na disseminação de atividades culturais. Foi fundamental para a propagação de projetos locais e no processo de reconhecimento e registro imaterial da PPL (2007), enfatizando a luta contra a estigmatização da favela e o reconhecimento pela importância da PPL para a consolidação do território belo-horizontino. No entanto, a precariedade infra-estrutural do CCLAO foi utilizada como pretexto técnico para seu deslocamento. A SUDECAP, em nota oficial, fecha o CCLAO declarando haver um "risco estrutural" no prédio. Apesar da declaração técnica, o conjunto habitacional que comporta muitasmoradias familiares não é esvaziado ou reformado. Este fato tensiona os argumentos que contestam seu fechamento, vinculando o ocorrido à uma ação "planejada para desmobilizar" o equipamento público que ganhava notoriedade na articulação e luta popular da PPL. Ademais, o discurso fomentado pela PBH era de que, ao situar o CCLAO na Lagoinha, haveria possibilidade de ampliar o acesso ao equipamento cultural para os demais bairros. Mesmo que tal argumento seja verdadeiro, a PPL acabou sendo prejudicada, pois, perdeu um espaço conquistado por meio da luta popular e vivenciou um período de lacuna quanto aos projetos sociais e culturais. Poderia-se dizer que esse contexto passou a ser modificado a partir de 2017, com as práticas de atividades culturais promovidas pelo Galpão Pátria Livre, originado da Ocupação Pátria Livre; a partir das recentes intervenções sócio-espaciais promovidas pela atual gestão da PBH, que enfatizaram uma maior articulação do CCLAO com toda a região da Lagoinha e com as melhorias realizadas na rua Araribá (PPL) quanto à implementação da academia aberta e do Programa "BH é da gente".

2001	**C24**	O Estatuto da Cidade entra em vigência em 2001, sendo importante ressaltar que seu cumprimento é reflexo das mudanças promovidas pelo MNRU e da realização do 1º s.hru, amparadas no desejo de promover a reforma agrária no país ou pelo menos, iniciar seu debate. À despeito das forças progressistas da época, tal objetivo reformista não é alcançado pela ocorrência do golpe militar de 1964. Ainda assim, o avanço das políticas redistributivas e retomada democrática no Brasil promovem a oficialização do instrumento urbanístico citado: o Estatuto das Cidades, que por sua vez, irá deflagrar diversos pontos de controvérsias, sendo o ponto central para a abordagem desta pesquisa, as Operações Urbanas Consorciadas.
2004 - 2014	**C25**	Novamente, a Av. Antônio Carlos é marcada por intervenções, desta vez a duplicação se faz necessária com vista à implementação do sistema de BRT /MOVE. O acontecimento da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) também motivaram o avanço dessa obra, o que evidencia o papel do megaevento na alteração urbana de Belo Horizonte. Apesar de tal sistema modal ser bem visto pelo seu custo benefício em diversos exemplos mundiais, este não foi o caso de Belo Horizonte. A implementação do BRT revelou ser mais cara do que o usual, agravou o processo de estagnação econômica ao longo do corredor viário da Antônio Carlos, potencializou o isolamento dos bairros lindeiros, gerou inúmeras desapropriações de moradias, cujas indenizações apresentaram valores reduzidos, além de ter criado espaços residuais ociosos. Em contraponto, os discursos utilizados pelos órgãos públicos, foram: agilidade, segurança na mobilidade, além do aporte comercial e desenvolvimentista que a obra traria para o corredor viário.
	C26	Especificamente no caso da Lagoinha, após a duplicação houve um aparente desenvolvimento com a chegada de centros universitários privados e outros empreendimentos de serviços na região, no entanto, este cenário é contrabalanceado por uma visível especulação imobiliária crescente, o que afeta as habitações e as modalidades de moradias no território. O que se constata é que ao passo que um certo tipo de progresso alcança essas áreas, a manutenção das antigas formas de vidas ali localizadas, são alteradas, revelando que a Lagoinha como o bairro com maior percentual de domicílios alugados segundo o último censo do IBGE (2010).
2013 - 2014	**C27**	Também no território da Lagoinha, a OUC Nova BH também previa a realização de um grande empreendimento que, mais uma vez, causaria a demolição de parte do bairro e desapropriação massiva de antigos moradores, mas graças às mobilizações e à resistência dos moradores locais, o decreto de implementação da obra não se concretizou e foi possível barrar o projeto do Centro Administrativo Municipal de BH.

2013 - 2014	**C28**	O anúncio da implementação da OUC Nova BH traz suas principais controvérsias no fato de que seu projeto inicial foi gestado em sigilo e sem participação social. O não cumprimento desse princípio essencial, determinado pelo próprio Estatuto da Cidade (2001), abriu brecha para a denúncia do processo da OUC Nova BH, por parte do Grupo de Pesquisa Indisciplinar junto ao Ministério Público. A constatação das irregularidades obrigou que a OUC Nova BH fosse reformulada, surgindo assim a OUC ACLO, que adotou diversas medidas corretivas, revelando que o instrumento da OUC também pode promover a tentativa de maior redistribuição de renda e benesses para áreas de maior vulnerabilidade social, caso seus critérios democráticos e processuais sejam respeitados.
2012 - 2015 - 2019	**C29**	Há controvérsias que permeiam a ocupação dos baixios de viadutos na cidade de BH, especialmente na região da Lagoinha. Desde 2012, instituiu-se a lei de aproveitamento das áreas sob viadutos como política municipal. A partir dessa diretriz, surgem diversas propostas (editais, concursos nacionais, consultas públicas e até efetivas intervenções nos baixios de viadutos da cidade) visando instalar novos usos e ao mesmo tempo, coibir apropriações desses espaços pelos moradores em situação de rua e usuários de drogas. Assim, o uso desses espaços públicos para fins de moradia e convivência da população de rua é uma situação delicada, que deflagra a dificuldade no acesso à habitação popular, revela as desigualdades sociais estruturais e reforça o fato de que, para além de políticas urbanas, a questão da população de rua também tange a esfera da saúde pública e da assistência social. Se por um lado, o aproveitamento de tais espaços é pertinente, sendo exemplares os modelos de uso público dos baixios de viadutos a partir de equipamentos culturais, práticas de lazer, usos comerciais e até moradias. Por outro lado, o poder público se isenta da implementação de tais obras, sendo esta responsabilidade totalmente transferida à esfera privada e ao terceiro setor. Essa controvérsia revela a intrincada relação entre capital, Estado e sociedade civil. Desta forma, o desafio na implementação de tais projetos se torna ainda mais difícil, devido à omissão da máquina pública quanto a proposição de estratégias de realojamento digno, condizentes às necessidades da população carente (que não só carece de moradia, mas de inclusão aos circuitos sociais e econômicos) e distanciamento ao fomento às requalificações nos casos mais necessários, ou seja, a moradia popular. Nesse ínterim, apesar das iniciativas projetuais selecionadas demonstrarem um olhar múltiplo e consciente às disparidades sociais dos possíveis usuários dos baixios, a PBH não consolidou nenhum projeto. Em suma, as efetivas intervenções realizadas pelo poder público se direcionaram à um viés hostil. Onde antes, havia ocupação da população de rua, implantam-se pedras. O primeiro caso mapeado foi em 2012, ao longo da gestão de Márcio Lacerda (2009-2016).

2017 - 2019 - 2020	**C30**	Outro ponto de tensão na região da Lagoinha são as cenas de uso de drogas muito presentes na região e que passaram a ser prioridade na gestão da prefeitura de BH, resultando em diversas intervenções de melhorias no ambiente construído. As políticas públicas são inovadoras e mesclam: iniciativas de arte urbana (Movimento Gentileza Lagoinha e Festival CURA), a valorização cultural (Projeto Moradores), o empreendedorismo local associado à formação de um *cluster* de inovação (Programa Horizontes Criativos) e políticas de saúde e redução de danos (abertura do CIAM e implementação do "BH é da gente" na PPL). Apesar da necessidade de concretização de tais medidas, reforça-se que o embelezamento urbano já foi historicamente (e ainda têm sido) um discurso de fácil justificativa para práticas de higienização e recomposição do tecido social no espaço urbano, principalmente, quando a área em questão, tem em vista uma requalificação, o que é o caso de BH (e da região da Lagoinha), com a possibilidade de execução da OUC ACLO (Programa 01: Corredor Cultural Lagoinha e Bonfim).
2019	**C31**	Desde o início da gestão de Alexandre Kalil (2017- 2019), aponta-se para a promoção de políticas públicas pela equipe técnica da SMASAC com foco nos grupos de maior vulnerabilidade social. Em 2019, a SMPU promove uma segunda tentativa de consulta pública para propostas de ocupação e aproveitamento dos baixios dos viadutos do complexo Lagoinha. Mesmo assim, acontece (novamente) uma intervenção urbana hostil: a implementação de pedras nos baixios dos viadutos. A semelhança com o caso de 2012 se enfatiza pela prática de hostilização do espaço público quando se trata de grupos em vulnerabilidade social. O recente caso é uma demanda da SUDECAP (órgão da PBH já apontado nessa cartografia como responsável pelo fechamento/deslocamento do CCLAO na PPL). Porém, nota-se uma diferença na conduta pública por meio da parcial administração do ocorrido por parte da SMASAC, órgão responsável pelo devido acolhimento dos desalojados que residiam nos baixios dos viadutos. No entanto, ainda é necessário pontuar quanto ao curto prazo da ação de remoção, ausência de um planejamento à longo prazo para solucionar a questão da moradia popular e a relutância por parte do poder público em oferecer moradias acessíveis em pleno centro urbano. Portanto, a complexidade e as controvérsias desse cenário se intensificam ao evidenciar que a implementação de pedras no complexo de viadutos da Lagoinha também é um acontecimento que precisa ser contrabalanceado pelas condutas da intersetoriais da PBH e especificamente, da já citada SMASAC, um órgão público que prioriza os direitos humanos e assim, vem concretizando também diversos programas de abordagem social e redução de danos para usuários de drogas, além de projetos de inserção social a partir da qualificação profissional de pessoas em situação de rua (ex: programa "Estamos Juntos"; inauguração do CIAM; atividades de lazer e cultura na rua araribá; abertura de centros de acolhimento e restaurante popular; ampliação do "Bolsa Moradia" e "Programa Família Extensa Guardiã").

2020	**C32**	Outro ponto que gera algumas hipóteses de controvérsias para desdobramentos futuros, poderia ser o anúncio da OUC Centro-Lagoinha. Dado que a OUC ACLO já foi reelaborada segundo os parâmetros exigidos pelo Ministério Público, indaga-se quanto aos novos propósitos da OUC Centro-Lagoinha e como uma requalificação focada em áreas com infra-estrutura já consolidadas poderia aumentar o desenvolvimento geográfico desigual no território belo-horizontino. Uma vez que uma OU limitada às áreas centrais da cidade poderia potencializar ainda mais desdobramentos de processos gentrificadores e de especulação imobiliária no solo urbano, caso não sejam criadas adequadas políticas públicas de inclusão de habitação popular e estratégias para permanência dos moradores mais antigos.

Tabela 9 - Síntese dos principais pontos de controvérsias da Cartografia das Controvérsias na região da Lagoinha. Fonte: Elaboração autoral, 2020. (Com base nas referências bibliográficas já citadas)

5. 3 Diagrama dos agrupamentos controversos

Por fim, apresentaremos o recorte da cartografia das controvérsias (figura 77, p. 240), no qual, conexões, grafos e agrupamentos de atores criam arranjos que evidenciam as principais controvérsias citadas. Tendo em vista que os eventos foram selecionados pelo caráter de seus acontecimentos[274] e pelo próprio enredamento narrativo, espacial e temporal, a análise abarca os eventos: **1) Destruição do Curral Del Rei e a inauguração da cidade planejada de Belo Horizonte**; **2) Abertura da avenida Antônio Carlos acompanhada de suas desapropriações**; **3) Intensificação de práticas de remoção nos anos 1930**; **4) construção do conjunto habitacional IAPI**; **5) Implosão da praça Vaz de Mello para construção do complexo viário de viadutos da Lagoinha**; **6) Fechamento do CCLAO**; **7) Anúncio da realização da OUC Nova BH**; **8) Duplicação da av. Antônio Carlos e implementação do MOVE/BRT**; **9) Anúncio da realização da OUC ACLO**; **10) Intervenção de pedras no baixio dos viadutos do complexo da Lagoinha** e **11) Cancelamento da audiência pública em que seria anunciada a realização da OUC Centro-Lagoinha**.

O recorte a ser apresentado se dá a partir da estrutura básica do método: apresentação da linha do tempo, contendo eventos, narrativas, atores humanos e atores não-humanos. O único detalhe é que as narrativas foram abreviadas pelas suas respectivas palavras-chave. Além disso,

[274]Ou seja, com referência aos três platôs de análise específicos: os deslocamentos humanos forçados; as reestruturações urbanas e as estratégias de planejamento urbanísticos que acompanham os planos dos grandes projetos urbanos, sejam eles concretizados ou apenas idealizados; além das intervenções no ambiente construído que trazem um viés higienista.

apresentando-se também os agrupamentos e conexões que fazem emergir as controvérsias abordadas. Utilizou-se a nomenclatura em referência à tabela síntese das controvérsias enumeradas (C_1; C_2; C_3; e etc.). Os agrupamentos dos atores humanos e não-humanos foram enumerados e abreviados pela nomenclatura (a1) que faz referência à agrupamento 1, e assim por diante.

Dessa maneira, damos início à análise a partir do evento - **Destruição do Curral Del Rei e inauguração da cidade planejada de Belo Horizonte** - o qual, traz o agrupamento (a1: habitantes, cafuas e Arraial) em contraponto ao agrupamento (a2: funcionários públicos, proprietários, ruas, avenidas e prédios) a fim de evidenciar que a construção da cidade planejada acontece justamente pela substituição do agrupamento (a1) pelo (a2). Como posto em argumentos prévios, a controvérsia existente nessa rede de atores se localiza na questão da recomposição do tecido social ser uma ação efetivada pelo governo de Estado mineiro. Ainda no mesmo evento, mas mediante outra narrativa, manifesta-se o agrupamento (a3: população negra, Curral Del Rei, racismo estrutural, objetos técnicos) em contraposição ao agrupamento (a4: BH, nova cidade, racismo estrutural e objetos técnicos). A intersecção entre (a3) e (a4) reside no fato controverso de que o impulsor da segregação sócio-espacial no território belo-horizontino deriva da associação dos objetos técnicos ao racismo estrutural.

Para o evento - **Desapropriações para abertura da avenida Antônio Carlos** - entende-se que a avenida sanitária é um ator não-humano controverso e compartilhado por dois agrupamentos distintos, sendo eles: (a5: prefeitura, decreto, e avenida sanitária) e (a6: avenida sanitária, bairro Lagoinha, córrego lagoinha, patrimônio particular, terrenos e proprietários). A controvérsia consiste no fato de que a avenida sanitária, aberta por meio de um decreto enunciado pela Prefeitura, na época, é uma obra justificada pelo interesse coletivo da sociedade. Porém, os resultados de sua execução revelam desdobramentos múltiplos e conflitantes, como: deslocamentos humanos na região da Lagoinha, canalização de córregos e ações de desapropriações para certos moradores, enquanto outros, desfrutam da valorização imobiliária de seus terrenos particulares. Além disso, como o aspecto genealógico dessa cartografia busca evidenciar, os desdobramentos dessa grande obra viária infra-estrutural seguirão fomentando futuros impactos em Belo Horizonte, quanto à expansão do vetor norte e a intrínseca relação com o planejamento da OUC.

Quanto ao evento - **Intensificação das práticas de remoção** - duas associações de atores são formadas por intermédio das obras estruturantes realizadas em Belo Horizonte.

Assim, temos os agrupamentos (a7: PPL, periferia, favelas, moradores, BH e obras) contrabalanceado pelo agrupamento (a8: poder público, prefeitura, BH e obras). Desta forma, a controvérsia se expressa pelas ações de remoções realizadas pela própria prefeitura a fim de coibir a presença da pobreza na zona urbana. Ou seja, este evento se caracteriza pela intervenção de viés higienista. O ocorrido conta com o fomento e construção de diversas narrativas em relação aos assentamentos informais, que vão desde a necessidade coletiva de suas remoções, tendo em vista as obras de desenvolvimento urbano até a estigmatização das favelas. O que é interessante ressaltar é que ao passo que um discurso de descrédito às vilas e favelas se evidencia, o discurso da resistência das camadas populares também aflora e ajuda na manutenção daquela malha territorial e na permanência de seus habitantes.

Para o evento - **Construção do IAPI** - nota-se a formação de dois grupos: (a9: bairro residencial Pampulha, novo bairro e PPL) e (a10: mendigos, operários, classe de menor capacidade econômica, terrenos fora da cidade e PPL). O ponto de tensão na conexão desses agrupamentos se localiza no ator não-humano representado pela PPL. Pois, é neste território onde se planeja a construção de um novo conjunto habitacional, o IAPI, cujo projeto teve como objetivo (novamente), o reforço da prática de recomposição do tecido social nos arredores da cidade, sendo proposto também o deslocamento dos moradores de baixa-renda para áreas ainda mais distantes.

O evento - **Implosão da praça Vaz de Mello** - retrata como a região da Lagoinha sofre os impactos diretos de um planejamento urbano rodoviarista. Os agrupamentos expressos são: (a11: sistema viário, áreas residuais, complexo viário da Lagoinha) em contraponto ao agrupamento (a12: praça Vaz de Mello, região da Lagoinha e complexo viário da Lagoinha). Assume-se como ponto interseccional e, portanto, de controvérsia, o complexo viário da Lagoinha, devido à substituição da praça pela obra viária do complexo de viadutos.

Para o evento - **Fechamento do CCLAO** - observa-se uma disputa em torno do centro cultural concebido através da mobilização popular. As controvérsias que atravessam o funcionamento do CCLAO são muitas, como já abordado (ver tabela síntese neste capítulo). O arranjo viabilizado pela análise demonstra a formação de dois grupos em torno do equipamento cultural, o agrupamento (a13: SUDECAP, funcionários públicos e CCLAO) e o agrupamento (a14: lazer, cultura, meninos, famílias moradoras do Conjunto Araribá na PPL e CCLAO).

Já a principal controvérsia que trespassa o evento - **OUC Nova BH** - é, em primeiro lugar, a ausência de participação popular ao longo da elaboração do projeto Nova BH. Este fato

realça a tensão que reside no ator humano - população - pois é devido à sua falta que o projeto OUC Nova BH acaba sendo embargado pelo MP e precisa ser reformulado (o que também resulta na futura proposição da OUC ACLO). Em segundo lugar, estaria a flexibilização das regras construtivas (permitidas pelo Estatuto da Cidade) através da implementação de uma Operação Urbana. No caso do recorte territorial, essa controvérsia se acentua ainda mais pelo fato do bairro Lagoinha ser regulamentado como uma ADE, de tal forma que não seria compatível o aumento expressivo do potencial construtivo na área.

Além disso, ainda há a controvérsia quanto ao tema da vinculação de múltiplos atores no jogo de disputas e interesses contidos na elaboração de qualquer OUCs, o que por vezes desvela um desequilíbrio de forças ou, no mínimo, demanda uma forte atuação regulamentadora do Estado na busca pela garantia de uma efetiva participação social. Em suma, os pontos de controvérsia se concentram no ator humano - população - e no atores não-humanos - OUC Nova BH e regras de construção. Os agrupamentos foram fundidos a partir de duas narrativas sobre o tema da OUC Nova BH e são representados pelos seguintes agrupamentos: (a15: Lagoinha, ADEs, regras de construção); (a16: regras de construção, infra-estrutura, OUC Nova BH); (a17: OUC Nova BH, PBH, técnicos da PBH, empresas, população) e (a18: população, estatuto da cidade, lei federal e ministério público).

Quanto ao evento - **Duplicação da av. Antônio Carlos e implementação do BRT/MOVE** - mais uma vez, apresentam-se controvérsias quanto à reestruturação urbana nesse corredor viário já citado. Pois, se por um lado, as narrativas favoreceram a implementação do BRT/MOVE ao enaltecer o desenvolvimento econômico e urbano, a mobilidade urbana e o conveniente custo/benefício proveniente da obra, os resultados da execução do projeto demonstraram outros desdobramentos, como a insuficiente indenização dos antigos moradores desapropriados, a falta de informação aos leigos e a predominância do diálogo entre os setores privados, construção civil e mercado imobiliário. Isto posto, os agrupamentos se contrapõem entre (a19: audiência pública, moradores, famílias, edital, obras e BRT) e (a20: edital, obras, BRT, mercado imobiliário, PBH, empresas).

Para o evento - **OUC ACLO** - a controvérsia que poderia ser evidenciada em torno da realização dessa obra de reestruturação urbana, ainda se trata, na realidade, de uma suposição em torno de um possível desdobramento futuro, haja vista que a OUC ACLO não tem dado sinais do início de sua execução. Ainda assim, sua estratégia nos permite conjecturar que os discursos agenciados permeiam o potencial de exploração turístico-cultural da região, além de

trazerem ênfase para a realização de mais uma reestruturação urbana na zona de encontro entre Centro-Lagoinha. A intensidade de projetos já anunciados ou efetivados em torno de uma área de infra-estrutura já consolidada nos faz indagar o quanto a OUC ACLO, especificamente o Programa 01 - Corredor Cultural da Lagoinha e Bonfim, poderia desencadear um processo de gentrificação, haja vista o estado de degradação vigente.

Assim, supõe-se que tal cenário poderia resultar em uma conjuntura favorável para a captação dos interesses imobiliários perante o solo urbano desvalorizado e a futura valorização de imóveis após realização das requalificações planejadas. Todos esses desdobramentos dependerão de alguns fatores, por exemplo: a criação de políticas anti-gentrificação que visem a manutenção das formas de vidas pré-existentes, a prioridade no atendimento das necessidades da comunidade local, a mobilização de redes de resistência[275], assim como processos de empoderamento que fomentem os circuitos econômicos e culturais locais, engajados pelos agentes particulares do território. Logo, os pontos de controvérsias no evento apresentado localizam-se em dois atores não-humanos - OUC ACLO e o programa 01: Corredor Cultural Lagoinha e Bonfim (contido dentro dos propósitos da OUC ACLO). Quanto aos agrupamentos expostos, visualiza-se: (a21: Operação Urbana, Centro-Lagoinha, esplanada, pedestres, OUC ACLO e corredor cultural) e (a22: Lagoinha, Bonfim, acervo cultural, OUC ACLO e corredor cultural).

Chegando quase ao fim desta análise, abre-se um parêntese para evidenciar, que uma das principais questões levantadas por esta pesquisa é, portanto, a seguinte: estariam as recentes melhorias urbanas na região da Lagoinha[276] preparando de alguma forma o território para a implementação de uma OUC ou realmente fomentando condutas direcionadas aos direitos humanos e ao desenvolvimento local?

Pela visão das dinâmicas sócio-espaciais a partir das "controvésias" (LATOUR, 2012), é possível que as duas hipóteses sejam simultaneamente admissíveis. Sendo assim, é necessário

[275]Não pode-se deixar de ressaltar que o Centro de Belo Horizonte já passou por uma experiência similar, no ano de 2013, quando foi anunciada pela PBH o projeto do Corredor Cultural da Praça da Estação, dentro da proposta da OUC Nova BH. Como contraponto, constituíram-se narrativas e redes de resistência aos processos urbanos neoliberais, adotando o lema de "melhorar sem expulsar" e reafirmando que o "Corredor Cultural da Praça da Estação já existe! ". Por meio da criação do Conselho Consultivo da Zona Cultural, percebe-se uma tentativa de garantir processos decisórios mais democráticos pela inserção de participantes da sociedade civil nos debates, criar pesquisas universitárias e políticas públicas anti-gentrificação via a tríade ensino-pesquisa-extensão e aumentar a transparência das questões discutidas referentes às intervenções espaciais no Centro de BH (SOARES; CHAVES; NEVES; RENA,2017).

[276]Abertura do CIAM (bairro Lagoinha), Programa Horizontes Criativos (bairro Lagoinha), Movimento Gentileza Lagoinha, Festival Cura e Intervenção de Zona 30 na rua Diamantina, Programa BH é da gente na rua Araribá (PPL), Projeto moradores na região da Lagoinha.

enfatizar que as melhorias são, de fato, necessárias e trazem benefícios reais aos territórios populares, pois, consagram a qualidade de vida para os habitantes locais, buscam difundir o acesso à cultura e empoderar práticas locais. Além disso, as recentes políticas públicas de saúde, assistência social e cidadania vem ajudando a desconstruir o estigma perante a condição do usuário de drogas ao incorporar a prática de redução de danos. Nesse ponto específico, se retomarmos o caso da intervenção na cracolândia de São Paulo no ano de 2017, pode-se até dizer que comparativamente, a conduta pública adotada pelo poder público de Belo Horizonte vem sendo exemplar e inovadora

Todavia, não podemos deixar de enfatizar que o embelezamento urbano, a hegemonia do turismo global, as medidas interventoras com relação ao monitoramento por câmeras[277] e a hostilização dos espaços públicos refletem conjuntamente, aspectos característicos ao urbanismo e à governança neoliberal da cidade revanchista por meio da adoção da "limpeza urbana" como tática de invisibilização da pobreza, criminalidade, marginalidade e da dependência química, todas localizadas nos grupos em situação de vulnerabilidade social e camadas populares.

Isto posto, seguimos para o próximo evento - **Intervenção no complexo Lagoinha** - que desvela o complexo campo de disputa dentro do próprio aparelho estatal a partir das conflitantes condutas articuladas pelas secretarias da prefeitura, mesmo diante de uma proposta de intersetorialidade. Desta forma, a implementação das pedras como tratamento paisagístico nos baixios dos viadutos do complexo Lagoinha é um acontecimento controverso porque um programa de redução de danos[278] já vinha sendo gestado e direcionado aos usuários de drogas e à população de rua através do Comitê Coordenador da Agenda Intersetorial de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, coordenado pela SMASAC, demais secretarias e parceiros (Subsecretaria de Assistência Social, Diretoria de Proteção Especial, SMPU, SLU, Consultório de Rua e Núcleo Intersetorial Regional e etc.).

Por isso, o que indagamos é: qual a real razão para uma intervenção de um viés tão hostil, por parte do órgão da SUDECAP, quando já haviam claras diretrizes urbanas (elaboradas pela própria SMPU) quanto às formas de adequadas de aproveitamento das áreas dos baixios

[277]Medida prevista pelo Programa Horizontes Criativos

[278]A partir da abertura do CIAM no Lagoinha, da implementação do programa BH é da gente na PPL, das ações coordenadas pelos Consultórios de Rua, implementação do Programa "Estamos Juntos" e tantas outras medidas já abordadas ao longo desta dissertação.

dos viadutos?[279] A narrativa utilizada pelo órgão da SUDECAP se direciona ao risco estrutural que os pilares dos viadutos do complexo da Lagoinha vêm apresentando devido às fogueiras constantemente ateadas através da queima de materiais, por parte da população de rua[280]. Apesar do argumento plausível, inúmeros tratamentos urbanísticos poderiam ter sido realizados ao invés da implementação de pedras.

Logo, trazemos atenção para o fato de que a nota técnica anunciada pelo órgão é uma justificativa comumente usada para camuflar práticas de remoções e deslocamentos de grupos vulnerabilizados em um território em vias de ser requalificado.[281] Consequentemente, os grafos gerados para esse evento apontam a formação de dois agrupamentos: (a23: SUDECAP, pedras, complexo viário da Lagoinha, baixios dos viadutos) e (a24: moradores de rua, complexo viário da Lagoinha, baixios dos viadutos, moradores de rua, SMASAC). Entendendo-se que os atores não-humanos - complexo da Lagoinha e baixios dos viadutos - agenciam as controvérsias que surgem a partir da ocupação e permanência em tais áreas por moradores de rua, assim como surgem controversas propostas de intervenção pelo poder público.

Por fim, o último evento trazido neste recorte - OUC Centro-Lagoinha - demonstra ser um ponto de controvérsias devido às questões (já abordadas) quanto aos cíclicos investimentos de capital em ambientes construídos consolidados, porém degradados e quanto aos jogos de interesses conflitantes presentes nos processos decisórios de uma OU. Sendo a controvérsia destacada pelos atores não-humanos - instrumento e OUC Centro-Lagoinha. Os agrupamentos visualizados são compostos por (a25: Covid-19, SMPU, PBH, SMS, audiência pública, instrumento e OUC Centro-Lagoinha) e (a26: instrumento, OUC Centro-Lagoinha, moradores, investidores e proprietários).

---

[279]Edital de consulta pública (nº 001/2019) # - Proposta destinada a promover uso e ocupação de baixios de viadutos do complexo da Lagoinha. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1207643 >. Acesso 25 de novembro de 2020.

[280]Segundo o superintendente da SUDECAP, Henrique Castilho: "Nossa grande preocupação é diminuir o desplacamento de concreto, que deixa a ferragem exposta e também afeta os aparelhos de apoio dos viadutos. Com isso, as vibrações (causadas pelos veículos) aumentam e podem gerar dilatações. Queremos evitar que ocorra qualquer tipo de incidente, Todos os viadutos passarão por esse processo, de vistorias e manutenção. Os projetos estão em andamento e tudo depende de recurso. Quando o recurso sai, o projeto é executado. Não houve escolha. Estamos muito preocupados com isso (os danos contra os pontilhões). O trabalho que temos feito é de manutenção nas obras de arte especiais." (Depoimento coletado em matéria do jornal Estado de Minas Gerais, 26/08/2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/26/interna_gerais,1079899/pbh-instala-pedras-sob-viadutos-para-evitar-fogueiras-em-pilares.shtml >. Acesso 25 de novembro de 2020.

[281]Lembramos também que a mesma justificativa - risco estrutural - foi utilizada no ano de 2007 (como apontado na cartografia) para o fechamento do CCLAO enquanto localizado na PPL.

6 Considerações finais

Neste estágio conclusivo da pesquisa, a consideração geral a ser feita é que o movimento global da gentrificação é o elo essencial na concretização de um cenário controverso, onde há um simultâneo crescimento da urbanização nas cidades contemporâneas ao mesmo tempo em que são atingidos os maiores índices de desigualdade social, exclusão e pobreza nos centros urbanos mundiais (NERI, 2019; UN DESA, 2020)[282]. Nesse aspecto, a gentrificação é um dos principais fenômenos que alimenta tal realidade, revelando a disputa de classes no espaço urbano. Em contraponto à governança neoliberal que vem moldando os processos de acumulação por despossessão, expropriação, desalojamento e expulsão de pessoas de seus territórios, o termo gentrificação vem sendo utilizado, não só para caracterizar os movimentos cíclicos de investimento desigual do capital no ambiente construído, mas também, para denunciar as injustiças sócio-espaciais materializadas pela lógica neoliberal em âmbito mundial.

É certo que é preciso ir além da gentrificação como denúncia, porém, o desafio imposto por tal estrutura é complexo, pois, como pode-se desestruturar uma racionalidade que opera tanto em termos globais, quanto locais? E afinal, como classificar os efeitos particulares de uma dinâmica tão ampla? Esta pesquisa não buscou gerar nenhuma certeza quanto à hipótese de gentrificação na região da Lagoinha, mas, apenas tentou destacar como acontecimentos controversos se assemelham ou podem vir a se desdobrar sob tal lógica.

Ainda assim, muitos dos eventos mapeados também demonstram que as linhas de forças se deslocam em múltiplas ordens, escalas e platôs, demonstrando que contanto que haja possibilidade de disputa, pode-se também aflorar resistências, as quais, são expressas, principalmente, por formas de mobilização popular, apropriação urbana, reconhecimento identitário e desenvolvimento de iniciativas locais.

O tensionamento narrativo que buscamos evidenciar foi quanto ao fato de que os próprios movimentos sociais, coletivos de resistência urbana, cultura e identidade local podem ser capturados pelos interesses do capital financeiro, pela lógica desenvolvimentista, ou pelos objetos técnicos do planejamento urbano. Pois, como já abordado, esses atores humanos e não-

[282]Destaque especificamente para o quarto capítulo intitulado “Urbanização: expansão de oportunidades e aprofundamento de divisões” contido no Relatório Social Mundial 2020: desigualdade num mundo que muda rapidamente, da Organização das Nações Unidas (ONU). As informações provém da UN-Habitat e do *Department of Economic and Social Affairs* (DESA). Disponíve em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report-2020-Chapter-4.pdf>. Acesso 27 de novembro de 2020.

humanos podem atuar ambiguamente como cúmplices involuntários ou voluntários de um processo de gentrificação, como os "pioneiros" do espaço apresentados por Smith (1996), fazendo referência principalmente à classe criativa. Concomitantemente, as intervenções espaciais podem obter um efeito de ordem natural, positiva e organizacional da própria estrutura urbana, mas, também podem assumir movimentos de deslocamento, desapropriação, segregação espacial e colonização do espaço urbano.

Acima de tudo, também é importante pontuar que na região da Lagoinha convive-se mutuamente com uma dinâmica polarizada a biopotência (PELBART, 2003) e a degradação urbana. As formas de biopotência se vinculam às dificuldades que a região da Lagoinha impôs à ação do planejamento modernizador e à atual configuração que esse território articula na formação de novos espaços engendrados pela coletividade. Especialmente quanto ao território da PPL e seus moradores, estes ainda carregam a herança territorial da região e a perseverança do morar na favela[283], que apesar das adversidades, evidencia a resistência e a inventividade na manutenção da vida cotidiana na favela.

Quanto às formas de biopotência notáveis na Vila Senhor dos Passos, bairro Bonfim e bairro Lagoinha, estes também guardam um vínculo ao saber e habitar tradicional, no que se refere à presença de moradias com quintais, a presença expressiva de terreiros e casa de umbanda, as quais, fortalecem a cultura de matriz africana na região e a existência de ofícios tradicionais. Portanto, lembramos que a continuidade do comércio e de economias locais (mesmo informais) conformam uma das principais âncoras de resistência aos processos de gentrificação. Sendo assim, as alternativas para o desenvolvimento local mediante a lógica do Arranjo Produtivo Local (APL) poderia ser uma tática de resistência popular e importante meio de manutenção da memória e da vida local, contribuindo para minimizar possíveis efeitos da gentrificação advindos de uma renovação/revitalização urbana, como já pontuado por Castriota et al. (2014).[284]

Além disso, também existem outros instrumentos urbanísticos que têm servido, e ainda podem servir, na mobilização popular e na busca democrática pelo espaço de fala e de escuta

[283]"Aqueles que não tinham um lugar no traçado urbanístico da cidade planejada fizeram do silêncio nascer a resistência e a morada. A palavra "pedreira" refere-se à extração de pedras, mas formula uma outra idéia: a capacidade de se fazer em cima das pedras o lar, de fazer o duro ganhar flexibilidade e o bruto ser lapidado por vida, mesmo que precária" (RIBEIRO, 2001, p. 60).

[284] Segundo Castriota et al. (2014), a implementação de uma A.P.L na região da Lagoinha poderia atuar estrategicamente no fortalecimento dos pequenos negócios locais, particularmente nos ofícios e saberes tradicionais relativos ao comércio de móveis e antiguidades já mapeados na região. Assim, ao integrar e valorizar a rede de economia local já atuante, os efeitos de expulsão das camadas populares recorrente ao processo de gentrificação poderia ser minorado, uma vez que a população e o comércio popular teriam estratégias de permanência e articulações sociais previamente estabelecidas.

das comunidades locais. Nesse aspecto, a participação nas CMPUs de Belo Horizonte e a atuação da sociedade civil a partir do Fórum de Áreas de Diretrizes Especiais (FADE)[285], configuram elementos fundamentais nas disputas por direitos urbanos, exposição das necessidades e demandas das comunidades locais e defesa da permanência das mesmas em face aos processos do urbanismo neoliberal.

Em uma perspectiva ampla, a presença de movimentos sociais urbanos e de um Estado mediador se fazem necessária quanto ao combate da gentrificação por meio da implementação de medidas reativas ou preventivas, integradas aos diferentes setores econômicos e de serviço (turismo[286], habitação, comércio, equipamentos coletivos e infraestruturas etc.), além de políticas públicas em diferentes escalas (MENDES, 2017). No intuito de acrescentar brevemente outros caminhos de enfrentamentos possíveis, apresentaremos algumas noções gerais como propostas de anti-gentrificação com base em três fontes consultivas: Luís Mendes (2017); Conselho da Zona Cultural de Belo Horizonte (SOARES; CHAVES; NEVES; RENA, 2017) e algumas experiências mundiais:

1) controle dos fluxos de capitais transnacionais e da iniciativa privada pelo Estado;
2) controle das propostas de moradias como mero ativo financeiro e fomento a um mercado de habitação acessível (moradia popular ou Habitação de Interesse Social - HIS) pelo Estado e parceiros, com destaque para contemplação da população em situação de rua e de grupos em situação de vulnerabilidade social;
3) instalação de equipamentos públicos e serviços de assistência cotidianos à população flutuante (usuários de drogas e população em situação de rua): banheiros públicos, restaurantes populares, lavanderias públicas; e etc.;

[285] Segundo o PD (Nº 11.181/2019) Art. 87 – "Os Fades são órgãos municipais colegiados responsáveis pela discussão pública de matérias afetas às porções territoriais classificadas como ADEs, estabelecendo ambientes de gestão compartilhada da cidade a partir de premissas da regulamentação específica de cada uma delas. Os Fades têm a atribuição de monitorar a implementação das normas urbanísticas incidentes nas ADEs, verificando sua efetividade na proteção das especificidades da ADE. Art. 88 - Os Fades serão compostos por membros titulares e seus respectivos suplentes, conforme disposto em regulamentação específica, garantida a paridade entre os representantes do Executivo e da sociedade civil. § 1º - Os representantes da sociedade civil serão escolhidos. § 2º - Os Fades deverão ser objeto de regulamentação em até 180 (cento e oitenta) dias após a entrada em vigor desta lei (BELO HORIZONTE, 2019).

[286] O Estado precisa tomar medidas ainda mais reguladoras, especialmente em relação a esse setor, a fim de controlar as formas do desenvolvimento turístico na cidade, priorizando a preservação das práticas e da produção local ao invés da exploração dos mesmos pela hegemonia turística pregada no contexto pós-crise do capitalismo (MENDES, 2017) ou pelo conceito do *Cultural Turn* citado por Otília Arantes (2000)

4) leis de congelamento de preços de aluguéis a fim de impedir o aumento dos mesmos, por parte dos compradores ou locadores e controle da locação habitacional por meio de plataformas como o *Airbnb*[287];

5) Impossibilidade de despejos sem alternativa de realojamento; encaminhamento de desalojados para rede de assistência social local e implementação de serviço local de aconselhamento integrado a desalojados ou em vias de desalojamento (MENDES, 2017);

6) fortalecimento do planejamento participativo local;

7) descriminalização ou regulamentação de trabalhadores informais;

8) garantia do princípio da função social da propriedade (Constituição da República de 1988)

9) manutenção de políticas de redução de danos e abordagem social aos usuários de drogas e fomento de equipamentos de assistência social e saúde pública aos grupos em situação de vulnerabilidade

10) incentivo às experiências colaborativas, aos debates populares e às práticas de organização social, além da valorização de projetos de cultura, educação e inclusão social nos territórios populares[288].

A percepção para as possibilidades de resistências nos abre margem para reforçarmos que o processo de gentrificação na região da Lagoinha não está dado, a tomar pelos atuais condicionantes e também pelo processo padrão através do qual, a gentrificação geralmente se revela globalmente. Isto é, devido à inexistência de um capital financeiro atuante, os efeitos da gentrificação na região da Lagoinha poderiam, neste momento, ainda ser atribuídos a processos mais perceptíveis de competição urbana[289] e turistificação, "gourmetização"[290], além dos históricos episódios de segregação sócio-espacial, criminalização da pobreza ou ainda hostilização do espaço público que fomentaram as tessituras sociais e urbanas desse território. Seguindo este último raciocínio, quando pensamos em processos colonizatórios do espaço urbano no sul global, devemos admitir que em uma visão mais ampla, a gentrificação e a segregação espacial são fenômenos que coexistem e se retro-alimentam. Dado esse cenário já

[287]Estudos apontam que a adoção ilimitada da lógica do Airbnb em cidades com potencial turístico pode ser um catalisador de transformações vinculadas aos processos de gentrificação, pois acaba tornando a escassez de moradia mais comum para inquilinos regulares. Mais informações disponíveis em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/mag/21251332.html >. Acesso 27 de novembro.

[288] Nesse contexto, podemos até evidenciar que o Programa BH é da gente e o Projeto Movimento Gentileza Lagoinha aderem esse princípio em sua essência.

[289]Nesse aspecto, podemos citar o Programa Horizontes Criativos.

[290]Implementação de novos empreendimentos (restaurantes, casas noturnas, ou ocupações elitizadas) que inicialmente alteram a dinâmica urbana, desde a vivência local até o valor imobiliário do solo urbano. E por fim, abrem espaço para a entrada do capital internacional.

emergente, a iminência da execução da OUC Centro-Lagoinha ou da OUC ACLO poderia gerar um impacto ainda maior quanto ao desdobramento de um processo de gentrificação. Mas admitindo-se também que manter um território intocado é um fetiche e uma lógica que não beneficiaria tampouco as camadas populares, para além das críticas, é necessário se pensar em estratégias inovadoras.

Diante dessa consideração, trazemos por fim, a ênfase no último ponto da nossa breve lista - incentivo às experiências colaborativas, aos debates populares e às práticas de organização social, além da valorização de projetos de cultura, educação e inclusão social nos territórios populares - a fim de salientar que as periferias trazem uma engenhosidade quanto às experimentações espaciais, revelando o caráter contra-hegemônico e a lógica do comum (DARDOT; LAVAL, 2017) como principal estratégia de sobrevivência através de relações informais e de compartilhamento. Fomentar tais projetos é permitir que aconteçam as improvisações que a cidade precisa a fim de subverter as lógicas capitalistas expropriatórias, trazendo um fio de esperança para as disputas e lutas territoriais.

Referências

AALBERS, Manuel. Regulated deregulation. *In*: SPRINGER, Simon; BIRCH, Kean; MCLEAVY, Julie (org.). **Handbook of Neoliberalism**. Routledge, London, 638 p., 2016.

ACSELRAD, Henri. **Sobre os usos sociais da cartografia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2014.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas: a Planta Topográfica e Cadastral da área destinada à Cidade de Minas e o trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital. In: **XVIII Encontro Regional da ANPUH**, Mariana, 2012.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes. Gentrificação e hipsterização: um estudo sobre a Vila Buarque (São Paulo, Brasil). **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 2, n. 6, p. 31-48, novembro de 2018. ISSN 2526-4702.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais)

AMARAL, Deivison Gonçalves. Regulamentação da ocupação urbana e as campanhas dos trabalhadores por habitação em Belo Horizonte (1912-1930). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA –ANPUH**, São Paulo: julho de 2011. Anais eletrônicos....Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300644047_ARQUIVO_Comunicacao2.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

AMIN, Samir. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. In: BORON, Atílio (org.). **Nova hegemonia mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2004**.**

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102699220190001002 11&lng=en&nrm=iso>. Acesso 3 de abril de 2020.

ANTONUCCI, Denise; KATO, Volia Regina Costa; ZIONI, Silvana; ALVIM Angélica Benatti. UN-Habitat: 3 décadas de atuação. **Vitruvius Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 107.01, abril de 2009. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/56>. Acesso 13 de agosto de 2020.

ARANTES, O. B. F. O "cultural turn" no discurso das cidades. **Revista RUA**, Campinas, Número Especial, v. 5, p. 89-99. 1999.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. *In:* ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (org.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

ARROYO, Michele Abreu. **A Diversidade Cultural na Cidade Contemporânea**: O Reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como Patrimônio Cultural. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ATKINSON, Rowland; BRIDGE, Gary (orgs.). **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. Nova York, Routledge. 2005.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; FREITAS, José Francisco Bernardino. O seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular. **URBANA: revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos sobre a cidade**, v. 6, n.1, p. 758-775, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635324 >. Acesso 13 de agosto de 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Operação urbana consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste**: Plano Urbanístico. Caderno de textos, tabelas e figuras. 2015. Belo Horizonte: PBH, set. 2015.

BELO HORIZONTE, **Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano: bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates**. Prefeitura de Belo Horizonte: dez. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto nº 4762 de 10 de agosto de 1984. Cria o "programa municipal de regularização de favelas – profavela", dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências. **Câmara Municipal Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 10 de agosto de 1984. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1984/476/4762/decreto-n-4762-1984-cria-o-programa-municipal-de-regularizacao-de-favelas-profavela-dispoe-sobre-sua-regulamentacao-e-da-outras-providencias. Acesso 14 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto nº 9068 de 26 de dezembro de 1996. Regulamenta a composição do conselho municipal de política urbana - compur, criado pelo art. 80 da lei nº 7165. **Câmara Municipal de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 26 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1996/906/9068/decreto-n-9068-1996-regulamenta-a-composicao-do-conselho-municipal-de-politica-urbana-compur-criado-pelo-art-80-da-lei-n-7165-de-27-de-agosto-de-1996>. Acesso 14 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 3532 de 6 de janeiro de 1983. Autoriza o executivo municipal a criar o programa municipal de regularização de favelas - profavela e dá outras providências. **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 6 de janeiro de 1983. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1983/353/3532/lei-ordinaria-n-

3532-1983-autoriza-o-executivo-municipal-a-criar-o-programa-municipal-de-regularizacao-de-favelas-profavela-e-da-outras-providencias>. Acesso 14 de agosto de 2020.
BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto nº 10, de 24 de junho de 1925. Dá regulamento para jardins públicos, praças ajardinadas e para o Parque municipal. **Prefeitura da cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 24 de junho de 1925. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1925/1/10/decreto-n-10-1925-da-regulamento-para-jardins-publicos-pracas-ajardinadas-e-para-o-parque-municipal>. Acesso 11 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto 1435, de 23 de dezembro de 1900. Aprova o regulamento de mendigos. **Prefeitura da cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 28 de dezembro de 1900.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Decreto 19, de 27 de dezembro de 1927**. Desapropria por utilidade pública os terrenos necessários à abertura de uma avenida sanitária, ao longo do Córrego Lagoinha desde a Rua Formiga até a Rua do Ramal. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1927.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado** (outubro de 1928). Belo Horizonte: Biblioteca do arquivo Público. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1927-1928-Christiano-Monteiro-Machado.pdf>. Acesso 16 de novembro de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. **Lagoinha em Estudo: análise diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte**. 2011.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Decreto 75, de 24 de junho de outubro de 1940.** Modifica a taxa de imposto predial. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal. Relatório do Prefeito Juscelino Kubitscheck. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1940. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1940/8/75/decreto-n-75-1940-modifica-taxa-de-imposto-predial-1940-10-24-versao-original>. Acesso 24 de junho de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Lagoinha em estudo: análise diagnóstico-propositiva do Bairro Lagoinha em Belo Horizonte**. 2011. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/diagnostico_lagoinha_2011.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Aviso de consulta pública - edital nº 001/2019. **Diário Oficial do Município (DOM)**. Belo Horizonte, 19 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1207643>. Acesso 16 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Aviso de consulta pública - edital nº 001/2015.**Diário Oficial do Município (DOM)**. Belo Horizonte, 31 de agosto de 2015. Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1148746>. Acesso 16 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei no 10.443, de 28 de março de 2012. Dispõe sobre a Política Municipal de aproveitamento de áreas sob viadutos. **Diário Oficial do Município (DOM)**. Belo Horizonte, 29 de março de 2012.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Projeto de Lei nº 1.749, de 22 de setembro de 2015h. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 2015, 159 p.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei no 6.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1996. Disponível em:< https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1996/716/7165/lei-ordinaria-n-7165-1996-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-belo-horizonte>. Acesso 13 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 7166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1996. Disponível em:< https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1996/716/7166/lei-ordinaria-n-7166-1996-estabelece-normas-e-condicoes-para-parcelamento-ocupacao-e-uso-do-solo-urbano-no-municipio>. Acesso 13 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 9959 de 20 de julho de 2010. Altera as leis n° 7.165/96 - que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte - e n° 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 2010, 120 p.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto nº 2050, de 20 de agosto de 1971. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o quarteirão 17 (dezessete) da 6ª seção suburbana. **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 20 de agosto de 1971. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/b/belo-horizonte/decreto/1971/205/2050/decreto-n-2050-1971-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-o-quarteirao-17-dezessete-da-6-secao-suburbana.>. Acesso: 15 de maio de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 572, de 12 de setembro de 1956. Altera as multas impostas por infração ao regulamento de construções quando houver exploração de favelas e dá outras providências. **Câmara Municipal Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 12 de setembro de 1956. Disponível em: <https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/238615/lei-572-56>. Acesso 13 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto nº 14.060, de 6 de agosto de 2010. Regulamenta a lei nº 8616/03, que "contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte". **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 6 de agosto de 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2010/1406/14060/decreto-n-14060-2010-regulamenta-a-lei-n-8616-03-que-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte>. Acesso 16 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto nº 16.747, de 11 de outubro de 2017. Cria o Comitê Coordenador da Agenda Intersetorial de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas e dispõe sobre a Agenda Intersetorial de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. **Diário Oficial do Município (DOM)**. Belo Horizonte, quarta feira, 11 de outubro de 2017. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1185205>. Acesso 16 de agosto de 2020.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte**. IPUCBH, 1995.

BERNARDES, Brenda Melo; BORSAGLI, Alessandro. A metamorfose de uma paisagem: a construção, o apogeu e o processo de descaracterização do bairro Lagoinha. **Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (REAPCBH)**, v. 1, n. 1, p. 45-65. Belo Horizonte, 2014. 202 p. Disponível em: <https://issuu.com/reapcbh/docs/versao_final_em_pdf>. Acesso 11 de agosto de 2020.

BERNARDES, Brenda Melo. **Memória, cotidiano e as propostas institucionalizadas direcionadas ao bairro Lagoinha em Belo Horizonte/MG**: Múltiplas visões de um mesmo lugar. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. 167 f.

BERNARDES, Brenda Melo. Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte – MG: as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada. **Cadernos Proarq**, n. 29, p. 46-65, 2017. Disponível em: <https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq29%20ART%2003.pdf>. Acesso 11 de agosto de 2020.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. **Vitruvius Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 120.02, maio de 2010. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>. Acesso 13 de agosto de 2020.

BORGES NETTO, Marco Antonio Souza, CONTI, Alfio, SILVA, Margarete Maria Araújo. Viadutos Urbanos: a que será que se destinam? In: **I Conferência Latino-Americana de Construção Sustentável** e **10º Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, 2004, São Paulo. Construção sustentável - Connstrucción Suntenible - clasCS`04 ENTAC´04. 2004.

BORGES, Valéria. **Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Predo Lopes**. [Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar e à Pesquisa Territórios Populares do

Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=113s&ab_channel=Territ%C3%B3riosPopularesV%C3%ADdeos >. Acesso 28 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 02. set. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257/2001.
BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Programa de Reabilitação de Áreas Centrais**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/milton.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

BRITO, Michele; SÁ, Ana Isabel de; BORGES, Jéssica; RENA, Natacha. IndAtlas - Technopolitic platform for urban investigation. In: **XXII CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL**, 2018, São Carlos. Blucher Design Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2018. p. 1012.

BROWN, Wendy; MENDES JUNIOR, Guaracy Bolívar Araújo (Tradução). Hoje em dia, somos todos democratas. Belo Horizonte - MG: **Revista Sapere Aude**, 2018.
BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. [S. l.]: Zone Books, 2015.
CAMPOS, Luis Gustavo Rosadas. **Do higienismo à gentrificação, as semelhanças e singularidades no processo de exclusão social na cidade do Rio de Janeiro**: o bairro da Lapa. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016. 156 f.

CAPOBIANCO, Juliana; FLÁVIA, Jordana. Estratégias globais para realidades locais. **Revista UH - Urbanização & Habitação.** Belo Horizonte: Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, jun. 2015, ano II, n. 2. p. 39-48. Disponível em: <https://issuu.com/geel/docs/revista_uh_02_final>. Acesso 14 de agosto de 2020.
CARNEIRO, Karine Gonçalves. **Moradores de rua e produção do espaço urbano**: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica. 2006. 491 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Belo Horizonte, 2016.

CARNEIRO, Karine. Cracolândia (sp) /el bronx (bogotá): um script em três atos e com spoiler. **InDebate**, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://indebate.Indisciplinar.com/2017/05/29/cracolandia-spel-bronx-bogota-um-script-em-tres-atos-e-com-spoiler/>. Acesso 16 de agosto de 2020.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. Tempo Social; **Rev. Sociol**. USP, S. Paulo, 7(1-2): 53-66, outubro de 1995.

CARVALHO, Mônica de. Cidade global, anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo Em Perspectiva**, 14(4) 2000. p. 70-82.
CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas e instrumentos. Ieds, São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo; ARAÚJO, Guilherme. Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI. **Arquiteturarevista**, São Leopoldo (RS), v. 5, n 1, p. 38-54, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/4801>. Acesso 12 de agosto de 2020.
CASTRIOTA, Leonardo Barci et al. Economia Local e desenvolvimento urbano: o caso do bairro da Lagoinha, Belo Horizonte **In: Habitar 2014**: Habitação e desenvolvimento sustentável. In: Habitar 2014: Habitação e desenvolvimento sustentável, 2014, Belo Horizonte. Anais do Habitar 2014: Habitação e desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: IEDS, 2014. v. 1. p. 1-16.

CASTRIOTA, Leonardo. A urbanização perversa: considerações iniciais sobre gentrificação e patrimônio. *In:* CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de; KULEMEYER, Jorge (org.). **El lado perverso del patrimonio cultural**. 1ª ed. San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy - EDIUNJU, 2017. p. 67 - 101.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online,** n. 18, v. 2, p. 173-180, jul. / dez. 2011.

COLARES, Maíra da Cunha. Indisciplinar entrevista Maíra Colares [entrevista concedida a Natacha Rena, Gabriela Bitencourt, Susan Oliveira, Carolina Nasser e transcriação de Anderson Chagas]. **Revista Indisciplinar**, ed. 009, v. 5, nº 2, dez/ 2019. Disponível em: <https://wiki.Indisciplinar.com/download/009.pdf >. Acesso 28 de novembro de 2020.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo. Editora UNESP. 2004.
COMPANS, Rose. O paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 1, 91-114. Maio, 1999.

CONTI, Alfio. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o "Plano Global Específico". **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 189-216, dez. 2004.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **MERCATOR**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set. /dez. 2013.

COSTA, Náthalie Rose Fernandes. **Efeitos do lugar**: representações da Vila Senhor dos Passos. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Belo Horizonte, 2011.

COSTA, Márcia Helena Batista Corrêa. **Participação democrática e planejamento urbano**: o Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) Universidade de Campinas (UNICAMP), 2011. 337 f.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas daconfluência perversa. **Política e sociedade: Revista de sociologia política**, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. *In:* Alejandro Grimson. (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004a, p. 195-216.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In:* Daniel Mato. (Org.). **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización**. Caracas: FaCes/Universidad de Venezuela, 2004b, p. 95-111.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum:** Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: 1 Ed. Editora Boitempo, 647 p, 2017.

DELEUZE, Gilles; Peter. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. Disponível em: < http://professor.ufabc.edu.br/~la.salvia/wp-content/uploads/2020/06/deleuze-conversacoes-sociedade-de-controle.pdf>. Acesso 13 de novembro de 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5 volumes.
DE JESUS, Cláudio Roberto de. A popularização do Centro. **Caderno de Geografia**. v. 25, n. 44. Belo Horizonte, jul./dez. 2015. p. 368-385.

DINIZ, Luciano dos Santos; SILVA, Cibelle Paula Batista da. Reestruturação estratégica e gentrificação em Belo Horizonte: novo cenário, velhas medidas. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 11.2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100222&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 27 de março de 2020.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O Populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mocca e São Miguel Paulista (1947-1953). **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroch**, v. 11, n. 20/21, p. 87-119, 2004.

FERRARI, Júnia. **Bairro Concórdia em Belo Horizonte**: entrave ou oportunidade à cidade-negócio? 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009.

FONTES, Renato Barbosa. As Operações Urbanas entre a Cidade-mercado e a cidade-direito: um estudo preliminar do instrumento em Belo Horizonte (1996-2016). In: **XVIII ENANPUR**, Natal, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, vol. I: A vontade de saber. Tradução brasileira de Maria Tereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Os corpos dóceis. Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Resumos dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução Andréa Daher; Consultoria Roberto Machado - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. 22 eds. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FIX, Mariana. A "fórmula mágica" da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Denio (Org.). **Urbanismo**: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: PUC Campinas, 2003.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma "cidade global". **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 41-64, abril. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000100003>. Acesso 16 de agosto de 2020.
FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, 2017, p. 19-29. DOI:<https://doi.org/10.5902/2236499422589>. Acesso 11 de agosto de 2020.

FRANZONI, Julia Ávila; FARIA, Daniela; RENA, Natacha. CARTOGRAFIA INDISCIPLINAR DO CONFLITO DA IZIDORA EM BELO HORIZONTE. In: **Contested Cities 2016, 2016, Madrid. Working Paper Series** -> CONTESTED_CITIES. Madrid: Contested Cities, 2016. v. 1. p. 1-13.

FREIRE, Cíntia Mirlene Pela. **Cotidiano, memória e identidade**: o Bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz dos seus moradores. 2008. 170 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte. 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp087647.pdf >. Acesso 11 de agosto de 2020.

FREIRE, Cíntia Mirlene Pela. Do outro lado da linha do trem: História e intervenções no bairro Lagoinha. **Cadernos de História da PUC MG**, v. 12, p. 110-136, 2011.

FREITAS, Daniel Medeiros de; LEMOS, Letícia Lindenberg; MENDONÇA, Pedro; HOLANDA, Breno; PEQUENO; Luís Renato Bezerra. Processos de Reestruturação Territorial relacionados à novas formas de agenciamento Estado-Capital. *In:* ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula; NASCIMENTO, Denise; FREITAS, Daniel; RENA, Natacha; PEQUENO, Luis. (Org.) **Cidade Estado Capital**: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. 2018.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. PROFAVELA: conquistas e limites do movimento favelado em belo horizonte na transição democrática na década de 1980. **Direito da Cidade**, v. 10, p. 988-1022, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/29374/24086>. Acesso 12 de agosto de 2020.

GOBIRA, Pablo; GARCIA, Daniela Ramos. Entre becos e passagens: um olhar estético das cenas aonde arte e drogas transitam. **Revue Amerika**, v. 14, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/amerika.7252>. Acesso 16 de agosto de 2020.

GOMES, Maria do Carmo Andrade et al. **Velhos mapas, novas leituras**: revisitando a história da cartografia. 2004.
GONZÁLEZ, Miquel Fernández, **Matar al Chino**: entre la revolución urbanística y el asedio urbano en el barrio del Raval de Barcelona. Vírus Editorial. 2014. 360p. ISBN-13:978-84-92559-58-9.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Favelas em Belo Horizonte**: tendências e desafios. Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 1991.
HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Revista **GEOgraphia**, Niterói, ano IV, n.7, p.7-31, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419/8619>. Acesso em 21 de novembro de 2020.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: RJ. Bertrand Brasil. 2004.
.
HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro; Costa, Benhur; Pires, Cláudia e Ueda, Vanda. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1ed.Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, v., p. 19-36.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** 2ª edição ampliada - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. 128 p.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica** - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Editora Âyiné, Belo Horizonte. 1ª Edição setembro 2018. 117 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

HARVEY, David. Globalization and the Spatial Fix. **Geographische Revue**. 2, 2001, p. 23-30.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. O Desenvolvimento Geográfico Desigual. *In:* HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INDISCIPLINAR. Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Nova BH OUC ACLO. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2017. Disponível em: <http://pub.Indisciplinar.com/ouc-nova-bhaclo/>. Acesso 16 de agosto de 2020.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Globalização e sua alternativa: uma entrevista com Samir Amin. **Tricontinental Cadernos Políticos**, n.1, 2018.
JESSOP, Bob. Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica. *In:* BRANDÃO; Carlos Antônio, FERNÁNDEZ; Victor Ramiro, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Escalas Espaciais, reescalonamentos e estatalidades : lições e desafios para a América Latina.** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018. p. 43 - 70.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In. **Fractal**, Rev. Psicol. v. 25, n. 2, 2013. p. 263-280.

KASTRUP, Virgínia. A atenção e o gosto pelos problemas. Rev. Polis e Psique; 20 ANOS DO PPGPSI/UFRGS, 2019: p. 99 – 106.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEES, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvin. **Gentrification**. Londres: Routledge, 2008.

LEES, Loreta. The geography of gentrification: Thinking through comparative urbanism. **Journal Progress in Human Geography**, v. 36, n. 2. p. 155-171. 2012.
LEMOS, André. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 25, p. 52-65, jun. 2013.

LEMOS, Cássio Fernandes; OLIVEIRA, Andréia Machado. Mapeamento, Processo, Conexões: a cartografia como metodologia de pesquisa. Paralelo 31. Pelotas, p. 40-51, julho 2017.

LEY, David. Alternative explanations for inner-city gentrification. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 76, n. 4, p. 521-535, dezembro 1986.
LIBÂNIO, Clarice de Assis. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 765-784, dec. 2016. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000300765&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

LOPES, Marcela Silva Brandão; RENA, Natacha Silva Araújo; SÁ, Ana Isabel de. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **V!RUS**, São Carlos, n. 19, 2019. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt >. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

LOPES, Miguel Victor Tavares; GODOY, Marcelo Magalhães. Estado, transportes e desenvolvimento regional - A "era rodoviária" em Minas Gerais, 1940-1980. In: **XVII Seminário sobre a economia mineira**, Diamantina: Anais do XVII Seminário sobre a economia mineira, 2016. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/279-468-1-RV_2016_10_09_00_45_22_626.pdf>. Acesso 12 de agosto de 2020.

LOPES, Myriam Bahia; et. al. A cidade, seus habitantes e a serra. Breves notas sobre a história do Parque das Mangabeiras (1960 -2010). **Minha Cidade**, São Paulo, ano 11, n. 130.04, Vitruvius, maio 2011. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3798 >. Acesso 13 de agosto de 2020.

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João Sette Whitaker. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, L. M. (Org.). **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Ed. safE, 2002.

MATOS, Ralfo Edmundo. **Evolução urbana e formação Econômica de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1992 (Texto para discussão nº 64), 39p.

MENDES **Luís.** A "crise" do marxismo e as geografias pós-modernas no estudo da gentrificação. ***e-cadernos CES,*** 02 | dez. 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1373 >. Acesso 13 abril 2020.

MENDES, Luís. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 487-511, nov. 2014.

MENDES, Luís. As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 12 n. 20, p. 207-252. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3853>. Acesso 13 de agosto de 2020.

MENDES, Luís. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 33-45, junho 2013. Disponível em> http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175336920130001000004&lng=en&nrm=iso>. Acesso 01 de abril de 2020.

MENDES, Luís. Manifesto anti-gentrificação redux. **Revista do Niep** - Marx e Marxismo, vol. 5, n.º 9, pp.322-337, agosto de 2017.

MENDES, Luís; SALINAS, Luis; VALENÇA, Marcio Moraes; MARTINEZ-RIGOL, Sergi. Apresentação do Dossiê: As novas fronteiras da gentrificação no mundo ibero-americano. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 2, n. 6, p. 15-29, novembro de 2018. ISSN 2526-4702.

MENDES JÚNIOR, Guaracy Bolívar Araújo. Governamentalidade Neoliberal e Desdemocratização: Sobre o trabalho recente de Wendy Brown. **Revista Sapere Aude**, Belo Horizonte. Impresso, v. 9, p. 288-290, 2018.

MOTA, Jose Aroudo; GAZONI, Jefferson Lorencini; REGANHAN, José Maria; SILVEIRA, Marcelo Teixeira; GÓES, Geraldo Sandoval Trajetória da governança ambiental. In: **Boletim regional e urbano**. IPEA. 2008. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5523/1/BRU_n1_trajetoria.pdf>. Acesso 13 de agosto de 2020.

MUSA, Priscila. Espectadores. **Revista Devires**: Cinema e Humanidades, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 164-183, Jan/Jun 2016.

NASSER, Carolina; OLIVEIRA, Susan; BITENCOURT, Gabriela; RENA, Natacha. A produção neoliberal do espaço urbano: um enredamento a partir das cenas de uso urbanas de crack e processos de gentrificação na região da Lagoinha. **III Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Ed. Fluxus, 2019.

NASSIF, Thaís. **Linguagem técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano :** uma análise a partir de duas experiências participativas no município de Belo Horizonte, 128f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

NERI, Marcelo. **A escalada da desigualdade**: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e pobreza? Rio de Janeiro: FGV Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em 27 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. O Movimento de Favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Bairros e Habitações Populares (1954-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, p. 100-120. 2012.

OLIVEIRA, Hélio Rodrigues de Jr. Daniel Medeiros De Freitas; FREITAS, Daniel Medeiros; TONUCCI. **Belo Horizonte: os impactos da copa do mundo 2014**. Belo Horizonte: Del Rey; Observatório das Metrópoles, 2014. 200 p.

OLIVEIRA, Susan; BITENCOURT, Gabriela; NASSER, Carolina; RENA, Natacha. Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na pedreira prado

lopes. **Revista Indisciplinar**, v. 8, n. 1, 2019. p. 61-89. Disponível em: <https://wiki.Indisciplinar.com/download/008.pdf>. Acesso 15 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. Movimento dos "trabalhadores favelados" e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960. **Revista Mosaico,** v. 5, n. 8. p. 27- 45, 2014.

OLIVEIRA, Osmany. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. **Opinião Pública**, v.22, n. 2, Campinas, ago. 2016.

OLIVEIRA, Natália Sales de. **Gentrificação e moradia social:** como a política urbana pode atuar. 1º Edição, Rio de Janeiro. Editora e Livraria Gramma, 2017. 202 p.
ONG, Aihwa. Neoliberalism as a Mobile Technology. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 32, n. 1, 2007, pp. 3–8. *JSTOR*, Disponível em: < www.jstor.org/stable/4639996 >. Acesso 3 de abril de 2020.

PAULA, José Antônio; MONTE-MÓR, Roberto Luís. As três invenções de Belo Horizonte. **Anuário Estatístico de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal Belo Horizonte, Belo Horizonte, p.27-49, 2001.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PELBART, Peter Pál. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo...**Saude soc.**, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 19-26, 2015.

PEREIRA, Josemeire Alves. Os herdeiros da "Fazenda Bom Sucesso" e a população negra na história de Belo Horizonte (MG). História Histórias revista do programa de pós-graduação em história – UnB, Brasília, Vol. 4, n. 8, 2016. ISSN 2318-1729 p. 173-187.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Dos que vão e dos que ficam**: migrantes negros em Belo Horizonte (1897-1950). 2015.

PORTO, Henrique; RENA, Natacha Silva Araújo. Terceiro Setor: Governança e participação na administração urbana. In: **Anais do 2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. 2019.

PINHEIRO, Janaina Marx; ALVES, Josiane; CASTRO, Brenda; RENA, Natacha #NãoVaiTerNovaBH: linhas de fuga na produção da cidade neoliberal. **V!RUS**, São Carlos, n. 14, 2017.

PIROLI, Wander. **Lagoinha**. Belo Horizonte: Conceito, 2011.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI.** 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos Naui**, v. 4, n. 7, p. 39-57, julho-dezembro 2015.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. **Afinal, o que é a gentrificação? Uma análise conceitual e suas possibilidades de verificação no cenário urbano brasileiro**. Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Rayana Gama. O papel do grafite no mercado imobiliário, como agregador de valor e transformador local. **18° Conferência Internacional da Lares**. São Paulo, p.1-18, 2018.

RIBEIRO, Núbia. Os silêncios e tantas histórias…**Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 57-65, nov. 2001. ISSN 2237-8871. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1710>. Acesso em: 01 jun. 2019.

RIBEIRO, Núbia Braga et. al. **Becos da memória, desenhos da cidadania – Pedreira Prado Lopes**: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2001.

ROLNIK, Raquel. 10 anos do Estatuto da Cidade: Das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. **Leituras da Cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2012.

ROLNIK, Suely. CARTOGRAFIA ou de como pensar com o corpo vibrátil. In: **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SALES, Mara Marçal. **A favela é um negócio a fervilhar**: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

SALGADO, Nayara. A pedra não para: um estudo sobre a cracolândia na cidade de Belo Horizonte/MG. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.268-293, jan./jun. 2013.

SANCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, junho 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782001000100004&lng=en&nrm=iso> . Acesso: 30 de março de 2020.

SANTOS, Boaventura Souza. **A Globalização e as Ciências sociais**. 2a Edição, São Paulo: Organizador, 2002.
SANTOS, Boaventura. **A difícil democracia**. Reinventar as esquerdas. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/TerritorioGlobalizacaoeFragmentacaomiltonSANTOS.pdf>. Acesso 21 de novembro de 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos. Nascimento dos Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geografica de America Central**, v. 2, p. 1-17, 2011. <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>.
Acesso em: 14 de março de 2019.
SAPORI, L. F.; SENA, L. L.; SILVA, B. F. A. **Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte**. In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010.

SASSEN, Saskia. **The Global City**: New York, London, Tokyo. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1991.

SILVA, Lisandra; PEREIRA, Josemeire. O estigma do invasor na produção do espaço urbano: o caso de Belo Horizonte. In: LIBÂNIO, Clarisse; PEREIRA, Josemeire. (Org) **Periferias em rede**: experiências e perspectivas - Prosa e Poesia no Morro. 1. ed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018. v. 1. 288p.

SILVA, Lânia Mara. ***Lá no caminho eu deixei meu sentinela***: Territorialidade e e movimento de um terreiro de umbanda. 2018. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Lisandra Mara. Indisciplinar entrevista Lisandra Mara [entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar a Susan Oliveira, Gabriela Bitencourt, Anderson Chagas e Natacha Rena]. **Revista Indisciplinar**, ed. 008, v. 5, nº 1, julho 2019. Disponível em: < https://wiki.Indisciplinar.com/index.php?title=.download/008.pdf >. Acesso 28 de novembro de 2020

SILVEIRA, Danielle Costa; CARMO, Rose Ferraz; LUZ, Zélia Maria Profeta da. O planejamento de quatro áreas do Programa Vila Viva na cidade de Belo Horizonte, Brasil: uma análise documental. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1165-1174, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000301165&lng=en&nrm=iso>. Acesso 13 de agosto de 2020.

SILVEIRA, Brenda. **Lagoinha a cidade encantada**. Belo Horizonte: 2005. 160p.

SILVEIRA, Danielle Costa. **A implantação do Programa Vila Viva em áreas de Belo Horizonte - MG e suas implicações**: uma análise documental. Dissertação para obtenção do

título de Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós - Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Pesquisas René Rachou, Belo Horizonte, 2015.

SIMÃO, Luiz Rigueira. Os homens da ordem e a ordem dos homens: vigilância, ação policial, concepções de ordem e legislação municipal em Belo Horizonte (1895-1930). **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 7, n. 12, Jan-Jun 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ARTIGO-HEERA-fabio-para-pdf-revisado.pdf>. Acesso 15 abril 2020.

SOARES Felipe Bernardo Furtado; CHAVES, Marília Pimenta; NEVES, Bernardo; RENA, Natacha. Zona Cultural Praça da Estação, Belo Horizonte:conflitos entre estratégias de gentrificação do Estado-capital e táticas anti-gentrificação de movimentos sociais. **V!RUS**, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus14/?sec=4&item=12&lang=pt >. Acesso em: 27 de novembro de 2020.

SOARES, Felipe, PIMENTA, Marília Chaves. Os viadutos como a nova fronteira de expansão do capital. **InDebate**, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://indebate.Indisciplinar.com/2017/06/07/os-viadutos-como-a-nova-fronteira-de-expansao-do-capital/>. Acesso 02 de agosto de 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Introdução: a "nova geração" de movimentos sociais urbanos − e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan. /jun., 2009.

SOUZA, Rafaela de Paula Amaral. **Políticas públicas de inclusão digital**: estudos de caso em centros de cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. Dissertação. (Mestrado em Ciência da informação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2008. 207 f.

SMITH, Neil. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, v. 45, p. 538-548, 1979.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier**: Gentrification and the Revanchist City. Londres: Routledge, 1996.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: Gentrification as global urban strategy, **Antipode** 34. 3: 427-450. 2002.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. *In:* BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, 293p.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço E Tempo**, *11*(1), 15-31. 2007. Disponível em:< https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74046. Acesso 30 março 2020>. Acesso em 27 de novembro de 2020.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalonamento. *In:* BRANDÃO; Carlos Antônio, FERNÁNDEZ; Victor Ramiro, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Escalas Espaciais, reescalonamentos e estatalidades: lições e desafios para a América Latina.** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018. p. 71 - 106.

TORET, Javier; @DATAANALISYS 15M. **Tecnopolítica**: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuída. IN3 Working Paper Series. Barcelona: UOC, 2013. Disponível em:<http://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20%282%29.pdf >. Acesso em 16 de outubro de 2020.

UN DESA, United Nations Department of Economic and Social Affairs. **World Social Report 2020**: The challenge of inequality in a rapidly changing world. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/world-social-report/2020-2.html>. Acesso em 27 de novembro de 2020.

URBEL. Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. **Projeto Integrado da Vila Senhor dos Passos**: Volume I - Concepções, diagnostico e síntese das propostas. Projeto Habitar Brasil/BID. Belo Horizonte: Maio, 2000.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (org.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

VAINER, C. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), vol. 14, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaços Intra-Urbanos no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
WALLERSTEIN, I. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: DOS SANTOS, Theotonio (coord.); MARTINS; C.E., SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica. **Os impasses da globalização.** Rio de Janeiro: Edições Loyola. 2003.

WILSON, Japhy. Colonising space: the new economic geography in the theory and practice. **New Political Economy,** n. 16(3), pp. 373-397. 2011.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

.

Apêndice A - Documentário Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Prado Lopes

Essa entrevista foi concedida ao grupo Indisciplinar e à linha de pesquisa Territórios Populares[291]. Valéria Borges é professora do primário e nos conta sobre sua vida como moradora da PPL desde sua infância, até a vida adulta e aborda os episódios de expulsões enfrentados na favela. Valéria é liderança local independente, respeitada e admirada pelos moradores locais, atua nos movimentos de defesa e resistência da PPL e na promoção do sentimento de pertencimento à comunidade. Também é militante do MTD, movimento que atua junto à comunidade na luta pela garantia de direitos básicos da classe trabalhadora urbana (OLIVEIRA; BITENCOURT; NASSER; RENA, 2019)[292].

Figura 78 –Valéria Borges sendo entrevistada em sua própria casa em março de 2019.
Fonte: Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019.

[291]A equipe da pesquisa Territórios Populares/ Indisciplinar apresenta o processo de investigação da região do centro expandido de Belo Horizonte através de 4 vídeos compostos por narrativas tangentes e divergentes de 4 mulheres que moram e/ou trabalham na região central de BH sendo elas: Valeria Borges (Pátria Livre/ Pedreira Prado Lopes), Cris (Ocupação Carolina Maria de Jesus), Silvia (Asmare) e Nice (Guaicurus). A pesquisa é coordenada pelo LabCidade - FAU-USP (coordenação das professoras Raquel Rolnik e Paula Santoro) e está sendo realizada por meio de uma rede formada por grupos de diversas partes do Brasil, entre eles o Indisciplinar. Este projeto é coordenado em BH pela professora Marcela Brandão e cocoordenado pela professora Natacha Rena. A professora Patrícia Azevedo da Belas Artes é colaboradora no projeto. O Territórios Populares possui a participação de bolsistas de extensão e alunos das disciplinas Territórios Populares I e II. Também está associado aos Programas IndLab e Natureza Política e possui vários parceiros nos territórios: Guaicurus, Pedreira Prado Lopes, Asmare e Carolina de Jesus. Conta também com a colaboração das pesquisadoras Karina Gea, Carol Nasser, Lisandra, Gabriela Bitencourt, dentre outras parceiras e colaboradoras. A entrevista com Valéria Borges ainda não possui transcrição, mas está disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=113s&ab_channel=Territ%C3%B3riosPopularesV%C3%ADdeos >. Acesso 28 de novembro de 2020.

[292]A entrevista realizada com Valéria Borges é apresentada parcialmente no artigo “Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes” apresentado na Revista Indisciplinar. Disponível em: < https://wiki.Indisciplinar.com/index.php?title=.download/008.pdf>. Acesso 28 de novembro de 2020.

Apêndice B - Indisciplinar entrevista Lisandra Mara Silva

Esta entrevista foi concedida ao GE Lagoinha e à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Teve publicação na íntegra na edição 8 e volume 5 da Revista Indisciplinar no ano de 2015. O roteiro da entrevista[293] com Lisandra Silva buscou compreender a atuação do Poder Público no desenvolvimento de planos e políticas urbanas e habitacionais em vilas e favelas de Belo Horizonte, além da influência de grandes obras urbanas estruturais nesses territórios através da perspectiva de uma profissional que lida diretamente com as tais questões que envolvem vilas e favelas. Lisandra nos traz perspectivas pessoais e da instituição quanto aos processos de urbanização de favelas e políticas públicas vinculadas ao tema habitacional E também, como mulher negra, pontua a relação do racismo estrutural que segue presente no planejamento urbano das cidades.

Figura 79 – Lisandra Silva sendo entrevistada na sala do Grupo de Pesquisa Indisciplinar em maio de 2019.
Fonte: Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019.

[293]As perguntas foram elaboradas pelas pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Indisciplinar Gabriela Bitencourt (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestranda no programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), Susan Oliveira (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG) e pela professora Natacha Rena (Professora Doutora da EA/UFMG), líder do grupo em questão e co-coordenadora da Pesquisa Territórios Populares. A transcrição da entrevista foi realizada por Anderson Chagas (Graduando em Arquitetura e Urbanismo na EA/UFMG), também pesquisador do Indisciplinar. A entrevista foi publica na íntegra na Revista Indisciplinar e está disponível em: < https://wiki.Indisciplinar.com/index.php?title=.download/008.pdf >. Acesso 28 de novembro de 2020.

Assim, no dia 07 de maio de 2019, recebemos Lisandra Mara Silva, mestre[294] em Arquitetura e Urbanismo pela EA/UFMG e técnica Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) desde 2013, para realizarmos uma entrevista que abordaria temas que envolvem os territórios populares de BH. As áreas de vilas e favelas de BH, presentes desde a fundação da capital, vêm sofrendo alterações em sua configuração sócio-espacial, seja pela ação do Poder Público como agente promotor de grandes obras urbanas, seja pela ação do capital privado ou pela união entre esses dois setores. Como forma de garantir os direitos das populações que residem nesses territórios populares, a partir da década de 1990, com o governo municipal de Patrus Ananias, setores da Prefeitura de Belo Horizonte, como a URBEL buscam desenvolver atuações mais democráticas e participativas no que se refere aos projetos de reurbanização, que dialoguem com a população na busca pela melhoria da qualidade de vida nesses locais. Isso se dá por meio de Planos Globais Específicos ou Orçamento Participativo que culminam na execução de obras de infraestrutura urbana, construções de conjuntos habitacionais e remoções de famílias, como o Programa Vila Viva.

A partir do método das Cartografias das Controvérsias[295], entramos em contato com moradores e lideranças dos territórios populares[296], sendo possível identificar controvérsias que envolvem as narrativas de melhorias urbanas à exemplo da fala de Valéria Borges, moradora e liderança comunitária da favela Pedreira Prado Lopes (PPL), presente no documentário[297] realizado durante a pesquisa. As investigadoras do grupo também vêm elencando alguns pontos

---

[294] Dissertação pela Escola de Arquitetura da UFMG: SILVA, L. M. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

[295] Método em desenvolvimento pelo Indisciplinar. Mais informações no blog da pesquisa Territórios Populares, em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/> e na apresentação sobre o método realizada pela professora, pesquisadora do Indisciplinar e coordenadora da pesquisa TP Marcela Silviano Brandão, durante a abertura do III Seminário Urbanismo Biopolítico, ocorrido em agosto de 2019, na Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, disponível em: <https://www.facebook.com/Indisciplinar.ufmg/videos/503059900271287/?fref=mentions&__xts__[0]=68.ARA6PQbTb9vEApUhzQgBoekXP8xY-bhgIVugfbxcyF1RBgmEmnr5TotbCm-OIsMeD5W3qvmi5aDfFJZ2P-gegvwEaYVD9SAKyWuyqjXjg-vASzLohdTJ0PyIf3JmjjVfwn7d4aZ5RfZww2GnXtS169aKAUWijEWEq7K9XHd_U2fJpmITaHVAZr75IjoBCh0CrBtkFNKYwO4Y5RrfWTy-9xKQE3BzPvN18gLZaIgxA1mfa4tg5xcIH7paCzQXTm02HzLS6tSgjIhY3YrxMBRQkRrBh9asd31ma1Pil4AvLSQMGtGEE88ey7UnEbMiigBFQZ-sl2g&__tn__=K-R>.

[296] Os territórios estudados na pesquisa TP são: Asmare/ Catadores, Carolina Maria de Jesus, Região dos Guaicurus e Pátria Livre/ PPL. E seus respectivos bolsistas são: Bárbara Oliveira, Marília Pimenta, Saulo Maciel/Luiza Souza e Susan Oliveira. Ver em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/> e na fanpage da pesquisa em: <https://www.facebook.com/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024>.

[297] Em entrevista concedida ao Indisciplinar, Valéria Borges, moradora e liderança comunitária da PPL, conta sobre as contínuas expulsões enfrentadas pelos moradores favela. Essas informações estão disponíveis no documentário produzido pelo grupo de pesquisa durante a pesquisa Territórios Populares (TP), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI>. E mais informações sobre a pesquisa disponível na fanpage: <https://www.facebook.com/pg/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024/posts/?ref=page_internal> e no blog: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/>.

de controvérsias que despontam na região da Lagoinha, que atualmente presencia a efervescência de diversas linhas de forças, além de uma diversidade de políticas públicas que vêm sendo fomentadas na área desde o início da gestão do Prefeito Alexandre Kalil. As investigações não estão dissociadas de uma aposta na possibilidade de execução OUC - ACLO.

Assim, o grupo parte da investigação focada no próprio bairro da Lagoinha, além pesquisa relativa às áreas de vilas e favelas da região, assinaladas pela Favela Pedreira Prado Lopes e a Vila Senhor dos Passos. Os territórios podem ter suas dinâmicas urbanas ameaçadas frente à possível intervenção urbana citada, que por sua vez podem contribuir para a fragmentação social, influenciar processos de gentrificação e deslocamentos de grupos em vulnerabilidade social.Como integrante do setor público que lida diretamente com as questões que envolvem vilas e favelas, Lisandra nos traz perspectivas pessoais e da instituição quanto aos processos de urbanização de favelas e políticas públicas, vinculadas a esse tema e à habitação. E também, como mulher negra, pontua a relação do racismo estrutural que segue presente no planejamento urbano de nossas cidades.

Indisciplinar: Como você correlaciona o evento de Grandes Projetos, como a Operação Urbana Consorciada (ACLO), a intervenção do MOVE, o Programa Global Específico (PGE), ou Programa Vila Viva com os processos de invisibilização dos povos em Belo Horizonte, além do processo de gentrificação?

Lisandra: Sobre essas dinâmicas de planejamento da prefeitura e a própria atuação do Poder Público Municipal, eu acredito que o Poder Público, o Estado, ele tem um papel na sociedade de regulador, de uma certa forma, controlador. Aí a gente pode até voltar nessa história do funcionamento do Estado, o Estado absolutista, o Estado contemporâneo e o "bem-estar social" que está previsto na Constituição. Dessa forma eu vejo o Estado agindo, como controlador, regulador. E esses planos vêm, com várias forças interferindo nessa atuação de Poder Público, e aqui não podemos esquecer que o Poder Público é composto de pessoas com interesses e esses interesses podem variar a partir de uma conjunção de forças. Eu acho que tem pessoas que têm uma visão de Estado bem negativa no sentido de “ah, o Estado está ali para fazer acordo com o mercado neoliberal” e, em função disso, invisibilizando as pessoas, atuando numa correlação estática de força. Eu não acredito nisso. Baseado em Foucault e outros estudiosos, entendo que a disputa de poder é constituída e depois se dissolve, e isso traz resultados diferentes...você não

tem necessariamente o Poder Público agindo só em um sentido a favor dos empresários. Tanto que aqui a gente tem as forças contrárias que são as próprias atuações de movimentos, que vão desconstruir certas ações que estavam sendo construídas. Então, eu acho que o Estado é uma instituição de exercício mesmo. O que eu acho que não tira a ilusão de um movimento de lutar pelos seus direitos, porque se você pensa que o Estado tem uma meta - apenas no sentido de uma ação - você até desanima. Então, acho legal pensar que essa força é construída, e digo construída na conjunção do momento, de como as forças estão atuando: se o mercado está indo mais forte, se o movimento consegue um contraponto forte, também para desconstruir certas coisas.... Então eu penso muito nessa dinâmica…Sobre esses planos, eu acho que, o poder econômico neoliberal manda porque a sociedade é capitalista, então a gente tem nos planos essa força mais preponderante. Até a própria intervenção na Antônio Carlos nesse modelo rodoviarista, onde se abre grandes avenidas, o Poder Público remove muitas pessoas, desconsidera a história do lugar, isso é um exemplo de que a força econômica está predominando em detrimento de outros aspectos históricos.

Indisciplinar: Como é que você acha que eles (Poder Público) podem contribuir para esse processo de expulsão dos moradores? Como é que você vê essa cadeia: gentrificação, expulsão dos moradores e resistência? Esse processo é complexo, não é?

Lisandra: Eu vejo esses processos como uma dinâmica racista no território, o que é estrutural na sociedade, assim como as questões econômicas e de gênero. Então, quando a gente pega o caso de Belo Horizonte, antes havia um arraial no local (Curral Del Rei) com núcleos de povoações onde várias pessoas moravam, a gente tem referências de que eram trabalhadores negros libertos, uma grande maioria da população negra. Josemeire Pereira[298] tem estudado isso e trará em sua tese de doutorado provas de que no século XIX a maior parte da população do Curral Del Rei era negra. E aí tem uma série de fatores que podemos pensar, como a grande migração de pessoas negras para a região de Minas Gerais na época do Ouro durante os séculos XVIII e XIX. Essa dinâmica de transformação econômica, no século XVIII para o século XIX, a mineração vai reduzindo na região, há um trabalho mais focado na produção de alimentos. Então o arraial passa a ser como um lugar de passagem, essa instalação da população que é

[298] Doutora em História, pela Unicamp - Área de História Social e na Linha de Pesquisa História Social da Cultura (2019). Tem experiência na área de História (ensino e pesquisa), com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Pós-Emancipação, História do Racismo no Brasil, representações sociais, favela, memória, Belo Horizonte. Informações retiradas do Currículo Lattes, disponível em: http://lattes.cnpq.br/8040311737493589.

majoritariamente negra,80% de população negra. É nesse contexto que vem um plano de Nova Capital - branca, da República, pós-abolição-, a partir disso já se começa a compreender que Belo Horizonte é um lugar negro, mas os negros na construção da cidade já começam a ser expulsos. Você tem desapropriações, claro que as pessoas são pagas, mas você tem também já no início, a construção de privilégios na construção da cidade. Então desapropria, algumas pessoas saem, outras são retiradas sem receber indenização - principalmente os moradores negros-, a Josemeire também trata dessas informações. A gente tem um exemplo emblemático, que eu gosto muito, que é uma mulher negra, a Maria Papuda, em um dos museus da Praça da Liberdade. Essa mulher é representada como um fantasma que assombra todos os governadores de Minas no Palácio da Liberdade, é uma mulher negra, que morava em uma cafua. A cafua é identificada em estudos como sendo a moradia de negros, mas adquiriu esse nome pejorativo. Maria Papuda então era uma moradora daquela região onde foi construída a praça da Liberdade e sua casa foi removida para ser instalado o palácio. Dizem que na época ela lançou a maldição *"quando a sede do governo for inaugurada, neste local não haverá sossego. Aparições serão frequentes e mortes ocorrerão neste local. Aos governantes que entrarão em ano par sofrerão algum acidente, mas de 04 em 04 anos alguém morrerá".* E aconteceu isso de fato, então a representam no museu como uma coisa muito negativa, e ela era chamada de Maria Papuda de forma pejorativa, porque tinha um problema no bócio. Eu acho esse exemplo muito emblemático, de como é tratada a população negra, desde a fundação de BH, que é uma invasão. Aí a gente tem que analisar a palavra invasão, porque em alguns discursos do urbanismo se fala que a favela veio e invadiu terra pública. Na verdade - esta é até uma teoria que eu estou trabalhando recentemente com a Josemeire Pereira-, quem invade a cidade são essas tecnologias de construção do ordenamento territorial. É isso que invade a cidade. Porque eu tinha ali uma cidade com uma população, o plano vem e invade com esse ordenamento territorial e começa a buscar isso sem parar, o que o urbanismo traz com a regularização fundiária, por exemplo, e acredito que é importante romper com essa forma de atuação. A gente tem que mudar o olhar sobre esse ordenamento territorial, porque eu hoje percebo até nos planos (Planos Diretores) que eles têm esse viés, porque a nossa formação de arquiteto é assim: invadir as áreas populares e levar ordenamento. Se for pegar o início da cidade, essa configuração que chega coloca a condição de: "*tem que ter um lote e uma rua de tal largura"*. Então esses processos pela origem, pela forma como aconteceram, têm o racismo estrutural que permeia e que não é maldade de alguém que vai lá e que está sendo racista. Existem alternativas: não ter a rede de esgoto

passando no meio da rua, e ter uma fossa de evapotranspiração, outras formas de tratamento de esgoto, outras formas de viver na cidade. Mas se estabeleceu, se pactuou que é aquilo ali e se reproduz isso, e esses planos invadem a cidade. Os nossos projetos urbanos vêm com mais força: quanto mais recursos você tem, mais investimento, com mais violência esse processo vem e interfere no território pobre**.** Porque já é consensuado que intervir nesses territórios é mais barato, porque a população é pobre, as indenizações são mais baratas e que eles moram de forma "errada".

Indisciplinar: Belo Horizonte foi uma das primeiras cidades a ter Orçamento Participativo (OP), o que possibilitou a elaboração do Plano Global Específico (PGE) em vilas e favelas. De que forma essas iniciativas realmente contribuíram para instaurar processos mais democráticos e participativos? Quais as contradições presentes? E como isso é visto dentro da Urbel?

Lisandra: A própria política de moradia eu vejo como uma consequência de reivindicações por melhorias habitacionais, democrática e participativa em sua origem. Então, percebo que há nesse território (vilas e favelas) movimentos reivindicando junto ao poder público e criando determinadas políticas, como a de moradia, que ocorreu no governo do Patrus Ananias (PT)[299], com a política municipal de habitação popular. Nesse contexto a gente tinha a gestão participativa viva, os movimentos sociais querendo melhorias habitacionais e de infraestrutura, os quais eram constituídos de um grande número de mulheres lutando em prol da saúde de seus filhos, por exemplo. A gente percebe isso nas narrativas de mulheres, principalmente as que participam nos movimentos sociais, lutando para garantir o dia-a-dia da família. O que eu percebo dentro da URBEL sobre esse momento do Orçamento Participativo (década de 1990) e essa construção política é uma nostalgia, um orgulho, que acaba sendo até um problema, porque hoje o pessoal ainda se agarra àquela época. "*Por que foi destruído? Aquele processo foi interessante, foi participativo, foi de uma demanda popular*", e a gente (URBEL) respondeu a isso, a gente construiu, foi difícil ir avançando, mas fomos conseguindo e transformando com os grandes recursos que vieram no governo do Lula, com as políticas do PAC. Do meu ponto de vista, fomos (URBEL) bastante intervencionistas no território, e ao mesmo tempo, existe um

[299] Patrus Ananias (PT) foi prefeito de Belo Horizonte entre 1993 e 1996 desenvolvendo um governo de caráter democrático e popular. Fonte: BEDÊ, Monica M. C. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996. 2005. 302f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-6YGLGE>.

saudosismo por essa construção ter sido a partir dos movimentos populares. Percebo um carinho e uma gratidão das pessoas das vilas e favelas, em que houveram OPs, e isso motiva o trabalho, dá forças, justifica o trabalho e a atuação dos técnicos da URBEL.

Indisciplinar: Em várias vilas e favelas de Belo Horizonte a URBEL desenvolveu o Plano Global Específico (PGE). Como ele ocorre nesses locais e qual seu impacto na conquista de obras habitacionais e de infraestrutura urbana?

Lisandra: O PGE - dentro da construção da política - é um instrumento de planejamento instituído da seguinte forma: as comunidades passam por um diagnóstico urbanístico, social e jurídico para definir suas demandas de intervenções, e, no final do processo, é construída uma matriz com a hierarquização das intervenções, em ordem de prioridades e em etapas. Então o PGE tem como objetivo construir essa matriz, a qual é necessária para a conquista de recursos, seja para a comunidade pleitear uma intervenção no OP, seja para conseguir recursos de outro ente, como o Governo Federal. Mas isso eu estou falando do passado, porque hoje já não tem previsão de recurso Federal, não existe uma política de moradia no Governo Federal. No Governo Municipal continua-se pensando a possibilidade de conseguir recursos do Orçamento Participativo, mas não tenho visto novas conquistas e nem mesmo obras das conquistas anteriores[300].

Indisciplinar: Como se desenvolve o Programa Vila Viva e qual a origem de seus recursos?

Lisandra: O Programa Vila Viva funciona assim: a Vila ou Favela faz o PGE, que contém uma lista de intervenções necessárias, e a URBEL capta o recurso para realização das intervenções. Então a URBEL, através do Vila Viva, vai na comunidade para fazer as intervenções prioritárias até o que for possível com o recurso que foi delegado. Quanto à origem, esses recursos podem ser de diferentes naturezas, como: federal pelo financiamento pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Atualmente isso é interrompido pelo programa de governo do atual presidente, em que não existe um plano para moradia. Então, por mais que ainda há construções que continuem, não existe uma política de moradia, isso é um plano de governo e não existe de fato.

[300] Obras do Orçamento Participativo foram retomadas em julho de 2019, dois meses após a entrevista: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/obras-do-orcamento-participativo-sao-retomadas-pela-pbh

Indisciplinar: Por que o método que envolve o PGE em geral diminui a quantidade de moradores? Áreas de risco? Como foi possível aprovar bairros como: Buritis, Belvedere, Mangabeiras e ao mesmo tempo remover famílias pobres do Aglomerado da Serra, da Pedreira Prado Lopes, com discurso técnico-ambiental de área de risco?

Lisandra: O que acontece é que são setores diferentes dentro da Prefeitura. Tem a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) que é a empresa construída para implementar políticas públicas desde o Profavela em 1983, a qual atua especificamente no território pobre, em áreas de vilas e favelas e, atualmente, também em ocupações urbanas e comunidades tradicionais. A URBEL é a instituição que cuida desses territórios, que são territórios negros. Aí eu volto no que a gente discutiu anteriormente, especialmente o jeito de lidar com esses territórios é diferente, pela forma como foram constituídas essas dinâmicas do racismo estrutural. Porque ali é pobre, ali são pessoas negras, ali o tratamento é diferenciado. As pessoas talvez não tenham as mesmas influências que as outras de outros bairros, então há esses processos envolvidos. Por mais que não seja uma coisa proposital, existe uma prática instituída e em que acabam ocorrendo essas diferenciações.

Indisciplinar: No documentário[301] desenvolvido durante a Pesquisa Territórios Populares, a moradora e liderança comunitária da Pedreira Prado Lopes Valéria Borges fala que depois do PGE e do Vila Viva, com as políticas de urbanização, o número de habitantes da PPL reduziu um terço. Como você correlaciona a realização de Grandes Projetos Urbanos com os processos de expulsão dos moradores das vilas e favelas, além do processo de gentrificação?

Lisandra: Sobre esse processo de gentrificação e a relação da saída de moradores de seu território de origem, algumas dinâmicas que percebi nas entrevistas que realizei no mestrado são assim: com a remoção que é realizada, a família escolhe ou ser reassentada na mesma região da moradia removida ou decide ir para outros lugares, e algumas delas acabam tomando a decisão de sair. Essa escolha de sair pode ser consequência de uma pressão psicológica causada pela descoberta de, apesar de possuir o contrato de compra e venda, a família não estar registrada no cartório como proprietária do imóvel. Isso então pode causar insegurança e

[301] Entrevista concedida por BORGES, Valéria. Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Prado Lopes: depoimento [16 de julho, 2019]. Belo Horizonte. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=32s>.

instabilidade e algumas famílias optam por sair em busca de uma segurança jurídica na relação com o território. Então, quando o Poder Público entra, além dessa valorização local, pode provocar inseguranças e as pessoas vão tomando decisões a partir daquelas situações que vão acontecendo**.** Na gentrificação, há a valorização do território e as pessoas saem porque a dinâmica e os custos de vida se elevam e vão para outros locais. A gentrificação é muito focada no fator socioeconômico e, nessas situações, acho que há outros processos que estão relacionados. Então, acredito que há outras coisas a serem pesquisadas nessas dinâmicas quando acontece a intervenção do Poder Público até a saída da família do território.

Indisciplinar: Quais têm sido as principais diretrizes da Prefeitura ao destinar moradores de diferentes favelas para ocupar as habitações do Vila Viva e outros programas como o Minha Casa Minha Vida (MCMV)? Tem proposta de manter a articulação social existente? Poderíamos também falar sobre um propósito subliminar de desarticulação social?

Lisandra: Como diretriz a pessoa tem que permanecer no lugar de origem, mas podem acontecer trocas também. Essa segunda opção pode ser porque as famílias optaram pela mudança ou então, pelos acontecimentos do cotidiano, por decisões técnicas. Não existe uma intenção de fragmentação social ao se fazer isso, e isso eu posso te dizer com muita segurança, não existe uma intenção de tirar uma pessoa de um lugar e pôr no outro, isso pode acontecer por necessidades do dia-a-dia. Uma motivação pode ser porque acabou a unidade no território e a pessoa às vezes não tem uma opção e vai para um outro local. Eu, por exemplo, presenciei pessoas que moravam em um lugar e seriam reassentadas ali, mas por uma urgência de atendimento ou porque não dá certo com outro morador, prefere ir para outro lugar. Fica uma fila de pessoas não atendidas de forma definitiva no Bolsa Moradia e começa uma ansiedade pelo reassentamento, com a instituição querendo atender essas famílias. Eu vivi isso quando trabalhei na época do Minha Casa Minha Vida, porque tinha uma série de pessoas que foram removidas de intervenções estruturantes e que não conseguiram ser reassentadas no mesmo lugar**.** Então, quando teve a oferta de imóveis, foi possível a partir de algumas leis da gestão na época colocar essas famílias removidas das favelas nesses conjuntos habitacionais do MCMV. Houve pessoas que saíram do Aglomerado da Serra e foram morar na saída para Santa Luzia, bem distante, e foi uma escolha deles dentre as possibilidades que estavam sendo oferecidas. Então aconteceu isso, tem várias coisas que influenciam e não é a regra.

Indisciplinar: E como é que se relacionam essas narrativas de bem-estar social utilizadas pelo Poder Público (ex: retirar as pessoas das áreas de risco, abertura de ruas para saneamento e iluminação), presentes no PGE e nos programas de urbanização de favelas, com o aumento do policiamento nesses locais? Existe uma relação intencional ou não?

Lisandra: Então, eu não consigo dizer se é intencional ou não, porque na verdade é, mas de forma estrutural, não intencional. É no seguinte sentido: o Estado quando entra no território chega com o ordenamento, e o que vem com isso? Vem todas as intervenções urbanísticas, o parcelamento do solo, a regularização fundiária, e também o policiamento. É o Estado entrando. Agora, sobre o policiamento, existem as críticas, as dinâmicas sociais que podem ser alteradas a partir desse policiamento. Acho que tem uma relação direta no momento em que é o Estado intervindo e tem uma relação indireta, que não é a URBEL que chama a polícia - para dizer que isso não é uma ação casada entre a URBEL e a polícia. Porque acredito que há uma injustiça com a instituição, com a URBEL em si, que atribui à URBEL a atuação contra os direitos humanos. Há pessoas com argumentos para dizer isso, mas eu vou defender a instituição neste sentido: é uma instituição que atua numa política pública criada por demandas comunitárias e agindo como Estado, como Poder Público, sujeita a regramentos técnicos e jurídicos.

Indisciplinar: Como você enxerga a relação entre os processos de criminalização da favela e a promoção dos estigmas com relação ao tráfico?

Lisandra: Com isso a gente volta na questão racial. O trabalho do Andrelino Campos[302], do Rio de Janeiro, traz uma pesquisa sobre Criminalidade nas favelas do Rio, o que podemos relacionar com o que ocorre em BH. O Rio de Janeiro já era uma cidade com os negros na época da abolição e Belo Horizonte não, ela surgiu *claramente* para expulsar esses moradores, claramente mesmo, surge com a proposta de clarear o território. Andrelino Campos problematiza que o estigma carregado pela população negra antecede o território. Essa é uma conclusão dele e isso é muito palpável no nosso contexto. Então, há o olhar da origem das coisas que ajuda desconstruir esses preconceitos, a discriminação e o próprio racismo. O que está mesmo por detrás da criminalização das favelas é o racismo. Além disso, a questão racial é socioeconômica também. Tem uma questão que me chama atenção no código penal, e foi até um recado que eu vi no ônibus outro dia e dizia assim: "*se você infringir, pular a roleta ou*

[302]CAMPOS, A. Do quilombo à favela: a produção de "espaços criminalizados" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007a.

entrar pela porta de trás você vai estar sujeito a penalidade de multa ou detenção". Ou seja, ali já tem uma determinação socioeconômica: se eu tenho dinheiro eu pago, entro e saio; se eu sou pobre eu fico preso. Nos presídios a maior parte dos presos é negra, então a criminalização da população negra é um elemento do racismo estrutural sem dúvida, e esses territórios acabam sendo criminalizados pela componente racial.

Indisciplinar: Atualmente, percebe-se no território da região da Lagoinha um forte domínio de Igrejas neopentecostais e neoconservadorismo, ao mesmo tempo em que essas áreas se configuram com práticas culturais de negritude (presença de terreiros, quintais de cultivo de ervas e plantas de poder, além de manifestações religiosas de matriz africana). Como você atualmente percebe essa disputa religiosa?

Lisandra: Pois é, eu não entendo muito bem dessas dinâmicas. Mas atualmente eu estou trabalhando com a comunidade quilombola Manzo, o *Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango*, no bairro Paraíso. É um centro religioso e também de manifestações artísticas, culturais, onde acontecem várias atividades. É uma comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Palmares, com uma liderança espiritual, a Mãe Efigênia, muito reconhecida. Eles narram muito o processo de preconceito que têm vivido. Eles perderam parte do território, foram violentados mesmo nas manifestações religiosas em que faziam um passeio pelas ruas vestidos de branco.... Em uma determinada ocasião eles foram hostilizados pela vizinhança e, principalmente, por religiosos neopentecostais. Então, eu percebo assim: as religiões neopentecostais vêm carregando um preconceito enorme contra as religiões de matriz africana. É um movimento que está se espalhando com muita força, relacionado à necessidade humana dessa manifestação por algo sagrado. E são muito enfáticos, têm um discurso radical. Estão desconstruindo essas resistências negras, e de uma forma preconceituosa e racista.

Indisciplinar: Você saberia dizer se os projetos "Movimento Gentileza - Lagoinha", "Projeto de Requalificação dos Baixios" estão conectados a OUC - ACLO? Para você, como eles poderiam agir a favor do processo de gentrificação desses territórios (Lagoinha e Pedreira Prado Lopes)?

Lisandra: Olha, eu não lembro exatamente desses projetos que vocês mencionaram além da OUC-ACLO e vou construir a resposta por outro lado. Eu lembro de ter lido uma matéria sobre um projeto que está acontecendo na Lagoinha, o de horta comunitária. Sei que a Lagoinha é

ativa nessa construção de laços, de coisas coletivas, eu acredito muito nessas construções, mesmo, como até enfrentamento dos processos de gentrificação, nessas construções de coletividade. Eu acho que é esta coletividade, a construção de laços, as relações entre as pessoas o principal contraponto à força neoliberal que vem individualizando, segregando tudo, separando as pessoas e criando preconceitos. Porque a proximidade, o conhecer, o valorizar, isso tudo está junto e fortalece as pessoas, fortalece a permanência das pessoas nos lugares. Então esse projeto da horta, imagino eu, não sei exatamente o que é, fortalece laços. Acredito que é uma construção micro mesmo, são as relações pessoais ali do dia-a-dia que a gente constrói os maiores enfrentamentos, são essas forças. Eu acho que a busca por essa resposta sua pode passar por isso, até onde estes projetos não promovem encontros e coletividades. Porque se é um artista que chega aqui e pinta e depois vai embora, aquilo vai ficar "bonito"; mas promoveu algum laço, alguma transformação ou aproximação com algum grupo? Então acho que passa por aí, a transformação passa por esses laços que tem que ser constituídos. Isso é uma coisa que eu vejo acontecer muito nas ocupações, por exemplo, a Ocupação Pátria Livre em que o movimento chega e sensibiliza as pessoas - "*nós pagamos aluguel caro e se a gente juntar? ".* Isso é construção de laços, é processo de construção de relação, de coletividade e solidariedade. Eu acredito nisso. Se esse projeto gentileza está só no visual puro acho que seja muito difícil ele alcançar um impacto efetivo. Se ele estiver numa construção de relações aí eu acredito um pouco mais.

Indisciplinar: Qual é o papel das ocupações, como a Carolina de Jesus/MLB e Pátria Livre/MTD, sobre novas políticas públicas para resolver problema da moradia? De que forma elas evidenciam a incoerência entre discurso de bem-estar social (habitação de interesse social, direito à cidade e ao centro) e as ações da Prefeitura? Como o Poder Público lida com isso?

Lisandra: Com a nova gestão do Kalil[303] houve a volta do Claudius[304], que foi o presidente que atuou muitos anos na URBEL e que saiu por um período, retornando agora. Então começou uma gestão, até pelo pacto de campanha do Kalil, com uma obrigação de se pensar as ocupações urbanas e de incluí-las na política de moradia do Município. E era uma coisa que na gestão

[303]Alexandre Kalil (PSD) é prefeito de Belo Horizonte na gestão 2017-2020, com o lema de governo: "Governar Para Quem Precisa". Fonte: site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/urbel>.
[304] Claudius Vinícius Leite Pereira é o atual Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). "Entre 2003 e 2012 presidiu a URBEL, trabalhando no reassentamento e melhora na qualidade de vida da população em área de risco. " Fonte: site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/urbel>.

política de governo anterior não se reconhecia. Antes havia a criminalização do movimento mesmo, a criminalização da população negra que está na ocupação urbana. Mas veio essa modificação com a atual gestão e as pessoas estão tentando lidar da melhor maneira com isso.

Indisciplinar: Com relação ao tema da sua dissertação[305], em geral pode-se relacionar atualmente as favelas como quilombos urbanos contemporâneos? De forma que eles podem ser considerados esse espaço de resistência, que mantém as práticas e a cultura negra.

Lisandra: Não tenho essa resposta em relação à denominação do território. Mas a aproximação entre favela e quilombo também é uma sugestão do Andrelino Campos[306] que eu não posso deixar de citar, porque ele fala que no Rio de Janeiro existiam os quilombos instituídos, e o crescimento da cidade acaba envolvendo esses territórios, que acabam reconhecidos como favelas. Em Belo Horizonte não temos estudos sobre isso, mas em algumas entrevistas que eu fiz isso veio à tona, não como quilombos reconhecidos, mas como famílias negras, com práticas quilombolas: da *mãe morar aqui e os filhos construírem ali*,o cultivo de ervas, as manifestações religiosas, por exemplo. Há elementos que eu chamo de Elementos de Negritude, que são elementos da negação da negação do homem negro**,** que é a denominação original quando o conceito nasce lá na França em Sartre**.** Então se eu tenho como o racismo a negação do homem negro, e outras formas de operação, eu tenho a negritude como a afirmação da presença negra. Então, acredito sim que é um lugar de negritude, um lugar que o tempo todo está gritando*: "olha nós somos população negra, nós temos uma forma de viver, várias práticas instituídas",* e que são influenciadas por questões internacionais, por questões do próprio poder econômico. Enfim, a gente vê a juventude, grupos culturais de hip-hop e outras manifestações de negritude na favela. Há uma entrevista do trabalho da Andréia Rosalina[307] que eu usei na minha dissertação, de uma família que vivia no Barroca entre a década de 1930 e 1940, e que ela descreve esse processo de gentrificação: "*ah, o Barroca se tornou um lugar de pessoas ricas e*

[305] SILVA, L. M. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta_lisandra.pdf?fbclid=IwAR3YDHQrSSwlZyO6jkuI18vIKxtjhbGYAfyLEhcXxTRapSC_1_4PLE0hfn0>.

[306]CAMPOS, A. Do quilombo à favela: a produção de "espaços criminalizados" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007a.

CAMPOS, A. Quilombo, favela e os modelos de ocupação dos subúrbios: Algumas Reflexões sobre a expansão urbanas sob a ótica dos grupos segregados. In: JESUS, R. de F. et al (orgs.): Dez anos da Lei no 10.639/03: Memórias e Perspectivas. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará (UFC) / Coleção Diálogos Intempestivos, 2013, pp. 243-265; ISBN: 978-85-7282-577-1.

[307]SILVA, Andréia Rosalina. Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do Associativismo Negro entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte - Minas Gerais / Andréia Rosalina Silva. - UFMG/FaE, 2010.

parte de nossa família foi morar na pedreira. (...) Nossa lá (na Pedreira) o quintal era grande, eu gostava de ir pra lá." E tem relatos também de pessoas que falam assim: "*nossa aquela família ali tem uma característica quilombola*", por mais que ela não tenha sido autodeclarada e reconhecida pela Fundação Palmares. E hoje há um discurso muito forte de que existem três Quilombos em Belo Horizonte, que foram os que tiveram um processo político construído e se autodeclararam. Mas tem famílias que poderiam se autodeclarar quilombolas ou que poderiam ter se declarado há mais tempo, e que agora de repente não se identificam mais ou já saíram do território, por exemplo, mas acredito que exista sim essa resistência e identificação, e é forte. Desde a Maria Papuda que queria resistir ali no território dela, a senhora Maria (vou parar de falar Maria Papuda), que queria permanecer no território. Hoje essa prática ainda continua com todos os outros elementos das práticas sociais, mas eu identifico sim, elementos de negritude na favela.

Indisciplinar: E, Lisandra, atualmente há um coletivo na URBEL, certo? Como surgiu e por quê? Quais os objetivos?

Lisandra: O coletivo surgiu pela necessidade de promover a participação popular, pra dar uma oxigenada na Instituição Pública, para compreendermos melhor as necessidades do público da política. A Política Popular foi instituída em 1993, norteada pela *Resolução N.º II do Conselho Municipal de Habitação* e, com o passar do tempo, novas ideias e desafios foram surgindo, assim como a necessidade de agir de outras formas na implementação dessas políticas. Essa resolução norteadora não abarcava essas novas demandas, mas, por outro lado, previa algumas coisas que nunca foram aplicadas, principalmente sobre a população de rua**.** Havia o entendimento de Bolsa Moradia para essa população, mas não tinha uma política implementada. E aí dentro das discussões que a gente tem no grupo de trabalhadores da URBEL, em 2013 começamos um grupo de estudo para ler Lefebvre e outros teóricos brasileiros, como Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, pesquisadores das cidades brasileiras ou não. A gente começou de certa forma a provocar necessidade de revisão, por meio de reuniões e debates internos, como os que ocorreram pelo projeto "Diálogos", que traz discussões internas para os trabalhadores da URBEL, no sentido de formação. Então a gente começou a provocar essa necessidade de transformação interna, e essa provocação veio também das necessidades técnicas operacionais. Então a gente teve o corpo técnico da casa, associado ao movimento do Coletivo Habite a Política (que é uma história mais ampla que envolve seminários promovidos pelo movimento

grevista) participando da discussão de uma nova resolução para substituir essa *Resolução II* e que incluísse essas demandas, como a necessidade de implementar o aluguel social. E esse grupo técnico não era constituído só por quem entrou por concurso em 2013 não, tinham pessoas que trabalham na URBEL há mais tempo. Aí, sentimos a necessidade de haver mais discussões para elaborar essa nova resolução, porque aquela da década de 1990 foi construída em um processo participativo, a de agora não poderia ser construída apenas no âmbito gerencial. Então, via conselho, a gente conseguiu eleger o Luís Torres como membro do Conselho Municipal de Habitação. Ele é ótimo, também fazia parte deste grupo de estudo, e como Conselheiro acabou conseguindo ser mais propositivo, ele é conselheiro pelo Sindicato[308]. Então, em resumo, o Coletivo foi criado pelos atores interessados na discussão da nova Resolução do Conselho Municipal de Habitação da URBEL, no Sindicato, convocando os movimentos de várias naturezas: população de rua, os próprios movimentos de ocupação, pessoal que foi envolvido na gestão popular da década de 1990 e as universidades. Então a ideia era promover mesmo a discussão que era necessária. Já não existem os fóruns de favela, e as conferências, por mais que a gente possa questionar esse modelo de participação, a gente queria provocar alguma forma de Participação Popular junto dos movimentos. Para cada linha de discussão a gente foi chamando as pessoas que tinham estudo na área, que estavam envolvidos com a luta, e aí a gente participou da construção da nova resolução que foi aprovada no final do ano passado no Conselho, a Resolução n.º LII. Assim fomos construindo esses laços, por isso que eu acredito no poder das relações. Essa força foi criada, está atuando na URBEL e provocou esse marco jurídico, que é essa nova resolução com inovações.

Indisciplinar: Como você atua nessa fronteira entre Instituição Pública e Movimentos Sociais e como mulher negra?

Lisandra: Acredito que nós, enquanto pessoas em sociedade, precisamos ter motivações para o trabalho e outras relações. E essas coisas trazem motivação para o meu trabalho. Eu não consigo, por exemplo, ter uma atuação no Poder Público sem ter uma visão crítica, sem pesquisar a fundo determinadas questões ou sem responder perguntas que eu tenho. Então eu chego na URBEL - sou a única arquiteta negra -, e o público que a gente atende é negro e os

[308] Luís Torres Barros – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). http://lattes.cnpq.br/4191336936351923 Titular – Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais (Sintec-MG). Fonte: site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/novos-membros-do-conselho-municipal-de-habitacao-tomam-posse>.

técnicos são brancos, na sua grande maioria. Minha pesquisa acadêmica passa por isso. . Já a participação no Coletivo, acho que também vem dessa minha necessidade de realização enquanto pessoa, profissional e arquiteta. Então, é um pouco nesse sentido de promover uma sociedade melhor, procurando um pouco de justiça social. A minha resposta como profissional e enquanto mulher negra é uma necessidade de construção dessa ancestralidade também, já que há esse pacto branco, masculino e heteronormativo das dinâmicas de poder com o qual não me identifico: meu lugar de fronteira. Então a gente tem que construir algo diferente para coisa ser possível. Minha atuação passa pela necessidade de fortalecimento da minha própria individualidade que também é coletiva. A gente precisa de uma aldeia para transformar o mundo.

Apêndice C - Indisciplinar entrevista Vinícius Moreno

Esta entrevista (ainda a ser publicada na Revista Indisciplinar) foi realizada por Susan Oliveira e Gabriela Bitencourt com transcrição de Anderson Chagas a fim de avançarmos na compreensão sobre as controvérsias na produção do espaço urbano contemporâneo em territórios populares em Belo Horizonte. Ela faz parte da série de entrevistas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar durante o ano de 2019 com técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), integrantes de movimentos sociais e lideranças comunitárias, por meio das pesquisas Territórios Populares (TP) e Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, e dos projetos de extensão Urbanismo Biopolítico e Geopolítica e Cidades - pertencentes ao Programa IndLab e do Grupo de Estudos (GE) Lagoinha.

Nosso entrevistado, Vinícius Moreno é formado em zootecnia, trabalha no setor administrativo do jornal Brasil de Fato, e nos traz seu ponto de vista sobre as dinâmicas urbanas da região da Lagoinha através de sua experiência como militante MTD[309] e coordenador das ações do Galpão da Ocupação Pátria Livre na Favela Pedreira Prado Lopes.A entrevista realizada parte de uma investigação mais abrangente que busca englobar, via processo cartográfico, o rastreamento de instrumentos urbanísticos, projetos, dispositivos, atores humanos e não humanos que representam e viabilizam lutas por equidade social e estratégias

[309]Fanpage nacional do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos disponível em: <https://www.facebook.com/MTD.NACIONAL/> e MTD/MG em: <https://www.facebook.com/MTDMINAS/>. Acesso em 28 de março de 2020.

democráticas de ocupação do espaço urbano face o avanço da produção capitalista do espaço e a implementação do projeto político neoliberal em escala global. Desta forma, a entrevista faz parte de um eixo metodológico que visa mapear as linhas de força e as controvérsias presentes nos discursos que configuram as disputas urbanas nos territórios populares ou áreas visadas por intervenções urbanas.

Figura 80 – Vinicius Moreno sendo entrevistada na sala do Grupo de Pesquisa Indisciplinar em agosto de 2019. Fonte: Pesquisa GE – região da Lagoinha, Pesquisa Territórios Populares & Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019.

Admite-se que a intensidade e a variedade das propostas de reestruturações espaciais são induzidas tanto pelas necessidades genuínas das camadas sociais carentes, quanto pela lógica de sobrevivência do capital perante suas crises cíclicas. Sendo assim, parte-se do plano de fundo trazido pelos conceitos teóricos de desenvolvimento desigual (SMITH, 1988)[310], comodificação da cidade e segregação socioespacial para decodificar as linhas de forças híbridas, que ora escapam, ora fomentam a lógica capitalista de produção da cidade

[310]Neil Smith (1988, p. 16-17,) analisa como a configuração da paisagem é determinado por padrões espaciais de intervenções induzidas por estratégias de sobrevivência do capitalismo, cuja marca registrada é uma estrutural desigualdade perante as escalas de ações urbanas globais e locais. Além disso, o conceito parte da contradição entre o valor de uso e valor de troca, que gera uma tensão de movimentos do capital, ora voltado para a equalização espacial, ora voltado para a diferenciação espacial e que por fim, resulta no desenvolvimento desigual. Exemplos de desdobramentos da lógica do desenvolvimento desigual, evidenciados por Neil Smith (1988) são: colonização, a modernização, dicotomia de poderes centro/periferia e as reestruturações urbanas.

contemporânea. Diante desse contexto, abrem-se margens para questionamentos quanto às influência das dinâmicas do tecido social e a força de suas lideranças territoriais para configuração de disputas de interesses conflitantes no território, abarcando, portanto, análises dos desdobramentos espaciais transescalares a partir de padrões de reprodução do urbanismo neoliberal e as táticas dissidentes à lógica expropriatória do capital, sem deixar de lado a observação crítica quanto à inversão de papéis e responsabilidades, que acomete a relação entre os poderes do Estado, Capital e Sociedade Civil, principalmente devido à racionalidade neoliberal que emerge das hierarquias de poderes intraurbanos.

Vinícius Moreno é militante do MTD, um dos movimentos inseridos na rede nacional para as cidades do Brasil a partir de eixos ligados à soberania nacional, a Frente Brasil Popular (FBP)[311], que se objetiva a construção de um projeto popular, tendo como palavra de ordem: "*Direito de trabalhar. Trabalhar com Direitos*". O MTD se constrói a partir do tripé – formação/organização/luta, tendo como central o trabalho de base orientado pelo método da Educação Popular, nos espaços de formação política, buscando a transformação social e construção de consciências críticas, fundamental para estabelecer resistências contra as múltiplas formas de opressão. Dentro da estratégica do MTD é central a construção de grupos de base, nos territórios já consolidados, importante aspecto para se tornar um movimento de massas com enraizamento nas grandes e médias cidades, a partir, de ocupações de imóveis que não cumprem sua função social, reivindicação das demandas locais e denúncias que contribuam na luta por direitos da classe trabalhadora, ligadas ao acesso a moradia, trabalho, cultura, saúde, educação e soberania alimentar. Em 2012, o MTD iniciou sua inserção em uma das mais antigas favelas de Belo Horizonte, denominada Pedreira Prado Lopes (PPL). Desde então, vem mobilizando a comunidade e organizando diversas ações na luta por direitos. A PPL possui um histórico marcado por atuações estatais e privadas, como a construção do Conjunto Habitacional IAPI ou obras de urbanização e habitação direcionadas pelo Programa Global Específico (PGE)[312] e Orçamento Participativo (OP).

---

[311]Segundo o site da FBP, seus objetivos são: "defender os direitos e aspirações do povo brasileiro, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país decidimos – sem abrir mão das reivindicações específicas, da diversidade de opiniões e da autonomia das organizações que integramos e representamos—criar a Frente Brasil Popular. " Disponível em: <http://frentebrasilpopular.org.br/>. E mais informações na fanpage: <https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular/>. Acesso em 28 de março de 2020.

[312]"O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que visa nortear as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade dessas áreas, considerando os aspectos urbanístico-ambientais, socioeconômicos e

A forma como as obras adentraram na PPL reconfiguraram diversas dinâmicas socioespaciais no território e a participação popular se deu de forma diferente na condução desses processos, seja envolvendo lideranças comunitárias em projetos participativos de forma democrática, como o PGE, seja através das remoções de muitos moradores locais que resistiram a sair para que obras acontecessem. Algumas dessas obras tiveram um impacto positivo na região, mas outras trouxeram à tona a necessidade do fortalecimento entre os moradores em redes de luta por qualidade de vida e direitos. Parte destas lutas populares organizadas aconteceu, segundo Vinícius Moreno, na época da realização do Programa Vila Viva[313], devido ao atraso em sua finalização, colocando a população em um longo espaço de tempo à espera de sua nova moradia, ruas sem asfalto e saneamento básico, muito entulho e aumento da incidência de zoonoses[314]. Nesse sentido, o MTD se insere na região e colabora nessas lutas por direitos e na resistência contra as ações do Estado - Capital.

Indisciplinar: Obrigada pela entrevista, Vinícius!

Vinícius Moreno: Eu que agradeço! É muito bom envolver a Academia nesses processos. Acreditamos que a construção do conhecimento científico, do conhecimento acadêmico, tem que estar vinculada a algo real. Achamos super válido que o Indisciplinar esteja fazendo esses processos e ajudando nos projetos. Também nos articulamos com outros setores da Universidade, principalmente a Assessoria Jurídica da Universidade Popular (AJUP), que tem uma parceria conosco desde 2013. Por isso, queremos que vocês estejam mais lá, com mais projetos e que haja uma troca de conhecimentos, vivências, experiências de vida, tanto para as pessoas que estão lá e principalmente, para os estudantes. Que saiamos um pouco da bolha universitária para pisar no chão e ver o que as famílias realmente estão sofrendo e passando. E

organizativos, e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nesses locais e integrá-los ao conjunto da cidade. " Informações retiradas do site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pge-planejamento>. Acesso em 29 de março de 2020.

313"O Programa Vila Viva é uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. (...) A origem do programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento que norteia as ações a serem realizadas. As intervenções contam com recursos federais, obtidos por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal" Informações retiradas do site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>. Acesso em 28 de março de 2020.

314 Para mais informações sobre o histórico da PPL, sua resistência contra processos de urbanização neoliberal, organização comunitária e outras lutas por direitos acesse o artigo TERRITÓRIOS, MOVIMENTOS POPULARES E UNIVERSIDADE: ENTRELAÇANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA PEDREIRA PRADO LOPES, disponível na oitava edição da Revista Indisciplinar em: <https://wiki.Indisciplinar.com/download/008.pdf>. Acesso em 28 de março de 2020.

que também não é só sofrimento, tem muita alegria! O povo é feliz, sabe se divertir, fazer suas coisas, apesar das condições materiais não serem as ideais.

Indisciplinar: Vinícius, como é o envolvimento do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) com a Frente Brasil Popular (FBP)? E qual é a relação do MTD e FBP em relação à Igreja Católica e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Teologia da Libertação?

Vinícius Moreno: Antes de começarmos gostaria de agradecer o convite. Para nós do MTD é muito interessante participar de pesquisas e projetos com a Universidade, porque acredito que isso dá visibilidade ao Movimento e também faz com que possamos expandir os horizontes de conhecimento.A Frente Brasil Popular é uma grande articulação que surgiu no período do golpe, no impeachment da Dilma Rousseff. Entendemos que foi um golpe pois a tiraram por meio de um processo administrativo que não tinha fundamento sólido. Havia somente uma desculpa para tirar uma Presidenta que foi eleita pelo povo, para colocar outras pessoas no poder e mudar o projeto que vinha sendo executado no país. Hoje, dentro da Pedreira Prado Lopes temos um comitê local[315] que vem tentando se articular com as igrejas, com algumas lideranças locais e também com os aparelhos públicos. Temos uma boa relação com o CRAS, com o Fica Vivo[316], com o Programa de Mediação de Conflitos[317]. Em relação à igreja, tínhamos um contato maior com a Igreja Batista da Lagoinha[318], mas de uns tempos para cá, ela assumiu alguns posicionamentos políticos muito diferente dos nossos e por isso, acabamos nos afastando. Sobre as CEBs[319], para nós do MTD, elas são uma referência mais teórica e de métodos de trabalhos de base. Principalmente, quanto ao estabelecimento de um vínculo maior com os moradores locais, a partir de uma atuação no território que tem um formato de pensar a

[315]Comitê da Frente Brasil Popular (FBP) – para se territorializar a frente e atrair mais pessoas, a FBP criou comitês locais por região e/ou bairro. Participava: MTD / Levante / Coletivo Lindalva / Coletivo Alvorada / Campanha nacional Lula Livre / Lideranças locais / Grupo de capoeira.

[316] "O Programa Fica Vivo! é um programa de prevenção social à criminalidade que possui foco na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, atuando em áreas que registram maior concentração de homicídios. O programa Fica Vivo! articula dois eixos de atuação: Proteção Social e Intervenção Estratégica. " Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoes>. Acesso em 28 de março de 2020.

[317] "O Programa Mediação de Conflitos (PMC) faz parte da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade desde 2005 e está inserido em equipamentos públicos denominados Unidades de Prevenção à Criminalidade. (...) A intenção é construir com os moradores uma segurança pública cidadã e promover meios pacíficos de resolução de conflitos, a partir dos fundamentos da mediação comunitária, impactando na redução da violência letal. " Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/mediacao-de-conflitos>. Acesso em 28 de março de 2020.

[318] Mais informações sobre a Igreja Batista da Lagoinha no site: <https://lagoinha.com/home>. Acesso em 01 de abril de 2020.

[319] Dentro da Teologia da Libertação as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) atuam na formação de uma consciência crítica e na recuperação da atuação do povo na defesa de seus direitos.

relação com as famílias e desenvolver um processo de politização. No entanto, desde que chegamos na Pedreira Prado Lopes percebemos que essa atuação das CEBs não vem funcionando muito, então não desenvolvemos de fato um contato mais próximo com as Comunidades Eclesiais na PPL. Em outros locais, como na Vila Cemig, por exemplo, era um local que tínhamos muito contato, principalmente com os Agostinianos, com os quais tínhamos uma boa relação. Na Pedreira, a Igreja Católica funciona no bairro São Cristóvão, que é dentro do Conjunto Habitacional IAPI. Eles sempre foram um pouco afastados e por este motivo, nunca tivemos uma relação muito próxima.

Indisciplinar: Quando iniciou a atuação do MTD na PPL? Foi a partir de alguma diretriz nacional?

Vinícius Moreno: Começamos a atuar lá em 2012, a partir da pauta do Vila Viva. Um contato nosso, que atuava no bairro Jardim Felicidade, conhecia algumas pessoas da PPL e falava conosco sobre o processo do andamento do Vila Viva. No papel, o projeto era muito bom, realmente melhorou algumas coisas. No entanto, a morosidade e o assédio às famílias geraram um processo que, quando entramos lá, parecia um cenário de guerra. Em vários locais, a PBH retirava as casas, os moradores e deixavam muitos entulhos. Dentro desse processo, não existia usuário, principalmente de crack, dentro do território. Então, os usuários saíram dos arredores da PPL e foram para dentro da comunidade. Outro fator que também contribuiu para isso foi a duplicação da Antônio Carlos. Porque muitos usuários ficavam e moravam mais ao redor da PPL, próximo à Antônio Carlos. Houve uma migração dessas pessoas para a Rua Itapecerica, onde hoje há uma cena de uso bem forte, e também, para dentro da Pedreira. Avaliamos essas questões como estratégias de expulsão dos moradores da PPL, porque houve uma morosidade, uma demora muito grande para retirar os entulhos e fazer as vias de acesso que já tinham como serem feitas. Os recursos já estavam liberados, a maioria dos recursos foram do PAC 1 e depois do PAC 2, que é gerido pelo Fundo Municipal de Habitação, pela URBEL e parte também pela SUDECAP. O Vila Viva foi um processo que tirou muita gente da Pedreira. A URBEL alocava nos prédios moradores que eram de outros bairros, o que gerou muito conflito. Outra questão também prejudicial, foi que os moradores da comunidade antes moravam em casas e tinham cachorro, galinha, jardim etc. Ao passarem a morar nos prédios, gerou muitos conflitos com vizinhos, muitos idosos doentes por falta das plantas e animais. Dentro da execução do programa Vila Viva, existe a proposta de acompanhamento das famílias, por no mínimo dois

anos – pós morar – que não foi bem executado tanto no processo social, quanto na infraestrutura – os prédios apresentam vários problemas. A URBEL nunca geriu bem esse processo e muitas vezes deixou os moradores sem acesso ou apoio aos conflitos entre os moradores e as necessidades de cada família.

Indisciplinar: Entrando um pouco no que você falou sobre o Vila Viva, como foi a ocupação de um dos conjuntos habitacionais desse Programa? Quem conduziu essa ocupação foi o MTD?

Vinícius Moreno: Foi o MTD que puxou. Essa ocupação foi em 2013, na parte de cima da Pedreira, que eles chamam de Favelinha. Lá é o local onde há a maior concentração de prédios. Acredito que são 9 grandes blocos, sendo três deles de apartamentos com três quartos e outros, de dois quartos. Existe, na Favelinha, três grandes faixas construídas, sendo duas de apartamentos e outra para lazer com pequeno anfiteatro, uma pista de skate e uma quadra de esportes. Esses prédios estavam totalmente prontos, com toda infraestrutura e acabamento, mas ficaram dois anos parados. Então os moradores queriam muito que as famílias fossem realocadas e que ali começasse a ter vida e utilidade. Assim, fizemos essa ocupação muito mais no intuito de denunciar que aquilo ali estava parado e reivindicar que algumas famílias que não foram contempladas no Vila Viva, fossem alocadas para dentro de prédios. Um grande problema do projeto era a coabitação familiar, onde duas famílias moravam juntas, compartilhando o mesmo terreno, mas em casas distintas e no momento de serem retiradas, somente uma conseguia apartamento. Para a URBEL, as famílias tinham que satisfazer três critérios básicos para conseguir dois apartamentos, que eram: ter dois banheiros, duas entradas e duas geladeiras. Algumas casas tinham uma entrada, dois banheiros e duas geladeiras, então quando a família fugia a esse critério, ela não conseguia duas moradias. O exemplo disso é a Edineuza; ela morava com seus quatro filhos em uma parte da casa, e na outra, morava sua mãe com mais duas pessoas. Quando ela foi retirada de lá, foi alocada em um único apartamento para todos morarem juntos, sendo que viviam em uma casa de dois pavimentos. No entanto, por essa possuir somente uma entrada, as famílias não obtiveram os critérios necessários para duas moradias. Assim, as famílias que participaram da ocupação nesse Conjunto Habitacional eram pessoas que estavam dentro do déficit habitacional, que ainda moravam junto com os seus familiares e que não tinham sido contempladas pela política do Vila Viva. Por isso, entramos como um ato de protesto para mostrar para URBEL que queríamos pressionar. A ocupação

durou em torno de 18 horas, mas surtiu um grande efeito, porque a URBEL, em um intervalo de 3 meses, alocou todo mundo nos prédios. Colocaram gente de vários lugares: da Vila Cemig, Concórdia e da própria Pedreira. E também terminaram dois outros prédios, sendo um na Rua Pedro Lessa, bem próximo à Ocupação Pátria Livre/MTD[320], que já estava com toda a estrutura e só faltava o acabamento. Por este motivo, os moradores ficaram muito impressionados, como a luta social fez uma reivindicação de anos se concretizar, sendo que havia dois anos que os prédios já estavam prontos e a URBEL não tinha justificativas contundentes**.** Havia muita gente no aluguel social morando de forma bastante precária, no entanto, havia apartamentos com melhor qualidade, prontos e desocupados. Esta foi uma forma de pressionar e surtiu efeitos, os prédios foram terminados e as famílias inseridas.

Indisciplinar: Nesse processo das ocupações, como o exemplo do Conjunto Habitacional do Vila Viva, é o MTD quem faz esse diálogo com o poder público? Como essa interação se dá?

Vinícius Moreno: Sim. Para isso, precisamos ter um interlocutor de negociação, que tente um processo de diálogo com o poder público sobre o atendimento de pautas das famílias. Acreditamos que algumas ocupações possuem um caráter de agitação das reivindicações, a fim de dar visibilidade, mas também acreditamos que é preciso tentar ter ganhos econômicos para as famílias. Isso faz com que as pessoas se insiram mais no Movimento, dentro dos processos de luta e se politizem cada vez mais. Porque acreditamos que a pauta econômica é também uma forma de politizar e inserir mais pessoas nas lutas sociais. Acreditamos que as pessoas não têm que lutar só pelo seu, só pelo individual, mas sim, pensar no coletivo, e no caso da PPL pensar também no território. Dentro do processo da Pedreira, antes dessa ocupação do Vila Viva, paramos a Avenida Antônio Carlos umas três ou quatro vezes, e a primeira gerou ótimos resultados. Havia três grandes locais que eram aglomerados de lixo na PPL e que, com a nossa paralisação na Avenida, a URBEL foi lá e limpou. Um desses lugares de acúmulo de lixo era atrás do Colégio Municipal, outro era em frente ao antigo centro cultural onde havia uma sequência de oito casas que estavam todas abandonadas e o poder público alegava que o trator não chegava lá. Após essas manifestações, a URBEL limpou tudo em dez dias. A partir daí, começamos a fazer grandes assembleias para saber quais eram as outras demandas dentro da Pedreira. Com isso, fomos vendo o atraso na entrega das obras do Vila Viva. Nesse contexto,

[320]Fanpage da Ocupação Pátria Livre/ MTD disponível em: <https://www.facebook.com/MTDMOTU/>. Acesso em 28 de março de 2020.

algo importante era o funcionamento da associação. A Associação União Prado Lopes, tinha dezenove anos, mas que durante dezesseis, não havia tido eleição. A presidenta da associação também era representante no Conselho Local de Saúde e no Orçamento Participativo (OP). Enfim, ela representava a comunidade em todos os espaços. Era tudo muito concentrado e centralizado. Em um determinado momento criamos outra associação comunitária, a *Pedreira Unida*, que funcionou durante um tempo com a presidência da falecida dona Edna, a qual começou a articular e pensar coisas diferentes da União Prado Lopes. Dentro da *Pedreira Unida* fomos dividindo as pessoas para algumas tarefas. Por exemplo, o Senhor Walter, que hoje é o representante dentro do Conselho Local de Saúde foi direcionado pela associação a acompanhar as reuniões da comissão local de saúde. Fomos tentando descentralizar esse poder, essa representatividade dentro de alguns espaços vinculados ao poder público. Voltando às ocupações, em 2014, ocupamos o Centro Cultural Liberalino Alves que foi uma outra pauta muito grande dos moradores. O Centro foi fechado pela Prefeitura com a justificativa de que o prédio estava em risco. (E o prédio era o quê? Era o primeiro conjunto habitacional do Orçamento Participativo elaborado no governo de Patrus Ananias em 1994. Esse edifício era uma antiga caixa d'água com vários problemas, sendo um deles o próprio uso da água, porque ela era usada para abastecer principalmente o Conjunto IAPI. Era uma contradição, um problema danado. Por isso, Seu Liberalino Alves começou a construir um espaço na parte de baixo da caixa d'água, onde há um esqueleto estrutural. Ele pegou dois ou três pedaços ali e fechou, e começou a construir um espaço de convivência que antes não era um centro cultural. Esse processo começou a ser feito no início da década de 1990, uma vez que muitas pessoas estavam ocupando esse local e morando de forma muito precária. O local era muito úmido, havia focos de zoonoses e por esse motivo eles pararam de utilizar com esse propósito, para utilizá-lo como Centro Cultural. Em 1994 veio o OP e o conjunto Araribá, que existe até hoje.) Enfim, a PBH parou o funcionamento do Centro Cultural, alegando que o prédio estava em risco de cair e que estrutura não aguentava. A Prefeitura tirou tudo que estava lá e manteve um segurança que ficava a noite e uma pessoa para limpar. O Centro Cultural ficou paralisado durante oito anos, porém sem retirar as 40 famílias que viviam no conjunto Araribá.

Indisciplinar: E você sabe qual secretaria da PBH que estava envolvida nessa interdição do Centro Cultural?

Vinícius: Não sei. Hoje não existe uma Secretaria de Cultura, é a Fundação de Cultura. Não sei se na época existia uma fundação ou se isso era ligado a uma secretaria. Mas quem levou isso, de que o espaço não estava adequado foi a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP). Nessa situação, uma das primeiras críticas básicas à SUDECAP foi: *"se aqui não tem como funcionar o Centro Cultural por causa da estrutura, então vocês terão que tirar 40 famílias que estão em cima (no Conjunto Araribá). Porque se o prédio cair vai afetar um monte de famílias. "* No Araribá estão famílias muito numerosas, são 41 ou 42 famílias, que posteriormente fizeram um puxadinho nos apartamentos e aumentaram o tamanho. Havia em torno de 200 pessoas morando no local, então essa justificativa da Prefeitura era furada. Não tinha uma base material real, isso foi só para fechar o Centro Cultural, que tinha uma das maiores bibliotecas, um funcionamento esplêndido, das pessoas se envolverem! Se você conversar com as pessoas da geração, que hoje tem 30 anos, todo mundo conhecia esse espaço. A PPL é bem territorializada. Por exemplo, o pedaço de cima que não dialoga com o de baixo. Nesse contexto, o Centro Cultural era um local em que todo mundo participava e circulava. Então eles (SUDECAP) cortaram o Centro Cultural e começamos a questionar o motivo. Um belo dia, o gestor que estava lá abriu a porta para nós e o lugar estava limpo, arrumado, maravilhoso. Com isso, pedimos para reabrir o Centro, mas aí veio outra justificativa: "*realmente não tem risco na estrutura, é possível dar continuidade ao funcionamento, no entanto, há muito escorpião"*. Aí, fomos insistindo, insistindo, insistindo com o gestor e entramos no espaço. Havia uma parede que estava bem mofada, mas no geral não, e os poucos escorpiões que haviam eram do outro pedaço, onde ficava a rede de esgoto do prédio. Depois disso, fizemos duas grandes reuniões na Pedreira, em um lugar que chamava Casa da Paz, que era da Igreja Batista da Lagoinha - a igreja nos ajudou bastante nisso. Compareceram três secretarias: SUDECAP, URBEL e Fundação de Cultura, além de outros representantes do poder público para ver o que a gente faria. Nessa reunião, acabou não definindo muita coisa e ocupamos o Centro Cultural, com um pouco de aval do gestor do espaço na época. A comunidade começou a usar o local desde 2014, principalmente para fazer as reuniões do grupo de mulheres do MTD e a abrir para outras coisas, como festas de criança e várias outras atividades que a comunidade demandava. Fizemos algumas reformas e alguns projetos para melhorar o espaço. Só que o movimento social sem recursos e sem ajuda do poder público foi ficando mais difícil. Depois, conseguimos articular oficinas junto com esse gestor e também com a Escola Integrada, o que deu uma dinâmica maior ao Centro Cultural.

Indisciplinar: Você pode nos contar mais sobre esse histórico de funcionamento do Centro Cultural Liberalino Alves e sobre o deslocamento desse equipamento público?

Vinícius Moreno: O Centro Cultural ficou aproximadamente oito anos paralisado. Depois a PBH retomou o Centro Cultural no Mercado da Lagoinha em uma salinha, um lugar muito pequeno, quase não funcionava nada. De uns dois anos para cá melhorou, houve muito mais atividades. O povo sempre reclamou essa transferência para o mercado distrital e até hoje reclama porque se tornou um local sem acesso direto pela Pedreira. Os gestores argumentam que o Centro Cultural não é da Pedreira, que é da região. Mas o foco era ali, ele surgiu dali e de uma pauta histórica daquele território. A partir da luta do senhor Liberalino Alves, que é o nome do Centro Cultural até hoje. E até hoje, quase ninguém da PPL vai, a maior frequência são dos moradores do entorno, o povo do outro lado da Avenida. Recentemente os moradores da Pedreira passaram a ser mais envolvidos pelas atividades do Centro Cultural, quando começou a haver a academia aberta na Rua Araribá, e alguns outros projetos lá.

Indisciplinar: Como comentado por você, durante determinado tempo a Igreja Batista da Lagoinha foi parceira do MTD, ajudando no processo de articulação com o poder público para a reabertura do Centro Cultural Liberalino Alves. Atualmente ela ainda está presente?

Vinícius Moreno: A Igreja Batista ajudou mais na articulação política, porque conhecia muita gente dentro da Prefeitura, principalmente o secretário de obras, que era o Valadão[321]. Ele é dessa igreja e ajudou em algumas articulações. Mas no processo de ocupação e uso do Centro Cultural a igreja esteve pouco envolvida. Tinha um grupo de jovens que chamava "Inconformados". No início da ocupação eles fizeram uma ação no local e pintaram o espaço conosco, foi uma atividade mais prática. Isso porque a igreja tinha um projeto chamado "Pedreira Colorida"[322], no qual eles pintavam algumas casas. Em vários locais da PPL você vê casas amarelas, azuis, bem coloridinhas, sendo assim, o Centro Cultural entrou como parte do projeto que a Igreja Batista da Lagoinha já fazia.

Indisciplinar: E o que há hoje no antigo espaço do Centro Cultural?

[321] "Josué Valadão é Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura na PBH. É graduado em Administração de Empresas, atuou como Superintendente de Desenvolvimento Empresarial da Fiemg. Na PBH, ocupou as Secretarias Municipais de Governo, Políticas Sociais e atualmente é responsável pela pasta de Obras e Infraestrutura. " Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/obras-e-infraestrutura>. Acesso em 28 de março de 2020.

[322]Mais informações sobre a ação Pedreira Coloria em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/parceiro-mg/noticia/2013/07/comunidade-da-ppl-tem-contraste-entre-lixo-e-paredes-coloridas.html>. Acesso em 01 de abril de 2020.

Vinícius Moreno: Hoje uma pequena igreja utiliza um pedaço e a outra metade utilizamos para reuniões. O que sempre quisemos era retomar as atividades do Centro Cultural. A gestora anterior, tinha intenção de ajudar nesse processo, só que a Fundação de Cultura não autorizou. Inicialmente era para colocar uma pessoa para segurança e limpeza, e assim alocar algumas oficinas no espaço, mas ela foi barrada. Então, começamos a fazer assembleias e também um abaixo assinado. Atualmente a gestora saiu desse cargo e a igreja está usando mais o espaço, por isso estamos repensando estratégias para utilizá-lo mais.

Indisciplinar: Dentro das ações que vocês desenvolveram na PPL também tem a ocupação da UMEI Pedro Lessa. Qual o antecedente no território que fez surgir essa demanda? Você poderia nos contar como foi esse processo?

Vinícius Moreno: No início da nossa atuação na Pedreira trabalhamos muito na pauta da associação e também do Centro Cultural, entre 2014 e 2015. Em 2016 ocupamos a creche UMEI Pedro Lessa, que estava parada há aproximadamente dois anos. A PBH tinha feito um projeto do Governo Federal de reestruturação do espaço e gastou um milhão e poucos lá. O Márcio Lacerda, quando estava no processo de enxugar um pouco o número de funcionários da Prefeitura, desativou essa escola. Ela estava parada com uma ótima estrutura, com berçário e outras coisas muito boas comparando-a a outras UMEIs. Em 2016, especialmente a partir do grupo de mulheres do MTD, notou-se a grande demanda de crianças com a necessidade da creche. Essa era uma pauta da família, mas que as mulheres acabaram assumindo mais a frente, reivindicando e indo atrás. Essas mulheres não podiam trabalhar pela falta dessa creche. A UMEI tinha uma capacidade de 150 a 160 crianças, estava parada e havia uma demanda de umas 190 crianças que estavam sem escola. A partir do cadastro que a Prefeitura sempre cola na porta das escolas, vimos quem foi contemplado ou não, e essa demanda ficou aparente. A justificativa apresentada pelo Márcio Lacerda não foi a de diminuir a folha de pagamento de funcionários, mas sim, a de que caiu uma pedra da pedreira no pátio da escola e por isso era um risco as atividades retornarem. Só que a pedreira passa por boa parte da favela, um pedaço está na UMEI, o outro está em um campo de futebol que é super utilizado. Todos os dias tem gente lá, e um outro pedaço, fica colado em umas casas embaixo. Começamos a questionar a Prefeitura para fazer uma obra de contenção, porque não é só a escola que está nesse local. Outra solicitação foi a retirada da pedra da creche e ver como reutilizar o pedaço que não estava apropriado. A nossa ideia inicial era fazer essa obra de contenção. Conseguimos dois geólogos

e um engenheiro civil para fazer os pré-projetos, mas para a execução, o custo seria grande. Seria uma contenção parecida com a que tem na Ocupação Pátria Livre, que fica no outro lado da rua da UMEI, tem um chapeamento em uma parte do terreno, sendo basicamente uma obra de contenção, que consiste em colocar ferragens e cimento para as pedras não caírem mais. Essa obra é antiga, da década de 1970, então a ideia era que fizéssemos o mesmo na creche. Nesse contexto, em novembro de 2016, no dia internacional da não violência contra a mulher, fizemos essa ocupação, que foi no mesmo período em que estavam ocorrendo as ocupações das escolas pelos estudantes. Essa ocupação da UMEI Pedro Lessa foi a primeira em uma escola de primário (e creche) no Brasil. Ocupamos junto com o Levante Popular da Juventude, e nesse período, o governo já estava em transição para o atual prefeito Alexandre Kalil. O Kalil nos recebeu no Buritis, onde estava funcionando o governo de transição, para uma reunião, na qual ele se comprometeu a visitar a UMEI e ver como estava o espaço. Ele levou alguns engenheiros e o pessoal da Defesa Civil para avaliar qual era a possibilidade de reabrir ou não. A nossa pauta desde o início foi o retorno do funcionamento da escola, mas na época, o Lacerda tentou jogar que estávamos ocupando por moradia e ficou nos pressionando muito, principalmente via guarda Municipal, para que saíssemos do espaço e só negociariam assim que desocupássemos. Vimos que o atual prefeito não era um canal de diálogo e procuramos o governo de transição e assim, conseguimos dialogar com o Kalil. Depois de três dias dessa reunião, o Kalil foi na ocupação, na escola, e viu como estava o processo. A partir disso, o que ele fez foi o mais barato, isolar com um muro o pátio onde a pedra caiu, que era a cantina, para que não se usasse mais. Com isso, foram feitos alguns reajustes e a escola passou a ser usada praticamente em sua capacidade máxima. Cento e tantas crianças contempladas. Ali para região quase que zerou a necessidade das crianças para escola. Isso foi uma vitória muito grande, pois as mulheres se sentiram mais empoderadas. No terceiro dia de ocupação fizemos uma feijoada e conseguimos levar a comunidade para dentro, então foi um processo bem interessante.

Indisciplinar: Como você comentou, o Levante Popular da Juventude foi um dos parceiros na ocupação da UMEI. Quais outros movimentos populares ligados à FBP estavam presentes nessa e nas outras ocupações?

Vinícius Moreno: Na Ocupação Pátria Livre várias organizações participaram principalmente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)[323], o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)[324] e o Levante Popular da Juventude[325], mas também tivemos o grande apoio de vários sindicatos e de organizações que compõem a Frente Brasil Popular. Na UMEI, a FBP já existia e também prestaram solidariedade e participaram com doações, como o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (SINDIELETRO), o Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (SINDIPETRO/MG), o Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos de Belo Horizonte (SINDIBEL), e vários outros parceiros que contribuíram muito nesse processo de solidariedade e visibilidade.

Indisciplinar: Como foi a aproximação do MTD com a comunidade da PPL e a receptividade dela com o Movimento? Ainda hoje, como é essa relação com os moradores e associações comunitárias?

Vinícius Moreno: Chegamos em 2012 na PPL e percebemos essa situação que eu descrevi anteriormente, um cenário de "guerra" (casas sem moradores, janelas e portas, muito entulho, esgoto a céu aberto e sem asfalto). Começamos com reuniões pequenas a partir de alguns contatos, os primeiros foram a Valéria[326] e a sua sobrinha, e a partir disso fomos reunindo alguns amigos. A Valéria é uma liderança local ativa e tinha um grupo que se chamava Mobilização, que era um grupo de jovens e que tinha muitos participantes. Ela começou a trazer essas pessoas para as reuniões. A associação União Prado Lopes estava praticamente paralisada, só usavam para fazer articulação com o poder público e não participavam praticamente de nada. Havia outras associações que não eram de moradores, mas sim temáticas, como o "Fala Pedreira" que era um jornal coordenado pelo Robson, liderança local muito importante e ativo nas ações da comunidade. Havia lideranças de alguns locais que participavam, e no geral eram mais elas e

[323] Mais informações sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no site do movimento e na fanpage disponíveis, respectivamente, em: <https://www.mabnacional.org.br/> e <https://www.facebook.com/mabbrasil/>. Acesso em 01 de abril de 2020.

[324]Mais informações sobre o Movimento Sem Terra (MST) no site do movimento e na fanpage disponíveis, respectivamente, em: <https://mst.org.br/> e <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/>. Acesso em 01 de abril de 2020.

[325]Mais informações sobre o Levante Popular da Juventude na fanpage do movimento disponível em: <https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/>. Acesso em 01 de abril de 2020.

[326]Valéria Borges é moradora da PPL e importante liderança local, além de ser militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Por ser professora do primário e muito ativa nos movimentos em defesa da comunidade, Valéria é muito conhecida, admirada e respeitada pelos moradores locais. Em entrevista concedida ao Indisciplinar, Valéria Borges conta sobre as contínuas expulsões enfrentadas pelos moradores favela. Essas informações estão disponíveis no documentário produzido pelo grupo de pesquisa durante a pesquisa Territórios Populares (TP), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI> e no blog da pesquisa em: <http://territoriospopulares.Indisciplinar.com/pedreira/>. Acesso em 28 de março de 2020.

os moradores. O que fez com que tivéssemos mais receptividade e uma inserção maior foi a primeira paralisação da Antônio Carlos. Antes disso, fizemos uma assembleia na Escola Municipal José Bonifácio, com aproximadamente 70 pessoas. Achamos que iriam mais pessoas, mas com isso chegamos coletivamente à decisão de parar a Antônio Carlos. Decidimos paralisar pela manhã, horário em que o trabalhador está indo trabalhar e não o atrapalha tanto, mas que incomoda o patrão. Fomos com a pauta de exigir o término da obra do Vila Viva e a retirada dos entulhos que comentei anteriormente. Com isso, a receptividade começou a melhorar, assim como a participação das pessoas nas reuniões, que passou a ter mais gente.

Indisciplinar: Sobre a Ocupação Pátria Livre, como vocês identificaram o local como potencial para realizar uma ocupação por moradia? E por quanto tempo esse edifício esteve desocupado? Quais foram as estratégias que o MTD utilizou para esse processo de ocupação?

Vinícius Moreno: Desde a época em que ocupamos o prédio do Vila Viva, em 2013, já vínhamos mapeando alguns prédios ali na região. Dentro do Movimento, temos elaborado e testado um método de ocupação, que parte muito de um trabalho de base concreto e, para isso, fizemos durante quatro meses, reuniões de preparação para ocupar. Dentro desse método acreditamos que precisamos preparar as famílias e dar preferência para fazer uma ocupação no território em que elas moram, para não quebrar as redes sociais das famílias e acesso os serviços públicos. Quando se ocupa em outro território, as famílias têm dificuldade de acesso ao posto de saúde, à escola, à rede de solidariedade... por esses motivos, essa questão foi central para nós. Assim, mapeamos os prédios e os locais ali dentro da PPL e fizemos uma preparação para a ocupação com pessoas que eram do próprio território. Todo mundo que ocupou era da própria Pedreira e da Vila Senhor dos Passos (VSP), comunidade vizinha, sendo a grande maioria da PPL e cinco ou seis famílias da VSP. Nesse processo, fizemos todo um estudo do terreno, quais eram os problemas jurídicos, quais as dívidas. Primeiro fomos no cartório e conseguimos os documentos, depois na Prefeitura e conseguimos as dívidas. Esse prédio estava há cerca de 25 anos parado, ali era a sede de uma empresa que faliu. O imóvel foi para o Ministério do Trabalho, e, posterior, a leilão. O valor venal, o valor que estava no documento, era de 740 mil reais o imóvel todo, sendo que quem o arrematou em leilão pagou 75 mil reais, um absurdo né?! Depois desse leilão, saiu uma lei que todo imóvel leiloado tem que ser de no mínimo, 50% do valor venal. Pesquisamos sobre o proprietário. Ele foi Advogado Geral da União durante um

tempo e ele tinha vários imóveis assim, é um especulador. Tínhamos outros locais que avaliávamos positivamente para ocupar, mas aquele era o ideal. Dessa forma, desde o início, a ocupação teve dupla função: a de moradia, que era a pauta mais urgente e que mais mobilizava as famílias; e a outra, de geração de trabalho e renda pelo fato do terreno possuir um galpão. No início, a ideia sempre foi fazer um espaço de uma cozinha comunitária no galpão, para ofertarmos alimentos a baixo custo, e também um espaço que fosse um centro cultural. A Pedreira é muito próxima ao centro de Belo Horizonte, mas os moradores da comunidade não vão para lá, onde eles chamam de "cidade". Eles não tinham acesso a vários equipamentos de cultura e lazer, e esse é um dos objetivos em que trabalhamos e estamos conseguindo fazer. A questão da cozinha já demanda um recurso maior, ainda é uma perspectiva. Quando ocupamos o terreno percebemos que são três grandes faixas: uma é o pátio, onde há um grande portão; a outra é o galpão e na sequência dele, atrás tem um prédio de seis andares; e a terceira faixa é um local em que funcionava algumas coisas administrativas e onde também havia duas moradias. Ao longo da ocupação, fomos vendo que havia problemas até mesmo no que o proprietário estava requerendo, porque boa parte do pátio lateral é terreno da prefeitura. Só a parte da edificação que é propriedade privada. O atual proprietário nunca teve a posse, porque nunca usou, além de verificarmos que ele não estava cumprindo com a função social do imóvel. Assim, ocupamos desde 7 de setembro de 2017.

Indisciplinar: E como é que funciona isso, essa questão da posse sendo que o terreno está em área de ZEIS? Isso facilita a permanência da ocupação no processo de reintegração de posse ou o proprietário pode vender? Como é que fica essa negociação de vocês com ele?

Vinícius Moreno: Quando estávamos ocupando, o proprietário já havia requerido várias vezes para retirá-lo da ZEIS. Retirar apenas a edificação desse zoneamento. Por quê? Porque ele queria fazer um empreendimento ali. Mas como é ZEIS ele poderia usar somente para moradia. Ser ZEIS, o prédio, ajuda a manter o espaço como moradias, tendo total condição de funcionar, com um pátio para área de lazer e o galpão como um espaço de convivência para comunidade. A negociação passa por uma mesa composta pelo movimento, poder público e proprietário.

Indisciplinar: Qual é a relação do MTD, da Frente Brasil Popular, com as instituições religiosas, que podem ser: evangélicas, os terreiros, os centros espíritas?

Vinícius Moreno: Estamos tentando nos aproximar de algumas igrejas. Muitas famílias que moram na Ocupação Pátria Livre são evangélicas, apesar da ocupação não ser bem vista pelos pastores. Acham que é um pecado, que aquilo ali é um erro. No entanto, muitos pastores, principalmente os seguidos pelas famílias que moram na Ocupação, viram que isso deu uma enorme qualidade de vida a elas. Que estão se alimentando melhor, se vestindo melhor e se bobear até o dízimo está em dia. As crianças, que às vezes eram assediadas pelo tráfico, não estão sendo mais. As meninas, que eram assediadas ali no cotidiano, não estão sendo mais. Isso tudo são relatos das próprias famílias. Então, a qualidade de vida delas melhorou muito, porque todas saíram do aluguel ou da situação de "morar de favor". E isso gerou um processo de aceitação melhor do Movimento na comunidade. Ainda temos empecilhos que nos atrapalham de fazer coisas conjuntas com algumas instituições. Mas temos boas relações com alguns pastores. Isso porque na Pedreira cada pastor tem uma igreja com um nome diferente, são igrejas pequenas. A Igreja Batista da Lagoinha foi a que a demos uma distanciada devido ao processo do golpe da ex-presidenta Dilma e das últimas eleições de 2018. E com o terreiro, o do Pai Ricardo[327], temos um diálogo mais inicial. O povo do OriSamba[328] também já foi lá na Ocupação uma vez. Então estamos tentando um contato maior, mas o vínculo não é tão orgânico. No geral, essas religiões de matriz africana são muito mal vistas pelos neopentecostais. Há sempre algumas coisas que as pessoas criam uma repulsa ou um atrito. Para vocês terem uma ideia, toda segunda e quarta acontece o ensaio da capoeira de Angola na Ocupação, e, principalmente no início, as mulheres que vivem lá não queriam que seus filhos frequentassem, porque tinha música, berimbau, às vezes um incenso e elas achavam que era "macumba". Essa visão é ainda mais forte no conjunto habitacional em frente, quase nenhuma criança vai na capoeira porque as pessoas têm preconceito. Então existe um preconceito grande com essas religiões de matriz africana.

Indisciplinar: Retornando à questão da cultura, ultimamente tem ocorrido muitas ações culturais na Lagoinha e PPL, tal qual o "Movimento Gentileza" e o "BH é da Gente". Como

[327]Pai Ricardo de Moura é Mestre de Saberes Tradicionais da UFMG e coordenador da Associação de Resistência Cultural Afro-brasileira Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCPJO), localizada na Vila Senhor dos Passos. Disponível em: <http://www.saberestradicionais.org/pai-ricardo-de-moura/> e < https://www.facebook.com/casadecaridadepaijacobdoorient/ >. Acesso 05 de novembro de 2019.

[328]OriSamba é um grupo cultural artístico-carnavalesco de matriz afro-brasileira, que surgiu em 2016 com a iniciativa dos moradores do bairro da Lagoinha de BH e Região Metropolitana, além de integrantes da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. Informação proveniente da fanpage do facebook do grupo musical. Disponível em: <https://www.facebook.com/orisambaoficial/>. Acesso 31 março de 2020.

o MTD identifica esses diversos interesses e movimentos na região? É possível que isso possa contribuir para a reativação do centro cultural Liberalino Alves em seu local de origem?

Vinícius Moreno: Nós vemos isso com muito bons olhos. Temos uma relação muito boa com o "Viva Lagoinha"[329], que contribuiu como o "Movimento Gentileza"[330], que pintou o muro do IAPI[331], a passarela e também um pouco da Rua Itapecerica. Achamos isso ótimo, porque nessa região da Lagoinha, que engloba a PPL e a VSP, há muitos artistas. A Pedreira é tida como berço do Samba em Belo Horizonte, falam que uma das primeiras escolas de samba da capital surgiu lá. Então, a gente acha isso muito interessante, é uma forma de revitalizar o local. O Lacerda, por um tempo deixou essa região cada vez pior, porque havia a proposta de criar o Centro Administrativo ali. Então, se você deixa o local precário, sujo, com mau uso, para você desapropriar fica mais barato. E o que vem sendo feito atualmente é diferente, é muito interessante isso o que poder público está fazendo. É claro que algumas coisas poderiam ser melhores. Por exemplo, a PBH fez o calçamento muito grande na Rua Araribá, onde juntou muito usuários, atrapalhou o trânsito e não está tendo utilidade. Acreditamos que eles deveriam ter uma política mais voltada para a saúde pública a fim de lidar com os usuários, do que algo vinculado à segurança pública, vinculado à polícia[332]. São fatores que acreditamos que eles ainda têm que ajustar, mas é muito interessante esse processo cultural. Isso porque a Pedreira ficou por muito tempo renegada, jogada de lado pelo poder público e pelo meio artístico. Essas ações culturais são bem interessantes, como o "Viva Lagoinha" e as geradas pelo atual Centro Cultural Liberalino Alves. O terreiro do Pai Ricardo também faz parte desse movimento cultural na região, tanto que eles têm o OriSamba, que é um bloco de carnaval. A partir disso, viemos

---

[329]Iniciativa que conecta pessoas que acreditam no potencial transformador do bairro Lagoinha por meio da economia criativa. #vempralagoinha #gentefica". Informação retirada da fanpage do Facebook sobre o movimento Viva Lagoinha. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivalagoinha/> e relato do fundador do movimento em podcast disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1avEzq31jx1LHCL0syNm8e?si=wGinp-z7RhaTZm3V_qDRtg&fbclid=IwAR0LVdNOHAujXL-0hoiS0BNdGbHV444hMlhSVOqSdZcs7lbhGp7fi159_aI>.Acesso 31 d março 2020

[330]Fanpage nas redes sociais em: <https://www.instagram.com/movimentogentileza/> e Movimento Gentileza conta com estratégias de embelezamento e melhorias do espaço urbano, conferir no site da prefeitura em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/movimento-gentileza-leva-arte-urbana-para-passarela-da-lagoinha>.. Acesso 31 de março 2020.

[331] Manchete sobre a intervenção urbana de requalificação urbana e embelezamento do espaço público. Disponível em: < https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/movimento-gentileza-leva-arte-urbana-para-passarela-da-lagoinha >. Acesso 31 de março 2020.

[332]Vale lembrar que na época da realização da entrevista com Vinícius Moreno, a PBH e especificamente, a SMASAC (Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania) ainda estava no início das intervenções na região da Lagoinha, que teve foco em políticas públicas de redução de danos aos usuários de drogas. Para mais informações, ver a entrevista realizada pelo Grupo Indisciplinar com a Secretária da SMASAC - Maíra Pinto Colares - publicada no volume 5, número 2, da Revista Indisciplinar (2019). Disponível em: < https://wiki.Indisciplinar.com/download/009.pdf>. Acesso 31 março 2020.

casando várias coisas juntas, por exemplo, dentro do "Viva Lagoinha" há o projeto "Rolezinho na Lagoinha", e um dos pontos de parada sempre é na Ocupação Pátria Livre, então temos feito alguns eventos nessa parceria.

Indisciplinar: E como foi o processo de integrar a Pátria Livre ao "Rolezinho na Lagoinha"? Os organizadores chegaram até você? Como foi isso?

Vinícius Moreno: Então, o Filipe Thales[333] ficou sabendo da Ocupação Pátria Livre e entrou em contato conosco por meio da gestora do Centro Cultural Liberalino Alves na época. Ele é um comunicador e liderança local que teve interesse em conhecer a ocupação, ajudando com indicações de alguns blocos de carnaval como os ensaios de quatro blocos: Magia Negra, Pata de Leão e mais outros dois que são ligados ao movimento negro e aos terreiros da região. Nesse processo, Filipe colocou a ocupação dentro do circuito do "Rolezinho". Assim, começamos essa articulação com o objetivo de fortalecer ambos: cedendo o espaço para eles fazerem reunião no galpão e eles nos indicando artistas e pessoas da cultura.

Indisciplinar: Como é a atuação do MTD no território, tendo em vista o tráfico de drogas e as cenas de uso na região da PPL?

Vinícius Moreno: Com o tráfico e igreja é aquela coisa de não criar atrito e de não ter problema, porque dentro do território quem realmente tem poder são as igrejas e o tráfico. Tentamos ter o mínimo de relação, sendo ela pacífica e harmoniosa. Acreditamos que eles nos vejam com bons olhos, porque várias coisas que reivindicamos, como a UMEI, a moradia e a cultura, os beneficiam direta ou indiretamente. Reforçamos sempre que o tráfico na Pedreira não representa 5% das pessoas que estão ali, que na grandíssima maioria são pessoas trabalhadoras, que são exploradas, têm suas dificuldades e precisam de uma assistência maior. E estou dizendo isso porque são familiares dessas pessoas, então não criamos nenhum atrito, nenhum problema, e tentamos dialogar. Com os usuários não temos nenhuma relação. Infelizmente é uma população que está muito à margem do poder público e da sociedade em geral. De certa forma,

[333]Filipe Thales é fundador do Movimento "Viva Lagoinha". A matéria do jornal "O Tempo" aborda o processo de formação da iniciativa de comunicação visual do "Viva Lagoinha". Para mais informações, visitar:<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/os-novos-bandeirantes-1.2174215>. Acesso 31 março 2020. Ademais, o publicitário também tem investido no projeto "Rolezin da Lagoinha" que tem parceria com o grupo "Nossa Grama Verde". Para mais informações, ver: Para mais informações, ver matéria disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/lagoinha-e-cenario-de-passeios-realizados-no-festival-de-verao-da-ufmg> Acesso 31 março 2020.

essas pessoas estão perdendo sua humanidade por questões que, no geral, são sociais. As pessoas não estão naquela situação por quererem, elas estão ali por falta de políticas públicas, por falta de trabalho, principalmente. Muitas pessoas que vêm, às vezes do interior, não conseguem trabalho, ficam em situação de rua e acabam entrando nas drogas. Existe o uso de crack naquela região? Existe muito, mas o álcool, deve ser o principal problema. Tem um alcoolismo tremendo na região inteira.

Indisciplinar: **Agora, partindo para a última pergunta, vocês pretendem desenvolver alguma atividade no território envolvendo a Frente Brasil Popular? Por exemplo, em 2018 o MST estava propondo fazer uma feira de orgânicos na Ocupação Pátria Livre, por exemplo...**

Vinícius Moreno: Esse ano estamos fazendo algumas ações de solidariedade. São ações para levar algumas coisas que as famílias precisem, como assessoria jurídica, assistência medica, lazer.... Temos alguns parceiros como a Defensoria Pública Estadual, Rede de Médicos, movimentos sociais.... Nesse sentido, fizemos uma atividade com foco maior nas mulheres, elas foram lá tirar algumas dúvidas e encaminhamentos mínimos. O Levante Popular da Juventude tem atuação na Pedreira. Hoje eles têm um cursinho, o "Podemos +"[334], que funciona dentro do Colégio Municipal da PPL e constroem conosco essa e outras atividades. Também temos esse processo da feira de orgânicos que estamos querendo retomar, só que o MST, a partir da mudança de governo, está sofrendo muito. Várias fazendas e locais que eles ocuparam estão para ser despejados. O crime da Vale em Brumadinho afetou muito, uma grande ocupação chamada "Pátria Livre"[335] (também), em São Joaquim de Bicas/MG, que tem esse nome em homenagem à Ocupação do MTD na PPL. Então, ainda estamos construindo. Retornando às atividades de solidariedade, nós já levamos alguns médicos e enfermeiras para aferir pressão e outros profissionais para verem algumas coisas básicas no território, a exemplo da assessoria jurídica. Também sempre tem alguma coisa de música e cultura que promovemos, o último

[334]O cursinho popular Podemos + ocorre na PPL e é organizado por um dos movimentos ligado à Frente Brasil Popular, o Levante Popular da Juventude. Para mais informações acesse a fanpage do movimento e a reportagem do jornal Brasil de Fato Minas Gerais respectivamente em: <https://www.facebook.com/pg/levantebh/posts/> e <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/07/09/cursinho-popular-em-belo-horizonte-mg-recebe-oficina-sobre-jornalismo>. Acesso em 01 de abril de 2020.

[335]Mais informações sobre o acampamento Pátria Livre do MST acesse as reportagens no links: <https://www.cptmg.org.br/portal/acampamento-patria-livre-do-mst-em-sao-joaquim-de-bicas-mg-luta-e-resistencia-qualidade-de-vida-despejo-nao-video-5/>, <https://mst.org.br/2019/01/31/em-mg-acampamentos-do-mst-sao-afetados-pelo-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/> e <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/12/18/mst-denuncia-invasao-e-assedio-de-pms-em-acampamentos-da-regiao-metropolitana-de-bh>. Acesso em 01 de abril de 2020.

show foi o do grupo Meninos do Morro, eles têm quase 15 anos, é um grupo de percussão. Em setembro fizemos a pintura do muro com o tema "Lula Livre" em que, além do MST, MAB e Levante, o Coletivo Alvorada[336] também se inseriu e está contribuindo muito nesse processo. Assim, realizamos essas atividades enquanto Frente Brasil Popular para levar essas questões à PPL. Não queremos cair no assistencialismo, mas temos que fazer sim, assistência social. Não queremos que as pessoas se vinculem ao Movimento apenas para ter um ganho de vez em quando, mas que elas também tenham o interesse de participar das atividades. Nessas últimas ações temos feito muitos debates sobre a Reforma da Previdência que, infelizmente, essa semana foi aprovada em segundo turno na Câmara e que vai ser um baque muito grande na vida do trabalhador e na economia brasileira.

Apêndice D - Indisciplinar entrevista Maíra Colares[337]

Como parte das investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e pelas ações pertencentes ao projeto de extensão Urbanismo Biopolítico[338] - vinculado ao programa de extensão IndLab, nós da equipe[339] do Grupo de Estudos (GE) Lagoinha[340] realizamos em 2019 diversas entrevistas com: (i) técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH); (ii) integrantes de movimentos sociais e populares e (iii) lideranças comunitárias, a fim de avançar na análise sobre a produção do espaço urbano contemporâneo em Belo Horizonte.

[336]Mais informações sobre o Coletivo Alvorada na fanpage e canal no Youtube em: <https://www.facebook.com/groups/419286435079958> e <https://www.youtube.com/channel/UCEqjMnK6CSKFhcKrHVWlVLg>. Acesso em 28 de março de 2020.

[337]A entrevista foi publicada na edição 9, volume 5 da Revista Indisciplinar no ano de 2019. Disponível em: < https://wiki.Indisciplinar.com/download/009.pdf >. Acesso 28 de novembro de 2020.

[338]Para mais detalhes sobre a Plataforma de Urbanismo Biopolítico e a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Nova BH e a sua reformulação em Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste Oeste, visitar a Plataforma de Urbanismo Biopolítico, disponível em: < http://pub.Indisciplinar.com/ouc-nova-bhaclo/>. Acesso 28 de novembro de 2019.

[339]O roteiro da entrevista busca compreender a atuação do Poder Público no desenvolvimento de políticas urbanas e de saúde pública em cenários de vulnerabilidade social, especificamente em torno das cenas de uso de drogas, a fim de averiguar a construção de políticas assistenciais aplicadas na redução de danos. Também faz parte do escopo da investigação a possível influência de GPUs e os potenciais fenômenos espaciais que podem ser acentuados a partir da requalificação do ambiente construído. As perguntas foram elaboradas pelas já citadas pesquisadoras do GE- região da Lagoinha. A transcrição da entrevista foi realizada por Anderson Chagas (Graduando em Arquitetura e Urbanismo na EA/UFMG), também pesquisador do Indisciplinar.

[340] O GE Lagoinha é formado pelas pesquisadoras Gabriela Bitencourt (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestranda no programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), Carolina Nasser (Advogada formada pela UFMG e doutoranda na Faculdade de Direito/UFMG) Susan Oliveira (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG) e por Natacha Rena (Professora Doutora da EA/UFMG, além de líder do Grupo de Pesquisa Indisciplinar e coordenadora do GE Lagoinha).

Figura 81 – Maíra Colares sendo entrevistada na sede da PBH em agosto de 2019.
Fonte: Pesquisa GE – região da Lagoinha & Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019.

Assumindo que o método cartográfico se constitui com base na identificação de atores (humanos e não-humanos) que fomentam narrativas associadas a seus campos de poder e atuação, o GE Lagoinha vem tentando mapear as linhas de força, que ora fomentam aspectos do urbanismo neoliberal, ora concretizam práticas de resistências nessa região. Entende-se que há um contexto de interesses controversos que é próprio das dinâmicas urbanas e envolve as lutas territoriais que articulam formações de diferentes grupos, a cada momento, o que ressalta a ausência de uma simples dicotomia entre a produção capitalista do espaço via urbanismo neoliberal e resistências sociais. Assim, no dia 20 de agosto de 2019, entrevistamos a secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - Maíra da Cunha Pinto Colares - Assistente Social, mestre em Administração Pública e especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro, com experiência na gestão de políticas em âmbito municipal e estadual, em Minas Gerais.

A entrevistada tem vasto currículo relativo à atuação com políticas públicas e sociais e atuou na Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais. A entrevista em questão tem como propósito explorar as múltiplas linhas de disputas territoriais atreladas às lutas urbanas presentes na região da Lagoinha, assim como, ressaltar os fenômenos espaciais relativos à criação de políticas públicas de combate às cenas de uso de

drogas e seu paralelo com a recente efervescência de intervenções culturais e sociais no ambiente construído da região da Lagoinha.

Tais políticas urbanas surgem como reflexo da aplicação de uma intensa estratégia de intervenção territorial fomentada pela nova gestão pública da cidade de Belo Horizonte sob o comando do Prefeito Alexandre Kalil (PSB), que busca na política intersetorial, o caminho para desenvolver um olhar prioritário para as problemáticas específicas da Lagoinha. Assim, o relato de Maíra Colares revela possivelmente um dos maiores desafios enfrentados por técnicos, secretários e subsecretários do poder público: articulação e integração entre diversas políticas públicas pertencentes a diversas secretarias.

Seguindo essa linha de raciocínio, busca-se através destas investigações, aprofundar a discussão em torno da produção espacial na escala da cidade, averiguando a possível conexão da atualização do Plano Diretor 2019, seguido do consequente incremento nas diretrizes da ADE[341] região da Lagoinha, em vínculo às recentes intervenções no espaço público desse território. Aliado a esse contexto, faz-se necessário também considerar a perspectiva de execução da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Leste Oeste (OUC-ACLO), que tem a região da Lagoinha como o Setor 01 do programa de requalificação urbana, sob o projeto denominado: Corredor Cultural Lagoinha e Bonfim.

Desta forma, investiga-se a potencialidade para um processo de gentrificação, um fenômeno urbano que pode desencadear a expulsão das classes inferiores por classes superiores através do enobrecimento da qualidade e do uso do espaço público e privado. Portanto, podendo haver um risco eminente de expulsão de grupos em situação de vulnerabilidade social e desigualdade racial, tais ameaças sócio-espaciais são pontuadas pelo Indisciplinar nessa entrevista, visto que a atual realidade da região da Lagoinha indica a intensificação de disputas territoriais dado o cenário de investimentos financeiros, que tendem a fortalecer a relação entre Estado, Capital e sociedade civil, interessada em ampliar seus microempreendimentos culturais.

Assim, a partir do método das Cartografias das Controvérsias[342], a pesquisa vem elencando pontos de contrassensos que envolvem as narrativas de melhorias urbanas, à exemplo

[341] De acordo com a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo - Lei nº 7.166 de 27 de agosto de 1996, a região da Lagoinha é considerada como uma da Área de Diretriz Especial da cidade de Belo Horizonte. Atualmente o Plano Diretor de 2019 caracteriza a ADE da região da Lagoinha como uma área de proteção ao patrimônio cultural e à paisagem urbana, com tendências à revitalização de áreas degradadas ou estagnadas, além do incremento em políticas de desenvolvimento de economia criativa e solidária.

[342] Informações sobre o método em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar podem ser encontradas nas seguintes referências bibliográficas: RENA, Natacha ; SÁ, Ana Isabel; RENA, Natacha ; BRANDÃO, Marcela; RENA, Alemar; NEVES, Bernardo. Cartografia enquanto método de investigação: uma conversa com Virgínia

do acontecimento da instalação de um *"tapete de pedras pontiagudas"* nos baixios dos viadutos do Complexo da Lagoinha, no dia 24 de agosto de 2019. Portanto, após exatos 4 dias da realização desta entrevista em questão, tal evento de intervenção urbana foi declarado pela PBH, especificamente pelo órgão da Superintendência de Desenvolvimento Urbano da Capital - SUDECAP, como uma medida de prevenção estrutural ao complexo de viadutos, que segundo os envolvidos, visa coibir o desgaste da infra-estrutura devido à comum ocorrência da queima de fios furtados para a extração de cobre nas áreas dos baixios.

No entanto, a intervenção urbana não passou despercebida das críticas e reivindicações por parte de outros agentes sociais[343] que trazem argumentos de que tal "tratamento paisagístico" realça uma atuação hostil em relação ao enfrentamento da questão da população de rua, além de evidenciar uma política de ação higienista perante o uso e a ocupação dos espaços livres da cidade. Como funcionária pública que lida com a defesa dos direitos humanos de grupos em situação de vulnerabilidade social, Maíra Colares nos traz sua narrativa individual, esclarecendo as adversidades no fomento de políticas públicas vinculadas às cenas de uso e também às conquistas do setor público na tentativa de melhorar o acesso e a garantia da população de rua no direito à cidade.

Indisciplinar: Maíra, você poderia começar falando de você, da sua formação e como você se tornou secretária?

Maíra Colares: É um prazer falar com vocês estudantes, pesquisadores, enfim, pessoas que refletem criticamente a sociedade, obrigada pela oportunidade. Sou Assistente Social, minha formação é em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e atualmente sou estudante de Direito, na mesma Universidade. Sempre tive intervenção na área pública, esse foi e é o meu *lócus* de trabalho e de pesquisa. Fiz uma pós-graduação em Gestão Pública, na Fundação João Pinheiro e, em seguida, o mestrado em Administração

Kastrup. Revista Indisciplinar, v. 2, p. 17-30, 2016. - BRANDÃO, Marcela; FRANZONI, Júlia. Grupo de Pesquisa Indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos. In: **Contested Cities** , 2016. v. 1. p. 1-18. Madrid. - BRANDÃO, Marcela; SÁ, Ana Isabel RENA, Natacha. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **V!RUS**, São Carlos, n 19, 2019 (no prelo).

[343] Movimento de População de Rua, Vereador Pedro Patrus (PT), vereadora Bela Gonçalves (PSOL), Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG, Defensoria Especializada em Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais; Fórum Mineiro de Direitos Humanos, Polos de Cidadania, Pastoral do Povo de Rua e o Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG.

Pública, na mesma instituição. Minha área de atuação sempre passou pela política de assistência social e direitos humanos, inclusive quando docente em Serviço Social ou em pós-graduações nessas áreas. Tive passagem também no Poder Legislativo, tanto na Assembleia Legislativa, como assessora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, quanto na Câmara Municipal de Belo Horizonte, atuando especialmente junto à Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Participação Popular. Paralelamente a isso, sempre atuei em movimentos sociais e tive a oportunidade de atuar na associação do bairro Santa Tereza, onde nasci e vivo até hoje. Enfim, tenho uma vida de atuação na área pública. No início de minha carreira profissional fui gestora do Programa Bolsa Família, em Montes Claros (MG). Regressei a Belo Horizonte para fazer a pós-graduação e integrei pela primeira vez a equipe da Prefeitura de Belo Horizonte, na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Também tive passagem pelo Governo do Estado de Minas Gerais, na Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), quando Superintendente das Políticas de Assistência Social no Estado.

Indisciplinar: Quais são os principais programas e ações da SMASAC? Em que aspectos essa nova gestão da PBH se diferencia das anteriores?

Maíra Colares: Quando fui convidada para assumir este lugar na Prefeitura de Belo Horizonte, o desafio colocado era uma nova gestão. Com a reforma administrativa, a Secretaria de Políticas Sociais passou a ser a SMASAC, constituída como *lócus* da gestão de três políticas públicas da cidade: Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Chegamos (inicialmente eu, e em seguida, os subsecretários que convidei para integrar a equipe) com o desafio de construir uma lógica de organização dessas políticas como sistemas constituídos em políticas públicas com diretrizes ligadas ao Sistema Nacional, mas que precisavam considerar a realidade do município. Então, apostamos muito no desenvolvimento de políticas locais e acredito que esse foi o grande diferencial da nossa gestão, além do olhar para a cidade inserindo-a em sistemas nacionais, como o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que já tínhamos e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no qual, incorporamos Belo Horizonte em 2017 (quando inicia a atual gestão). Além disso, desenvolvemos, de modo geral, Políticas de Direitos Humanos em Belo Horizonte, as quais não possuem um sistema modelo como o SUAS ou o SISAN. Apostamos muito no desenvolvimento de políticas olhando para as que já estavam em curso, seu histórico de construção, o que era importante nelas e também para

questões estratégicas que precisávamos mudar no rumo da política, tanto na gestão, quanto no atendimento para garantir direitos na cidade. A direção do Prefeito Alexandre Kalil foi e é importante, porque ele chega com dois *motes* de campanha e com duas diretrizes principais para gestão, primeiro: "*governar para quem precisa*", que vem como uma diretriz de priorizar o atendimento à população que de fato precisa do poder público; para isso seria necessário o trabalho compartilhado em todas as esferas políticas; e o segundo: *"fazer funcionar o que já existia***"**. No processo de campanha, o Prefeito não fez grandes promessas, mas chegou com essa orientação e cobrança para o Secretariado. E acrescento uma terceira e importante diretriz interna, que foi relacionada à intersetorialidade. Quando o Prefeito Kalil chegou fez uma primeira reunião com os seus gestores, disse algo nesse sentido: "*olha gente, eu nunca estive nesse lugar*", (a trajetória do Prefeito não é na Área Pública), "*mas estou percebendo que para atender bem as pessoas, não podemos olhar para o cidadão em partes. A mulher que está lá na favela é atendida pela saúde, pela educação, pela assistência social, pela segurança… Então vocês vão ter que conversar.* C*ada um liga para o outro, senta e conversa, eu quero resultados. "* Com isso percebemos que teríamos que montar uma agenda coletiva intersetorial a partir da vivência do secretariado. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG) teve um papel importante nesse início, porque ela começou com a construção do Plano de Metas e Contrato de Gestão Pública, por isso, cada Secretaria também teve que se autoanalisar e definir suas principais prioridades. A SMPOG criou algo muito legal nos nossos contratos, que foram as metas intersetoriais. Então, às vezes eu colocava uma meta intersetorial para a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP), por exemplo: discutir o genocídio da juventude negra. E começávamos a se reunir e traduzir as áreas temáticas a partir disso. Dessa forma, eu avalio que a liderança do Prefeito foi importante para definir onde ele queria chegar nessa gestão de 4 anos. Ele se expressava dessa forma: "*Eu quero que a gente defina um rumo para cidade e melhore o que já existe. Não admito chegarmos ao final da gestão e ter um Centro de Saúde que não consegue funcionar na sua capacidade máxima. Pode ser que não construamos nenhum Centro de Saúde, mas os que já existem precisam funcionar. "* Dessa forma, passamos a olhar para dentro das secretarias, cada uma analisando seus problemas, mas também definindo pautas e agendas intersetoriais. Também passamos a entender que não bastaria somente fazer funcionar o que já existia, teríamos demandas de novos recursos de acordo com nossas metas. E em relação a isso, mesmo em um cenário em crise, tive

para a SMASAC, por exemplo, um crescimento orçamentário muito maior do que o geral da Prefeitura.

Indisciplinar: Quais são os principais programas que vêm sendo realizados na assistência à população de rua e aos usuários (as) de drogas? Em que bairros da cidade estão sendo implementados? Como funcionam?

Maíra Colares: Para a população em situação de rua tínhamos o desafio de construir respostas conjuntas, entendendo que muitos moradores de rua fazem o uso de drogas, mas outros não. Muitos estão à procura de um trabalho e de uma forma de superar a vida nas ruas. A primeira tarefa seria fazer um diagnóstico e não tratar como um grupo homogêneo. Em setembro de 2017, fizemos um Decreto Municipal, definindo as diretrizes e ações nas diversas áreas, como saúde, educação, habitação, trabalho, emprego, renda, cultura e outras áreas, como assistência social e direito humanos. Havia uma produção importante do Comitê de Assessoramento das Políticas para a População em Situação de Rua, composto também por instituições da sociedade civil. Assim, passamos a dialogar no Governo que essa não é uma pauta que acaba na criação de abrigos, que não é de responsabilidade exclusiva da assistência social. Esse atendimento é complexo, envolve uma série de questões, uma série de violações, de rupturas com o tecido social**.** Fizemos ampliações importantes na assistência social, criamos dois abrigos masculinos e está previsto mais um feminino para o final de 2019, qualificamos as vagas já existentes, pois as pessoas não queriam ir para os abrigos, ampliamos as equipes de abordagem de rua e contratamos pessoas com trajetória de vidas nas ruas para essas equipes, além disso, reformamos os abrigos e os centros de referência para a população de rua. A área da habitação também ampliou o bolsa moradia, de 250 para 340 até 2019 e criou outra modalidade, que é a locação social. A saúde qualificou e ampliou o seu atendimento a toda a rede e a educação assumiu sua responsabilidade em ofertar educação de jovens e adultos para elevar a escolaridade, dobrando essa oferta. Em relação aos usuários de drogas (que não são apenas os que vivem nas ruas, mas também os que passam pelas ruas), as primeiras agendas intersetoriais ocorreram logo em 2017, com a intervenção na Rua Araribá[344], como uma cena de uso de crack. Para isso, foi muito importante que a Secretaria de Segurança tenha criado uma Diretoria de

[344]A Rua Araribá está localizada na favela Pedreira Prado Lopes (PPL). Segundo Núbia Ribeiro (2001), a PPL é a favela mais antiga e mais próxima à área central de Belo Horizonte. Assim, a construção das grandes avenidas e dos prédios nobres na cidade planejada se deu à partir da extração de pedras da PPL. Este processo, por sua vez, originou também o nome da favela, que é símbolo de resistência e morada de muitas pessoas que conseguiram criar um lar, não só em cima das pedras, mas sob uma realidade de desigualdade social.

Prevenção, a qual, levou uma série de servidores que já tinham uma trajetória em Direitos Humanos para esse espaço. Isso foi um diferencial muito grande. A Secretaria de Saúde também assumiu o seu protagonismo. Então criou-se a discussão de que ali, na Rua Araribá, não era uma Cracolândia, mas sim uma cena de uso de crack, assim, o nivelamento conceitual foi importante. A partir desse local e situação começamos a fazer diagnósticos e propostas, então vimos que não dava para falar somente da Araribá, tínhamos que falar da Lagoinha como um todo. A região da Lagoinha entra no foco a partir dessa discussão, mas também a partir de uma série de discussões de planejamento urbano, da cultura, da segurança alimentar...ou seja, já havia um nível de permeabilidade de outras pautas naquela região, então esta é a primeira ação forte da agenda intersetorial. Além da agenda do atendimento à população em situação de rua. Então, acredito que as duas principais áreas de políticas em relação às cenas de uso de drogas foram essas duas: a agenda intersetorial da Araribá, que virou um plano de articulação maior na Lagoinha; e a população em situação de rua. E acrescento uma terceira, que foi a questão das ocupações urbanas, que era pauta do Prefeito. Ele pediu uma única coisa: "*Cada um olha o que tem e o que falta nas áreas de ocupação, o que está precisando, para podermos fazer o atendimento"*. Isso porque anteriormente, na Assistência Social, havia a questão de não fazer o cadastramento das pessoas porque elas estavam em áreas consideradas irregulares pelo poder público, anteriormente. Quando percebemos isso e as tantas outras questões que haviam em relação às ocupações urbanas como uma diretriz de não atendimento, ficamos muito preocupados! No caso da SMASAC começamos a fazer um mapeamento das políticas dos territórios, principalmente com ajuda da Secretaria de Saúde e da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU). Nesse sentido, a SMASAC criou o programa "Territórios Sustentáveis", a partir de uma atuação na Ocupação Izidora, com a criação de um quintal produtivo. Isso foi um novelo puxado, porque a partir de uma proposta de horta, se desencadeou o mapeamento de nascentes e uma série de outras articulações que eram importantes ao território. Inclusive em relação à parceria com a política de saúde, que foi importante para conseguirmos estruturamos a divisão de espaço no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com o Centro de Saúde. No CRAS Zilah Spósito. Ampliamos e levamos o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e começamos por ele, justamente por estar no território do Izidora.

Indisciplinar: A Lagoinha tem aparecido muito nas mídias sendo associada a diversos Projetos Culturais (Movimento Gentileza, Projeto Moradores - a Humanidade no

Patrimônio, Projeto Cura). Como esses projetos dialogam com a SMASAC e especificamente com a Agenda Intersetorial de Políticas de Droga?

Maíra Colares: Eu acho importante, primeiramente, falar um pouco da intervenção na Rua Araribá. A SMASAC não coordena essa agenda das cenas de uso. A agenda da região da Lagoinha começa com o olhar para a Rua Araribá, devido à questão da cena de uso de crack. E a partir da Secretaria de Segurança e Prevenção, da Saúde e a Assistência Social começamos a montar uma estratégia de intervenção para aquela área. Isso foi muito importante para chegarmos para o Prefeito com uma proposta consistente, porque para ele não importa se vai demorar um ano para fazer aquela entrega, mas ele precisa saber que ela está acontecendo objetivamente. E a partir da construção dessa agenda, tivemos a noção de que iríamos demorar uma gestão para entregar algo com mais consistência. Isso porque eram intervenções de médio a longo prazo, além das propostas de curto prazo. Então a Secretaria de Segurança fez um compilado de experiências, identificando o que não dava certo. Foi ótimo que essa Secretaria tenha conduzido assim, porque ela tinha muita propriedade para colocar que chegar com a polícia violenta não daria certo, então fomos construindo juntos uma concepção dessas ações. Portanto, definimos que a intervenção na região da Lagoinha, se chamaria "Territórios Seguros e Inclusivos" e estaria embasada em três eixos: proteção social, segurança e a discussão da intervenção urbana, havendo um tempo determinado para o desenvolvimento de cada um. Nesse contexto, definimos que a Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde entrariam primeiro no território e à médio prazo entrariam as Secretarias de Segurança Alimentar e de Cultura, para por fim, entrar a Secretaria de Esportes. O Projeto Movimento Gentileza também teve uma contribuição muito importante e veio nessa fase seguinte. Fizemos um planejamento no tempo estimado e os resultados necessários para que déssemos sequência ao próximo passo. Caso, chegássemos ao prazo final de uma fase e não tivéssemos alcançado o resultado esperado, não daríamos sequência às fases seguintes. Isso foi importante porque passamos por uma gestão estratégica, envolvendo tanto as Secretarias, quanto o Prefeito e outros atores importantes, os quais entraram em um nível tático. Dessa forma, organizamos as equipes que atuariam na região, envolvendo os serviços de abordagem social, como o consultório de rua e os equipamentos de base territorial que haviam na região da Lagoinha; a escola profissionalizante; o mercado da Lagoinha; o CRAS e a articulação com lideranças e movimentos sociais que atuavam no local e no entorno da região. E aí, ali havia uma infinidade de pessoas e de movimentos, por exemplo, movimentos de bairro, de moradores, de cultura, movimentos de

quem queria pensar a Lagoinha como pólo gastronômico, uma presença forte da Igreja (é uma região onde há uma diversidade religiosa considerável). Enfim, começamos a conversar com todo mundo. No início não sabíamos que seriam tantas pessoas e demandas, como as que surgiram, então ao longo do processo foi preciso tomar um certo nível de cuidado, porque cada um puxava para um determinado lado e assim podíamos acabar sem uma proposta final.

Indisciplinar: E como a SMASAC atuou de perto nesse território, aderindo a proposta de intersetorialidade?

Maíra Colares: Tivemos vários encontros para discutir a Lagoinha, algumas vezes convidamos movimentos urbanos, sociais e lideranças locais. Nesses encontros ficamos muito impressionados com certas falas. Com isso, fomos absorvendo todas as expectativas e questões importantes para as comunidades e para o núcleo da Pedreira Prado Lopes (PPL). Na região da Lagoinha, há a PPL, e dentro dela está a Rua Araribá. Então passamos a fazer o mapeamento do território em microterritórios de intervenção. Nesse momento definimos o escopo do projeto com envolvimento das equipes técnicas, dos gestores, dos secretários, portanto, todos os níveis de gestão de intervenção foram envolvidos. Porém definimos que só as secretarias de Assistência Social e Saúde entrariam à princípio no território. Dessa forma, entramos no território, inicialmente, buscando identificar as pessoas em situação de uso de crack, partindo do entendimento de suas trajetórias de vida, ou seja, seu vínculo familiar ou ausência do mesmo, o nível de dependência, assim como as possibilidades de intervenção de um consultório de rua para um primeiro atendimento, além das articulações possíveis com as associações que já atuavam no entorno. Teve a questão do banho, depois a questão do atendimento, a possibilidade de ir para um abrigo, a possibilidade do retorno familiar, a possibilidade disso, a possibilidade daquilo..Para isso, no primeiro momento do desenvolvimento das ações da agenda intersetorial na região, criamos um Plano de Intervenção focado no território e também na construção do indivíduo, porque vimos que não adiantava criar uma solução mágica e homogênea para aquelas pessoas. Cada um tinha sua vivência, sua experiência, cada um tinha sua família, tinha vínculo ou não, enfim, fomos olhar para o sujeito. Junto com a Secretaria da Saúde fizemos uma escala de atendimento em planilha de Excel para nos guiarmos e nos organizarmos. Essa planilha era compartilhada com as equipes que atuavam juntas no território, estabelecendo uma forma de compartilhamento das informações que não eram sigilosas ao atendimento.

Indisciplinar: Dentro desse contexto territorial que abrange forças e agentes sociais diversos e imbricados em complexas dinâmicas urbanas, quais as situações você conseguiria dar de exemplo como pontos de disputas na região da Lagoinha?

Maíra Colares: Ao longo das ações fomos identificando algumas disputas, por exemplo, em relação ao Mercado da Lagoinha. Em um dado momento, essa questão se tornou bastante delicada porque algumas pessoas queriam fazer de lá um centro de referência para a população de rua, outros queriam vender o espaço e outros queriam mantê-lo como um mercado. Paralelamente a isso, passamos a estruturar fortemente o Programa de Segurança Alimentar, consolidando o Mercado da Lagoinha como um Centro de Referência de Segurança Alimentar, também disputando aquele espaço. Então colocamos na reforma administrativa e saímos estruturando coisas, reordenando os serviços que existiam lá. Isso foi fundamental para as intervenções no território e também para a consolidação daquele lugar enquanto Mercado da Lagoinha, resguardando o sentido histórico e cultural daquele espaço. E a articulação com o território também foi muito importante a partir do Mercado da Lagoinha, com a discussão de segurança alimentar, agricultura urbana e a utilização dos canteiros e espaços residuais dos viadutos. Essa foi uma linha de planejamento local que deu certo, mas que também partiu de uma corrida entre os interesses diversos.

Indisciplinar: As diretrizes dos programas de assistência seguem os modelos de internação compulsória ou redução de danos e abstinência do consumo? Qual o método utilizado para lidar com as cenas de uso na região da Lagoinha?

Maíra Colares: Em um primeiro momento fizemos o mapeamento das pessoas, das suas situações, da possibilidade de adesão ao atendimento da rede ou não, e a Secretaria de Saúde identifica na rede aqueles tratamentos para uso de álcool e drogas. Essa rede também foi ampliada pela Saúde, com mais um Cersam na cidade. A internação compulsória nunca foi uma questão considerada para nós, enquanto Prefeitura de Belo Horizonte. Esse posicionamento também sempre foi conduzido pela Secretaria de Saúde, a qual sempre compartilhou essa visão conosco (da SMASAC). A saúde coordena a saúde mental e essa área. Na PBH existe um Conselho Municipal de Política Sobre Drogas, que é composto por toda uma diversidade de associações, entidades, forças e concepções que compõem o cenário da política sobre drogas. Então a Secretaria de Saúde criou o Comitê de Políticas Sobre Drogas para reunir as Secretarias, a fim de criar um nível encaminhamento para as decisões do Conselho, assim como de

sustentação para as decisões da Secretaria de Saúde a partir das demais secretarias, construindo estratégias de atuação do Conselho, além do plano de implementar em alguma parte da Lagoinha, um espaço físico para plena atuação dos trabalhos do Comitê. Porque sentíamos falta de um *locus* institucional no âmbito dessa agenda intersetorial.

Indisciplinar: Publicações no site da Prefeitura de Belo Horizonte, relatam que o CIAM foi a primeira ação de uma Agenda Intersetorial de Políticas de Drogas, como foi a caminhada e a concretização desse equipamento público, na época?

Maíra Colares: Quando fomos fazendo as intervenções e foi dando certo, instalamos o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) no bairro da Lagoinha, que foi uma captação junto ao Governo Federal em 2017, pela Secretaria de Segurança Pública, para o desenvolvimento de um equipamento intersetorial. Havia interesse em fomentar o espaço porque a Assistência Social não possuía um equipamento de base territorial na região para atender as pessoas com trajetória de vida nas ruas. Aí então a Saúde entrou, a Educação entrou, a Assistência Social entrou, e no início fizemos o escopo do projeto e dividimos as tarefas, responsabilidades e insumos: uma secretaria paga conta de luz, outra a conta de água, a Segurança Alimentar vai oferecer a alimentação, a Educação vai entrar com uma turma de Educação de Jovens e Adultos, a Assistência Social vai entrar com a equipe técnica… Enfim, fomos construindo esse equipamento de forma intersetorial, definindo responsabilidades e dividindo as tarefas. Desde os mínimos detalhes, como qual secretaria ficaria responsável por lavar as toalhas do CIAM. Esse era o nível de detalhamento entre as responsabilidades das Secretarias de Assistência Social, Saúde e Segurança. Pois pensamos - *"Se vamos construir uma política nova, teremos que definir os mínimos detalhes, desde quem vai lavar toalha, até a construção metodológica, quem são as nossas equipes técnicas. E também dar o caráter de segurança cidadã que queríamos, materializando um equipamento que construísse essa identidade de segurança cidadã, deslocando a ideia da segurança como uma política violenta. Enfim, esse sonho...essa utopia...de construir uma política de segurança cidadã, em que entendemos que é responsabilidade de TODOS nós construirmos e não só da Secretaria de Segurança"*. Então fomos construindo o CIAM, o qual foi um grande momento dessa intervenção no território e que deu retaguarda para as equipes, agora precisamos dar vazão às retaguardas públicas para atendimento destas pessoas. Esse, no meu ver, é um case de sucesso para intervenção em cenas de uso de crack.

Indisciplinar: Porque a iniciativa do CIAM foi aplicada na Lagoinha e não em territórios que apresentam maiores índices de vulnerabilidade social, como a favela Pedreira Prado Lopes ou a Vila Senhor dos Passos, ambos territórios localizados na região da Lagoinha e estigmatizados pela relação com a pobreza e o tráfico?

Maíra Colares: O CIAM foi construído exatamente no local de cenas de uso de crack, onde por meio do mapeamento, constatamos uma taxa de 50% do público feminino como usuária de drogas. Tomar ciência da dimensão desse dado foi muito violento para nós, na época. Há situação de prostituição, de violência, de exploração econômica e até a prostituição como uma forma de sustentação do vício de homens. Então isso foi muito impactante, por isso decidimos fazer o CIAM naquele local. Vejo o CIAM como um grande momento que marca nossa atuação na região da Lagoinha, e a partir dele, passamos a ter resultados concretos com mulheres reintegradas, mulheres que voltam para suas famílias. Passamos a receber relatos familiares pelo Geral da Prefeitura (pelo site ou telefone) que diziam: "*havia 6 anos que eu não via a minha filha, a minha sobrinha, e eu recebi uma ligação do CIAM e eu fui lá, não encontrei com ela ainda, mas marcaram para semana que vem! "* A construção do CIAM é um momento incrível! Como começamos a ter resultados muito concretos nos fortalecemos enquanto política pública, porque tínhamos uma hipótese: se você garantir políticas de inclusão, de dignidade, você vai rompendo com o ciclo que é difícil, que é lento. A pessoa não tomava banho, agora ela já toma banho. A pessoa não comia, agora ela já come. A pessoa não conversava, agora ela já conversa. A pessoa despertou interesse em voltar a estudar na turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) lá no centro. Então essa construção foi muito legal, crescemos!

Indisciplinar: E como se deram as alianças com outros parceiros ligados à segurança e com a finalidade efetuar o policiamento nas cenas de uso?

Maíra Colares: Nesse momento, quando já estávamos fazendo encaminhamento das demandas, fortalecendo as políticas do território com os equipamentos públicos, como o CRAS, Mercado da Lagoinha e o CIAM, entramos em um acordo com as Forças de Segurança para, a partir da intervenção de inteligência, ser possível começar a ronda de patrulhamento, mas sempre considerando a pauta da nossa construção e atuação naquele território. Nenhuma ação das Forças de Segurança seria feita sem considerar o que fizemos em um ano e meio nesse território. Então entramos em um acordo e tínhamos o protagonismo da Secretaria de Segurança e da

Guarda Municipal no território, mas pouco controle de outras Forças de Segurança, como a Polícia Militar e Polícia Civil. Começamos a construir essa outra etapa da agenda e a Guarda foi articulando, tivemos uma boa receptividade desses outros órgãos. Eles viram que a proposta da PBH deu certo, então ganhamos um nível de legitimidade com os resultados alcançados nessa primeira fase. No dia em que o Prefeito foi para a inauguração do CIAM, lembro de falar assim com ele: "*Prefeito, antes havia 300 pessoas circulando nesse território, hoje há 80."* Ainda há, mas a nossa intervenção traz qualidade. Enfim, as Forças de Segurança entram no território com uma outra perspectiva. Então, fizemos uma série de acordos e entramos com um terceiro elemento que foi a questão da intervenção urbana.

Indisciplinar: E sobre esse eixo da intervenção urbana, como se deu a construção dessa proposta de melhorias no ambiente construído?

Maíra Colares: Começamos fazendo uma série de reuniões com o pessoal do Conjunto Habitacional IAPI. Isso porque havia uma grande discussão em torno do muro do IAPI, se derruba o muro ou se deixa, se faz isso ou aquilo. As Forças de Segurança defendiam que tinha que derrubar porque o mesmo tampava a visão e nós (Assistência Social) trazíamos o questionamento sobre o significado desse muro no território e entre outras questões. Foram várias rodadas discutindo esse muro. Então chamamos os moradores da PPL e do IAPI e fizemos uma reunião dentro do IAPI, que foi um momento muito legal também, para discutir as intervenções que estavam sendo feitas, de porque o foco não era só mais na Rua Araribá, questões mais gerais do IAPI e a questão do muro. E aí a comunidade falava - "*Não, a gente não quer que derrube esse muro! "* Tinha gente que queria e tinha gente que não queria, porém, a maior voz que ficou sendo mais forte ali, foi pela não derrubada do muro. Então, tivemos que pesar o que fazer com esse muro e surgiu a proposta de fazer uma intervenção artística envolvendo vários artistas da cidade, envolvendo grafiteiros daquela região, inclusive. O Projeto Gentileza foi decisivo nessa fase. E o que que a gente faria naquele muro? O que grafitar naquele muro? E aí novamente a Segurança Alimentar entra no circuito, em parceria com o Projeto Gentileza, fazendo uma oficina com os artistas e com os moradores sobre temáticas em relação ao muro: a história da região da Lagoinha, a questão das ervas medicinais, os quintais verdes, a presença dos Hortelões da Lagoinha…Enfim, fizemos essa oficina e depois a intervenção no muro. Com isso, começamos a olhar mais para o entorno da região da Lagoinha, por exemplo para a passarela do metrô da Estação Lagoinha, que estava muito degradada. Mas

também não queríamos fazer uma intervenção agressiva, para deixar bonito, não era esse o objetivo, mas sim, ter o envolvimento daquelas pessoas locais. Então fizemos o alargamento da calçada, abrimos um processo para construção de uma feira ali, a qual tinham sido todas essas demandas dos moradores, quanto à necessidade de ter esse espaço de comercialização. Também vimos outras necessidades que a população tinha e a Secretaria de Esportes chegou para sua atuação no território fazendo a academia aberta na Rua Araribá, além de uma agenda semanal com o "BH é da Gente". Com essa ampliação do passeio houve várias discussões sobre o que faríamos assim que entregássemos a obra, se deixaríamos ela vazia, o que seria feito no local... E falamos que seria isso mesmo, que entregaríamos a obra com a calçada nova e que as pessoas iriam circular, as pessoas que ainda estão ali em uma cena de uso de drogas também permaneceriam naquele território e é isso mesmo, a vida no espaço continua a mesma, é um lugar da cidade que tem as suas questões. Nesse momento, a Secretaria de Esportes entra com uma intervenção no local, a partir do programa "BH da Gente". A Secretaria de Cultura também entra com a participação dos moradores. O Centro Cultural Liberalino Alves tinha uma gestora da Cultura na época, a Aline Tavares[345], que posteriormente foi transferida para a Secretaria de Esportes e ela foi uma peça fundamental como coordenadora do Centro Cultural, porque conhecia muito do território e começamos a fazer várias intervenções na comunidade PPL. Várias atividades envolveram os usuários de drogas. Essas pessoas que estavam no local e que às vezes iam para as atividades e às vezes não; elas tinham condição, mesmo aquelas em situação de uso de drogas pesadas e com limitação física.

Indisciplinar: E como essa agenda intersetorial, com todas essas Secretarias que estavam de certa forma envolvidas nesse Comitê de Políticas Sobre Drogas, se preocupou com a questão da população de rua que ocupava os baixios do viaduto da Lagoinha?

Maíra Colares: Foi importante ter dividido entre eixos os principais fatores de sucesso da experiência na região: a questão dos territórios, intervenção urbana e a Segurança Pública, cada um deles têm seu tempo e limite. Lembro que falamos que para a primeira etapa seria um ano, só a SMASAC atuando no território. Não era para entrar segurança, nem intervenção urbana, passeio, nada disso. E essa relação de confiança mútua entre as áreas da Prefeitura de Belo

[345] Foi servidora pública da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte desde 2010, gerente do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira até 2019, passando a ocupar o cargo público na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, como chefe de Diretoria de Lazer e Qualidade de Vida. disponível em: < https://www.escavador.com/sobre/3467298/aline-mara-tavares> e <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1211555> Acesso 05 jan. 2020.

Horizonte foi um fator fundamental, mais até do que a construção da intersetorialidade. Na verdade, a construção de confiança também faz parte da intersetorialidade e foi algo essencial, também para sairmos do foco da Rua Araribá como cena de uso, ampliando a atuação para a região da Lagoinha, para as suas multiplicidades e possibilidades. Nesse território há vários instrumentos mais gerais da cidade e ele entrava como principal em um edital especial da Secretaria de Cultura. A Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) estava elaborando o Plano Diretor, construindo e revisitando tanto as deliberações da Conferência de Política Urbana quanto criando estratégias para a preservação daquele bairro e a criação de instrumentos de desenvolvimento que o respeitassem. Então, essa discussão foi fundamental nesse processo de lançarmos a questão dos imóveis tombados, da ADE da região da Lagoinha, do desenvolvimento local e entre outras. Paralelamente, surge uma agenda que foi da SMDE para incentivo daquela região do ponto de vista econômico. E nesse momento, foi preciso reorganizar internamente o governo, pois precisávamos de uma proposta de desenvolvimento econômico para a região da Lagoinha, mas que não poderia desconsiderar toda a construção anterior que já tínhamos feito nesse território. A SMDE era um ator importante que queríamos na pauta, mas era preciso tomar cuidado com essa construção. Isso porque na Lagoinha já havia pessoas debaixo do viaduto e enquanto a gente não construísse de forma definitiva uma saída com acesso à política de habitação ou uma política de assistência temporária na assistência social, as pessoas retornariam para esse espaço e ficaríamos atuando de forma constante nessa região. O baixio dos viadutos é monitorado, a Prefeitura sabia da existência de pessoas ali, mas aquele território tinha sua dinâmica que era importante de se considerar. Nesse meio tempo, tivemos um edital sobre o uso dos baixios dos viadutos, no qual construímos diretrizes como a questão da agroecologia e da agricultura urbana com os Hortelões da Lagoinha, que já atuavam no território e tiveram um papel importante na construção dessas orientações, assim como uma articulação com o Mercado da Lagoinha, na questão da segurança alimentar, mas que não teve muito sucesso nessa primeira proposta das ações da agenda intersetorial e se trata de uma pauta que ainda estamos discutindo. Então, na minha avaliação, de modo geral acredito que a intervenção na Lagoinha foi de sucesso, apesar de ela ainda não estar concluída. Se olharmos com uma perspectiva de futuro, não é consensual analisar essa etapa como concluída, porque o que consideramos por isso e pelo diálogo com a comunidade, com as pessoas da Pedreira Prado Lopes, com as pessoas da Lagoinha e seu entorno, é que essa região é um lugar de desenvolvimento social, cultural, econômico em curso e que vai demorar muito tempo para

chegar em seu ápice, porque a Lagoinha ficou muito tempo sem investimentos. Nesse sentido, lembro que em uma conversa com um grupo que queria uma intervenção diferente na região, as pessoas falavam que o Poder Público era muito ausente ali, então falávamos que o que estávamos discutindo era exatamente a nossa presença nesse território e como seria nossa atuação. Nesse momento eles voltaram atrás dizendo: *"a gente não quer sua presença, o Poder Público só atrapalha.*" Então questionamos o fato da comunidade estar colocando a ausência do Poder Público como um dificultador nesse território, quando estávamos justamente falando que queríamos estar presentes no local e alguns falaram que não precisávamos atuar ali, principalmente grupos que queriam uma intervenção mais elitizada, inclusive havia adesão de pessoas do bairro, que viam a Lagoinha como um pólo, que é de fato, um pólo de arte, cultura e gastronomia. Mas assim... para quem? Enfim, a participação é isso aí, ela traz desafios mesmo. A participação é para você construir a intervenção, mas surgem coisas que a princípio não concordamos, e mesmo assim, precisamos pensar como lidaremos com isso. Queríamos sim, discutir a Lagoinha como pólo de arte, mas não necessariamente um pólo de arte (no sentido de arte elitizada). Então, qual arte queríamos? De qual conceito? Com a participação de quem?

Indisciplinar: Qual é a relação dessas políticas que estão sendo realizadas na região da Lagoinha com a famosa Operação Urbana Consorciada - Antônio Carlos Leste-Oeste? Sabendo que parte da região da Lagoinha está definida como Setor 01 da OUC-ACLO, é muito interessante perceber que logo esse território está sendo visto pela gestão pública como área prioritária para Assistência Social, Cultura e tantos outros mecanismos de intervenções urbanas, como anteriormente mencionados. Você poderia comentar sobre isso?

Maíra: Como disse anteriormente, a Lagoinha se transformou em uma região prioritária para todos da Prefeitura, foi uma diretriz de governo, mas não por ser território x ou y de uma operação urbana. Tampouco para beneficiar o setor x ou y. A preocupação inicial era a cena de uso de drogas, isso foi determinado para nós. A dinâmica daquela cena de uso, dependendo da proporção que tomasse, o Poder Público não iria conseguir mais atuar ali. Lembro bem que no início da gestão aconteceu aquele caso em São Paulo, na Cracolândia. Aquele evento gerou forças mais progressistas para a nossa gestão, então precisávamos fazer uma proposta logo, porque as forças conservadoras estão muito fortes na sociedade. Então, eu e alguns representantes das Secretarias de Saúde, Política Urbana, Segurança, Saúde e da Assistência Social, começamos a nos reunir para construir uma proposta rápida para a situação da Lagoinha.

Então, não sei te falar quanto à Operação Urbana, realmente não sei. Porque não há uma orientação de gestão que direcione o trabalho à uma região por ela ser uma grande possibilidade de especulação imobiliária ou porque precisamos deixar a cidade bonita para investidores virem. Até porque quando os investidores vão fazer um grande negócio desses, eles não estão nem aí, chegam e passam o trator. Então, para nós da Prefeitura, essa história de priorização da Lagoinha chega como uma pauta em que várias Secretarias viram que, depois do que houve em São Paulo, era um território que precisava de cuidado. Não podíamos deixar aquela situação crescer e fugir do nosso controle, porque se não, perderíamos a capacidade de monitorar a agenda para essa região. Essa é uma característica dessa gestão, todo mundo chegou sem conhecer um ao outro, e havia a liderança do Prefeito, que também ninguém conhecia muito, não sabíamos como ele funcionava. Então falamos - *"Se não entrarmos com uma proposta rápido, iríamos perder o controle da agenda para forças de segurança, para o conservadorismo que está ampliando, à exemplo da experiência de São Paulo".* Não houve uma direção que explicasse que existia uma Operação Urbana, que aquele é o setor 1 e precisaríamos de intervir lá por essas questões.

Indisciplinar: E como a Secretaria da Cultura e o Fundo Municipal de Cultura se envolveram com as ações da SMASAC da Agenda Intersetorial?

Maíra Colares: No início estávamos muito centrados na Assistência Social e Saúde, assim, tínhamos um planejamento de médio prazo para a Secretaria de Esportes, Educação e Cultura, que são as áreas mais vinculadas às ofertas de serviços e às políticas sociais. Tínhamos um entendimento de que a Cultura, assim como outras áreas, não deveria entrar na região da Lagoinha de início, havendo uma cena de uso de drogas com 300 pessoas. Na verdade, a Secretaria estava se organizando, pois foi criada na gestão do Prefeito Alexandre Kalil. Então fizemos um planejamento, conforme mencionei anteriormente, com um cronograma e metas a serem alcançadas para que pudéssemos passar para a próxima etapa. A Secretaria de Cultura foi envolvida de forma mais concreta a partir da oferta de ações, no momento em que tínhamos conseguido minimamente identificar as pessoas usuárias, atendê-las, acionar família e inserir na rede de saúde. A Cultura entrou como uma estratégia de intervenção, não só na cena de uso de crack, mas também como eixo importante na discussão do desenvolvimento daquela região como um todo. Porque já havia um acúmulo de discussão do local como circuito cultural. Então, a Cultura cumpre esse papel de pensar a intervenção na Rua Araribá, na cena de uso, naquele

entorno, na PPL, e ela também tem a importância na construção da identidade local daquele território com a intervenção. A Cultura foi muito estratégica nesse sentido e cumpriu muito bem o seu papel. Na discussão do Plano Diretor sobre a ADE, houve uma série de ideias preservadas para a Lagoinha, não só como oferta de serviço como a área cultural, com oficinas e um cinema aberto, mas também como estratégia de planejamento urbano, de patrimônio da região. Então, acredito que a Cultura cumpriu essas duas tarefas estratégicas. Em 2017, quando começamos o programa, a Secretaria de Cultura nem existia, ela estava sendo criada, então começamos esse planejamento enquanto essa secretaria estava se organizando.

Indisciplinar: E a preocupação com a diretriz de não expulsão permeada por um possível processo de gentrificação? Enfatizando que você tratou desse assunto desde o princípio da entrevista, pergunta-se: como atuar de forma cuidadosa no território para que você não atinja os mais vulneráveis. Como se dá na prática essa discussão dentre os integrantes da equipe intersetorial?

Maíra Colares: Eu penso que chegamos em um nivelamento e uma concepção de governo. Quando falamos em Segurança pensamos no "modelo" em que estamos acostumados. Na Secretaria de Segurança Pública destaco o Genilson Ribeiro Zeferino[346], que hoje é o Secretário de Segurança e já era o coordenador dessa pauta na PBH. Com a criação da Superintendência de Prevenção, a Márcia Cristina Alves[347] assume essa pauta também. Então, o Genilson e a Márcia Alves foram figuras essenciais nessa construção. Porque desde o início foi: "*o que não podemos fazer no território?*" Então, desde o início já tinha um consenso construído, e a Secretaria de Segurança foi fundamental nisso quanto ao fato de que não adianta chegar no local e agir de forma violenta. Não adianta chegar e expulsar aquelas pessoas, colocar um policial em cada esquina. Não adianta você reproduzir a experiência de São Paulo aqui. E por mais triste que isso pareça, a experiência de São Paulo foi importante para gente sobre: o que não fazer. Também foi muito importante porque deu sustentação prática para nós, junto ao Prefeito, junto à imprensa…Não queremos simplesmente espalhar essas pessoas no território. Essa é uma situação em que o uso de crack tem a ver com o adoecimento das pessoas. Essa é uma questão

[346] Genilson Ribeiro Zeferino é Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, atua como "Servidor público federal aposentado do MEC, com formação em Psicologia e especialização em Criminologia e Planejamento Estratégico, ocupou a Superintendência de Integração das Polícias Civil e Militar do Estado de MG e a Secretaria Adjunta de Estado de Defesa Social de MG". Informação disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/seguranca> Acesso 05 de jan. 2020.
[347] Márcia Cristina Alves é Diretora de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

de Saúde Pública e a Secretaria de Saúde assume essa responsabilidade. E tinha também um consenso de que isso é negócio da Assistência Social, mas não só, porque é uma questão da Saúde Pública também. A Saúde Pública assume a responsabilidade, a Segurança segue nessa diretriz, a SMASAC assume uma função importante de ir construindo as conexões no território. Como tínhamos o CRAS no território, o Mercado da Lagoinha e as equipes de abordagem junto à Saúde, fomos alimentando essa concepção de rede e reforçando.

Indisciplinar: E houve alguma outra parceria fundamental para fazer essa construção mútua dar certo?

Maíra Colares: Houve a intervenção com o Ministério Público também. Chamamos o Ministério Público na época, a promotoria de Direitos Humanos, Dr. Mário Konichi Higuchi Júnior[348]. Fizemos essa construção, porque o Dr. Mário estava muito preocupado na época, em reproduzirmos o que estava acontecendo em São Paulo e ele, sugeriu inclusive uma série de intervenções de articulação e de mediação com a Segurança Pública. Então o Ministério Público foi um ator importante porque apostou em nossa proposta. Porque geralmente as pessoas tinham um nível de desconfiança em saber que entraríamos na região da Lagoinha porque não sabiam o que faríamos depois de um tempo no local. Nunca tínhamos feito isso, do ponto de vista prático, mas mesmo assim, executamos. Por exemplo, na minha área da Assistência Social, pensávamos que essas ações tinham que dar certo, porque iríamos desconstruir e desmontar uma série de coisas, então precisava dar certo.

Indisciplinar: E vocês já desenvolveram um compilado de informações de pelo menos dois momentos - o de quando vocês chegaram e agora - após todas essas intervenções?

Maíra Colares: Atualmente possuímos alguns dados sistematizados, porque o que acontece é que não tínhamos nenhum número da intervenção do território. Nenhum, zero, nada. Então fomos combinando números de várias equipes. Por exemplo, a intervenção da Secretaria de Saúde com a Secretaria de Assistência foi importante para chegar em uma identificação. Foi importante entender o fenômeno da presença dessas pessoas no território, dormindo ali, morando ali, fazendo aquele lugar de moradia. Há pessoas que vão ali apenas para o uso do crack e voltam para suas casas ou vão para outros lugares. Chegamos à essa percepção e

[348]Promotor de Justiça da 18ª Promotoria de Justiça da Comarca de Belo Horizonte.

identificação do território e nesses dados, tínhamos mais de trezentas pessoas circulando ali. O primeiro dado que me chocou muito foi o de 50% ser o público feminino. Havia muitos adolescentes atuando naquele território e tivemos que fazer uma série de articulações com o juizado, dentre outras coisas: a identificação dos pais, das famílias, então, fomos produzindo muitas informações.

Indisciplinar: E existe outro programa de assistência à população de rua sendo articulado pela Prefeitura atualmente?

***Maíra Colares*:** Um destaque importante é a criação do Programa Estamos Juntos, que busca a inserção produtiva desse público e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico assumiu seu protagonismo nessa tarefa**.** Este programa foi um Projeto de Lei que criamos e mandamos para Câmara, instituindo uma política de inclusão produtiva para a população em situação de rua, no município de Belo Horizonte. A Secretaria de Assistência Social tem uma retaguarda importante na identificação e acompanhamento do público, mas é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico quem coordena. Além disso, a Secretaria de Trabalho também é uma parceira nesse mesmo programa, os quais não tinham vergonha de falar conosco sobre como faríamos para atender esse público. Então com o programa "Estamos Juntos" havia uma desconfiança também, as pessoas falavam: *"Vocês vão tirar a pessoa da rua e enfiar dentro das empresas? Lógico que vai dar errado!*" E não era isso, iríamos identificar as pessoas usuárias que estavam em nossos programas de abrigos ou políticas habitacionais, essas pessoas receberiam ajuda para construir um projeto de vida. E a Secretaria de Trabalho é fundamental para isso, pois não dá para discutirmos política de atendimento à população em situação de rua e situação de drogas sem se preparar para a etapa posterior. A pessoa precisa de uma retaguarda. É óbvio que não estamos falando que a pessoa que está na cena de uso vai se levantar e simplesmente bater cartão, óbvio que não. Mas ela tem que passar por um atendimento, por um processo e vislumbrar uma perspectiva futura.

Indisciplinar:* *Então dentre toda essa experiência de gestão relatada, o que você observa como um dos principais desafios dessa "nova tentativa em aplicar políticas públicas"?

Maíra Colares: O que acontece é que cada pessoa que conta a história do programa, conta algo diferente. Isso porque para cada Secretaria foi um sofrimento específico, alguns achavam que não tínhamos condições de entrar na região da Lagoinha e que precisávamos planejar outros

locais, como Savassi e Grajaú, mas reforçamos que a partir de agora o foco seria Lagoinha. E isso que diziam não era má vontade, é porque as pessoas não sabiam fazer e ficavam preocupadas e sempre vinham com a pergunta: "*como é que vai ser?"* Então, todas as Secretarias tiveram que iniciar o processo, a partir do conceito que construímos nessa gestão. Era uma pauta muito nova e esse estabelecimento de vínculo foi muito importante, se uma Secretaria estava com dificuldade ajudávamos, era um auxiliando o outro, construindo junto, fomos construindo uma outra cultura institucional de atendimento aos públicos vulneráveis e às pessoas que às vezes nunca tinham de fato sido atendidas antes por algumas áreas da Prefeitura. Com isso, passamos a entender as nossas dificuldades também. Fizemos uma série de mudanças na equipe de abordagem de rua, por exemplo, e colocamos educador com trajetória de vida nas ruas para integrar a equipe técnica. Portanto, a dupla do assistente social e psicólogo agora teria esse educador, que às vezes consegue chegar em um ponto de intervenção que um técnico não consegue. Também incluímos o arte-educador na equipe de serviço de abordagem para território. Então, enquanto assistente social, vimos que do ponto de vista da metodologia e da qualidade do atendimento precisávamos ser criativos, porque é uma responsabilidade muito grande estarmos como referência nessa articulação, sendo que muitas vezes tínhamos problemas internos. Ao longo do tempo precisamos redefinir e redesenhar as equipes, rever metodologia. Isso foi na época, em que tínhamos criado o grupo de trabalho de reordenamento de serviço e atendimento à população em situação de rua na Secretaria de Assistência Social, discutimos o sistema de abordagem com o Movimento de População de Rua, com a Pastoral, com o Ministério Público e com os usuários. Tivemos quase 200 usuários, quase 200 pessoas em situação de rua discutindo serviço conosco. Então estávamos pegando uma agenda intersetorial muito pesada em um momento de redefinição de uma série de pautas na SMASAC. Enfim, foram muitas articulações, muito trabalho, ainda há muito o que fazer e muitos desafios, mas espero que a prefeitura siga nesse caminho. Se for para mudar, que seja para aprimorar e estabelecer mais ofertas nesse local, que respeitem a sua história, a diversidade que existe lá e que principalmente respeite a dignidade dessas pessoa

---

Apêndice E - Nota técnica conjunta de dados das Secretaria de SMASAC/SUAAS/DPES e DRASNO - nº 74/2019 sobre a população de rua do complexo da Lagoinha – Belo Horizonte/MG (Solicitação feita pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar)

NOTA TÉCNICA SUAAS/DPES- Nº 74/2019

Belo Horizonte, 04 de setembro de 2019.

REFERÊNCIA: Solicitação de pesquisa - Informações dados – SMASAC/SUASS/DPES E DRASNO população em situação de Rua do Complexo da Lagoinha – Belo Horizonte/MG.

Prezado Secretário,

Encaminhamos a sistematização dos dados solicitados a partir dos instrumentais de acompanhamento aos usuários que utilizam a rua como forma de moradia e ou sobrevivência na região do complexo da Lagoinha e são atendidos pelo Serviço Especializado de Abordagem Social, ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS da Regional Noroeste. Acrescentamos as principais ações desenvolvida no âmbito da regional e os equipamentos de atendimento à população em cenas de uso.

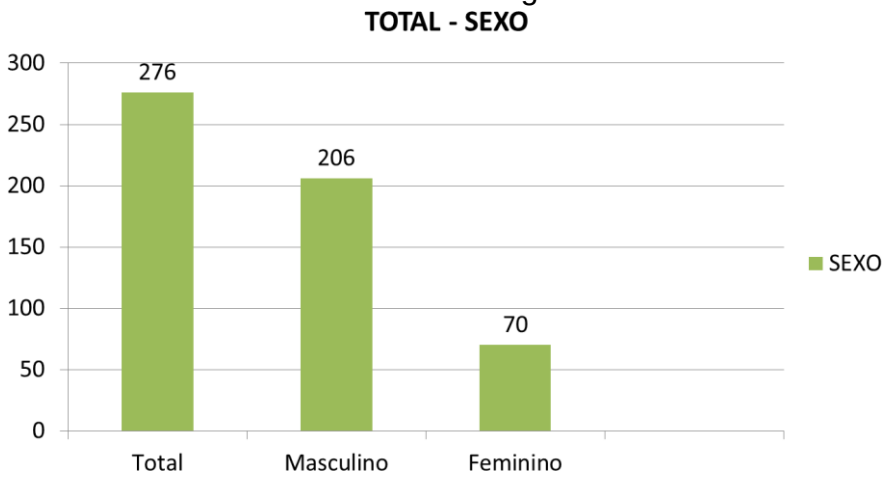
O Serviço é ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situação de rua, dentre outras. São consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço busca a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos

Constitui trabalho social essencial ao serviço: Proteção social proativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; geoprocessamento e georeferenciamento de informações; elaboração de relatórios.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIASUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUASS DIRETORIA DE PROTEÇÃO ESPECIAL – DPES

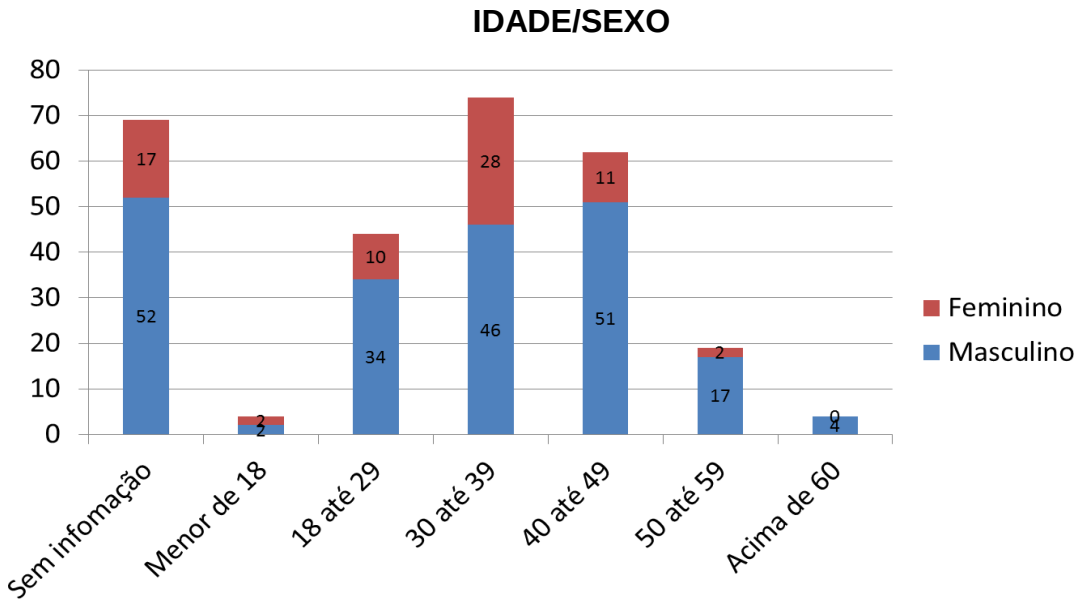
Em contextualização sobre os usuários atendidos, temos a apresentar que:

Observa-se maior concentração do sexo masculino, que representa aproximadamente 75% dos usuários na região.



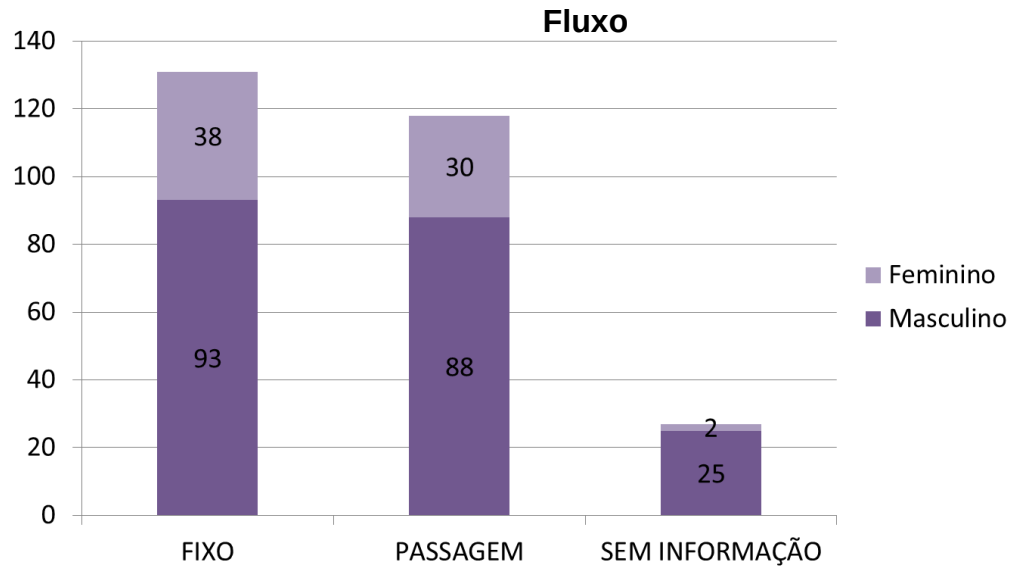
Fonte: Instrumental de acompanhamento DRASNO/CREAS/SEAS, sistematização SUASS/DPES, setembro/2019.

Quanto à idade, é perceptível maior incidência na faixa etária de 18 a 49 anos.



Fonte: Instrumental de acompanhamento DRASNO/CREAS/SEAS, sistematização SUASS/DPES, setembro/2019.

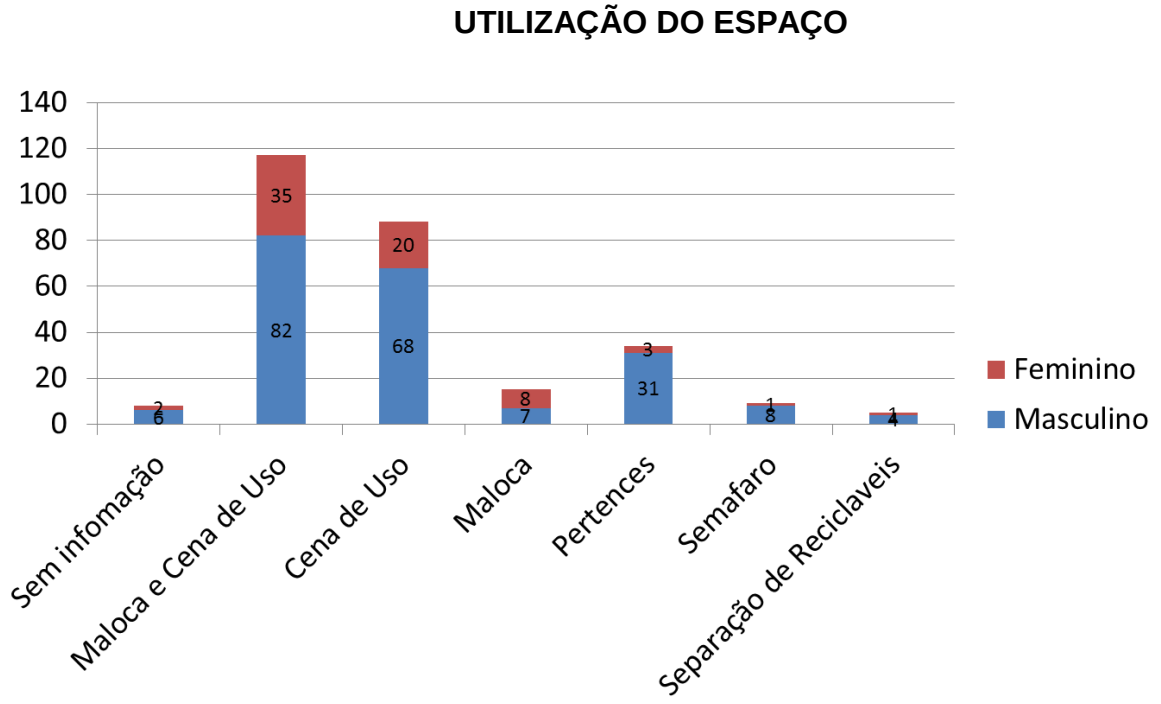
Quanto à utilização do espaço, metodologicamente apontamos por fluxo **fixo**, aqueles que utilizam a rua como espaço de moradia, com ou sem agravos de cena de uso e com ou sem atividades de sobrevivência no campo laborativo. Por fluxo de **passagem**, indicamos os usuários que embora utilizem o espaço para sobrevivência e ou cenas de uso, não apresentam moradia no território do complexo da lagoinha.



Fonte: Instrumental de acompanhamento DRASNO/CREAS/SEAS, sistematização SUASS/DPES, setembro/2019.

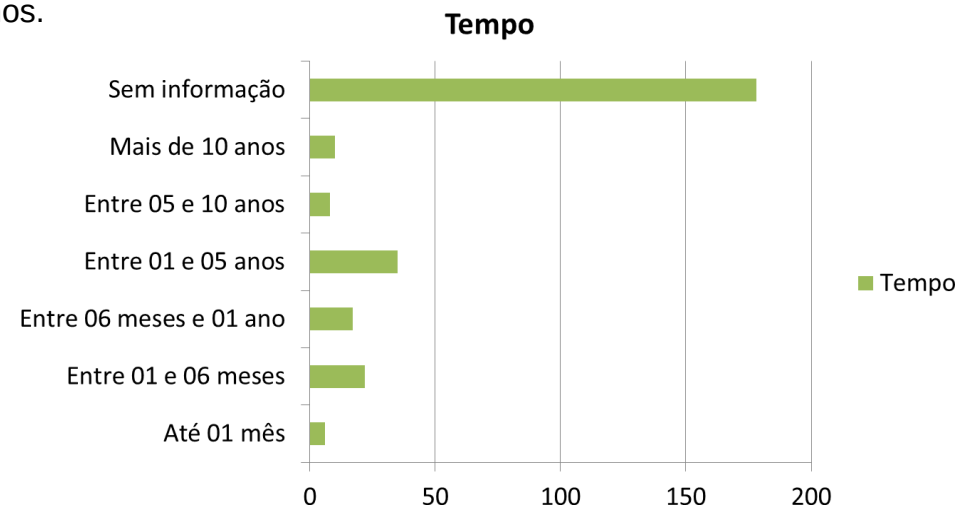
Quanto à utilização do território, foram consideradas “malocas” a moradia improvisada com barracas e ou outro material que reproduz espaço de privacidade, valendo do termo utilizado pelos usuários. “Cenas de uso”, espaços no território utilizados com a finalidade do uso/abuso de álcool e outras drogas. “Semáforo”, utilização do sinaleiro para espaços de sobrevivência (trabalho). “Pertences”, uso do espaço para guarda de materiais diversos, sem a proteção de malocas. E “separação de recicláveis”, espaços empregados para intento a esta atividade.

Nesta análise, é possível identificar prevalência às cenas de uso, combinadas ou não com as malocas.



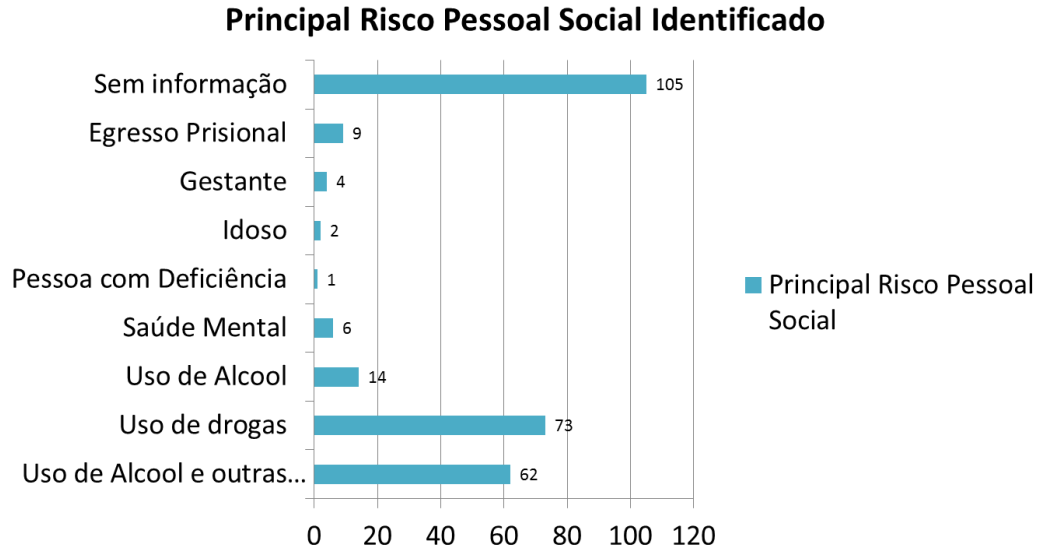
Fonte: Instrumental de acompanhamento DRASNO/CREAS/SEAS, sistematização SUASS/DPES, setembro/2019.

Quanto ao tempo que os usuários estão no território, embora o campo “sem informação” seja expressivo, é possível identificar situações superiores há 10 (dez) anos.



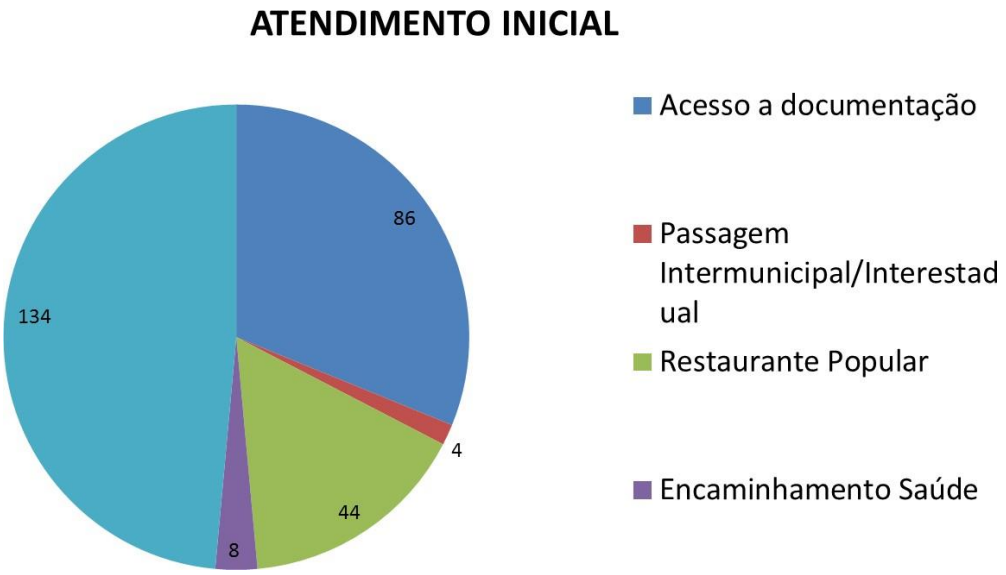
Fonte: Instrumental de acompanhamento DRASNO/CREAS/SEAS, sistematização SUASS/DPES, setembro/2019.

O principal risco social e pessoal identificado é o uso (abuso) de álcool e outras drogas.



Fonte: Instrumental de acompanhamento DRASNO/CREAS/SEAS, sistematização SUASS/DPES, setembro/2019.

Quanto às provisões iniciais ao atendimento, destaca-se:



Fonte: Instrumental de acompanhamento DRASNO/CREAS/SEAS, sistematização SUASS/DPES, setembro/201

Constituem principais espaços de intervenção dentro do complexo da Lagoinha:

- Av do Contorno (altura do número 525/11675);
- Passarela do Metrô – Estação Lagoinha;
- Praça da Lavanderia;
- Praça do Peixe;
- Rua 21 de Abril (lateral a rodoviária);
- Rua Adalberto Ferraz;
- Rua Além Paraíba;
- Rua Angola;
- Rua Itapecerica;
- Rua Padre Paraíso;
- Rua Paulo de Frontim;
- Rua Saturino de Brito;
- Rua Senegal;
- Rua Uba;
- Rua Vaz de Melo;
- Túnel de Acesso a Cristiano Machado;
- Viaduto da Rodoviária;
- Viaduto Leste;
- Viaduto Nansen;
- Viaduto Oeste.

Na regional, está localizado o **Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM),** Rua Itapecerica, 632 – Lagoinha, equipamento inaugurado em novembro de 2018, pela Prefeitura de Belo Horizonte. Atua no atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com trajetória de vidas nas ruas, em uso prejudicial de álcool e outras drogas e em situação de violência doméstica.

O Centro tem capacidade para atender diariamente até 25 mulheres, são oferecidas atividades socioeducativas, oficinas e organizações de coletivos de mulheres, que promovem a criação e fortalecimento de vínculos, atividades de prevenção e promoção da saúde, a partir da estratégia de redução de danos, garantindo a proteção social integral. As mulheres atendidas utilizam o local para banho, alimentação, descanso, lavagem de roupas, acesso a água, banheiro e telefone. Há, ainda, uma turma de Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos dentro do equipamento, além de oficinas artísticas da Escola Integrada, oferecidas por professores da Escola Municipal Belo Horizonte.

A Regional Noroeste conta ainda com o **Núcleo Intersetorial Regional – NIR POP Rua e NIR CIAM**, em ambas as situações o grupo de gestores e técnicos locais das políticas de Assistência Social e Saúde, e convidados das demais políticas setoriais, se reúnem na formulação a avaliação das políticas de atendimento, com temática sempre presente de intersetorialidade e agenda da política de drogas. Quando necessário, as políticas de organização urbana, em especial Fiscalização e Limpeza Urbana também participam. As reuniões acontecem ao menos mensalmente.

No âmbito da saúde, destacamos a atuação do Consultório de Rua, que atua junto à população em situação de rua que faz uso abusivo de álcool e outras drogas. Por meio do serviço são desenvolvidas ações compartilhadas e integradas com as políticas públicas de forma intersetorial. A equipe é composta por enfermeiro, psicólogo, assistente social, arte-educador e redutor de danos. Atualmente, a capital conta com quatro equipes, que atuam nas regionais Centro-Sul, Noroeste, Oeste e Norte. O serviço utiliza uma Van como ponto de apoio no território e funciona de segunda a sexta-feira em período intermediário (15h às 21h). O dispositivo visa conhecer o público, estabelecer vínculo e acompanhar os casos de uso abusivo de drogas, construindo as ações e estratégias em conjunto com as pessoas em acompanhamento. O Consultório de Rua desenvolve atividades na própria cena de uso e promove oficinas de promoção da saúde no local.

Citamos ainda o Centro de Referência em Saúde Mental, Álcool e Drogas – CERSAM AD, os usuários de álcool e outras drogas em uso abusivo ou prejudicial contam com o CERSAM AD, cujo funcionamento segue a mesma lógica dos CERSAM, com a particularidade referente à clientela que referencia. A equipe multiprofissional traça um projeto terapêutico de acordo com a necessidade de cada usuário que chega ao CERSAM. Essa equipe é composta por médicos psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, entre outros.

Quanto a equipamento de assistência social, destacamos o **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Noroeste,** composto por uma equipe de referência de 01 Coordenadora e 33 (trinta e três) técnicos de nível superior (psicólogos e assistentes sociais), com a oferta dos seguintes serviços:

CREAS	
SERVIÇO	**DESCRIÇÃO**
SERVIÇO DE PROTEÇÃ O E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI).	Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃ O DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)	O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direito e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS.	Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Por fim, destacamos que todas as unidades do SUAS em Belo Horizonte, no âmbito da proteção social básica, especial de média e alta complexidade, estabelecem no campo de seu territórios e níveis de proteção, ações intersetoriais que visam a garantia de proteção social a famílias e indivíduos, incluindo situações de vulnerabilidade pelo uso ou abuso de drogas.

Atenciosamente,

REGIS APARECIDO ANDRADE SPÍNDOLA
Diretor de Proteção Social Especial

Senhor
JOSÉ CRUS
Secretário Adjunto / Subsecretário de Assistência Social Av. Afonso Pena, nº 342 – 3º andar.
Belo Horizonte, Minas Gerais.